



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os *media* e a comunicação do medo: A cobertura noticiosa em Portugal de atentados terroristas na Europa

Tiago Manuel Vaz Pinheiro Estêvão

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Rita Espanha, Professora Associada com Agregação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Joana Azevedo, Professora Associada do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Os *media* e a comunicação do medo: A cobertura noticiosa em Portugal de atentados terroristas na Europa

Tiago Manuel Vaz Pinheiro Estêvão

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Orientadoras:

Doutora Rita Espanha, Professora Associada com Agregação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Joana Azevedo, Professora Associada do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2024

Departamento de Sociologia

Os *media* e a comunicação do medo: A cobertura noticiosa em Portugal de atentados terroristas na Europa

Tiago Manuel Vaz Pinheiro Estêvão

Doutoramento em Ciências da Comunicação

Júri:

Doutor Gustavo Cardoso, Professor Catedrático do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Rita Espanha, Professora Associada com Agregação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor João Correia, Professor Associado com Agregação da Universidade da Beira Interior

Doutora Sandra Marinho, Professora Auxiliar da Universidade do Minho

Doutora Raquel da Silva, Professora Auxiliar da Universidade de Coimbra

Doutor Tiago Lapa, Professor Auxiliar do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2024

*Para a Ni, para a Alice e para a Laura,
para que caminhem sempre sem medo.*

Esta investigação é apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)
SFRH/BD/117909/2016

Agradecimentos

A minha “maratona”, como muitas vezes apelidei ao meu projeto de doutoramento, não seria possível sem o apoio de várias pessoas. Expresso um sentido agradecimento a todos os que de perto me acompanharam neste percurso.

Em primeiro lugar aos meus pais, que já não estando presentes aquando do início desta empreitada, me ensinaram através do exemplo a reconhecer o que é ou não importante.

À Ni pelo apoio incondicional, por me injetar confiança, por me ouvir, por me aturar e perdoar. Viver com um doutorando é desgastante.

Às minhas duas filhas pela inspiração e amor, ainda por suportarem todas as ausências, fins-de-semana e férias entre livros e ficheiros.

Ao Gonçalo Caiado, amigo de muitas horas, pelas conversas descontraídas e pelas partilhas de quem passou por uma “maratona” parecida. Ao colega e camarada Fernando Neves, pela partilha de angústias e vitórias.

Ao Professor Gustavo Cardoso, diretor do doutoramento, pelo questionamento em aula. À Professora Isabel Tiago Oliveira que me apoiou na análise metodológica. Ao Professor Pedro Pereira Neto, pelo apoio, pela partilha de sabedoria e pelas observações sempre construtivas e diretas. Ao falecido Professor Jorge de Sá, da *Aximage*, pela visão, por ter acreditado no projeto e por ter disponibilizado recursos valiosos, pela paixão à investigação.

Ao Barómetro do MediaLab, na pessoa do Décio Telo, por toda a disponibilidade em me facultarem dados primários essenciais para a minha investigação.

Aos jornalistas que aceitaram ser entrevistados, nomeadamente Hugo Franco, Raquel Mourão Lopes e Carlos Filipe Rodrigues. A todos os autores contactados em investigação, pelos contributos dados e pelo apoio. Evidencio os Professores Dennis Chong e David Altheide.

Termino com um sincero abraço de agradecimento às minhas duas orientadoras. À Professora Rita Espanha por quase uma década de mentoria, do mestrado ao doutoramento. Por acreditar no projeto, pela sua disponibilidade, bom senso e partilha de conhecimento. À Professora Joana Azevedo, por de igual modo acreditar no projeto, pelo rigor na análise e pela sua disponibilidade.

Resumo

A presente investigação incide no estudo da relação simbiótica, entre terrorismo, *media* e medo. A tese em discussão pretende demonstrar que os *media* nacionais, por via de um enquadramento noticioso (*framing*), contribuem na sustentação de narrativas de risco e de medo associadas ao terrorismo. A análise empírica considera uma metodologia mista, que combina métodos qualitativos e quantitativos. O inquérito surge na investigação, com o objetivo de obter opiniões concernentes à perceção de risco e medo de atentados terroristas em Portugal. A análise de conteúdo considera 1.125 peças e artigos noticiosos, de dezasseis meios de comunicação social considerados. A mesma compreende ainda uma análise de *framing* que identifica os prevalentes *frames* (quadros) adotados e a forma como viabilizam narrativas associadas ao risco e ao medo de atentados terroristas. A entrevista surge após a realização da análise de conteúdo e incide em jornalistas, intervenientes diretos na cobertura noticiosa dos atentados considerados, no sentido de perceber algumas das opções tomadas na cobertura noticiosa.

Os principais resultados obtidos sustentam que: (i) a grande maioria dos inquiridos considera que os *media* detêm um papel primordial, na promoção da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal; (ii) a análise de conteúdo ao *corpus* noticioso considerado, evidencia uma recorrente adoção de *frames* associados ao risco e ao medo de atentados terroristas; (iii) as entrevistas efetuadas demonstram que os meios jornalísticos analisados estão pouco preparados para a realização de uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, isenta de enquadramentos associados ao risco e ao medo.

Palavras-chave: Análise de conteúdo, Framing, Media, Medo, Narrativa, Terrorismo.

Abstract

This research focuses on the study of the symbiotic relationship between terrorism, media and fear. The thesis under discussion aims to demonstrate that national media, through framing, contribute to sustaining narratives of risk and fear associated with terrorism. The empirical analysis considers a mixed methodology, which combines qualitative and quantitative methods. The inquiry arises from the investigation, with the aim of obtaining opinions regarding the perception of risk and fear of terrorist attacks in Portugal. The content analysis considers 1,125 news pieces and articles, from sixteen social media outlets considered. It also comprises a framing analysis that identifies the prevalent frames adopted and the way in which they enable narratives associated with the risk and fear of terrorist attacks. The interview comes after carrying out the content analysis and focuses on journalists, directly involved in the news coverage of the attacks considered, in order to understand some of the options taken in the news coverage. The main results obtained support that: (i) the vast majority of respondents consider that the media have a primary role in promoting the existence of a risk of terrorist attacks in Portugal; (ii) the content analysis of the news corpus considered shows a recurrent adoption of frames associated with the risk and fear of terrorist attacks; (iii) the interviews carried out demonstrate that the journalistic media analyzed are poorly prepared to carry out news coverage of terrorist attacks, free from frameworks associated with risk and fear.

Keywords: Content analysis, Framing, Media, Fear, Narrative, Terrorism.

Índice

Resumo	xi
Abstract	xiii
Índice de figuras	xxi
Índice de gráficos	xxiii
Índice de quadros	xxv
Índice de anexos	xxxi

Introdução	37
------------------	----

Parte I: Enquadramento teórico

1. O valor do medo: Contributos das ciências sociais e da comunicação para os estudos do medo	45
1.1. Introdução ao estudo do conceito	45
1.2. O estudo do medo nas ciências sociais	45
1.3. A “política do medo”	51
1.4. A “cultura do medo”	53
1.5. O “medo global”	55
1.6. O “discurso do medo”	58
1.7. Síntese conclusiva	61
2. Terrorismo: Da problemática da definição às distintas perspetivas de investigação em ciências da comunicação	65
2.1. Introdução ao estudo do conceito	65
2.2. As dificuldades na definição de terrorismo	65
2.3. As definições de terrorismo	67
2.4. O estudo do terrorismo	69
2.5. Estudos convencionais e estudos críticos de terrorismo: Duas perspetivas de investigação	71
2.6. Do terrorismo clássico ao terrorismo global	76
2.7. O antigo e o novo terrorismo	77
2.8. As quatro vagas do terrorismo moderno	79
2.9. Síntese conclusiva	81
3. O papel do <i>framing</i> na construção noticiosa	85

3.1. Introdução ao estudo do conceito	85
3.2. O estudo do <i>framing</i> nas ciências sociais	85
3.3. Princípios teóricos do <i>agenda-setting</i> e <i>priming</i>	87
3.4. Princípios teóricos do <i>framing</i>	88
3.5. <i>Frame</i> mediático e <i>frame</i> individual. <i>Frame</i> enquanto variável dependente e variável independente	90
3.6. Identificação de <i>frames</i> nas notícias	92
3.7. <i>Framing</i> de terrorismo	94
3.8. Síntese conclusiva	97

Parte II: Metodologia

4. Abordagem metodológica	99
4.1. Modelo de análise	100
4.2. Recolha e análise de dados	102
4.2.1. Revisão de literatura e contactos exploratórios	102
4.2.2. Inquérito por questionário	105
4.2.3. Análise de conteúdo quantitativa e qualitativa	106
4.2.4. Entrevista semiestruturada	107
5. Inquérito por questionário	109
5.1. Apresentação do estudo	109
5.2. Especificações do inquérito por questionário e da sua aplicação	110
5.3. Análise de resultados e discussão	111
5.4. Síntese conclusiva dos inquéritos	140
6. Análise de Conteúdo e Análise de <i>Framing</i>	153
6.1. Apresentação do estudo	153
6.1.1. Análise dos estudos de caso	154
6.1.1.1. Cronologia dos atentados de Paris de 13 de novembro de 2015	154
6.1.1.2. Cronologia dos atentados de Bruxelas de 22 de março de 2016	155
6.1.2. Questões de investigação da análise de conteúdo	156
6.1.3. <i>Corpus</i> noticioso de análise	156
6.1.4. Etapas processuais precedentes à análise de conteúdo	156
6.1.5. Etapas processuais precedentes à análise de <i>framing</i>	158
6.2. Estruturação esquemática da Análise de Conteúdo e de <i>Framing</i>	159

6.3.	Análise de Conteúdo Qualitativa – Métricas comparativas	160
6.3.1.	Unidades de registo comuns aos diferentes setores	160
6.3.1.1.	Peças e artigos noticiosos em estudo	160
6.3.1.2.	Peças e artigos noticiosos com destaque de manchete ou abertura	164
6.3.1.3.	Tipo de peças e artigos noticiosos	166
6.3.1.4.	Género jornalístico por setor	167
6.3.1.5.	Estilo de discurso jornalístico das peças e artigos noticiosos	168
6.3.1.6.	Cobertura das peças e artigos noticiosos	169
6.3.1.7.	Valência das peças e artigos noticiosos	170
6.3.1.8.	Desviância das peças e artigos noticiosos	170
6.3.1.8.1.	Desviância Estatística	171
6.3.1.8.2.	Desviância Social	171
6.3.1.8.3.	Desviância Normativa	171
6.3.1.9.	Significância Social das peças e artigos noticiosos	172
6.3.1.9.1.	Significância Política	172
6.3.1.9.2.	Significância Económica	172
6.3.1.9.3.	Significância Cultural	173
6.3.1.9.4.	Significância Pública	173
6.3.1.10.	Resultados e discussão das unidades de registo comuns aos diferentes setores	174
6.3.2.	Unidades de registo específicas aos diferentes setores	178
6.3.2.1.	Peças noticiosas de televisão	178
6.3.2.1.1.	Tempo de cobertura dos atentados nos noticiários	178
6.3.2.1.2.	Posicionamento das peças nos noticiários	179
6.3.2.1.3.	Apresentação das peças nos noticiários	180
6.3.2.1.4.	Modo visual prevalecente nas peças dos noticiários	180
6.3.2.1.5.	Som associado às imagens nas peças dos noticiários	181
6.3.2.1.6.	Comentadores e intervenientes nas peças dos noticiários	181
6.3.2.1.7.	Resultados e discussão das unidades de registo no setor televisivo	181
6.3.2.2.	Artigos noticiosos de imprensa	184
6.3.2.2.1.	Presença em caderno no jornal	184
6.3.2.2.2.	Espaço de página ocupado pelos artigos nos jornais	184
6.3.2.2.3.	Presença de imagens nos artigos dos jornais	185
6.3.2.2.4.	Tipo de imagens nos artigos dos jornais	185
6.3.2.2.5.	Tema ou intervenientes das imagens dos artigos dos jornais	185
6.3.2.2.6.	Resultados e discussão das unidades de registo no setor imprensa	185

6.3.2.3. Peças noticiosas de rádio	187
6.3.2.3.1. Tempo de cobertura dos atentados nos noticiários	187
6.3.2.3.2. Apresentação das peças nos noticiários	188
6.3.2.3.3. Comentadores e intervenientes nas peças dos noticiários	189
6.3.2.3.4. Resultados e discussão das unidades de registo no setor radiofónico	189
6.3.2.4. Artigos noticiosos de diário digital	190
6.3.2.4.1. Número de partilhas dos artigos nos diários digitais	191
6.3.2.4.2. Presença de imagens nos artigos dos diários digitais	191
6.3.2.4.3. Tipo de imagens nos artigos dos diários digitais	191
6.3.2.4.4. Tema ou intervenientes das imagens dos artigos dos diários digitais	192
6.3.2.4.5. Número de comentários dos artigos nos diários digitais	192
6.3.2.4.6. Resultados e discussão das unidades de registo no setor diário digital	193
6.4. Análise de <i>Framing</i> ao <i>corpus</i> noticioso identificado	194
6.4.1. Identificação dos <i>frames</i> reconhecidos na análise de conteúdo	194
6.4.2. Identificação dos <i>frames</i> prevaletentes reconhecidos na análise de conteúdo	198
6.4.2.1. <i>Frames</i> prevaletentes identificados por setor jornalístico	198
6.4.2.2. <i>Frames</i> prevaletentes identificados por meio jornalístico	202
6.4.2.2.1. <i>Frames</i> prevaletentes identificados nos noticiários televisivos	202
6.4.2.2.2. <i>Frames</i> prevaletentes identificados nos jornais diários	203
6.4.2.2.3. <i>Frames</i> prevaletentes identificados nos noticiários radiofónicos	203
6.4.2.2.4. <i>Frames</i> prevaletentes identificados nos diários digitais	204
6.4.2.3. Exemplos dos <i>frames</i> prevaletentes nas peças e artigos noticiosos analisados	204
6.4.3. Identificação dos restantes <i>frames</i> reconhecidos na análise de conteúdo	216
6.4.4. Agregação dos <i>frames</i> prevaletentes em <i>macroframes</i>	222
6.4.5. <i>Frames</i> que viabilizam o medo de atentados terroristas – Resultados e discussão	228
6.5. Síntese conclusiva da análise de conteúdo e da análise de <i>framing</i>	238
7. A perspetiva dos intervenientes da cobertura noticiosa dos atentados de Paris e Bruxelas	243
7.1. Análise crítica à perspetiva dos intervenientes da cobertura noticiosa	244
7.2. Síntese conclusiva das entrevistas	268
Conclusão	275

Referências bibliográficas	293
Anexos	307

Índice de figuras

Figura 3.1: Modelo de Ativação de Rede em Cascata de Robert Entman	96
Figura 6.1: Representação esquemática dos <i>frames</i> prevalentes e dos respectivos <i>macroframes</i>	226

Índice de gráficos

Gráfico 5.1: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (fevereiro 2016)	143
Gráfico 5.2: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (abril 2016)	144
Gráfico 5.3: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (dezembro 2018)	144
Gráfico 5.4: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por educação (fevereiro 2016)	145
Gráfico 5.5: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por educação (abril 2016)	145
Gráfico 5.6: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por educação (dezembro 2018)	145
Gráfico 5.7: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (fevereiro 2016) ..	146
Gráfico 5.8: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (abril 2016)	147
Gráfico 5.9: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (dezembro 2018)	147
Gráfico 5.10: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (fevereiro 2016)	148
Gráfico 5.11: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (abril 2016) ...	148
Gráfico 5.12: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (dezembro 2018)	148
Gráfico 5.13: Alteração de hábitos quotidianos por idade (dezembro 2018)	150
Gráfico 5.14: Alteração de hábitos quotidianos por região (dezembro 2018)	150
Gráfico 5.15: Medo de ser vítima de atentado terrorista por sexo (dezembro 2018)	151
Gráfico 5.16: Medo de ser vítima de atentado terrorista por idade (dezembro 2018)	151
Gráfico 5.17: Medo de ser vítima de atentado terrorista por educação (dezembro 2018) ...	152
Gráfico 6.1: Peças e artigos noticiosos segundo o setor – Atentados de Paris	174
Gráfico 6.2: Peças e artigos noticiosos segundo o setor – Atentados de Bruxelas	175
Gráfico 6.3: Género jornalístico das peças e artigos segundo o setor	176
Gráfico 6.4: Duração total de cobertura televisiva dos atentados de Paris	182

Gráfico 6.5: Duração total de cobertura televisiva dos atentados de Bruxelas	182
Gráfico 6.6: Duração total de cobertura televisiva dos dois atentados	183
Gráfico 6.7: Espaço de página dos artigos nos jornais – Atentados de Paris	186
Gráfico 6.8: Espaço de página dos artigos nos jornais – Atentados de Bruxelas	187
Gráfico 6.9: Duração total de cobertura radiofónica dos atentados de Paris	189
Gráfico 6.10: Duração total de cobertura radiofónica dos atentados de Bruxelas	190
Gráfico 6.11: Duração total de cobertura radiofónica dos dois atentados	190

Índice de quadros

Quadro 4.1: Contactos exploratórios realizados no processo de investigação	103
Quadro 5.1: Dados metodológicos referentes ao inquérito por questionário	111
Quadro 5.2: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito fevereiro 2016)	113
Quadro 5.3: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito abril 2016)	113
Quadro 5.4: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito dezembro 2018)	113
Quadro 5.5: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito fevereiro 2016)	114
Quadro 5.6: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito abril 2016)	114
Quadro 5.7: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito dezembro 2018)	115
Quadro 5.8: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito fevereiro 2016)	116
Quadro 5.9: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito abril 2016)	116
Quadro 5.10: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito dezembro 2018)	116
Quadro 5.11: Perceção de ocorrência de atentado terrorista por região (Inquérito fevereiro 2016)	117
Quadro 5.12: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por região (Inquérito abril 2016)	118
Quadro 5.13: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por região (Inquérito dezembro 2018)	118
Quadro 5.14: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito fevereiro 2016)	119

Quadro 5.15: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito abril 2016)	119
Quadro 5.16: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito dezembro 2018)	119
Quadro 5.17: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito fevereiro 2016)	121
Quadro 5.18: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito abril 2016)	121
Quadro 5.19: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito dezembro 2018)	121
Quadro 5.20: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito fevereiro 2016)	123
Quadro 5.21: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito abril 2016)	123
Quadro 5.22: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito dezembro 2018)	124
Quadro 5.23: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito fevereiro 2016)	125
Quadro 5.24: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito abril 2016)	126
Quadro 5.25: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito dezembro 2018)	126
Quadro 5.26: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito fevereiro 2016)	127
Quadro 5.27: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito abril 2016)	128
Quadro 5.28: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito dezembro 2018)	128
Quadro 5.29: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito fevereiro 2016)	129
Quadro 5.30: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito abril 2016)	129

Quadro 5.31: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito dezembro 2018)	130
Quadro 5.32: Alteração de hábitos quotidianos, por sexo (Inquérito dezembro 2018)	130
Quadro 5.33: Alteração de hábitos quotidianos, por idade (Inquérito dezembro 2018)	131
Quadro 5.34: Alteração de hábitos quotidianos, por educação (Inquérito dezembro 2018)	132
Quadro 5.35: Alteração de hábitos quotidianos, por região (Inquérito dezembro 2018)	133
Quadro 5.36: Alteração de hábitos quotidianos, por habitat (Inquérito dezembro 2018)	133
Quadro 5.37: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por sexo (Inquérito dezembro 2018)	134
Quadro 5.38: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por idade (Inquérito dezembro 2018)	135
Quadro 5.39: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por educação (Inquérito dezembro 2018)	136
Quadro 5.40: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por região (Inquérito dezembro 2018)	136
Quadro 5.41: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por habitat (Inquérito dezembro 2018)	137
Quadro 5.42: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por sexo (Inquérito dezembro 2018)	138
Quadro 5.43: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por idade (Inquérito dezembro 2018)	138
Quadro 5.44: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por educação (Inquérito dezembro 2018)	139
Quadro 5.45: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por região (Inquérito dezembro 2018)	140
Quadro 5.46: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por habitat (Inquérito dezembro 2018)	140
Quadro 6.1: Contactos exploratórios realizados para a Análise de Conteúdo	157
Quadro 6.2: Peças e artigos noticiosos em análise segundo o setor	161

Quadro 6.3: Peças e artigos noticiosos em análise segundo o meio e setor	161
Quadro 6.4: Quadros em anexo	162
Quadro 6.5: Manchete/abertura reportando os atentados de Paris, segundo o meio e o setor	165
Quadro 6.6: Manchete/abertura reportando os atentados de Bruxelas, segundo o meio e o setor	165
Quadro 6.7: Género jornalístico segundo o setor	167
Quadro 6.8: Estilo discursivo segundo o meio e setor	168
Quadro 6.9: Denominação e caracterização dos <i>frames</i> reconhecidos nas peças e artigos jornalísticos analisados	195
Quadro 6.10: <i>Frames</i> identificados por setor, referentes à cobertura dos atentados de Paris	198
Quadro 6.11: <i>Frames</i> identificados por setor, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas	199
Quadro 6.12: Valores absolutos referentes à adoção dos 10 <i>frames</i> prevalentes	200
Quadro 6.13: Posicionamento dos <i>frames</i> por atentados terroristas (Top 10)	201
Quadro 6.14: Exemplos analisados dos 10 <i>frames</i> prevaletentes identificados	205
Quadro 6.15: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Luta contra o terrorismo”	206
Quadro 6.16: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”	207
Quadro 6.17: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Vítimas e heróis compatriotas”	208
Quadro 6.18: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Executantes dos atentados”	208
Quadro 6.19: Exemplos de conteúdos referidos nas peças televisivas analisadas, alusivas ao <i>frame</i> “Medo”	209
Quadro 6.20: Exemplos de conteúdos referidos nos artigos de imprensa analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Medo”	210
Quadro 6.21: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”	212

Quadro 6.22: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Portugal inseguro”	213
Quadro 6.23: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Explosões e sangue”	214
Quadro 6.24: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Islamofobia”	215
Quadro 6.25: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Islão”	216
Quadro 6.26: Exemplos analisados dos restantes <i>frames</i> identificados	217
Quadro 6.27: Identificação do <i>frames</i> prevalectes com os respetivos <i>macroframes</i>	223
Quadro 7.1: Jornalistas entrevistados	243

Índice de anexos

Anexo A: Modelo de análise adotado em investigação	308
Anexo B: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de fevereiro de 2016	314
Anexo C: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de abril de 2016	315
Anexo D: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de dezembro de 2018	316
Anexo E: Ficha técnica da <i>Aximage</i> referente aos inquéritos de fevereiro de 2016	317
Anexo F: Ficha técnica da <i>Aximage</i> referente aos inquéritos de abril de 2016	318
Anexo G: Ficha técnica da <i>Aximage</i> referente aos inquéritos de dezembro de 2018	319
Anexo H: Discriminação das categorias das variáveis sociodemográficas consideradas nos inquéritos	320
Anexo I: Caracterização dos meios analisados	321
Anexo J: <i>Codebook</i> - Descrição das unidades de registo e categorias de análise	322
Anexo L: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Paris	344
Anexo M: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Bruxelas	345
Anexo N: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Paris	346
Anexo O: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Bruxelas	347
Anexo P: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofónicos investigados referentes aos atentados de Paris	348
Anexo Q: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofónicos investigados referentes aos atentados de Bruxelas	349
Anexo R: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Paris	350
Anexo S: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Bruxelas	351

Anexo T: Duração dos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Paris	352
Anexo U: Duração dos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Bruxelas	353
Anexo V: Posicionamento das peças nos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Paris	354
Anexo X: Posicionamento das peças nos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Bruxelas	355
Anexo Z: Tipo de apresentação dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris	356
Anexo AA: Tipo de apresentação dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	357
Anexo AB: Modo visual das peças dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris	358
Anexo AC: Modo visual das peças dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	359
Anexo AD: Som associado à imagem dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris	360
Anexo AE: Som associado à imagem dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	361
Anexo AF: Comentadores e intervenientes nos noticiários televisivos analisados, referentes aos atentados de Paris	362
Anexo AG: Comentadores e intervenientes nos noticiários televisivos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	364
Anexo AH: Espaço de página ocupado segundo os jornais diários analisados, referentes aos atentados de Paris	366
Anexo AI: Espaço de página ocupado segundo os jornais diários analisados referentes aos atentados de Bruxelas	367
Anexo AJ: Presença de imagens nos artigos noticiosos analisados, referentes aos atentados de Paris	368
Anexo AL: Presença de imagens nos artigos noticiosos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	369

Anexo AM: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos jornais diários, segundo o meio, referente aos atentados de Paris	370
Anexo AN: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos jornais diários, segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	371
Anexo AO: Tema ou interveniente das imagens nos jornais diários analisados, referentes aos atentados de Paris	372
Anexo AP: Tema ou interveniente das imagens nos jornais diários analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	373
Anexo AQ: Duração dos noticiários radiofónicos analisados referentes aos atentados de Paris	374
Anexo AR: Duração dos noticiários radiofónicos analisados referentes aos atentados de Bruxelas	375
Anexo AS: Tipo de apresentação dos noticiários radiofónicos segundo o meio, referente aos atentados de Paris	376
Anexo AT: Tipo de apresentação dos noticiários radiofónicos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	377
Anexo AU: Comentadores e intervenientes nos noticiários radiofónicos analisados, referentes aos atentados de Paris	378
Anexo AV: Comentadores e intervenientes nos noticiários radiofónicos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	380
Anexo AX: Número de partilhas por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris	381
Anexo AZ: Número de partilhas por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	382
Anexo BA: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos diários digitais, segundo o meio, referente aos atentados de Paris	383
Anexo BB: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos diários digitais, segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas	384
Anexo BC: Tema ou interveniente das imagens nos diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris	385

Anexo BD: Tema ou interveniente das imagens nos diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	386
Anexo BE: Número de comentários por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris	387
Anexo BF: Número de comentários por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas	389
Anexo BG: <i>Frames</i> identificados nos noticiários televisivos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris	390
Anexo BH: <i>Frames</i> identificados nos noticiários televisivos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas	391
Anexo BI: <i>Frames</i> identificados nos jornais diários analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris	392
Anexo BJ: <i>Frames</i> identificados nos jornais diários analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas	393
Anexo BL: <i>Frames</i> identificados nos noticiários radiofónicos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris	394
Anexo BM: <i>Frames</i> identificados nos noticiários radiofónicos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas	395
Anexo BN: <i>Frames</i> identificados nos diários digitais analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris	396
Anexo BO: <i>Frames</i> identificados nos diários digitais analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas	398
Anexo BP: Exemplos de temas referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Guerra ao terror”	400
Anexo BQ: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Radicais islâmicos”	401
Anexo BR: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Nós e os outros”	402
Anexo BS: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Imigrantes ou refugiados terroristas”	403
Anexo BT: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Combatentes estrangeiros”	404

Anexo BU: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Terroristas portugueses”	405
Anexo BV: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Alteração de hábitos e comportamentos”	406
Anexo BX: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao <i>frame</i> “Ataque nuclear e biológico”	407
Anexo BZ: Guião de entrevista a Hugo Franco - Jornalista do Expresso	408
Anexo CA: Guião de entrevista a Raquel Morão Lopes - Jornalista da RTP 1 e Antena 1	411
Anexo CB: Guião de entrevista a Carlos Filipe Rodrigues - Jornalista e Diretor do Correio da Manhã	414
Anexo CC: Foto do interior do <i>Le Bataclan</i> , publicada no Correio da Manhã de 16 de novembro de 2015	417

Introdução

Poucos anos antes dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001¹, nos EUA, duas das mais reconhecidas obras dos estudos do medo são publicadas, tendo como tema central a cultura do medo que assomava a sociedade moderna ocidental, da altura. As obras de Frank Furedi (1997) e de Barry Glassner (1999) evidenciam uma crescente percepção de insegurança, motivada pela ação dos *media*. As duas obras referenciadas, não prestam especial atenção ao terrorismo, enquanto fenómeno associado a uma cultura do medo. Segundo alguns autores, os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, alteraram o paradigma da cultura do medo, vivenciado à época, conduzindo as sociedades ocidentais a uma conjuntura gerida, em grande parte, pelo medo e pela insegurança (Beck, 2002; Furedi, 2007; Altheide, 2016).

O novo paradigma, associado a uma cultura do medo que valoriza, em larga escala, os atentados terroristas, integra e é evidenciado em posteriores obras dos mesmos autores referidos (Furedi, 2002, 2018; Glassner, 2018). David Altheide, de igual modo reconhecido pelos estudos do medo, legitima a mesma cultura, referente ao terrorismo, imputando aos *media* responsabilidades diretas na difusão do medo (Altheide, 2006, 2016, 2017).

Os atentados ocorridos a 11 de setembro de 2001 principiam uma campanha militar, denominada de “Guerra ao Terror” (“*War on Terror*”), realizada pelos EUA e seus aliados ao Afeganistão e ao Iraque, países implicados, pelos impulsionadores da campanha, nos atentados de 2001. A organização terrorista *Al Qaeda*² reivindicou os atentados de setembro de 2001. Em 2004 e 2005, com um cenário de guerra a decorrer no Médio Oriente, primeiramente no Afeganistão e posteriormente no Iraque, dois atentados terroristas atingem a Europa. Um primeiro atentado ocorre em Madrid (11 de março de 2004) e um segundo em Londres (7 de julho de 2005), sendo ambos reivindicados pela *Al Qaeda*.

Os referidos três atentados perpetrados pela *Al Qaeda*, assinalaram de forma determinante uma realidade, em que o terrorismo deixou de ser uma ameaça local para ser uma ameaça global (Koskela, 2010). A percepção do terrorismo, enquanto ameaça global, viabilizou uma cultura de medo face ao mesmo, com proporções mundiais (Bauman, 2006; Furedi, 2007; Pain & Smith, 2008; Pain, 2009; Koskela, 2010).

A mediatização do terrorismo ressurge nos *media* ocidentais no início de 2015, uma década após os acontecimentos de Londres, com o retorno dos atentados terroristas à

¹ A 11 de setembro de 2001, nos EUA, a organização terrorista *Al-Qaeda*, por via de dezanove terroristas, sequestra quatro aviões comerciais de passageiros. Os dois primeiros aviões sequestrados, colidiram contra as duas torres gêmeas do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque. Um terceiro avião de passageiros, colidiu contra o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA, no estado da Virgínia. Por último, um quarto avião de passageiros, despenhou-se numa zona de descampado, no estado da Pensilvânia. A totalidade dos quatro atentados, vitimou mortalmente cerca de 3.000 pessoas.

² Organização islamista fundada por Osama bin Laden no final da década de 1980. Tornou-se uma das organizações terroristas mais mediáticas, após os ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA.

Europa. O atentado em Paris, ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, assinala o início de um período temporal, marcado por múltiplos atentados em metrópoles europeias.

O atentado ao *Charlie Hebdo*, obtém na altura uma atenção mediática distinta dos atentados referenciados anteriormente, muito devido a uma vivenciada disseminação de dispositivos móveis e à proliferação de redes sociais digitais (Web 2.0³), sustentadoras de novas dinâmicas de interação social. Poucas horas após o mencionado atentado, circulavam pelas redes sociais digitais vídeos não editados, captados por telemóvel, de terroristas encapuçados, disparando armas *Kalashnikov* e executando um agente policial nas ruas de Paris. Os *media* televisivos, assim como os diários digitais e a imprensa, por todo o mundo, fizeram uso dos mencionados conteúdos divulgados na Web 2.0.

Como referenciado anteriormente, o atentado terrorista ao *Charlie Hebdo*, ocorre após um interregno de uma década de atentados mediáticos na Europa Ocidental. O referido ocorre nas ruas de Paris, em pleno dia, tendo como alvos jornalistas e agentes policiais. Logo após a ocorrência, o mesmo é reivindicado pela *Al Qaeda*, a operar no Iémen. Este atentado, ocorrido em Paris em janeiro de 2015, faz retomar a cultura do medo de atentados terroristas na Europa, a par do que sucedera, com os já referenciados atentados de 2004 e 2005. As coberturas noticiosas dos posteriores atentados em França, ocorridos de igual modo em Paris (a 13 de novembro de 2015) e na Bélgica, ocorridos em Bruxelas (a 22 de março de 2016), são analisadas nesta pesquisa, enquanto estudos de caso, no sentido de averiguar a existência de uma cultura do medo associada ao terrorismo, difundida pelos *media*.

A cobertura noticiosa dos atentados aos EUA, a 11 de setembro de 2001, origina uma revolução sem precedentes, na cobertura de atentados terroristas. O acompanhamento em direto, durante horas dos acontecimentos, pelas estações televisivas, e as intervenções em estúdio de comentadores especialistas, fixam os telespetadores às emissões televisivas (Kellner, 2004; Powell, 2011; Jarvis, 2016; Toros, 2017). A colisão dos aviões nas torres gémeas do World Trade Center e a expectativa da derrocada das mesmas, foram visionadas em direto por milhões de telespetadores em todo o mundo. Imagens icónicas, que perduram nos dias de hoje, perpetuam a surpresa dos efeitos de um primeiro embate de avião na torre norte, o assombro de um segundo embate de avião na torre sul e a antecipação da derrocada de ambas as torres. A natureza e as características do atentado ao World Trade Center, viabilizaram a captação das imagens dos atos, que perduram até à atualidade.

As coberturas noticiosas dos atentados a Espanha, ocorridos em Madrid (a 11 de março de 2004) e dos atentados ao Reino Unido, ocorridos em Londres (a 7 de julho de 2005), voltam

³ “A Web 2.0 é um conjunto de aplicações em linha de fonte aberta, interativas e controladas pelo utilizador que expandem as experiências, os conhecimentos e o poder de mercado dos utilizadores enquanto participantes em processos empresariais e sociais. As aplicações Web 2.0 apoiam a criação de redes informais de utilizadores que facilitam o fluxo de ideias e conhecimentos, permitindo a geração, difusão, partilha e edição/refinamento eficientes de conteúdos informativos” (Constantinides & Fountain, 2008, p. 232).

a conferir um acompanhamento jornalístico em direto de atos terroristas, desta vez na Europa. Os alvos dos atentados bombistas são os transportes públicos, nomeadamente de natureza ferroviária, metropolitana e rodoviária. A natureza e as características de ambos os atentados, conferiram imagens CCTV⁴ dos atentados bombistas e dos efeitos dos mesmos, que compuseram e fizeram parte da cobertura noticiosa mundial dos acontecimentos.

A cobertura noticiosa dos dois atentados de Paris em 2015 e dos atentados de Bruxelas, em 2016, confere, como nos três anteriormente referenciados atentados, um acompanhamento em direto dos acontecimentos. A distinguir estes últimos atentados, em 2015 e 2016, dos anteriores, está uma cobertura noticiosa que faz uso da tecnologia atual, disponibilizando conteúdos fotográficos e de vídeo, captados no momento, através de dispositivos móveis de vítimas e de presentes no local dos atentados e partilhados nas redes sociais digitais (Web 2.0) (Estêvão, 2014; Espanha & Estêvão, 2017). A diferenciar a cobertura noticiosa dos atentados terroristas de 2001 e a cobertura noticiosa dos atentados terroristas de 2015, está o surgimento da Sociedade em Rede⁵ e 14 anos de avanços tecnológicos, que viabilizaram o surgimento e desenvolvimento de plataformas ou redes sociais digitais. A proliferação das mencionadas plataformas ou redes sociais definem, segundo José van Dijck *et al.*, a nossa sociedade como uma Sociedade da Plataforma⁶ (van Dijck, *et al.*, 2018). Os atuais *media* tradicionais, nomeadamente, os televisivos, os de imprensa e os diários digitais, fizeram uso dos conteúdos divulgados na Web 2.0.

É no contexto de uma Sociedade em Rede e da mencionada Sociedade da Plataforma, que as práticas terroristas do *ISIS*⁷ surgem nas redes sociais digitais, captadas em vídeo pelos próprios, e se mediatizam nos *media*. É neste mesmo contexto, que os atentados terroristas do *ISIS* assomam na Europa, são captados em vídeo por vítimas e partilhados nas redes sociais e mediatizados pelos *media*.

O terrorismo 2.0⁸, de uma Sociedade em Rede em expansão, por via da proliferação de plataformas digitais, sustenta e nutre a prática terrorista do *ISIS*, divulgando a sua doutrina e a barbárie dos seus métodos. Por outro lado, a mesma Sociedade em Rede, perante os

⁴ *Closed-Circuit Television*.

⁵ "Estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. É um sistema de nós interligados" (Cardoso & Castells, 2005, p. 20).

⁶ "O termo refere-se a uma sociedade emergente em que o tráfego social, económico e interpessoal é largamente canalizado por um ecossistema global de plataformas em linha, alimentado por dados e organizado através de algoritmos" (van Dijck *et al.*, 2018, p. 7)

⁷ Organização islamista fundada por Abu Omar al-Baghdadi em 2004. Tornou-se uma das organizações terroristas mais famosas do mundo, após os ataques de 13 e 14 de novembro de 2015, em Paris.

⁸ O terrorismo 2.0 faz uso de aplicações de Web 2.0 na realização de atos terroristas. Fazendo uso de redes sociais digitais, os terroristas partilham informações, divulgam propaganda, recrutam novos membros e planeam ataques (Ishengoma, 2014).

mesmos acontecimentos, providencia aos *media*, conteúdos mediáticos valorizados, que integram o “espetáculo” do terrorismo (Giroux, 2006, pp. 92-93).

Considerando os atentados terroristas em estudo, em Paris (novembro de 2015) e em Bruxelas (março de 2016), que decorrem no contexto da mencionada Sociedade em Rede, perfilhamos como objetivos gerais da presente investigação, aferir de que forma os *media* nacionais realizaram a cobertura dos referidos atentados terroristas, nomeadamente com a adoção de enquadramentos noticiosos potenciadores do medo.

A Tese proposta na presente investigação, pretende demonstrar que: “os *media* nacionais, através de um enquadramento noticioso (*framing*), contribuem para a sustentação de narrativas de risco e de medo associadas ao terrorismo”.

No sentido de identificar em rigor os objetivos gerais da Tese, foram definidas as seguintes questões de investigação: (1) Que quadros noticiosos (*frames*) sobressaem nos *media* nacionais, na cobertura de atentados terroristas na Europa?; (2) São os *media*, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, promotores de uma comunicação de risco de atentados terroristas em Portugal?; (3) Contribuem os *media* nacionais, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, para o fomento de uma comunicação de medo de atentados terroristas em Portugal?.

O entendimento do papel dos *media* nacionais atuais, na promoção do medo, motivou e viabilizou a análise de um fenómeno ou acontecimento, globalmente mediatizado, associado a um risco, e por inerência a um sentimento global de medo. Como sustentado por reconhecidos autores, mencionados anteriormente, uma cultura do medo assomou com os atentados de 2001, 2004 e 2005, tendo tido os *media*, na altura, um papel basilar na disseminação do fenómeno. Perante o constatado, com a cobertura noticiosa dos referidos atentados (2001, 2004 e 2005), algumas matérias de estudo se elevaram em 2015, com o ressurgimento dos atentados terroristas na Europa. Nomeadamente, *que papel têm os media atuais na promoção do medo do terrorismo? e como contribui a tecnologia atual para a criação de conteúdos mediáticos, associados à cobertura noticiosa de atentados terroristas?* De evidenciar, que a opção associada ao estudo do medo do terrorismo, coincide com o início dos atentados do *ISIS*⁹ na Europa, em 2015, e da decorrente cobertura noticiosa associada. A sustentar ainda a opção tomada, com foco no estudo do terrorismo, surge o reconhecimento

⁹ A 13 de novembro de 2015, em Paris, a organização terrorista *ISIS*, por via de nove terroristas, enceta três atentados terroristas em três localizações distintas da cidade. Um primeiro grupo de terroristas atua junto ao *Stade de France*. Um segundo grupo, junto a bares e restaurantes dos distritos 10 e 11 de Paris. Um último grupo de terroristas, opera dentro da sala de espetáculos *Le Bataclan*. A totalidade dos três atentados, vitimou mortalmente 130 pessoas. Os referidos atentados de Paris, de 13 de novembro, encetam um período temporal caracterizado por vários atentados terroristas, perpetrados pelo *ISIS* na Europa. Ao atentado terrorista mencionado, decorrido em Paris, sucede o atentado de Bruxelas, de 22 de março de 2016, igualmente estudado neste trabalho de investigação.

desde a fase inicial desta pesquisa, dos *Critical Terrorism Studies* (Estudos Críticos de Terrorismo), e das suas orientações ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Uma eventual contribuição, da presente investigação, para os Estudos Críticos de Terrorismo, foi um dos objetivos deste trabalho.

O fenómeno do terrorismo, enquanto propiciador de um sentimento de medo (Altheide, 2017), agrega alguns dos atributos valorizados na presente investigação. Nomeadamente, o medo do terrorismo é fomentado, em larga medida, pelos meios de comunicação social e pela classe política, que viabilizam e consolidam uma cultura global de medo, facilitadora da aceitação e adoção de políticas governativas associadas ao mesmo medo.

Identificados os objetivos gerais do trabalho desenvolvido e as motivações para o estudo da temática, abordaremos de seguida a estruturação do trabalho efetivado. A tese é composta e dividida em cinco partes centrais, que abarcam em si as demais matérias da investigação realizada. A iniciar, a presente introdução, que identifica e sintetiza os objetivos gerais da investigação, assim como as motivações para o estudo da temática. De igual modo, sintetiza a estrutura do trabalho de investigação proposto, e explana as opções metodológicas adotadas. Por fim, clarifica a pertinência da investigação em causa, evidenciando o valor científico associado à mesma.

A Parte I da tese, compreende o enquadramento teórico dos três conceitos principais, inerentes à investigação. Um primeiro capítulo, com foco no conceito central do “medo”, aborda - *O valor do medo: contributos das ciências sociais e da comunicação para os estudos do medo*. Um segundo capítulo, com foco no conceito central do “terrorismo”, aborda - *Terrorismo: Da problemática da definição às distintas perspetivas de investigação em ciências da comunicação*. Por fim, um terceiro capítulo, com foco no conceito central do “*framing*”, aborda - *O papel do framing na construção noticiosa*.

A Parte II da tese, compreende a totalidade da abordagem metodológica, de onde se destacam três capítulos. Um primeiro: apresenta o estudo realizado no inquérito por questionário, aplicado a uma amostra da população portuguesa; realiza uma análise e discussão de resultados; e culmina com uma síntese conclusiva do estudo. Um segundo: apresenta a análise de conteúdo e análise de *framing* realizada; identifica as questões de investigação associadas à análise de conteúdo; realiza uma global análise e discussão de resultados; e culmina com uma síntese conclusiva do estudo.

No seguimento do trabalho desenvolvido, surgem as conclusões finais que compreendem a discussão dos resultados da análise empírica efetuada, realizam um balanço da investigação, e identificam questões éticas e limitações associadas ao estudo. Ainda da conclusão, procuramos responder à seguinte questão, central na investigação considerada:

É possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem adotar frames (quadros) associados ao medo?

A fechar o presente documento, a totalidade das referências bibliográficas consideradas e os anexos.

Após abordar a estrutura da tese, cumpre-nos identificar a abordagem metodológica considerada em investigação. A referida abordagem, de recolha e análise de dados, considera enquanto etapas precedentes, a revisão de literatura e os contactos exploratórios. A mencionada revisão de literatura incide, essencialmente, em documentação académica reconhecida, orientada aos conceitos centrais da investigação - o “medo”, o “terrorismo” e o “*framing*” e às metodologias a adotar, nomeadamente, análise de conteúdo e de *framing*. Por sua vez, os contactos exploratórios realizados a investigadores e a académicos incidem, essencialmente, em dois pressupostos, a identificação das abordagens a adotar na investigação e a identificação de referências bibliográficas a considerar na revisão de literatura.

Concernente à análise empírica realizada, identificamos como primeira etapa metodológica da investigação, o inquérito por questionário, por via telefónica. O questionário teve a finalidade de obter as opiniões, de uma amostra da população portuguesa, concernentes à perceção de risco de atentados terroristas em Portugal, assim como da emoção medo, perante eventuais ocorrências de atentados. O estudo mencionado, resulta de uma parceria com a empresa *Aximage Comunicação e Imagem Lda.*, que disponibilizou o acesso a dados já trabalhados e a ser trabalhados por esta entidade, referentes a inquéritos e estudos de segurança e terrorismo. Os dados facultados pela *Aximage*, reportam-se à totalidade dos inquéritos e respetivas análises efetivadas, realizados trimestralmente, entre 2016 e 2018. A mesma parceria com a *Aximage* viabilizou, ainda, a inclusão de três questões, formuladas pelo autor deste trabalho, no inquérito promovido por esta em dezembro de 2018.

Uma segunda etapa da análise empírica da investigação de tese, compreende uma análise de conteúdo quantitativa e qualitativa. A referida análise de conteúdo, que abrange uma análise de *framing* (enquadramento), evidencia-se enquanto principal metodologia na considerada investigação. Dois estudos de caso são analisados no presente estudo. Um primeiro, reporta-se aos atentados terroristas ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015. Um segundo, aos atentados terroristas ocorridos em Bruxelas, a 22 de março de 2016. Um conjunto de etapas processuais são consideradas aquando da realização de análise de conteúdo e de *framing*. A destacar: (1) Reconhecimento e delimitação do *corpus* de análise a considerar no estudo; (2) Formulação de questões de investigação específicas da análise de conteúdo; (3) Elaboração de livro de código para codificação (*codebook*); (4) Identificação de *frames* (quadros) a incluir na análise; (5) Elaboração de grelha de análise para codificação. Concretizadas as etapas processuais, precedentes à análise de conteúdo e de *framing*,

procede-se à (6) Efetivação da codificação das notícias pré-definidas dos setores televisivo, imprensa, radiofónico e diário digital, que compõem o *corpus* de análise; (7) Formulação de análise conclusiva, referente à análise de conteúdo e *framing*, considerando as questões de investigação formuladas.

Por fim, identificamos como terceira e última etapa metodológica desta pesquisa, a entrevista semiestruturada. A aplicabilidade da entrevista, surge após a realização da análise de conteúdo, e incide em jornalistas, protagonistas diretos na cobertura dos atentados terroristas estudados, de Paris e Bruxelas. As referidas entrevistas ajudaram a compreender algumas das opções de cobertura noticiosa, tomadas pelos meios analisados. Após a recolha dos depoimentos dos jornalistas, em entrevista, os mesmos foram alvo de análise, no sentido de apurar as perspetivas dos intervenientes da cobertura noticiosa efetuada.

Para terminar, gostaríamos de enfatizar a utilidade e o valor científico desta investigação. Como mencionado anteriormente, os estudos científicos associados ao medo, encontraram dinamismo após 2001, com os atentados terroristas nos EUA. O medo tem vindo a ser estudado academicamente, por distintas disciplinas das ciências sociais, nomeadamente pela Psicologia Social, Filosofia, Geografia Humana, Sociologia e Comunicação. Altheide (2017, 2020a, 2020b), defende que os *media* assumem um papel central na sociedade contemporânea, na medida que exercem uma influência ímpar sobre a vida pública, reportando às audiências e aos públicos as ameaças e riscos quotidianos. O mesmo autor, argumenta que a cobertura noticiosa de atentados terroristas, impõe narrativas tendo como foco a propagação do medo, distorcendo premeditadamente o relato de determinados factos, com o objetivo de influenciar as opiniões e decisões do público (Altheide, 2016).

Vivenciamos, atualmente, períodos conturbados com a perduração de dois conflitos armados, que uma vez mais dividem o mundo em duas fações antagónicas e que assomam os *media* a nível internacional. Por um lado, o conflito israelo-palestiniano, que perdura desde 1948, e que desde os ataques ocorridos a 7 de outubro de 2023, já vitimou até ao momento, dezenas de milhares de civis e militares, de ambos os lados do conflito. Por outro lado, o conflito entre a Rússia e Ucrânia, que perdura desde 2014, que após o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, já vitimou ao momento, centenas de milhares de civis e militares, de ambos os lados do conflito.

A cobertura noticiosa de ambos os conflitos referenciados, tem feito ressurgir nos *media* ocidentais, enquadramentos noticiosos (*framing*) defensores da dicotomia narrativa, dos “bons” e dos “maus” (Pavlik, 2022; Springer, 2022). O mesmo enquadramento noticioso, foi adotado na cobertura da “Guerra ao Terror”, pelos mesmos *media* ocidentais, opondo o Ocidente dos “bons” e o Oriente dos “maus” (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

O identificado enquadramento assume, no caso do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, explícitas configurações, em que o primeiro protagonista, a Ucrânia, surge enquadrada como parte dos “bons”, reunindo o apoio de vários governos de países ocidentais, nomeadamente dos EUA e Reino Unido. Por sua vez, o segundo protagonista, a Rússia, surge enquadrada nos *media* como parte dos “maus”, reunindo apoio de um conjunto de países historicamente ligados ao comunismo, ou com estreitas ligações económicas à Rússia, nomeadamente a China e o Irão (Pavlik, 2022; Springer, 2022).

A cobertura noticiosa, pelos *media* ocidentais, do conflito israelo-palestiniano não tem assumido um tão explícito enquadramento dicotómico, entre os “bons” e os “maus” protagonistas. O enquadramento noticioso vigorante no Ocidente, que assume a Ucrânia como vítima e a Rússia como vilão, após a invasão da Ucrânia, não se assemelha a um enquadramento noticioso que assume Israel enquanto vítima, após a resposta militar que encetou contra a Palestina, em virtude dos ataques do *Hamas* em outubro de 2023. O apoio a Israel, por parte de vários países ocidentais, nomeadamente e novamente os EUA e o Reino Unido, não tem alterado o enquadramento noticioso de uma resposta militar de Israel, apelidada por muitos como desproporcional, contra a população civil palestina. Salientamos, contudo, que o terrorismo associado ao Islão volta uma vez mais a surgir, enquanto ameaça e risco ao Ocidente, no enquadramento jornalístico dos *media* ocidentais.

Terminamos esta Introdução, sustentando a utilidade e a pertinência da realização de estudos associados às Ciências da Comunicação, tendo como foco o medo do terrorismo, considerando a reconhecida relação simbiótica, entre terrorismo e *media*, de onde emerge a emoção medo (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017; Estêvão & Espanha, 2021). A par do defendido por Altheide (2017) sustentamos que o fomento de uma população crítica, consciente e esclarecida e de uma classe jornalística rigorosa, ética e responsável, perante a cobertura noticiosa de atentados terroristas, advém de mais e melhores estudos associados ao medo do terrorismo.

Parte I: Enquadramento teórico

1. O valor do medo: Contributos das ciências sociais e da comunicação para os estudos do medo

1.1. Introdução ao estudo do conceito

“O medo é esgotante. Na sua essência, o medo é uma reação a um perigo entendido como tal. Origina respostas perante a eventualidade de danos, consumindo energia, perante as opções de fugir ou não fugir” (Bude, 2018, p. 66).

Os Estudos do Medo, no campo das ciências sociais, têm, com o advento do século XXI, assumido uma relevância até à altura não verificada.

Com o início do novo século e do novo milénio, uma multiplicidade de novos medos surge, relacionados, em grande medida, com fenómenos geopolíticos e ambientais como o terrorismo, a imigração, as pandemias, os desastres ambientais e as crises económicas (Pain, 2010).

Este capítulo tem como finalidade a realização de uma revisão sistemática dos contributos das ciências sociais para os Estudos do Medo. O trabalho científico em apreciação tem o seu enfoque, maioritariamente, nos estudos realizados nas áreas científicas da Sociologia, Geografia Humana e Ciências da Comunicação.

Realizamos, em primeiro lugar, o estado da arte relativamente aos Estudos do Medo nas ciências sociais, nomeadamente na Psicologia, Filosofia, Sociologia e Geografia Humana.

Num segundo momento, contextualizamos os Estudos do Medo em temáticas destacadas pela relevância na investigação. São elas, a “Política do Medo”, a “Cultura do Medo”, o “Medo Global” e o “Discurso do Medo”.

Por fim, nas considerações finais, identificamos os pontos fulcrais das temáticas em cima referidas, evidenciando os principais elementos contraditórios na área dos Estudos do Medo e enumerando eventuais caminhos para uma investigação futura.

1.2. O estudo do medo nas ciências sociais

“Raramente é notado, mas o medo é a primeira emoção experienciada por um personagem na Bíblia. Não o desejo, não a vergonha, mas o medo” (Robin, 2004, p. 2).

Corey Robin, na sua obra *Fear: The History of a Political Idea* (2004), identifica o medo como a primeira emoção a ser vivenciada na Bíblia. No livro do Gênesis, e após Adão ter colhido e comido o fruto proibido, esconde-se de Deus. A razão evidenciada por Adão, para se esconder, foi:

“Ouvi a tua voz no jardim e, cheio de medo, escondi-me porque estou nu” (Bíblia, Gênesis, p. 28).

O medo, enquanto emoção, e as suas ressonâncias na sociedade, tem vindo a ser estudado e debatido por inúmeras disciplinas e áreas científicas específicas no âmbito das ciências sociais.

O medo começa, pois, a ser analisado enquanto conceito e consequência, realizando-se previsões dos seus efeitos na política interna e externa e nas relações com a sociedade ocidental (Pain, 2010).

Na Psicologia Social, o estudo do medo tem vindo a ser amplamente promovido e o campo de ação é de diversa ordem. Os estudos referentes à teoria do “Apelo ao Medo” (*Fear Appeal*), contam com décadas de trabalhos de investigação, em domínios tão distintos que vão do *marketing* até à saúde (Ruiter, Kessels, Peters & Kok, 2014).

Essencialmente, a mensagem por detrás da referida teoria, é: “se não fizer algo - comprar, votar, acreditar, apoiar, aprender, etc. - irá sofrer terríveis consequências” (Glascoff, 2000, p. 35).

O Apelo ao Medo é assim definido:

“Os Apelos ao Medo são mensagens persuasivas que tentam despertar o medo, enfatizando o potencial perigo e danos que irão ocorrer aos indivíduos se não adotarem as recomendações das mensagens veiculadas” (Dillard *et al.*, 1996, como citado em Tannenbaum *et al.*, 2015, p. 2).

A investigação desenvolvida e a sustentação de teorias associadas, permitem realizar previsões sobre o impacto da mensagem e a eficácia do Apelo ao Medo (Leventhal, 1970; Witte & Allen, 2000; de Hoog *et al.*, 2007 como citado em Tannenbaum *et al.*, 2015). Ainda no domínio da Psicologia Social e associados aos *media*, evidenciam-se os estudos académicos realizados a crianças e a jovens, por parte de Joanne Cantor (1998, 2006, 2011).

Igualmente na Filosofia, a análise do medo assume um papel de evidência. Corey Robin, na sua abordagem ao estudo do medo (Robin, 2004), concentrou-se em quatro filósofos

políticos, pela influência intelectual e repercussão política dos seus ideais. Os quatro pensadores estudados, escreveram acerca da temática do medo, em momentos históricos em que emergiam novos ideais políticos. Thomas Hobbes (1588-1679), foca-se no Estado Moderno¹⁰ (Hobbes, 1651 (1949)); Charles-Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu, conhecido como Montesquieu (1689-1755), aborda a ideologia do Liberalismo¹¹ (Montesquieu, 1748 (1988)). Alexis Charles Henri Clérel, Viscount de Tocqueville, conhecido como Alexis de Tocqueville (1805-1859), focaliza-se na Democracia Igualitária¹² (Tocqueville, 1835 (1969)); por fim, Hannah Arendt (1906-1975), aborda o conceito de medo a partir do Totalitarismo¹³ (Arendt, 1958, 1994).

Para além dos anteriormente referidos, outros filósofos, como Niccolò Machiavelli (1469-1527), com a sua obra *The Prince* (Machiavelli, 1532 (1981)) e Søren Kierkegaard (1813-1855), com a sua obra *Fear and Trembling* (Kierkegaard, 1843 (2006)), abordam também o medo como tema central. Os autores referidos são alguns dos precursores da análise das Políticas do Medo, temática que desenvolvemos mais à frente.

Na área científica da Geografia Humana, o estudo do medo assume igual pertinência e relevância. Investigações académicas de autores como Pain (2009, 2010), Pain e Smith (2008), Koskela (1997, 2010) e Koskela e Pain (2000) abordam o fenómeno da globalização do medo e as suas implicações geopolíticas. Hille Koskela, nas obras referenciadas, evidencia as questões de género face ao medo.

Outros estudos a destacar, na disciplina da Geografia Humana (Pain, 2009), são os de Gregory e Pred (2007) e Sparke (2007), ambos com enfoque no medo associado ao agendamento político; de Katz (2007) que aprofunda a difusão do medo com origem na “Guerra ao Terror”¹⁴; e por último de Abu-Orf (2012) que complementa a investigação de Yosef Jabareen (2006), relativamente ao “Espaço de Risco”, analisando a política de medo e o impacto que o medo tem na produção de espaços em ambientes violentos.

Nesta revisão de literatura aos estudos do medo, e considerando as várias disciplinas das ciências sociais, incluímos também a Sociologia.

¹⁰ Segundo a perspectiva weberiana, é um estado racional que detém o monopólio do uso legítimo da força física dentro do território que controla. É resultado do desenvolvimento da sociedade capitalista que por sua complexidade exige uma administração racional e burocrática.

¹¹ Doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos económico, político, religioso e intelectual, contra as intromissões e atitudes coercitivas do poder estatal.

¹² Democracia sustentada numa doutrina que defende a igualdade de direitos e oportunidades, para todos os seres humanos, no âmbito político, económico e social.

¹³ Sistema de governo em que todos os poderes ficam concentrados nas mãos do governante. No regime totalitário não existe espaço para a prática da democracia, nem garantias a direitos individuais.

¹⁴ Campanha militar liderada pelos Estados Unidos, em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. O então Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, declarou a “Guerra ao Terror” como parte de sua estratégia global de combate ao terrorismo.

Andrew Tudor, em *A (Macro) Sociology of Fear?* (2003), esclarece que uma adequada abordagem sociológica ao estudo do medo, deve considerar a componente teórica e a empírica para o entendimento da sociedade contemporânea. Clarifica que, o medo tem vindo a ser amplamente estudado, enquanto emoção, ao nível da Psicologia, contudo, os estudos referentes à sociologia das emoções, multiplicaram-se somente com o início do século XXI (Tudor, 2003).

Os referidos estudos, relacionados com a “Cultura do Medo”, iniciaram-se pela mão de dois sociólogos – Barry Glassner e Frank Furedi.

Glassner, com a sua obra *The Culture of Fear: Why Americans Are Afraid of Wrong Things* (1999), evidencia um conjunto de casos ou fenómenos, referentes à moderna cultura do medo. Glassner, denomina de “infundados” muitos dos medos que assolam a sociedade contemporânea norte americana (Glassner, 1999).

Furedi, na sua obra *Culture of Fear* (1997, 2002), refere o clima de medo generalizado e constante, com que se debate a sociedade moderna ocidental, que perspetiva exclusivamente respostas no âmbito da segurança (Furedi, 1997). Segundo o autor, a “Cultura do Medo” não deve ser entendida como uma resposta a perigos crescentes, mas uma explicação para a crescente perceção de insegurança (Furedi, 1997). Furedi, prossegue a sua investigação referente à “Cultura do Medo” questionando, na obra *How Fear Works: Culture of Fear in the Twenty-First Century* (2018), quem são os instigadores do medo? Qual o papel dos *media* na promoção do medo? E quem beneficia com a “Cultura do Medo”? Desenvolvemos uma análise à referida “Cultura do Medo”, mais à frente neste capítulo.

Para além dos referidos, outros sociólogos têm vindo a contribuir para os estudos do medo. David Altheide (1999, 2006, 2007, 2016, 2017, 2020a, 2020b, 2021), direciona a sua investigação para os impactos dos *media* na sociedade, nomeadamente na análise da relação entre os *media* e o medo e os *media* como ferramenta de controlo social. Ted Chiricos *et al.* (1997, 2000) direcionam a sua investigação à utilização concertada do medo pelos *media*, relativamente a várias dimensões de desordem social, como o crime, a violência e o terrorismo.

Outros estudos a evidenciar, referentes ao medo, transversais a várias disciplinas das ciências sociais são, nomeadamente: *The Liberalism of Fear* (Shklar, 1989); *The Politics of Everyday Fear* (Massumi, 1993); *The Abandoned Generation - Democracy Beyond the Culture of Fear* (Giroux, 2003) e *Liquid Fear* (Bauman, 2006).

Tendo como objeto de estudo o medo, torna-se fundamental e desde início, começar por definir este conceito enquanto emoção.

Segundo o *Oxford English Dictionary*, medo define-se como:

“Uma emoção desagradável causada pela ameaça de perigo, dor ou dano (Soanes, Stevenson, 2006, p. 519).

Corey Robin, em *Fear: A Genealogy of Morals* (Robin, 2000), realiza um conjunto de considerações no que concerne à definição de medo. Para tal cita:

“O medo não precisa de definição. É uma emoção primitiva e, por assim dizer, subpolítica” (Aron, 1968 como citado em Robin, 2000, p. 1086).

No seguimento da citação de Aron (1968), Robin (2000), adianta:

“De acordo com esse ponto de vista, o medo é uma resposta involuntária ao perigo, programada nos nossos cérebros ou uma emoção totalmente afetiva que reflete o nosso próprio desenvolvimento psicológico” (Freud, 1959 como citado em Robin, 2000, p. 1086).

Rachel Pain e Susan Smith, na sua obra *Fear: Critical Geopolitics And Everyday Life* (2008), adotam a perspectiva da Geografia Humana na definição de medo, da seguinte forma:

“O entendimento, ao nível do senso comum, do medo, retrata-o como uma resposta emocional a uma ameaça material. As pessoas têm medo de indivíduos, lugares, ações e eventos que infligiram, ou estão muito perto de infligir danos físicos ou psicológicos às mesmas ou àqueles que lhes são queridos” (Pain & Smith, 2008, p. 9).

Zygmunt Bauman, na sua visão “líquida” da sociedade moderna, define da seguinte forma o conceito de medo, na obra *Liquid Fear* (Bauman, 2006):

“Medo é o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito - do que pode e do que não pode - para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (Bauman, 2006, p. 8).

Alguns académicos sustentam que disciplinas como a Sociologia, poucos contributos relevantes têm facultado aos Estudos do Medo (Hankiss, 2001; Tudor, 2003; Furedi, 2007).

Elemér Hankiss (2001) argumenta que os Estudos do Medo têm sido negligenciados pela grande maioria das ciências sociais, encontrando-se a disciplina da Sociologia em evidência

pela pouca atenção e contributos dados à temática. Andrew Tudor (2003), realça fundamentalmente os contributos académicos da Psicologia Social, no que diz respeito aos Estudos do Medo.

Frank Furedi (2007) vai mais longe no que considera ser o papel da Sociologia relativamente ao Estudos do Medo, afirmando que a teorização do medo permanece subdesenvolvida e imatura.

Por outro lado, e enaltecendo estes mesmos contributos, George Ritzer inclui na obra *The Blackwell Encyclopedia of Sociology* (Ritzer, 2007), a explicação de Jackie Eller e Andrea Eller relativamente à seguinte questão: “Como é que os sociólogos estudam teoricamente e empiricamente o medo?” (Eller & Eller, 2007, p. 1650).

As autoras referem que o estudo sociológico das emoções, que emergiu há sensivelmente 40 anos, evidencia a emoção como um aspeto crucial na análise micro e macrosociológica da realidade social (Eller & Eller, 2007). Evidenciam-se neste contexto, e tendo o medo como objeto de estudo, Theodore Kemper (1987), que associa medo a poder argumentando que a perda de Poder (*status*) leva ao surgimento do medo. Jack Barbalet (1998), com base na investigação de Kemper, progride teorizando que o medo é uma emoção incapacitante e pode servir para sustentar relações de Poder (Eller & Eller, 2007).

As referidas autoras esclarecem ainda que, a literatura existente pode ser dividida em duas áreas centrais, amplas e sobrepostas – o medo enquanto emoção e o medo como consequência de ou motivação para relações sociais (Eller & Eller, 2007). No último caso referido, a preocupação é menor com o estudo da emoção *per se* e maior com o relacionamento do medo com ansiedade, pânico, risco, vitimização e controlo social.

Deborah Lupton, na sua obra *Risk* (1999) argumenta que medo e risco estão intimamente relacionados. Salaria ainda que: “o risco tem-se tornado um dos pontos focais de sentimentos de medo, ansiedade e incerteza” (Lupton, 1999, p. 12).

De evidenciar que, o principal fator que fomentou um maior interesse por parte das ciências sociais, relativamente aos estudos associados ao medo, foram os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (Robin, 2004).

Neste sentido, os estudos relativos à já referenciada “Cultura do Medo”, recolhem contributos predominantemente da disciplina da Sociologia. A introdução ao estudo do “Medo Global” (*Globalized Fear*) tem contribuições, essencialmente, da disciplina de Geografia Humana. Por sua vez, o estudo do “Discurso do Medo”, abarca contributos principalmente das disciplinas da Sociologia e das Ciências da Comunicação. Por último, o estudo da “Política do Medo”, acolhe contributos de disciplinas como a Sociologia e a Filosofia.

No seguimento, aprofundamos as temáticas identificadas, no que concerne aos Estudos do Medo nas ciências sociais. Iniciamos com a contextualização do surgimento da “Política

do Medo”, definidora de uma “Cultura do Medo”, promotora do “Medo Global”, através do “Discurso do Medo”.

1.3. A “política do medo”

Corey Robin, na obra supramencionada (2004), aborda o medo na perspectiva política. Identifica *Political Fear*, como o medo coletivo, que coloca em risco o bem-estar da sociedade, disseminado por grupos ou governos. O “Medo Político” (*Political Fear*) – medo de terrorismo, pandemias, entre outros, é inverso ao medo privado de cada indivíduo – medo de cobras, de alturas, entre outros, resultado da experiência e das particularidades psicológicas de cada indivíduo.

Robin desenvolve, afirmando que o “Medo Político” é frequentemente associado em exclusivo à ação governativa. Todavia, tal conexão verifica-se redutora, segundo o autor, no sentido em que o “Medo Político” é transversal às relações de Poder, onde se verifiquem subordinados e subordinadores. Refere ainda, que estas relações surgem de desigualdades sociais generalizadas, que se verificam, frequentemente, em relacionamentos de patrão/funcionário e marido/mulher (Robin, 2004).

Contudo, é o “Medo Político”, identificado anteriormente, e as relações de Poder associadas aos atos governativos, que dão origem à “Política do Medo”, que abordamos de seguida.

“O próprio medo tornou-se politizado a um ponto em que raramente se discute se devemos ou não ter medo, mas sobre quem ou o que devemos temer” (Furedi, 2018, p. 2).

Frank Furedi, enuncia desta forma a sua mais recente obra - *How Fear Works: Culture of Fear in the Twenty-First Century* (2018), tendo as particularidades do medo no século XXI, como objeto de estudo.

O mesmo autor, em obra anterior intitulada *Politics of Fear - Beyond Left and Right* (2005), argumenta que a terminologia “Política do Medo” coloca implicitamente a classe política na manipulação consciente das ansiedades das populações, com vista a realizar os seus objetivos governativos e políticos. Adianta ainda que o medo é assumido como um recurso importante de conquista de eleitorado, promovendo agendas políticas (Furedi, 2005).

Ambos os autores, nas obras supramencionadas, referem uma data e um conjunto de acontecimentos específicos como paradigmáticos, quanto à aplicação das políticas do medo.

Robin refere que, o medo relativamente ao terrorismo é resultado essencialmente dos ataques de 11 de setembro de 2001 e do decorrente conflito com o Islão radical (Robin, 2004).

Furedi adianta que, após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o medo passou a ser um argumento governativo recorrente. A validação pelo congresso norte-americano, quarenta e seis dias após os ataques terroristas, do *Patriot Act*¹⁵, com as implicações que o mesmo teve sobre os direitos civis, é revelador de uma agenda política governativa valorizadora da dominação pelo medo (Furedi, 2005).

David Altheide, na segunda edição da obra *Terrorism and the Politics of Fear* (2017), declara que: “o medo expandiu-se após o 11 de setembro” (Altheide, 2017, p. 131). Altheide, referenciando o caso norte americano pós-11 de setembro, adianta que, a “Política do Medo” conduziu ao reconhecimento de novos riscos, alicerçados por uma revolução digital, com o surgimento dos novos *media* e pelo advento dos dispositivos móveis. Segundo o autor, a campanha presidencial desenvolvida por Donald Trump na rede social *Twitter*, relativamente aos imigrantes e terroristas, é paradigmática enquanto “Política do Medo” (Altheide, 2017). O mesmo autor agrega o “Discurso do Medo”, veiculado na cobertura mediática do terrorismo, à “Política do Medo”, com o propósito de definir uma narrativa assente no espraiamento de riscos e ameaças, impondo a pronta atuação protetora dos decisores políticos (Altheide, 2017). Segundo Altheide (2020a), a “Política do Medo” é um subproduto de notícias sensacionalistas e de entretenimento, que têm como fundamento, o aumento das audiências dos meios de comunicação. Maximiliano Korstanje (2020), perfilando dos argumentos de Altheide (2017), referencia o último debate presidencial entre Hilary Clinton e Donald Trump, em 2016, que sintetiza os dois maiores medos da história norte americana. Segundo o autor, Clinton enfatiza o medo de uma tirania republicana e Trump, o medo da imigração em massa e dos muçulmanos (Korstanje, 2020). O mesmo autor, declara ainda, sem a “Guerra ao Terror”, Donald Trump nunca teria ganho a presidência dos EUA (Korstanje, 2020).

Ainda relativamente à “Política do Medo”, precursores pensadores da temática, como os anteriormente referenciados, Machiavelli em 1532 e Hobbes em 1651, enfatizam, nas suas obras os condicionamentos da politização do medo.

Machiavelli refere que: “É preferível ser temido do que amado, se não conseguir ser ambos” (Machiavelli, 1981, p. 98). Desta forma o filósofo aconselha a classe governante a como assegurar o Poder, justificando que a manutenção da ordem pública resulta da coação e da gestão do medo (Machiavelli, 1981).

Igualmente Hobbes reconhece a “Política do Medo” como a condição essencial para a consolidação da ordem e da estabilidade na sociedade (Hobbes, 1651 (1949)). Para o filósofo, a dissuasão de uma experimentação social efetivava-se através da disseminação do medo. Na obra *De Cive or The Citizen* (1949), Hobbes afirma que:

¹⁵ Lei de 2001 para unir e fortalecer a América, fornecendo instrumentos apropriados requeridos para interceptar e obstruir o terrorismo.

“Devemos concluir então, que a origem de todas as sociedades, grandes e duradouras, não é a boa vontade mútua que os homens têm entre si, mas sim o medo mútuo que nutrem uns pelos outros” (Hobbes, 1949, p. 24).

David Altheide, em *The Media Syndrome*, (2016), aborda o tema da “Política do Medo”, na perspectiva do discurso efetivado pelos *media*. O autor argumenta que os *media* distorcem, premeditadamente, o relato de determinados acontecimentos, com o intuito de influenciar as opiniões e decisões do público (Altheide, 2016). Altheide desenvolve, referindo que os mesmos *media*, na sua distorção da realidade, não necessitam de recorrer a uma evidente argumentação sustentada pelo embuste ou falácia, bastando para tal orientar as suas estratégias comunicacionais para um enquadramento específico, noticiando determinados acontecimentos em detrimento de outros e disponibilizando as narrativas em formatos de entretenimento. Desta forma, a narrativa associada ao “Discurso do Medo”, emprega reconhecidos procedimentos, valorizando ora a ocultação, ora a repetição de factos, recorrendo a recursos visuais trágicos, com a finalidade última de suscitar emoções exacerbadas junto ao público (Altheide, 2016).

O autor identifica o que denomina de *Media Syndrome* (Síndrome dos *Media*), como o principal repositório de símbolos coletivos e familiares do medo. A narrativa do medo, empregue pelo poder político e pelos *media*, compreende na sua argumentação respostas como a segurança e a proteção das comunidades (Altheide, 2016).

Segundo o autor, a referida síndrome remete para a guerra contra o terrorismo, refletindo em larga escala o poder da “Política do Medo”. Em paralelo, e por via da referida política, verificam-se alterações sociais e políticas, estimulando distintos tipos de medo nas populações (Altheide, 2016). O mesmo autor refere que os norte americanos viabilizaram a redução das liberdades civis sob o pretexto de que a sociedade após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 sofreu alterações. Com o fundamento da proteção da população contra terceiros, incorre-se na e aceita-se a violação de liberdades civis, alicerçadas pela constituição (Altheide, 2016).

As narrativas e os discursos de medo, resultantes dos referidos ataques terroristas, refletem uma identidade cultural nacional focada no *marketing*, no consumismo e no medo (Altheide, 2016).

Abordamos de seguida a temática da “Cultura do Medo”, estudada fundamentalmente pela disciplina da Sociologia.

1.4. A “cultura do medo”

“A experiência básica que determina o horizonte de expectativas das gerações do pós-guerra não é mais a guerra, mas uma paz potencialmente enganosa que traz consigo fontes muito diferentes de medo” (Bude, 2018, p. 111).

É desta forma que Heinz Bude se refere e coloca em comparação, na sua obra *Society of Fear* (2018), as experiências associadas ao medo de uma geração que viveu e combateu a II Guerra Mundial e uma geração posterior que sustenta toda uma “Cultura do Medo”.

Como referido anteriormente, é com a disciplina da Sociologia que os estudos referentes à “Cultura do Medo” surgem e se desenvolvem. Acadêmicos como Barry Glassner (1999, 2018) e Frank Furedi (1997, 2002), compilam obras de referência com incidência na temática.

Andrew Tudor (2003) referindo-se às obras dos autores supramencionados, argumenta a existência de várias “Culturas do Medo”, ao invés de uma única “Cultura do Medo”. Tudor (2003) argumenta que, a sociedade moderna difunde junto ao indivíduo não uma, mas diversas e distintas mensagens de indução de medo, considerando a multiplicidade de padrões culturais e de grupos sociais.

Barry Glassner (1999) citando o cineasta Alfred Hitchcock: “Não há terror no estrondo, apenas na antecipação dele” (1999, p. 3), enfatiza o enraizamento da “Cultura do Medo” e a forma como os cenários e o fantástico, substituem os factos. O mesmo autor refere que bilhões de dólares são gastos todos os anos em virtude de riscos irreais, resultantes de medos ilegítimos, propagados por líderes de opinião, nomeadamente pela classe política e pelos *media* (Glassner, 1999, 2018).

“A Cultura do Medo explica por que razão na sociedade contemporânea, existem preocupações obsessivas com a segurança” (Furedi, 2002, p. 6).

Frank Furedi, na sua obra *Culture of Fear – Revised Edition* (2002), refere que as sociedades ocidentais na atualidade, possuem um incomparável relacionamento com a dor, a morte, o sofrimento ou as doenças debilitantes, por referência a qualquer outra época da história. Apesar disso, segundo o autor, estas mesmas sociedades contemporâneas ocidentais assumem o medo como parte integrante das suas vidas, nas suas mais variadas vertentes (Furedi, 2002).

Furedi destaca, como tópico central da obra mencionada (Furedi, 2002), o medo da sociedade em assumir riscos. O autor evidencia a atual predominância e vulgarização de especialistas e de publicações de autoajuda. Em casos reportados pelo autor, o próprio envolvimento emocional é assumido como um risco a evitar.

“A comunicação do risco, não a experiência pessoal, é a maior causa para o medo nos dias de hoje” (Guzelian, 2004 como citado em Furedi, 2007, p. 3).

Em *The Only Thing We Have to Fear is the ‘Culture of Fear’ Itself* (2007), o autor refere que após os atentados em Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001, o medo disseminou-se por quase todos os aspetos da vida moderna. Menciona que, o que anteriormente era percebido como um risco razoavelmente normal, passa a ser entendido como um risco excepcional, associado muitas vezes à ação de terroristas. Argumenta, pois, que, deixámo-nos de preocupar tanto pelo risco associado a centrais nucleares, tememos mais que estas mesmas centrais nucleares, sejam utilizadas por terroristas como armas de destruição em massa. Furedi, conclui com a seguinte afirmação:

“Hoje, os políticos são muito mais propensos a aconselhar o público a temer tudo, inclusive o próprio medo” (Furedi, 2007, p. 8).

Assim, e segundo a literatura, a “Cultura do Medo”, com as suas implicações, é transversal e difunde-se universalmente.

De seguida abordamos as temáticas do medo global e da geopolítica do medo, estudadas essencialmente pela disciplina da Geografia Humana.

1.5. O “medo global”

Rachel Pain, em *Globalized Fear - Towards an Emotional Geopolitics* (2009), perspetiva o atual medo global como uma poderosa metanarrativa, popular nas análises da relação entre medo, terror e segurança. Pain, adianta que existem duas condicionantes para as referidas metanarrativas do medo se assumirem como globais.

A primeira é a perceção, muitas vezes subentendida como tal, que as emoções estão a ser produzidas e circulam a uma escala global. Este argumento tem vingado na academia, nomeadamente no trabalho da disciplina da Geografia Humana e em análises políticas com enfoque na segurança e terror (Pain, 2009).

A segunda condicionante, identificada por Pain, no que diz respeito à globalização das explicações e processos é que tendencialmente os mesmos são priorizados e discutidos como aplicados a todos o tempo todo (Pain, 2009).

Na já referenciada obra de Rachel Pain e Susan Smith (2008), as autoras adiantam que até determinado período da história o medo estava circunscrito a riscos reais e imaginários em ambientes predominantemente locais. A modificação de paradigma surge, segundo as autoras, com o início da “Guerra ao Terror” e com a representação e discussão do risco e do

medo, como fenômenos globais (Pain & Smith, 2008). O medo passou a focar-se, primordialmente, em questões de dimensão internacional, como imigração, pandemias e terrorismo, ao invés das preocupações das décadas anteriores, com foco na vida quotidiana local (Pain & Smith, 2008).

Hille Koskela, em *Fear and Its Others* (2010), menciona que a produção social do medo não ocorre através das experiências pessoais de um indivíduo, mas através das experiências dos outros, viabilizadas e promovidas por conversas interpessoais e através dos *media* (Furedi, 2007; Koskela, 2010).

Associada à produção social coletiva do medo, Koskela identifica o processo de “*Othering*”¹⁶ como fórmula de associar direta ou indiretamente “outro indivíduo” a alguém potencialmente perigoso. O medo alia-se, em resultado, ao preconceito, ao ódio e à raiva (Koskela, 2010).

A mesma autora referencia “Os Outros” no contexto do terrorismo global, frequentemente presentes no imaginário coletivo. A mencionada pressuposição viabiliza preconceitos generalizados e fomenta a defesa territorial (Koskela, 2010). A segurança e a defesa não são as primordiais preocupações do referido processo, são sim as de manter a diferença e a exclusão (Abu-Orf, 2012).

Koskela (2010) adianta também que os atentados terroristas nos EUA, a 11 de setembro de 2001, e os atentados que se lhes seguiram em Madrid, a 11 de março de 2004 e em Londres, a 7 de julho de 2005, assinalaram de forma determinante a definição de medo. As ameaças locais foram substituídas, ou pelo menos combinadas, por ameaças globais. Uma das particularidades do terrorismo contemporâneo é a sua faculdade de influenciar a vida quotidiana, ora pela sua aleatoriedade, ora pela sua capacidade de afetar toda uma sociedade, através do medo (Koskela, 2010).

A nova condição de vida na sociedade ocidental revê-se na “Cultura do Medo”, onde predomina o receio, a desconfiança e a exclusão relativamente aos estranhos, aos “Outros” (Koskela, 2010).

Koskela (2010) salienta ainda que o medo do terrorismo é uma combinação de experiência coletiva com retórica política e manifestação pública. O evidenciado “Medo Global” está cada vez mais associado a questões de inclusão e exclusão, de definição de limites e incriminações, de conflitos sociais e divisões espaciais. As experiências e emoções individuais refletem acontecimentos globais, reações nacionais e representações mediáticas (Koskela, 2010).

¹⁶ *Othering* descreve a ação redutora de rotular uma pessoa como alguém que pertence a uma categoria social subordinada definida como o Outro. A prática de *Othering* é a exclusão de pessoas que não se encaixam na norma do grupo social (*The New Fontana Dictionary of Modern Thought*, Third Edition (1999), p. 620).

Arjun Appadurai, em *Fear of Small Numbers* (2006), evidencia o medo relativamente ao mais fraco e à necessidade da criação de “Outros” coletivos, estimulando a dinâmica do estereótipo e do conflito identitário.

Heinz Bude (2018), reportando-se ao medo relativamente ao “Outro”, adianta que o comportamento xenófobo que identifica os imigrantes como concorrentes na luta por recursos escassos aliou-se, desde o 11 de setembro de 2001, com um medo latente perante o Islão.

Rachel Pain (2009) destaca a nova geopolítica do medo e a sua dimensão transnacional. O medo é orientado por agendas políticas específicas, produzido e imaginado de forma célere e difundido de um local para o outro do mundo. A autora destaca os argumentos de Mythen e Walklate (2006), no que concerne ao “Medo Global”, referindo que os atentados terroristas ocorridos no Ocidente são alvo de atenção contínua e desproporcional, devido à sua utilidade política e sociocultural (Pain, 2009).

Pain (2009) identifica um conjunto de fraquezas na conceptualização do medo enquanto fenómeno global. A crítica tem por foco parte do trabalho académico realizado acerca da temática abordada. A análise da referida autora identifica um total de cinco fraquezas, das quais evidenciamos duas.

O (1) *medo de quem?* – reportando-se uma vez mais ao terrorismo, argumenta que o medo após um atentado não é generalizado entre as populações ocidentais e que rapidamente tende a desaparecer. Ainda que, nas mesmas populações, se verifiquem com maior nitidez efeitos do medo em determinados grupos marginalizados, nomeadamente em comunidades muçulmanas (Pain, 2009). A autora argumenta que tem existido pouco rigor na academia no que diz respeito ao estudo do “Medo Global”, nomeadamente na identificação de quem o nomeia como tal, quem o reclama e ainda quem realmente o sente. O estatuto de medo, enquanto fenómeno global, tem efeitos particularmente nocivos, na opinião da autora (Pain, 2009, 2010).

O (2) *medo dos privilegiados é mais relevante de estudar?* – considerando o foco de alguns académicos ao analisar o medo no mundo ocidental, definindo-o como “Medo Global”. Ainda tendo o terrorismo como objeto de estudo, a autora argumenta que no que diz respeito à “Guerra ao Terror”, os danos e a devastação têm sido significativamente maiores fora do mundo ocidental (Pain, 2009; Pain & Smith, 2008). A dimensão étnica e racial sobressai, identificando “Os Outros” como isentos de medo, mas como responsáveis pela origem do medo. Pain enfatiza que as teorias do “Medo Global” deveriam ser contestadas e revistas, adotando-se futuramente o pressuposto de que o medo é uma prerrogativa de uma minoria da população mundial (Pain, 2009).

Zygmunt Bauman (2006) caracteriza a atual sociedade ocidental como sendo a mais tecnologicamente evoluída e segura da história da humanidade, porém a mais vulnerável a

sentimentos de insegurança e medo. Desenvolve atestando que em tempo algum se investiu tanto em proteção e segurança, acrescentando: “O medo enraíza-se nos nossos motivos e propósitos, instala-se nas nossas ações e satura as nossas rotinas diárias” (Bauman, 2006, p. 133).

O fenómeno da globalização do medo, tem vindo a ser abordado essencialmente, a nível académico, na perspetiva do mundo ocidental. Surgem, assim, críticas dentro da própria academia à definição e sustentação de uma teoria de “Medo Global”, que exclusivamente retrata uma sociedade ocidental “privilegiada”.

De seguida abordamos o tema do “Discurso do Medo”, estudado essencialmente pelas disciplinas da Sociologia e Ciências da Comunicação.

1.6. O “discurso do medo”

“É minha firme convicção de que a única coisa que temos a temer é o próprio medo” (Franklin Roosevelt).

Aquando da referida declaração, no contexto da Grande Depressão, o Presidente norte americano Franklin Roosevelt não imaginava o papel futuro dos *media* na difusão do medo (Altheide & Michalowski, 1999). O medo é compreendido e apreendido como real para alguns de nós e virtualmente real para a maioria de nós (Glassner, 1999; Pain & Smith, 2008).

Como sustentado por Altheide (2017), um discurso público do medo convida à aplicabilidade e aceitação de uma “Política do Medo”.

Hille Koskela (2010), define da seguinte forma “Discurso do Medo”:

“A comunicação de ameaças, a consciência simbólica e a expectativa de perigo e risco - são parte essencial da vida quotidiana. A produção social do medo ocorre em múltiplos cenários formais e informais: nas advertências dos pais e cônjuges, nas conversas e rumores diários, através dos *media*, nos anúncios de prevenção à criminalidade, entre outros. Todos eles fomentam a imaginação de ameaças, transmitem estratégias de não exposição, assim como definem espaços de perigo e espaços seguros” (Koskela, 2010, p. 12).

David Altheide (2006), referindo-se ao tema afirma que: “o maior impacto do “Discurso do Medo” é promover um sentimento de desordem e a crença de que as coisas estão fora de controlo” (Altheide, 2006, p. 420). Desenvolve, argumentando, que o “Discurso do Medo” considera mais do que conversação e escrita, sustenta-se por toda uma forma de falar e escrever. A regulação do discurso impõe normas formais e informais acerca do que pode ser

dito, como pode ser dito e a quem pode ser dito (Altheide, 2006). Sendo a linguagem a principal forma de expressar emoções, regular o discurso é regular emoções. A consequência última é regular e controlar a ação (Altheide, 2006).

Altheide vai mais além sustentando que quando uma tipologia de discurso é instituída como padrão, assume-se como ferramenta de viabilização de desigualdades, regulando não só a emoção e o pensamento, como acentuando diferenças e erigindo barreiras face aos referidos “Outros” (Altheide, 2006).

Em *Media Logic, Social Control, and Fear* (Altheide, 2013), na já referenciada obra *The Media Syndrome* (Altheide, 2016), e em *Media Logic, Fear, and the Construction of Terrorism* (Altheide, 2021), o autor enfatiza que o “Discurso do Medo” está intimamente associado ao formato de entretenimento nos *media*, nomeadamente à atividade noticiosa, contribuindo para a difusão do medo (Altheide, 2013). Ainda Altheide (2021), enfatiza que os *media* privilegiam conteúdos sensacionalistas, promovendo o discurso lúdico do medo (Altheide, 2020a, 2021). Para além dos conteúdos divulgados pelos *media*, outros surgem, com a mesma índole, divulgados em plataformas digitais como o Facebook, Youtube, Instagram, Twitter, entre outras, de fontes, muitas vezes não credíveis ou falsas (Altheide, 2020a, 2021).

George Gerbner e a sua equipa de investigação (Gerbner *et al.*, 1979, 1986; Signorielli & Morgan, 1988; Gerbner, 1998; Shanahan & Morgan, 1999; Morgan & Shanahan, 2010), em ampla obra relacionada com a “Teoria da Cultivação” (*Cultivation Theory*)¹⁷, onde analisam os efeitos a longo prazo da televisão junto ao público, nomeiam e evidenciam o “Síndrome do Mundo Cruel” (*Mean World Syndrome*), como sustentador do medo. Argumentam que, ao contrário das usuais pressuposições, não existem efeitos diretos entre o visionamento de violência na televisão e a estimulação de comportamentos agressivos no público. Contudo rebatem, que a visualização destes mesmos conteúdos violentos pelo público, cultiva percepções de medo, risco e desconfiança (Shanahan & Morgan, 2010).

Indissociável à grande maioria dos académicos que analisam o medo, nomeadamente aqueles que adotam o “Discurso do Medo” como objeto de estudo, surge o caso do terrorismo, uma vez mais com os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a subsequente “Guerra ao Terror”, a encabeçar os casos estudados. Os atentados terroristas em consideração, como anteriormente referido, são paradigmáticos e transversais aos Estudos do Medo.

Em 1999, sensivelmente dois anos precedentes aos referidos atentados terroristas, Altheide e Michalowski evidenciam que o medo cruza a cultura popular e os *media* noticiosos (Altheide & Michalowski, 1999). Segundo os autores, o termo “Medo” é empregue enquanto

¹⁷ A Teoria da Cultivação, essencialmente, sugere que a televisão é responsável por moldar ou “cultivar” as concepções de realidade social dos espectadores.

substantivo, verbo, advérbio ou adjetivo, surgindo como um recurso nos vários formatos noticiosos. O “Discurso do Medo”, privilegiado pelos formatos informativos e de entretenimento, viabiliza a comunicação difusa, a consciência simbólica e a expectativa de que o perigo e o risco são parte central da vida quotidiana (Altheide & Michalowski, 1999).

Como anteriormente referido, os atentados de 11 de setembro de 2001 mergulharam as sociedades ocidentais contemporâneas num contexto regido pelo medo e insegurança (Beck, 2002). Ulrich Beck sustenta que, os atentados terroristas conduziram a um integral colapso na linguagem conhecida até então, nomeadamente no entendimento de conceitos como Segurança, Terrorismo ou Guerra (Beck, 2002).

Hille Koskela (2010) argumenta que o medo está no cerne do novo racismo. O mesmo aumenta as tensões nas relações raciais e religiosas, proliferando a intolerância, o antissemitismo e a islamofobia.

Os discursos mediáticos amplificam a dicotomia entre o Bem e o Mal, minando a comunicação democrática e o consenso (Kellner, 2004). Kellner prossegue argumentando que um atentado terrorista é, entre outras coisas, um espetáculo de terror em que uma vasta audiência e a atenção global são fundamentais (Kellner, 2004).

Altheide em *Media Culture and the Politics of Fear* (2016), destaca a investigação do *New York Times/CBS News*, de 10 de dezembro de 2015, que menciona que desde o período dos ataques de 11 de setembro de 2001, os norte americanos não demonstravam tanto medo de um eventual ataque terrorista como na altura do estudo, em 2015 (Altheide, 2016). Segundo o autor, a atual cultura dos *media* surge como a principal responsável pela proliferação do “Discurso do Medo”, sendo que as redes sociais digitais, associando-se ao esforço, amplificam em larga escala os ecos do mesmo discurso (Altheide, 2016).

O mesmo autor, em obra posterior já referenciada, argumenta que, no seguimento dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001: “os *media* mudaram o terrorismo e o terrorismo mudou os *media*, tornando-os mais instantâneos, pessoais e visuais” (Altheide, 2017, p. 131). Altheide sustenta que os *media* são a instituição social com o papel mais relevante, na medida que exercem enorme influência sobre a vida pública, reportando às audiências e aos públicos as ameaças e riscos quotidianos (Altheide, 2017).

A disseminação do medo, associado ao crime e ao terrorismo, rotiniza o nosso quotidiano e propicia o surgimento de políticas governamentais de segurança e vigilância. Altheide mencionando os assassinatos de San Bernardino¹⁸ nos EUA, a 2 de dezembro de 2015, relata que, duas semanas após o acontecimento, diversos revendedores de armas triplicaram as suas vendas (Altheide, 2016, 2017). Segundo o mesmo autor, o medo suporta o consumo como uma forma de sustentar uma identidade cultural nacional (Altheide, 2017).

¹⁸ Tiroteio em San Bernardino, Califórnia, EUA, originou a morte de 14 pessoas e feriu 22.

Bauman (2006), acerca do aproveitamento comercial associado à difusão do medo, menciona que a sociedade ocidental contemporânea tende a fortalecer-se contra perigos visíveis e invisíveis, atuais, previstos e imaginários. Vigoram as edificações de muros, a vigilância por CCTV¹⁹, os guardas armados, os veículos blindados e as aulas de defesa pessoal (Bauman, 2006).

1.7. Síntese conclusiva

O medo, enquanto experiência, é transversal a seres humanos e animais. Perante a presença de uma ameaça, uns e outros optam entre as alternativas de fuga e agressão (Bauman, 2006).

O medo, enquanto emoção nos seres humanos, tem vindo a ser investigado e discutido por várias disciplinas das ciências sociais, nomeadamente pela Psicologia Social, Filosofia, Geografia Humana, Sociologia e Comunicação.

Opiniões discordantes surgem, na academia, relativamente à pertinência dos contributos das ciências sociais aos Estudos do Medo. Argumentos de negligência por uma área em específico ou pela totalidade das ciências sociais, pelos referidos Estudos do Medo, surgem pela mão de autores como Andrew Tudor (2003) e Frank Furedi (2007).

Os contraditórios surgem, na nossa opinião, mais relevantes para análise, no que diz respeito aos Estudos do Medo. Destacamos os mesmos, no decorrer destas considerações finais.

No que se refere ao Estudos do Medo, nas ciências sociais, elegemos quatro temáticas enquanto objeto de análise. São elas a “Política do Medo”, a “Cultura do Medo”, o “Medo Global”, e por último o “Discurso do Medo”. Considerámos as referidas temáticas, na perspetiva de que o seu enquadramento nas ciências sociais se formaliza maioritariamente nas disciplinas da Sociologia, Ciências da Comunicação e Geografia Humana. É relativamente consensual que uma análise dos Estudos do Medo, na perspetiva de outras disciplinas das ciências sociais, nomeadamente na Psicologia Social e na Filosofia, suscita distintos enquadramentos e conclusões. Ainda assim, procurámos abranger, sempre que justificável ao enfoque do estudo, contribuições das disciplinas referidas.

O périplo pelas temáticas elegidas inicia-se pela “Política do Medo”.

Uma análise à abordada “Política do Medo”, esclarece que a grande generalidade dos autores, que tomam a temática como objeto de estudo, associa a classe política à manipulação consciente das populações, através do medo, para fins governativos (Machiavelli, 1981; Hobbes, 1651 (1949); Robin, 2004; Furedi, 2005; Altheide, 2016, 2017).

¹⁹ *Closed-Circuit Television.*

Paradigmático, no que concerne aos Estudos do Medo, e à temática em consideração – “Política do Medo” – são os acontecimentos relacionados com os ataques de 11 de setembro de 2001 e decorrente período, designado por “Guerra ao Terror” (Robin, 2004; Furedi, 2005; Altheide, 2016, 2017).

Vários autores argumentam que os *media* impuseram, nos acontecimentos referenciados anteriormente, e continuam a impor, narrativas tendo como foco a disseminação do medo, distorcendo premeditadamente o relato de determinados factos, com o objetivo de influenciar as opiniões e decisões do público (Altheide, 2016). Mais adiante identificamos, na análise ao “Discurso do Medo”, opiniões divergentes relativamente ao papel dos *media*.

A temática, identificada pelos autores, da “Cultura do Medo”, reconhece o trabalho académico de dois precursores. Barry Glassner (1999, 2018) e Frank Furedi (2002, 2018) elaboraram obras de referência, no que concerne à supracitada “Cultura do Medo”. Em virtude de riscos irreais e medos descabidos, disseminados pela classe política e pelos *media*, são gastos, todos os anos e à escala planetária, biliões de dólares em segurança e defesa (Glassner, 1999, 2018).

Bauman (2006), Bude (2018) e Furedi (2018) em obras distintas, mas analisando a mesma “Cultura do Medo”, argumentam que: a atual sociedade ocidental caracteriza-se por ser a tecnologicamente mais evoluída e segura da história da humanidade, contudo a mais insegura e receosa (Bauman, 2006). As gerações do pós II Guerra Mundial, não tendo vivenciado generalizadas e concretas experiências de medo, são quem sustenta toda uma “Cultura do Medo” (Bude, 2018). Existe, na sociedade contemporânea, um afastamento relativamente a valores como a coragem, o julgamento e a responsabilidade, fundamentais na gestão do medo. A atual socialização dos jovens viabiliza a fragilidade própria e a intimidação pela incerteza (Furedi, 2018)

Na abordagem à temática do “Medo Global”, evidencia-se o trabalho académico centrado na mundialização do fenómeno do medo. Uma vez mais, os acontecimentos associados ao 11 de setembro de 2001 e a posterior “Guerra ao Terror”, evidenciam-se como paradigmáticos, desta feita pelas suas ressonâncias a nível mundial (Koskela, 2010).

O medo enquanto fenómeno global, não surge por meio da experiência pessoal do indivíduo, viabiliza-se através da experiência de terceiros, sustentada por narrativas promovidas por conversas interpessoais e pelos *media* (Koskela, 2010).

A geógrafa Rachel Pain, encabeça as críticas genéricas à academia, que abordando o “Medo Global”, o assume e retrata exclusivamente perante uma sociedade ocidental “privilegiada”. A autora alega fraquezas na abordagem ao estudo do “Medo Global”, nomeadamente na identificação de quem o nomeia como tal, quem o reclama e ainda quem o realmente o sente (Pain, 2009, 2010).

Por último, abordando a temática do “Discurso do Medo”, destacamos que o objetivo primordial da narrativa associada ao medo, é a promoção de um sentimento de desordem e convicção de que as situações estão fora de controlo (Altheide, 2006). Os *media* assumem um papel central na sociedade contemporânea, na medida que exercem uma influência ímpar sobre a vida pública, reportando às audiências e aos públicos as ameaças e riscos quotidianos (Altheide, 2017, 2020a, 2020b).

Através de discursos mediáticos, intensificadores das narrativas associadas ao Bem e ao Mal, promove-se o défice democrático (Kellner, 2004). Esta comunicação de riscos e ameaças, disseminadora do medo, viabiliza e sustenta, com pouca reprovação por parte da sociedade civil, políticas governamentais de segurança e vigilância (Altheide, 2017). As repercussões da ação dos *media*, na sustentação do “Discurso do Medo”, originador de uma “Cultura do Medo”, tem suscitado dentro da academia posicionamentos distintos. Altheide e Furedi, associam aos *media*, distintos papéis e importância no que concerne à promoção da “Cultura do Medo”. Altheide (2017) revê de valor crucial o papel dos *media*, e do seu discurso, na conceção de uma “Cultura do Medo”.

“Os *media* são a mais importante fonte de informação e controlo social, na medida em que tornam o medo a nossa vida, a nossa linguagem e o nosso ponto de vista” (Altheide, 2017, p. 2).

Ainda:

“O Discurso do Medo é construído através de formatos evocativos de entretenimento que promovem a experiência visual, emocional e dramática que pode ser vivenciada, compartilhada e identificada com a audiência” (Altheide, 2017, p. 97).

Furedi, (2018) contrapõe, argumentando que:

“Apesar de terem um papel proeminente, os *media* não são uma força onipotente responsável pela construção da Cultura do Medo. Tal avaliação simplista, da relação entre os *media* e o medo do público, desvia atenções relativamente ao papel vital dos *media* na mediação do medo” (Furedi, 2018, p. 15).

Alega ainda que:

“A contribuição mais relevante dos *media*, não é tanto a forma como molda e comunica uma ameaça específica, mas seu papel na vulgarização e normalização de uma linguagem e de um sistema de símbolos e significados para interpretar as experiências da sociedade” (Furedi, 2018, p. 16).

Carla Machado, na sua obra *Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do Outro* (2004), sustenta que a dramatização, a novidade e a atipicidade determinam a relevância jornalística de um tema.

Por fim destacamos possíveis trajetos futuros para os Estudos do Medo. Os argumentos evidenciados têm por base a revisão da literatura realizada.

Os Estudos do Medo, na vertente das ciências sociais, têm vindo a ser alvo de contestação no que diz respeito à pertinência dos seus contributos. Reiteramos que a relevância da realização dos referidos estudos é, na atualidade, plenamente justificável, considerando os disseminados “discursos de medo”, propiciadores de “políticas de medo”, que colocam em risco liberdades civis fundamentais e fazem parte integrante das sociedades contemporâneas.

A opinião partilhada por alguns dos mais conceituados académicos, na vertente dos Estudos do Medo, destaca o papel primordial da educação e literacia do público jovem e adulto, no que concerne à “Política do Medo” (Altheide, 2017; Bude, 2018; Furedi, 2018). As ressonâncias do “Discurso do Medo” e os efeitos da “Política do Medo” podem ser enfrentadas, exclusivamente, por uma população crítica, consciente e esclarecida (Altheide, 2017).

Alguns destes autores evidenciam, ainda, o papel da ética e responsabilidade da classe jornalística (Altheide, 2017). Altheide destaca, de forma positiva, a recém adotada postura de alguma da classe jornalística, em incrementar o rigor relativamente a fontes e narrativas (Altheide, 2017).

Por último reiteramos que mais e melhores Estudos do Medo contribuem para uma comunidade académica mais esclarecida e, conseqüentemente, uma população mais crítica e consciente do discurso mediático dos *media* e da classe governativa.

2. Terrorismo: Da problemática da definição às distintas perspectivas de investigação em ciências da comunicação

2.1. Introdução ao estudo do conceito

“O terrorista de um homem é o combatente da liberdade de outro” (Sageman, 2017, p. 89).

O adágio de origem desconhecida é referenciado por autores como Charles Townshend (2002) e Marc Sageman (2017).

Sageman, na sua obra *Misunderstanding Terrorism* (2017), associa o referido aforismo ao eterno debate académico relativamente à definição de terrorismo.

É no contexto deste debate que se enquadra este capítulo, que tem como finalidade a realização de uma revisão sistemática dos contributos das ciências sociais para os Estudos do Terrorismo.

Num primeiro momento, reportamos as dificuldades com que a academia se depara na definição do conceito de terrorismo.

Posteriormente, definimos terrorismo, considerando algumas das vigorantes definições governamentais e institucionais, assim como os contributos da academia.

No seguimento do capítulo contextualizamos os estudos do terrorismo e identificamos duas perspectivas importantes na investigação do terrorismo, os estudos convencionais e os estudos críticos, e nesse seguimento, abordamos a evolução do terrorismo clássico para o terrorismo global, e do antigo terrorismo para o novo terrorismo.

Para terminar, referenciamos a teoria das quatro vagas do terrorismo moderno de David Rapoport (2001) e nas apreciações finais, consideramos os pontos fulcrais das temáticas acima mencionadas, evidenciando os principais elementos contraditórios na área dos Estudos do Terrorismo e apontando caminhos possíveis para investigação futura na área dos referidos estudos.

2.2. As dificuldades na definição de terrorismo

O debate em torno da definição de terrorismo tem suscitado controvérsia no universo académico e político (Townshend, 2002). A não concordância com uma definição universal ou pelo menos com um circunscrito número de definições de terrorismo, prende-se essencialmente com a problemática da distinção entre terrorismo, violência criminal e ação militar (Townshend, 2002).

Proliferam, desta forma, as definições de terrorismo. O historiador Charles Townshend em 2002, na sua obra *Terrorism - A Very Short Introduction*, evidencia a existência de mais de 100 definições e da contínua busca por uma mais apropriada.

A problemática em volta da formulação de uma definição de terrorismo é referenciada nas obras de inúmeros autores das ciências sociais (Laqueur, 1977, 1999; Townshend, 2002; Tilly, 2004; Jackson, 2007a, 2008; Horgan & Boyle, 2008; Vertigans, 2011; Chaliand & Blin, 2007, 2016; Souza & Moraes, 2014; Sageman, 2017; Laqueur & Wall, 2018; Bigo & Guild, 2019).

Walter Laqueur, na sua obra *Interpretations of Terrorism: Fact, Fiction and Political Science* (1977), argumenta que o terrorismo pode ser estudado sem ser definido. Autores como Jack Gibbs (1989), criticam tal afirmação, sustentando que uma investigação de caráter científico não desvaloriza *à priori* a definição do seu objeto de estudo.

Stephen Vertigans, em *The Sociology of Terrorism* (2011), refere que o conceito de terrorismo é extremamente contraditório e as suas definições tomam em consideração fatores como a localização, os períodos da história, as mudanças na percepção da moralidade e as relações internacionais. Da mesma forma, consideram-se fatores como a evolução tecnológica do armamento militar e as interações do sistema militar com quem procura definir terrorismo, seja ele o indivíduo, a instituição, o governo ou a agência internacional (Vertigans, 2011).

Richard Jackson, editor fundador e atual editor-chefe do *Journal - Critical Studies on Terrorism*²⁰ evidencia, nos princípios ontológicos e epistemológicos que regem os *Critical Terrorism Studies* (CTS)²¹, a necessidade da objetiva definição de terrorismo (Jackson, 2007a, 2008).

Anthony Richards (2014), alinhado nos CTS, sustenta que:

“Embora o terrorismo possa ser socialmente construído, não significa que não possa haver uma definição universalmente aceite do conceito, mesmo que reconheçamos que tal definição não seja a “verdade”, mas a culminação de um entendimento em determinado momento num contexto contemporâneo” (Richards, 2014, p. 219).

Contrapondo à linha orientadora dos CTS, nomeadamente do já referido Richard Jackson, no que se refere à definição de terrorismo, John Horgan e Michael Boyle (2008) argumentam que:

²⁰ <https://www.tandfonline.com/loi/rter20>.

²¹ https://www.bisa.ac.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=93&catid=37&Itemid=68&fbclid=IwAR20KkbLs0RybFSxf3sixwb4szHtSoba3rg6TR6Y7YEowOTScqN3YfvkFQw.

“Qualquer tentativa de impor um consenso numa única definição de algo sujeito a distintas interpretações, como tática, estratégia, conceito, fenómeno social ou político, seria uma simplificação excessiva de um fenómeno complexo” (Horgan & Boyle, 2008, p. 55).

Desenvolvemos uma mais rigorosa análise aos CTS mais à frente.

2.3. As definições de terrorismo

“Terrorismo: algo sujo” (Wieviorka, 2012, p. 41).

Michel Wieviorka enceta com esta afirmação o seu capítulo sobre terrorismo global na obra *Evil* (2012). As razões apontadas pelo sociólogo prendem-se pela conotação negativa associada à palavra, referindo que nada de nobre existe no terrorismo, sendo frequentemente utilizado para ridicularizar, se não criminalizar, aqueles a quem é aplicado (Wieviorka, 2012).

Alex Schmid (1989) e Brigitte Nacos (2007) definem terrorismo como um ato de comunicação, argumentando que a violência é cometida tendo como fim um posicionamento político. Raquel da Silva e Rhys Crilley (2016) juntam-se aos autores anteriormente referidos, sustentando que os atos de terrorismo são delineados com vista a garantir uma difusão massiva por parte dos *media* (Schmid, 1989; Nacos, 2007; Silva & Crilley, 2016).

Do ponto de vista histórico, é possível afirmar que a Revolução Francesa marcou o “nascimento” do terrorismo, dando pela primeira vez sentido ao termo “terror”. A primeira definição de terrorismo é atribuída a um suplemento de 1798 do *Dictionnaire de l'Académie Française*, onde foi referenciado como um “*systeme, regime de la terreur*”²² (Chaliand & Blin, 2007, 2016; Laqueur & Wall, 2018).

Segundo o *Oxford English Dictionary*, terrorismo define-se como:

“O uso não oficial ou não autorizado de violência e intimidação na busca de objetivos políticos” (Soanes & Stevenson, 2006, p. 1489).

O governo norte americano define da seguinte forma terrorismo:

²² “Sistema, regime de terror” (traduzido do francês).

“Violência premeditada, politicamente motivada, perpetrada contra alvos não militares por grupos subnacionais ou agentes clandestinos” (*Title 22 Chapter 38 U.S. Code §2656f*).

A *Global Terrorism Database* (GTD), associado do *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism* (START) - centro de pesquisa e educação da Universidade de Maryland, EUA, esclarece que “na ausência de uma definição universalmente aceite de terrorismo, a GTD utiliza vários critérios codificados para abranger uma ampla gama de definições de terrorismo através de uma combinação de inclusão e filtragem. O objetivo é ter um conjunto de dados que seja útil para o maior número possível de usuários interessados”²³.

A GTD define da seguinte forma terrorismo:

“Uso real ou ameaça de força e violência ilegal por um ator não-estatal para atingir uma meta política, económica, religiosa ou social por meio de medo, coerção ou intimidação. Na prática, significa que, para considerar um incidente para inclusão na GTD, todos os três atributos a seguir devem estar presentes: (1) O incidente deve ser intencional - o resultado de um cálculo consciente por parte de um perpetrador; (2) O incidente deve implicar algum nível de violência ou ameaça imediata de violência - incluindo a violência da propriedade, bem como a violência contra as pessoas; (3) Os autores dos incidentes devem ser atores subnacionais. O banco de dados não inclui atos de terrorismo de estado”²⁴.

No que se refere aos contributos académicos, Stephen Vertigans (2011) define terrorismo da seguinte forma:

“O uso direcionado e intencional de violência para fins políticos por meio de ações que podem variar no impacto pretendido, de intimidação a perda de vida” (Vertigans, 2011, p. 2).

Richard Jackson (2007a), anteriormente referido como fundador dos CTS, concebe terrorismo da seguinte forma:

²³ Tradução livre de <https://www.start.umd.edu/gtd/faq/>

²⁴ Tradução livre de <https://www.start.umd.edu/gtd/downloads/Codebook.pdf>

“Não é uma ideologia ou forma de política em si; é, antes, uma ferramenta empregue em momentos específicos, por períodos específicos de tempo, por atores específicos e por objetivos políticos específicos” (Jackson, 2007a, p. 248).

2.4. O estudo do terrorismo

Alguns estudiosos do terrorismo colocam em causa as contribuições académicas de disciplinas das ciências sociais, no que se refere aos Estudos do Terrorismo.

Michel Wieviorka (2007, 2012) refere que:

“O terrorismo é um objeto menor para as ciências sociais; foi mesmo considerado ‘ilegítimo’ e negligenciado pelos investigadores” (Wieviorka, 2007, p. 93).

O autor sustenta que o terrorismo, enquanto tema de estudo, era considerado pouco atraente para os académicos, no sentido que não estava reconhecido como tema relevante de investigação (Wieviorka, 2007). Adianta ainda que, os académicos que enveredassem por adotar o terrorismo como objeto de estudo, corriam o risco de ser menos considerados pela comunidade científica, na medida que os estudos do terrorismo não se encontravam centrados especificamente em nenhuma das disciplinas das ciências sociais, mas no cruzamento entre a Ciência Política, a História, a Sociologia e o Direito (Wieviorka, 2007). O autor finaliza, argumentando, que o terrorismo foi considerado por muito tempo como esporádico, uma curiosidade, não tendo implicações no normal funcionamento das sociedades (Wieviorka, 2007).

Autores como Austin Turk (2004), Stephen Vertigans (2011) e Marc Sageman (2014) sustentam que disciplinas como a Sociologia, forneceram poucos contributos relevantes aos Estudos do Terrorismo.

Turk (2004), nomeadamente, é decisivo em afirmar que a disciplina da Sociologia tem demonstrado pouco interesse pelos Estudos do Terrorismo. Adianta, porém, que, após os atentados de 11 de setembro de 2001 este interesse aumentou (Turk, 2004).

Vertigans (2011), afirma que:

“O enorme aumento de livros sobre terrorismo pode indicar um mercado saturado. Contudo, (...) as contribuições sociológicas são limitadas” (Vertigans, 2011, p. 12).

A razão da escassez de contributos da Sociologia apontada por Vertigans (2011), incide essencialmente no argumento de que o terrorismo enquanto de âmbito político é do domínio das Ciências Políticas (Vertigans, 2011).

Sageman (2014) argumenta que a carência de contributos não se restringe à Sociologia, mas a outras disciplinas como a Antropologia, Psicologia, História, Economia, entre outras. A razão apontada prende-se com a pouca atratividade dos Estudos de Terrorismo, em parte devido à falta de financiamento regular e de dados credíveis de análise (Sageman, 2014). Também Richard Jackson (2007a), alinhado nos CTS, destaca que desde o ano de 2001 os Estudos de Terrorismo evoluíram sobremaneira, transitando de uma subárea da segurança para um campo autónomo, reconhecidos pelas suas publicações especializadas, centros de investigação, conferências e seminários académicos (Jackson, 2007a).

Este autor evidencia que os CTS assumem como um dos seus compromissos epistemológicos, a investigação com base na multidisciplinaridade das ciências sociais, nomeadamente da Sociologia, Antropologia, História, Ciência Política e Relações Internacionais. O compromisso identificado advém de críticas direcionadas aos “estudos ortodoxos de terrorismo”²⁵, por desvalorizarem os contributos de investigação do terrorismo de disciplinas como a Sociologia e a Antropologia (Jackson, 2007a).

Contrariando a tendência identificada anteriormente do distanciamento das ciências sociais aos Estudos de Terrorismo, Didier Bigo (Bigo *et al.*, 2015; Bigo & Guild, 2019) e Rob Walker (Gokay & Walker, 2003), académicos e fundadores do *International Political Sociology* (IPS), sustentam a criação de um ponto de confluência entre as disciplinas da Sociologia, Ciência Política e Relações Internacionais (Bigo & Walker, 2007). Os Estudos de Terrorismo assumem um papel de destaque no IPS (Heath-Kelly & Jarvis, 2017; Purnell, 2018; Anwar, 2020).

Assim, os trabalhos académicos focados no terrorismo referenciam, com frequência, a existência de uma rutura no interior dos Estudos do Terrorismo. Esta cisão, claramente identificada e delimitada, originou mudanças na perceção e na investigação do fenómeno do terrorismo.

A data de 11 de setembro de 2001, com os atentados terroristas às Torres Gémeas nos EUA, é mencionada por inúmeros autores, como marcante e definitiva na mudança de paradigma relativamente aos Estudos de Terrorismo (Procópio, 2001; Black, 2004; Moreira, 2004; Jackson, 2006, 2007b, 2008, 2013, 2016; Wieviorka, 2007, 2012; Chaliand & Blin, 2007, 2016; Vertigans, 2011; Sageman, 2014, 2017; Toros, 2017). Além disso, consolidam-se as perspetivas de análise do terrorismo alternativas, com orientações ontológicas e epistemológicas distintas das existentes na altura do seu surgimento, capazes de dinamizar a discussão em torno do terrorismo.

²⁵ Designação dada pelos CTS aos estudos de terrorismo não alinhados nos CTS.

2.5. Estudos convencionais e estudos críticos de terrorismo: Duas perspectivas de investigação

Os Estudos de Terrorismo adotam a designação de “convencionais” ou “ortodoxos” quando confrontados com outros estudos de terrorismo, nomeadamente, os já referenciados Estudos Críticos de Terrorismo (CTS).

Alex Schmid e Albert Jongman, reportando-se aos Estudos de Terrorismo, mencionam na sua obra, *Political Terrorism: A New Guide to Actors, Authors, Concepts, Data Bases, Theories and Literature* (1988), que:

“...há provavelmente poucas áreas nas ciências sociais, em que tanto é escrito com base em tão pouca pesquisa” (Schmid & Jongman, 1988, p. 177).

É desta forma que os dois autores criticam os estudos de terrorismo realizados até à sua época, onde predomina a utilização de dados secundários e sem envolvimento do investigador no terreno.

Rainer Hulsse e Alexander Spencer (2008), aludindo aos Estudos de Terrorismo, referenciam na sua obra o antropólogo Bronislaw Malinowski (1959), que apelida de “antropólogos de varanda”, aqueles que mantêm uma distância segura de seus objetos de estudo, recorrendo somente a informações secundárias (Malinowski, 1959).

Os autores dos Estudos Críticos de Terrorismo (CTS) identificam como um dos principais fracassos dos estudos de terrorismo “convencionais” ou “ortodoxos”, como os próprios os definem e como de ora em diante passaremos a designar, a escassa investigação realizada com base em dados primários e a recorrência usual a dados secundários.

Assim, iniciamos de seguida a apresentação dos CTS, identificando as disparidades e críticas relativamente aos chamados “estudos ortodoxos de terrorismo”.

Por fim identificamos os argumentos de quem critica os Estudos Críticos de Terrorismo.

Os *Critical Terrorism Studies* (Estudos Críticos de Terrorismo) são apresentados pela primeira vez no ano de 2006, numa conferência na cidade de Manchester com a designação de “*Is it time for a critical terrorism studies?*” (Jackson, 2016).

Os fundadores dos CTS - Richard Jackson, Marie Breen Smyth e Jeroen Gunning – viriam mais tarde a redigir uma declaração com o posicionamento inicial dos Estudos (Jarvis, 2016):

“Os CTS têm uma abordagem e orientação particular, que a diferencia de grande parte da literatura sobre estudos ortodoxos do terrorismo em termos de sua posição ontológica, sua epistemologia, sua orientação metodológica, sua ética e práxis de pesquisa, seu compromisso normativo, particularmente em relação à

emancipação, reflexividade e suas prioridades de pesquisa” (Jackson *et al.* 2009, p. 227).

Os CTS identificam quatro críticas principais aos “estudos ortodoxos de terrorismo” (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016). À análise de cada uma das quatro críticas principais, identificamos outras a estas associadas.

Primeira, como já identificado anteriormente, uma dependência de métodos e procedimentos de pesquisa inadequados, uma dependência excessiva de informações secundárias e uma falha geral na realização de pesquisas empíricas primárias. Ainda, a incapacidade na formulação de definição consensual de terrorismo. Por último, a falta de interdisciplinaridade na investigação do terrorismo (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

Segunda, os “estudos ortodoxos de terrorismo” têm as suas origens teóricas nos “estudos ortodoxos de segurança”. Consequência deste facto, adotam prioridades e perspetivas que viabilizam um conjunto limitado de pressupostos e narrativas sobre a natureza, causas e respostas ao terrorismo. As referidas narrativas compõem um “conhecimento” ou discurso amplamente aceite de terrorismo, altamente contestável e desprovido de pesquisa empírica (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

A terceira crítica está de alguma forma associada com a anterior e diz respeito à íntima relação existente entre muitos especialistas e estudiosos do terrorismo e as entidades governamentais e fontes de Poder. Este relacionamento dificulta a distinção entre a esfera académica e a esfera do Estado. A consequência destes vínculos ou de indefinições de esferas de atuação, viabiliza o surgimento de uma influente e exclusiva rede ou comunidade epistémica, com uma visão uniforme do mundo e com discursos alinhados referentes a políticas a aplicar (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

A última crítica, e mais relevante segundo os CTS, refere-se aos propósitos da pesquisa sobre terrorismo. A investigação veiculada pelos estudos “ortodoxos” aborda o terrorismo de forma excessivamente limitada e simplista, onde o conhecimento dominante se enquadra na “teoria de solução de problemas” (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

Jeroen Gunning (2007) esclarece:

“A teoria de solução de problemas é positivista e objetivista, e procura explicar “o outro - terrorista” dentro dos paradigmas centrados no Estado, em vez de entender “o outro” de forma intersubjetiva usando métodos interpretativos ou etnográficos. Ela divide o mundo distintamente em dicotomias (por exemplo, entre o Estado legítimo e “bom”, e os “terroristas” ilegítimos e “maus”). A teoria postula suposições baseadas nessas dicotomias, muitas vezes sem explorar adequadamente se

essas suposições são confirmadas na prática” (Gunning, 2007, como citado em Jarvis, 2016, pp. 72-73).

Os CTS adotam uma atitude cética em relação ao entendimento do terrorismo veiculado pelos governos, não tomando como garantidos os conhecimentos existentes relativos ao mesmo, mas questionando suposições e crenças amplamente difundidas (Jackson, 2007a).

No sentido de assegurar uma orientação e perspectiva crítica face às predominantes ideologias ortodoxas, os CTS adotam um conjunto de compromissos básicos de conduta, relativamente ao estudo do terrorismo. São eles, compromissos epistemológicos, ontológicos e metodológicos (Jackson, 2007a, 2007b).

Assim, os CTS começam por questionar: para quem é dirigido o conhecimento do terrorismo e que funções presta para os seus interesses? (Jackson, 2007a).

Segundo Jackson (2007a), existem três consequências práticas da orientação epistemológica dos CTS. A primeira visa esclarecer: quais os objetivos da produção de conhecimento dentro dos Estudos de Terrorismo, e que construção social e política advém do conhecimento sobre o terrorismo. Segundo o mesmo autor, a clarificação das questões identificadas pode ser realizada através da desconstrução de narrativas, e com uma abordagem construtivista²⁶. O objetivo de tais medidas é questionar interpretações vigorantes e expor a agenda política por detrás de um conhecimento supostamente isento de interesses (Jackson, 2007a).

A segunda consequência identificada, refere-se a uma reflexividade crítica contínua e transparente relativa ao processo de produção de conhecimento acerca do terrorismo. Torna-se premente evitar o uso indiscriminado de suposições, rotulagens e narrativas relacionadas com o terrorismo. Da mesma forma é primordial a adoção de uma abordagem crítica ao conhecimento eurocêntrico dominante (Jackson, 2007a).

A terceira consequência identificada pelos CTS fundamenta-se no pluralismo metodológico e disciplinar, nomeadamente na adoção de abordagens pós-positivistas²⁷. Segundo Jackson (2007a), os CTS recusam privilegiar abordagens materialistas, racionalistas e positivistas da ciência social sobre abordagens interpretativas e reflexivas (Jackson, 2007a).

No que se refere aos compromissos ontológicos, os CTS evidenciam um ceticismo geral relativamente à designação de “terrorismo”. Existe, desta forma, uma resistência relativamente à utilização da referida terminologia, pois na prática sempre foi reconhecida

²⁶ Construtivismo é uma tese epistemológica que defende o papel ativo do sujeito na criação e modificação de suas representações do objeto do conhecimento.

²⁷ Pós-positivismo é uma instância meta teórica que critica e aperfeiçoa o positivismo. Os pós-positivistas acreditam que o conhecimento humano não é baseado no incontestável, mas em hipóteses.

como pejorativa e não analítica. Segundo Jackson (2007a), a aplicação do termo rotula os intervenientes, realizando um julgamento político dos atores e da legitimidade das ações.

Os CTS recusam-se a definir terrorismo de forma que deslegitime determinados atores e legitime outros. São igualmente críticos relativamente à licitude da aplicação da violência quando decorrida em períodos de guerra (Jackson, 2007a). Os CTS entendem terrorismo, fundamentalmente, como uma estratégia de violência política, que pode ser empregue por atores não estatais, mas também estatais, em períodos de guerra, mas também de paz (Jackson, 2007a).

Jackson (2007a) adianta que o terrorismo não é um fenómeno autónomo, mas o uso instrumental do terror pelos atores. Esta orientação tem implicações primordiais para as noções de identidade e, conseqüentemente, para a definição de estratégias e de condutas éticas do contraterrorismo. Jackson (2007a) menciona que o rótulo “terrorista” não pressupõe uma identidade fixa e que o ator pode abandonar a prática do terror, em virtude de pressupostos políticos. Retratando a instabilidade ontológica do rótulo de “terrorista”, identifica quatro atores que assumiram o papel de terroristas e posteriormente de Prémio Nobel da Paz: Menachim Begin, Sean McBride, Nelson Mandela e Yassir Arafat (Jackson, 2007a).

Perante a relevância que a rotulagem assume nos Estudos de Terrorismo, os CTS estão, segundo Richard Jackson (2007a), empenhados em questionar a natureza e a política da representação, nomeadamente, porque, quando, como e com que finalidade grupos e indivíduos passam a ser denominados 'terroristas' e quais as consequências? (Jackson, 2007a).

Por último, os CTS elencam os seus compromissos metodológicos, (Jackson, 2007b) salientando que é fundamental, como já referido anteriormente, a introdução de dados primários credíveis nos Estudos do Terrorismo.

Os CTS esclarecem que não se encaram como um projeto anti estatal ou antiocidental, nem adotam uma visão apaziguadora e complacente da tirania (Jackson, 2007b). Assumem-se com um projeto ambicioso antiterrorista, valorizador de direitos e valores humanos fundamentais, com preocupações ao nível da justiça social e da igualdade, assim como com o fim da violência e da discriminação (Jackson, 2007b). Além disso, adotam os valores e prioridades universais de segurança social e humana, contrastando com as conceções tradicionais, onde se valoriza a segurança nacional e onde o Estado tem precedência sobre qualquer outro interveniente (Jackson, 2007b).

Lee Jarvis, alinhado na abordagem CTS, identifica em *The Handbook of Critical Terrorism* (2016), um conjunto de limitações e críticas aos próprios CTS. Jarvis (2016) sustenta que, dada a ambição e alcance de investigação dos CTS, recorrentemente são alvo de críticas, com distintos graus de hostilidade. A própria justificação para a existência dos CTS é

questionada por alguns autores críticos aos mesmos (Horgan & Boyle, 2008; Toros, 2016, 2017).

John Horgan e Michael Boyle, em *The Case Against Critical Terrorism Studies* (2008), identificam um vasto conjunto de críticas aos CTS, das quais destacamos: (1) Exagero na novidade e na diferenciação dos argumentos, uma vez que os denominados “estudos ortodoxos de terrorismo” reconhecem as suas falhas e limitações de investigação e têm vindo a superá-las. Os CTS nomeiam, como um dos pontos essenciais da sua abordagem à investigação, a postura cética relativamente ao conhecimento do terrorismo. Horgan e Boyle (2008) contrariam o anterior argumento justificando que, inúmeros académicos dos denominados “estudos ortodoxos de terrorismo” têm vindo a adotar uma postura autocrítica perante a academia (Horgan & Boyle, 2008); (2) “Reinvenção da roda”, como os autores designam, em temáticas relacionadas com os estudos de terrorismo, assumindo como linhas inovadoras de investigação, temáticas amplamente estudadas. Entre outras matérias, os CTS são críticos e identificam como um fracasso dos “estudos ortodoxos de terrorismo”, a incapacidade de elaboração de uma aceite e universal definição de terrorismo (Jackson, 2014). Horgan e Boyle (2008), como identificámos anteriormente, refutam o argumento dos CTS relativamente à definição de terrorismo; (3) Denominação pejorativa adotada, de “estudos ortodoxos”, na apelação de estudos de terrorismo com cerca de 40 anos, apoiados em investigações multidisciplinares. Horgan e Boyle (2008) rebatem a dita denominação, na medida em que os argumentos dos CTS são pouco fundamentados e reveladores de um desconhecimento perante a amplitude de investigação dos intitulados “estudos ortodoxos de terrorismo”. No entanto, os dois autores reconhecem um insuficiente enfoque em trabalho empírico primário, assim como admitem que a popularidade da temática dos estudos do terrorismo deu origem a trabalhos académicos pouco rigorosos, muitas vezes guiados por interesses mediáticos. Ainda assim, os dois autores defendem que o trabalho empírico primário, nomeadamente o realizado no terreno, é uma referência e que alguns trabalhos académicos menos rigorosos não descredibilizam a totalidade do campo de Estudos do Terrorismo (Horgan & Boyle, 2008).

Harmonie Toros, em *Dialogue, Praxis and the State: a Response to Richard Jackson* (2016), refere num primeiro momento que se revê em alguns dos fundamentos de Richard Jackson e dos CTS, sobretudo na análise à “monstruosa máquina global” do contraterrorismo (Toros, 2016).

Esta autora, concordando com uma resistência à lógica da violência, enfatiza o papel essencial de diálogo e de relacionamento com o Estado (Toros, 2016) e critica, assim, a resistência dos CTS em envolver e entender os Estados enquanto intervenientes no diálogo sobre terrorismo. Alega que os fundamentos que viabilizam a comunicação com os terroristas,

sustentados em larga escala pelas orientações epistemológicas dos CTS, fundamentam, em grande medida, uma dinamização da comunicação com os Estados (Toros, 2016).

A mesma autora, em *9/11 is Alive and Well or How Critical Terrorism Studies has Sustained the 9/11 Narrative* (Toros, 2017), refere que os CTS assumem o comando na rejeição de uma cronologia fundamentada no “11 de setembro”, contudo, a autora é crítica, afirmando que os mesmos adotam recorrentemente o “11 de setembro” como o principal marco de rutura temporal na sociedade contemporânea (Toros, 2017).

Adianta ainda que, durante a concretização da sua investigação considerou 219 artigos publicados no *Journal - Critical Studies on Terrorism*, onde contabilizou uma média de três vezes por artigo, a referência ao “11 de setembro” como marco de rutura temporal (Toros, 2017).

2.6. Do terrorismo clássico ao terrorismo global

Michel Wieviorka, em *From Classical Terrorism to Global Terrorism* (2007), aborda a temática da evolução do terrorismo da era clássica para a era global.

O autor referindo-se ao terrorismo clássico, entre 1960 e 1980, associa-o ao “nacionalismo metodológico”²⁸, criticado por Ulrich Beck (2006, 2007). Beck (2007), argumenta que o “nacionalismo metodológico” compreende a sociedade através de um conjunto de estados nação. Assume que, a humanidade está naturalmente dividida num número limitado de nações que, internamente se organizam como estados nação e que externamente criam barreiras para se distinguir de outros estados nação. Beck (2007) desenvolve, sustentando, que a delimitação externa, assim com a concorrência entre os estados nação, constituem as categorias fundamentais de organização política (Beck, 2007).

Wieviorka (2007, 2012), argumenta que o terrorismo surge internamente a sociedades estabelecidas dentro de estados nação, com finalidades de tomar poder ou de construção de um Estado. Finaliza, referindo que, inicialmente, o terrorismo clássico foi gerado e descrito como sendo um perigo ameaçador dos estados, da sua ordem e da integridade territorial (Wieviorka, 2007).

O mesmo autor, identifica o advento do terrorismo global com os ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA. Refere que com o “11 de setembro” o terrorismo passa a ser percecionado como fenómeno global, deixando de ser consideradas as premissas anteriormente identificadas, associadas ao “nacionalismo metodológico” (Wieviorka, 2007, 2012).

²⁸ Nas ciências sociais, é uma orientação intelectual e um padrão na pesquisa académica que concebe o estado-nação como a única unidade de análise ou como um recetáculo para os processos sociais.

Segundo o mesmo autor, os atentados de 11 de setembro de 2001 identificam-se como um fenómeno de terrorismo global, essencialmente, pelas seguintes razões: (1) Os autores dos atentados circularam entre as nações de origem – Arábia Saudita e Egito, para nações onde obtiveram treinos e criaram redes e ligações – Sudão, Paquistão e Afeganistão, de onde se deslocaram posteriormente para os EUA. A facilidade de circulação foi favorável nas várias fases de concretização do processo de radicalização; (2) Os mesmos autores dos atentados fizeram uso das tecnologias de informação (TI) existentes à época, nomeadamente da Internet, na preparação dos atentados. As comunicações entre os intervenientes foram facilitadas devido aos avanços tecnológicos globais; (3) Por fim, as ações dos intervenientes tiveram repercussões globais, na medida que não ficaram circunscritas a um único estado-nação, mas sim a todo o mundo ocidental (Wieviorka, 2007, 2012).

O autor refere ainda que, enquanto fenómeno, o terrorismo global atua em dois polos. Um primeiro polo, transnacional, onde os atentados de 11 de setembro de 2001, são paradigmáticos. Um segundo polo, clássico, respeitante ao quadro de referência dos intervenientes, onde os ataques palestinianos em território israelita são igualmente referência (Wieviorka, 2007, 2012).

Edson Passetti e Salete Oliveira (2006) sustentam que: “o terrorismo distancia-se do território nacional para se encontrar com atos que provêm de qualquer lugar, internacionalizando o problema e as eventuais soluções” (Passetti & Oliveira, 2006, p. 109).

2.7. O antigo e o novo terrorismo

Alexander Spencer, em *The New versus Old Terrorism* (2016), aborda a temática das disparidades e particularidades do “antigo” e do “novo terrorismo”.

O autor aborda este tópico referindo que, desde o início da década de 90, vários académicos dos Estudos do Terrorismo realizaram esforços de identificação e compartimentação do “antigo” e do “novo” terrorismo (Hoffman, 1998; Laqueur, 1999). Assim, associaram o “antigo terrorismo” a, por exemplo, o *Irish Republican Army* (IRA), a *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), e ao *Red Army Faction* (RAF). Por sua vez, aliaram o “novo terrorismo” a grupos radicais islâmicos como a *Al Qaeda* (Spencer, 2016).

Spencer (2016) menciona que a tipologia prevalecente, que caracterizava o “antigo terrorismo” como tendo conotações, ora nacionalistas, ora separatistas, de direita ou de esquerda, foi dando lugar a uma mais recente teoria que sustentava que os grupos associados ao “antigo terrorismo”, detinham algumas características gerais comuns que eram fundamentalmente distintas dos grupos associados ao “novo terrorismo”, em particular, diferenciações referentes a Motivações, a Comportamentos e à Organização (Spencer, 2016).

No que se refere a Motivações, Spencer (2016) refere que os grupos associados ao “antigo terrorismo”, detêm predominantemente motivações seculares e de foro político. Spencer, toma como exemplo as ações terroristas da extrema-esquerda, que tiveram forma durante a Guerra Fria, com fundamentos anticapitalistas (Spencer, 2016). Por sua vez, grupos associados ao “novo terrorismo”, possuem predominantemente motivações de caráter religioso. O autor toma, assim, como exemplo as ações terroristas perpetradas pela *Al Qaeda*, associadas ao fanatismo religioso (Spencer, 2016).

Neste contexto, Spencer (2016) esclarece que a academia não é consensual quanto aos dois quadros de motivações referidos. Recorre a David Rapoport (1984), que argumenta que o terrorismo de motivação religiosa, destinado a executar descrentes, existe há milhares de anos (Spencer, 2016). Por outro lado, Spencer (2016) alega que, embora as ações dos grupos associados ao “novo terrorismo” detenham uma predominante mensagem religiosa, são detentoras de agendas políticas específicas. A *Al Qaeda*, por exemplo, tem objetivos políticos firmados nas suas ações, nomeadamente a criação de um califado pan-islâmico²⁹ mundial e a supressão do Estado de Israel.

O autor termina afirmando que é extremamente difícil, se não impossível, diferenciar motivações religiosas de políticas (Spencer, 2016).

No que se refere a Comportamentos, Spencer (2016) menciona que os grupos associados ao “antigo terrorismo”, predominantemente fazem uso da violência de forma direcionada e proporcional aos objetivos políticos que defendem. Os alvos são bem definidos e simbólicos da autoridade a que se opõem, nomeadamente figuras políticas, autoridades governamentais, membros da aristocracia, militares e banqueiros (Spencer, 2016). A ação terrorista tem uma finalidade propagandista de defesa de ideais, procurando apoio popular. Frequentemente, esta ação é seguida de um comunicado explicativo por parte do grupo terrorista, relativamente às suas motivações e exigências (Spencer, 2016).

Em contraste, refere o autor, os grupos associados ao “novo terrorismo”, possuem uma predisposição para o uso da violência de forma indiscriminada e excessiva. Segundo Spencer (2016), o argumento para a referida ação prende-se com a luta contra uma sociedade de infiéis. Este fundamento é moralmente aceite pelos grupos terroristas e necessário à causa religiosa.

O autor adianta que os referidos grupos associados ao “novo terrorismo”, pelas razões apontadas anteriormente, são identificados por alguns académicos, como por exemplo Hoffman (1998), como mais propensos ao uso de armas nucleares, biológicas, químicas e radiológicas (Spencer, 2016).

²⁹ Doutrina ou movimento que advoga a união de todos os povos muçulmanos num só Estado.

Contrapõe ainda alguns dos pontos referidos, nomeadamente, a predisposição para o uso de armas nucleares, por parte de grupos associados ao “novo terrorismo”. Esclarece que, somente grupos associados ao “antigo terrorismo”, nas décadas de 1970 e 1980, realizaram ataques a centrais nucleares. De igual modo clarifica que, os mesmos grupos associados ao “novo terrorismo”, não atuam aleatoriamente. Os seus alvos, embora mais amplos, diversificados e incluindo civis, primam pelo planeamento cuidadoso com vista a atingir ocidentais e a evitar muçulmanos (Spencer, 2016). O identificado objetivo da criação de um Estado Islâmico, tem em consideração o não afastamento dos partidários, por motivos de violência aleatória contra pessoas não consideradas destinatárias (Spencer, 2016).

No que respeita a Organização, Spencer (2016) refere que os grupos associados ao “antigo terrorismo”, são frequentemente categorizados como hierarquicamente organizados, com estruturas de comando medianamente bem definidas (Kurtulus, 2011 como citado em Spencer, 2016, p. 282). A referida estrutura de comando vai desde os operacionais ativos que efetuam os atentados, fabricam os engenhos explosivos, ou fornecem armamento, até aos operacionais passivos que divulgam os ideais dos grupos terroristas (Spencer, 2016).

O mesmo autor refere que, por sua vez, os grupos associados ao “novo terrorismo”, possuem uma estrutura organizacional menos hierárquica, em parte devido às tecnologias de informação, facilitadoras da comunicação entre operacionais (Spencer, 2016). Segundo o autor, os grupos terroristas são mais autónomos, mais flexíveis e adaptáveis a situações distintas (Spencer, 2016).

À semelhança da caracterização das Motivações e dos Comportamentos, dos “antigos” e “novos grupos associados ao terrorismo”, também a Organização é alvo de crítica por parte de alguns académicos, no que concerne aos dois apresentados quadros de organização. Spencer (2016), por exemplo, enfatiza que organizações como a *Al Qaeda* são detentoras de estruturas organizacionais bem estruturadas, com tarefas definidas entre os seus operacionais, ao nível da liderança, do recrutamento, das finanças, do aprovisionamento e das relações-públicas (Spencer, 2016).

2.8. As quatro vagas do terrorismo moderno

David Rapoport (2001, 2002, 2013) sustentou a ideia de que o terrorismo moderno decorre em vagas. Rapoport argumenta que as referidas vagas correspondem a quatro períodos temporais distintos (Rapoport, 2002, 2013). Define vaga como um ciclo de atividade num determinado período, com as fases de expansão e contração. Essas atividades ocorrem em inúmeros países, impulsionadas por uma energia comum predominante, que molda a relação dos grupos participantes (Rapoport, 2002, 2013).

O autor adianta que, casualmente, uma organização sobrevive à sua vaga de origem, migrando para a seguinte. O *Irish Republican Army* (IRA) marcou presença em duas vagas consecutivas (Rapoport, 2002, 2013). A primeira vaga, designada de “*Anarchist Wave*”, iniciou-se na Rússia, na década de 1880, pela mão de anarquistas. Os atentados terroristas disseminaram-se pela Europa, e em 1920 esta vaga é dada com extinta.

A segunda vaga, denominada por “*Anti Colonial Wave*”, inicia-se em 1920, após à assinatura do Tratado de Versalhes, onde os vencedores da Primeira Guerra Mundial fizeram uso do princípio da autodeterminação nacional para terminar com o colonialismo das nações vencidas. Em 1960 a segunda vaga é dada como terminada (Rapoport, 2002, 2013).

Uma terceira vaga, intitulada de “*New Left Wave*”, surge em 1960, tendo como inspiração a Guerra do Vietname e a aptidão da população local em se opor à ofensiva norte americana na Indochina. Compreende essencialmente o terrorismo de extrema-esquerda na Europa, sendo que a *Organização de Libertação da Palestina* (OLP) é uma das mais afamadas organizações terroristas consideradas. A terceira vaga inicia o seu término no começo da década de 1980 (Rapoport, 2002, 2013).

A quarta e atual vaga intitula-se de “*Religious Wave*”, principiou no final da década de 1970, em vários países árabes, e teve como momento referência a deposição do Xá do Irão Mohammad Reza Pahlavi. Numa fase inicial centrou-se no conflito israelo-árabe, disseminando-se de seguida a outros conflitos em países árabes (Rapoport, 2002, 2013). Rapoport (2002) adianta que, se considerarmos a história que envolve as anteriores vagas, a atual terá como fim o ano de 2025 e uma quinta vaga tomará o seu lugar.

Académicos, apologistas e críticos das teorias das vagas de Rapoport, assumem posições distintas relativamente à evolução do terrorismo moderno.

O surgimento de uma quinta vaga de terrorismo é sustentado por autores como Jeffrey Kaplan, que na obra *Terrorism's Fifth Wave: A Theory, a Conundrum and a Dilemma* (2008), reconhece a importância da teoria de Rapoport, contudo, defende a existência de uma quinta vaga iniciada pelos *Khmer Rouge*³⁰ antes de tornarem governo no Camboja (Kaplan, 2008). O autor considera ainda na quinta vaga do terrorismo moderno, o grupo rebelde *Lord's Resistance Army*³¹, do Uganda, colocando, porém, interrogações na inclusão do grupo rebelde *Janjaweed*³², do Sudão.

Mais recentemente, Or Honig e Ido Yahel, em *A Fifth Wave of Terrorism? The Emergence of Terrorist Semi-States* (2017), defendem que a teoria das quatro vagas de Rapoport possui inconsistências, nomeadamente ao enfatizar determinados fenómenos e ignorar outros (Honig & Yahel, 2017). Os autores sustentam que o terrorismo de direita e o terrorismo

³⁰ Nome dado aos seguidores do Partido Comunista da Kampuchea, partido governante no Camboja de 1975 a 1979, liderado por Pol Pot, Nuon Chea, Ieng Sary, Son Sen e Khieu Samphan.

³¹ Grupo sectário cristão e militar que opera no norte de Uganda.

³² Milícia que opera em Darfur, Sudão.

associado ao crime organizado não fazem parte das escolhas e inclusões ao modelo desenvolvido por David Rapoport (Honig & Yahel, 2017). Os mesmos autores referenciam, contudo, que o modelo de Rapoport reveste-se de utilidade, uma vez que narra aspetos cruciais do terrorismo moderno. Honig e Yahel (2017), sustentam que uma quinta vaga estará atualmente em curso, com fundamentos distintos da “*Religious Wave*”, anteriormente referida. Esclarecem que, esta mesma quinta vaga tem como alicerce o surgimento de semi-estados terroristas (*terrorist semi states* - TSS). Os mesmos são definidos como grupos rebeldes que controlam porções do território de um Estado fraco, mantendo o controlo governamental, lançam ataques terroristas contra Estados terceiros. Alguns dos grupos rebeldes identificados são o *Al-Shabab*³³, o *Boko Haram*³⁴, ou ainda os *Houthis*³⁵ (Honig & Yahel, 2017).

2.9. Síntese conclusiva

O terrorismo tem marcado a sua presença na sociedade desde há séculos, atraindo atenção devido ao seu carácter dramático e totalmente inesperado (Laqueur, 1999). Enquanto fenómeno, é repleto de inconsistências, conspirações, ideologias várias e a capacidade de gerar o medo, explorado tanto por terroristas como por políticos (Laqueur & Wall, 2018).

Em 2002, Townshend (2002) afirmava que, o terrorismo havia atingido o topo da agenda política e, a partir dessa altura, com dificuldade se poderia argumentar que os danos seriam triviais (Townshend, 2002).

Em 2018, Laqueur e Wall (2018) enfatizam que, atualmente, o terrorismo tem a capacidade, mais do que nunca, de derrubar a ordem política global.

A dificuldade na concetualização de terrorismo, assim como a concordância com uma universal definição de terrorismo tem estado no cerne de uma controvérsia que abrange académicos e políticos. Townshend referia já em 2002, a existência de mais de 100 definições de terrorismo (Townshend, 2002).

Um primeiro contraditório na academia, prende-se com a justificação de definir terrorismo enquanto objeto de estudo. Autores como Laqueur (1977), sustentam que o fenómeno do terrorismo pode ser estudado sem ser definido. Gibbs (1989), por sua vez, refuta tal afirmação, argumentando que uma investigação de carácter científico não desvaloriza *à priori* a definição do seu objeto de estudo.

Um segundo contraditório, prende-se com a adoção universal ou não de uma definição de terrorismo. Autores como Jackson (2007a, 2008, 2014), defendem a existência de uma

³³ Organização fundamentalista islâmica, que faz uso de métodos terroristas. Atua maioritariamente no Sul da Somália. É uma organização afiliada da *Al-Qaeda*.

³⁴ Organização fundamentalista islâmica, que faz uso de métodos terroristas. Atua maioritariamente no Norte da Nigéria. É uma organização afiliada do *ISIS*.

³⁵ Movimento político-religioso do Líbano.

universal definição de terrorismo, resultante de um entendimento em determinado momento num contexto contemporâneo (Jackson, 2014). Contrapondo esta argumentação, Horgan e Boyle (2008) sustentam que, qualquer tentativa de impor um consenso numa única definição, seria uma simplificação excessiva de um fenómeno complexo.

Igualmente controversa é a pertinência dos contributos das ciências sociais, nomeadamente da Sociologia aos Estudos do Terrorismo.

Wieviorka (2007, 2012) refere que o terrorismo é um objeto menor para as ciências sociais e foi considerado "ilegítimo", sendo negligenciado pelos investigadores. Turk (2004), Jackson (2007b), Vertigans (2011) e Sageman (2014) particularizam e referenciam que disciplinas como a Sociologia poucos contributos relevantes facultaram aos Estudos do Terrorismo.

A discussão em torno do terrorismo viabilizou o surgimento de estudos com orientações ontológicas, epistemológicas e metodológicas distintas dos existentes. É com estes compromissos que em 2006 surgem os *Critical Terrorism Studies* (Estudos Críticos de Terrorismo). Os CTS emergem, colocando em perspetiva os estudos de terrorismo realizados à época, a que denominam de "ortodoxos". As críticas identificadas pelos CTS aos "estudos ortodoxos de terrorismo" são, entre outras: a investigação sustentada em dados secundários e a diminuta recorrência a fontes empíricas primárias; a escassa interdisciplinaridade na investigação do terrorismo; as narrativas que compõem o "conhecimento" são sustentadas num discurso desprovido de pesquisa empírica, onde a abordagem ao terrorismo é realizada de forma excessivamente limitada e simplista - dicotomia "Estado bom" e "Terroristas maus" (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

Perante os predominantes "estudos ortodoxos de terrorismo", os CTS adotam um conjunto de compromissos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, no que se refere ao estudo do terrorismo (Jackson, 2007a, 2007b).

A orientação epistemológica dos CTS assenta: no questionamento das interpretações vigorantes e da agenda política por detrás do conhecimento do terrorismo; na reflexividade crítica contínua e transparente relativa ao processo de produção de conhecimento; e no pluralismo metodológico e disciplinar (Jackson, 2007a).

A orientação ontológica dos CTS evidencia um ceticismo geral relativamente à designação de "terrorismo", na medida em que o emprego da terminologia está frequentemente associado a um julgamento não analítico e pejorativo, legitimando alguns atores e deslegitimando outros.

Por último, a orientação metodológica dos CTS evidencia a já referida introdução de dados primários credíveis nos Estudos do Terrorismo.

Contudo, as orientações dos CTS têm suscitado críticas dentro da academia, sob o pretexto: de defesa de uma obrigatória e exclusiva definição de terrorismo; do exagero na novidade e na diferenciação dos argumentos relativamente aos "estudos ortodoxos de

terrorismo”; e no não reconhecimento de que os Estudos apelidados de “ortodoxos”, possuem mais de 40 anos de investigações multidisciplinares (Horgan & Boyle, 2008).

Wieviorka (2007, 2012) abordando a transição de terrorismo clássico para terrorismo global, identifica os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA, como o acontecimento circunscrito entre as duas eras. A identificação destes atentados como paradigmáticos e iniciadores do terrorismo global é, segundo Wieviorka, resultante: da favorável facilidade de circulação nas várias fases de concretização do processo de radicalização dos autores e posterior preparação dos atentados; do usufruto, por parte dos autores dos atentados, das mais avançadas tecnologias de informação à época, facilitadoras da comunicação global e intercontinental; e por fim, o impacto dos atentados terroristas terem repercussões globais e não somente locais (Wieviorka, 2007, 2012).

De igual modo o terrorismo tem vindo a ser distinguido entre “antigo” e “novo”. Desde o início da década de 1990, académicos dos Estudos do Terrorismo, como Hoffman (1998) e Laqueur (1999) realizam esforços de identificação e compartimentação do “antigo” e do “novo” terrorismo” (Spencer, 2016).

Spencer (2016) argumenta que uma preponderante parte da academia, focada nos Estudos do Terrorismo, defende que as distinções entre “antigo” e “novo” terrorismo se fundamentam em três particularidades: Motivações, Comportamentos e Organização (Spencer, 2016). O autor refere que os grupos associados ao “antigo terrorismo”, detêm maioritariamente motivações seculares e de foro político; o seu comportamento predominante faz uso da violência de forma direcionada e proporcional aos objetivos políticos que defendem, sendo os seus alvos simbólicos da autoridade a que se opõem; a sua organização é frequentemente categorizada como hierarquicamente disposta, com estruturas de comando medianamente bem definidas (Spencer, 2016). O mesmo autor referencia que, por outro lado, os grupos associados ao “novo terrorismo” detêm maioritariamente motivações de carácter religioso; uma disposição comportamental para o uso da violência de forma indiscriminada e excessiva; e uma estrutura organizacional menos hierárquica, em parte devido às tecnologias de informação, facilitadoras da comunicação entre operacionais (Spencer, 2016).

Contudo, o consenso não é total dentro da academia, no que se refere à predominante disposição das particularidades do “antigo” e “novo” terrorismo. Autores como Rapoport (1984) e Spencer (2016) são críticos em relação aos referidos quadros de Motivações, Comportamentos e Organização (Spencer, 2016).

Rapoport (2001, 2002, 2013) defende a ideia que o terrorismo moderno decorre em vagas. Argumenta que as referidas vagas correspondem a quatro períodos temporais distintos (Rapoport, 2002, 2013). Define vaga como um ciclo de atividade num determinado período, com as fases de expansão e contração (Rapoport, 2002, 2013).

O autor apelida as suas quatro vagas como: “*Anarchist Wave*”, decorrente entre 1880 e 1920, com início na Rússia pela mão dos anarquistas; “*Anti Colonial Wave*”, entre 1920 e 1960; após a assinatura do Tratado de Versalhes, com o objetivo de findar o colonialismo das nações vencidas na Primeira Guerra Mundial; “*New Left Wave*”, de 1960 a 1980, essencialmente de terrorismo de extrema esquerda na Europa e com inspiração na Guerra do Vietname; por fim “*Religious Wave*”, com início no final da década de 1970, centrada no conflito israelo-árabe, prolongando-se até à atualidade (Rapoport, 2002, 2013).

A teoria das quatro vagas do terrorismo moderno de Rapoport é alvo de enaltecimentos e críticas dentro da academia. A inconsistência na formulação de critérios está na base de algumas das críticas à teoria de Rapoport (Honig & Yahel, 2017), onde se evidenciam determinados fenómenos enquanto modelares e se ignoram outros (Honig & Yahel, 2017). De igual modo, teorias como a de Kaplan (2008) e dos referenciados Honig e Yahel (2017) tecem considerações relativamente ao surgimento de uma quinta vaga de terrorismo moderno, em período temporal anterior ao deliberado por Rapoport (2002).

No que concerne ao panorama nacional, e no que diz respeito aos Estudos do Terrorismo, evidenciamos uma prevalência dos estudos associados às disciplinas da Ciência Política, Relações Internacionais e Estudos Militares (e.g. Moreira, 2004; Lara, 2007).

Por fim, argumentamos que o debate sobre terrorismo incide invariavelmente na seguinte questão: “Terrorismo, que futuro?”. Autores como Laqueur e Wall (2018) defendem que previsões referentes à atual vaga de terrorismo, desempenhada pelo *ISIS*, é forçosamente especulativa (Laqueur & Wall, 2018). Contudo, os dois autores argumentam que por entre a academia e demais observadores, se traçam hipotéticos cenários relativamente à atual vaga de terrorismo (Laqueur & Wall, 2018).

Gostaríamos de, por último, não alimentar o debate especulativo relativo ao futuro do terrorismo, antes sim, contribuir na identificação de uma outra questão para reflexão: “Que futuro para os Estudos do Terrorismo?”.

Perante esta última questão levantada sustentamos que, mais e melhores Estudos do Terrorismo, contribuem para a criação de uma comunidade académica mais esclarecida e, conseqüentemente, uma população mais consciente e crítica das ameaças terroristas e das políticas contraterroristas. Ainda, perfilhando da opinião da autora Wolfendale (2016), defendemos que se as questões de segurança nacional e individual, da identidade e da construção de ameaças se tornassem mais centrais aos Estudos em Terrorismo, possibilitaria à academia consolidar críticas à retórica e às políticas contraterroristas atuais.

O autor da tese encontra-se, pois, alinhado com os princípios ontológicos e epistemológicos que regem os *Critical Terrorism Studies* (CTS), nomeadamente na valorização da interdisciplinaridade, no que concerne às ciências sociais, para os Estudos de Terrorismo.

3. O papel do *framing* na construção noticiosa

3.1. Introdução ao estudo do conceito

“Os jornalistas têm os seus “óculos” particulares através dos quais veem certas coisas e não outras; e veem duma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado” (Bourdieu, 1997, p. 12).

Pierre Bourdieu, na sua obra *Sobre a Televisão* (1997) faz uso da metáfora dos óculos para explicar *frame*³⁶ como “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que vemos e o que não vemos (...) sendo produto da nossa educação, da história, etc.” (Bourdieu, 1997, p. 12).

Este capítulo tem como finalidade a efetivação de uma revisão analítica da teoria de *framing* (enquadramento) enquanto teoria associada aos efeitos dos *media*.

Realizamos, em primeiro lugar, o estado da arte relativamente ao estudo do *framing* nas ciências sociais, nomeadamente, nas áreas científicas das Ciências da Comunicação, Psicologia e Sociologia.

Num segundo momento, referenciamos os princípios teóricos do *agenda-setting* e do *priming*. Abordamos, de igual modo, as duas distintas escolas ou correntes de pensamento referentes ao estudo das teorias associadas aos efeitos dos *media*.

Posteriormente, num terceiro momento, abordamos os princípios teóricos do *framing*, definindo-o e examinando o seu papel enquanto teoria.

Num quarto momento, prosseguimos com a análise ao estudo dos *frames* (quadros) em duas dimensões: *frame* mediático e *frame* individual; *frame* enquanto variável dependente e *frame* enquanto variável independente.

No seguimento, identificamos os mecanismos de *framing* ou pontos focais para identificar e medir *frames* noticiosos.

Por fim, nas apreciações finais, consideramos os pontos fulcrais das temáticas em cima referidas, evidenciando os principais elementos fraturantes nos estudos do *framing* e enumerando eventuais caminhos para investigação futura.

3.2. O estudo do *framing* nas ciências sociais

³⁶“*Frame*” traduz-se como quadro, moldura ou estrutura. Enquanto verbo entende-se como enquadrar, emoldurar ou estruturar. “*Framing*” pode ser compreendido como enquadramento.

A teoria de *framing* (enquadramento) foi tornada notória pelo sociólogo Erving Goffman, através da sua obra *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience* (1974). Embora Goffman seja apontado por alguns académicos (Pan & Kosicki, 1993; Scheufele & Tewksbury, 2007; Scheufele & Iyengar, 2014; Cacciatore *et al.*, 2016; Olsson & Ihlen, 2018), como o precursor na identificação da teoria de *framing*, Baldwin Gorp (2007) evidencia um reconhecimento anterior da teoria no trabalho de Frederic Bartlett (1932), no campo da Psicologia cognitiva, e no trabalho de Gregory Bateson (1955, 1972), na área da Antropologia (Gorp, 2007).

Gorp (2007), identifica igualmente a multiplicidade de disciplinas e áreas de investigação que adotaram posteriormente o *framing* como objeto de estudo. Evidencia, as seguintes disciplinas e respetivos autores:

“Sociologia (e.g., Goffman, 1974), Economia (e.g., Kahneman & Tversky, 1979), Linguística (e.g., Tannen, 1979), Estudos de Movimentos Sociais (e.g., Snow & Benford, 1988), Estudos Políticos (e.g., Schoën & Rein, 1994), Ciência da Comunicação (e.g., Tuchman, 1978), Comunicação Política (e.g., Gitlin, 1980), Relações-Públicas (e.g., Hallahan, 1999) e Comunicação em Saúde (e.g., Rothman & Salovey, 1997)” (Gorp, 2007, p. 60).

O *framing* tornou-se uma das temáticas mais populares de investigação para os estudiosos de comunicação (Tuchman, 1978; Severin & Tankard, 2001; D’Angelo & Kuypers, 2010; D’Angelo, 2018), assim como para uma variedade de académicos de outras disciplinas das ciências sociais, como a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política (Cacciatore *et al.*, 2016).

Zhongdang Pan e Gerald Kosicki (1993), assim como Michael Cacciatore, Dietram Scheufele e Shanto Iyengar (2016), entre outros, evidenciam a importância que as disciplinas da Sociologia e da Psicologia detêm no estudo do *framing* (Pan & Kosicki, 1993; Cacciatore *et al.*, 2016).

Pan e Kosicki (1993), Scheufele e Tewksbury (2007) e Cacciatore *et al.* (2016), no que concerne ao estudo do *framing* pela Psicologia, enfatizam o trabalho pioneiro de Daniel Kahneman e Amos Tversky (1979, 1984) no desenvolvimento da Teoria da Perspetiva³⁷.

No que se concerne ao estudo do *framing* pela Sociologia, Cacciatore *et al.* (2016) referenciam Ferree *et al.* (2002) argumentando que a tradição sociológica entende o *framing* como um meio de perceber a forma como as pessoas percebem o mundo quotidiano (Cacciatore *et al.*, 2016).

³⁷ Teoria da psicologia cognitiva que descreve o modo como as pessoas escolhem entre alternativas que envolvem risco, onde as probabilidades de resultados são incertas.

Iremos de seguida abordar as teorias de *agenda-setting* e *priming*, que analogamente ao *framing*, são frequentemente associadas aos efeitos cognitivos dos *media*.

3.3. Princípios teóricos do *agenda-setting* e *priming*

Com o início da década de 90 verificou-se uma divisão na abordagem ao estudo do *agenda-setting*, *priming* e *framing*, em duas distintas escolas de pensamento (Scheufele & Iyengar, 2014). A primeira corrente de pensamento, que perfilha da tradição implementada por Maxwell McCombs na Universidade do Texas em Austin, considera as três referidas teorias associadas aos efeitos dos *media* como relacionadas ao conceito central de *agenda-setting* (Scheufele & Iyengar, 2014). Segundo esta doutrina os *media* influenciam as perceções das audiências enfatizando a relevância dos assuntos – o primeiro nível do *agenda-setting*, ou os atributos dos assuntos – o segundo nível do *agenda-setting*, considerado pelos mesmos teóricos como idêntico a *framing* (Scheufele & Iyengar, 2014). Esta mesma corrente de pensamento viabiliza a conceptualização de *priming*, por Shanto Iyengar e Donald Kinder (1987), como consequência do *agenda-setting*. De igual modo, classifica *framing* como um segundo nível do *agenda-setting* (Scheufele & Iyengar, 2014).

Criticando os fundamentos conceptuais e empíricos da abordagem anterior, uma segunda corrente de pensamento surge, exigindo o regresso a uma definição mais específica de *framing* (Scheufele & Iyengar, 2014).

Neste sentido, académicos como Scheufele (2000), entre outros, defendem que *framing*, *priming* e *agenda-setting*, enquanto teorias associadas aos efeitos dos *media*, devem ser assumidas pelo que são, relacionadas, contudo distintas no que concerne aos seus fundamentos (Scheufele, 2000). O mesmo autor sustenta que as referidas teorias não devem ser fundidas numa única, somente por uma questão de parcimónia, exigindo-se uma cuidadosa distinção entre as três teorias referidas (Scheufele, 2000; Scheufele & Tewksbury, 2007).

Identificadas que estão as questões fraturantes defendidas pelas duas escolas de pensamento referidas, principiamos o périplo da apresentação das três teorias associadas aos efeitos dos *media* pelo *agenda-setting*, que deve o seu nome a Donald Shaw e Maxwell McCombs, decorrente de uma investigação que teve como objeto de estudo as eleições presidenciais norte-americanas de 1968 (McCombs & Shaw, 1972; McCombs, 2004). A hipótese central da referida investigação identificava os *media* como responsáveis no estabelecimento de uma agenda de temas e matérias considerados numa campanha política, influenciando os eleitores perante os mesmos temas e matérias (McCombs & Shaw, 1972; McCombs, 2004).

Scheufele e Iyengar (2014) adiantam que “o termo *agenda-setting* se refere, usualmente, à transferência de relevância dos *media* para as audiências” (Scheufele & Iyengar, 2014, p. 5).

Scheufele e Tewksbury (2007) sustentam que, ao tornar alguns temas ou matérias mais relevantes na mente das pessoas – *agenda-setting*, os *media* podem de igual modo moldar e determinar as considerações que essas pessoas realizam perante políticos e questões políticas - *priming* (Scheufele & Tewksbury, 2007). No desenvolvimento desta explanação os dois autores referem que o *framing*, que desenvolveremos de seguida, difere significativamente das duas anteriores teorias, na medida em que se baseia no pressuposto que a forma de comunicar o tema ou matéria pode influenciar a entendimento do mesmo pelo público (Scheufele & Tewksbury, 2007).

McCombs (2004) afirma que o desempenho dos *media* na identificação dos principais temas e tópicos da agenda pública passou a ser designado de *agenda-setting* dos *media* noticiosos (McCombs, 2004).

A implementação do termo *priming*, enquanto teoria associada aos efeitos dos *media*, deve-se aos anteriormente referidos autores Iyengar e Kinder (1987), que a explicam da seguinte forma:

“Chamando a atenção para alguns assuntos e ignorando outros, as notícias na televisão influenciam os padrões pelos quais governos, presidentes, políticas e candidatos para cargos públicos são julgados. O *priming* refere-se a mudanças nos padrões que as pessoas usam para fazer avaliações políticas” (Iyengar & Kinder, 1987, p. 63).

McCombs (2004), por sua vez refere que:

“A base psicológica para o *priming* é a atenção seletiva do público” (McCombs, 2004, p. 99).

Os precursores da teoria do *priming*, Iyengar e Kinder (1987), sustentam de igual modo que esta teoria é uma extensão lógica dos processos de *agenda-setting* (Iyengar & Kinder, 1987), fundamentando que ambas as teorias têm como base o processamento de informações em memória (Iyengar & Kinder, 1987).

3.4. Princípios teóricos do *framing*

O *framing* tem sido alvo de debate junto ao universo académico muito devido à inexistência de um consenso na sua definição (Entman, Matthes & Pellicano, 2009).

Robert Entman, em *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm* (1993) refere que esta conceptualização é difusa, frequentemente associada a contextos muito específicos de análise, faltando uma estrutural definição com aplicabilidade geral que seja consensual.

Entman (1993), adianta que *framing* é frequentemente definido viabilizando o entendimento que tanto o comum leitor como o investigador têm da palavra. *Framing*, *priming* e *agenda-setting* são termos comuns tanto no discurso informal como no acadêmico e a sua conotação é essencialmente a mesma (Entman, 1993).

Muito devido às difusas aceções existentes de *framing*, o termo tem sido apropriado repetidamente por parte da academia para rotular abordagens análogas, contudo efetivamente distintas (Scheufele, 1999). A abordagem ao conceito *framing* surge frequentemente associada aos conceitos de *priming* e *agenda-setting*. Desta proximidade conceptual resultam afirmações por parte de académicos que dão conta, nomeadamente, que *framing* é um segundo nível de *agenda-setting* (McCombs, Llamas, Lopez-Escobar & Rey, 1997; McCombs, Shaw & Weaver, 1997).

Em contradição a esta particular abordagem, Scheufele e Tewksbury (2007) defendem que existe pelo menos uma relevante distinção entre a teoria de *framing* e a de *agenda setting*. A atenção à mensagem difundida é mais significativa para se verificar a ocorrência de um efeito de *framing* do que para um efeito de *agenda-setting*, uma vez que a mera exposição pode ser suficiente para definir um *agenda-setting*, mas é menos provável que isso ocorra nos efeitos de *framing* (Scheufele & Tewksbury, 2007).

Esta situação verifica-se, segundo os mesmos autores, na medida em que o *agenda-setting* se foca na seleção de histórias como decisiva das perceções do público sobre a importância dos temas e matérias noticiados (Scheufele & Tewksbury, 2007). O *framing*, por sua vez, não se centra nas questões da seleção realizada pelos *media*, mas na forma particular como esses temas ou matérias são abordados por eles (Scheufele & Tewksbury, 2007).

Goffman (1974) explica *framing* como um processo no qual os indivíduos aplicam esquemas interpretativos para classificar e interpretar as informações que encontram no dia-a-dia.

Entman (1993) menciona que *framing* envolve seleção e projeção. Argumenta que enquadrar (*to frame*) pressupõe a identificação de determinados aspetos de uma realidade apercebida, tornando-os mais salientes num texto comunicado, de modo a promover determinado problema, o seu entendimento e interpretação, avaliação moral e/ou recomendação para solucionamento (Entman, 1993).

William Gamson e Andre Modigliani (1987) argumentam que *frame* é uma ideia central ou enredo que providencia significado a um evento relacionado com um problema.

Pan e Kosicki (1993) definem *frame* como um esquema de interpretações que permite que os públicos identifiquem, organizem e compreendam as informações recebidas.

Kimberly Gross e Lisa D'Ambrosio (2004) afirmam que o *frame* apresenta ou aumenta a importância ou aparente importância de determinadas ideias, ativando esquemas que incentivam as audiências a pensar, a sentir e a decidir de uma maneira específica.

Dennis Chong e James Druckman (2007), assim como Jim Kuypers (2009, 2010) convergem numa definição de *framing* que sustenta que é um processo através do qual os comunicadores atuam – conscientes ou não – na construção de um determinado ponto de vista que encoraja os factos de uma situação a serem vistos de uma maneira específica, com alguns factos mais perceptíveis que outros (Chong & Druckman, 2007; Kuypers, 2009, 2010).

Eva-Karin Olsson e Øyvind Ihlen (2018) afirmam que:

“O *frame* fornece essencialmente significado a algo a que todos se envolvem ao comunicar. O *framing* concentra-se nas unidades de discurso. A vasta literatura que aborda a teoria do *framing* fá-lo alternadamente, considerando-o como um conceito, uma abordagem, uma perspetiva, um efeito dos *media*, uma técnica analítica, um paradigma e um programa de pesquisa” (Olsson & Ihlen, 2018, p. 2).

Gamson, sociólogo com investigação focada no *framing*, propõe uma abordagem de estudo de três níveis a esta matéria (Gamson, 2001). Um primeiro nível compreende os estudos de *framing* com incidência na produção e reprodução de *frames*. A este nível os contributos surgem de determinadas áreas da Sociologia, Semiótica e Estudos Jornalísticos. Um segundo nível de estudos de *framing* pressupõe a concreta análise de textos, através do tratamento de casos empíricos. Procura-se identificar o *frame* enquanto evidência objetiva do texto em oposição à subjetiva identificação de um avaliador. Por último, um terceiro nível de estudos associado aos estudos de receção, focado na questão dos efeitos perante as audiências (Gamson, 2001).

Após a abordagem aos princípios teóricos de *framing*, prosseguimos na análise ao estudo dos *frames* em duas dimensões: (1) *frame* mediático e *frame* individual (também identificado por alguns autores como *frame* de audiência); (2) *frame* enquanto variável dependente e *frame* enquanto variável independente.

3.5. *Frame* mediático e *frame* individual. *Frame* enquanto variável dependente e variável independente

Scheufele (1999, 2000), que menciona o apelo de Entman (1993) onde visava para a necessidade premente de definir consistentemente *framing*, com vista à sua afirmação enquanto um paradigma de investigação, desenvolveu uma tipologia de pesquisa de *framing*

que classifica as suas aplicações, concernentes aos efeitos dos *media*, em duas dimensões: (1) *frame* mediático e *frame* individual, (2) *frame* enquanto variável dependente e *frame* enquanto variável independente (Scheufele, 1999, 2000).

Scheufele (2000) referencia Todd Gitlin (1980), que sustenta que o *frame* mediático surge no discurso público muito devido às rotinas jornalísticas, permitindo identificar e classificar as informações, “empacotando-as para uma eficiente transmissão aos públicos” (Gitlin, 1980, p. 7). Scheufele (2000) menciona ainda Entman (1993), sustentando que o *frame* individual é definido como um “grupo de opiniões armazenadas mentalmente que orientam o processamento de informações dos indivíduos” (Entman, 1993, p. 53). Em síntese, esta primeira dimensão demarca o que é destacado pelos *media* e o que é interpretado pelos recetores.

Para além da referida dimensão da pesquisa em *frame* mediático e *frame* individual, a investigação de *framing* pode ser abordada mediante o estudo de *frame* enquanto variável dependente e *frame* enquanto variável independente (Scheufele, 1999, 2000; de Vreese 2004; Gradim, 2016).

Segundo Scheufele (1999), os estudos que enfatizam o *frame* enquanto variável dependente averigam a totalidade dos fatores que afetam a criação ou a modificação do *framing*. Por outro lado, os estudos que abordam o *frame* enquanto variável independente usualmente evidenciam os efeitos originados pelo *framing* (Scheufele, 1999).

Gradim (2016), reportando-se ao estudo de Scheufele (1999), esclarece que no *frame* mediático, enquanto variável dependente³⁸:

“Se consideram os fatores intrínsecos e extrínsecos que influenciam a seleção e processamento de informação, as normas e os valores sociais, os constrangimentos organizacionais, as pressões exercidas por grupos de interesses, as rotinas jornalísticas e as orientações políticas e ideológicas dos jornalistas” (Gradim, 2016, p. 11).

Scheufele viria a associar estes cinco fatores em *Agenda-Setting, Priming, and Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication* (2000) ao conceito de *frame-building*³⁹.

³⁸Scheufele (1999) identifica as seguintes questões referentes ao *frame* mediático, enquanto variável dependente: “Q1: Que fatores influenciam a forma como os jornalistas ou outros grupos sociais definem o enquadramento de determinados assuntos? Q2: Como é que este processo funciona e, como resultado, quais são os enquadramentos que os jornalistas utilizam?” (Scheufele, 1999, p. 108).

³⁹O conceito de *frame-building* está associado a um outro conceito, o de *frame-setting* que compreende a interação entre os *frames* de *media* e as predisposições do público.

Reportando-se ao *frame* mediático, enquanto variável independente⁴⁰, Scheufele (1999) argumenta que se valoriza essencialmente os efeitos mediáticos na receção. O mesmo autor identifica duas correntes de investigação que se debruçam sobre estes efeitos. Uma primeira corrente de investigação é apologista que o *frame* mediático tem repercussões evidentes nas atitudes, opiniões ou *frames* individuais (Scheufele, 1999). Uma segunda corrente de investigação sustenta que apesar da audiência reconhecer o *frame* mediático, as ressonâncias nas suas atitudes e opiniões não são proporcionais às mediatizadas pelos *media*.

Scheufele (1999) considera ainda o *frame* individual, enquanto variável dependente⁴¹, como estando relacionado à forma como o indivíduo é influenciado pela mensagem difundida pelos *media*.

Por fim, Scheufele (1999) identifica o *frame* individual, enquanto variável independente⁴², como estando associado frequentemente à forma de gerir ações coletivas, nomeadamente por movimentos sociais. O autor menciona a pesquisa de Snow e Benford (1988, 1992) na identificação de *frames* de ação coletiva para o estudo de ciclos de protesto.

3.6. Identificação de *frames* nas notícias

“Ao utilizar estereótipos, esquemas narrativos familiares, lugares-comuns e metáforas conservadoras as notícias ajudam a integrar o que parece novo e imprevisto, mas ao mesmo tempo oferecem um mundo legível e tranquilizadamente familiar” (Gradim, 2016, p. 69).

Gradim (2016) sustenta desta forma que as notícias confortam e oferecem uma sensação de controlo aos públicos.

De Vreese (2005) enfatiza que a investigação de *frames* noticiosos é demonstrativa da existência de um terreno conceptual insuficiente e pouco definido, que resulta em grande medida da falta de consenso na identificação de *frames* noticiosos (de Vreese, 2005). Anos mais tarde, Gradim (2016) desenvolve esta mesma argumentação referenciando os “pacotes interpretativos”, que abordaremos adiante, identificados por Gamson e Modigliani (1989).

⁴⁰Scheufele (1999) identifica a seguinte questão referente ao *frame* mediático, enquanto variável independente: “Q3: Que tipos de enquadramentos mediáticos influenciam a percepção das audiências em relação a determinados assuntos e como é que este processo funciona?” (Scheufele, 1999, p. 108).

⁴¹Scheufele (1999) identifica as seguintes questões referentes ao *frame* individual, enquanto variável dependente: “Q4: Quais os fatores que influenciam a criação de enquadramentos individuais de referência, ou os enquadramentos individuais são simples replicações dos enquadramentos mediáticos? Q5: Como é que os membros da audiência podem desempenhar um papel ativo na construção de sentido ou na resistência aos enquadramentos mediáticos?” (Scheufele, 1999, p. 108).

⁴²Scheufele (1999) identifica a seguinte questão referente ao *frame* individual, enquanto variável independente: “Q6: Como é que os enquadramentos individuais influenciam a percepção individual dos assuntos?” (Scheufele, 1999, p. 108).

Segundo de Vreese (2005) duas abordagens surgem de análise noticiosa. Uma primeira, de natureza indutiva e sustentada, por exemplo por Gamson (1992), defende a inexistência de uma estrutura de análise definida *à priori*, alegando que os *frames* deverão surgir no decorrer do estudo. Uma segunda abordagem, de natureza dedutiva e defendida por exemplo por Joseph Cappella e Kathleen Jamieson (1997), suporta *à priori* a definição concisa de *frames* para uma análise de conteúdo (de Vreese, 2005). Uma questão sobressai com a adoção de uma abordagem dedutiva: “que componentes numa notícia constituem um *frame*?” (de Vreese, 2005, p. 54). Ainda Cappella e Jamieson (1997) sugerem um conjunto de quatro critérios inerentes à formulação de um *frame*, em que este deve: (1) deter características conceptuais e linguísticas identificáveis; (2) ser reconhecido correntemente na prática jornalística; (3) ser passível de distinção de forma confiável perante outros *frames*; (4) deter validação representativa pelos pares (de Vreese, 2005).

Especificando, alguns académicos identificam mecanismos de *framing* ou pontos focais para identificar e medir *frames* noticiosos. Os anteriormente referidos Gamson e Modigliani (1989) destacam um conjunto de mecanismos de *framing* capazes de, por um lado, condensar a informação e por outro oferecer uma explicação de um determinado tema ou matéria através de um “pacote de *media*” (Gamson & Modigliani, 1989). Identificando as metáforas, modelos, chavões (*catchphrase*), representações e imagens visuais como mecanismos de *framing* (Gamson & Modigliani, 1989). Por outro lado, Entman (1993) afirma que os *frames* noticiosos podem ser identificados e analisados através da “presença ou ausência de determinadas palavras-chave, chavões (*catchphrases*), imagens estereotipadas, fontes de informações e frases que reforçam tematicamente factos ou julgamentos” (Entman, 1993, p. 52).

Por último, James Tankard, Jr. (2001) sugere um conjunto de 11 mecanismos de *framing* com o intuito de identificar e medir os *frames* noticiosos. Tankard (2001) enumera: “manchetes, subtítulos, fotos, legendas das fotos, *leads*, seleção de fonte, seleção de citações, aspas, logótipos, estatísticas e gráficos, declarações e parágrafos finais” (Tankard, 2001, p. 101).

Em resumo, os académicos comprometidos no estudo empírico da análise de *frames* noticiosos esclarecem que os *frames* são elementos textuais e visuais específicos ou mecanismos de *framing*. Estes mecanismos são consideravelmente distintos da restante notícia, esta sim considerada o cerne factual da mesma (de Vreese, 2005).

No sentido de encetarmos a investigação empírica de tese, concernente ao *framing* noticioso adotado pelos *media* nacionais, na cobertura dos dois atentados terroristas estudos de caso (Paris em 2015 e Bruxelas em 2016), optámos por referenciar neste capítulo os estudos de *framing*, associados ao terrorismo.

3.7. *Framing* de terrorismo

Os estudos académicos referentes ao *framing* de terrorismo, têm vindo a ser realizados por inúmeros autores das ciências sociais, nomeadamente ligados às Ciências da Comunicação. Desta forma destacamos: Entman (2003); Norris *et al.* (2003); Lipschultz (2007); Brinson e Stohl (2009); Lewis e Reese (2009a, 2009b); Woods (2011); Powell (2011), Rane *et al.* (2014); Nevalsky (2015); Morin (2016); Stohl *et al.* (2017); Estêvão e Espanha (2021).

Mary Brinson e Michael Stohl (2009) sublinham que, a grande maioria da população mundial nunca vivenciou, em primeira mão, um atentado terrorista (Brinson & Stohl, 2009). A referida população depende, em larga medida, dos *media*, que através de *frames* noticiosos imprimem imagens mentais sobre terrorismo, junto às audiências (Brinson & Stohl, 2009).

Por sua vez, Pippa Norris, Montague Kern e Marion Just, (2003) evidenciam a pertinência dos *frames* associados ao terrorismo, no sentido que fornecem narrativas consistentes, previsíveis, simples e poderosas, incorporadas na construção social da realidade (Estêvão & Espanha, 2021).

Entman (2003) examinando o surgimento e prevalência de um *frame*, enfatiza que as notícias devem oferecer uma “narrativa alternativa completa, uma história do problema, uma causa, uma solução e um julgamento moral” (Entman, 2003, como citado em Estêvão & Espanha, 2021, p. 66).

As autoras Norris, Kern e Just (2003), defendem que se o *framing* de terrorismo for unilateral, nunca se colocando em causa fontes, dependências, implicações e políticas, as audiências não questionam nem realizam julgamentos. No cenário apresentado prevalecem enredos, pontos de vista e imagens simbólicas difundidas pelos *media* dominantes (Norris, Kern & Just, 2003). Segundo as mesmas, a apropriação e difusão por parte dos *media* de um discurso exclusivo e unilateral, em conformidade com as elites políticas, viabiliza em última análise o apoio às suas políticas contra o terrorismo (Norris, Kern & Just, 2003).

Silvo Lenart e Harry Targ (1992), argumentam que, quando o *framing* noticioso envolve um inimigo político, inevitavelmente leva a enredos que destacam determinados factos, em detrimento de outros.

Zohar Kampf (2014) defende que, logo após um atentado terrorista os *media* adotam uma cobertura noticiosa alicerçada num *framing* oficial, de foro governativo e institucional, abdicando ao exercício crítico e analítico. Somente numa fase posterior, os *media* reclamam o seu papel autónomo e analítico, integrando protagonistas dissidentes e narrativas alternativas (Kampf, 2014).

As anteriormente referenciadas autoras, Norris, Kern e Just (2003), defendem que, no seguimento dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, é identificado, acolhido e disseminado, pela comunidade científica e académica, o *frame* noticioso da “Guerra ao Terror” (*War on Terror*) (Norris *et al.*, 2003). À semelhança do que ocorreu com um precedente *frame*,

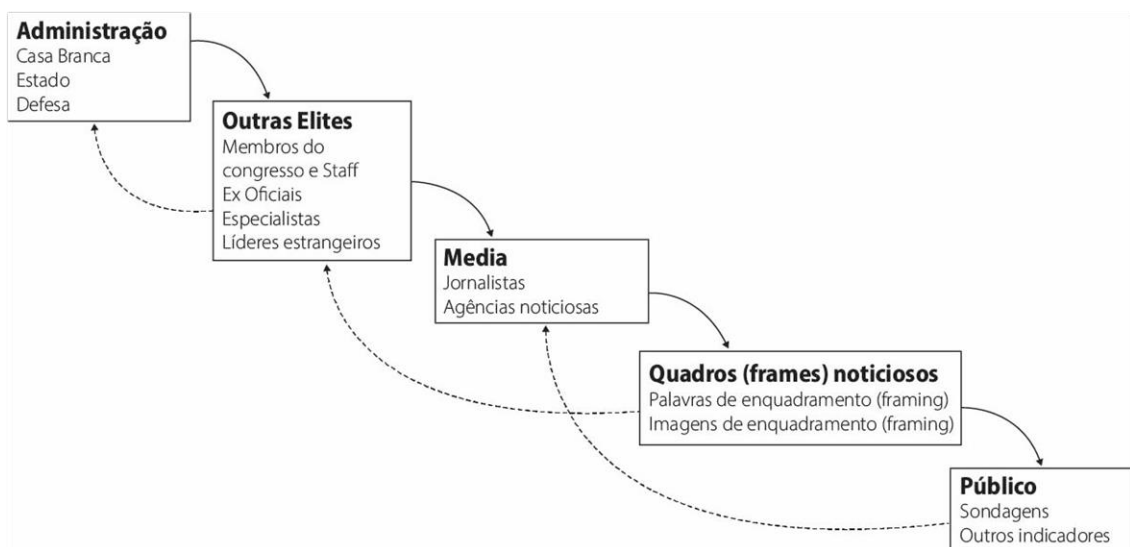
denominado e reconhecido como “Guerra Fria” (*Cold War*), o *frame* “Guerra ao Terror”, detém como foco uma mesma tensão geopolítica, globalizando uma contenda e associando conflitos locais a universais. A “Guerra ao Terror” inicia-se, oficialmente, perante a organização *Al-Qaeda*, em 2001. A partir do ano de 2014, o *ISIS* assume o protagonismo como organização central, a combater na “Guerra ao Terror” (Estevão & Espanha, 2021).

Seth Lewis e Stephen Reese (2009a), mencionam que a “Guerra ao Terror” se assume de importância pela forma padronizada e oficializada de ver o mundo. Este formato simplista e uniformizado de assumir uma realidade, reveste-se de subtileza e influência na forma em como é disseminado (Lewis & Reese, 2009a). Os mencionados dois autores, designam “Guerra Fria” e “Guerra ao Terror”, como *metaframes*, na medida que evocam “um mundo mais vasto de significado, trazendo consigo um conjunto de pressupostos, símbolos e visões do mundo que ganham e mantêm o poder de organização à medida que são normalizados” (Lewis & Reese, 2009a, p. 88). A “Guerra ao Terror”, enquanto poderoso quadro ideológico, legitima o incremento de políticas de segurança interna, em países como os EUA e Reino Unido, assim como de intervenções militares externas, em países como o Iraque e o Afeganistão (Lewis & Reese, 2009a).

O *framing* de terrorismo assumiu uma relevância social e política adicional, a partir do final do ano de 2002, com o governo dos EUA a promover uma campanha a nível internacional que visava justificar um ataque militar preventivo contra o Iraque, associando a organização *Al Qaeda* ao governo iraquiano e à presumível posse, pelo mesmo, de armas de destruição maciça (Robin, 2004; Furedi, 2005; Altheide, 2016, 2017, como referenciado em Estevão & Espanha, 2021).

Robert Entman, em *Cascading Activation: Contesting the White House’s Frame After 9/11* (2003), adota o modelo de ativação de rede em cascata que desenvolvera, anos antes, em *Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm* (1993) (Estevão & Espanha, 2021).

Figura 3.1. Modelo de Ativação de Rede em Cascata de Robert Entman



Fonte: Entman, 2003, p. 419

“O modelo de ativação de rede em cascata de Entman, considera no seu topo os governos e as elites, como fomentadores das ideias, decisões e *frames* noticiosos. No patamar imediatamente em baixo, surgem os *media* que, detentores da referida informação lhe agregam, eventualmente, as suas inclinações ou visões organizacionais, as opiniões pessoais dos jornalistas, omitindo ou destacando determinadas ideias ou tópicos. Por último, a informação disposta em formato de *frame* noticioso chega ao público” (Entman, 1993, Brinson & Stohl, 2009 referenciados em Estêvão & Espanha, 2021, p. 69).

O mencionado trabalho de Entman (2003) aborda, como tema central, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA. Entman (2003) argumenta que, a apropriação recorrente, pelo governo dos EUA, de expressões como “mal” e “guerra”, no enquadramento dos atentados do 11 de setembro, conjugada com a difusão massiva das imagens da queda do World Trade Center, são elucidativas do enquadramento (*framing*) assumido, da sua alta magnitude e ressonância (Estêvão & Espanha, 2021).

Estêvão e Espanha (2021), invocando o referido modelo de ativação de rede em cascata, de Entman (2003), desenvolvem que, em primeiro lugar, existem dissemelhanças nos vários patamares do referido sistema. As entidades governativas e as elites, assim como as administrações dos *media*, são formadas por protagonistas com distintas visões, prioridades e estratégias. Em momento algum, estes protagonistas operam em plena harmonia e conciliação. Sobressaem distintas orientações, que promovem distintas políticas. A abordagem orientada pelo patamar de topo, tem implicações significativas no *framing*

noticioso realizado pelos *media* e consequentemente na mensagem que chega ao público (Estêvão & Espanha, 2021).

Em segundo lugar, o modelo ajuda a explicar em que medida as divergências dentro do patamar de topo (elite) sucedem. Para Entman (2003), o desacordo entre os líderes norte americanos geralmente ocorre antes que as notícias se desviem significativamente da linha da Casa Branca. Segundo o autor, é imperativo esclarecer as razões do surgimento de divergências em determinados casos e não em outros, assim como, clarificar o papel dos *media* no desencadeamento ou na extinção das mesmas divergências (Estêvão & Espanha, 2021).

Por fim, em terceiro lugar, o modelo de cascata orienta em que medida as informações presentes nas notícias são relevantes para a governação, na viabilização de políticas. Entman defende que, a aplicação do conceito de *framing* no modelo em cascata, ajuda a identificar e a separar as informações relevantes de todos os outros dados e ruídos que vagueiam entre decisores políticos, jornalistas e cidadãos (Entman, 2003 referenciado em Estêvão & Espanha, 2021).

Com o modelo de ativação de rede em cascata, Entman testou e analisou a fluidez da informação proveniente do patamar de topo (Casa Branca) até ao patamar de base (audiência), concernente aos atentados de 11 de setembro de 2001. O referido modelo defende que, uma ideia ou visão amplamente difundida, flui e escorre, como uma cascata, pelos distintos níveis de Poder (Entman, 2003).

3.8. Síntese conclusiva

“Todo o jornal quando alcança o leitor é o resultado de uma série completa de seleções sobre que assuntos e em que posição devem ser publicados, quanto espaço cada estória deve ocupar, que ênfase deve ter. Não há padrões aqui. Há convenções” (Lippmann, 1922, p. 301).

Walter Lippmann, com *Public Opinion* (1922), obra referência para alguns académicos como principiadora dos estudos de comunicação (Rogers, 2004; Gradim, 2016), evidencia desta forma o poder do *framing* na imprensa. O mesmo autor adianta, particularizando ainda o papel da imprensa, que lhe exigir um conteúdo meramente factual é desconhecer a “natureza limitada das notícias e a ilimitada complexidade da sociedade” (Lippmann, 1922, p. 307).

Cacciatore *et al.* (2016) e Gradim (2016) reportam que o *framing* é atualmente uma das mais populares temáticas de investigação referentes aos estudos de comunicação e que tem

conhecido um desenvolvimento notável nas últimas décadas. Os mesmos autores mencionam que esta matéria é transversalmente estudada por disciplinas como a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política (Cacciatore *et al.*, 2016; Gradim, 2016).

Contudo e em muito resultante desta realidade, o *framing* tem sido debatido junto ao universo acadêmico devido à inexistência de um consenso na sua definição (Entman, Matthes & Pellicano, 2009). Entman (1993) afirma que esta matéria carece de maior precisão na sua concetualização teórica.

Uma das questões mais fraturantes referentes ao estudo do *framing*, prende-se com outras duas teorias, igualmente associadas aos efeitos dos *media* - o *agenda-setting* e o *priming*. O surgimento de duas distintas correntes de pensamento, no início da década de 90, com abordagens diferenciadas perante o estudo das três teorias anteriormente referidas, está no cerne de um debate acadêmico que se alonga até à atualidade (Scheufele & Iyengar, 2014).

Uma primeira corrente de pensamento implementada por Maxwell McCombs considera as três teorias associadas aos efeitos dos *media* como relacionadas ao conceito central de *agenda-setting*. Segundo esta corrente, *framing* não é mais que um segundo nível do *agenda-setting* (Scheufele & Iyengar, 2014). Crítica aos fundamentos conceptuais e empíricos da corrente de pensamento implementada por McCombs uma segunda surge, exigindo o regresso a uma definição mais específica de *framing* (Scheufele & Iyengar, 2014).

Gamson (2001) sugere uma abordagem à investigação do *framing* referenciando três níveis de metodologias de análise. O primeiro, com incidência na produção e reprodução de *frames*, considera os contributos de disciplinas como a Sociologia, Semiótica e Estudos Jornalísticos. O segundo nível de estudos compreende uma análise empírica de conteúdos jornalísticos, procurando identificar objetivamente o *frame* na peça jornalística. Por fim, o terceiro nível focalizado na questão dos efeitos perante as audiências, nos estudos de receção (Gamson, 2001).

Ainda referente ao estudo do *framing*, Scheufele (1999, 2000) direciona a sua investigação aos efeitos dos *media*, desenvolvendo uma tipologia de análise de *frames* que classifica as suas aplicações em duas dimensões: (1) *frame* mediático e *frame* individual, (2) *frame* enquanto variável dependente e *frame* enquanto variável independente. A primeira dimensão evidencia por um lado o que é destacado pelos *media* e por outro, o que é interpretado pelos recetores (Scheufele, 1999, 2000). A segunda dimensão considera enquanto variável dependente a totalidade dos fatores que afetam a criação ou a modificação do *framing* e enquanto variável independente os efeitos originados pelo próprio *framing* (Scheufele, 1999).

De Vreese (2005) é perentório ao afirmar que a investigação de *frames* noticiosos evidencia a existência de um terreno conceptual insuficiente e pouco definido, resultante em

grande medida da falta de consenso na identificação dos mesmos. Académicos como Gamson e Modigliani (1989), Entman (1993), James Tankard, Jr. (2001), entre outros, sugerem mecanismos de *framing* ou pontos focais para identificar e medir *frames* noticiosos. Os investigadores implicados na análise empírica de *frames* noticiosos esclarecem, que os referidos são elementos textuais e visuais específicos ou mecanismos de *framing* (de Vreese, 2005).

Por fim, aludimos a Jim Kuypers (2009) e ao seu testemunho referente à necessidade da existência de um papel neutro por parte da imprensa. Reconfigurámos este depoimento (Kuypers, 2009) de forma a abranger a generalidade dos *media*. Evidenciamos desta forma a necessidade da existência um papel imparcial por parte dos *media* no enquadramento dado à comunicação noticiosa. Os *media* encontram-se, pois, perante um dilema: podem realizar um enquadramento (*framing*) de forma a refletir a sua visão do mundo; ou a refletir o que acham que os públicos querem ver e ouvir; ou podem, com a maior precisão possível, realizar um enquadramento de forma a refletir a opinião dos envolvidos (Kuypers, 2009).

Ainda, revemo-nos e chamamos a atenção às apreciações de Gradim (2016) e Bird e Dardenne (2009), referenciando que a tendência por parte dos *media*, da criação de narrativas de simplificado entendimento e apropriação, incita à produção de enquadramentos e projeções do mundo eminentemente convencionais (familiares e próximas) que veiculam e reforçam as ideologias vigorantes (Gradim, 2016). Perante o referido, é imperioso questionar estas mesmas narrativas, as suas fontes e os seus autores, de forma que os jornalistas, através da criação de enquadramentos, não retratem uma realidade imprecisa (Bird & Dardenne, 2009).

Por último sublinhamos que, o ressurgimento da “Guerra ao Terror” a partir de 2014, tendo como protagonista o *ISIS*, é resultante de inúmeros atentados terroristas na Europa, de onde se evidenciam os atentados de Paris, em janeiro e em novembro de 2015 e os atentados de Bruxelas e de Nice em 2016. Os mencionados atentados terroristas e outros que decorreram entre 2014 e a atualidade, tem sido matéria noticiosa, preferencial, por parte dos *media* a nível internacional, gerando conteúdos e material de análise, pertinente de investigação académica.

Parte II: Metodologia

4. Abordagem metodológica

Na Parte II da tese, apresentam-se os instrumentos e ferramentas de recolha e análise de dados, que constam da abordagem metodológica. Na investigação de tese adotou-se uma metodologia mista, que combinou métodos qualitativos e quantitativos.

Identificamos os seguintes instrumentos empregues em tese: (1) Inquérito por questionário; (2) Análise de conteúdo quantitativa e qualitativa e (3) Entrevista semiestruturada. A ordenação evidenciada, da explanação dos três instrumentos considerados na recolha e análise de dados, prende-se com a ordem de aplicabilidade dos mesmos.

John Creswell (2003), Alan Bryman (2012), assim como Tom Clark, Liam Foster, Luke Sloan e Alan Bryman (2021), destacam a pertinência da combinação dos métodos quantitativos e qualitativos, através de uma triangulação de fontes de dados, reconhecendo que, individualmente, todos os métodos possuem limitações e podem levar a enviesamentos. Um método pode ser complementado com outro, numa investigação, fornecendo dados de diferentes níveis ou unidades de análise (Tashakkori & Teddlie, 1998, como citado em Creswell, 2003).

Analizamos de seguida os referidos métodos e instrumentos adotados, começando por expor o modelo de análise adotado.

4.1. Modelo de análise

O modelo de análise adotado, apresentado no Anexo A, identifica as questões de investigação consideradas, os conceitos teóricos dominantes, as dimensões e sub-dimensões de análise e ainda os indicadores utilizados, referentes ao estudo.

O referido modelo de análise explicativo, começa por associar às três questões de investigação definidas, os principais conceitos teóricos considerados: “Medo”, “Terrorismo” e “*Framing*”. As questões de investigação consideradas são: Q1: Que quadros noticiosos (*frames*) sobressaem nos *media* nacionais, na cobertura de atentados terroristas na Europa?; Q2: São os *media*, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, promotores de uma comunicação de risco de atentados terroristas em Portugal?; Q3: Contribuem os *media* nacionais, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, para o fomento de uma comunicação de medo de atentados terroristas?

O esquema do modelo de análise, representado no Anexo A, esclarece que para responder às três questões de investigação identificadas, três instrumentos metodológicos foram adotados em tese. São eles: a Análise de Conteúdo, a Entrevista e o Inquérito por Questionário.

No seguimento ao escrutínio do modelo de análise adotado, focaremos a atenção às dimensões, sub-dimensões e indicadores, definidos para apuramento.

Na resposta às questões de investigação (Q1, Q2 e Q3), considerámos distintas dimensões, que se desdobraram em sub-dimensões, que implicaram a aplicabilidade de um instrumento metodológico, que reconheceu um conjunto de indicadores, provenientes da análise.

Encetando o périplo pelas várias secções do modelo de análise adotado, identificamos uma primeira dimensão, que procura reconhecer o *framing* (enquadramento) realizado pelos *media* nacionais, na cobertura noticiosa dos dois atentados terroristas, estudos de caso: Paris, novembro de 2015 e Bruxelas, março de 2016. Esta primeira dimensão, divide-se em quatro sub-dimensões, uma por cada um dos quatro setores (televisivo, imprensa, radiofónico e diário digital), que compreendem um total de dezasseis meios (*RTP1, SIC, TVI, Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, i, Diário de Notícias, Rádio Renascença, Antena 1, TSF, SICN online, TVI24 online, Expresso online, Sol online e Público online*). As sub-dimensões referidas procuram reconhecer de que forma os identificados dezasseis meios, comunicaram os mencionados atentados de Paris e Bruxelas, estudos de caso. O instrumento metodológico adotado, para apurar o designado na primeira dimensão e correspondentes quatro sub-dimensões, é a Análise de Conteúdo. Os indicadores expostos, decorrentes da efetivação da Análise de Conteúdo, encontram-se no Anexo A.

No seguimento pelas várias secções do modelo de análise adotado, identificamos uma segunda dimensão, que procura reconhecer as razões e os motivos, que sustentaram determinados enquadramentos noticiosos adotados. A referida dimensão, divide-se em duas sub-dimensões. Uma primeira sub-dimensão compreende o apuramento de opiniões, de alguns dos jornalistas e diretores de informação, envolvidos na cobertura dos atentados terroristas, estudos de caso, referentes à cobertura noticiosa realizada, nomeadamente o *framing* noticioso adotado. Uma segunda sub-dimensão compreende o apuramento de opiniões, de alguns dos jornalistas e de um diretor de informação, referente à adoção de boas práticas para cobertura noticiosa de atentados terroristas. O instrumento metodológico adotado, para apurar o designado na segunda dimensão e correspondentes duas sub-dimensões, é a Entrevista Semiestruturada. Os indicadores expostos, decorrentes da concretização da entrevista semiestruturada, encontram-se no Anexo A.

Por último, identificamos uma terceira dimensão, que procura reconhecer a opinião da população portuguesa, referente aos atentados terroristas decorridos na Europa e ao *framing* noticioso adotado pelos *media* nacionais, na cobertura dos mesmos atentados. A referida dimensão, divide-se em duas sub-dimensões. Uma primeira sub-dimensão procura aferir a perceção em Portugal, dos atentados na Europa, relativamente à insegurança e ao risco. Uma segunda sub-dimensão procura aferir a perceção em Portugal, referente à cobertura noticiosa de atentados terroristas na Europa. O instrumento metodológico adotado, para apurar o designado na terceira dimensão e correspondentes duas sub-dimensões, é a Inquérito por Questionário. Os indicadores expostos, decorrentes da concretização do inquérito por questionário, encontram-se no Anexo A.

Cabe-nos esclarecer, que a presente explanação do modelo de análise adotado, enceta com a Análise de Conteúdo, enquanto principal instrumento metodológico adotado nesta pesquisa. O modelo explicativo prossegue, indissociável, para as Entrevistas aos jornalistas que realizaram a cobertura noticiosa estudada, na referida análise de conteúdo. O modelo explicativo termina, com os Inquéritos por Questionário, enquanto fonte de dados secundários analisados, para apuramento das opiniões da população portuguesa, relativamente aos atentados terroristas decorridos na Europa, e ao respetivo enquadramento noticioso (*framing*) realizado pelos *media* nacionais. Embora se adote, no presente modelo de análise explicativo, a referida ordenação de instrumentos metodológicos adotados, a configuração da análise empírica de tese, começa por analisar as opiniões da população portuguesa, através dos inquéritos por questionário, prossegue para a análise de conteúdo noticioso, e culmina com as opiniões dos jornalistas, através das entrevistas.

4.2. Recolha e análise de dados

4.2.1. Revisão de literatura e contactos exploratórios

Associado ao processo de recolha e análise de dados, optámos por referenciar, inicialmente, a revisão de literatura efetuada, assim como os contactos exploratórios realizados, enquanto etapas transversais ao processo de investigação de tese.

A revisão de literatura e os contactos exploratórios assumem, enquanto etapas precedentes da abordagem metodológica, uma relevância de destaque. O seu papel inicia-se com uma primeira recolha de documentação relevante à tese, para compreensão dos três conceitos centrais à mesma. São eles, o “Medo”, o “Terrorismo” e o “*Framing*”. Enquanto processo dinâmico, a revisão de literatura, progride, assomando às iniciais referências bibliográficas identificadas, outras, reconhecidas posteriormente. Para além da revisão de literatura, direcionada aos três conceitos mencionados, procedemos à mesma, concernente às metodologias a adotar, nomeadamente, análise de conteúdo e de *framing*.

De igual modo relevantes, e de obrigatoria menção, são os contactos exploratórios realizados, com investigadores e académicos, no sentido de identificar abordagens a adotar na investigação e referências bibliográficas a considerar na revisão de literatura. Identificaremos de seguida, os referidos contactos exploratórios realizados, segmentando os mesmos por áreas ou temáticas académicas.

Identificados que foram, de início, os três conceitos centrais à investigação de tese – “Medo”, “Terrorismo” e “*Framing*”, tornou-se imperativo aprofundar o conhecimento dos referidos, reconhecendo os principais académicos com investigação realizada nas mencionadas áreas de estudo. Privilegiámos os contactos com académicos, nacionais e

internacionais, com investigação reconhecida na academia, por via de obras científicas publicadas.

O procedimento passou por identificar os referidos investigadores/autores e realizar contactos exploratórios, presenciais, por via de correio eletrónico e por videoconferência. Os contactos exploratórios realizados, com efetivos contributos no estudo, figuram no quadro em baixo.

Quadro 4.1: Contactos exploratórios realizados no processo de investigação

Investigador/Autor	Área de investigação
Anabela Gradim ⁴³	Estudos associados ao <i>framing</i>
João Carlos Correia ⁴⁴	Estudos associados ao <i>framing</i>
Susana Araújo ⁴⁵	Estudos associados ao medo
Pedro Pereira Neto ⁴⁶	Estudos associados ao <i>framing</i> e análise de conteúdo
Cláudia Seabra ⁴⁷	Estudos associados ao terrorismo
Patrícia Arriaga ⁴⁸	Estudos associados ao medo
Celina Manita ⁴⁹	Estudos associados ao terrorismo
Simone Tulumello ⁵⁰	Estudos associados ao medo
Michael Morgan ⁵¹	Estudos associados aos <i>media</i> (<i>Cultivation theory</i>)
Felipe Pathé Duarte ⁵²	Estudos associados ao terrorismo
Rachel Pain ⁵³	Estudos associados ao medo
Felisbela Lopes ⁵⁴	Estudos associados aos <i>media</i>
Teresa de Almeida e Silva ⁵⁵	Estudos associados ao terrorismo
Raquel da Silva ⁵⁶	Estudos associados ao terrorismo (<i>Critical Terrorism Studies</i>)
John Horgan ⁵⁷	Estudos associados ao terrorismo
Frank Furedi ⁵⁸	Estudos associados ao medo e ao terrorismo
David Altheide ⁵⁹	Estudos associados ao medo, terrorismo e análise de conteúdo

⁴³ <https://labcomca.ubi.pt/anabela-gradim/>

⁴⁴ <https://labcomca.ubi.pt/joao-carlos-correia/>

⁴⁵ <https://cecomp.letras.ulisboa.pt/investigadores-doutorados-perfil.php?p=227>

⁴⁶ <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/pedro-miguel-pereira-neto/cv>

⁴⁷ <https://www.cienciavita.pt/pt/881B-576B-3B6D>

⁴⁸ <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/patricia-paula-lourenco-arriaga-ferreira/cv>

⁴⁹ https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/func_geral.formview?p_codigo=231601

⁵⁰ <https://www.ics.ulisboa.pt/pessoa/simone-tulumello>

⁵¹ Sem página oficial encontrada

⁵² <https://novalaw.unl.pt/felipe-pathe-duarte/>

⁵³ <https://www.ncl.ac.uk/gps/staff/profile/rachelpain.html>

⁵⁴ <https://www.comunicacao.uminho.pt/equipa/felisbela-lopes/>

⁵⁵ <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/institucional/docentes/docentes/teresa-manuela-rebello-fernandes-de-almeida-e-silva>

⁵⁶ <https://ciencia.iscte-iul.pt/authors/raquel-silva/cv>

⁵⁷ <https://www.icct.nl/people/prof-john-horgan>

⁵⁸ <https://www.frankfuredi.com/>

⁵⁹ <https://search.asu.edu/profile/10142>

Sandra Marinho ⁶⁰	Estudos associados ao <i>framing</i>
Nick Vaughan-Williams ⁶¹	Estudos associados ao terrorismo
Dietram Scheufele ⁶²	Estudos associados ao <i>framing</i>
James Druckman ⁶³	Estudos associados ao <i>framing</i> e análise de conteúdo
Jim Kuypers ⁶⁴	Estudos associados ao <i>framing</i>
David Tewksbury ⁶⁵	Estudos associados ao <i>framing</i> e análise de conteúdo
Michael Stohl ⁶⁶	Estudos associados ao <i>framing</i> , terrorismo e análise de conteúdo
Dennis Chong ⁶⁷	Estudos associados ao <i>framing</i> , terrorismo e análise de conteúdo
Richard Jackson ⁶⁸	Estudos associados ao terrorismo (<i>Critical Terrorism Studies</i>) e análise de conteúdo
Alice Martini ⁶⁹	Estudos associados ao terrorismo (<i>Critical Terrorism Studies</i>) e análise de conteúdo
Teun van Dijk ⁷⁰	Estudos associados aos <i>media</i> (<i>Critical Discourse Analysis</i>)
Ruth Wodak ⁷¹	Estudos associados à análise de Conteúdo
Lars Nord ⁷²	Estudos associados à análise de Conteúdo
Stephen Reese ⁷³	Estudos associados à análise de Conteúdo
Benjamin Smith ⁷⁴	Estudos associados ao <i>framing</i> , terrorismo e análise de conteúdo
Kim Powell ⁷⁵	Estudos associados à análise de conteúdo
Baldwin van Gorp ⁷⁶	Estudos associados ao <i>framing</i>
Sara Greco ⁷⁷	Estudos associados ao <i>framing</i>
José Mapril ⁷⁸	Estudos associados à islamofobia
Marta Araújo ⁷⁹	Estudos associados à islamofobia
William Merrin ⁸⁰	Estudos associados ao <i>framing</i> e ao terrorismo

Fonte: Formulação própria

⁶⁰ <https://www.cecs.uminho.pt/investigador/sandra-marinho/>

⁶¹ <https://acss.org.uk/professor-nick-vaughan-williams/>

⁶² <https://lsc.wisc.edu/facstaff/scheufele-dietram/>

⁶³ <https://polisci.northwestern.edu/people/core-faculty/james-druckman.html>

⁶⁴ <https://liberalarts.vt.edu/departments-and-schools/school-of-communication/faculty/jim-kuypers.html>

⁶⁵ <https://communication.illinois.edu/directory/profile/tewksbur>

⁶⁶ <https://www.comm.ucsb.edu/people/michael-stohl>

⁶⁷ <https://dornsife.usc.edu/profile/dennis-chong/>

⁶⁸ <https://www.otago.ac.nz/ncpacs/staff/otago029983.html>

⁶⁹ <https://www.qmul.ac.uk/politics/staff/profiles/martinialice.html>

⁷⁰ <https://discourses.org/>

⁷¹ <https://www.lancaster.ac.uk/linguistics/about/people/ruth-wodak>

⁷² <https://www.miun.se/en/personnel/larsnord/>

⁷³ <https://moody.utexas.edu/faculty/stephen-d-reese>

⁷⁴ <http://comm.csueastbay.edu/dr-benjamin-k-smith/>

⁷⁵ Sem página oficial encontrada

⁷⁶ <https://soc.kuleuven.be/ims/staff/00060752>

⁷⁷ <https://search.usi.ch/en/people/28e36cfec1c93ec14e5b0879cd5311e1/greco-sara>

⁷⁸ <https://www.fcsh.unl.pt/faculdade/docentes/jmapril/>

⁷⁹ <https://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/marta-araujo>

⁸⁰ <https://www.swansea.ac.uk/staff/humanities-and-socialsciences/culture-communication-staff/media-communication-journalism-pr-staff/william.merrin/>

A realização dos contactos exploratórios mencionados verificou-se de extrema importância durante todo o período de investigação. A totalidade dos contactos realizados contribuiu de formas distintas para o trabalho de tese. Assim, de alguns dos contactos realizados, obtiveram-se esclarecimentos sobre teorias e abordagens dos investigadores (e autores), referentes às respetivas investigações. Em outros destes contactos, obtiveram-se aconselhamentos referentes a obras e autores a incluir na revisão de literatura. Por fim, de alguns destes contactos exploratórios, emergiram conversas informais, referentes às temáticas em estudo e às abordagens adotadas na investigação.

4.2.2. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário surge na investigação, enquanto primeira etapa metodológica, com o objetivo de obter as opiniões, de uma amostra da população portuguesa, concernentes à perceção de risco de atentados terroristas em Portugal, assim como da emoção medo, perante eventuais ocorrências de atentados. O inquérito por questionário, efetivado em parceria com a *Aximage Comunicação e Imagem Lda.*, foi realizado por via telefónica, fazendo uso do método CATI⁸¹ (*computer-assisted telephone interviewing*).

Mais à frente, no capítulo 5., pormenorizaremos uma explanação das várias etapas processuais da realização do inquérito por questionário.

David de Vaus (2002), sublinha que o inquérito, num contexto académico, permite ao investigador obter um conjunto estruturado ou sistemático de dados e informações.

O mesmo autor refere que, uma investigação com base na metodologia do inquérito por questionário, é caracterizada por ser quantitativa e positivista, contrastando com metodologias qualitativas, nomeadamente, observação participante, entrevista não estruturada, grupo focal, entre outras (de Vaus, 2002).

Ainda de Vaus (2002), adianta:

“A investigação quantitativa por inquérito é por vezes retratada como sendo estéril e sem imaginação, mas bem aplicada para fornecer certos tipos de informação fatural e descritiva - as provas concretas” (de Vaus, 2002, p. 5).

John Creswell (2003), por sua vez, sustenta que:

“Um inquérito fornece uma descrição quantitativa ou numérica das tendências, atitudes ou opiniões de uma população através do estudo de uma amostra dessa

⁸¹ Técnica de recolha de dados em que um questionário de inquérito telefónico é armazenado num computador, permitindo ao entrevistador ler as perguntas no monitor e introduzir as respostas no teclado do computador.

população. A partir dos resultados da amostra, o investigador generaliza ou faz afirmações sobre a população” (Creswell, 2003, p. 17).

Bryman (2012) e Clark *et al.* (2021), evidenciam enquanto vantagens dos inquéritos realizados por via telefónica, perante a alternativa, dos realizados por via presencial, que os primeiros são menos dispendiosos, mais rápidos de administrar e mais fáceis de supervisionar. Refere ainda que, ao invés do que se presencia na aplicação dos inquéritos telefónicos, nos inquéritos por via presencial, a presença física do inquiridor influencia e pode manipular a resposta às questões realizadas (Bryman, 2012; Clark *et al.*, 2021).

Mais à frente, no capítulo 5., focaremos as etapas processuais precedentes à realização dos inquéritos por questionário.

4.2.3. Análise de conteúdo quantitativa e qualitativa

A Análise de Conteúdo Qualitativa evidencia-se enquanto principal metodologia de análise empírica na investigação de tese. No sentido de sustentar a aplicabilidade desta metodologia, efetivou-se uma revisão de literatura específica concernente à mesma. Dos autores e obras considerados na revisão de literatura, evidenciamos, Barelson (1952), Kracauer (1952), Krippendorff (2004) e Bardin (2011), numa abordagem inicial e generalista ao tema da Análise de Conteúdo, nas vertentes quantitativa e qualitativa. Concernente, em exclusivo, à referenciada Análise de Conteúdo Qualitativa, considerou-se ainda os autores: Titscher *et al.* (2000); Mayring (2000); Elo e Kyngäs (2008) e Kuckartz (2019).

Segundo Lawrence Bardin (2011), “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 2011, p. 37), ou um “único instrumento, marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto – as comunicações” (Bardin, 2011, p. 37). Klaus Krippendorff (2004), compreende análise de conteúdo como “a utilização de um método replicável e válido para fazer inferências específicas do texto para outros estados ou propriedades da sua fonte” (Krippendorff, 2004, p.103).

Antes dos dois autores anteriormente referidos, Berelson (1952) definia igualmente análise de conteúdo, como uma “técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, organizada e quantitativa do conteúdo das comunicações, tem por finalidade a interpretação das referidas comunicações” (Berelson, 1952, p. 18). Siegfried Kracauer (1952), encabeça as críticas a uma orientação exclusivamente quantitativa, por parte da análise de conteúdo, pela negligência dada à qualidade dos textos e reconstrução dos contextos. Segundo o mesmo, as análises de padrões dos textos podem ser aferidas, não através de medições e contagens, mas através de distintas interpretações de conotações múltiplas (Titscher *et al.*, 2000). Kracauer (1952), introduz o conceito de Análise de Conteúdo

Qualitativa, na academia, enquanto método de análise, caracterizado pelo elevado grau de flexibilidade, podendo ser empregue para trabalhar um quadro de codificação derivado da teoria, bem como para desenvolver categorias baseadas inteiramente no material (Kuckartz, 2019).

Das distintas definições de análise de conteúdo qualitativa, com que nos deparámos, elegemos a seguinte, enquanto a mais elucidativa:

“A análise de conteúdo qualitativa define-se como uma abordagem de análise empírica, metodológica e controlada de textos no seu contexto de comunicação, seguindo regras de análise de conteúdo e modelos passo a passo, sem quantificação precipitada” (Mayring, 2000, p. 5).

Ainda Kracauer (1952) e Bardin (2011) sublinham que, uma análise de conteúdo quantitativa não é antagónica a uma qualitativa, uma vez que a primeira referida, compreende aspetos qualitativos, pois tem origem e desfecho, em considerações qualitativas. Por sua vez, uma análise qualitativa, exige invariavelmente ou pelo menos não rejeita liminarmente, qualquer forma de quantificação, aquando do tratamento exaustivo de dados (Kracauer, 1952). A investigação em curso, que adotou a análise de conteúdo como principal metodologia de investigação empírica, revê-se nas anteriores afirmações dos dois autores referidos, conjugando uma análise de conteúdo quantitativa, analisando dados numéricos referentes à cobertura dos atentados terroristas considerados, e uma análise de conteúdo qualitativa, que compreendeu uma análise de *framing*, empregue no sentido de estudar o *corpus* noticioso adotado.

Mais à frente, no subcapítulo 6.1.4., focaremos as etapas processuais precedentes à realização da análise de conteúdo realizada.

4.2.4. Entrevista semiestruturada

A aplicabilidade da Entrevista semiestruturada, surge após a efetivação da Análise de Conteúdo, e incide em jornalistas, intervenientes diretos na cobertura dos atentados de Paris (2015) e Bruxelas (2016). As referidas entrevistas podem ajudar a compreender algumas das opções de cobertura noticiosa tomadas pelos meios analisados.

Alan Bryman (2012) e Arthur Berger (2016) partilham da opinião que a entrevista é provavelmente o método mais empregue na investigação qualitativa.

Berger (2016) sublinha que a entrevista, num contexto académico, permite ao investigador obter informação, que não pode obter pela simples observação. Adianta ainda, que:

“A forma mais simples de descrever uma entrevista, seja como uma conversa entre um investigador (alguém que deseja obter informações sobre um assunto) e um informador (alguém que presumivelmente tem informações de interesse sobre o assunto)” (Berger, 2016, p. 278).

O mesmo autor menciona que existem quatro tipos de entrevistas na investigação académica, são eles: entrevista informal; entrevista não estruturada; entrevista semiestruturada e entrevista estruturada (Berger, 2016).

Optámos pela realização da entrevista semiestruturada, na pesquisa de tese, pelos atributos da mesma e pelas valências que encaminha à investigação em causa.

Berger (2016), caracterizando a entrevista semiestruturada, sublinha que nesta o investigador/entrevistador detém, normalmente, uma relação de questões a fazer ao entrevistado, contudo procura exercer pouco controlo sobre as respostas dadas (Berger, 2016).

Bryman (2012), evidenciando as vantagens da aplicabilidade da entrevista semiestruturada, enfatiza que a flexibilidade na condução da entrevista, permite que o investigador/entrevistador, melhor perceçione os depoimentos do entrevistado (Bryman, 2012). Adianta ainda, que:

“A formulação da pergunta, aquando da entrevista não deve ser tão específica e fechada, que exclua vias alternativas de investigação, que possam surgir durante a recolha de dados do trabalho de campo” (...) “tal encerramento prematuro do seu foco de investigação seria inconsistente com o processo de investigação qualitativa” (Bryman, 2012, p. 473).

Mais à frente, no capítulo 7., focaremos as etapas processuais precedentes à realização das entrevistas.

5. Inquérito por questionário

5.1. Apresentação do estudo

Como referido no capítulo 4. Abordagem metodológica, o inquérito por questionário surge na investigação de tese, enquanto primeira etapa metodológica.

O objetivo da abordagem é aferir as opiniões, de uma amostra aleatória e estratificada da população portuguesa, concernentes à perceção de risco de atentados terroristas em Portugal. De igual modo, perceber a existência da emoção medo na população, perante eventuais ocorrências de atentados terroristas.

Os objetivos propostos com a aplicação do inquérito, vão de encontro às anteriormente mencionadas apreciações de Creswell (2003), que viabilizam este método na aferição quantitativa de opiniões de uma população, através da análise de uma amostra dessa mesma população. Dos resultados da referida análise, surgem dados capazes de perceber as opiniões da população portuguesa, relativamente ao terrorismo.

Encetamos esta apresentação do estudo, viabilizado por meio de inquérito por questionário, por via telefónica, evidenciando que o mesmo se realizou em parceria com a *Aximage Comunicação e Imagem Lda.*, pela mão do seu diretor, o falecido Professor Doutor Jorge de Sá⁸². A parceria firmada com a entidade referida, colmatou uma verificada escassez de recursos, viabilizando, através do inquérito, a obtenção de dados relativos às opiniões da população nacional.

A parceria com a *Aximage*, firmada em 2018, viabilizou, em primeiro lugar, o acesso a informação trabalhada e a ser trabalhada por esta entidade, referente aos inquéritos e estudos de segurança e terrorismo. Os dados facultados pela *Aximage*, reportam-se a dez inquéritos e respetivas análises, realizados trimestralmente, entre 2016 e 2018. Dos referidos dez, três foram selecionados para análise neste estudo. A mesma parceria viabilizou, ainda, e em segundo lugar, a inclusão de três questões, formuladas pelo autor da tese em consideração, no inquérito promovido por esta, em dezembro de 2018.

Embora assumamos desde o início, que o inquérito por questionário se insere nas metodologias adotadas na investigação de tese, é de primordial importância esclarecer que embora exista uma parceria firmada com a *Aximage*, com as premissas mencionadas anteriormente, a recolha de dados junto à população e a análise dos mesmos, foi totalmente da responsabilidade da *Aximage*. Em suma, clarificamos que a incidência deste estudo incluído em investigação de tese, recai em dados secundários, previamente recolhidos pela *Aximage*, com os contributos do autor da tese.

⁸² Diretor da *Aximage*, investigador e professor do ISCSP-ULisboa e membro dos órgãos sociais do OSCOT.

Gordon Clark (2005) evidencia enquanto uma das principais vantagens da apropriação de dados secundários em investigação doutoral, a capacidade de estes contextualizarem os dados primários a recolher posteriormente (Clark, 2005). É nesta conjuntura que surgem os dados dos inquéritos por questionário realizados pela *Aximage*, antecedendo e contextualizado o trabalho empírico primário, associado à análise de conteúdo e de *framing*.

Sustentando os benefícios da análise de dados secundários, por meio de um inquérito por questionário, Tiago Lapa (2015) defende que:

“A utilização de dados secundários não é necessariamente um trabalho menos criativo em termos de produção de questões de pesquisa, nem superficial. Uma socialização competente na literatura disponível e a própria capacidade do investigador de pensar “fora da caixa” ou do enquadramento analítico previamente previsto por quem planeou e desenhou o inquérito permite um processo criativo de produção de questões e hipóteses” (Lapa, 2015, p. 46).

Na secção seguinte, especificaremos a metodologia adotada na aplicação dos inquéritos por questionário.

5.2. Especificações do inquérito por questionário e da sua aplicação

Como referenciado na secção anterior, um total de dez inquéritos, realizados trimestralmente entre 2016 e 2018, foram realizados pela *Aximage*, referentes a segurança e terrorismo.

A investigação de tese, incide apenas em três dos inquéritos realizados pela *Aximage*. Os três inquéritos selecionados, realizaram-se nas seguintes datas: fevereiro de 2016, abril de 2016 e dezembro de 2018.

Os fundamentos que ditaram a escolha dos referidos três inquéritos, para estudo de tese, foram, essencialmente as datas, nos dois primeiros momentos, e as questões incluídas, no terceiro inquérito. Assim, a opção de análise dos resultados do inquérito de fevereiro de 2016, surge por o mesmo ocorrer, sensivelmente três meses, após os atentados de Paris, de novembro de 2015. Por sua vez, a opção de análise dos resultados do inquérito de abril de 2016, surge por o mesmo ocorrer, sensivelmente um mês, após os atentados de Bruxelas, de março de 2016. Por fim, a opção de análise dos resultados do inquérito de dezembro de 2018, é fundamentada por neste estarem incluídas três questões, formuladas especificamente para a investigação de tese. De referir que as questões introduzidas na totalidade dos dez inquéritos realizados pela *Aximage* são idênticas, com exceção ao último inquérito realizado e analisado, de dezembro de 2018, onde se agregam às duas questões de origem, três questões da autoria do autor da tese. A prevalência de um mesmo conjunto de questões, na totalidade dos inquéritos, extensível por um período de sensivelmente dois anos, é justificada

por desta forma se apurarem as opiniões da população, perante determinados temas, em determinados intervalos de tempo. As questões consideradas nos três inquéritos realizados, encontram-se nos Anexos B, C e D.

Ao nível da metodologia aplicada à realização dos inquéritos, a *Aximage* elaborou uma ficha técnica, que se encontra em anexo, destinada a publicação e elaborada de acordo com um modelo proposto à ERC para a imprensa.

Identificamos no quadro em baixo, alguns dos dados que constam da ficha técnica, referentes aos inquéritos em análise, nomeadamente: universo, amostra, técnica de recolha, erro probabilístico e responsabilidade do estudo. Os dados expostos no quadro são transversais à metodologia adotada. Os dados que se encontram omitidos no quadro, são aqueles específicos de cada momento de inquérito. A totalidade da informação, de cada uma das três fichas técnicas dos três inquéritos realizados, encontra-se nos Anexos E, F e G.

Quadro 5.1: Dados metodológicos referentes ao inquérito por questionário

Universo: Indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidores de telemóvel.
Amostra: Aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, atividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub universo obtido de forma idêntica. A amostra teve ... entrevistas efetivas: ... a homens e ... a mulheres; ... no Interior Norte Centro, ... no Litoral Norte, ... na Área Metropolitana do Porto, ... no Litoral Centro, ... na Área Metropolitana de Lisboa e ... no Sul e Ilhas; ... em aldeias, ... em vilas e ... em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilibragem amostral.
Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I. ⁸³ , tendo o trabalho de campo decorrido nos dias ... e ... de ... de ..., com uma taxa de resposta de ...%.
Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples com ... entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma “margem de erro” - a 95% - de 4,00%).
Responsabilidade do estudo: <i>Aximage Comunicação e Imagem Lda.</i> , sob a direção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

Fonte: Formulação própria com base nas fichas técnicas da Aximage

5.3. Análise de resultados e discussão

A análise de resultados e a discussão dos inquéritos por questionário, aplicados na investigação de tese, incide no estudo dos dados dos referidos inquéritos, obtidos fazendo uso do *software* estatístico SPSS.

⁸³ C.A.T.I. ((*computer-assisted telephone interviewing*)) - técnica de recolha de dados em que um questionário de inquérito telefónico é armazenado num computador, permitindo ao entrevistador ler as perguntas no monitor e introduzir as respostas no computador.

A abordagem à análise de resultados, e posterior discussão dos mesmos, considera as questões formuladas nos três inquéritos aplicados na investigação de tese, que se encontram discriminadas nos Anexos B, C e D.

Às questões consideradas, presentes nos já referenciados anexos B, C e D, cruzámos as seguintes variáveis sociodemográficas: Sexo; Idade; Educação; Região e Habitat. A discriminação das categorias das referidas variáveis sociodemográficas, consideradas na investigação, encontra-se no Anexo H.

Encetamos esta análise com a considerada questão: “Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?”

Realizando o cruzamento da referida questão, com a variável sociodemográfica sexo, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que o sexo feminino perceciona um maior risco de atentados terroristas em Portugal, relativamente ao sexo masculino. Assim, do total de inquiridos do sexo feminino, 13,9% consideram que a hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal é “grande”. Por sua vez, do total de inquiridos do sexo masculino, 9,0% dos inquiridos reconhece a mesma hipótese (Quadro 5.2). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica sexo, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que o sexo feminino continua a percecionar um maior risco de atentados terroristas em Portugal, relativamente ao sexo masculino. Assim, 26,8% do total dos inquiridos do sexo feminino, contra 16,1% do total dos inquiridos do sexo masculino, consideram que a hipótese de atentado terrorista em Portugal é “grande” (Quadro 5.3). Por fim, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável sexo, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos que, o sexo feminino continua a percecionar um maior risco de atentados terroristas em Portugal, relativamente ao sexo masculino. Assim, 6,9% do total dos inquiridos do sexo feminino, contra 3,4% do total dos inquiridos do sexo masculino, consideram que a hipótese de atentado terrorista em Portugal é “grande” (Quadro 5.4).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica sexo, permite concluir que, nos três inquéritos realizados, existe uma associação significativa entre a percepção de risco de atentado terrorista em Portugal e o sexo dos inquiridos.

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de percepção de risco por parte da população inquirida, de ambos os sexos. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento da percepção de risco por parte da população. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com

a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da percepção de risco de atentados, por parte da população.

Quadro 5.2: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito fevereiro 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Sexo		N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	283,2	3	1,2	167	59,1	87	30,7	26	9,0
Feminino	322,8	5	1,5	152	47,2	121	37,3	45	13,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.3: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito abril 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Sexo		N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	279,3	13	4,6	120	42,9	102	36,4	45	16,1
Feminino	321,7	3	1,0	106	32,8	127	39,3	86	26,8

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.4: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por sexo (Inquérito dezembro 2018)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Sexo		N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	284,1	17	6,0	212	74,7	45	15,9	10	3,4
Feminino	324,9	29	8,9	198	61,0	75	23,2	22	6,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?” - com a variável sociodemográfica idade, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que a faixa etária que percebe um maior risco de atentado terrorista em Portugal é a que se encontra no intervalo dos 50 a 64 anos. Na mencionada faixa etária, 40,8% do total dos inquiridos considera que existe “média” hipótese e 14,3% uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.5). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica - idade, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que a faixa etária que percebe um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é a que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos. Na referida faixa etária, 23,5% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.6). Por último, realizando o cruzamento da referida questão,

com a mesma variável idade, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos que a faixa etária que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é a que se encontra no intervalo dos 50 a 64 anos. Na referida faixa etária, 8,9% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.7).

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de perceção de risco por parte da população inquirida, em todas as faixas etárias. Esta progressão é verificável, pelo aumento da percentagem dos inquiridos que identifica a hipótese de atentado como “grande”. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento da perceção de risco por parte da população de todas as faixas etárias. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da perceção de risco de atentados, por parte da população de todas as faixas etárias.

Quadro 5.5: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito fevereiro 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Idade (anos)		N	%	N	%	N	%	N	%
18 a 34	154,7	2	1,3	90	58,1	47	30,3	16	10,3
35 a 49	167,0	0	0,3	92	54,9	59	35,2	16	9,7
50 a 64	143,7	1	0,5	64	44,4	59	40,8	21	14,3
65 ou mais	140,5	5	3,7	74	52,9	43	30,8	18	12,7

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.6: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito abril 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Idade (anos)		N	%	N	%	N	%	N	%
18 a 34	154,7	2	1,5	63	40,8	53	34,2	36	23,5
35 a 49	163,9	1	0,5	63	38,2	67	40,8	34	20,5
50 a 64	142,8	6	4,4	45	31,5	63	43,9	29	20,2
65 ou mais	139,6	7	4,9	55	39,2	46	32,8	32	23,2

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.7: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por idade (Inquérito dezembro 2018)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Idade (anos)		N	%	N	%	N	%	N	%
18 a 34	157,7	8	5,0	123	77,8	25	15,8	2	1,5
35 a 49	159,9	16	9,8	106	66,4	33	20,7	5	3,2
50 a 64	148,8	6	4,3	99	66,5	30	20,2	13	8,9
65 ou mais	142,6	16	11,2	83	58,0	33	22,8	11	7,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?” - com a variável sociodemográfica educação, constatamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que o intervalo de grau de escolaridade, que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é o que se encontra entre o 5º e o 9º ano. No referido intervalo, 16,2% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.8). Por sua vez, o intervalo de grau de escolaridade, que perceciona um menor risco de atentado terrorista em Portugal é o Superior. No referido intervalo, 0% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.8). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica educação, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que o intervalo de grau de escolaridade, que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é o que se encontra entre o 10º e o 12º ano. No referido intervalo, 39,8% do total dos inquiridos considera que existe uma “média” hipótese e 25,7% uma “grande” hipótese da ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.9). Por fim, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável educação, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos que o intervalo de grau de escolaridade, que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é o que se encontra entre o 1º e o 4º ano. No mencionado intervalo, 16,4% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.10).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica educação, permite concluir que, nos três inquéritos realizados, existe uma associação significativa entre a percepção de risco de atentado terrorista em Portugal e o grau de escolaridade dos inquiridos.

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de percepção de risco por parte da população inquirida, em todos os graus de escolaridade. Esta progressão é verificável, pelo

aumento da percentagem dos inquiridos que identifica a hipótese de atentado como “grande”. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento da percepção de risco por parte da população de todos os graus de escolaridade. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da percepção de risco de atentados, por parte da população de todos os graus de escolaridade.

Quadro 5.8: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito fevereiro 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%	N	%	N	%
1º a 4º	60,7	2	2,7	29	48,0	22	36,5	8	12,9
5º a 9º	169,7	5	3,1	73	42,8	64	38,0	27	16,2
10º a 12º e Pós-Sec.	175,5	2	0,9	96	54,8	53	30,2	25	14,1
Superior	200,1	0	0,0	122	60,8	68	34,0	10	5,2

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.9: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito abril 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%	N	%	N	%
1º a 4º	73,3	6	8,1	27	36,5	25	34,8	15	20,6
5º a 9º	149,8	4	2,4	49	33,0	58	39,0	38	25,6
10º a 12º e Pós-Sec.	186,0	3	1,4	62	33,1	74	39,8	48	25,7
Superior	191,9	4	2,1	88	45,7	70	36,7	30	15,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.10: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por educação (Inquérito dezembro 2018)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%	N	%	N	%
1º a 4º	59,8	7	11,9	32	52,8	11	18,9	10	16,4
5º a 9º	171,3	19	10,9	95	55,6	43	25,2	14	8,3
10º a 12º e Pós-Sec.	172,5	10	5,9	122	70,8	34	19,8	6	3,6
Superior	205,4	10	4,9	161	78,6	32	15,6	2	0,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?” - com a variável sociodemográfica região, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que é na região Litoral Norte, que se percebe um maior risco de atentado terrorista em Portugal. Na referida região, 14,9% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.11). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica região, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que a região que percebe um maior risco de atentado terrorista em Portugal, é igualmente o Litoral Norte. Na referida região, 30,8% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.12). Por último, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável região, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos que é na região Interior Norte Centro, que se percebe um maior risco de atentado terrorista em Portugal. Na referida região, 13,4% do total dos inquiridos considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.13).

Uma análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, possibilita avançarmos com as seguintes conclusões. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de percepção de risco por parte da população inquirida, em todas as regiões do país. Esta progressão é verificável, pelo aumento da percentagem dos inquiridos que identifica a hipótese de atentado como “grande”.

Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento da percepção de risco por parte da população de todas as regiões. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da percepção de risco de atentados, por parte de todas as regiões consideradas em análise.

Quadro 5.11: Percepção de ocorrência de atentado terrorista, por região (Inquérito fevereiro 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Região		N	%	N	%	N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,2	1	2,2	34	57,5	16	26,2	8	14,2
Litoral Norte	85,7	0	0,0	43	50,4	30	34,7	13	14,9
A.M. Porto	101,8	2	1,6	57	56,3	34	33,3	9	8,8
Litoral Centro	115,8	2	1,4	52	45,2	52	44,9	10	8,5

A.M. Lisboa	157,8	3	1,8	88	55,9	49	30,9	18	11,4
Sul e Ilhas	85,7	1	1,3	45	52,0	28	32,2	13	14,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.12: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por região (Inquérito abril 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Região		N	%	N	%	N	%	N	%
Interior Norte Centro	57,8	4	7,6	22	37,5	15	26,6	16	28,3
Litoral Norte	85,2	4	4,1	26	30,9	29	34,1	26	30,8
A.M. Porto	101,1	1	0,6	45	44,9	43	42,2	12	12,2
Litoral Centro	115,1	1	0,8	37	32,5	58	50,8	18	15,9
A.M. Lisboa	156,7	3	1,6	59	37,7	53	34,1	42	26,5
Sul e Ilhas	85,1	4	4,9	35	41,7	29	34,3	16	19,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.13: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por região (Inquérito dezembro 2018)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Região		N	%	N	%	N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,6	5	8,7	37	61,3	10	16,6	8	13,4
Litoral Norte	88,4	7	8,2	59	66,2	19	21,6	3	3,9
A.M. Porto	106,4	7	6,9	76	71,8	20	18,6	3	2,7
Litoral Centro	108,5	7	6,6	73	67,7	22	20,6	6	5,2
A.M. Lisboa	163,8	14	8,5	112	68,2	31	19,2	7	4,1
Sul e Ilhas	81,2	5	6,2	53	64,9	18	22,3	5	6,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?” - com a variável sociodemográfica habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que é o habitat Rural, que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal. Um total de 12,9% dos inquiridos, do referido habitat, considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.14). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica habitat, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que é no habitat Semi Urbano, que se perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal. Um total de 24,8% dos inquiridos, do referido habitat, considera que existe uma “grande” hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.15). Por último, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que é o habitat Rural, que perceciona um maior risco de atentado terrorista em Portugal. Um total de 9,7% dos inquiridos, do referido habitat, considera que existe uma “grande” hipótese de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.16).

Uma análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, possibilita avançarmos com as seguintes conclusões. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de perceção de risco por parte da população inquirida, em todos os habitats do país, considerados. Esta progressão é verificável, pelo aumento da percentagem dos inquiridos que identifica a hipótese de atentado como “grande”. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento da perceção de risco por parte da população de todos os habitats. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da perceção de risco de atentados, por parte de todos os habitats considerados em análise.

Quadro 5.14: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito fevereiro 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Habitat		N	%	N	%	N	%	N	%
Rural	104,0	1	0,5	51	48,6	39	37,9	13	12,9
Semi Urbano	164,6	3	1,8	81	49,5	62	37,9	18	10,8
Urbano	337,4	5	1,5	188	55,6	106	31,3	39	11,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.15: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito abril 2016)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Habitat		N	%	N	%	N	%	N	%
Rural	103,1	1	1,4	38	36,6	40	39,3	24	22,8
Semi Urbano	163,3	7	4,4	51	31,0	65	39,8	40	24,8
Urbano	334,6	8	2,3	137	41,0	123	36,7	67	20,1

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.16: Perceção de ocorrência de atentado terrorista, por habitat (Inquérito dezembro 2018)

Qual é a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um atentado terrorista?									
	N da amostra ponderada	Nenhuma		Pequena		Média		Grande	
Habitat		N	%	N	%	N	%	N	%
Rural	104,3	5	5,1	78	74,6	11	10,6	10	9,7
Semi Urbano	171,3	11	6,3	108	63,0	45	26,6	7	4,2
Urbano	333,5	30	8,9	225	67,4	64	19,2	15	4,4

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Após a análise de uma primeira questão, que procurou aferir a percepção dos inquiridos, face à possibilidade de ocorrência de um atentado terrorista em Portugal, avançamos para a análise a uma segunda questão, transversal aos três momentos de inquérito (fevereiro e abril de 2016 e de dezembro de 2018). A questão considerada a analisar, é a seguinte: “As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?”.

Realizando o cruzamento da referida questão, com a variável sociodemográfica sexo, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que tanto nos inquiridos do sexo masculino, como nos inquiridos do sexo feminino, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 51,6% do total dos inquiridos do sexo masculino e 64,3% do total dos inquiridos do sexo feminino, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados terroristas (Quadro 5.17). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica sexo, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram igualmente que, tanto nos inquiridos do sexo masculino, como nos inquiridos do sexo feminino, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 52,5% do total dos inquiridos do sexo masculino e 64,2% do total dos inquiridos do sexo feminino, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados terroristas (Quadro 5.18). Por fim, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável sexo, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos que, nos inquiridos do sexo masculino, sobressai o entendimento que as forças de segurança estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal (em 51,1% do total dos inquiridos, do sexo masculino). Por sua vez, junto aos inquiridos do sexo feminino, verificamos que a tendência se mantém inalterada, prevalecendo a opinião da maioria dos inquiridos (63,3%), que percebe que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal (Quadro 5.19).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica sexo, permite concluir que, nos três inquéritos realizados, existe uma associação significativa entre a percepção da preparação das forças de segurança em prevenirem atentados terroristas em Portugal, e o sexo dos inquiridos.

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. Em todos os momentos analisados, verificou-se um número mais elevado de inquiridos que entende que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada pelo aumento de entendimento por parte da população

inquirida, da não preparação das forças de segurança para prevenir atentados terroristas em Portugal. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016 e os de abril de 2016, podemos avançar com a seguinte interpretação, a repetição de atentados leva a um aumento de entendimento, por parte da população inquirida, de não preparação das forças de segurança para prevenir atentados terroristas. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, as sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição de entendimento, por parte da população inquirida, de não preparação das forças de segurança para prevenir atentados terroristas. Como referenciado anteriormente, embora os resultados confirmem uma tendência, a evolução dos valores percentuais identificados nos três inquéritos é residual.

Quadro 5.17: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito fevereiro 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Sexo		N	%	N	%
Masculino	283,2	146	51,6	137	48,4
Feminino	322,8	208	64,3	115	35,7

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.18: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito abril 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Sexo		N	%	N	%
Masculino	279,3	147	52,5	133	47,5
Feminino	321,7	207	64,2	115	35,8

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.19: Preparação das forças de segurança na prevenção, por sexo (Inquérito dezembro 2018)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Sexo		N	%	N	%
Masculino	284,1	139	48,9	145	51,1
Feminino	324,9	206	63,3	119	36,7

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica idade, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que na maioria das faixas etárias consideradas (em três de quatro das faixas etárias), o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 52,6% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos, 66,6% do total dos inquiridos no intervalo dos 35 a 49 anos e 64,3% do total dos inquiridos no intervalo dos 50 a 64 anos, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.20). A única opinião oposta, ainda que com uma ínfima diferença percentual, encontra-se na faixa etária dos 65 ou mais anos, onde 50,3% do total dos inquiridos, entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.20). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica idade, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram o verificado no inquérito analisado anteriormente (de fevereiro de 2016), que na maioria das faixas etárias consideradas (em três de quatro das faixas etárias), o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Uma vez mais, a única faixa etária que entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados terroristas, é a que se encontra no intervalo de 65 anos ou mais (52% dos inquiridos). Segundo o apurado, 62,7% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos, 66,7% do total dos inquiridos no intervalo dos 35 a 49 anos e 56,0% do total dos inquiridos no intervalo dos 50 a 64 anos, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.21). Por fim, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável idade, no inquérito realizado em dezembro de 2018, constatamos uma vez mais que, a única faixa etária que entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados terroristas, é a que se encontra no intervalo 65 anos ou mais (54,6% dos inquiridos). Segundo o apurado, 63,6% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos, 58,3% do total dos inquiridos no intervalo dos 35 a 49 anos e 57,9% do total dos inquiridos no intervalo dos 50 a 64 anos, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.22).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica idade, permite concluir que, nos três inquéritos realizados, existe uma associação significativa entre a perceção da preparação das forças de segurança em prevenirem atentados terroristas em Portugal, e a idade dos inquiridos.

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. A faixa etária que se encontra no intervalo dos 65 ou mais anos,

perceciona em todas as três sondagens, que as forças de segurança estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Como evidenciado, a opinião identificada somente se verifica nesta faixa etária e na totalidade dos três momentos analisados. Por outro lado, nas duas primeiras sondagens, em 2016 (de fevereiro e abril), a faixa etária dos 35 a 49 anos, foi a que mais percecionou, percentualmente, que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Na terceira sondagem, de 2018, é a faixa etária entre os 18 e os 34 anos, que perceciona em maior número esta menor preparação. A ocorrência de um segundo atentado, como se verificou em Bruxelas em 2016, é acompanhada de um aumento de percepção da não preparação das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas em Portugal. Este facto somente se verifica na população inquirida menos idosa, nomeadamente nas faixas etárias dos 18 a 34 anos e dos 35 a 49 anos de idade. Por outro lado, comparando os dados de abril de 2016, com os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação, sondagens realizadas com maior distanciamento temporal, dão origem a uma diminuição da percepção da não preparação das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas, por parte da população das mesmas faixas etárias, dos 18 a 34 anos e dos 35 a 49 anos de idade.

Quadro 5.20: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito fevereiro 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Idade (anos)		N	%	N	%
18 a 34 anos	154,7	81	52,6	73	47,4
35 a 49 anos	167,0	110	65,6	57	34,4
50 a 64 anos	143,7	93	64,6	51	35,4
65 anos ou mais	140,5	70	49,7	71	50,3

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.21: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito abril 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Idade (anos)		N	%	N	%
18 a 34 anos	154,7	97	62,7	58	37,3
35 a 49 anos	163,9	109	66,7	55	33,3
50 a 64 anos	142,8	80	56,0	63	44,0
65 anos ou mais	139,6	67	48,0	73	52,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.22: Preparação das forças de segurança na prevenção, por idade (Inquérito dezembro 2018)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Idade (anos)		N	%	N	%
18 a 34 anos	157,7	100	63,6	57	36,4
35 a 49 anos	159,9	93	58,3	67	41,7
50 a 64 anos	148,8	86	57,9	63	42,1
65 anos ou mais	142,6	65	45,4	78	54,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica educação, constatamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que na totalidade dos graus de escolaridade considerados, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 54,3% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo do 1º a 4º ano, 55,1% do total dos inquiridos no intervalo do 5º ao 9º ano, 59,4% do total dos inquiridos no intervalo do 10º a 12º anos e 61,6% do total dos inquiridos no intervalo do Superior, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na referida prevenção de atentados (Quadro 5.23). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica educação, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que na maioria dos intervalos dos graus de escolaridade considerados (em três dos quatro graus de escolaridade), o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, o único intervalo de grau de escolaridade, que entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados terroristas, é o que se encontra no 1º ao 4º ano (53,1% dos inquiridos). No sentido oposto, 52,6% do total dos inquiridos no intervalo do 5º ao 9º ano, 62,4% do total dos inquiridos no intervalo do 10º a 12º anos e 64,7% do total dos inquiridos no intervalo do Superior, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.24). Por fim, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável educação, no inquérito realizado em dezembro de 2018, identificamos uma vez mais, um único intervalo de grau de escolaridade, que entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados terroristas (intervalo do 5º ao 9º ano, com 52,8% dos inquiridos). No sentido oposto, apurámos que, 56,1% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo do 1º ao 4º ano, 60,6% do total dos inquiridos no intervalo do 10º ao 12º

ano e 61,1% do total dos inquiridos no intervalo do Superior, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.25).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica educação, permite concluir que em dois dos três inquéritos considerados, nomeadamente, nos realizados em abril de 2016 e em dezembro de 2018, existe uma associação significativa entre a perceção da preparação das forças de segurança em prevenirem atentados terroristas em Portugal, e o grau de escolaridade dos inquiridos.

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. Analisando os resultados individualmente, de cada um dos três inquéritos realizados, constatamos que o grau de escolaridade, identificado como Superior, perceciona uma menor preparação, por parte das forças de segurança, para prevenirem atentados terroristas em Portugal. A opinião identificada, somente se verifica neste grau de escolaridade e na totalidade dos três momentos analisados. Por outro lado, nas duas primeiras sondagens em 2016, o grau de escolaridade que mais percecionou que as forças de segurança estão preparadas para prevenir atentados terroristas, foi o que se encontra no intervalo entre o 1º e o 4º ano. Na terceira sondagem, de 2018, o grau de escolaridade que mais percecionou que as forças de segurança estão preparadas para prevenir atentados terroristas, foi o que se encontra no intervalo entre o 5º e o 9º ano. Comparando e analisando os dados de fevereiro de 2016, com os de abril de 2016 e os de dezembro de 2018, podemos avançar com a seguinte interpretação. Os graus de escolaridade, que compreendem o 10º ao 12º ano e o Superior, seguem a tendência já identificada anteriormente, que reconhece dois momentos. Num primeiro momento, após os atentados de Bruxelas, verifica-se um aumento de perceção da não preparação das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas em Portugal. Num segundo momento, em dezembro de 2018 e sensivelmente 32 meses após o atentado de Bruxelas, verifica-se a diminuição de perceção da não preparação das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas em Portugal. A mencionada tendência não se verifica nas opiniões dos graus de escolaridade mais baixos, nomeadamente do 1º ao 4º ano e no 5º ao 9º ano, onde da primeira sondagem para a segunda, um mês após os atentados de Bruxelas, se verifica um decréscimo na perceção da não preparação das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas em Portugal.

Quadro 5.23: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito fevereiro 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
Educação	N da amostra ponderada	Não		Sim	
		N	%	N	%

(anos/grau)					
1º a 4º	60,7	33	54,3	28	45,7
5º a 9º	169,7	93	55,1	76	44,9
10º a 12º ou Pós-Sec	175,5	104	59,4	71	40,6
Superior	200,1	123	61,6	77	38,4

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.24: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito abril 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%
1º a 4º	73,3	34	46,9	39	53,1
5º a 9º	149,8	79	52,6	71	47,4
10º a 12º ou Pós-Sec.	186,0	116	62,4	70	37,6
Superior	191,9	124	64,7	68	35,3

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.25: Preparação das forças de segurança na prevenção, por educação (Inquérito dezembro 2018)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%
1º a 4º	59,8	34	56,1	26	43,9
5º a 9º	171,3	81	47,2	90	52,8
10º a 12º ou Pós-Sec.	172,5	105	60,6	68	39,4
Superior	205,4	125	61,1	80	38,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica região, constatamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que na totalidade das regiões consideradas, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 52,7% do total dos inquiridos que se encontram na região Interior Norte Centro, 61,3% do total dos inquiridos na região Litoral Norte, 67,0% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana do Porto, 60,1% do total dos inquiridos na região Litoral Centro, 51,3% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana de Lisboa e 59, 7% do total dos inquiridos na região do Sul e Ilhas, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.26). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica região, no inquérito realizado em abril de 2016, demonstram que na maioria das regiões consideradas (em cinco

de seis regiões), o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, a única região considerada, que entende que as forças de segurança portuguesas estão preparadas na prevenção de atentados terroristas, é a região Interior Norte Centro (51,1% no total dos inquiridos da região). No sentido oposto, 65,3% do total dos inquiridos na região Litoral Norte, 62,5% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana do Porto, 59,4% do total dos inquiridos na região Litoral Centro, 58,8% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana de Lisboa e 53, 8% do total dos inquiridos na região do Sul e Ilhas, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na referida prevenção de atentados (Quadro 5.27). Por último, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável região, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das regiões consideradas, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 62,9% dos inquiridos que se encontram na região Interior Norte Centro, 52,1% do total dos inquiridos na região Litoral Norte, 57,7% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana do Porto, 60,3% do total dos inquiridos na região Litoral Centro, 51,4% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana de Lisboa e 59, 9% do total dos inquiridos na região do Sul e Ilhas, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.28).

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. Em todas as seis regiões, em todos os três momentos de sondagens, prevaleceu a percepção por parte dos inquiridos, que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. A única exceção a esta constatação surge na sondagem de abril de 2016, com a região Interior Norte Centro, em que uma muito residual diferença percentual, dá uma maioria aos inquiridos que percecionam que as forças de segurança estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal.

Quadro 5.26: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito fevereiro 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Região		N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,2	31	52,7	28	47,3
Litoral Norte	85,7	53	61,3	33	38,7
A.M. Porto	101,8	68	67,0	34	33,0
Litoral Centro	115,8	70	60,1	46	39,9
A.M. Lisboa	157,8	81	51,3	77	48,7
Sul e Ilhas	85,7	51	59,7	34	40,3

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.27: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito abril 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Região		N	%	N	%
Interior Norte Centro	57,8	28	48,9	30	51,1
Litoral Norte	85,2	56	65,3	30	34,7
A.M. Porto	101,1	63	62,5	38	37,5
Litoral Centro	115,1	68	59,4	47	40,6
A.M. Lisboa	156,7	92	58,8	65	41,2
Sul e Ilhas	85,1	46	53,8	39	46,2

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.28: Preparação das forças de segurança na prevenção, por região (Inquérito dezembro 2018)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Região		N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,6	38	62,9	22	37,1
Litoral Norte	88,4	46	52,1	42	47,9
A.M. Porto	106,4	61	57,7	45	42,3
Litoral Centro	108,5	65	60,3	43	39,7
A.M. Lisboa	163,8	84	51,4	80	48,6
Sul e Ilhas	81,2	49	59,9	33	40,1

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em fevereiro de 2016, demonstram que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 54,3% do total dos inquiridos que se encontram no habitat Rural, 58,0% do total dos inquiridos no habitat Semi Urbano e 59,8% do total dos inquiridos no habitat Urbano, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.29). Os resultados do cruzamento da mesma questão, com a mesma variável sociodemográfica habitat, no inquérito realizado em abril de 2016 demonstram, igualmente, que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenirem atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 52,5% do total dos inquiridos que se encontram no habitat Rural, 62,6% do total dos inquiridos no habitat Semi Urbano e 58,9% do total dos inquiridos no habitat Urbano, consideram que as forças de segurança não estão preparadas

na prevenção de atentados (Quadro 5.30). Por último, realizando o cruzamento da referida questão, com a mesma variável habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018 demonstram, de igual modo, que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente é que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Segundo o apurado, 57,9% do total dos inquiridos que se encontram no habitat Rural, 59,6% do total dos inquiridos no habitat Semi Urbano e 54,5% do total dos inquiridos no habitat Urbano, consideram que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadro 5.31).

Da análise comparativa aos resultados dos três momentos de inquérito, podemos avançar com as seguintes aceções. Em todos os três habitats, em todos os três momentos de sondagens, prevaleceu a percepção por parte dos inquiridos, que as forças de segurança não estão preparadas para prevenir atentados terroristas em Portugal. Analisando os resultados em conjunto dos três inquéritos realizados, constatamos uma impossibilidade de sustentar categóricas inferências. Os ditos resultados comparativos, entre os três inquéritos, demonstraram uma impossibilidade de chegar a extrapolações evolutivas das percepções dos inquiridos, referentes à preparação das forças de segurança, para prevenir atentados terroristas em Portugal.

Quadro 5.29: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito fevereiro 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Habitat		N	%	N	%
Rural	104,0	57	54,3	47	45,7
Semi Urbano	164,6	95	58,0	69	42,0
Urbano	337,4	202	59,8	136	40,2

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.30: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito abril 2016)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Habitat		N	%	N	%
Rural	103,1	54	52,5	49	47,5
Semi Urbano	163,3	102	62,6	61	37,4
Urbano	334,6	197	58,9	138	41,1

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Quadro 5.31: Preparação das forças de segurança na prevenção, por habitat (Inquérito dezembro 2018)

As forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenir um atentado terrorista em Portugal?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Habitat		N	%	N	%
Rural	104,3	60	57,9	44	42,1
Semi Urbano	171,3	102	59,6	69	40,4
Urbano	333,5	182	54,5	152	45,5

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

No seguimento da análise de resultados e discussão dos inquéritos por questionário, aplicados na investigação de tese, incidimos atenções nas três questões incluídas na investigação, viabilizadas pela parceria formulada entre o autor da tese e a empresa responsável pelo inquérito, a *Aximage*. As questões mencionadas, encontram-se discriminadas no Anexo D (Questões 3, 4 e 5). Às referidas questões, a par do que aconteceu com as duas primeiras analisadas, cruzámos as seguintes variáveis sociodemográficas: Sexo; Idade; Educação; Região e Habitat. A discriminação das categorias das referidas variáveis sociodemográficas, consideradas na investigação, encontra-se no Anexo H.

Após a análise de uma primeira questão, que procurou aferir a perceção dos inquiridos, face à possibilidade de ocorrência de um atentado terrorista em Portugal, e de uma segunda questão, que procurou aferir a perceção dos mesmos inquiridos, concernente à preparação ou não, das forças de segurança portuguesas, em prevenir atentados terroristas em Portugal, retomamos a análise com a seguinte questão: “Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?”. A referida questão, assim como as duas posteriores, serão somente analisadas, como referenciado anteriormente, tendo como base o inquérito realizado em dezembro de 2018.

Realizando o cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica sexo, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que tanto nos inquiridos do sexo masculino, como nos inquiridos do sexo feminino, o entendimento prevalecente, de uma grande maioria, é que após os atentados terroristas nos países europeus, não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia. Segundo o apurado, 93,4% do total dos inquiridos do sexo masculino e 90,0% do total dos inquiridos do sexo feminino, consideram que não houve alteração dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia (Quadro 5.32).

Quadro 5.32: Alteração de hábitos quotidianos, por sexo (Inquérito dezembro 2018)

Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia a dia?
--

	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Sexo		N	%	N	%
Masculino	284,1	265	93,4	18	6,4
Feminino	324,9	292	90,0	32	10,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?” - com a variável sociodemográfica idade, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das faixas etárias consideradas, o entendimento prevalecente é que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa. Segundo o apurado, 95,4% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos, 93,3% do total dos inquiridos no intervalo dos 35 a 49 anos, 92,1% do total dos inquiridos no intervalo dos 50 a 64 anos e 85,1% do total dos inquiridos com mais de 64 anos, consideram que não houve alteração hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.33). Verificamos, contudo, que os inquiridos mais idosos, da faixa etária dos 65 ou mais anos, assumiram uma maior alteração de hábitos e comportamentos, que os inquiridos das restantes faixas etárias analisadas.

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica idade, permite concluir que existe uma associação significativa, entre a alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, e a idade dos inquiridos.

Quadro 5.33: Alteração de hábitos quotidianos, por idade (Inquérito dezembro 2018)

Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia a dia?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Idade (anos)		N	%	N	%
18 a 34 anos	157,7	150	95,4	7	4,6
35 a 49 anos	159,9	149	93,3	11	6,7
50 a 64 anos	148,8	137	92,1	11	7,7
65 anos ou mais	142,6	121	85,1	21	14,9

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?” - com a variável sociodemográfica educação, averiguamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos graus de escolaridade considerados, o entendimento prevalecente é que não houve alteração de

hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa. Segundo o apurado, 86,6% do total dos inquiridos no intervalo do 1º ao 4º ano, 89,4% do total dos inquiridos no intervalo do 5º ao 9º ano, 95,3% do total dos inquiridos no intervalo do 10º ao 12º ano e 91,8% do total dos inquiridos dos graus do intervalo Superior, consideram que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa. Verificamos, contudo, que os inquiridos dos graus de escolaridade do 1º ao 4º ano e 5º ao 9º ano, assumiram percentualmente uma maior alteração de hábitos e comportamentos, em virtude dos atentados terroristas, que os inquiridos dos restantes graus de escolaridade (Quadro 5.34).

Quadro 5.34: Alteração de hábitos quotidianos, por educação (Inquérito dezembro 2018)

Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia a dia?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%
1º a 4º	59,8	52	86,6	8	13,4
5º a 9º	171,3	153	89,4	18	10,6
10º a 12º ou Pós-Sec.	172,5	164	95,3	8	4,5
Superior	205,4	189	91,8	17	8,2

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?” - com a variável sociodemográfica região, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das regiões consideradas, o entendimento prevalecente é que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa. Segundo o apurado, 90,9% do total dos inquiridos da região Interior Norte Centro, 99,6% do total dos inquiridos da região Litoral Norte, 87,7% do total dos inquiridos da região da Área Metropolitana do Porto, 90,7% do total dos inquiridos da região do Litoral Centro, 92,2% do total dos inquiridos da região da Área Metropolitana de Lisboa e 88,5% do total dos inquiridos da região Sul e Ilhas, consideram que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.35). Verificamos, contudo, que os inquiridos da região da Área Metropolitana do Porto e da região Sul e Ilhas, assumiram percentualmente uma maior alteração de hábitos e comportamentos, em virtude dos atentados terroristas, que os inquiridos das restantes regiões. Somente 0,4% do total dos inquiridos da região Litoral Norte, assumiram que alteraram hábitos e comportamentos, após os atentados terroristas.

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica região, permite concluir que existe uma associação significativa, entre a alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, e a região dos inquiridos.

Quadro 5.35: Alteração de hábitos quotidianos, por região (Inquérito dezembro 2018)

Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia a dia?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Região (6 categorias)		N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,6	54	90,9	5	9,1
Litoral Norte	88,4	88	99,6	0	0,4
A.M. Porto	106,4	93	87,7	13	12,0
Litoral Centro	108,5	98	90,7	10	9,3
A.M. Lisboa	163,8	151	92,2	13	7,8
Sul & Ilhas	81,2	72	88,5	9	11,5

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?” - com a variável sociodemográfica habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente é que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa. Segundo o apurado, 93,7% do total dos inquiridos do habitat Rural, 93,8% do total dos inquiridos do habitat Semi Urbano e 89,9% do total dos inquiridos do habitat Urbano, consideram que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.36). Verificamos, contudo, que os inquiridos pertencentes ao habitat Urbano, assumiram percentualmente uma maior alteração de hábitos e comportamentos, em virtude dos atentados terroristas, que os inquiridos dos restantes dois habitats.

Quadro 5.36: Alteração de hábitos quotidianos, por habitat (Inquérito dezembro 2018)

Depois dos atentados terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia a dia?					
	N da amostra ponderada	Não		Sim	
Habitat		N	%	N	%
Rural	104,3	98	93,7	7	6,3
Semi Urbano	171,3	161	93,8	11	6,2
Urbano	333,5	300	89,9	33	10,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Uma quarta questão, presente somente no inquérito de dezembro de 2018, assim como a anterior, procura aferir se os inquiridos têm medo de ser vítimas de atentado terrorista em

Portugal. A par do que aconteceu com as anteriores questões estudadas, analisámos as seguintes variáveis sociodemográficas: Sexo; Idade; Educação; Região e Habitat. Do cruzamento da questão - “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...” - com a variável sociodemográfica sexo, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que tanto nos inquiridos do sexo masculino, como nos inquiridos do sexo feminino, o entendimento prevalecente, de uma grande maioria, é de possuírem um “pequeno” ou “muito pequeno” medo, de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, 41,1% do total dos inquiridos do sexo masculino, contra 35,2% do total dos inquiridos do sexo feminino, admitem possuir um “muito pequeno” medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Ainda, 43,3% do total dos inquiridos do sexo masculino, contra 31,8% do total dos inquiridos do sexo feminino, admitem possuir um “pequeno” medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.37). De igual modo verificamos, que a percentagem de inquiridos que considera possuir um “grande” ou “muito grande” medo, de ser vítima de atentado terrorista em Portugal é superior no sexo feminino que no sexo masculino. Do total de inquiridos do sexo feminino, 9,8% reconhecem ter um “grande” medo de ser vítimas de atentado terrorista, contra 2,5% do total de inquiridos do sexo masculino que reconhece o mesmo (Quadro 5.37).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica sexo, permite concluir que existe uma associação significativa, entre a percepção de medo de ser vítima de atentado terrorista, e o sexo dos inquiridos.

Quadro 5.37: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por sexo (Inquérito dezembro 2018)

O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...													
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Muito pequeno		Pequeno		Assim Assim		Grande		Muito grande	
Sexo		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	284,1	1	0,3	117	41,1	123	43,3	34	12,0	7	2,5	2	0,8
Feminino	324,9	2	0,6	114	35,2	103	31,8	66	20,2	32	9,8	8	2,5

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...” - com a variável sociodemográfica idade, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das faixas etárias consideradas, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é da existência de um “pequeno” ou “muito pequeno” medo, de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, as faixas etárias que revelam menor medo de ser vítimas de atentados terroristas são, em primeiro lugar dos 18 a 34 anos, onde 50,6% do total dos inquiridos revela ter um “muito pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista e 37,2% do total dos

inquiridos, revela ter um “pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista (Quadro 5.38). De igual modo verificamos, que as faixas etárias mais idosas, apresentam maiores percentagens de inquiridos que revelam ter um medo “grande” ou “muito grande” de ser vítimas de atentados terroristas em Portugal. Na faixa etária acima dos 64 anos (65 ou mais), 11,7% do total dos inquiridos admite possuir um “grande” medo, em ser vítima de atentado terrorista. Por sua vez, na faixa etária dos 18 a 34 anos, apenas 1,9% do total dos inquiridos admite possuir um “grande” medo, em ser vítima de atentado terrorista (Quadro 5.38).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica idade, permite concluir que existe uma associação significativa, entre a perceção de medo de ser vítima de atentado terrorista, e a idade dos inquiridos.

Quadro 5.38: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por idade (Inquérito dezembro 2018)

O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...													
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Muito pequeno		Pequeno		Assim Assim		Grande		Muito grande	
Idade (anos)		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
18 a 34	157,7	1	0,4	80	50,6	59	37,2	16	9,9	3	1,9	0	0,0
35 a 49	159,9	1	0,7	66	41,5	59	37,1	23	14,7	6	3,9	4	2,2
50 a 64	148,8	0	0,3	46	30,8	61	40,9	26	17,2	13	8,7	3	2,1
65 ou +	142,6	1	0,5	39	27,4	47	33,2	35	24,6	17	11,7	4	2,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...” - com a variável sociodemográfica educação, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos graus de escolaridade considerados, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é da existência de um “pequeno” ou “muito pequeno” medo, de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, os graus de escolaridade que revelam menor medo de ser vítimas de atentados terroristas são, em primeiro lugar o Superior, onde 40,0% do total dos inquiridos revela ter um “muito pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista e 45,2% do total dos inquiridos, revela ter um “pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista (Quadro 5.39). De igual modo verificamos, que uma maior percentagem de inquiridos com graus de escolaridade mais baixos, revelam ter um “grande” ou “muito grande” medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. No grau de escolaridade, que compreende o 1º ao 4º ano, 7,2% do total dos inquiridos admite ter um medo “muito grande” e 16,7% “grande”, de ser vítima de atentado terrorista em Portugal. Por sua vez, no grau de escolaridade Superior, nenhum dos inquiridos (0%), admite possuir um “muito grande” medo, em ser vítima de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.39).

O cruzamento da mencionada questão, com a variável sociodemográfica educação, permite concluir que existe uma associação significativa, entre a perceção de medo de ser vítima de atentado terrorista, e o grau de escolaridade dos inquiridos.

Quadro 5.39: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por educação (Inquérito dezembro 2018)

O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...													
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Muito pequeno		Pequeno		Assim Assim		Grande		Muito grande	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1º a 4º	59,8	0	0,0	11	18,5	24	39,7	11	17,9	10	16,7	4	7,2
5º a 9º	171,3	1	0,4	56	32,5	56	32,9	41	23,9	14	7,9	4	2,3
10º a 12º/ Pós-Sec.	172,5	1	0,6	82	47,5	53	30,8	27	15,8	7	3,9	2	1,3
Superior	205,4	1	0,4	82	40,0	93	45,2	21	10,2	8	4,1	0	0,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...” - com a variável sociodemográfica região, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das regiões consideradas, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é da existência de um “pequeno” ou “muito pequeno” medo, de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, as regiões que revelam menor medo de ser vítimas de atentados terroristas são, em primeiro lugar a Área Metropolitana do Porto, onde 45,0% do total dos inquiridos revela ter um “muito pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista e 30,6% do total dos inquiridos, revela ter um “pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista (Quadro 5.40). Por outro lado, verificamos que as regiões que apresentam maiores percentagens de inquiridos, que revelam ter um medo “muito grande” de atentados terroristas em Portugal, são a região Sul e Ilhas (2,7%) e a região da Área Metropolitana de Lisboa (2,3%) (Quadro 5.40).

Quadro 5.40: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por região (Inquérito dezembro 2018)

O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...													
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Muito pequeno		Pequeno		Assim Assim		Grande		Muito grande	
Região		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,6	0	0,7	20	34,0	26	44,0	4	6,3	8	12,8	1	2,1
Litoral Norte	88,4	1	0,6	39	44,4	35	39,1	12	13,0	2	2,0	1	0,8
A.M. Porto	106,4	1	0,5	48	45,0	33	30,6	19	17,4	5	4,6	2	1,9

Litoral Centro	108,5	0	0,0	39	35,8	44	40,4	16	14,8	9	8,5	1	0,5
A.M. Lisboa	163,8	1	0,8	60	36,5	59	36,2	29	17,5	11	6,8	4	2,3
Sul e Ilhas	81,2	0	0,0	24	29,5	30	36,6	21	26,3	4	4,9	2	2,7

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão – “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...” - com a variável sociodemográfica habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é da existência de um “pequeno” ou “muito pequeno” medo, de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, o habitat do país, onde os inquiridos revelam menor medo de ser vítimas de atentados terroristas é o Semi Urbano, onde 38,5% do total dos inquiridos revela ter um “muito pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista e 40,2% do total dos inquiridos, revela ter um “pequeno” medo de ser vítima de atentado terrorista (Quadro 5.41). Por outro lado, verificamos que o habitat que apresenta maiores percentagens de inquiridos, que revelam ter um medo “muito grande” de atentados terroristas em Portugal, é o Urbano (2,4%) (Quadro 5.41).

Quadro 5.41: Medo de ser vítima de atentado terrorista, por habitat (Inquérito dezembro 2018)

O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...													
Habitat	N da amostra ponderada	Sem opinião		Muito pequeno		Pequeno		Assim Assim		Grande		Muito grande	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Rural	104,3	1	0,5	40	38,5	42	40,2	16	15,4	4	3,4	2	1,9
Semi Urbano	171,3	0	0,2	63	36,8	59	34,4	32	18,6	17	9,7	1	0,4
Urbano	333,5	2	0,5	128	38,3	125	37,6	52	15,6	19	5,6	8	2,4

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Uma quinta questão, presente somente no inquérito de dezembro de 2018, assim como as duas anteriores, procura aferir a percepção dos inquiridos concernente à comunicação de atentados terroristas pelos *media*, nomeadamente se contribuem ou não para a promoção da ideia da existência de risco de atentado terrorista em Portugal. A par do que aconteceu com as anteriores questões analisadas, cruzámos as seguintes variáveis sociodemográficas: Sexo, Idade, Educação, Região e Habitat, à questão a analisar de seguida. Do cruzamento da questão – “Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica sexo, constatamos que os resultados do inquérito realizado em

dezembro de 2018, demonstram que tanto nos inquiridos do sexo masculino, como nos inquiridos do sexo feminino, o entendimento prevalecente, de uma grande maioria, é que a forma como as notícias são apresentadas contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, a percentagem de inquiridos do sexo feminino (73,0%), que consideram que a forma como as notícias são apresentadas, pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal, é residualmente superior à percentagem de inquiridos do sexo masculino (70,5%) (Quadro 5.42).

Quadro 5.42: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por sexo (Inquérito dezembro 2018)

Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?							
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Não		Sim	
Sexo		N	%	N	%	N	%
Masculino	284,1	2	0,8	82	28,7	200	70,5
Feminino	324,9	4	1,1	84	25,9	237	73,0

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica idade, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das faixas etárias consideradas, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é que a forma como as notícias são apresentadas contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, 73,9% do total dos inquiridos que se encontra no intervalo dos 18 a 34 anos, 67,3% do total dos inquiridos no intervalo dos 35 a 49 anos, 71,2% do total dos inquiridos no intervalo dos 50 a 64 anos e 75,2% do total dos inquiridos com mais de 64 anos, consideram que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.43).

Quadro 5.43: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por idade (Inquérito dezembro 2018)

Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?							
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Não		Sim	
Idade		N	%	N	%	N	%
18 a 34 anos	157,7	1	0,6	40	25,5	117	73,9
35 a 49 anos	159,9	1	0,9	51	31,8	108	67,3
50 a 64 anos	148,8	1	0,5	42	28,4	106	71,2

65 anos ou mais	142,6	3	1,9	33	22,9	107	75,2
-----------------	-------	---	-----	----	------	-----	------

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica educação, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos graus de escolaridade considerados, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é que a forma como as notícias são apresentadas contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, 64,4% do total dos inquiridos que se encontra no grau de escolaridade do 1º ao 4º ano, 72,0% do total dos inquiridos no grau de escolaridade do 5º ao 9º ano, 73,6% do total dos inquiridos no grau de escolaridade do 10º ao 12º ano e 72,3% do total dos inquiridos no grau de escolaridade Superior, consideram que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.44).

Quadro 5.44: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por educação (Inquérito dezembro 2018)

Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?							
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Não		Sim	
Educação (anos/grau)		N	%	N	%	N	%
1º a 4º	59,8	1	1,1	21	34,5	38	64,4
5º a 9º	171,3	3	1,5	45	26,5	123	72,0
10º a 12º ou Pós-Sec.	172,5	2	0,9	44	25,4	127	73,6
Superior	205,4	1	0,4	56	27,3	149	72,3

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Do cruzamento da mesma questão - “Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica região, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade das regiões consideradas, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é que a forma como as notícias são apresentadas contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, 84,7% do total dos inquiridos que se encontram na região Interior Norte Centro, 60,6% do total dos inquiridos na região Litoral Norte, 70,1% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana do Porto, 70,1% do total dos inquiridos na região Litoral Centro, 72,6% do total dos inquiridos na região da Área Metropolitana de Lisboa e 77, 6% do total dos inquiridos na região do Sul e Ilhas, consideram

que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.45).

Quadro 5.45: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por região (Inquérito dezembro 2018)

Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?							
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Não		Sim	
Região		N	%	N	%	N	%
Interior Norte Centro	59,6	0	0,0	10	16,0	50	84,0
Litoral Norte	88,4	3	3,9	31	35,5	54	60,6
A.M. Porto	106,4	0	0,0	32	29,9	75	70,1
Litoral Centro	108,5	1	0,6	32	29,3	76	70,1
A.M. Lisboa	163,8	1	0,6	44	26,8	119	72,6
Sul e Ilhas	81,2	1	0,8	17	21,5	63	77,6

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Por fim, do cruzamento da mesma questão - “Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?” - com a variável sociodemográfica habitat, constatamos que os resultados do inquérito realizado em dezembro de 2018, demonstram que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalecente nos inquiridos, é que a forma como as notícias são apresentadas contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal. Segundo o apurado, 74,5% do total dos inquiridos do habitat Rural, 72,2% do total dos inquiridos do habitat Semi Urbano e 70,8%% do total dos inquiridos do habitat Urbano, consideram que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.46).

Quadro 5.46: Notícias promovem ideia de risco de atentado, por habitat (Inquérito dezembro 2018)

Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?							
	N da amostra ponderada	Sem opinião		Não		Sim	
Habitat		N	%	N	%	N	%
Rural	104,3	1	0,6	26	24,8	78	74,5
Semi Urbano	171,3	3	1,5	45	26,3	124	72,2
Urbano	333,5	2	0,7	95	28,5	236	70,8

Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

5.4. Síntese conclusiva dos inquéritos

Como evidenciado anteriormente, na secção de apresentação do estudo, o inquérito por questionário surge na investigação de tese, com o objetivo de aferir as opiniões, de uma

amostra da população portuguesa, referentes à percepção de risco de atentados terroristas em Portugal. Simultaneamente, perceber a existência da emoção medo na população, perante eventuais ocorrências de atentados terroristas.

O inquérito por questionário, aqui abordado, precede a principal metodologia de análise empírica na investigação de tese, a análise de conteúdo e de *framing*. A análise aos inquéritos por questionário realizados, figura enquanto pertinente metodologia, na medida que permite perceber o contexto onde foram produzidas as notícias que iremos analisar no capítulo 6. e seguintes.

As questões realizadas em inquérito à população, que abordamos nesta síntese conclusiva, recaem, essencialmente, nas seguintes matérias: percepção de possível ocorrência de atentado terrorista em Portugal; percepção da preparação das forças de segurança na prevenção de atentados terroristas; alteração de hábitos quotidianos num contexto de atentados na Europa; medo de ser vítima de atentado de terrorista; percepção do papel dos *media* na promoção da ideia de risco de atentado terrorista.

Ainda antes de sintetizar alguns dos resultados do estudo efetuado, evidenciamos alguns dos autores que têm abordado transversalmente algumas das matérias referenciadas. Concernente à alteração de hábitos quotidianos, num contexto de atentados terroristas, destacamos os autores que associam a emoção medo a atentados terroristas, e as implicações resultantes nos indivíduos e na população em geral. O medo surge, pois, intrinsecamente associado ao terrorismo, com implicações estruturais nas sociedades, nomeadamente com a adoção de políticas legislativa como o *Patriot Act*⁸⁴ nos EUA, mas também com a alteração de hábitos quotidianos das populações. Para além do estudo das implicações estruturais na sociedade, autores como Altheide (2006, 2017), Furedi (2007) e Glassner (2018), mencionam em distintos trabalhos académicos, as implicações nos hábitos quotidianos das populações argumentando, por exemplo, que após os atentados nos EUA em 2001, o consumo de armamento por parte da população civil aumentou, em virtude do medo (Altheide, 2006, 2017; Furedi, 2007; Glassner, 2018). No que concerne às matérias abordadas, que implicam os *media* na promoção da ideia de risco de atentado terrorista e no fomento do medo, evidenciamos os trabalhos académicos de alguns dos mesmos autores, nomeadamente Altheide (2006, 2007, 2013, 2016, 2017, 2021), Furedi (2007, 2018), e de outros autores, como Koskela (2010) e Smith, Stohl e al-Gharbi (2018). Os referidos trabalhos, envolvem diretamente os *media* na promoção de narrativas associadas ao risco de atentados terroristas, fomentadoras do medo junto às populações, que viabilizam o incremento de políticas governativas com enfoque na segurança.

⁸⁴ Lei de 2001 para unir e fortalecer a América, fornecendo instrumentos apropriados requeridos para interceptar e obstruir o terrorismo.

Para além dos autores mencionados, que surgem em evidência e são transversais à investigação de tese, outros autores sobressaem, analisando as mesmas matérias temáticas consideradas, por via da adoção do inquérito por questionário, enquanto metodologia empírica basilar.

O estudo associado à percepção, por parte da população inquirida, da possível ocorrência de um atentado terrorista junto à mesma população, surge evidenciado no trabalho académico *Public Perceptions of the Threat of Terrorist Attack in Australia and Anticipated Compliance Behaviours* (Stevens *et al.*, 2009). Do referido, destacamos algumas conclusões, considerando as variáveis sócio demográficas consideradas. Concernente à variável da faixa etária, o estudo menciona que os mais jovens (entre os 16 e os 24 anos) são significativamente menos propensos, em considerar como alta a probabilidade de ocorrência de atentado terrorista, em comparação com as faixas etárias mais altas. O mesmo estudo refere que, os inquiridos do sexo feminino têm igualmente uma maior percepção, referente à probabilidade de ocorrência de atentado terrorista, contrapondo com os inquiridos do sexo masculino. Por fim, o estudo constata que, quanto menor o grau de escolaridade dos inquiridos, maior é a percepção de uma probabilidade de ocorrência de atentado terrorista (Stevens *et al.*, 2009). Ainda referente à mesma matéria temática, destacamos o trabalho académico *Structural Equation Modeling of Terrorism Perception: New Correlates of Perception Formation* (Ekici & Akdogan, 2020), de onde se verificam conclusões em parte semelhantes, resultantes da realização de um inquérito na cidade de Ancara. O estudo evidenciou que, os inquiridos do sexo feminino, os de faixas etárias mais altas e os com graus de escolaridade mais baixos, têm uma maior percepção de uma probabilidade de ocorrência de atentado terrorista (Ekici & Akdogan, 2020).

Por sua vez, o estudo associado à alteração de hábitos quotidianos, por parte de uma população inquirida, em virtude da ocorrência de atentados terroristas, surge abordado por distintas investigações. Trabalhos académicos como *Terror Threat Perception and its Consequences in Contemporary Britain* (Goodwin, Wilson & Gaines Jr., 2005), evidenciam emoções e comportamentos de inquiridos, associados à ocorrência de atentados terroristas, nomeadamente de ansiedade, *stress* e medo. Outros estudos académicos, como *Smoking Behaviour Under Intense Terrorist Attacks* (Keinan-Boker *et al.*, 2010), particularizam a investigação, ao aumento do consumo de tabaco, por parte de indivíduos que vivenciaram atentados terroristas (Keinan-Boker *et al.*, 2010).

O estudo associado à percepção de medo de ser vítima de atentado terrorista, por parte de uma população inquirida, surge referenciado em *News Media Use and Americans' Perceptions of Global Threat* (Ridout *et al.*, 2008). O mencionado estudo sustenta que, a exposição a uma cobertura televisiva de atentados terroristas, não explica, *per se*, um sentimento do medo do terrorismo, por parte dos espetadores. Os autores evidenciam a

importância das características sociodemográficas, inerentes aos telespetadores, como o sexo e o grau de escolaridade, para explicar sentimentos de medo e insegurança (Ridout *et al.*, 2008).

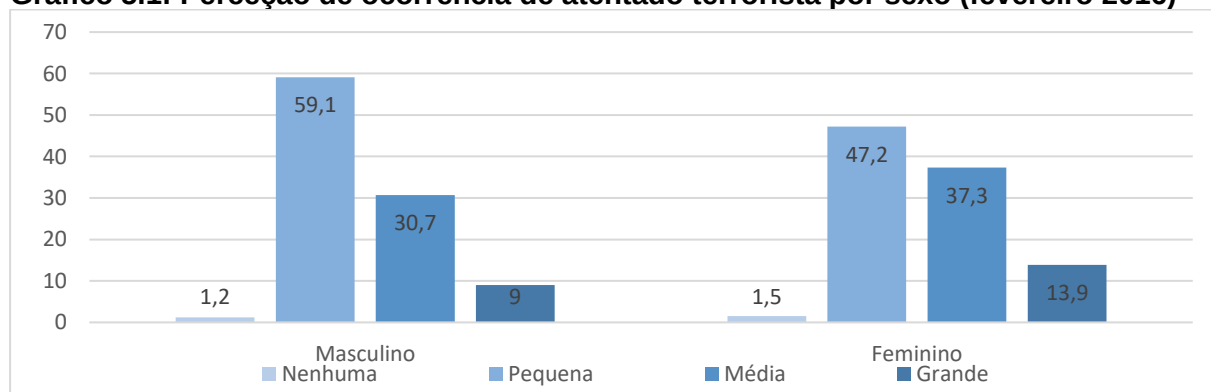
Por último, o estudo relacionado à percepção do papel dos *media* na promoção do risco de atentado terrorista, por parte de uma população inquirida, surge referenciado em *Worried in Sweden: The Effects of Terrorism Abroad and News Media at Home on Terror-Related Worry* (Rashid & Olofsson, 2020). O mesmo estudo encontra-se alinhado com estudos mencionados anteriormente, reportando que, os inquiridos do sexo feminino, os menos jovens e aqueles com menor grau de escolaridade, demonstram maior preocupação perante a ocorrência de atentados terroristas. Desta forma, o estudo sustenta que, as características sociodemográficas dos inquiridos, reportadas anteriormente, sobressaem nas opiniões referentes ao papel dos *media* na promoção do risco associado à ocorrência de atentados terroristas (Rashid & Olofsson, 2020).

A abordagem adotada para reportar os dados conclusivos referentes às questões, presentes nos inquéritos realizados, incide como evidenciado anteriormente, nas seguintes matérias temáticas: (1) percepção de possível ocorrência de atentado terrorista em Portugal; (2) percepção da preparação das forças de segurança na prevenção de atentados terroristas; (3) alteração de hábitos quotidianos num contexto de atentados na Europa; (4) medo de ser vítima de atentado de terrorista; (5) percepção do papel dos *media* na promoção da ideia de risco de atentado terrorista.

A matéria – (1) percepção de possível ocorrência de atentado terrorista em Portugal, correspondente à primeira questão, nos três momentos de inquérito realizados (fevereiro e abril de 2016 e dezembro de 2018), traça o seguinte perfil da população auscultada.

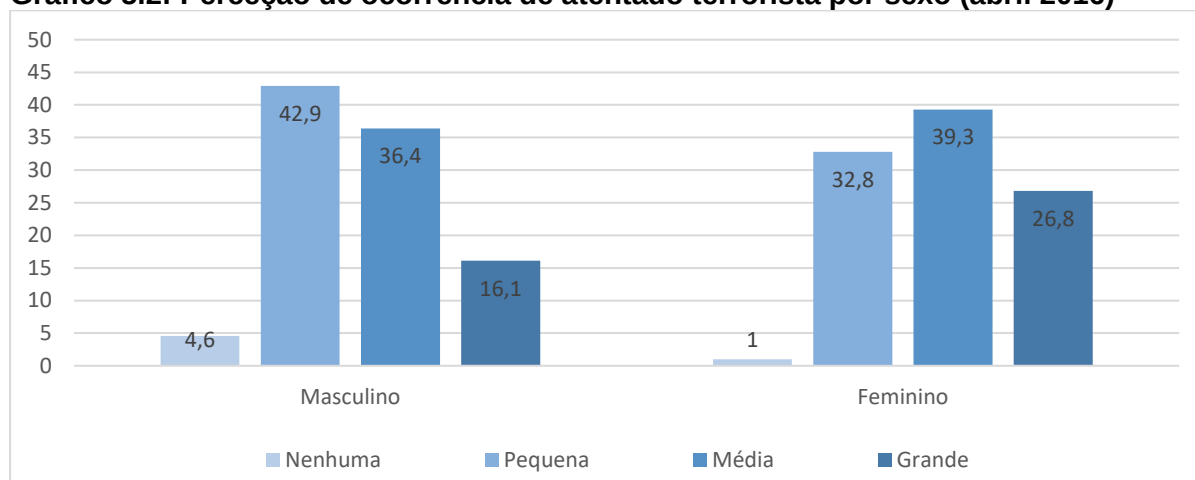
Os inquiridos do sexo feminino, percecionam um maior risco de atentado terrorista, que os inquiridos do masculino, em todos os momentos de inquérito considerados (Quadros 5.2, 5.3 e 5.4 e Gráficos 5.1, 5.2 e 5.3).

Gráfico 5.1: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (fevereiro 2016)



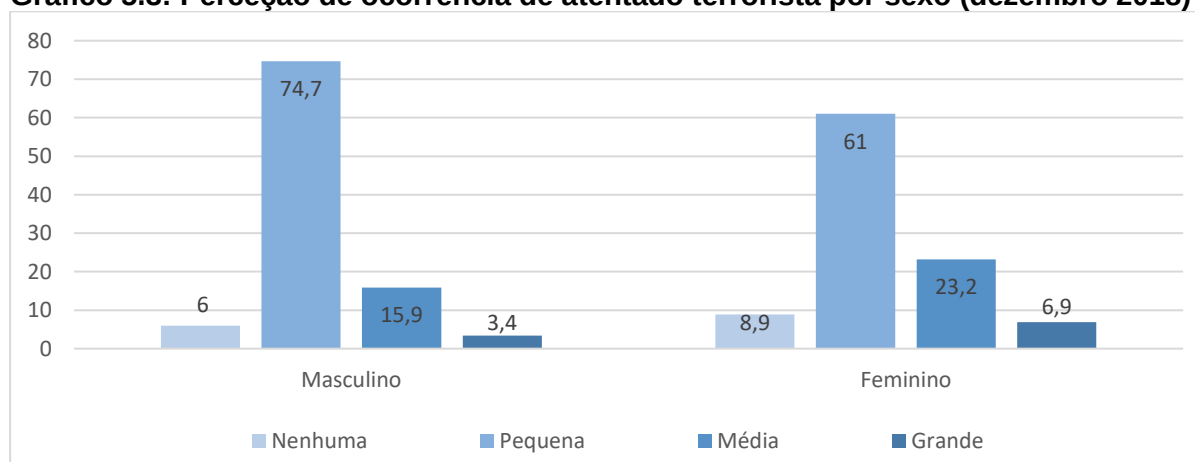
Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.2: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (abril 2016)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.3: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por sexo (dezembro 2018)

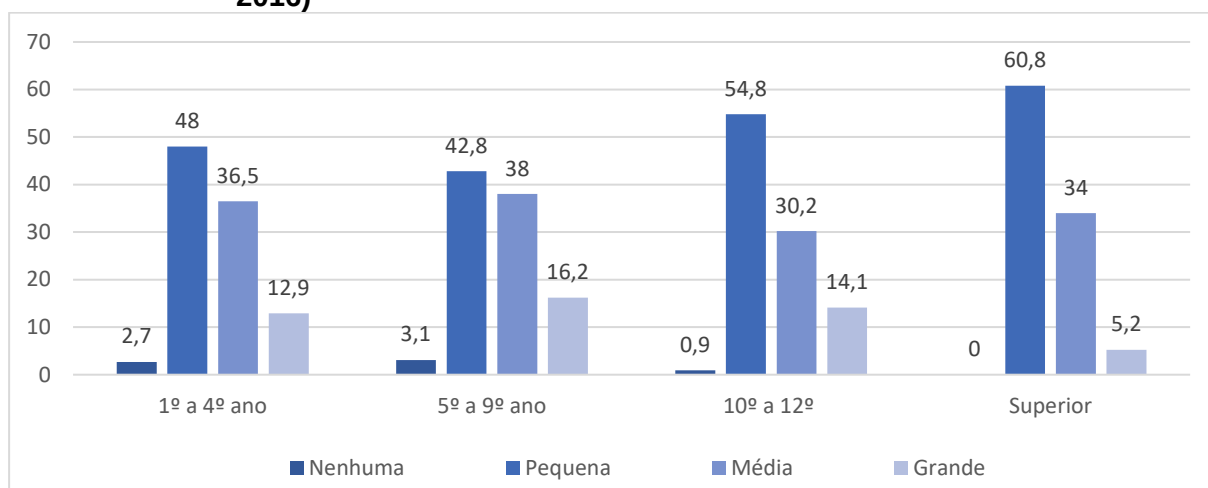


Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Os inquiridos nas faixas etárias mais idosas (50 a 64 anos) percebem, em dois dos inquéritos considerados (fevereiro 2016 e dezembro 2018), um maior risco de atentado terrorista. Contudo, no inquérito efetuado em abril de 2016, surge evidenciada a faixa etária dos 18 a 34 anos, como aquela que percebe um maior risco de atentado terrorista (Quadros 5.5, 5.6 e 5.7).

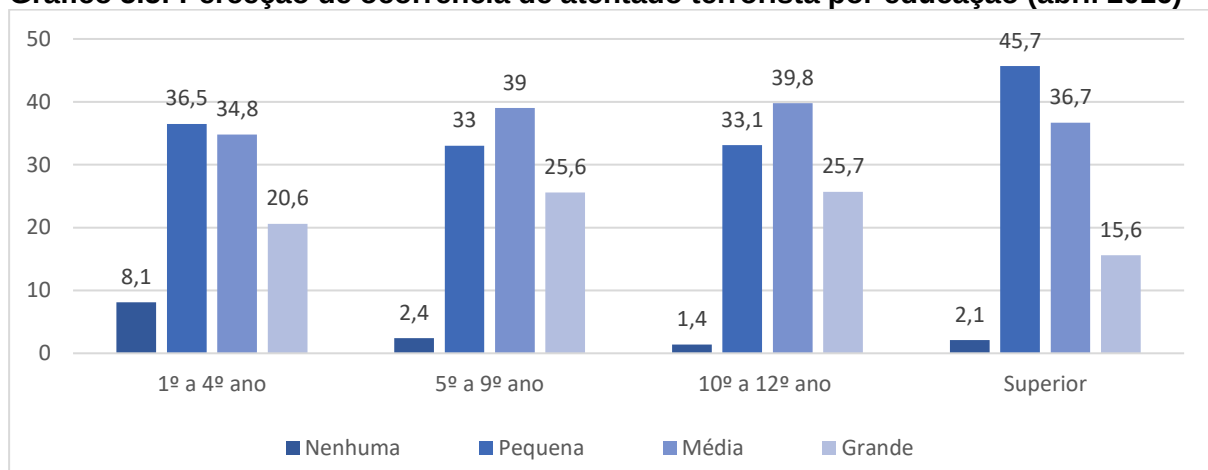
Por sua vez, os inquiridos com o grau de escolaridade mais elevado - Ensino Superior, percebem um menor risco de atentado terrorista, em todos os três momentos de inquéritos. Os graus de escolaridade que percebem um maior risco de atentado terrorista, são sempre distintos em cada um dos três momentos de inquérito (Quadros 5.8, 5.9 e 5.10 e Gráficos 5.4, 5.5 e 5.6).

Gráfico 5.4: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por educação (fevereiro 2016)



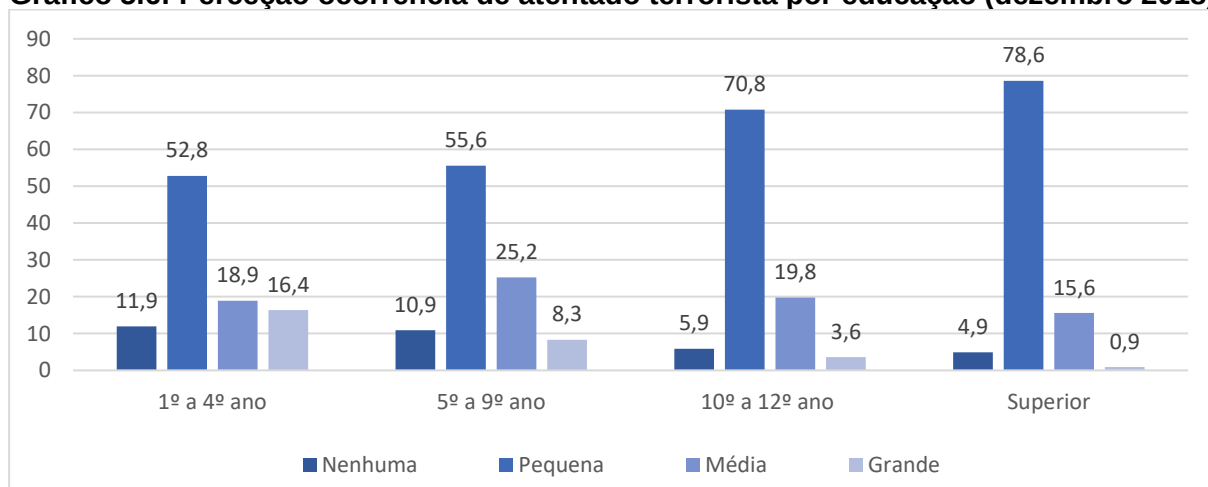
Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.5: Percepção de ocorrência de atentado terrorista por educação (abril 2016)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.6: Percepção ocorrência de atentado terrorista por educação (dezembro 2018)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

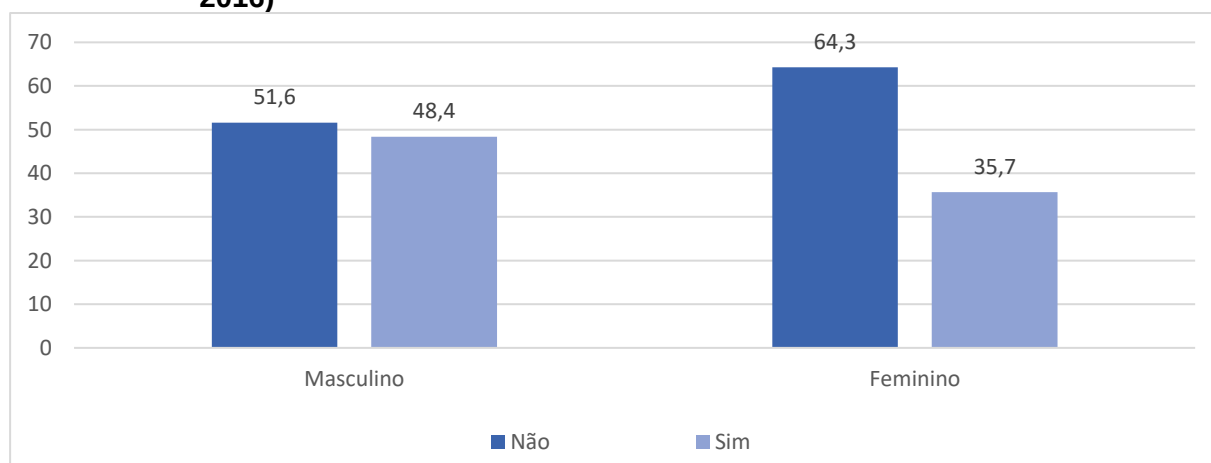
Verificamos ainda que, os inquiridos provenientes da região Litoral Norte, se evidenciam por perceberem um maior risco de atentado terrorista, em dois dos momentos de inquérito, em fevereiro e abril de 2016. No inquérito de dezembro de 2018, os inquiridos provenientes da região Interior Norte Centro, percebem um maior risco de atentado terrorista (Quadros 5.11, 5.12 e 5.13).

Por último, constatamos que no habitat Urbano se percebe um menor risco de atentado terrorista, em todos os três momentos de inquérito considerados. Os inquiridos provenientes do habitat Rural, percebem um maior risco de atentado terrorista, em dois dos momentos de inquérito, em fevereiro de 2016 e dezembro de 2018. No inquérito de abril de 2016, os inquiridos provenientes do habitat Semi Urbano, percebem um maior risco de atentado terrorista (Quadros 5.14, 5.15 e 5.16).

A par da análise anterior, analisamos uma segunda matéria – (2) percepção da preparação das forças de segurança na prevenção de atentados terroristas, correspondente à segunda questão, nos três momentos de inquérito realizados (fevereiro e abril de 2016 e dezembro de 2018), e que traça o seguinte perfil da população auscultada.

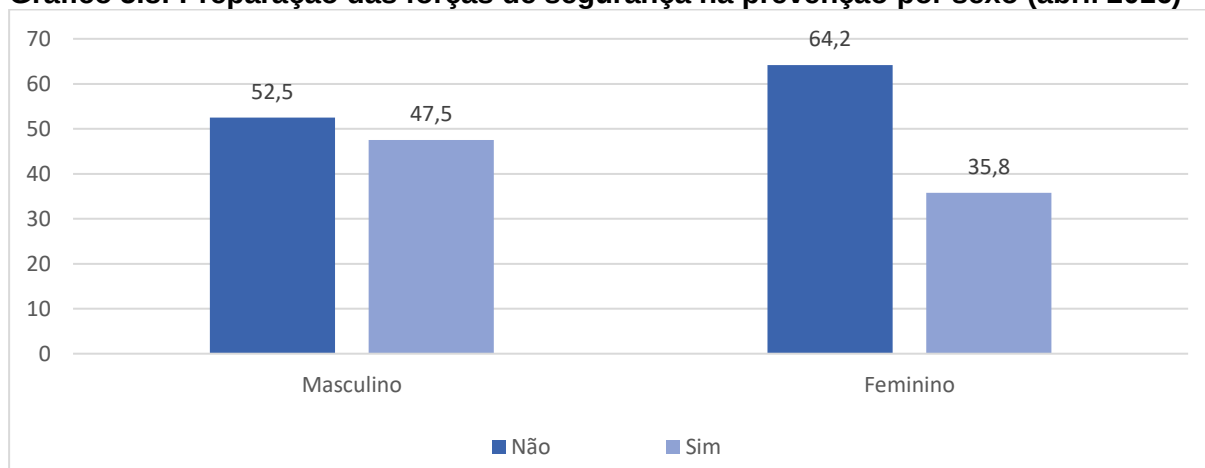
Os inquiridos do sexo feminino, percebem uma menor preparação das forças de segurança na prevenção de atentados terroristas, que os inquiridos do masculino, em todos os momentos de inquérito considerados. Em todos os três momentos de inquérito, verifica-se que ambos os sexos percebem, maioritariamente, que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados. A única exceção, à anterior constatação, surge no inquérito de dezembro de 2018, em que a maior parte dos inquiridos do sexo masculino, percebe que as forças armadas estão preparadas para prevenir atentados terroristas (Quadros 5.17, 5.18 e 5.19 e Gráficos 5.7, 5.8 e 5.9).

Gráfico 5.7: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (fevereiro 2016)



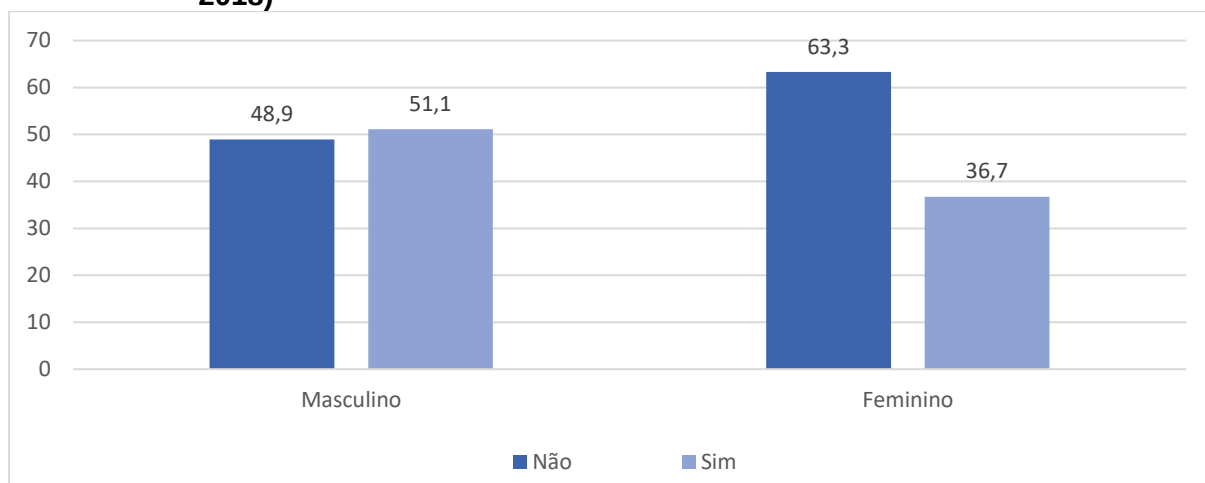
Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.8: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (abril 2016)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

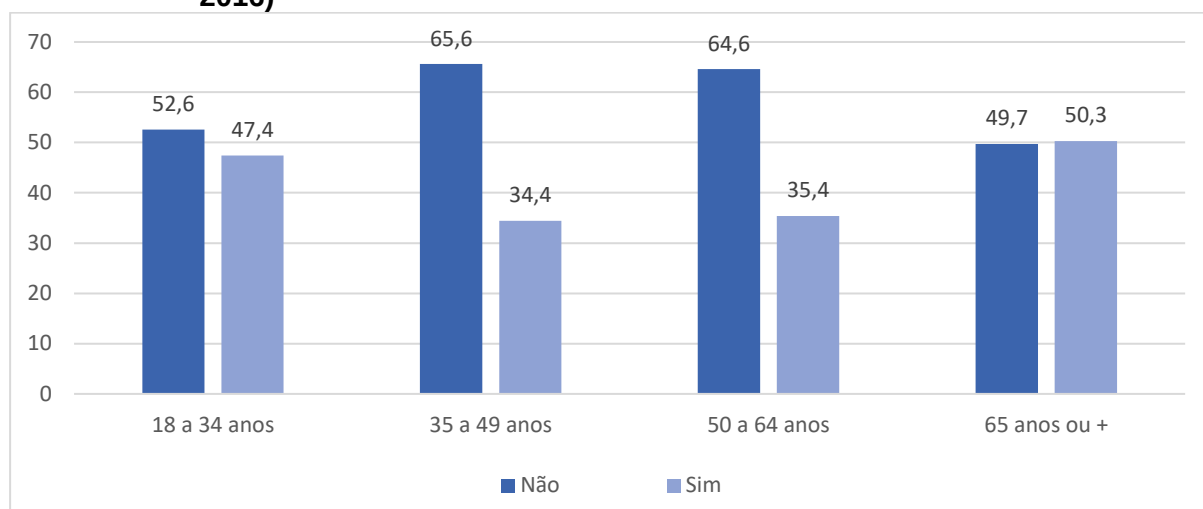
Gráfico 5.9: Preparação das forças de segurança na prevenção por sexo (dezembro 2018)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

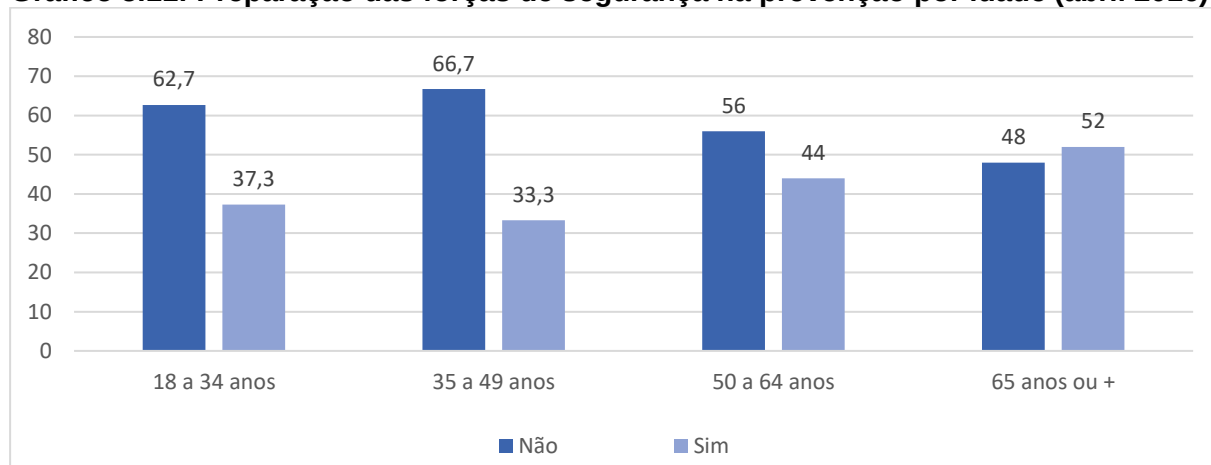
Os inquiridos das faixas etárias entre os 35 e os 49 anos percecionam, em maior número, em dois dos inquéritos considerados (fevereiro e abril de 2016), que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados. Contudo, no inquérito efetuado em dezembro de 2018, surge evidenciada a faixa etária dos 18 a 34 anos, como aquela que perceciona, em maior número, que as forças de segurança não estão preparadas na mesma prevenção de atentados (Quadros 5.20, 5.21 e 5.22 e Gráficos 5.10, 5.11 e 5.12).

Gráfico 5.10: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (fevereiro 2016)



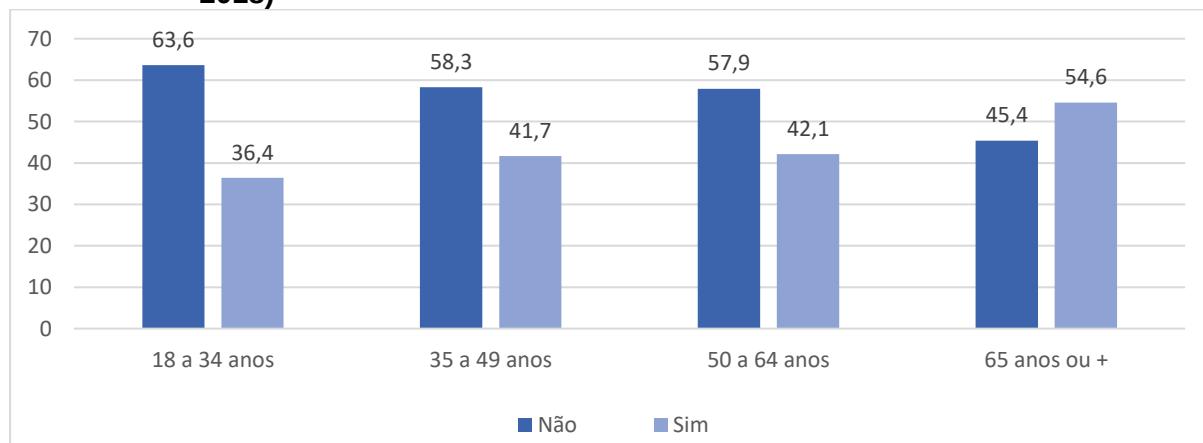
Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.11: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (abril 2016)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Gráfico 5.12: Preparação das forças de segurança na prevenção por idade (dezembro 2018)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Por sua vez, os inquiridos com o grau de escolaridade mais elevado - Ensino Superior, percecionam em maior percentagem e nos três momentos de inquérito, que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados. Os graus de escolaridade que percecionam uma maior preparação, por parte das forças de segurança, na prevenção de atentados terroristas, são os que se encontram no intervalo do 1º ao 4º ano, nos inquéritos de fevereiro e abril de 2016 e no intervalo do 5º ao 9º ano, no inquérito de dezembro de 2018 (Quadros 5.23, 5.24 e 5.25).

Verificamos ainda que, os inquiridos provenientes das regiões do norte de Portugal continental, se evidenciam por percecionam, em maior percentagem, que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados. Assim, surge em destaque no inquérito de fevereiro de 2016, a região da Área Metropolitana do Porto, onde os inquiridos revelam, em maior percentagem, que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados. Seguindo a mesma premissa, mas no inquérito de abril de 2016, surge a região do Litoral Norte e no inquérito de dezembro de 2018, surge a região do Interior Norte Centro, enquanto regiões com a maior percentagem de inquiridos, que revelam que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados (Quadros 5.26, 5.27 e 5.28).

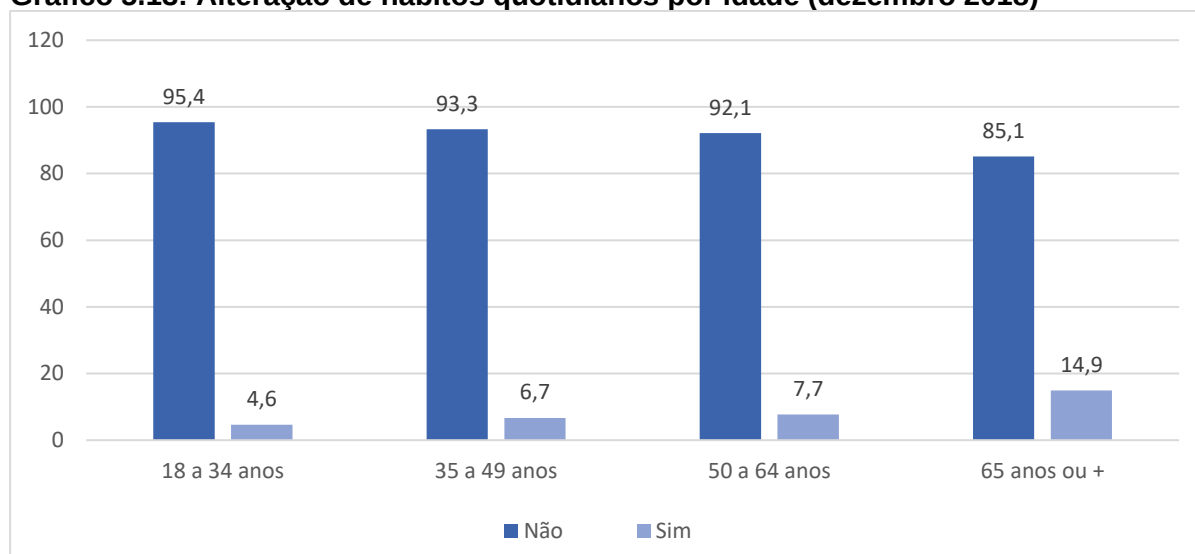
Por último, constatamos que no habitat Semi Urbano se perceciona, em maior percentagem de inquiridos, que as forças de segurança não estão preparadas na prevenção de atentados, nos inquéritos de abril de 2016 e dezembro de 2018. Por sua vez, a mesma percepção de não preparação, é identificada em maior percentagem de inquiridos do habitat Urbano, no inquérito de fevereiro de 2016 (Quadros 5.29, 5.30 e 5.31).

A par das análises anteriores, analisamos uma terceira matéria – (3) alteração de hábitos quotidianos num contexto de atentados na Europa, correspondente à terceira questão do inquérito realizado em dezembro de 2018. A referida traça o seguinte perfil da população auscultada.

Os inquiridos de ambos os sexos percecionam, em larga maioria, que após os atentados terroristas nos países europeus, não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia (Quadro 5.32).

Uma larga maioria dos inquiridos, na totalidade das faixas etárias consideradas, percecionam que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.33 e Gráfico 5.13).

Gráfico 5.13: Alteração de hábitos quotidianos por idade (dezembro 2018)

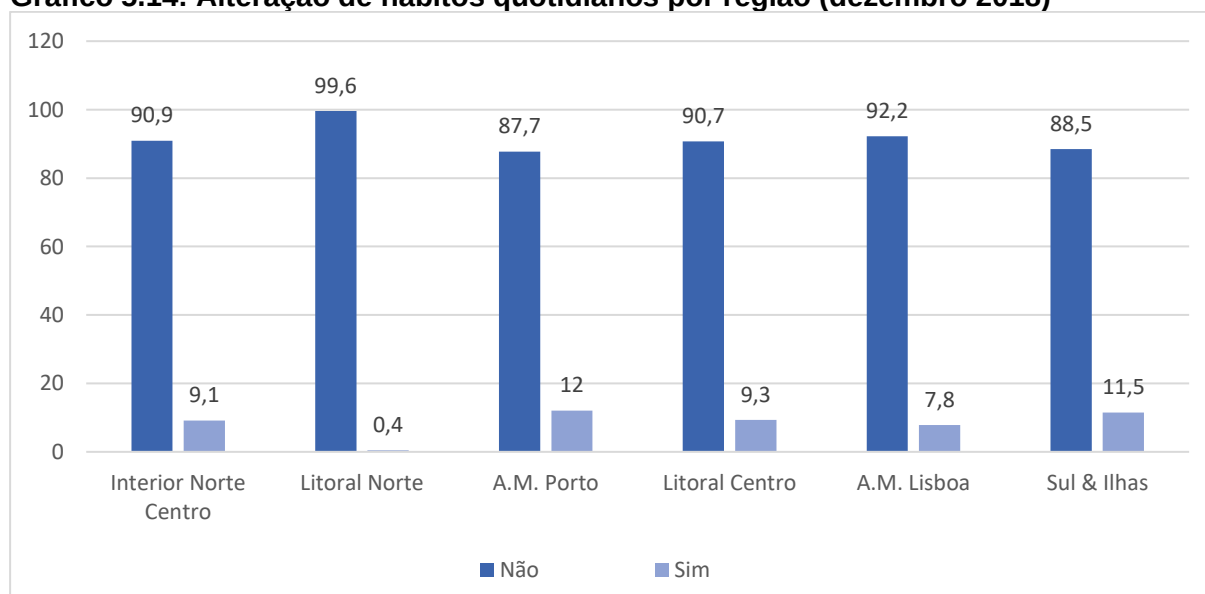


Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Uma vez mais e a par do verificado nas análises anteriores, verificamos que a perceção da grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos graus de escolaridade considerados, entende que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.34).

Verificamos ainda que, a perceção da grande maioria dos inquiridos, na totalidade das regiões consideradas, entende que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.35 e Gráfico 5.14).

Gráfico 5.14: Alteração de hábitos quotidianos por região (dezembro 2018)



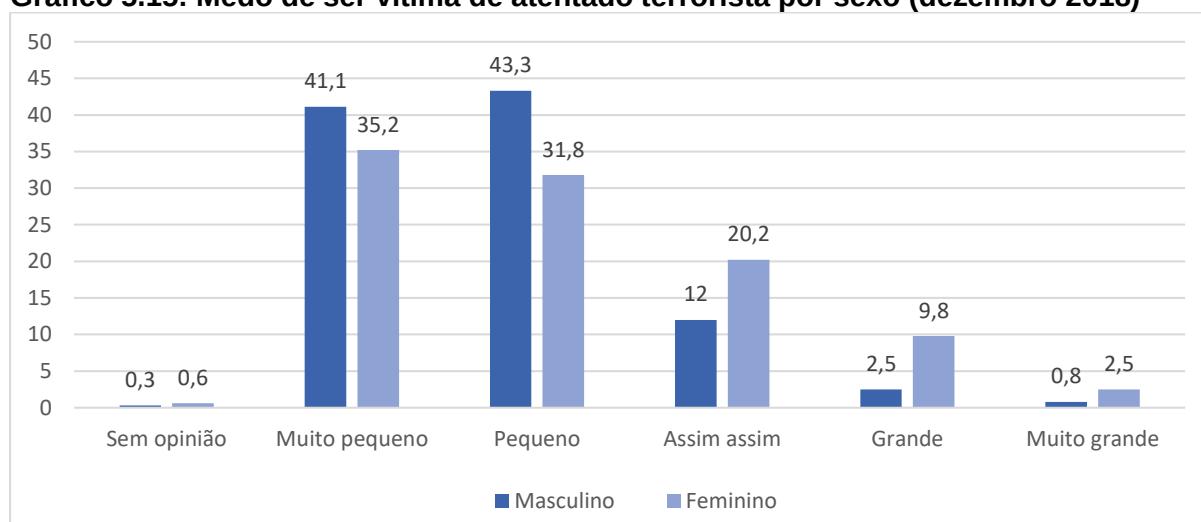
Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Por fim, constatamos que na totalidade dos habitats considerados, o entendimento prevalente é que não houve alteração de hábitos e comportamentos do dia-a-dia, após os atentados terroristas na Europa (Quadro 5.36).

Encetamos de seguida a análise a uma quarta matéria – (4) medo de ser vítima de atentado de terrorista, correspondente à quarta questão do inquérito realizado em dezembro de 2018. A referida análise traça o seguinte perfil da população sondada.

Os inquiridos de ambos os sexos revelam, em larga maioria, possuírem pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.37 e Gráfico 5.15).

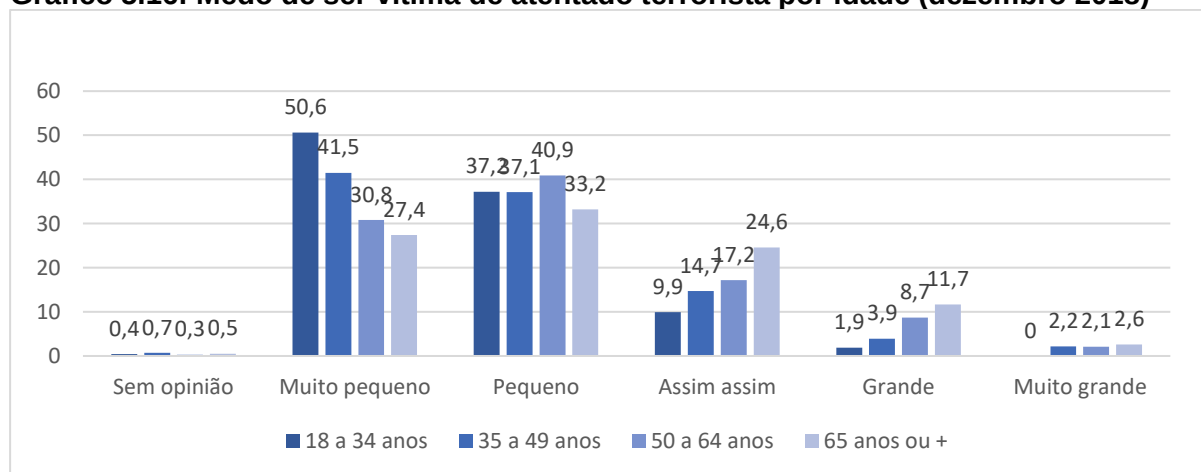
Gráfico 5.15: Medo de ser vítima de atentado terrorista por sexo (dezembro 2018)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

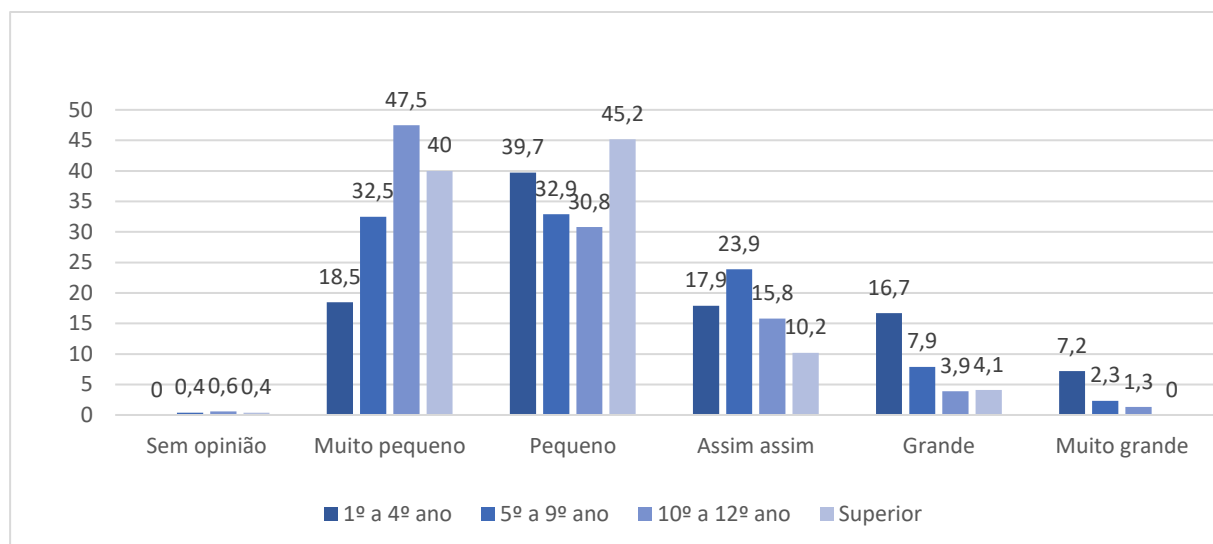
Uma larga maioria dos inquiridos, na totalidade das faixas etárias consideradas, revelam possuírem pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.38 e Gráfico 5.16).

Gráfico 5.16: Medo de ser vítima de atentado terrorista por idade (dezembro 2018)



Uma vez mais e a par do verificado nas análises anteriores, constatamos que a perceção da grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos graus de escolaridade considerados, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.39 e Gráfico 5.17).

Gráfico 5.17: Medo de ser vítima de atentado terrorista por educação (dezembro 2018)



Fonte: Formulação própria com base no inquérito da Aximage

Verificamos ainda que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade das regiões consideradas, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.40).

Para finalizar, constatamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos habitats considerados, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.41).

Por último, a análise a uma quinta matéria – (5) perceção do papel dos *media* na promoção da ideia de risco de atentado terrorista, correspondente à quinta questão do inquérito realizado em dezembro de 2018. A referida análise traça o seguinte perfil da população indagada.

Os inquiridos de ambos os sexos percecionam, em larga maioria, que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.42).

Uma larga maioria dos inquiridos, na totalidade das faixas etárias consideradas, perceciona que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.43).

Uma vez mais e a par do verificado nas análises anteriores, verificamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos graus de escolaridade considerados, percebe que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.44).

Verificamos ainda que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade das regiões consideradas, percebe que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.45).

Por último, constatamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos habitats considerados, percebe que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.46).

6. Análise de Conteúdo e Análise de *Framing*

6.1. Apresentação do estudo

Como referido no capítulo 4. Abordagem Metodológica, a Análise de Conteúdo Qualitativa e Análise de *Framing* destacam-se enquanto principal metodologia de análise empírica na investigação de tese. Duas constatações fundamentam, de imediato, a aplicabilidade da referida metodologia e sustentam questões de investigação específicas, evidenciadas no subcapítulo 6.1.2..

A revisão de literatura efetuada, centrada em três conceitos nucleares – Medo, Terrorismo e *Framing* (noticioso), resultou numa análise crítica que destaca a relação simbiótica entre terrorismo e *media*, de onde emerge a emoção medo (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017; Estêvão & Espanha, 2021).

Contudo, a análise ao inquérito por questionário, aplicado na investigação de tese (capítulo 5.), não valida a mesma relação simbiótica entre terrorismo, *media* e medo. As constatações retiradas, essencialmente, do cruzamento das variáveis sociodemográficas (sexo, idade, escolaridade, região e habitat), com a questão incluída no inquérito - “*Considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?*”, evidenciam que os *media* detêm um papel central na promoção do risco de atentado terrorista, contudo não são esclarecedoras concernentes ao papel dos *media* na difusão do medo do terrorismo. No sentido de perceber em rigor o papel dos *media* na difusão do medo do terrorismo, exige-se uma análise empírica mais aprofundada, com foco nos estudos de receção.

Nos subcapítulos subsequentes, identificamos os estudos de caso considerados na investigação, as questões de investigação e o *corpus* noticioso de análise.

6.1.1. Análise dos estudos de caso

Como anteriormente identificado, os estudos de caso analisados em investigação, reportam-se aos atentados terroristas ocorridos em Paris, a 13 de novembro de 2015 e aos atentados terroristas ocorridos em Bruxelas, a 22 de março de 2016.

O intervalo temporal considerado na identificação do *corpus* de análise noticioso principia no dia 13 de novembro de 2015, por ocasião dos atentados terroristas de Paris e finda a 31 de julho de 2016, sensivelmente quatro meses após os atentados de Bruxelas (22 de março de 2016).

6.1.1.1. Cronologia dos atentados de Paris de 13 de novembro de 2015

13 de novembro de 2015

Na noite de 13 de novembro de 2015, nove perpetradores dos atentados de Paris atuam em três localizações distintas. Um primeiro grupo atua nas imediações do *Stade de France*, um segundo grupo opera junto aos bares e restaurantes dos distritos 10 e 11 de Paris. Por fim, um terceiro grupo, atua na sala de espetáculos *Le Bataclan*.

Às 21h20, a primeira de três explosões ocorre fora do *Stade de France*, onde decorre uma partida de futebol, entre a seleção nacional de França e a da Alemanha. Um bombista suicida é impedido de entrar no recinto desportivo e acaba por detonar um colete de explosivos, vitimando mortalmente Manuel Dias, taxista, emigrante português em França. Às 21h30, um segundo bombista suicida detona o seu colete junto ao Portão H do mesmo recinto desportivo. O Presidente francês, François Hollande, que assiste à partida desportiva, é retirado do recinto. Às 21h53, um terceiro bombista suicida detona o seu colete junto a um estabelecimento de *fast-food*, nas imediações do recinto desportivo.

Quase em simultâneo às ocorrências anteriores, às 21h25, no distrito 10 de Paris, um outro grupo de perpetradores dos atentados atua nos estabelecimentos de restauração *Le Carillon* e *Le Petit Cambodge*, causando a morte a quinze pessoas. O mesmo grupo prosseguiu para o distrito 11, atuando no bar *Bonne Bière* e no restaurante *La Casa Nostra*, vitimando mais cinco pessoas. Às 21h36, ainda no distrito 11, o mesmo grupo vítima dezanove pessoas no restaurante *La Belle Equipe*. Às 21h40, um bombista suicida detona o seu colete no restaurante *Le Comptoir Voltaire*, no mesmo distrito 11.

Durante a mesma noite, às 21h40, ocorre o ataque à sala de espetáculos *Le Bataclan*, uma sala de concertos com 1500 lugares, esgotada, onde a banda de rock *Eagles of Death Metal* atua. Três perpetradores, munidos de armas semiautomáticas e coletes de explosivos, vitimam noventa pessoas. A restante audiência é tomada como refém, e o cerco policial dura

mais de duas horas. Por volta das 00h20, de dia 14 de novembro, as forças policiais invadem a sala de espetáculos. Os três perpetradores detonam os seus coletes de explosivos. Para além das vítimas mortais, contabilizam-se noventa e nove feridos.

14 de novembro de 2015

Em resposta aos atentados terroristas, o Presidente François Hollande declarou o estado de emergência em França. As fronteiras de França são encerradas e cerca de 1500 soldados foram destacados para Paris.

O estado de emergência concedeu às forças policiais a possibilidade de revistar casas e colocar suspeitos em prisão domiciliária, sem aprovação judicial. Nas 48 horas seguintes aos atentados, 168 residências tinham sido revistadas e 104 pessoas tinham sido colocadas em prisão domiciliária.

18 de novembro de 2015

As forças policiais francesas invadem um apartamento no bairro de Saint-Denis, a poucos quilómetros do *Stade de France*, no sentido de capturar Abdelhamid Abaaoud, um dos mentores dos atentados de Paris. O referido, foi morto no decorrer da ação policial.

18 de março de 2016

Após uma caça ao homem de quatro meses, o único mentor ainda vivo, Salah Abdeslam, foi capturado no bairro de Molenbeek, em Bruxelas.

Os atentados de Paris provocaram um total de 130 vítimas mortais e cerca de 350 feridos.

6.1.1.2. Cronologia dos atentados de Bruxelas de 22 de março de 2016

22 de março de 2016

Os atentados de Bruxelas ocorreram na manhã de 22 de março de 2016, quatro dias após a captura de Salah Abdeslam, em Bruxelas. O governo belga havia elevado ao nível máximo, o alerta para ataques terroristas, na eventualidade da ocorrência de possíveis represálias, pela captura. Às 07h58, duas explosões fazem explodir a sala de embarque do Aeroporto Internacional de Bruxelas, em Zaventem. Dois bombistas suicidas detonam os seus coletes de explosivos, junto dos balcões de *check-in* da *Brussels Airlines* e da *American Airlines*. Às 08h50 é dada a ordem, pelo Ministro do Interior Jan Jambon, para o encerramento do metropolitano em Bruxelas. A operadora dos transportes públicos em Bruxelas, a *Brussels Intercommunal Transport Company*, alega posteriormente que desconhecia a referida ordem. Às 09h04, o alerta antiterrorista é elevado a 4, o seu nível máximo.

Às 09h11, ocorreu uma terceira explosão numa carruagem de metropolitano, na estação de Maelbeek. A referida estação, situa-se numa zona onde estão sediadas algumas das representações da União Europeia, a cerca de dez quilómetros do aeroporto de Zaventem. Um total de vinte pessoas morrem no local.

Os atentados de Bruxelas provocaram um total de 32 vítimas mortais e cerca de 340 feridos.

6.1.2. Questões de investigação da análise de conteúdo

As questões de investigação que sustentam a Análise de Conteúdo Qualitativa e a Análise de *Framing*, ao *corpus* noticioso selecionado, são:

- (1) Que métricas comparativas se destacam no *corpus* noticioso considerado, referentes ao meios e setores em estudo?
- (2) Que *frames* noticiosos se evidenciam, pela sua prevalência, nas peças e artigos jornalísticos dos *media* portugueses, que compõem o *corpus* de análise?
- (3) De que forma estes *frames*, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal?

6.1.3. Corpus noticioso de análise

O total de peças e artigos analisados, para o estudo em consideração, foi de 1.125.

Mais à frente no quadro 6.2, no subcapítulo 6.3.1.1., discriminamos o número de peças e artigos noticiosos, que compõem o *corpus* de análise, por setor.

No Anexo I, encontram-se dispostos e caracterizados os meios considerados na análise.

6.1.4. Etapas processuais precedentes à Análise de Conteúdo

Como referenciado anteriormente, a Análise de Conteúdo Qualitativa, com uma Análise de *Framing*, evidencia-se como a metodologia central à investigação de tese. Outras metodologias surgem associadas à investigação de tese realizada, como o Inquérito e a Entrevista, mas enquanto metodologias complementares à referida primeiramente.

O processo associado à realização da Análise de Conteúdo e Análise de *Framing*, considerou um conjunto de ações, as quais reportamos de seguida. A explanação das mesmas ações processuais revela-se essencial, no sentido de viabilizar o entendimento da estratégia metodológica basilar, aplicada à investigação.

Assim, numa primeira fase, e no sentido de percecionar as etapas associadas à análise de conteúdo, procurou-se identificar investigadores com trabalho académico realizado nas áreas de estudo. Delimitaram-se os contactos realizados, a investigadores com pesquisa que aliava a Análise de Conteúdo Qualitativa e Análise de *Framing*, aos Estudos de Terrorismo.

O procedimento passou por, após identificar os referidos investigadores, realizar contactos exploratórios. Os mesmos, realizados via correio eletrónico, visavam a obtenção de esclarecimentos referentes a: (1) elaboração de grelha de análise de conteúdo, com incidência na identificação de unidades de registo e categorias de análise, e na elaboração de livro de código (*codebook*); (2) identificação de estudos e autores que associavam a Análise de *Framing*, por intermédio de uma Análise de Conteúdo Qualitativa, aos Estudos de Terrorismo.

No quadro em baixo estão referenciados os contactos exploratórios realizados nesta fase, com efetivos contributos no estudo.

Quadro 6.1: Contactos exploratórios realizados para a Análise de Conteúdo

Investigador/Autor
Alice Martini ⁸⁵
Benjamin Smith ⁸⁶
David Altheide ⁸⁷
David Tewksbury ⁸⁸
James Druckman ⁸⁹
Lars Nord ⁹⁰
Michael Stohl ⁹¹
Richard Jackson ⁹²
Ruth Wodak ⁹³
Stephen Reese ⁹⁴

Fonte: Formulação própria

Após a realização dos contactos com os referidos académicos, é encetado um período de revisão de literatura focalizado em, numa primeira fase, identificar modelos de grelha de análise de conteúdo e de livros de código (*codebooks*) generalistas, assim como direcionados aos estudos de terrorismo. Numa segunda fase, procurou-se identificar estudos de *framing* associados à cobertura noticiosa de atentados terroristas.

Simultaneamente à referida revisão de literatura, foram encetados contactos com o Barómetro do MediaLab⁹⁵ do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, no sentido de identificar o *corpus* de análise a considerar no estudo, referente ao setor televisivo, radiofónico, imprensa

⁸⁵ <https://www.qmul.ac.uk/politics/staff/profiles/martinialice.html>

⁸⁶ <http://comm.csueastbay.edu/dr-benjamin-k-smith/>

⁸⁷ <https://www.public.asu.edu/~atdla/>

⁸⁸ <https://communication.illinois.edu/directory/profile/tewksbur>

⁸⁹ <https://polisci.northwestern.edu/people/core-faculty/james-druckman.html>

⁹⁰ <https://www.miun.se/en/personnel/larsnord/>

⁹¹ <https://www.comm.ucsb.edu/people/michael-stohl>

⁹² <https://www.otago.ac.nz/ncpacs/staff/otago029983.html>

⁹³ <https://www.lancaster.ac.uk/linguistics/about/people/ruth-wodak>

⁹⁴ <https://journalism.utexas.edu/faculty/stephen-d-reese>

⁹⁵ <https://medialab.iscte-iul.pt/>

e diário digital. O *corpus* noticioso de análise, identificado e adotado, encontra-se discriminado no quadro 6.2, do subcapítulo 6.3.1.1..

No seguimento da referida identificação do *corpus* de análise, que considera o intervalo temporal de 13 de novembro de 2015 a 31 de julho de 2016, foram disponibilizados pelo Barómetro do MediaLab, para codificação e análise de conteúdo, os noticiários televisivos das estações *RTP 1*, *SIC* e *TVI*. De igual modo, foram cedidos os noticiários radiofónicos das estações *Antena 1*, *Rádio Renascença* e *TSF*.

No que concerne ao setor da imprensa, os artigos noticiosos pertencentes ao *corpus* de análise adotado, identificado pelo MediaLab, foi recolhido presencialmente junto à Hemeroteca Municipal de Lisboa e à Biblioteca Nacional de Portugal, a partir de critérios enunciados na metodologia. Os jornais em consideração foram o *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *i* e o *Correio da Manhã*.

Por último, concernente ao setor do diário digital, os artigos noticiosos pertencentes ao *corpus* de análise adotado, reconhecido pelo MediaLab, foram identificados pela respetiva manchete no motor de busca da Google, ou nas páginas oficiais dos respetivos diários digitais. Verificou-se a necessidade, em situações muito particulares, de contactar algumas das redações dos referidos diários digitais, no sentido de localizar artigos noticiosos. A identificação do *corpus* de análise referente aos diários digitais diferiu da identificação do *corpus* de análise relativo ao setor televisivo, radiofónico e de imprensa. Enquanto, para estes últimos referenciados, existiu um quase exaustivo reconhecimento do universo noticioso, referente aos atentados de Paris e Bruxelas, no caso dos diários digitais adotou-se uma amostragem por conveniência. O motivo da aplicação da referida amostragem por conveniência, prendeu-se pela incapacidade de reunir o universo total de notícias digitais, que abordassem a temática dos dois atentados.

6.1.5. Etapas processuais precedentes à Análise de *Framing*

Como mencionado anteriormente, a Análise de Conteúdo Qualitativa, com uma Análise de *Framing*, evidencia-se como metodologia central nesta investigação. Como constatado, de igual modo no subcapítulo anterior, algumas etapas ou ações processuais, como os contactos exploratórios com investigadores e a revisão de literatura específica, surgem como transversais aos dois momentos de análise. Ambas as etapas referidas, precedentes à análise de *framing*, visaram o entendimento dos *frames* (quadros) noticiosos prevaletentes nos estudos de cobertura noticiosa de atentados terroristas. Os contactos exploratórios realizados, e a revisão de literatura efetivada, sustentaram a identificação de *frames* a considerar inicialmente na investigação. Os contactos exploratórios realizados, com alguns dos investigadores referenciados, nomeadamente, Alice Martini, Benjamin Smith, Michael Stohl e

Stephen Reese, sustentaram em larga escala a seleção de referências bibliográficas a considerar e a definição de *frames* noticiosos a adotar na investigação.

O processo precedente à realização da Análise de Conteúdo e Análise de *Framing*, considerou, primeiramente, o apuramento dos estudos de cobertura noticiosa, fazendo uso da metodologia de Análise de Conteúdo Qualitativa. Numa segunda fase, o apuramento de estudos de análise de *framing*, associados à cobertura noticiosa de atentados terroristas.

A composição do livro de código (*codebook*) a adotar observou, como evidenciado no subcapítulo anterior, um período de revisão de literatura focalizado na identificação de modelos, para posterior concepção de um *codebook* original, concebido especialmente para a investigação de tese. Como referência central para a elaboração do referido livro, considerou-se o *Codebook e sistemas de codificação de informação - Análise de Telejornais de Horário Nobre – RTP 1, SIC, TVI e RTP 2/A:2 – para os anos de 2003, 2004 e 2005* (2003), dos autores António Belo, Pamela Shoemaker e Joel Silveira. Identificaremos esta referência, posteriormente e sempre que se justificar, aquando da análise das unidades de registo. De igual modo, considerou-se enquanto referência a obra *Telejornais em Exame* (Silveira & Shoemaker, 2010).

6.2. Estruturação esquemática da Análise de Conteúdo e de *Framing*

Com vista à concretização do processo de Análise de Conteúdo Qualitativa, já referenciado, optámos por estruturar o estudo em vários níveis de abordagem.

A análise pressupõe a codificação de peças noticiosas, previamente identificadas, de televisão, imprensa, rádio e diário digital. No processo de codificação noticiosa, empregou-se um livro de código e uma grelha de análise, elaborados especificamente para a investigação em curso. A referida grelha, que se encontra no Anexo J, é composta por um conjunto de unidades de registo e categorias de análise.

As unidades de registo e categorias de análise adotadas na codificação noticiosa, encontram-se divididas em dois tipos.

Um primeiro tipo de unidades de registo considera as variáveis relativas à forma, priorizando a identificação e a organização das peças noticiosas em análise. Um segundo tipo de unidades de registo privilegia o conteúdo das peças noticiosas em análise (em Anexo J).

Por sua vez, as mesmas unidades de registo e categorias de análise, encontram-se organizadas em “unidades de registo comuns aos diferentes setores”, transversais aos setores de televisão, imprensa, rádio e diário digital e em “unidades de registo específicas” para televisão, imprensa, rádio e diário digital (em Anexo J).

Retomando a estruturação da análise de conteúdo e dos seus níveis de abordagens, e após o processo de codificação, esclarecemos:

Num primeiro nível da análise de conteúdo qualitativa, identificámos e analisámos dados referentes a variáveis relativas à forma e a variáveis relativas ao conteúdo, de unidades de registo comuns aos diferentes setores.

Num segundo nível de análise, identificámos e analisámos alguns dos dados resultantes do processo de codificação, de unidades de registo específicas aos setores de televisão, imprensa, rádio e diário digital.

Num terceiro nível da análise de conteúdo, identificámos e analisámos os *frames* (quadros) prevaletentes no *corpus* noticioso identificado. A análise de conteúdo realizada, a cada uma das peças e artigos noticiosos, identificou um ou vários *frames* existentes, em cada uma das referidas peças e artigos. Contudo, esclarecemos que, considerámos somente na investigação, o *frame* que se evidenciou em cada uma das peças e artigos, do *corpus* adotado. A cada peça e artigo noticioso, analisado, correspondeu um único *frame* em evidência.

Por fim, num último nível da análise de conteúdo, analisámos de que forma os *frames* prevaletentes reconhecidos, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal.

Aquando do final de cada subcapítulo de análise das unidades de registo, comuns aos diferentes setores e específicas aos diferentes setores, procedemos à identificação dos resultados obtidos e à discussão dos mesmos. De igual modo, após o subcapítulo de análise aos *frames* noticiosos prevaletentes, que viabilizam o medo de atentados terroristas, procedemos à mesma discussão dos resultados obtidos.

As constatações resultantes dos distintos subcapítulos supra identificados, de discussão de resultados obtidos, fundamentou o subcapítulo da Síntese Conclusiva da Análise de Conteúdo e da Análise de *Framing*.

6.3. Análise de Conteúdo Qualitativa – Métricas comparativas

6.3.1. Unidades de registo comuns aos diferentes setores

As referidas unidades de registo são parte integrante do método de codificação, da análise de conteúdo, e caracterizam-se por serem comuns e transversais no estudo dos distintos setores – televisão, imprensa, rádio e diário digital.

6.3.1.1. Peças e artigos noticiosos em estudo

O quadro 6.2 identifica o número de peças e artigos noticiosos, que compõem o *corpus* de análise, por setor.

Quadro 6.2: Peças e artigos noticiosos em análise segundo o setor

Setor	Atentados de Paris (N)	Atentados de Bruxelas (N)
Televisão	357	172
Imprensa	211	112
Rádio	87	58
Diário digital	78	50
Total	733	392

Fonte: Formulação própria

Destaca-se o número de peças noticiosas analisadas de televisão, referentes aos atentados de Paris. No seguimento, surgem as peças noticiosas analisadas de imprensa, referentes igualmente aos atentados de Paris.

O quadro 6.3 referencia o número de peças e artigos noticiosos analisados por meio e setor.

Quadro 6.3: Peças e artigos noticiosos em análise segundo o meio e setor

Meio	Atentados de Paris (N)	Atentados de Bruxelas (N)	Total Peças (N)
Televisão			
SIC	137	62	199
RTP 1	103	54	157
TVI	117	56	173
Total	357	172	529
Imprensa			
Público	53	21	74
Diário de Notícias	58	32	90
Jornal de Notícias	41	30	71
I	20	14	34
Correio da Manhã	39	15	54
Total	211	112	323
Rádio			
Antena 1	33	18	51
Rádio Renascença	26	16	42
TSF	28	24	52
Total	87	58	145
Diário Digital			
Expresso Online	14	9	23
Público Online	8	5	13
SIC Notícias Online	20	13	33
Sol Online	13	8	21
TVI 24 Online	23	15	38
Total	78	50	128
Totais	733	392	1.125

Fonte: Formulação própria

No setor televisivo evidencia-se a *SIC* (N=199), considerando o total de peças noticiosas na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas. Em último lugar surge a *RTP 1* com um total

de 157 peças analisadas. Verifica-se ainda que no total, que a cobertura televisiva dos atentados de Paris, suscitou um número superior de peças noticiosas, comparativamente à cobertura dos atentados de Bruxelas.

Relativamente ao setor da imprensa, destaca-se o *Diário de Notícias* com um total de 90 artigos noticiosos na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas. O jornal *i* surge no derradeiro lugar, com um total de 34 artigos. Uma vez mais, e em consonância com o verificado no setor televisivo, também na cobertura noticiosa pela imprensa, os atentados de Paris levaram à criação de um número superior de artigos, comparativamente aos atentados de Bruxelas.

No que concerne ao setor radiofónico, sobressai a *Antena 1* com um total de 51 peças noticiosas na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas. Em último lugar figura a *Rádio Renascença* com um total de 42 peças identificadas. A par do que se verificou na cobertura televisiva e de imprensa, na cobertura radiofónica, os atentados de Paris levaram a criação de um número superior de peças noticiosas, em comparação aos atentados de Bruxelas.

A análise referente ao setor do diário digital, assenta numa amostragem por conveniência, pelo que não é representativa da realidade editorial. Quantificámos, contudo, o número que considerámos na análise e que compõe a amostra. Assim, no que concerne ao número de peças escrutinadas, sobressai a *TVI 24* com 38 peças noticiosas analisadas. Por sua vez, o *Público Online* apresenta-se com o menor número de peças analisadas, 13 no total.

Ainda referente aos quatro setores supra identificados, que compõem o *corpus* noticioso analisado, destacamos as constatações que surgem de seguida. Em anexo os seguintes quadros complementares:

Quadro 6.4: Quadros em anexo

Anexos	Designação dos quadros
Anexo L	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Paris.
Anexo M	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Bruxelas.
Anexo N	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Paris.
Anexo O	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Bruxelas.
Anexo P	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofónicos investigados referentes aos atentados de Paris.
Anexo Q	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofónicos investigados referentes aos atentados de Bruxelas.

Anexo R	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Paris.
Anexo S	Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Bruxelas.

Fonte: Formulação própria

Em relação ao setor televisivo, esclarecemos que o estudo efetuado compreendeu a análise aos três noticiários da noite, das 20 horas, dos três canais generalistas nacionais: *SIC - RTP 1 - TVI*. Na *SIC*, considerou-se o *Jornal da Noite*, na *RTP 1*, o *Telejornal* e na *TVI*, o *Jornal das 8*.

A opção pela análise dos noticiários das 20 horas, dos 3 canais generalistas, fundamentou-se em argumentos apresentados na publicação *Barómetro de Notícias, Estado das Notícias* (Cardoso *et al.*, 2018), que sustentam que os noticiários das 20 horas são os principais momentos de informação televisiva dos canais generalistas (Cardoso *et al.*, 2018).

Da análise constatou-se que a cobertura noticiosa por parte dos três canais televisivos, dos atentados de Paris e Bruxelas, foi realizada desde o primeiro momento, por ocasião da ocorrência dos atentados e manteve-se de presença diária durante dez dias, no caso de Paris e nove dias no caso de Bruxelas. No que concerne ao número de peças noticiosas por dia de cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, constatou-se que os três noticiários dos três canais, exibiram inicialmente um elevado número de peças noticiosas, verificando-se a partir do quinto dia de transmissão um decréscimo acentuado de peças referentes às ocorrências.

Tendo os atentados de Paris ocorrido na noite do dia 13 para 14 de novembro de 2015, os registos noticiosos analisados encetam com os noticiários da noite do dia 14 de novembro. Por sua vez, tendo os atentados de Bruxelas ocorrido na manhã de dia 22 de março de 2016, os registos noticiosos analisados reportam-se aos noticiários da noite do mesmo dia.

No que se refere ao setor da imprensa, salientamos que o estudo efetuado compreendeu a análise a cinco jornais nacionais diários: *Público – Diário de Notícias – Jornal de Notícias – i – Correio da Manhã*.

Do processo de codificação noticioso realizado, verificou-se que a cobertura noticiosa efetivada por parte dos cinco jornais, dos atentados de Paris e Bruxelas, foi realizada desde o primeiro momento, por ocasião da ocorrência dos atentados e manteve-se de presença diária durante os seguintes sete dias, no caso de Paris. No caso dos atentados de Bruxelas, a cobertura noticiosa por parte dos mesmos cinco jornais, manteve-se de presença diária, contudo com menor longevidade. No que respeita ao número de artigos noticiados por dia, na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, constatou-se que os cinco jornais analisados

publicaram inicialmente um maior número de artigos, verificando-se a partir do segundo dia um decréscimo acentuado de artigos referentes às ocorrências.

Tendo os atentados de Paris ocorrido na noite do dia 13 para 14 novembro de 2015, os registos noticiosos, alvo de análise, surgem com maior destaque nos jornais diários de dia 15 de novembro. Por sua vez, tendo os atentados de Bruxelas ocorrido na manhã de dia 22 de março de 2016, os registos noticiosos analisados assomam nos jornais de dia 23 de março de 2016.

Relativamente ao setor radiofónico, referimos que o estudo efetuado compreendeu a análise de três noticiários da tarde, das 18 horas, de três rádios nacionais: *Antena 1 – Rádio Renascença - TSF*.

A opção pela análise dos noticiários das 18h das estações de rádio eleitas, foi determinada pela indagação junto a profissionais das estações visadas, que evidenciaram a pertinência da análise dos horários de final de tarde, considerando o acréscimo de deslocação automobilística do público ouvinte.

Da análise constatou-se que a cobertura noticiosa por parte das três estações radiofónicas, dos atentados de Paris e Bruxelas, foi realizada desde o primeiro momento, por ocasião da ocorrência dos atentados e manteve-se durante cerca de oito dias, no caso de Paris e entre os cinco e os onze dias, dependente da estação, no caso de Bruxelas. No que concerne ao número de peças noticiosas por dia de cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, constatou-se que os três noticiários das três estações visadas, exibiram inicialmente um maior número de peças noticiosas, verificando-se a partir do terceiro dia de transmissão um decréscimo acentuado de peças referentes às ocorrências.

Por fim, no que concerne ao setor dos diários digitais, esclarecemos que estudo efetuado compreendeu a análise aos seguintes diários digitais: *Expresso Online – Público Online – SIC Notícias Online – Sol Online – TVI 24 Online*.

Como referenciado no subcapítulo 6.1.4., adotou-se uma amostragem por conveniência, concernente ao setor dos diários digitais. Este setor evidencia-se pela rápida produção e disseminação de conteúdos noticiosos, com frequentes atualizações, muitas das mesmas pouco desenvolvidas, onde a acessibilidade ao arquivo total de publicações é praticamente inexecutável. As peças noticiosas em análise foram identificadas pelo Barómetro do MediaLab do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, e a sua inclusão neste estudo é motivada, essencialmente, para o reconhecimento do tipo de notícias e *frames* adotados em contexto do ciberespaço nacional, na comunicação dos atentados terroristas de Paris e Bruxelas.

6.3.1.2. Peças e artigos noticiosos com destaque de manchete ou abertura

Os dois quadros seguintes referem-se aos artigos e peças noticiosas, que compuseram os jornais e noticiários considerados, e que tiveram destaque de manchete ou abertura. A análise

aborda exclusivamente os setores televisivo, imprensa e radiofónico, uma vez que no setor do diário digital não foi possível reconhecer com rigor que artigos ou peças compunham a manchete ou abertura.

Quadro 6.5: Manchete/abertura reportando os atentados de Paris, segundo o meio e o setor

	Manchete/Abertura (N)	
	Sim	Não
Televisão		
SIC	7	3
RTP 1	8	3
TVI	9	2
Total	24	8
Imprensa		
Público	8	2
Diário de Notícias	6	1
Jornal de Notícias	7	0
I	6	0
Correio da Manhã	8	0
Total	35	3
Rádio		
Antena 1	7	2
Rádio Renascença	7	2
TSF	4	4
Total	18	8
Totais	77	19

Fonte: Formulação própria

Quadro 6.6: Manchete/abertura reportando os atentados de Bruxelas, segundo o meio e o setor

	Manchete/Abertura (N)	
	Sim	Não
Televisão		
SIC	5	4
RTP 1	6	3
TVI	5	4
Total	16	11
Imprensa		
Público	3	1
Diário de Notícias	4	0
Jornal de Notícias	4	1
I	2	0
Correio da Manhã	3	0
Total	16	2
Rádio		
Antena 1	8	0
Rádio Renascença	5	0
TSF	11	0
Total	24	0

Totais	56	13
---------------	-----------	-----------

Fonte: Formulação própria

Foram considerados nesta análise 59 noticiários de televisão, 56 jornais diários e 50 noticiários de rádio.

Reportando aos atentados de Paris, podemos afirmar que: dos três setores analisados e previamente identificados - 24 noticiários de televisão, 35 edições de jornais diários e 18 noticiários de rádio - deram destaque de abertura ou manchete à temática dos atentados terroristas de Paris. Por sua vez, 8 noticiários de televisão, 3 edições de jornais diários e 8 noticiários de rádio, não deram destaque de abertura ou manchete à temática dos mesmos atentados terroristas.

No que se refere aos atentados de Bruxelas, adiantamos que: dos mesmos três setores analisados e previamente identificados - 16 noticiários de televisão, 16 edições de jornais diários e 24 noticiários de rádio - deram destaque de abertura ou manchete à temática dos atentados terroristas de Bruxelas. Contrariamente, 11 noticiários de televisão, 2 jornais diários e 8 noticiários de rádio, não deram destaque de abertura ou manchete à temática dos mesmos atentados terroristas.

6.3.1.3. Tipo de peças e artigos noticiosos

Em relação à categorização do “Tipo de Notícia” distinguem-se duas categorias: *Hard* e *Soft News*. O *codebook* referência, mencionado anteriormente, de Belo, Shoemaker e Silveira (2003), determinou a inclusão desta unidade de registo na análise.

As *Hard News*, estão associadas à cobertura noticiosa de ocorrências muito recentes, geralmente do próprio dia, que caso não sejam comunicadas prontamente se tornam obsoletas quanto à pertinência de emissão. Os jornalistas, em geral, não controlam estes acontecimentos pelo que as notícias têm de ser rapidamente difundidas, caso contrário, perdem atualidade (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003).

As *Soft News*, por sua vez, estão associadas frequentemente a acontecimentos não agendados. Nesta categoria de notícias não existe pressão na prontidão da comunicação dos acontecimentos, pois as mesmas caracterizam-se por ser atemporais (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003).

A análise de conteúdo realizada categoriza como *Hard News*, a totalidade das peças e artigos considerados na investigação, pelo caráter inesperado das ocorrências e pela necessidade de comunicar as mesmas com prontidão, pela sua pertinência, e no sentido de não tornar as referidas obsoletas. A cobertura de atentados terroristas, assim como a de desastres naturais, enquadra-se na categoria de *Hard News*, pelas razões em cima evidenciadas.

6.3.1.4. Género jornalístico por setor

Os géneros jornalísticos identificados na análise de conteúdo realizada são transversais aos setores considerados. Assim, evidenciam-se os seguintes géneros jornalísticos: Notícia, Reportagem, Entrevista, Editorial, Opinião e Perfil.

O *codebook* referência, mencionado anteriormente, de Belo, Shoemaker e Silveira (2003), determinou a inclusão desta unidade de registo na análise.

A Notícia compreende textos ou conteúdos informativos, essencialmente diretos e concisos. No setor da imprensa, adota normas específicas de codificação, com a inclusão de título, *lead*, subtítulo e corpo ou desenvolvimento, estruturados em forma de pirâmide invertida (Gradim, 2000). A notícia breve, incorpora o género jornalístico da Notícia caracterizando-se, somente, pela sua configuração enquanto mais curta e menos desenvolvida.

A Reportagem é, segundo Anabela Gradim (2000), o género jornalístico mais nobre. Como na Notícia, o seu propósito é o de informar os públicos, contudo a profundidade dada à investigação é superior. A reportagem pressupõe, obrigatoriamente, a recolha de informação no local, por parte do jornalista (Gradim, 2000).

A Entrevista, organizada em um modelo de pergunta-resposta, pressupõe uma preparação prévia na estruturação das perguntas ao entrevistado. O processo de entrevista compreende, por parte do entrevistador, uma fiel recolha e transcrição dos depoimentos prestados pelo entrevistado (Gradim, 2000).

O Editorial é um género jornalístico exclusivo à imprensa escrita. O conteúdo, que frequentemente fica à responsabilidade da direção do meio jornalístico, enfatiza a opinião da publicação perante determinado tema ou acontecimento em destaque (Gradim, 2000).

A Opinião ou Comentário diferencia-se da Notícia, na medida em que não pressupõe a disponibilização de informações recentes, referentes a um tema ou acontecimento, mas o debate acerca dos mesmos. Este género, essencialmente opinativo, evidencia uma posição pessoal e parcial perante algo (Gradim, 2000).

O Perfil pode combinar alguns dos referenciados géneros jornalísticos, como a reportagem, a entrevista e a notícia, assumindo como foco a realização de uma resumida biografia de um interveniente, na altura em destaque.

O quadro 6.7 identifica o número de peças e artigos noticiosos, por setor e género jornalístico.

Quadro 6.7: Género jornalístico segundo o setor

	Televisão (N)	Imprensa (N)	Rádio (N)	Diário digital (N)
Notícia breve	76	43	54	46

Reportagem	335	82	48	8
Entrevista	4	12	1	1
Opinião	34	29	21	0
Editorial	0	9	0	0
Notícia	68	135	21	73
Perfil	3	8	0	0

Fonte: Formulação própria

Assim, no setor televisivo evidencia-se o género jornalístico da reportagem (N=335), seguido da notícia breve (N=76) e da notícia (N=68).

No setor da imprensa destaca-se o género jornalístico da notícia (N=135), seguido da reportagem (N=82) e da notícia breve (N=43).

Por sua vez, no setor radiofónico assume a liderança o género jornalístico da notícia breve (N=54), seguido de perto pela reportagem (N=48). Os géneros jornalísticos da notícia e da opinião encontram-se simultaneamente em terceiro lugar com 21 peças noticiosas cada.

Por fim, o setor dos diários digitais sobressai o género jornalístico da notícia (N=73), seguido pela notícia breve (N=46). O género jornalístico da reportagem encontra-se em terceiro lugar das opções jornalísticas, com 8 peças.

6.3.1.5. Estilo de discurso jornalístico das peças e artigos noticiosos

Na categorização do “Estilo de Discurso” noticioso distinguem-se três categorias: Informativo, Interpretativo e Opinativo.

O *codebook* referência, mencionado anteriormente, de Belo, Shoemaker e Silveira (2003), determinou a inclusão desta unidade de registo na análise. A mesma, avalia a objetividade e neutralidade das peças e artigos em análise.

O Estilo de Discurso Informativo, privilegia o relato dos factos de uma forma objetiva, isenta e transparente. A informação disponibilizada cinge-se à comunicação imparcial dos factos.

Por sua vez, no Estilo de Discurso Interpretativo, já existe uma interpretação no relato dos factos, para além da informação dos mesmos.

Por fim, no Estilo de Discurso Opinativo, há uma evidente manifestação de ponto de vista ou um juízo, a respeito dos factos comunicados (Medina, 2001).

Quadro 6.8: Estilo discursivo segundo o meio e setor

	Descritivo (N)	%	Interpretativo (N)	%	Opinativo (N)	%
Televisão						
SIC	32	44%	153	36%	14	42%
RTP 1	25	34%	125	30%	7	21%
TVI	16	22%	145	34%	12	36%

Total	73	-	423	-	33	-
Imprensa						
Público	7	23%	50	21%	17	30%
Diário de Notícias	8	26%	61	26%	21	38%
Jornal de Notícias	7	23%	58	25%	6	11%
I	3	10%	26	11%	5	9%
Correio da Manhã	6	19%	41	17%	7	13%
Total	31	-	236	-	56	-
Rádio						
Antena 1	22	42%	21	32%	8	30%
Rádio Renascença	15	29%	20	30%	7	26%
TSF	15	29%	25	38%	12	44%
Total	52	-	66	-	27	-
Diário Digital						
Expresso Online	4	7%	14	25%	5	38%
Público Online	0	0%	10	18%	3	23%
SIC Notícias Online	26	45%	7	12%	0	0%
Sol Online	16	28%	5	9%	0	0%
TVI 24 Online	12	21%	21	37%	5	38%
Total	58	-	57	-	13	-
Totais	214	19%	782	69%	129	11%

Fonte: Formulação própria

O quadro 6.8 identifica o estilo discursivo por setor e por meio, no *corpus* noticioso total analisado.

Nas peças e artigos jornalísticos, referentes aos setores televisivo e de imprensa, é perceptível a predominância do estilo discursivo interpretativo. No setor radiofónico, embora o estilo discursivo se mantenha predominantemente no interpretativo, a diferença entre as peças que adotam o estilo descritivo e interpretativo não é tão notória. Por último, no setor dos diários digitais sobressaí nos artigos, com uma margem ínfima, o estilo descritivo.

Da análise realizada constatou-se que: 69% (N=782) das peças/artigos faziam uso do estilo discursivo interpretativo, 19% (N=214) das peças/artigos adotavam o estilo discursivo descritivo e por último, 11% (N=129) das peças/artigos empregavam o estilo discursivo opinativo.

6.3.1.6. Cobertura das peças e artigos noticiosos

No que concerne à categorização da “Cobertura Noticiosa” distinguem-se duas categorias: Episódica e Temática.

Shanto Iyengar, primeiramente em *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues* (1991) e posteriormente, com Adam Simon em *News Coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion A Study of Agenda-Setting, Priming, and Framing* (Iyengar & Simon, 1993), identifica a cobertura episódica e a cobertura temática.

A Cobertura Noticiosa Episódica caracteriza-se por decorrer de imediato após o acontecimento, por sua vez a Cobertura Noticiosa Temática ocorre, geralmente, mais tarde (Iyengar, 1991; Iyengar & Simon, 1993; Papacharissi & De Fatima Oliveira, 2008; Olsson & Ihlen, 2018).

A cobertura episódica tem como origem episódios isolados, sem recorrência a uma contextualização. Por sua vez, a cobertura temática considera o evento num contexto amplo, associando-o com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento do mesmo com aspetos sociais, políticos, culturais e económicos (Olsson & Ihlen, 2018).

A análise de conteúdo realizada categoriza a cobertura noticiosa, da totalidade das peças e artigos considerados na investigação, como cobertura episódica, essencialmente pela abordagem aos acontecimentos, pouco contextualizada e rigorosa.

6.3.1.7. Valência das peças e artigos noticiosos

A dimensão da Valência, que abordaremos de seguida, assim como as dimensões da Desviância e da Significância, que abordaremos posteriormente, classificam o conteúdo da notícia nos seus formatos verbais e visuais.

O *codebook* referência, mencionado anteriormente, de Belo, Shoemaker e Silveira (2003), determinou a inclusão desta unidade de registo na análise, assim como definiu a escala adotada de parametrização, para as dimensões abordadas de seguida, de Valência, Desviância e Significância.

A categorização da notícia é determinada pelo conteúdo, verbal e visual, considerado como sendo o mais desviante ou significativo. Na codificação das variáveis Valência, Desviância e Significância adotou-se a norma, em que vigora uma categorização baseada no entendimento que a maioria dos telespectadores, leitores e ouvintes adotariam ao visionarem, lerem ou ouvirem as peças e artigos noticiosos.

Relativamente à dimensão da Valência, e seguindo uma escala adotada de *Positiva – Neutra – Negativa*, classificámos os conteúdos da totalidade das notícias analisadas como de negativos, pelo facto de abordarem o tema dos atentados terroristas de Paris e de Bruxelas.

6.3.1.8. Desviância das peças e artigos noticiosos

No que concerne à dimensão da Desviância das notícias, considera-se o facto de o conteúdo das mesmas reportar a situações ou acontecimentos pouco habituais. As referidas situações

caracterizam-se por não corresponderem aos exemplares padrões, valores ou expectativas da sociedade.

Distinguem-se três componentes distintas na desviância das notícias: Estatística, em termos de Mudança Social e Normativa.

6.3.1.8.1. Desviância Estatística

A Desviância Estatística tem como fim aferir a probabilidade de ocorrência do acontecimento narrado na notícia. Estatisticamente, quanto mais improvável mais desviante.

No apuramento da componente estatística da Desviância adota-se a seguinte escala de indicadores: *Pode ocorrer a qualquer momento – Pode ocorrer de tempos a tempos – Raramente acontece – Infrequente e totalmente inesperado.*

Sendo o *corpus* noticioso considerado na análise de conteúdo, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, o indicador de Desviância Estatística identificado é - *Infrequente e totalmente inesperado*. Verificou-se, contudo, no caso da cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, uma maior referência a eventuais ações terroristas em território belga, nomeadamente por ambos os atentados (Paris e Bruxelas) terem sido idealizados por células oriundas do bairro de Molenbeek, em Bruxelas.

6.3.1.8.2. Desviância Social

A Desviância em termos de Mudança Social detém como fim a avaliação do papel que os *media* desempenham enquanto agentes de controlo e de coesão social.

A referida Desviância afere em que medida determinada notícia confronta o poder social instituído.

No apuramento da Desviância em termos de potencial de mudança social, adota-se a seguinte escala de indicadores: *Não constitui qualquer ameaça – Constitui uma ameaça mínima – Constitui ameaça moderada – Constitui ameaça séria.*

Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Desviância em termos de Mudança Social - *Constitui ameaça séria.*

Constatou-se que a cobertura noticiosa analisada, especificamente direcionada aos atentados de Paris e Bruxelas, revelava um cenário assente: (1) num iminente risco de novos atentados na Europa; (2) no medo generalizado por parte das populações; (3) numa resposta securitária por parte dos países visados e dos restantes países membros da União Europeia.

6.3.1.8.3. Desviância Normativa

A Desviância Normativa reporta-se a ocorrências em que se verifica uma rutura ao nível das normas ou leis instituídas numa cidade, país ou sistema internacional.

No apuramento da componente normativa da Desviância adota-se a seguinte escala de indicadores: *Não apresenta qualquer violação das normas – Apresenta uma violação mínima das normas – Apresenta uma violação moderada das normas – Apresenta uma violação séria das normas.*

Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Desviância Normativa - *Apresenta uma violação séria das normas.*

6.3.1.9. Significância Social das peças e artigos noticiosos

A dimensão da Significância Social aborda a relevância e impacto da notícia no panorama social. A referida qualificação das notícias não assenta na invulgaridade, mas no sentido que adota para a sociedade.

Adotam-se quatro elementos distintos na identificação da significância social: Política, Económica, Cultural e Pública.

6.3.1.9.1. Significância Política

A Significância Política identifica o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter na relação entre as pessoas e os governos, nomeadamente através do perfilhamento de políticas judiciais, legislativas e executivas.

Na identificação do elemento político da Significância reconhece-se a seguinte escala de indicadores: *Não apresenta qualquer significância – Apresenta uma significância mínima – Apresenta uma significância moderada – Apresenta uma significância acentuada.*

Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Significância Política - *Apresenta uma significância acentuada.*

A cobertura noticiosa analisada evidenciou que, os acontecimentos em Paris e Bruxelas originaram uma discussão e perfilhamento, por parte dos governos visados de França e Bélgica, assim como dos órgãos representativos da União Europeia, de medidas securitárias relativas ao terrorismo. De imediato e após as ocorrências é decretado o estado de emergência em França e na Bélgica.

6.3.1.9.2. Significância Económica

A Significância Económica assinala o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter no panorama económico nacional ou internacional, assim como nas expectativas das populações relativas a tópicos como emprego, impostos, entre outros.

Na identificação do elemento económico da Significância reconhece-se a seguinte escala de indicadores: *Não apresenta qualquer significância – Apresenta uma significância mínima – Apresenta uma significância moderada – Apresenta uma significância acentuada.*

Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Significância Económica - *Apresenta uma significância mínima.*

A cobertura noticiosa analisada evidenciou que, os acontecimentos em Paris e Bruxelas originaram uma discussão pouco aprofundada acerca dos impactos económicos dos referidos atentados terroristas. Surgem, contudo, algumas exceções, escassas, em que o impacto económico para o turismo nas duas cidades visadas se evidencia.

6.3.1.9.3. Significância Cultural

A Significância Cultural assinala o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter junto às artes e instituições culturais, assim como na definição de normas de conduta referentes a religião e etnicidade.

No reconhecimento do elemento cultural da Significância evidencia-se a seguinte escala de indicadores: *Não apresenta qualquer significância – Apresenta uma significância mínima – Apresenta uma significância moderada – Apresenta uma significância acentuada.*

Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Significância Cultural - *Apresenta uma significância moderada.*

A cobertura noticiosa analisada demonstrou que, os acontecimentos em Paris e Bruxelas provocaram um debate por parte dos governos visados de França e Bélgica, assim como dos órgãos representativos da União Europeia, de definição de normas de atuação perante a comunidade muçulmana, frequentemente associada ao terrorismo.

6.3.1.9.4. Significância Pública

A Significância Pública identifica o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter no bem-estar público. Assim, quanto maior for a fatia da população afetada pela notícia, maior a significância pública da mesma, independente de ser positiva ou negativa.

No reconhecimento do elemento público da Significância evidencia-se a seguinte escala de indicadores: *Não apresenta qualquer significância – Apresenta uma significância mínima – Apresenta uma significância moderada – Apresenta uma significância acentuada.*

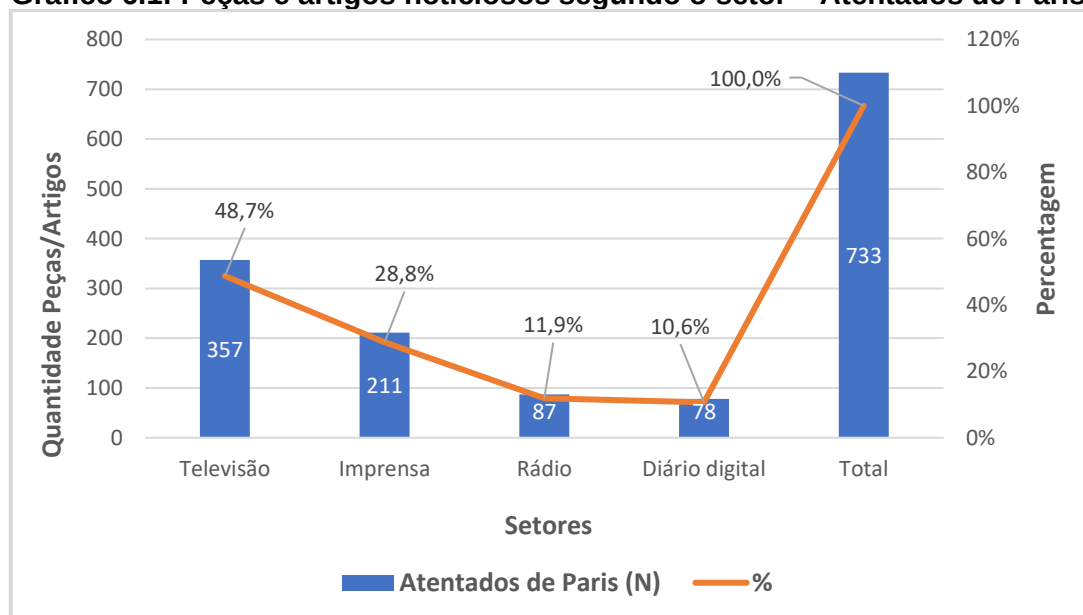
Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Significância Pública - *Apresenta uma significância moderada*.

A cobertura noticiosa analisada demonstrou que, os acontecimentos em Paris e Bruxelas, afetaram grande parte dos países da União Europeia, onde os governos locais impuseram medidas securitárias, com o intuito de responder às ameaças provenientes dos perpetradores dos atentados terroristas.

6.3.1.10. Resultados e discussão das unidades de registo comuns aos diferentes setores

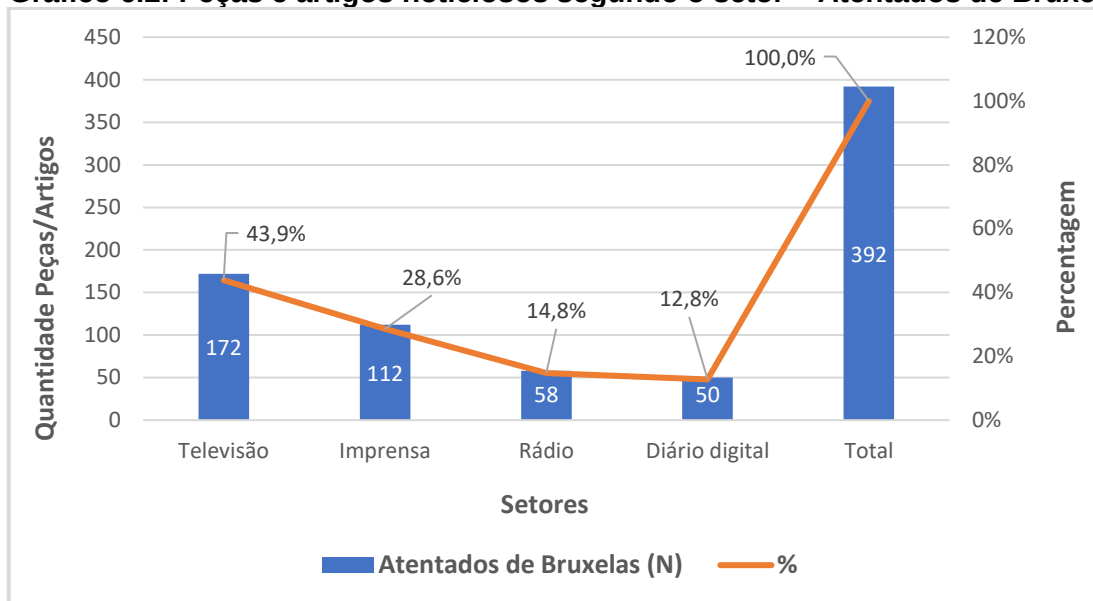
Considerando as peças e artigos noticiosos analisados, constatamos que o setor televisivo foi o que mais noticiou os atentados terroristas (Gráficos 6.1 e 6.2).

Gráfico 6.1: Peças e artigos noticiosos segundo o setor – Atentados de Paris



Fonte: Formulação própria

Gráfico 6.2: Peças e artigos noticiosos segundo o setor – Atentados de Bruxelas



Fonte: Formulação própria

A SIC, com o noticiário *Jornal da Noite*, foi o meio que mais cobertura realizou dos dois atentados, considerando os dois atentados individualmente e em conjunto.

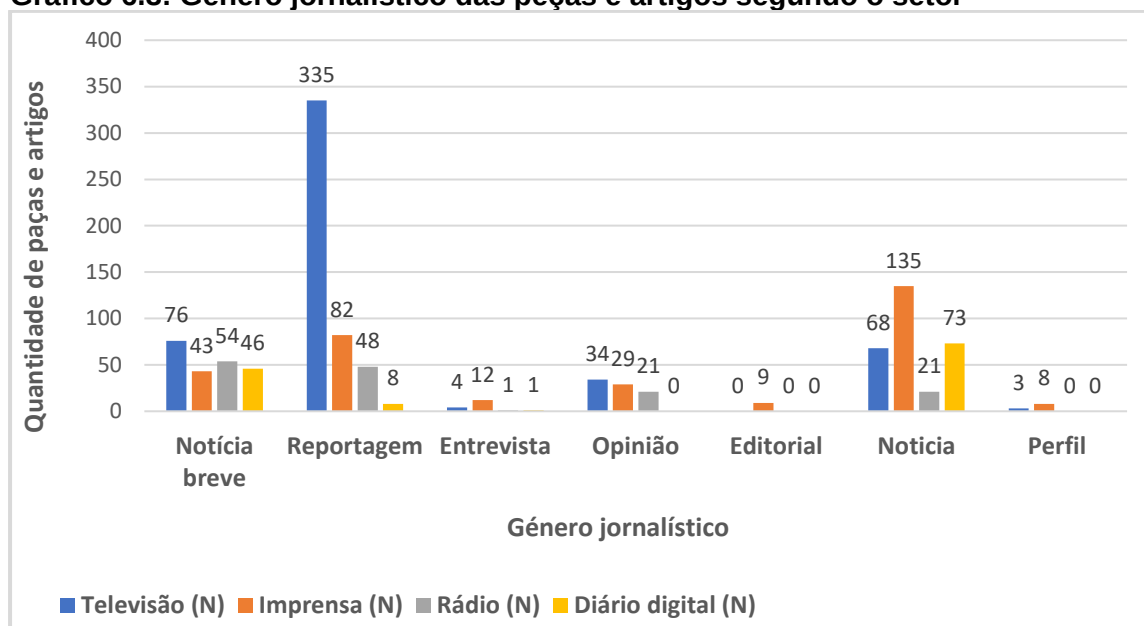
Referente à cobertura dos dois atentados considerados (Paris e Bruxelas), destaca-se o atentado de Paris como mais noticiado, entre todos os meios analisados. A cobertura deste atentado, pelo noticiário *Jornal da Noite* da SIC, originou mais do dobro de peças noticiosas que o atentado de Bruxelas. Foram contabilizadas 137 peças noticiosas na cobertura dos atentados de Paris, nos primeiros 10 dias após os atentados, e 62 peças noticiosas na cobertura dos atentados de Bruxelas, igualmente nos primeiros 10 dias após os atentados.

Em todos os setores e meios considerados, verificou-se que a cobertura noticiosa dos atentados se iniciou logo após a ocorrência dos mesmos. Em todos os meios analisados verificou-se que a cobertura dos atentados, como previsível, se manteve mais elevada nos dias imediatamente após os atentados, decrescendo gradualmente após alguns dias.

A análise realizada evidenciou que a temática dos atentados de Paris e Bruxelas teve destaque de abertura na maioria dos noticiários analisados, do setor televisivo e radiofônico, e destaque de manchete na maioria dos jornais diários (setor imprensa).

Em relação ao gênero jornalístico prevalecente por setor, evidenciamos que a notícia predominou nos setores da imprensa, radiofônico e dos diários digitais. Por sua vez, o gênero jornalístico da reportagem predominou no setor televisivo (Gráfico 6.3).

Gráfico 6.3: Gênero jornalístico das peças e artigos segundo o setor



Fonte: Formulação própria

Quanto ao estilo discursivo das peças e artigos jornalísticos analisados, evidencia-se a predominância do estilo discursivo interpretativo, no setor televisivo e imprensa. Por sua vez, no setor radiofônico, a predominância do estilo discursivo interpretativo não se verifica tão notória, sendo seguido de perto pelo estilo discursivo descritivo. No setor dos diários digitais sobressai nos artigos, com uma margem ínfima, o estilo descritivo. As peças e os artigos noticiosos analisados, correspondentes ao setor televisivo e da imprensa, evidenciaram uma cobertura noticiosa que privilegia o estilo discursivo interpretativo, ou opinativo. Por sua vez, as peças e os artigos noticiosos analisados, correspondentes ao setor radiofônico e de diário digital, evidenciaram um acréscimo da adoção do estilo discursivo descritivo. O formato noticioso do setor causa, determinou em larga escala o estilo discursivo adotado.

A cobertura noticiosa, distinguida na totalidade do *corpus* noticioso considerado na investigação, foi a cobertura episódica. As peças e os artigos considerados na investigação, reportaram os atentados num contexto isolado e circunscrito aos acontecimentos, não apresentando uma contextualização mais ampla, associada ao fenómeno do terrorismo. Contrariando o verificável com a análise de conteúdo realizada, seria o de adotar uma cobertura temática, considerando os atentados num contexto amplo, associando-os com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento dos mesmos com aspetos sociais, políticos, culturais e económicos (Iyengar, 1991; Iyengar & Simon, 1993; Papacharissi & De Fatima Oliveira, 2008; Olsson & Ihlen, 2018).

O conteúdo noticioso analisado foi classificado em três dimensões: a Valência, a Desviância e a Significância.

Relativamente à Valência, classificámos o conteúdo da totalidade das notícias analisadas como de Negativo, por se reportarem ao tema dos atentados terroristas de Paris e de Bruxelas, e a índole das mensagens ser negativa.

Em relação à Desviância, considerámos três distintos componentes de avaliação.

A Desviância Estatística tem como fim aferir a probabilidade de ocorrência do acontecimento narrado na notícia. O indicador de Desviância Estatística que sobressai, no caso dos dois atentados estudados, é o *Infrequente e totalmente inesperado*, pela inusitada ocorrência de atentados terroristas.

A Desviância Social pretende avaliar o papel que os *media* desempenham enquanto agentes de controlo e de coesão social. O indicador de Desviância Social que sobressai, no caso dos dois atentados estudados, é o *Constitui ameaça séria*, pelo enquadramento noticioso (*framing*) associando a ameaça ao medo e consequente resposta securitária por parte dos governos dos países visados e restantes países membros da União Europeia.

A Desviância Normativa tem como fim conferir se as ocorrências originam ou não, uma rutura ao nível das normas ou leis instituídas numa cidade, país ou sistema internacional. O indicador de Desviância Normativa que sobressai é, *Apresenta uma violação séria das normas*, pelo grau de intensidade do desvio associado aos atentados terroristas.

No que concerne à dimensão da Significância (Social) considerámos quatro distintas componentes de avaliação.

A Significância Política identifica o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter na relação entre as pessoas e os governos, nomeadamente através da imposição de políticas governamentais, de carácter judicial, legislativo e executivo. Na cobertura noticiosa realizada aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, evidenciamos como prevalecente o indicador - *Apresenta uma significância acentuada*, nomeadamente, pela adoção pela maioria dos países da União Europeia de políticas securitárias relativas ao terrorismo.

A Significância Económica assinala o impacto que o conteúdo noticioso pode ter no panorama económico nacional ou internacional. Identificámos, na cobertura noticiosa aos atentados, como indicador prevalecente de Significância Económica - *Apresenta uma significância mínima*, pelo facto de não se evidenciar nos conteúdos noticiosos analisados, os impactos económicos dos atentados terroristas.

A Significância Cultural refere-se ao impacto que o conteúdo noticioso pode ter junto ao setor das artes e instituições culturais, assim como na definição de normas de conduta referentes a religião e etnicidade. Na cobertura noticiosa realizada aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, evidenciamos como prevalecente o indicador - *Apresenta uma significância moderada*. A cobertura noticiosa dos acontecimentos em Paris e Bruxelas, revelou que os *media* analisados fomentaram moderadamente o debate referente à definição

de normas de atuação perante a comunidade muçulmana, frequentemente associada ao terrorismo. O referido debate, referente à definição de normas de atuação, ocorria na altura dos acontecimentos, junto aos governos visados de França e Bélgica, assim como dos órgãos representativos da União Europeia.

A Significância Pública identifica o grau de impacto que o conteúdo noticioso pode ter no bem-estar público. Quanto maior for a fatia da população afetada pela notícia, maior a significância pública da mesma, independente de ser positiva ou negativa. Considerando a análise de conteúdo realizada, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, identificamos como indicador prevalecente da Significância Pública - *Apresenta uma significância moderada*. A cobertura noticiosa analisada demonstrou que, os acontecimentos em Paris e Bruxelas, afetaram grande parte dos países da União Europeia, onde os governos locais impuseram medidas securitárias, com o intuito de responder às ameaças provenientes dos perpetradores dos atentados terroristas.

Em resumo, na análise de conteúdo ao *corpus* noticioso considerado, e nas dimensões da Valência e da Desviância, predominam os indicadores de índole negativa, que evidenciam acontecimentos infrequentes e totalmente inesperados, que são ameaças sérias à coesão social, e que vão contra as normas e leis instituídas nos países implicados. Por sua vez, na dimensão da Significância, e no impacto que as notícias podem suscitar no coletivo social, sobressai o indicador político, com a adoção de políticas securitárias pelos governos.

6.3.2. Unidades de registo específicas aos diferentes setores

As referidas unidades de registo são parte integrante do método de codificação, da análise de conteúdo, e caracterizam-se por serem específicas no estudo dos distintos setores – Televisão, Imprensa, Rádio e Diário Digital.

6.3.2.1. Peças noticiosas de televisão

As posteriores unidades de registo compõem o processo de codificação e foram identificadas e incluídas especificamente para a investigação.

6.3.2.1.1. Tempo de cobertura dos atentados nos noticiários

Mais pertinente que analisar a duração das peças noticiosas, será analisar a duração total dos noticiários, concernente ao tempo despendido na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas.

Nos Anexos T e U encontram-se identificadas as datas dos noticiários televisivos considerados, que noticiaram os atentados de Paris e Bruxelas, e respetiva duração temporal da cobertura noticiosa dos referidos atentados.

No que se refere à cobertura dos atentados de Paris, e ao setor televisivo, destacamos o noticiário do dia 14 de novembro de 2015 da *RTP 1*, como o mais extenso na cobertura dos acontecimentos, com pouco mais que 76 minutos de duração dedicados aos atentados.

A *SIC* e a *TVI* realizam, de igual modo, uma extensa cobertura noticiosa dos atentados de Paris, com transmissões de cerca de 72 minutos, no caso da *SIC* e de pouco mais de 55 minutos, no caso da *TVI*.

De salientar ainda que a *SIC*, durante os primeiros cinco dias após as ocorrências, dedica mais de 30 minutos por noticiário/dia à temática dos atentados. A *RTP 1* durante os mesmos três primeiros dias dedica acima de 30 minutos por noticiário/dia aos atentados. Por fim, a *TVI*, dedica durante os primeiros quatro dias após os atentados, mais de 30 minutos por noticiário/dia.

No que respeita à cobertura dos atentados de Bruxelas, e ao mesmo setor televisivo, destacamos o noticiário do dia 22 de março de 2016 da *SIC*, como o mais extenso na cobertura dos acontecimentos, com pouco mais de 66 minutos de duração dedicados aos atentados.

A *TVI* e a *RTP 1* efetuam, da mesma forma, uma ampla cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, com transmissões de cerca de 52 minutos, no caso da *TVI* e de pouco mais de 44 minutos, no caso da *RTP 1*.

À semelhança do que foi referido anteriormente, com a cobertura dos atentados de Paris, na cobertura dos atentados de Bruxelas, destacamos que exclusivamente a *RTP 1* dedica e somente durante dois noticiários, mais de 30 minutos/dia aos atentados. A *SIC* e a *TVI*, somente nos noticiários do dia das ocorrências, de dia 22 de março de 2016, dedicam mais de 30 minutos aos atentados.

Por fim, cumpre-nos enfatizar que a duração temporal total disponibilizada pelos noticiários, dos três meios, foi notoriamente distinta. A *SIC* despendeu consideravelmente mais tempo, no total, na cobertura dos atentados de Paris. Essencialmente, a cobertura dos atentados de Paris, pelos *media* televisivos analisados, foi mais do dobro de tempo de cobertura, pelos mesmos *media*, dos atentados de Bruxelas.

A discrepância tanto da *TVI*, como da *RTP 1*, relativamente à cobertura noticiosa total dos dois atentados considerados, não foi tão notória, cingindo-se ao dobro de tempo despendido na cobertura dos atentados de Paris e de Bruxelas.

6.3.2.1.2. Posicionamento das peças nos noticiários

O posicionamento das notícias no alinhamento do noticiário é ditado, essencialmente, pela importância da própria notícia no referido noticiário. A distinção na análise realizada foi

efetuada considerando se uma dada peça noticiosa se situa na primeira parte do noticiário, antes do intervalo ou após o intervalo.

Os Anexos V e X evidenciam as datas dos noticiários televisivos considerados, que transmitiram os atentados de Paris e Bruxelas, e respetivo posicionamento no noticiário.

Analisando o Anexo V, referente aos atentados de Paris, constatamos que a totalidade da transmissão das peças noticiosas consideradas ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários. Em dezasseis noticiários a cobertura noticiosa ocupou a primeira e a segunda parte dos ditos noticiários. De igual modo, em dezasseis noticiários a cobertura noticiosa ocupou somente a primeira parte dos referidos noticiários.

Por sua vez, averiguando o Anexo X, referente aos atentados de Bruxelas, atestamos que a grande maioria das peças noticiosas transmitidas, ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários. A *SIC*, em apenas um dia e a *RTP 1*, em dois dias distintos, abordam a temática dos atentados de Bruxelas, somente a partir da 2ª parte dos noticiários. Em seis noticiários a cobertura noticiosa ocupou a primeira e a segunda parte dos ditos noticiários. Em dezoito noticiários a cobertura noticiosa ocupou somente a primeira parte dos referidos noticiários.

6.3.2.1.3. Apresentação das peças nos noticiários

Iremos de seguida identificar o tipo de apresentação das peças noticiosas em análise. Foram considerados quatro tipos de intervenientes no processo de apresentação noticiosa: Apresentador (pivô), Repórter, Correspondente e Enviado Especial.

Nos quadros, nos Anexos Z e AA, encontram-se identificados os tipos de apresentação das peças noticiosas em análise, dos três canais televisivos considerados, que transmitiram os atentados de Paris e Bruxelas.

A liderar na cobertura de ambos os atentados, pelos três canais televisivos, surgem as peças noticiosas apresentadas ou dirigidas por repórteres, seguidas por aquelas que têm como veiculador da notícia o apresentador ou pivô.

6.3.2.1.4. Modo visual prevalecente nas peças dos noticiários

No seguimento da análise identificamos o modo visual prevalecente nas peças noticiosas consideradas, referente aos vários meios televisivos. Foram considerados seis tipos de modos visuais, sendo que se elegeu o dominante em cada uma das peças noticiosas. Os modos identificados foram: Imagem fixa; Filme; Filme virtual; Filme com jornalista; Jornalista; Vídeo amador/filme telemóvel/CCTV (em Anexos AB e AC).

Os modos visuais prevalecentes nas peças noticiosas dos três meios considerados são: o Filme, onde predomina a voz *off* do jornalista e o Filme com jornalista, onde surge a presença física do repórter.

6.3.2.1.5. Som associado às imagens nas peças dos noticiários

A imagem que compõe a peça noticiosa televisiva é acompanhada por som, que pode ser distinguido enquanto diegético ou não diegético.

O som associado à imagem intitula-se de diegético, quando as sonoridades percecionadas pelos intervenientes estão em consonância com o decorrer da ação.

O som associado à imagem designa-se de não diegético, quando as sonoridades percecionadas pelos intervenientes não estão em consonância com o decorrer da ação. Nos casos referidos os sons não são audíveis aos intervenientes, somente aos espetadores.

Na análise ao som associado à imagem, dos noticiários dos três canais televisivos considerados, destacamos a predominância evidente do som diegético nas peças noticiosas (em Anexo AD e AE). Contudo, enfatizamos a recorrência, por parte de algumas redações, do emprego do som não diegético, com objetivos associados ao incremento de profundidade e emotividade nas peças jornalísticas. Particularizando à investigação realizada, evidenciamos casos de inclusão de música fundo, de gritos, tiros, explosões e sirenes. O emprego da composição não diegética, por parte de algumas redações televisivas, no que concerne à cobertura de atentados terroristas, é referenciado no estudo de Estêvão e Espanha (2021).

6.3.2.1.6. Comentadores e intervenientes nas peças dos noticiários

Durante o período em análise, os três noticiários televisivos considerados contaram com as observações de comentadores e especialistas em estúdio, assim como de testemunhos de intervenientes e comentadores nos locais das ocorrências.

A posterior identificação dos comentadores e intervenientes é referente à data dos acontecimentos estudados, em 2015 e 2016.

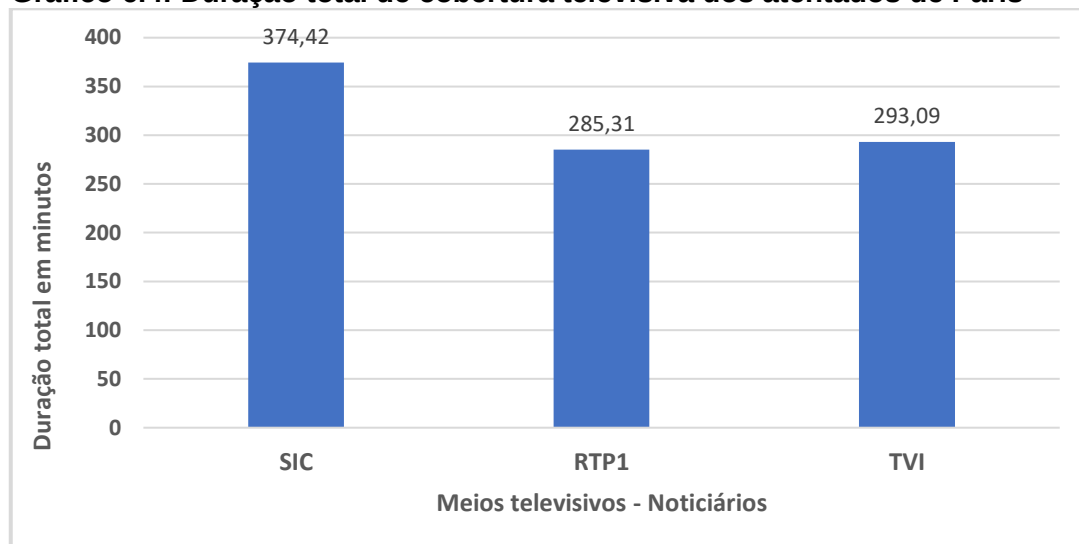
Os quadros presentes nos Anexos AF e AG esclarecem que predominaram, nos noticiários visados, os comentadores associados a forças de segurança, militares e policiais. De igual modo e em igual número, surgem os comentadores relacionados com a docência no ensino superior e com a investigação académica.

6.3.2.1.7. Resultados e discussão das unidades de registo no setor televisivo

Neste subcapítulo, analisam-se algumas das constatações verificadas da análise de conteúdo aos meios televisivos considerados, nomeadamente às peças noticiosas dos noticiários *Telejornal* (RTP 1), *Jornal da Noite* (SIC) e *Jornal das 8* (TVI).

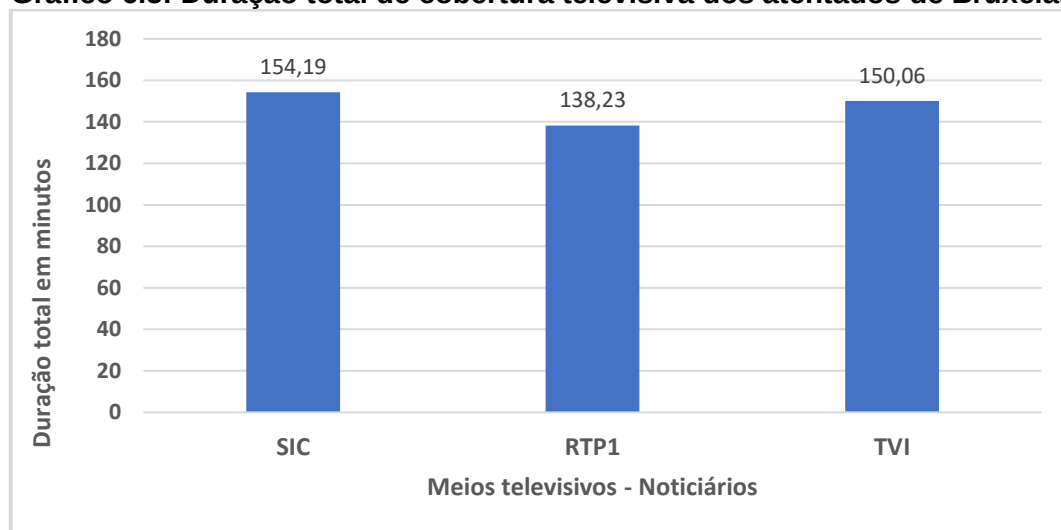
No que concerne ao tempo de cobertura dos atentados pelos noticiários analisados, evidenciamos que o *Jornal da Noite* foi o noticiário que maior destaque total deu aos atentados de Paris e de Bruxelas, seguido do *Jornal das 8* e por fim do *Telejornal* (Gráficos 6.4 e 6.5).

Gráfico 6.4: Duração total de cobertura televisiva dos atentados de Paris



Fonte: Formulação própria

Gráfico 6.5: Duração total de cobertura televisiva dos atentados de Bruxelas

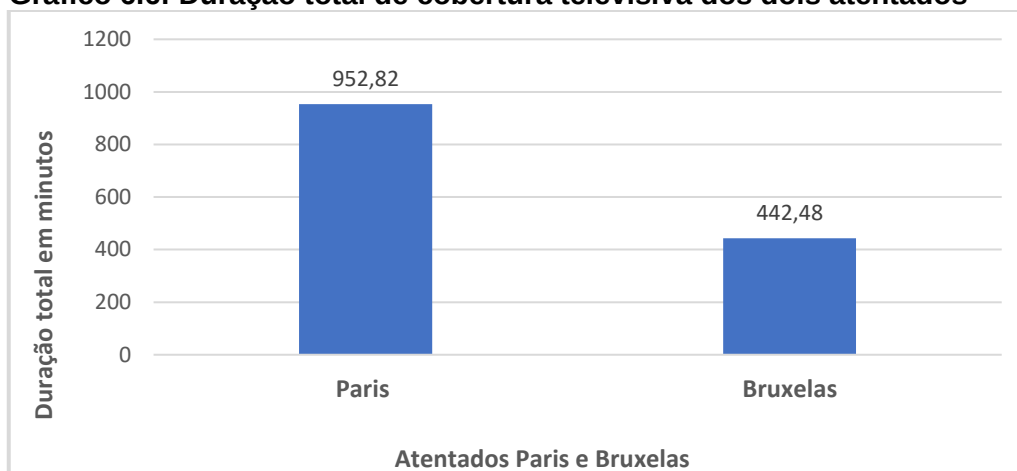


Fonte: Formulação própria

O noticiário *Telejornal*, do canal público da *RTP 1*, apesar de ter despendido menor tempo total na cobertura dos atentados, foi o que realizou a mais extensa cobertura no dia 14 de novembro de 2015, com mais 76 minutos de duração dedicados aos atentados de Paris. No dia 14 de novembro de 2015, os três noticiários analisados, dedicaram o seu tempo de duração, em exclusivo, à cobertura dos atentados de Paris. No dia 22 de março de 2016, os três noticiários analisados, dedicaram o seu tempo de duração, em exclusivo, à cobertura dos atentados de Bruxelas. O tempo total despendido na cobertura dos atentados de Paris, pelos

três noticiários, foi de 953 minutos. Por sua vez, o tempo total despendido na cobertura dos atentados de Bruxelas, pelos três noticiários, foi de 442 minutos. A cobertura dos atentados de Paris, pelos *media* televisivos analisados, foi mais do dobro de tempo de cobertura, pelos mesmos *media*, dos atentados de Bruxelas (Gráfico 6.6).

Gráfico 6.6: Duração total de cobertura televisiva dos dois atentados



Fonte: Formulação própria

Em relação ao posicionamento das peças noticiosas nos três noticiários, nos dias considerados de análise, e concernente aos atentados de Paris, salientamos que a totalidade da transmissão das peças ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários. Por sua vez, concernente aos atentados de Bruxelas, evidenciamos que a grande maioria das peças noticiosas transmitidas, ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários. A *SIC*, em apenas um dia e a *RTP 1*, em dois dias distintos, abordam a temática dos atentados de Bruxelas, somente a partir da 2ª parte dos noticiários.

Os modos visuais prevalecentes nas peças noticiosas dos três meios considerados são o Filme, onde predomina a voz *off* do jornalista e o Filme com jornalista, onde surge a presença física do repórter. Por sua vez, o som associado às peças noticiosas analisadas é predominantemente diegético, estando as sonoridades em consonância com o desenrolar da ação. Contudo, salientamos a recorrência, por parte de algumas redações, do emprego do som não diegético, com objetivos associados ao incremento de profundidade e emotividade nas peças jornalísticas. Evidenciamos a observância, na investigação realizada, de casos de inclusão de música fundo, de gritos, tiros, explosões e sirenes, não associados diretamente à ação transmitida.

Ainda referente à análise dos três noticiários televisivos considerados, sublinhamos que predominam os comentadores e especialistas, associados a forças de segurança, militares e

policiais, assim como aqueles associados à docência no ensino superior e investigação académica.

6.3.2.2. Artigos noticiosos de imprensa

As posteriores unidades de registo compõem o processo de codificação e foram identificadas e incluídas especificamente para a investigação.

6.3.2.2.1. Presença em caderno no jornal

A pesquisa aos cinco jornais nacionais diários revelou que a totalidade dos artigos analisados se encontram no caderno principal das publicações, e que o tema associado aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas é permanentemente destaque de primeira página.

6.3.2.2.2. Espaço de página ocupado pelos artigos nos jornais

No que concerne à identificação do espaço de página ocupado pelos artigos em análise, consideramos a seguinte distinção: Uma página; Mais de uma página; Meia página; Um quarto de página.

Na averiguação ao espaço de página ocupado por artigo, nos jornais diários considerados, verificámos que (Anexos AH e AI):

O *Público*, no que se refere à cobertura dos atentados de Paris, concede mais de uma página por artigo a 38% (N=20) dos artigos analisados. Por sua vez, na cobertura dos atentados de Bruxelas, atribui uma página por artigo a 43% (N=9) dos artigos analisados.

O *Diário de Notícias*, na comunicação dos atentados de Paris, disponibiliza uma página por artigo a 43% (N=25) dos artigos examinados. No que se refere à comunicação dos atentados de Bruxelas, o mesmo jornal confere um quarto de página por artigo a 31% (N=10) dos artigos estudados.

Por sua vez, o *Jornal de Notícias*, na divulgação dos atentados de Paris, atribui meia página por artigo a 49% (N=20) dos artigos examinados. Na divulgação dos atentados de Bruxelas, atribui igualmente meia página por artigo a 40% (N=12) dos artigos escrutinados.

O *i*, na comunicação dos atentados de Paris, disponibiliza mais de uma página por artigo a 35% (N=7) dos artigos analisados. De igual modo, aos atentados de Bruxelas, disponibiliza mais de uma página por artigo a 43% (N=6) dos artigos estudados.

Por último, o *Correio da Manhã* concede, na cobertura dos atentados de Paris, um quarto de página por artigo a 44% (N=17) dos artigos examinados. Na cobertura dos atentados de Bruxelas, disponibiliza de igual forma, um quarto de página por artigo a 40% (N=6) dos artigos escrutinados.

6.3.2.2.3. Presença de imagens nos artigos dos jornais

No que se refere à presença de imagens nos artigos noticiosos analisados, foram consideradas as seguintes categorias: Sem imagem; Com imagem; Com mais que uma imagem.

Os quadros, nos Anexos AJ e AL, identificam o número de artigos noticiosos, mediante a utilização da imagem, como parte da composição jornalística.

Em todos os meios de imprensa analisados, com exceção do *Correio da Manhã*, sobressaem os artigos jornalísticos que utilizam somente uma imagem na composição da notícia. Como referido, o *Correio da Manhã* destaca-se por fazer uso, na maior parte artigos analisados, de mais de uma imagem por artigo jornalístico.

6.3.2.2.4. Tipo de imagens nos artigos dos jornais

Relativamente ao tipo de imagens que surgem associadas aos artigos noticiosos analisados, evidenciamos: Fotografia; Ilustração; Infografia; *Cartoon* (em Anexos AM e AN).

Considerando os artigos noticiosos que, junto ao texto jornalístico, incluíram imagem, destacamos a fotografia, predominante nos meios de imprensa considerados. A aplicação da infografia é de igual modo transversal aos meios analisados, contudo em número bastante mais reduzido.

6.3.2.2.5. Tema ou intervenientes das imagens dos artigos dos jornais

Em relação ao tema ou intervenientes das imagens, que surgem associados aos artigos noticiosos analisados, evidenciamos as seguintes categorias: Local dos atentados; Executantes dos atentados; Vítimas dos atentados; Familiares das vítimas; Governantes; Forças policiais e militares; Simbologia do Estado Islâmico (*ISIS*); Homenagens às vítimas; Muçulmanos; Refugiados; Outros. Como “Outros” entende-se os temas ou intervenientes que não estando diretamente relacionados às categorias acima identificadas, por não terem individualmente uma expressão numérica significativa, assumem em conjunto uma expressividade numérica alvo de referência.

Os quadros, nos Anexos AO e AP, evidenciam que predominaram, nos artigos dos jornais diários visados, referentes à cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, as imagens associadas a forças de segurança, policiais e militares. Igualmente em destaque, nos dois momentos identificados de cobertura noticiosa, surgem as imagens referentes aos executantes dos atentados. Em posição de evidência, mas somente na cobertura noticiosa dos atentados de Paris, surgem as imagens referentes a governantes e à política.

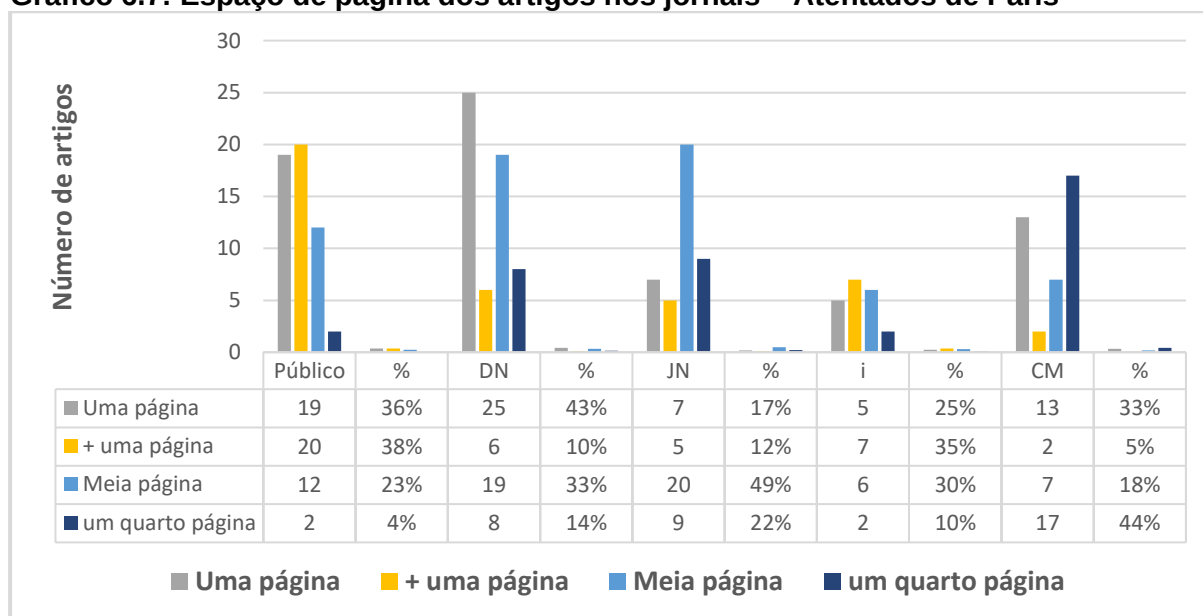
6.3.2.2.6. Resultados e discussão das unidades de registo no setor imprensa

Este subcapítulo, visa analisar algumas das constatações verificadas da análise de conteúdo aos meios de imprensa diária considerados, nomeadamente os artigos noticiosos do *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *i* e *Correio da Manhã*.

A análise realizada aos cinco jornais referidos, revelou que a totalidade dos artigos analisados se encontram no caderno principal das publicações, e que o tema associado aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas é invariavelmente destaque de primeira página.

No que concerne ao espaço de página ocupado pelos artigos nos jornais, evidenciamos que o jornal *i*, se destaca por ser o meio de imprensa analisado que disponibiliza maior espaço de página para os artigos escritos. Desta forma, 35% dos artigos do *i* analisados, correspondente a 7 artigos, referentes aos atentados de Paris, ocuparam mais de uma página de espaço/por artigo (Gráfico 6.7).

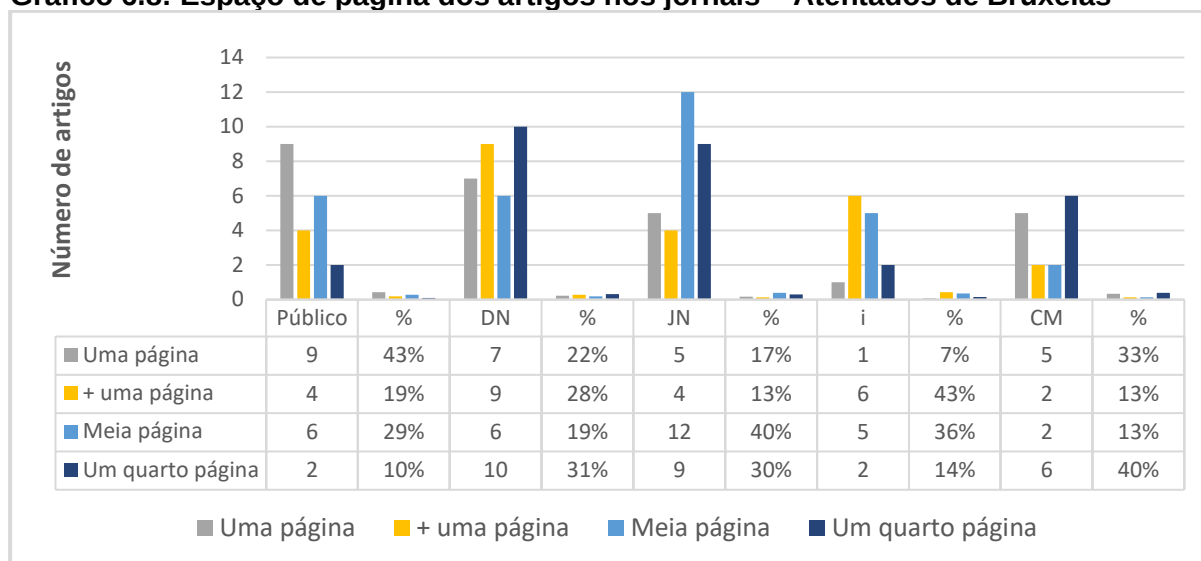
Gráfico 6.7: Espaço de página dos artigos nos jornais – Atentados de Paris



Fonte: Formulação própria

De igual modo, na cobertura dos atentados de Bruxelas, o mesmo jornal, disponibiliza mais de uma página de espaço/por artigo a 43% dos artigos analisados, correspondente a 6 artigos. No sentido oposto, sublinhamos que jornal *Correio da Manhã*, se destaca por ser o meio de imprensa analisado que disponibiliza menor espaço de página para os artigos escritos. Assim, 44% dos artigos do *Correio da Manhã* analisados, correspondente a 17 artigos, referentes aos atentados de Paris, ocuparam um quarto de página/por artigo. De igual modo, na cobertura dos atentados de Bruxelas, o mesmo jornal, disponibiliza um quarto de página/por artigo a 40% dos artigos analisados, correspondente a 6 artigos (Gráfico 6.8).

Gráfico 6.8: Espaço de página dos artigos nos jornais – Atentados de Bruxelas



Fonte: Formulação própria

No que se refere à presença de imagens nos artigos noticiosos considerados, evidencia-se o *Correio da Manhã* fazendo uso, na maior parte casos analisados, de mais de uma imagem por artigo jornalístico. Nos restantes quatro meios de imprensa considerados, sobressaem os artigos que utilizam somente uma imagem na composição do artigo jornalístico. Relativamente ao tipo de imagens que surgem associadas aos artigos noticiosos analisados, evidencia-se, em larga escala, a fotografia. Ainda referente às imagens, evidenciamos que predominaram, nos artigos dos jornais diários visados, aquelas associadas a forças de segurança, policiais e militares.

6.3.2.3. Peças noticiosas de rádio

As posteriores unidades de registo compõem o processo de codificação e foram identificadas e incluídas especificamente para a investigação.

6.3.2.3.1. Tempo de cobertura dos atentados nos noticiários

A par do que se elaborou anteriormente, perante o setor televisivo, analisámos a duração total dos noticiários radiofónicos, concernente ao tempo despendido na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas.

Nos quadros, dos Anexos AQ e AR encontram-se identificadas as datas dos noticiários radiofónicos considerados, que noticiaram os atentados de Paris e Bruxelas, e respetiva duração temporal dos mesmos.

No que se refere à cobertura dos atentados de Paris, e ao setor radiofónico, evidenciamos o noticiário do dia 14 de novembro de 2015 da *TSF*, como o mais extenso na cobertura dos acontecimentos, com aproximadamente 11 minutos de duração dedicados aos atentados.

A *Antena 1* e a *Rádio Renascença* realizam no mesmo dia, de igual modo, uma extensa cobertura noticiosa dos atentados de Paris, com transmissões de cerca de 8 minutos, no caso da *Antena 1* e de quase 10 minutos, no caso da *Rádio Renascença*.

De salientar ainda que a *Antena 1*, durante os primeiros três dias após as ocorrências, dedica mais de 6 minutos por noticiário/dia à temática dos atentados. A *Rádio Renascença* durante os mesmos três primeiros dias após os atentados dedica, no primeiro e terceiro dia, acima de 6 minutos por noticiário/dia aos atentados. Por fim, a *TSF*, dedica durante os primeiros quatro dias após os atentados, mais de 6 minutos por noticiário/dia.

No que concerne à cobertura dos atentados de Bruxelas, e ao mesmo setor radiofónico, destacamos o noticiário do dia 22 de março de 2016 da *TSF*, como o mais extenso na cobertura dos acontecimentos, com pouco mais de 15 minutos de duração dedicados aos atentados.

A *Antena 1* e a *Rádio Renascença* efetuam no mesmo dia e da mesma forma, uma ampla cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, com transmissões de mais de 8 minutos, no caso da *Antena 1* e de quase 10 minutos, no caso da *Rádio Renascença*.

À semelhança do que foi referido anteriormente, com a cobertura dos atentados de Paris, na cobertura dos atentados de Bruxelas, destacamos que exclusivamente a *TSF* dedica e somente durante dois noticiários, mais de 6 minutos/dia aos atentados. A *Antena 1* e a *Rádio Renascença*, somente no noticiário das ocorrências, de dia 22 de março de 2016, dedicam mais de 6 minutos aos atentados.

Por fim, cumpre-nos enfatizar que a duração temporal total disponibilizada pelos noticiários, dos três meios, foi notoriamente distinta. A *TSF* disponibilizou consideravelmente mais tempo, no total, na cobertura dos atentados de Paris. Essencialmente, a cobertura temporal dos atentados de Paris, pelos três meios, foi consideravelmente superior em tempo à cobertura dos atentados de Bruxelas.

A discrepância da *Antena 1* com a *Rádio Renascença*, relativamente à cobertura noticiosa total dos atentados de Paris e Bruxelas, não foi tão evidente, sendo que as duas estações de rádio referidas apresentam tempos totais aproximados.

6.3.2.3.2. Apresentação das peças nos noticiários

De seguida iremos identificar o tipo de apresentação prevalecente nas peças noticiosas em análise. Foram considerados quatro tipos de intervenientes no processo de apresentação noticiosa: Apresentador (pivô), Repórter, Correspondente e Enviado Especial.

Nos quadros, dos Anexos AS e AT, encontram-se identificados os tipos de apresentação das peças noticiosas em análise, das três estações radiofónicas consideradas, que noticiaram os atentados de Paris e Bruxelas.

A liderar na cobertura de ambos os atentados, pelas três estações analisadas, surgem as peças noticiosas apresentadas ou dirigidas por apresentador ou pivô, seguidas por aquelas que têm como comunicador da notícia, o repórter.

6.3.2.3.3. Comentadores e intervenientes nas peças dos noticiários

Durante o período em análise, os três noticiários radiofónicos considerados contaram com as observações de comentadores e especialistas, assim como de testemunhos de intervenientes e comentadores nos locais das ocorrências.

A posterior identificação dos comentadores e intervenientes é referente à data dos acontecimentos estudados, em 2015 e 2016.

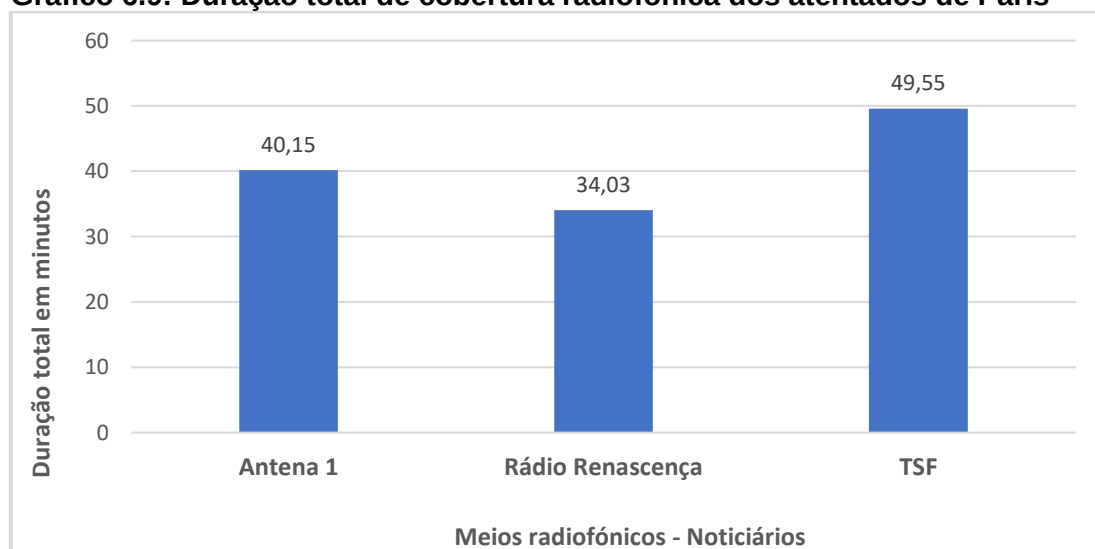
Os quadros, nos Anexos AU e AV, esclarecem que predominaram, nos noticiários visados, os comentadores associados à política interna nacional. Logo a seguir, mas em número significativamente menor, surgem os comentadores relacionados a forças de segurança, militares e policiais.

6.3.2.3.4. Resultados e discussão das unidades de registo no setor radiofónico

Neste subcapítulo, analisam-se algumas das constatações verificadas da análise de conteúdo aos meios radiofónicos considerados, nomeadamente às peças noticiosas dos noticiários, das 18 horas, da *Antena 1*, *Rádio Renascença* e *TSF*.

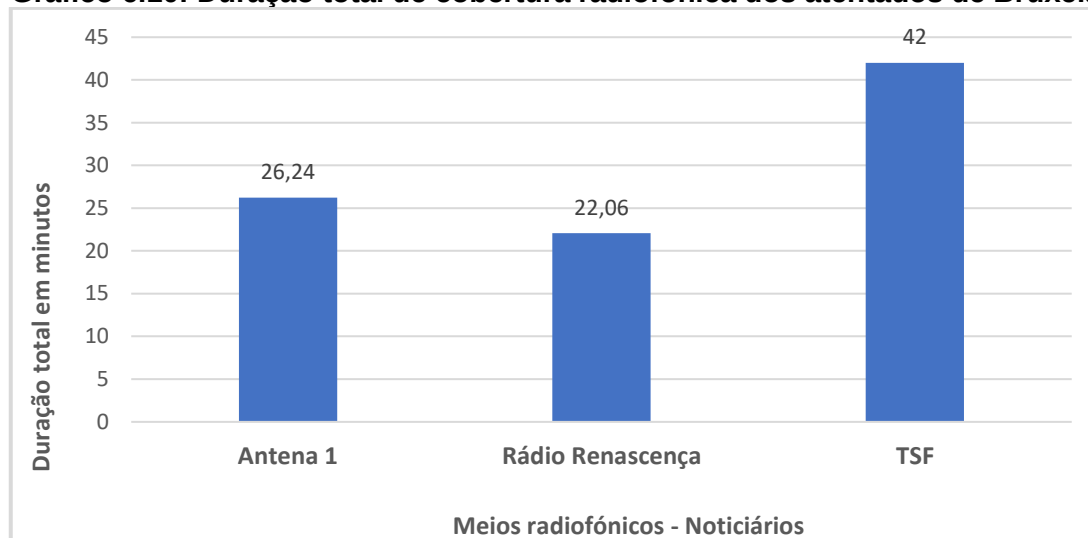
No que concerne ao tempo de cobertura dos atentados pelos noticiários analisados, evidenciamos que a *TSF*, com os noticiários das 18h, foi o meio que maior destaque total deu na cobertura dos atentados de Paris e de Bruxelas (Gráficos 6.9 e 6.10).

Gráfico 6.9: Duração total de cobertura radiofónica dos atentados de Paris



Fonte: Formulação própria

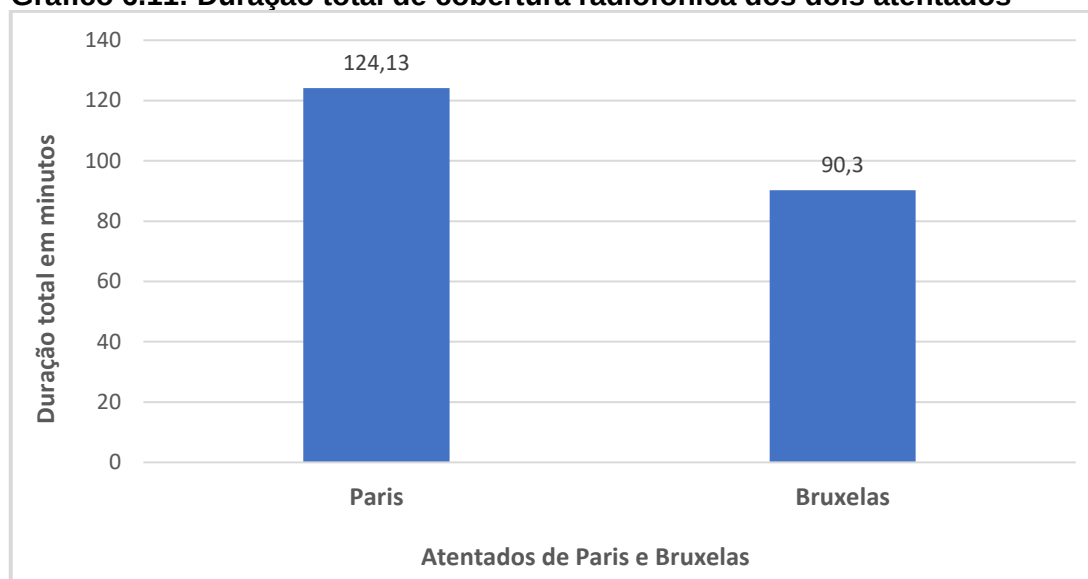
Gráfico 6.10: Duração total de cobertura radiofônica dos atentados de Bruxelas



Fonte: Formulação própria

De evidenciar que a cobertura temporal dos atentados de Paris, pelos três meios analisados, foi consideravelmente superior em tempo à cobertura dos atentados de Bruxelas.

Gráfico 6.11: Duração total de cobertura radiofônica dos dois atentados



Fonte: Formulação própria

A liderar na cobertura de ambos os atentados, pelas três estações analisadas, surgem as peças noticiosas dirigidas pelo pivô, seguidas por aquelas que têm como comunicador da notícia, o repórter.

Ainda referente à análise dos três noticiários radiofônicos considerados, sublinhamos que predominaram os comentadores e especialistas, associados à política interna nacional.

6.3.2.4. Artigos noticiosos de diário digital

As posteriores unidades de registo compõem o processo de codificação e foram identificadas e incluídas especificamente para a investigação.

6.3.2.4.1. Número de partilhas dos artigos nos diários digitais

Nos quadros, dos Anexos AX e AZ, encontram-se identificados os números de partilhas dos artigos noticiosos em diários digitais analisados. Os dados apresentados referem-se a um levantamento dos mesmos, ocorrido no dia 22 de agosto de 2021. Somente foram considerados na análise os dados do *Público Online*, uma vez que nenhum dos restantes meios tinha os dados acessíveis nas páginas *online*, nem se disponibilizou após contacto, a facultar os mesmos.

Em relação aos dados do *Público Online*, e no que se refere à cobertura dos atentados de Paris, três artigos se destacaram, no que concerne ao número de partilhas. Em lugar cimeiro e com 2.859 partilhas, surge uma reportagem que descreve uma noite de operações policiais em Saint-Denis, Paris.

No que se refere à cobertura dos atentados de Bruxelas, igualmente três artigos se destacaram, no que concerne ao número de partilhas. Em destaque com 412 partilhas, mas com pouco distanciamento dos restantes dois artigos referidos, surge um artigo intitulado “A culpa é de um polícia, diz ministro do interior belga”.

O *corpus* noticioso adotado, da amostra por conveniência considerada, reflete que os atentados de Paris originaram maior número de partilhas que os atentados de Bruxelas. Contudo, a amostra apreciada não é vinculativa desta realidade. Com vista a realizar uma análise mais conclusiva, seria necessário analisar os outros meios que não facultaram número de partilhas de artigos e aumentar a amostra do *Público Online*.

6.3.2.4.2. Presença de imagens nos artigos dos diários digitais

A pesquisa aos cinco diários digitais revelou, que na totalidade dos artigos analisados (N=128), somente em dois não há presença de imagens.

6.3.2.4.3. Tipo de imagens nos artigos dos diários digitais

Relativamente ao tipo de imagens que surgem associadas aos artigos noticiosos analisados, destacamos: Fotografia; Vídeo amador/telemóvel ou CCTV; Vídeo profissional.

Constatamos que a fotografia é predominante nos meios de diários digitais considerados (em Anexos BA e BB). De igual modo atestamos pela amostra adotada, que os meios digitais, pertença de um grupo comunicacional detentor de meios televisivos, incluem nos conteúdos jornalísticos vídeos profissionais.

6.3.2.4.4. Tema ou intervenientes das imagens dos artigos dos diários digitais

Em relação ao tema ou intervenientes das imagens, que surgem associados aos artigos noticiosos analisados de diários digitais, evidenciamos as seguintes categorias: Local dos atentados; Executantes dos atentados; Vítimas dos atentados; Familiares das vítimas; Governantes; Forças policiais e militares; Simbologia do Estado Islâmico (*ISIS*); Homenagens às vítimas; Muçulmanos; Refugiados; Outros. Como “Outros” entende-se os temas ou intervenientes que não estando diretamente relacionados às categorias acima identificadas, por não terem individualmente uma expressão numérica significativa, assumem em conjunto uma expressividade numérica alvo de referência.

O quadro, no Anexo BC, evidencia que predominaram, nos artigos dos diários digitais visados, referentes à cobertura dos atentados de Paris, as imagens associadas a forças de segurança, policiais e militares. No seguimento e em evidência, surgem as imagens associadas aos governantes.

O quadro, no Anexo BD, destaca que imperaram nos artigos dos diários digitais, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas, as imagens associadas ao local dos atentados, seguidas de perto pelas imagens relacionadas a forças de segurança, policiais e militares.

6.3.2.4.5. Número de comentários dos artigos nos diários digitais

Nos quadros, dos Anexos BE e BF, encontram-se identificados os números de comentários dos artigos noticiosos em diários digitais analisados. Os dados apresentados referem-se a um levantamento dos mesmos, ocorrido no dia 22 de agosto de 2021. Somente foram considerados na análise os dados do *Público Online* e do *Sol Online*, uma vez que nenhum dos restantes meios tinha os dados acessíveis nas páginas *online*, nem se disponibilizou após contacto, a facultar os mesmos.

Em relação aos dados do *Público Online*, e no que se refere à cobertura dos atentados de Paris, um artigo se evidencia, no que concerne ao número de comentários. Em lugar cimeiro e com 351 comentários, surge uma reportagem intitulada de “A pergunta que não tem resposta é esta: em nome de quê?”. Concernente aos dados do *Sol Online* e ainda relativo à cobertura dos atentados de Paris, referimos que o artigo noticioso que suscitou mais opiniões obteve 26 comentários.

Em relação à cobertura dos atentados de Bruxelas e ainda quanto ao *Público Online*, destacamos que os artigos analisados originaram um número de comentários substancialmente mais reduzido do que os artigos analisados referentes a Paris. O artigo noticioso que originou mais opiniões obteve 12 comentários de internautas. No que concerne aos dados do *Sol Online* e ainda relativo à cobertura dos atentados de Bruxelas, referimos que o artigo noticioso que suscitou mais opiniões obteve 17 comentários de internautas.

O *corpus* noticioso adotado, da amostra por conveniência considerada, reflete que os atentados de Paris originaram um maior número de comentários que os atentados de Bruxelas. Contudo, a amostra apreciada não é vinculativa desta realidade. Com vista a realizar uma análise mais conclusiva, seria necessário analisar os outros meios que não facultaram número de comentários de artigos, assim como aumentar a amostra dos dois diários digitais analisados.

6.3.2.4.6. Resultados e discussão das unidades de registo no setor diário digital

Como referido no subcapítulo 6.3.1.1., a análise de conteúdo aos diários digitais considerados, incidiu sobre uma amostragem por conveniência, devido à incapacidade de reunir o universo total de notícias digitais, que abordassem a temática dos dois atentados.

Este subcapítulo, incide nas constatações apuradas da análise de conteúdo aos meios de diários digitais considerados, nomeadamente os artigos noticiosos do *Expresso Online*, *Público Online*, *SIC Notícias Online*, *Sol Online* e *TVI 24 Online*.

Duas das unidades de registo consideradas na análise de conteúdo, nomeadamente, o número de partilhas dos artigos e o número de comentários dos artigos, considerou o levantamento à data de 22 de agosto de 2021. De igual modo, somente foram considerados na análise, os dados acessíveis nas páginas *online*, ou aqueles disponibilizados pelas redações dos próprios diários digitais.

Concernente à primeira unidade de registo referenciada, o número de partilhas dos artigos, somente foram considerados na análise os dados do *Público Online*, pela indisponibilidade em aceder aos dados dos restantes meios considerados. Analisando a amostra considerada, uma reportagem se destaca com 2.859 partilhas, referente às operações policiais em Paris.

Referente à segunda unidade de registo referenciada, o número de comentários dos artigos, somente foram considerados na análise os dados do *Público Online* e do *Sol Online*, pela indisponibilidade em aceder aos dados dos restantes meios considerados. Analisando a amostra considerada, uma reportagem do *Público Online* se destaca com 351 comentários, referente às motivações por detrás dos atentados de Paris.

Com vista a realizar uma análise mais conclusiva, referente aos diários digitais, seria necessário analisar os dados dos meios que não facultaram o número de partilhas e o número de comentários de artigos, assim como aumentar a amostra dos diários digitais analisados.

No que se refere às imagens nos artigos noticiosos considerados, dos diários digitais, constata-se que na grande maioria dos artigos há presença de imagens e que o tipo predominante é a fotografia. Ainda referente às imagens, evidenciamos que predominaram nos artigos referentes aos atentados de Paris, aquelas associadas a forças de segurança,

policiais e militares. Por sua vez, predominaram nos artigos referentes aos atentados de Bruxelas, imagens associadas aos locais dos atentados.

6.4. Análise de *Framing* ao *corpus* noticioso identificado

6.4.1. Identificação dos *frames* reconhecidos na análise de conteúdo

Realizado o estudo das unidades de registo comuns e específicas, aos diferentes setores considerados, na análise de conteúdo qualitativa, procedemos à identificação dos *frames* (quadros) prevalecentes no *corpus* noticioso.

Samuel Mateus, em *Porous Frontiers: Priming as an Extension of Agenda Setting and Framing as a Complementary Approach* (2020), referencia Scheufele (1999), distinguindo duas áreas chave no estudo do *framing*. Por um lado, a pesquisa associada à construção de *frames* (*frame-building*), que identifica e analisa a seleção de *frames* prevalecentes nas notícias. Por outro lado, a investigação relacionada ao consumo e adoção de *frames* pelos cidadãos (*frame-setting*), enquanto consumidores de conteúdos de *media*.

Como já referenciado no capítulo 3., dedicado ao papel do *framing* na construção noticiosa, o *frame* apresenta ou aumenta a importância ou aparente importância de determinadas ideias e perspetivas, ativando esquemas que incentivam as audiências a pensar, a sentir e a decidir de uma maneira específica (Gross & D'Ambrosio, 2004). Enquanto esquema de interpretações, o *frame* noticioso permite que os públicos identifiquem, organizem e compreendam as informações recebidas (Pan & Kosicki, 1993).

Relembrando ainda o mesmo capítulo 3., onde são mencionadas as duas abordagens distinguidas por de Vreese (2005), de análise noticiosa, esclarecemos que adotámos a abordagem de natureza indutiva, defendida por exemplo por Gamson (1992). A mesma sustenta a inexistência de uma estrutura de análise definida *à priori*, alegando que os *frames* deverão surgir no decorrer de todo o estudo. Esta abordagem contraria uma outra, de natureza dedutiva, identificada por de Vreese (2005) e defendida por exemplo por Cappella e Jamieson (1997), que sustenta uma definição concisa, *à priori*, de *frames* para uma análise de conteúdo. A adoção de uma abordagem indutiva, onde a identificação dos *frames* surge durante o processo de investigação, não foi impedimento, como mencionado no subcapítulo 6.1.5., que se procurasse identificar os *frames* prevalecentes nos estudos de cobertura noticiosa de atentados terroristas.

O reconhecimento e formulação dos *frames* adotados no estudo, identificados neste subcapítulo, considerou quatro critérios sugeridos por Cappella e Jamieson (1997), e identificados por de Vreese (2005). Os critérios foram: (1) deter características conceptuais e linguísticas identificáveis; (2) ser reconhecido correntemente na prática jornalística; (3) ser

passível de distinção de forma confiável perante outros *frames*; (4) deter validação representativa pelos pares.

Como já referido, este subcapítulo tem como foco um terceiro nível de análise de conteúdo, identificando e analisando os *frames* prevalentes no *corpus* noticioso considerado. Reiterando o já evidenciado no subcapítulo 6.2., considerámos na análise de *framing*, exclusivamente, o *frame* que se evidencia em cada uma das peças e artigos, do *corpus* noticioso adotado. A cada peça e artigo noticioso, analisado, corresponde um *frame* em evidência.

O subcapítulo 6.3., intitulado de “Análise de Conteúdo Qualitativa – Métricas Comparativas”, procurou responder, através do estudo de dados comparativos dos distintos meios e setores considerados, a uma primeira questão de investigação, referente à análise de conteúdo. As duas questões de investigação que sustentam a análise de conteúdo, no que concerne ao estudo do *framing* no *corpus* noticioso selecionado, são as seguintes:

- (2) Que *frames* noticiosos se evidenciam, pela sua prevalência, nas peças e artigos jornalísticos dos *media* portugueses, que compõem o *corpus* de análise?
- (3) De que forma estes *frames*, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal?

Decorrente da análise e codificação das peças e artigos noticiosos em consideração, distinguimos dezanove *frames* (quadros), que denominámos e que passamos de seguida a caraterizar:

Quadro 6.9: Denominação e caraterização dos *frames* reconhecidos nas peças e artigos jornalísticos analisados

“Guerra ao terror” Este <i>frame</i> noticioso encontra-se relacionado com a “Guerra ao Terror” (<i>War on Terror</i>), que surgiu após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Como “Guerra ao Terror” entendemos a estratégia global de combate ao terrorismo, que compreendeu uma campanha militar contra o Afeganistão e Iraque, desencadeada pelos EUA e os seus aliados. No que concerne ao <i>corpus</i> noticioso em análise, compreende a mesma associação de estratégia de combate ao terrorismo, em resposta aos atentados de Paris, de 13 de novembro de 2015 e de Bruxelas, de 22 de março de 2016. Nomeadamente, associação ou equiparação das estratégias de combate ao terrorismo, desenvolvidas contra a <i>Al Qaeda</i>, logo após 2001 e contra o <i>ISIS</i>, após o seu surgimento (2014) e desencadeamento de atentados.
“Radicais Islâmicos” Associação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de Islamismo, enquanto religião, a terrorismo e de islâmico a terrorista. Generalização, explícita ou implícita, de que todo o Islão é radical e defende a prática do terrorismo. Nomeadamente, com a presença de conteúdos noticiosos que evidenciem esta

conotação, através do uso de expressões como: “radical islâmico”, “terrorismo islâmico” ou “fundamentalismo islâmico”.
“Nós e os outros” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de conteúdos jornalísticos valorizadores de uma proximidade cultural, religiosa e geográfica dos países ocidentais aos países vitimados pelos atentados terroristas de Paris e Bruxelas. Enfatização do distanciamento civilizacional entre o Ocidente e o Oriente, recorrendo frequentemente a uma associação de um “Eixo do bem” ao Ocidente, em oposição a um “Eixo do mal” ao Oriente. Sustentação na teoria <i>Clash of Civilizations</i>, de Samuel P. Huntington (1996), onde se defende que no cerne dos conflitos num mundo pós-Guerra Fria, estará a identidade cultural e religiosa dos indivíduos.
“Imigrantes ou refugiados terroristas” Associação no <i>corpus</i> de análise noticioso, dos imigrantes ou refugiados provenientes de nações árabes, a terroristas do <i>ISIS</i> e aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas.
“Combatentes estrangeiros” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, a cidadãos de origem ocidental ou com ligações culturais estreitas com estes, nomeadamente europeus, norte americanos e australianos, que incorporam as fileiras de combatentes do <i>ISIS</i> (<i>foreign fighters</i>). Presença da identificação dos países de origem dos combatentes.
“Terroristas portugueses” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, a cidadãos de origem portuguesa ou com ascendência portuguesa, que incorporam as fileiras de combatentes do <i>ISIS</i>.
“Portugal inseguro” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, a uma insegurança latente e a um risco de atentados terroristas em Portugal.
“Luta contra o terrorismo” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de medidas de segurança e contraterrorismo adotadas e a adotar por Portugal, pelos países da União Europeia e restantes aliados. Identificação de normas de segurança e contraterrorismo da União Europeia.
“Atentados em Portugal no passado” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, a atentados terroristas e a tentativas de atentados terroristas em Portugal, no passado.
“Islão” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, dos comentários e da posição da comunidade islâmica em Portugal, perante os atentados terroristas em análise. Identifica de igual modo, de que forma a comunidade portuguesa, dos mais distintos quadrantes, nomeadamente, político, religioso, académico e comunicação social, se desvincula de uma rotulagem que associa Islão a terrorismo.
“Alteração de hábitos e comportamentos”

Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, a alterações evidentes de hábitos e comportamentos dos portugueses, resultantes dos atentados de Paris e Bruxelas.
“Ataque nuclear e biológico” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso, ao perigo de eventual ataque terrorista nuclear ou biológico na Europa ou no mundo.
“Explosões e sangue” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de conteúdos descritivos, visuais e sonoros, referentes aos atentados terroristas, evidenciando imagens e sons associados a violência, como cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões. De igual modo, exibição de conteúdos textuais descritivos, pormenorizando a ação violenta, associada aos atos terroristas.
“Ameaças de atentados a Portugal e Europa” Referência no <i>corpus</i> de análise noticioso a ameaças, realizadas pelo <i>ISIS</i> ou por outras organizações terroristas, de ataques terroristas a realizar em Portugal e na Europa.
“Islamofobia” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de referências islamofóbicas, aversão ao Islão ou ao que é islâmico, em virtude dos atentados terroristas de Paris e Bruxelas.
“Vítimas e heróis compatriotas” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de testemunhos de portugueses ou descendentes de portugueses, turistas ou residentes, que vivenciaram os atentados nas cidades implicadas nos atentados terroristas.
“Medo” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de referências ao medo, enquanto emoção prevaemente nas populações, resultante dos atentados terroristas. Este reconhecimento que surge nos <i>media</i>, tem origem em interlocutores de distintos quadrantes, nomeadamente: político, religioso, académico, comunicação social e comunidade em geral.
“Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de referências às vítimas mortais e feridos, resultantes dos atentados terroristas. Estas referências surgem, nomeadamente, através da identificação do número de mortos e feridos, de fotografias das vítimas e de descrição das mesmas. De igual modo, são considerados os testemunhos dos próprios feridos ou dos familiares e conhecidos das vítimas mortais.
“Executantes dos atentados” Identificação no <i>corpus</i> de análise noticioso, de referências aos executantes dos atentados terroristas. Estas referências surgem, nomeadamente, através de fotografias dos terroristas, descrições físicas e comportamentais, reconhecimento das suas origens familiares e de convivência, educação, registo criminal, conotações a práticas terroristas, entre outras.

Fonte: Formulação própria

No subcapítulo 6.4.2.3. e nos Anexos BP ao BX, encontram-se exemplificados alguns dos conteúdos noticiosos considerados, referentes aos *frames* identificados.

6.4.2. Identificação dos *frames* prevalentes reconhecidos na análise de conteúdo

A análise de conteúdo efetuada ao *corpus* noticioso escolhido, identificou um conjunto de *frames* (quadros) noticiosos que surgiram nos conteúdos analisados. Os quadros 6.10 e 6.11 reconhecem os *frames* identificados nos quatro setores considerados em análise.

Reiterando o explanado no subcapítulo 6.2., esclarecemos que a cada peça e artigo noticioso analisado, correspondeu um único identificado *frame* em evidência.

6.4.2.1. *Frames* prevalentes identificados por setor jornalístico

Quadro 6.10: *Frames* identificados por setor, referentes à cobertura dos atentados de Paris

<i>Frames</i>	TV (N)	Imprensa (N)	Rádio (N)	Digital (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	9	0	0	9
Radicais Islâmicos	8	6	0	0	14
Nós e os outros	3	10	2	0	15
Imigrantes ou refugiados terroristas	5	20	4	0	29
Combatentes estrangeiros	1	7	0	0	6
Terroristas portugueses	20	18	4	0	42
Portugal inseguro	15	16	9	0	40
Luta contra o terrorismo	153	87	46	13	299
Atentados em Portugal no passado ⁹⁶	0	0	0	0	0
Islão	15	13	1	1	30
Alteração de hábitos e comportamentos ⁹⁷	0	0	0	0	0
Ataque nuclear e biológico	5	3	0	1	9
Explosões e sangue	28	10	0	0	38

⁹⁶ O *frame* identificado não se evidenciou em nenhuma peça e artigo analisado. A inclusão do mesmo no estudo, é explicada no seguimento desta análise.

⁹⁷ O *frame* identificado não se evidenciou em nenhuma peça e artigo analisado. A inclusão do mesmo no estudo, é explicada no seguimento desta análise.

Ameaças de atentados a Portugal e Europa	27	20	10	2	59
Islamofobia	6	16	1	0	23
Vítimas e heróis compatriotas	47	24	14	1	86
Medo	51	26	8	0	85
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	75	14	17	5	111
Executantes dos atentados	24	21	5	4	54

Fonte: Formulação própria

Quadro 6.11: Frames identificados por setor, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas

Frames	TV (N)	Imprensa (N)	Rádio (N)	Digital (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	7	0	1	8
Radicais Islâmicos	2	10	0	1	13
Nós e os outros	0	7	0	0	7
Imigrantes ou refugiados terroristas	3	8	3	1	15
Combatentes estrangeiros	0	4	0	1	5
Terroristas portugueses	4	1	0	0	5
Portugal inseguro	20	10	4	0	34
Luta contra o terrorismo	58	41	33	26	158
Atentados em Portugal no passado	0	1	0	0	1
Islão	7	7	3	1	18
Alteração de hábitos e comportamentos	4	2	3	0	9
Ataque nuclear e biológico	3	2	0	1	6
Explosões e sangue	15	4	0	4	23
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	13	8	9	2	32
Islamofobia	10	14	4	1	29
Vítimas e heróis compatriotas	20	21	4	11	56
Medo	6	14	7	2	29

Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	49	15	6	19	89
Executantes dos atentados	29	19	9	13	61

Fonte: Formulação própria

Perante o identificado anteriormente (Quadros 6.10 e 6.11), podemos constatar que do conjunto de dezanove *frames* ou quadros considerados na investigação, se evidenciam, pelo seu predomínio, dez *frames* (identificados a negrito).

Incidindo, primeiramente, na análise dos *frames* prevalecentes por setor jornalístico (TV, Imprensa, Rádio e Diário digital), e concernente à análise dos atentados de Paris e Bruxelas, adiantamos que o *frame* “Luta contra o terrorismo”, seguido do *frame* “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” são os dominantes na análise de conteúdo realizada. Para além dos referidos dois *frames*, outros oito se destacaram: “Vítimas e heróis compatriotas”; “Executantes dos atentados”; “Medo”; “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro” “Explosões e sangue”, “Islamofobia” e “Islão”.

A quadro 6.12 exhibe uma listagem dos referidos 10 *frames* prevalentes, ordenando-os do mais adotado ao menos adotado, pelos meios analisados.

Quadro 6.12: Valores absolutos referentes à adoção dos 10 *frames* prevalentes

<i>Frames</i>	Atentados Paris (N)	Atentados Bruxelas (N)	Total (N)
Luta contra o terrorismo	299	158	457
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	111	89	200
Vítimas e heróis compatriotas	86	56	142
Executantes dos atentados	54	61	115
Medo	85	29	114
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	59	32	91
Portugal inseguro	40	34	74
Explosões e sangue	38	23	61
Islamofobia	23	29	52
Islão	30	18	48

Fonte: Formulação própria

Analisaremos mais à frente, no subcapítulo 6.4.2.3., as particularidades de cada um dos dez *frames* prevalecentes recorrendo, nomeadamente, a exemplos concretos de peças ou artigos noticiosos estudados.

Os dez *frames* noticiosos prevalecentes, referenciados no quadro 6.12, foram reconhecidos considerando os valores absolutos de adoção dos referidos *frames*. O *frame*

“Luta contra o terrorismo”, evidencia-se como o mais adotado, nos conteúdos noticiosos analisados, destacando-se como *frame* prevalente em 457 peças e artigos noticiosos considerados.

Após o reconhecimento dos dez *frames* prevalentes nas peças e artigos noticiosos analisados, apurámos o posicionamento dos *frames*, mediante a frequência de adoção dos mesmos, considerando os atentados de Paris e Bruxelas. O quadro 6.13, é esclarecedor ao distinguir e ordenar as prioridades de enquadramento noticioso (*framing*), adotadas na cobertura dos atentados de Paris e de Bruxelas.

Quadro 6.13: Posicionamento dos *frames* por atentados terroristas (Top 10)

Ranking	Frames noticiosos atentados Paris	Frames noticiosos atentados Bruxelas
1º	Luta contra o terrorismo	Luta contra o terrorismo
2º	Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados
3º	Vítimas e heróis compatriotas	Executantes dos atentados
4º	Medo	Vítimas e heróis compatriotas
5º	Ameaças de atentados a Portugal e Europa	Portugal inseguro
6º	Executantes dos atentados	Ameaças de atentados a Portugal e Europa
7º	Terroristas portugueses	Islamofobia / Medo
8º	Portugal inseguro	Explosões e sangue
9º	Explosões e sangue	Islão
10º	Islão	Imigrantes ou refugiados terroristas

Fonte: Formulação própria

O quadro anterior enumera, por ordem decrescente, os *frames* adotados que se evidenciaram na cobertura noticiosa, pelos quatro setores considerados, dos atentados de Paris e de Bruxelas.

Quanto à frequência de adoção, os dois *frames* que assumem, simultaneamente, as posições cimeiras nas peças e artigos noticiosos analisados dos atentados de Paris e Bruxelas, são: “Luta contra o terrorismo” e “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”. Ainda em evidência, e na terceira posição dos *frames* em destaque nos quatro setores, surge na cobertura dos atentados de Paris o *frame* “Vítimas e heróis compatriotas”. Na mesma terceira posição, mas referente aos atentados de Bruxelas, surge o *frame* “Executantes dos atentados”. O *frame* “Medo” surge em quarta posição, referente à cobertura dos atentados de Paris. Na mesma posição, concernente à cobertura dos atentados de Bruxelas surge o *frame* “Vítimas e heróis compatriotas”. Na quinta posição dos *frames* dominantes, nos quatro setores analisados, surge na cobertura dos atentados de Paris, o *frame* “Ameaças de atentados em Portugal e Europa” e “Portugal inseguro”, na cobertura dos atentados de Bruxelas. Na sexta

posição do *ranking*, dos *frames* noticiosos que se evidenciaram na cobertura dos atentados de Paris, surge “Executantes dos atentados”. Por sua vez, na mesma posição, mas referente aos atentados de Bruxelas, destaca-se o *frame* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”. Em sétima posição, concernente aos atentados de Paris, surge o *frame* “Terroristas portugueses”. Simultaneamente, na sétima posição, referente à cobertura dos atentados de Bruxelas, surgem dois *frames*: “Islamofobia” e o “Medo”. O *frame* “Portugal inseguro” assume a oitava posição do *ranking*, referente à cobertura dos atentados de Paris. O *frame* “Explosões e sangue”, assume a mesma posição, relativamente aos atentados de Bruxelas. Em nona posição, volta a surgir o *frame* “Explosões e sangue”, concernente aos atentados de Paris. De igual modo em nona posição, mas referente aos atentados de Bruxelas, surge o *frame* “Islão”. Nas derradeiras posições identificamos, na cobertura dos atentados de Paris, o já referenciado *frame* “Islão”, e na cobertura dos atentados de Bruxelas, o ainda não mencionado nesta listagem, *frame* “Imigrantes ou refugiados terroristas”.

Em oposição aos *frames* referidos, que se evidenciam pela frequência de adoção, nas peças e artigos analisados, surgem outros *frames* adotados, que possuem uma expressividade nula ou residual. Nomeadamente, os *frames* “Atentados em Portugal no passado” e “Alteração de hábitos e comportamentos”, concernentes à cobertura noticiosa dos atentados de Paris (quadro 6.10). A anteriormente referenciada metodologia, de definição de *frames* noticiosos a analisar, distinguiu a adoção de uma abordagem indutiva, onde a identificação dos *frames* surge no decorrer do processo de investigação. Contudo, como mencionado no subcapítulo 6.1.5., procurou-se, de igual modo e *à priori*, identificar *frames* que surgiram como prevaletentes em distintos estudos de cobertura noticiosa de atentados terroristas, que pudessem ter expressividade na cobertura noticiosa em estudo. É neste sentido, que surge em análise, o pouco expressivo *frame* “Atentados em Portugal no passado”, que somente se evidenciou num artigo noticioso de imprensa, do *corpus* considerado. Os apurados atentados, ocorridos no seguimento da revolução de 25 de abril de 1974, que se encontram referenciados em inúmeras obras, nomeadamente *Terrorismo em Portugal – A guerra esquecida* (Camacho, 2011), justificaram a inclusão em análise deste *frame*, no sentido de aferir se existia, por parte dos *media*, interesse em abordar experiências passadas de terrorismo, em território nacional.

6.4.2.2. Frames prevaletentes identificados por meio jornalístico

6.4.2.2.1. Frames prevaletentes identificados nos noticiários televisivos

Nos quadros, nos Anexos BG e BH, encontram-se expostos os *frames* dominantes nos noticiários televisivos, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas.

No que concerne aos noticiários que reportaram os atentados de Paris, identificámos o *frame* “Luta contra o terrorismo” como o prevalecente nos três canais televisivos analisados. Os *frames* que se evidenciam de seguida, nos três noticiários, são: na SIC o “Medo”, na RTP 1 e TVI o *frame* “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”.

Em relação à cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, destacamos que o *frame* “Luta contra o terrorismo” é prevalecente nos noticiários da SIC e da RTP 1. Por sua vez, na TVI, o *frame* dominante é “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”. Os *frames* que se destacam de seguida, nos três noticiários, são: na SIC - “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”, na RTP 1, equiparados, os *frames* “Portugal inseguro” e “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” e na TVI, igualmente equiparados, os *frames* “Executantes dos atentados” e “Vítimas e heróis compatriotas”.

6.4.2.2.2. Frames prevalecentes identificados nos jornais diários

Os quadros, nos Anexos BI e BJ, evidenciam os *frames* dominantes nos artigos noticiosos dos jornais diários considerados, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas.

Em relação aos artigos noticiosos que reportaram os atentados de Paris, identificámos o *frame* “Luta contra o terrorismo” como o prevalecente nos cinco jornais analisados. Os *frames* que se evidenciam de seguida, nos artigos analisados, são: no *Público* e no *Diário de Notícias*, o “Medo”; no *Jornal de Notícias*, “Vítimas e heróis compatriotas”; no jornal *i*, equiparados, “Imigrantes ou refugiados terroristas” e “Executantes dos atentados”; por fim, no *Correio da Manhã*, de igual modo equiparados, os *frames* “Terroristas portugueses”, “Ameaças de atentado a Portugal e Europa” e “Vítimas e heróis compatriotas”.

No que concerne à cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, salientamos que o *frame* “Luta contra o terrorismo” é de igual modo dominante nos cinco jornais analisados. Nos artigos do *Jornal de Notícias*, a predominância está equiparada entre o referido *frame* e “Executantes dos atentados”. Os *frames* que se destacam de seguida, nos artigos analisados, são: no *Público*, “Executantes dos atentados”; no *Diário de Notícias*, “Radicais islâmicos”; no *Jornal de Notícias*, *i* e *Correio da Manhã* “Vítimas e heróis compatriotas”.

6.4.2.2.3. Frames prevalecentes identificados nos noticiários radiofónicos

Nos quadros, nos Anexos BL e BM, encontram-se identificados os *frames* dominantes nos noticiários radiofónicos, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas.

No que concerne aos noticiários que reportaram os atentados de Paris, reconhecemos o *frame* “Luta contra o terrorismo” como o prevalecente nos noticiários das três estações radiofónicas analisadas. Os *frames* que se evidenciam de seguida, nos três noticiários, são:

na *Antena 1* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, na *Rádio Renascença*, “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” e na *TSF*, “Vítimas e heróis compatriotas”.

Em relação à cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas destacamos a prevalência, de igual modo nas três estações analisadas, do *frame* “Luta contra o terrorismo”. Os *frames* que se destacam de seguida, nos três noticiários, são: na *Antena 1*, “Executantes dos atentados”, na *Rádio Renascença*, “Vítimas e heróis compatriotas”; e por último, na *TSF*, o *frame* “Medo”.

6.4.2.2.4. Frames prevalentes identificados nos diários digitais

Os quadros, nos Anexos BN e BO, evidenciam os *frames* dominantes nos artigos noticiosos dos diários digitais considerados, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas.

Em relação aos artigos noticiosos que reportaram os atentados de Paris, identificámos, uma vez mais, o *frame* “Luta contra o terrorismo” como o prevalente nos cinco diários digitais investigados. O *frame* que se evidencia de seguida, na totalidade dos diários digitais é “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”.

No que concerne à cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas, salientamos que o *frame* “Luta contra o terrorismo” é de igual modo dominante em quatro dos cinco diários digitais analisados. Somente na *SIC Notícias Online*, e por uma margem ínfima, o *frame* predominante é “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”. Nos artigos do *Expresso Online*, a predominância está equiparada entre os *frames* “Luta contra o terrorismo” e “Executantes dos atentados”. Os *frames* que se destacam de seguida, nos artigos analisados, são: no *Expresso Online*, “Executantes dos atentados”; no *Público Online*, em equiparação, os *frames* “Imigrantes ou refugiados terroristas”, “Combatentes estrangeiros”, “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Islamofobia”, “Medo” e “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”; na *SIC Notícias Online*, em equiparação, os *frames* “Luta contra o terrorismo” e “Executantes dos atentados”; no *Sol Online*, “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”; na *TVI 24 Online*, “Vítimas e heróis compatriotas”.

6.4.2.3. Exemplos dos frames prevalentes nas peças e artigos noticiosos analisados

Recorrendo ao material jornalístico examinado na análise de conteúdo, seleccionámos e analisámos alguns exemplos de peças e artigos noticiosos estudados, que sustentam e estão conotados a cada um dos dez *frames* prevalentes identificados.

Neste subcapítulo destacamos, ilustrando, uma seleção de peças e artigos jornalísticos analisados, referentes aos dez *frames* prevalentes.

Quadro 6.14: Exemplos analisados dos 10 frames prevaletentes identificados

<i>Frames</i>	<i>Meio</i>	<i>Dia de transmissão/publicação</i>
Luta contra o terrorismo	RTP 1	16-11-2015
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	SIC	15-11-2015
Vítimas e heróis compatriotas	DN	15-11-2015
Executantes dos atentados	JN	24-03-2016
Medo	JN	15-11-2015
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	SIC	01-04-2016
Portugal inseguro	TVI	23-03-2016
Explosões e sangue	CM	16-11-2015
Islamofobia	DN	17-11-2015
Islão	DN	16-11-2015

Fonte: Formulação própria

“Luta contra o terrorismo”

Considerámos, enquanto exemplo do identificado *frame*, uma peça noticiosa televisiva do *Telejornal* da *RTP 1*, de dia 16 de novembro de 2015.

A referida peça televisiva, com a duração de 2 minutos e 35 segundos, começa por mencionar a Cimeira do G20 que decorrerá na Turquia, com o propósito de consolidar uma coligação internacional de combate ao *ISIS*. No seguimento da peça noticiosa surge o presidente francês, François Hollande, a discursar perante a assembleia parlamentar francesa. Após o hino de França ser entoado, o presidente francês declara que: “a França está em guerra” e que “os terroristas não irão destruir a República, porque será a República que os destruirá”. O seguinte oráculo surge em rodapé, a acompanhar as imagens reportadas: “Resposta ao terror”.

A peça noticiosa prossegue, referenciando os bombardeamentos da força aérea francesa à cidade de Raqqa, na Síria e à deslocação do porta-aviões Charles de Gaulle para a zona oriental do Mar Mediterrâneo.

A finalizar a peça noticiosa é retomado o tema da Cimeira do G20, onde o presidente norte americano, Barack Obama e o presidente russo, Vladimir Putin, declaram apoio à coligação de combate ao *ISIS*.

O estilo discursivo interpretativo predominou na peça jornalística em análise.

Para reconhecimento do *frame* designado como “Luta contra o terrorismo”, evidenciamos no quadro 6.15, distintos conteúdos noticiosos, que abordam medidas de segurança e de contraterrorismo adotadas pelos países da União Europeia e restantes aliados.

Quadro 6.15: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Luta contra o terrorismo”

Cimeira G20 em Antália, na Turquia, ocorrida a 15 e 16 de novembro de 2015. O tema prevalecente na cimeira foi o combate ao terrorismo (<i>in</i> Telejornal, 16-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Operações policiais em vários países da Europa (<i>in</i> Telejornal, 16-11-2015).
Cooperação estratégica e militar entre a França, EUA, Reino Unido e Rússia, no combate ao <i>ISIS</i> (<i>in</i> Jornal da Noite, 17-11-2015).
Operação policial em Saint-Denis, subúrbio de Paris, originando a morte de membros de uma célula terrorista envolvida nos atentados de Paris (<i>in</i> Jornal da Noite, 18-11-2015).
Bombardeamentos da força aérea francesa na Síria (<i>in</i> Jornal das 8, 19-11-2015).
Reunião de emergência em Bruxelas, Bélgica, a 24 de março de 2016, com a presença dos ministros da justiça e dos assuntos internos dos países membros da UE, com enfoque na adoção de medidas comunitárias de combate ao terrorismo (<i>in</i> Jornal da Noite, 24-03-2016).

Fonte: Formulação própria

“Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”

Enquanto exemplo do referido *frame*, evidenciamos uma peça noticiosa televisiva do *Jornal da Noite* da SIC, de dia 15 de novembro de 2015.

A referida peça televisiva, com 6 minutos e 20 segundos de duração, é apresentada pelo jornalista pivô, como “um filme do massacre dos atentados de Paris”.

A peça começa por enumerar as nacionalidades das vítimas mortais dos atentados, exibindo fotografias dos seus perfis nas redes sociais. Por esta altura principia uma composição sonora não diegética, com música de piano em fundo, que acompanhará toda a notícia, com o propósito de trazer maior profundidade e emoção à mesma.

A peça noticiosa prossegue, exibindo vítimas dos atentados estendidas na rua, junto ao *Le Bataclan*, a serem socorridas. Ouve-se os presentes no local aos gritos, solicitando auxílio médico. Aquando da análise ao *frame* “Explosões e sangue”, voltaremos a considerar a vítima, nomeadamente através de conteúdos descritivos que exploram a ação violenta, seja ela por meio visual, textual ou sonoro.

No seguimento da mesma notícia, surgem os relatos dos atentados de Paris, por parte das vítimas sobreviventes.

A finalizar a peça noticiosa assomam as homenagens às vítimas, efetivadas em Paris, junto aos locais dos atentados terroristas, e realizadas em várias capitais mundiais, que exibem a bandeira tricolor francesa em edifícios e monumentos.

De salientar que em todos os noticiários analisados, dos três meios televisivos considerados, é efetuada diariamente uma contabilização das vítimas mortais e dos feridos dos atentados terroristas.

O estilo discursivo interpretativo predominou na peça jornalística em análise.

Para reconhecimento do *frame* denominado como “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”, exemplificamos no quadro 6.16, distintos conteúdos noticiosos que referenciam as vítimas dos atentados terroristas considerados.

Quadro 6.16: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”

Identificação e descrição das vítimas mortais dos atentados de Paris (<i>in</i> Jornal da Noite, 15-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Relatos de sobreviventes dos atentados de Paris (<i>in</i> Jornal das 8, 17-11-2015).
Atualização diária do número de mortos e feridos dos atentados de Bruxelas (<i>in</i> Jornal da Noite, 22-03-2016).

Fonte: Formulação própria

“Vítimas e heróis compatriotas”

Tomámos um artigo jornalístico do *Diário de Notícias*, de dia 15 de novembro de 2015, como exemplo do *frame* a analisar. O título do referido, é: “Uma luso-francesa e um alentejano entre os mortos de Paris”.

O artigo considerado ocupa uma página por inteiro do jornal e tem a encabeçá-lo uma ilustração, que remete para o tema dos atentados, com um personagem vestido com um traje tradicional francês, a chorar.

O artigo começa por referenciar que existem duas vítimas mortais de origem portuguesa, realizando uma descrição de ambas, com maior ênfase para o motorista de táxi que foi morto junto ao estádio nacional francês, enquanto transportava adeptos para o jogo de futebol França-Alemanha. No seguimento da mesma notícia, surgem referências às origens alentejanas da vítima mortal e testemunhos de familiares acerca da mesma.

O artigo finaliza referindo que existem ainda corpos por identificar no *Le Bataclan*, e que poderão existir mais vítimas portuguesas.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

No sentido de reconhecer o *frame* denominado como “Vítimas e heróis compatriotas”, identificámos no quadro 6.17, distintos conteúdos noticiosos, que evidenciaram as vítimas nacionais dos atentados de Paris e Bruxelas, assim como os concidadãos que protagonizaram, no local, ações em prol das vítimas.

Quadro 6.17: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Vítimas e heróis compatriotas”

A porteira portuguesa que acolhe e salva no seu apartamento em Paris, dezenas de feridos do atentado ao <i>Le Bataclan</i> . (<i>in</i> Telejornal, 14-11-2015).
As duas vítimas mortais, de origem portuguesa, dos atentados de Paris (artigo jornalístico intitulado “Uma luso-francesa e um alentejano entre os mortos de Paris”, <i>in</i> Diário de Notícias, 15-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Os feridos, de origem portuguesa, dos atentados de Bruxelas (<i>in</i> Jornal da Noite, 23-03-2016).

Fonte: Formulação própria

“Executantes dos atentados”

Considerámos enquanto exemplo do *frame* a analisar, um artigo noticioso do *Jornal de Notícias*, de dia 24 de março de 2016, intitulado: “Rostos e ligações da célula belga”.

O artigo em estudo ocupa meia página do jornal e procura expor, através de uma infografia esquemática, as relações próximas e familiares entre os terroristas envolvidos nos atentados de Bruxelas. Da mesma forma, evidencia a ligação entre protagonistas das células francesa e belga, envolvidos nos atentados nas duas cidades. A mencionada infografia exhibe o perfil dos executantes dos referidos atentados, com fotografia, nacionalidade, idade e funções desempenhadas nas operações terroristas. O mesmo esquema infográfico esclarece, se os terroristas em evidência estão mortos, foram capturados pelas forças policiais ou estão em fuga.

O estilo discursivo descritivo predominou no artigo jornalístico em análise.

No que concerne à adoção do *frame* denominado de “Executantes dos atentados”, exibimos no quadro 6.18, distintos conteúdos noticiosos que privilegiam a discriminação do perfil dos terroristas envolvidos, com a apresentação de fotografias dos mesmos, descrições físicas e comportamentais, origens familiares e de convivência, educação, registo criminal, entre outros dados.

Quadro 6.18: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Executantes dos atentados”

Descrição dos terroristas envolvidos nos atentados de Paris (<i>in</i> Jornal da Noite, 22-11-2015).
Perfil dos terroristas envolvidos nos atentados de Bruxelas (artigo jornalístico intitulado “Irmãos entre os suicidas. Homem de branco por identificar” <i>in</i> Diário de Notícias, 24-03-2016).
Relação entre as células terroristas francesa e belga (artigo jornalístico intitulado “Rostos e ligações da célula belga”, <i>in</i> Jornal de Notícias, 24-03-2016). (Desenvolvido em cima).

Fonte: Formulação própria

“Medo”

Considerámos, enquanto exemplo do identificado *frame* “Medo”, um artigo da publicação *Jornal de Notícias*, de dia 15 de novembro de 2015, intitulado: “Uma cidade “sem luz” após o estado de sítio”.

O artigo considerado ocupa uma página por inteiro do jornal e tem a encabeçá-lo a imagem de um militar armado, junto à Torre Eiffel. Ao lado da mesma, a fotografia de rosto da lusodescendente que faleceu no *Le Bataclan*.

O artigo começa por referir, pela mão do jornalista, que “a dor, o medo e as preces dos parisienses começam a dar lugar à revolta e ao desejo de vingança”.

No seguimento da mesma notícia surgem os depoimentos de parisienses que sustentam que: “hoje, sim, ainda há medo, mas não vamos deixar os terroristas matar a nossa liberdade”.

O artigo analisado faz ainda menção a dois emigrantes portugueses em Paris que reportaram a experiência vivenciada, após as ocorrências, com polícias e militares armados a ocupar as ruas. Segundo um dos entrevistados: “havia muito medo que houvesse mais terroristas à solta”.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Em relação à adoção do *frame* designado por “Medo”, são compreendidos em análise distintos conteúdos noticiosos, que evidenciam este sentimento como prevalecente, junto às populações, após os atentados de Paris e Bruxelas. A referência à emoção medo, fazendo uso da própria terminologia, para caracterizar o sentimento vigorante, é empregue por jornalistas, políticos, líderes religiosos e população em geral.

A análise de conteúdo realizada, ao *corpus* noticioso considerado, evidenciou que os distintos meios analisados adotam transversalmente a expressão “medo” na cobertura dos atentados em estudo, para caracterizar o sentimento prevalecente. Sendo o *frame* “Medo” central à investigação, apresentamos nos quadros 6.19 e 6.20, uma seleção mais exaustiva, de conteúdos representativos da adoção deste *frame*.

Quadro 6.19: Exemplos de conteúdos referidos nas peças televisivas analisadas, alusivos ao *frame* “Medo”

Jornalista pivô questiona ao enviado especial em Paris: “até que ponto estes atentados foram bem-sucedidos em instituir um clima de medo?”

O enviado especial afirma que: “existe um grande clima de medo em Paris e arredores”. (*in* Telejornal, 17-11-2015).

Jornalista pivô questiona ao enviado especial em Paris: “o sentimento de medo está ultrapassado?”

O enviado especial afirma que: “não, o sentimento de medo não está ultrapassado”. (*in* Jornal das 8, 17-11-2015).

Jornalista pivô refere que: “o medo está instalado por toda a Europa, com dois aviões para Paris com ameaça de bomba e o terminal da cidade de Copenhaga evacuado” (*in* Telejornal, 18-11-2015).

O enviado especial em Paris afirma: “franceses a reagir com muito medo à situação que se vive. Sentimento de medo generalizado” (<i>in</i> Telejornal, 18-11-2015).
Jornalista pivô: “Paris uma semana depois vive com o medo” (<i>in</i> Telejornal, 18-11-2015).
Oráculo: “Presidente francês apela aos franceses que resistam ao medo” (<i>in</i> Jornal da Noite, 19-11-2015).
Jornalista pivô questiona ao enviado especial em Bruxelas: “sentimento de medo em Bruxelas?” O enviado especial afirma que: “há um sentimento de medo, Bruxelas é uma cidade semi-deserta”. (<i>in</i> Jornal das 8, 21-11-2015).
Turistas em Bruxelas referem que têm medo após os atentados em Paris e a declaração de estado de emergência na Bélgica (<i>in</i> Jornal das 8, 21-11-2015)
Jornalista pivô afirma: “Barack Obama pede aos líderes mundiais para não terem medo”. Barack Obama surge nos ecrãs referindo: “a arma mais poderosa de combate ao terrorismo é não ter medo”. (<i>in</i> Telejornal, 22-11-2015).
Peça jornalística referente aos atentados de Bruxelas, finaliza com a seguinte declaração do repórter: “Até quando vai durar este medo? Ninguém sabe”. (<i>in</i> Jornal da Noite, 22-03-2016).
Comissário Europeu Carlos Moedas, em conversa com a enviada especial em Bruxelas, afirma: “temos que evitar que o medo nos manipule”. (<i>in</i> Jornal da Noite, 22-03-2016).
Marcelo Rebelo de Sousa em declaração comunica, que as comemorações do 10 de junho serão realizadas com a sua presença em Paris, afirmando: “que é um sinal que não vacilamos, não temos medo” (<i>in</i> Telejornal, 23-03-2016).

Fonte: Formulação própria

De igual modo, o enquadramento jornalístico focado no Medo é verificável nos distintos meios de imprensa diária analisados, como se pode verificar nos exemplos seguintes:

Quadro 6.20: Exemplos de conteúdos referidos nos artigos de imprensa analisados, alusivos ao *frame* “Medo”

Jornalista refere em artigo: “o medo é a razão para a cidade estar meio vazia”. (artigo jornalístico intitulado “Uma cidade “sem luz” após o estado de sítio”, <i>in</i> Jornal de Notícias, 15-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Um português emigrado em França refere: “não se pode ter medo. Foi uma situação pontual, mas temos de ter a consciência que pode haver mais ataques”. (artigo jornalístico intitulado “Não se pode ter medo, eles andam entre nós”, <i>in</i> Jornal de Notícias, 16-11-2015).
Uma parisiense expõe a seguinte mensagem num cartaz: “Nasci e vivo neste belo e grande país. Sou um filho da república francesa e tenho medo”. (artigo jornalístico intitulado “Parisienses desafiam o medo, e regressam às esplanadas”, <i>in</i> Público, 16-11-2015).
Uma parisiense declara: “Não temos medo, mas se calhar devíamos ter. Somos todos alvos”. (artigo jornalístico intitulado “Não temos medo, mas se calhar devíamos ter”, <i>in</i> Diário de Notícias, 16-11-2015).
O filósofo Viriato Soromenho-Marques refere em artigo de opinião: “o ataque terrorista a Bruxelas não pretende apenas matar e ferir vítimas inocentes. Pretende colocar o medo no lugar da razão, na

resposta europeia que se vai seguir”. (artigo jornalístico intitulado “Responder com cabeça fria”, <i>in</i> Diário de Notícias, 23-03-2016).
Jornalista refere em artigo “É ridículo dizer “não tenho medo”, eu tenho medo”. (Editorial de Ana Sá Lopes”, <i>in</i> i, 23-03-2016).
Jornalista refere em artigo: “Bruxelas aprendeu a conviver com o medo do terrorismo”. (artigo jornalístico intitulado “Jihadista continuaram em Bruxelas a matança começada em Paris”, <i>in</i> Público, 24-03-2016).
Uma passageira portuguesa, de um voo de Bruxelas para Lisboa, relata o pânico vivenciado a bordo do avião, aquando do conhecimento dos passageiros do atentado de Bruxelas. (artigo jornalístico intitulado “Instalou-se o pânico dentro do avião que ia para Lisboa”, <i>in</i> Jornal de Notícias, 24-03-2016).

Fonte: Formulação própria

“Ameaças de atentados a Portugal e Europa”

Enquanto exemplo do *frame* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, analisámos uma peça noticiosa televisiva do *Jornal da Noite* da SIC, de dia 1 de abril de 2016.

A referida peça televisiva, com 3 minutos e 5 segundos de duração, é encetada com o seguinte oráculo em rodapé: “Daesh ameaça Portugal”, e com a declaração do jornalista pivô, reportando que a vigilância nos aeroportos nacionais foi reforçada, contudo, o nível de alerta de atentado mantém-se inalterado.

A peça noticiosa prossegue, evidenciando que Portugal é alvo de ameaça pelo *ISIS*, pela segunda vez em dois meses, sendo referenciado como um inimigo dos grupos radicais islâmicos.

No seguimento da mesma notícia surgem os depoimentos da Ministra da Justiça e da Ministra da Administração Interna. A primeira, sublinha que “as autoridades estão a averiguar o risco real da ameaça”. Afirma ainda que Portugal está perante um risco idêntico a qualquer outro país, contudo adverte que o mundo mudou e que é importante estar alerta. Por sua vez, a Ministra da Administração Interna argumenta: “a ameaça tem que ser levada a sério, é necessário adotar uma estratégia de longo prazo, que aposte na prevenção”.

Por último, a peça analisada faz menção ao Relatório Anual de Segurança Interna (2015), referenciando a evolução da ameaça terrorista, com a atração de extremistas portugueses para as fileiras do *ISIS*.

O estilo discursivo interpretativo predominou na peça jornalística em análise.

No quadro 6.21 são identificados distintos conteúdos noticiosos adotados, reconhecidos no *corpus* considerado, com ênfase na divulgação de ameaças, realizadas pelo *ISIS* ou outros grupos terroristas, de ataques terroristas a Portugal e à Europa.

Quadro 6.21: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”

<i>ISIS</i> reivindica atentados de Paris e ameaça Europa com mais atentados (<i>in</i> Jornal das 8, 14-11-2015).
Ameaça do <i>ISIS</i> a Itália e Península Ibérica (<i>in</i> Telejornal, 19-11-2015).
Vídeo do <i>ISIS</i> ameaça Paris com novos atentados terroristas (<i>in</i> Jornal das 8, 21-11-2015).
Portugal e Hungria referenciados em vídeo do <i>ISIS</i> para novos atentados (<i>in</i> Telejornal, 31-03-2016).
Ameaça do <i>ISIS</i> a Portugal (<i>in</i> Jornal da Noite, 01-04-2016). (Desenvolvido em cima).

Fonte: Formulação própria

“Portugal inseguro”

Tomámos uma peça noticiosa televisiva do *Jornal das 8* da TVI, de dia 23 de março de 2016, como exemplo a analisar do *frame* “Portugal inseguro”.

A referida peça televisiva, com 3 minutos e 54 segundos de duração, inicia o noticiário da noite. O jornalista pivô apresenta a mesma como “um alerta em curso em Lisboa”. O mesmo jornalista referencia que está cortado o acesso ao trânsito na Avenida da República, em Lisboa, assim como estão encerradas as estações de metropolitano e de comboio de Entrecampos. Surge em rodapé o oráculo: “Alerta em Lisboa”, que ficará presente durante toda a peça noticiosa.

A peça prossegue em direto para a repórter no local da ocorrência, que durante aproximadamente 3 minutos realiza uma descrição da situação, reportando a existência de uma embalagem suspeita na via e a presença de um forte aparato policial, a controlar os acessos de trânsito e a circulação da população. A repórter evidencia as operações das equipas cinotécnicas da PSP no local.

O direto termina, mas volta a ser reatado na segunda parte do noticiário, onde durante aproximadamente 2 minutos se volta a visualizar o mesmo oráculo – “Alerta em Lisboa” e a presença de agentes da PSP no local.

No dia seguinte (24 de março de 2016), o jornalista pivô reporta no final do noticiário *Jornal das 8*, que após a detonação controlada da embalagem, se verificou que o seu conteúdo não representava qualquer perigo.

O estilo discursivo interpretativo predominou na peça jornalística em análise.

O *frame* designado como “Portugal inseguro”, está intimamente relacionado ao *frame* referido anteriormente, “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”. Conforme apurado, frequentemente a perceção de insegurança, provém da comunicação de uma ameaça verificada.

Os conteúdos noticiosos identificados no quadro 6.22, evidenciam uma insegurança vigente e um risco de atentado terrorista em Portugal.

Quadro 6.22: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Portugal inseguro”

Testemunhos de portugueses, em reportagem, revelam que alguns consideram que Portugal não é hoje um país seguro devido à abertura de fronteiras (<i>in</i> Jornal Noite, 14-11-2015).
Peça jornalística refere que Portugal reforça segurança. Diretor Nacional do SEF evidencia que pode haver risco de atentado em Portugal (<i>in</i> Telejornal, 19-11-2015).
Peça jornalística refere que foi divulgado um alerta referenciando que duas viaturas com terroristas estariam, possivelmente, a caminho da Península Ibérica. Refere ainda, que não se verificaram alterações significativas no controlo de fronteiras, como estipulado pela Ministra da Administração Interna (<i>in</i> Jornal Noite, 22-11-2015).
<i>Check-in</i> do aeroporto de Lisboa evacuado, devido à presença de bagagem suspeita (<i>in</i> Jornal das 8, 22-03-2016).
“Alerta em Lisboa” – Trânsito cortado na Avenida da República, estações de metropolitano e comboio encerradas, devido à presença de embalagem suspeita na via pública (<i>in</i> Jornal das 8, 23-03-2016). (Desenvolvido em cima).
Oráculo em rodapé: “Terminal de chegadas do aeroporto de Lisboa evacuado, mala abandonada obriga polícia a reagir com precaução” (<i>in</i> Telejornal, 01-04-2016).

Fonte: Formulação própria

“Explosões e sangue”

Considerámos, enquanto exemplo do *frame* “Explosões e sangue”, um artigo noticioso do *Correio da Manhã*, de dia 16 de novembro de 2015, intitulado: “Fingi estar morta mais de uma hora”. A referida notícia ocupa uma página do jornal e assume como enquadramento predominante, a descrição e a exposição de conteúdos descritivos, textuais e visuais, do atentado ao *Le Bataclan*.

Em evidência na notícia surge uma imagem do interior da sala de espetáculos, *Le Bataclan*, expondo os corpos amontoados das vítimas do atentado. A fotografia exposta, que ocupa aproximadamente metade da notícia, revela com pormenor corpos mutilados e sangue no solo (Anexo CC).

No que concerne aos conteúdos textuais, são de igual modo perturbantes, evidenciando testemunhos pormenorizados das vítimas sobreviventes do atentado. A título exemplificativo, algumas das citações presentes: “dezenas de pessoas foram mortas à minha frente, piscinas de sangue encheram o chão” ou “pessoas em cadeiras de rodas, junto ao palco, foram as primeiras a ser abatidas” ou ainda “nunca tinha visto um morto e tive de me deitar no meio de vários mortos”.

O estilo discursivo opinativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Relativamente ao *frame* designado como “Explosões e sangue”, são consideradas diversas abordagens ao tema, verificadas nas notícias analisadas, nomeadamente,

conteúdos descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, pormenorizando a ação violenta. Os conteúdos noticiosos, exibidos no quadro 6.23, exemplificam a adoção, por parte de alguns dos meios analisados, do *frame* “Explosões e sangue”.

Quadro 6.23: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Explosões e sangue”

Peça noticiosa com 12 minutos de duração, referente ao atentado ao <i>Le Bataclan</i> , de onde constam relatos pormenorizados e perturbadores das vítimas. A estação televisiva não realiza qualquer aviso prévio, referente à brutalidade das imagens, nem procede à ocultação das identidades das vítimas. Composição sonora não diegética, com música instrumental de fundo, a acompanhar a totalidade da peça (<i>in</i> TVI, 15-11-2015).
Artigo faz referência a descrições textuais e a conteúdos visuais perturbantes, referentes ao atentado ao <i>Le Bataclan</i> (artigo jornalístico intitulado “Fingi estar morta mais de uma hora”, <i>in</i> Correio da Manhã, 16-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Peça jornalística divulga captação de imagens CCTV, do atentado a um restaurante em Paris. Embora as imagens divulgadas não tenham som associado, as imagens das vítimas em fuga e dos disparos são perturbadoras. A estação televisiva não realiza qualquer aviso prévio, referente à brutalidade das imagens, nem procede à ocultação das identidades das vítimas (<i>in</i> RTP 1, 19-11-2015).
Peça noticiosa divulga a captação de som gravado por vítima, no <i>Le Bataclan</i> , onde se ouvem gritos e tiros. A estação televisiva não realiza qualquer aviso prévio, referente à brutalidade dos conteúdos sonoros audíveis. (<i>in</i> TVI, 20-11-2015).

Fonte: Formulação própria

“Islamofobia”

Considerámos, enquanto exemplo do *frame* “Islamofobia”, um artigo do *Diário de Notícias*, de dia 17 de novembro de 2015, intitulado: “Estamos todos na merda, os muçulmanos”.

O artigo considerado ocupa uma página do jornal e assume como tema central, a islamofobia testemunhada e vivenciada por muçulmanos em Paris, após os atentados.

Um primeiro depoimento de um jovem muçulmano refere: “agora não há ninguém que acredite que o Islão não é uma religião de guerra. Estamos todos na merda, os muçulmanos”.

O artigo prossegue com declarações de uma muçulmana, presidente da associação *Franco Algériens Républicains Rassemblés*, sustentando que “criou a associação para que os franceses não caíssem numa psicose islamofóbica. Termina o seu depoimento, ainda se referindo aos muçulmanos, dizendo que: “vamos viver tempos muito difíceis”.

A notícia finaliza relatando episódios de perseguição e agressão a muçulmanos em Paris.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Relativamente ao *frame* designado como “Islamofobia”, são consideradas diversas abordagens ao tema, verificadas nas notícias analisadas, nomeadamente, referências à aversão ou ao preconceito pelo Islão, evidenciado após os atentados. No quadro 6.24,

evidenciam-se mais alguns exemplos da adoção do referido *frame* noticioso, provenientes da análise de conteúdo e de *framing*, realizada.

Quadro 6.24: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Islamofobia”

Jornalista refere em artigo “(...) é imperativo apertar a segurança na Europa, o que implica, por exemplo, vigiar de perto as comunidades islâmicas e exercer maior controlo sobre a entrada de refugiados”. (Editorial de José Cabrita Saraiva”, <i>in</i> i, 17-11-2015).
Artigo jornalístico aborda a perspetiva da comunidade islâmica, em Paris, após os atentados terroristas. Testemunhos de muçulmanos a mencionar o sentimento islamofóbico que surgiu em Paris após os atentados (artigo jornalístico intitulado “Estamos todos na merda, os muçulmanos”, <i>in</i> Diário de Notícias, 17-11-2015). (Desenvolvido em cima).
Peça noticiosa que faz alusão a uma manifestação de extrema-direita contra o Islão, em Bruxelas que juntou uma centena de <i>hooligans</i> que gritavam <i>slogans</i> como “Morte aos árabes e ao Islão!”. (<i>in</i> TVI, 27-03-2016).
Peça jornalística relata a ocorrência de duas manifestações no mesmo dia em Bruxelas, uma de extrema-direita contra o Islão e uma outra contra a islamofobia. (<i>in</i> RTP 1, 02-04-2016).

Fonte: Formulação própria

“Islão”

Enquanto exemplo do *frame* “Islão”, considerámos um artigo do *Diário de Notícias*, de dia 16 de novembro de 2015, intitulado: “O ambiente em Portugal é muito bom. Há amizade”. O artigo referido ocupa uma página do jornal.

A notícia que apresenta como subtítulo “Muçulmanos em Portugal condenam atos terroristas em Paris e sublinham que nada têm a ver com o Islão”, junta depoimentos de muçulmanos a residir em Portugal.

Um primeiro testemunho evidencia que “o povo português e os muçulmanos estão bem integrados. Não há problemas entre eles, desde sempre”.

O artigo prossegue com declarações no mesmo sentido, por parte de Abdool Vakil, presidente da comunidade islâmica em Lisboa, sustentando que “a nossa maneira de estar portuguesa é integrar quem vem de fora, ao contrário do que acontece em França, onde os imigrantes não sentem a sociedade de acolhimento como sua”.

A notícia finaliza referenciando que os líderes muçulmanos em Lisboa se juntaram às homenagens às vítimas dos atentados de Paris, junto à Torre de Belém, defendendo que “o *ISIS* nada tem a ver com o Islão”.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Na identificação do *frame* denominado como “Islão”, são considerados determinados conteúdos noticiosos, nomeadamente, se a comunidade islâmica em Portugal, teve a possibilidade de comentar e se posicionar perante os atentados terroristas. Ou ainda, se a

comunidade portuguesa não islâmica, dos mais distintos quadrantes da sociedade, se desvincula da rotulagem que associa Islão a terrorismo. Destacamos, no quadro 6.25, alguns exemplos da apropriação do referido *frame*, por parte de algumas das peças e artigos analisados.

Quadro 6.25: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Islão”

Artigo aborda o posicionamento de muçulmanos em Portugal, em relação aos atentados terroristas de Paris (artigo jornalístico intitulado “O ambiente em Portugal é muito bom. Há amizade”, <i>in</i> Diário de Notícias, 16-11-2015). (Desenvolvido em cima)
Comentário televisivo de Sheik David Munir, Imã da Mesquita Central de Lisboa, onde se reportando ao <i>ISIS</i> , declara: “em vez de os apelidarmos de Estado Islâmico, passemos a apelidá-los de Estado não Islâmico”. Refere ainda que: “Do Islão não têm nada, são pessoas perturbadas” (<i>in</i> TVI, 16-11-2015).
Entrevista a Abdool Vakil, líder da comunidade islâmica em Lisboa, comentando os atentados terroristas e demarcando-se da associação de Islão a terrorismo (<i>in</i> Jornal de Notícias, 17-11-2015).
Artigo jornalístico aborda a perspetiva da comunidade islâmica, em Paris, após os atentados terroristas. Testemunhos de muçulmanos a condenar atentados (artigo jornalístico intitulado “Estamos todos na merda, os muçulmanos”, <i>in</i> Diário de Notícias, 17-11-2015).
Peça jornalística onde D. Manuel Clemente, Cardeal-Patriarca de Lisboa, se reportando aos terroristas, refere: “não se pode confundir autores com populações, etnias ou religiões” (<i>in</i> TVI, 22-03-2016).
Peça jornalística onde Barack Obama esclarece: “a estigmatização dos muçulmanos é uma arma nas mãos dos terroristas” (<i>in</i> SIC, 26-03-2016).

Fonte: Formulação própria

6.4.3. Identificação dos restantes *frames* reconhecidos na análise de conteúdo

Identificados e analisados que ficaram, os dez *frames* prevaletentes, reconhecidos por meio da análise de conteúdo e de *framing*, torna-se pertinente referenciar os restantes *frames* identificados, não prevaletentes.

A opção de abordar nesta análise, os restantes *frames* reconhecidos, não sendo prevaletentes, prende-se por alguns deles assumirem importância, enquanto quadros noticiosos privilegiados, num contexto geral de tese. Nomeadamente, os *frames* “Nós e os outros” e “Terroristas portugueses”, que sobressaem das entrevistas a jornalistas, envolvidos na cobertura noticiosa dos atentados terroristas estudados (capítulo 7.). Não querendo realizar distinções, entre os referidos dois últimos *frames* e os remanescentes, que compõem o conjunto dos *frames* considerados neste subcapítulo, optámos por identificar a totalidade dos restantes *frames* reconhecidos. A par do que decorreu na identificação e análise dos *frames* prevaletentes, iremos identificar os restantes *frames*, contextualizando os referidos com exemplos concretos, decorrentes da análise de conteúdo realizada.

Quadro 6.26: Exemplos analisados dos restantes frames identificados

<i>Frames</i>	<i>Meio</i>	<i>Dia de transmissão/publicação</i>
Guerra ao terror	Público	15-11-2015
Radicais islâmicos	Diário de Notícias	14-11-2015
Nós e os outros	Público	22-11-2015
Imigrantes ou refugiados terroristas	i	16-11-2015
Combatentes estrangeiros	Público	19-11-2015
Terroristas portugueses	Público	20-11-2015
Atentados em Portugal no passado	Diário de Notícias	26-03-2016
Alteração de hábitos e comportamentos	i	23-03-2016
Ataque nuclear e biológico	RTP 1	19-11-2015

Fonte: Formulação própria

“Guerra ao terror”

No que concerne ao *frame* intitulado como “Guerra ao terror”, são apreciados distintos conteúdos noticiosos, nomeadamente a associação dos atentados terroristas ocorridos em Paris em 2015 e Bruxelas em 2016 e os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA.

Considerámos enquanto exemplo do *frame* a analisar, um artigo noticioso do *Público*, de dia 15 de novembro de 2015, intitulado: “O regresso da barbárie”.

A notícia em análise é um artigo de opinião de Carlos Gaspar, investigador do Instituto Português de Relações Internacionais, da Universidade Nova e ocupa uma página do jornal.

O artigo começa por referenciar os atentados de 11 de setembro de 2001, nos EUA e os atentados de Madrid, de 2004, comparando o número de mortos dos mesmos com as vítimas dos atentados de Paris.

No seguimento, o artigo refere que o presidente francês François Hollande, em 2015, como o ex-presidente norte americano George W. Bush, em 2001, sustentam que os atos de terrorismo são atos de guerra, e como tal ambos declaram, após as ocorrências, uma guerra ao terrorismo.

O artigo progride, comparando as estratégias da *Al-Qaeda* e do *ISIS*, referenciando que a primeira organização evidenciada, ao contrário da segunda, não detinha reivindicações territoriais evidentes na Síria.

Por fim, a notícia sintetiza a estratégia militar adotada pela França, na Síria e no Iraque.

O estilo discursivo opinativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BP.

“Radicais Islâmicos”

Em relação ao *frame* designado como “Radicais islâmicos”, são reconhecidos distintos conteúdos noticiosos, associando islamismo, enquanto religião, a terrorismo e de islâmico a terrorista. De igual modo, é notória a prática de rotulagem dos atos terroristas, como “terrorismo islâmico” ou “fundamentalismo islâmico” e dos seus perpetradores como “radicais islâmicos”.

Considerámos enquanto exemplo do *frame* a analisar, um artigo noticioso do *Diário de Notícias*, de dia 14 de novembro de 2015, intitulado: “Numa amostra tão grande de potenciais jihadistas é impossível controlar todos”.

O artigo em análise é uma entrevista ao investigador Felipe Pathé Duarte e ocupa meia página do jornal. O investigador quando questionado acerca da probabilidade da ocorrência de um atentado como o de Paris, em novembro, após ter ocorrido um anterior em janeiro do mesmo ano, responde da seguinte forma: “É muito fácil organizar um atentado desta natureza. É fácil aceder a armas automáticas, a bombas e a todo o equipamento utilizado. Depois é preciso não esquecer que 10% da população francesa é muçulmana, ou seja, quatro milhões de habitantes”. Mais à frente e ainda se referindo à população muçulmana afirma: “Volto a salientar que numa amostra tão grande de potenciais jihadistas é impossível controlar tudo e todos”.

O estilo discursivo opinativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BQ.

“Nós e os outros”

Na identificação do *frame* denominado como “Nós e os outros”, são considerados distintos temas noticiosos que enfatizam o distanciamento civilizacional entre o Ocidente e o Oriente, recorrendo frequentemente à rotulagem de um “eixo do bem” (Ocidente) em oposição a um “eixo do mal” (Oriente).

Considerámos numa análise mais aprofundada, e enquanto exemplo do identificado *frame*, um artigo noticioso do *Público*, de dia 22 de novembro de 2015, intitulado: “Ocupar a Síria com tropas é criar um outro Vietname”.

O artigo em análise é uma entrevista ao general Loureiro dos Santos e ocupa quatro páginas do jornal. No decorrer da mesma, o general é questionado do seguinte: “Na sequência dos atentados ao *Charlie Hebdo*, disse que a Europa ia ser alvo de uma guerra. Depois do 13

de novembro, a sua tese confirmou-se?”. O general Loureiro dos Santos argumenta da seguinte forma: “Sim, só espero que sejam tomadas medidas suficientes para impedir novos episódios desta guerra, entre dois tipos de civilizações: a civilização ocidental, que respeita tipos de normativas e certos comportamentos, e uma civilização muito marcada por normas de natureza religiosa, portanto com todos os perigos que tem o normativo religioso, que facilmente se transforma em facciosismo e leva ao que estamos a assistir. A razão dos atentados é ideológica (...), visa amedrontar as populações e transmitir aos seus apaniguados a ideia de força e capacidade face aos europeus, que têm uma maneira diferente de viver que eles”. A argumentação do entrevistado vai de encontro à teoria *Clash of Civilizations*, sustentada por Samuel P. Huntington (1996).

O estilo discursivo opinativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BR.

“Imigrantes ou refugiados terroristas”

Em relação ao *frame* intitulado como “Imigrantes ou refugiados terroristas”, são consideradas distintas abordagens, verificadas nas notícias analisadas, nomeadamente, a associação dos imigrantes ou refugiados provenientes de nações árabes a terroristas e aos atentados terroristas.

Enquanto exemplo do identificado *frame*, considerámos um artigo da publicação *i*, de dia 16 de novembro de 2015, intitulado: “Refugiados. Juncker não quer reações primárias. Vamos conseguir?”.

O artigo considerado ocupa 2/3 de página do jornal e assume como tema central os atentados de Paris e a política de refugiados adotada pela Europa.

A notícia começa por dar palavra a um taxista português emigrado em França, que sustenta a seguinte tese explicativa para os atentados de Paris: “a culpa é da Europa de fronteiras abertas, agora a acolher mais e mais refugiados”.

O artigo prossegue com um apelo do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, na Cimeira G-20, para que: “os cidadãos europeus que não se deixem levar por reações primárias e não confundam terrorismo com acolhimento a refugiados”.

A notícia finaliza referenciando líderes políticos, como o Primeiro-Ministro eslovaco, ou líderes partidários europeus de extrema-direita, que sustentam que a abertura das fronteiras a refugiados sírios, torna a Europa um alvo para atentados terroristas.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BS.

“Combatentes estrangeiros”

Na identificação do *frame* denominado como “Combatentes estrangeiros”, foram considerados determinados temas noticiosos, que enfatizam a nacionalidade europeia ou a proveniência ocidental dos terroristas pertencentes ao *ISIS*.

Considerámos enquanto exemplo do *frame* a analisar, um artigo noticioso do *Público*, de dia 19 de novembro de 2015, intitulado: “A legião francófona do Estado Islâmico”.

O artigo em análise ocupa 2/3 de página do jornal e assume como enquadramento predominante os jihadistas francófonos.

A notícia começa por referenciar que existem cerca de mil jihadistas de origem francesa e belga a lutar nas fileiras do *ISIS*. Adianta ainda mais números, concernentes aos combatentes estrangeiros do *ISIS*, mencionando que “pelo menos 142 morreram em combate e 250 regressaram a França”.

O artigo finaliza sustentando que, a metodologia adotada para recrutamento de jihadistas francófonos apoiou-se, maioritariamente, nos contactos pessoais, familiares e nas redes sociais da Internet.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BT.

“Terroristas portugueses”

Relativamente ao *frame* designado como “Terroristas portugueses”, são consideradas diversas abordagens, verificadas nas notícias analisadas, nomeadamente, terroristas de origem ou com ascendência portuguesa.

Considerámos enquanto exemplo do *frame* a analisar, um artigo noticioso do *Diário de Notícias*, de dia 20 de novembro de 2015, designado: “Confirmada a morte de mais um jihadista português na Síria”. A referida notícia ocupa uma página do jornal e assume como enquadramento predominante, os jihadistas de origem portuguesa a combater pelo *ISIS*.

O artigo começa por referenciar que o governo português se encontra a investigar cinco jihadistas de origem portuguesa que combateram na Síria, sendo que dois deles estão referenciados como mortos, por via dos bombardeamentos das forças militares de coligação.

No seguimento, a notícia refere que as autoridades portuguesas estão preocupadas com a vinda dos terroristas nacionais da Síria, para Portugal.

O artigo finaliza, apresentando a célula de Leyton a combater na Síria, composta por cinco jihadistas portugueses.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BU.

“Atentados em Portugal no passado”

Em relação ao *frame* designado por “Atentados em Portugal no passado”, foram apreciadas, aquando da análise de conteúdo, distintas abordagens. Nomeadamente, atentados terroristas e tentativas de atentados terroristas em Portugal, no passado.

A análise de conteúdo realizada à totalidade do *corpus* noticioso considerado, viria a expor, somente, a existência de um artigo noticioso, onde o enquadramento prevalecente foca o tema dos atentados terroristas e tentativas de atentados terroristas em Portugal, no passado.

Considerámos, enquanto único exemplo do *frame* a analisar, o artigo noticioso do *Diário de Notícias*, de dia 26 de março de 2016, intitulado: “Europa tem sido alvo de ataques desde os anos 1970”. A referida notícia ocupa ¼ de página do jornal.

A notícia começa por referir que o terrorismo não é um fenómeno recente na Europa. Que na década de 1970 e 1980 os atentados terroristas estavam associados a grupos de extrema-esquerda, como a ETA e grupos independentistas como o IRA.

O artigo aborda, de igual modo, o panorama português, evidenciando que em Portugal o fenómeno terrorista iniciou-se na década de 1970, pela mão da extrema-esquerda. Refere ainda que as ações terroristas das Forças Populares 25 de Abril (FP-25) decorreram entre os anos de 1980 e 1992.

Finaliza reportando que entre 1975 e 1976 esteve ativo o grupo Exército de Libertação de Portugal (ELP), de extrema-direita, que tinha como alvos grupos de esquerda e extrema-esquerda.

O estilo discursivo descritivo predominou no artigo jornalístico em análise.

“Alteração de hábitos e comportamentos”

No reconhecimento do *frame* intitulado como “Alteração de hábitos e comportamentos”, são considerados determinados conteúdos noticiosos, que evidenciam a mudança de hábitos e comportamentos dos portugueses, resultantes dos atentados em análise.

Enquanto exemplo do identificado *frame*, considerámos um artigo da publicação *i*, de dia 23 de março de 2016, intitulado: “Portugueses mantêm viagens após atentados”.

O artigo considerado ocupa uma página do jornal e assume como tema central, não uma efetiva alteração de comportamentos, mas a manutenção dos mesmos, apesar dos atentados terroristas verificados. A escolha da notícia recaiu, essencialmente, no fator comportamental dos portugueses, ao manter viagens para o estrangeiro após os atentados de Bruxelas.

Segundo a notícia, Paris e Londres lideram, enquanto destinos, as escolhas dos portugueses durante o período da Semana Santa de 2016.

O estilo discursivo interpretativo predominou no artigo jornalístico em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BV.

“Ataque nuclear e biológico”

Relativamente ao *frame* designado como “Ataque nuclear e biológico”, foram apreciadas, aquando da análise de conteúdo, distintas abordagens. Nomeadamente, referências ao perigo de eventual ataque terrorista nuclear e biológico na Europa.

Enquanto exemplo do referido *frame*, analisámos uma peça noticiosa televisiva do *Telejornal*, de dia 19 de novembro de 2015. A peça considerada tem a duração de 3 minutos e 48 segundos.

Em análise esteve uma ligação em direto a Paris, onde o jornalista pivô questiona o enviado especial no local, acerca das recentes declarações do Primeiro-Ministro Manuel Valls, no parlamento francês, referentes ao perigo iminente de ataques nucleares e biológicos.

O jornalista pivô enceta a conversação com a seguinte questão: “quando o Primeiro-Ministro francês fala de ataque químico e biológico, isto é uma mera hipótese académica ou está a veicular uma informação?”

O jornalista, enviado especial, responde o seguinte: “presumo que estaria a veicular uma informação. Se fosse especulativo seria muito grave, e no limite teria de se demitir”.

O estilo discursivo interpretativo predominou na peça jornalística em análise.

Outros exemplos identificados na análise de conteúdo, referentes a este *frame*, podem ser visualizados no Anexo BX.

6.4.4. Agregação dos *frames* prevalentes em “*macroframes*”

Com a finalidade de estruturar o estudo empírico dos evidenciados dez *frames* prevalentes, identificados na análise de conteúdo, reconhecemos e organizámos os referidos em cinco grupos centrais de “*macroframes*”, associados entre si. A estruturação de um conjunto de *macroframes*, agregadores dos dez *frames* prevalentes, desenvolveu-se a partir de uma conversação, por meio de correio eletrónico, com o Professor Dennis Chong⁹⁸ (2007, 2014), do Departamento de Ciência Política, da Universidade do Sul da Califórnia, que tem ao longo dos anos desenvolvido investigação reconhecida, associada ao *framing* noticioso.

Ainda antes de caraterizar cada um dos *macroframes* reconhecidos, importa sustentar que vários autores (e.g. Reese, Gandy Jr. & Grant, 2001; Tewksbury & Scheufele, 2009)

⁹⁸ <https://dornsife.usc.edu/profile/dennis-chong/>

defendem a existência de *frames* (quadros) dominantes, de nível superior, que viabilizam uma perspectiva abrangente sobre a cobertura noticiosa, definindo o contexto para a identificação de *frames* de níveis inferiores, mais específicos. Aos referenciados *frames* de nível superior, designámos de *macroframes*, enquanto estruturas organizativas, que agregam *frames* com características idiossincráticas, contudo relacionados e com efeitos e consequências similares. Essencialmente, a agregação dos *frames* aos respetivos *macroframes*, encontra-se associada, por um lado às características intrínsecas de cada *frame*, que o associam a *macroframe* (por exemplo, “Islão” em “Religião”), por outro lado, aos efeitos de enquadramento (*framing effects*) desencadeados (por exemplo, “Executantes dos atentados” em “Risco”). Vários autores abordam os referidos *framing effects*, nomeadamente, Dennis Chong e James Druckman (2007). Caraterizando os *framing effects*, adiantamos que estes são viabilizados por meio de um conjunto de condições, nomeadamente a força e a repetição do *frame*, o ambiente competitivo de onde provém o *frame* (o meio) e as motivações individuais do recetor (Chong & Drukman, 2007). No domínio da opinião pública, o *framing* assume, frequentemente, uma conotação negativa, na medida que os resultantes *framing effects*, evidenciam que os juízos da opinião pública, são muitas vezes arbitrários e que as elites políticas manipulam a população, no sentido de servir os seus próprios interesses (Chong & Drukman, 2007). Os mesmos autores sustentam ainda que, os *framing effects* ocorrem frequentemente quando, pequenas mudanças na apresentação de um evento ou questão, produzem repetidas mudanças de opinião (Chong & Drukman, 2007).

Quadro 6.27: Identificação do *frames* prevalectentes com os respetivos *macroframes*

<i>Frames</i>	<i>MacroFrames</i>
Luta contra o terrorismo	“Combate”
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	“Vitimados”
Vítimas e heróis compatriotas	“Vitimados”
Executantes dos atentados	“Risco”
Medo	“Temor”
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	“Risco”
Portugal inseguro	“Risco”
Explosões e sangue	“Risco”
Islamofobia	“Temor”

Islão	“Religião”
-------	-------------------

Fonte: Formulação própria

Iniciamos a análise dos dez *frames* preponderantes e respetivos *macroframes*, por ordem decrescente, ou seja, do *frame* mais preponderante ao menos preponderante. Assim, dos referidos cinco grupos centrais de *macroframes*, identificámos um primeiro, a que denominámos de “Combate” e que é composto por um único *frame* prevalente, a “Luta contra o terrorismo”. O *frame* identificado remete à valorização de medidas de segurança e contraterrorismo e a ações policiais, essencialmente nos países visados pelos atentados e na União Europeia. O *frame* “Luta contra o terrorismo”, pelas suas especificidades, identificadas anteriormente, enquadra-se no *macroframe* “Combate”. Um outro *frame*, ainda que não reconhecido como preponderante, mas identificado na análise de conteúdo, “Guerra ao terror”, encontra-se igualmente, pelas suas especificidades, associado ao *macroframe* “Combate”.

Um segundo *macroframe*, a que designámos de “Vitimados”, considera os *frames* preponderantes: “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” e “Vítimas e heróis compatriotas”. Os *frames* assinalados intentam reconhecer os intervenientes, as vítimas dos atentados e aqueles implicados, pertencentes à comunidade civil, que se destacaram por ações em prol de terceiros, nomeadamente no salvamento de vítimas dos atentados considerados. O segundo *macroframe*, agrega dois *frames* com características particulares, onde um se foca explicitamente nas vítimas dos atentados (“Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”) e o outro, se foca nos portugueses vitimados dos atentados (“Vítimas e heróis compatriotas”), conquanto alguns assumindo atitudes em prol de terceiros, como foi o caso da porteira portuguesa que albergou feridos do *Le Bataclan*. Apesar das especificidades identificadas, de cada um dos dois *frames* mencionados, optámos por agregá-los no *macroframe* “Vitimados”, por se evidenciar um *framing effect* similar, reportando vítimas dos atentados.

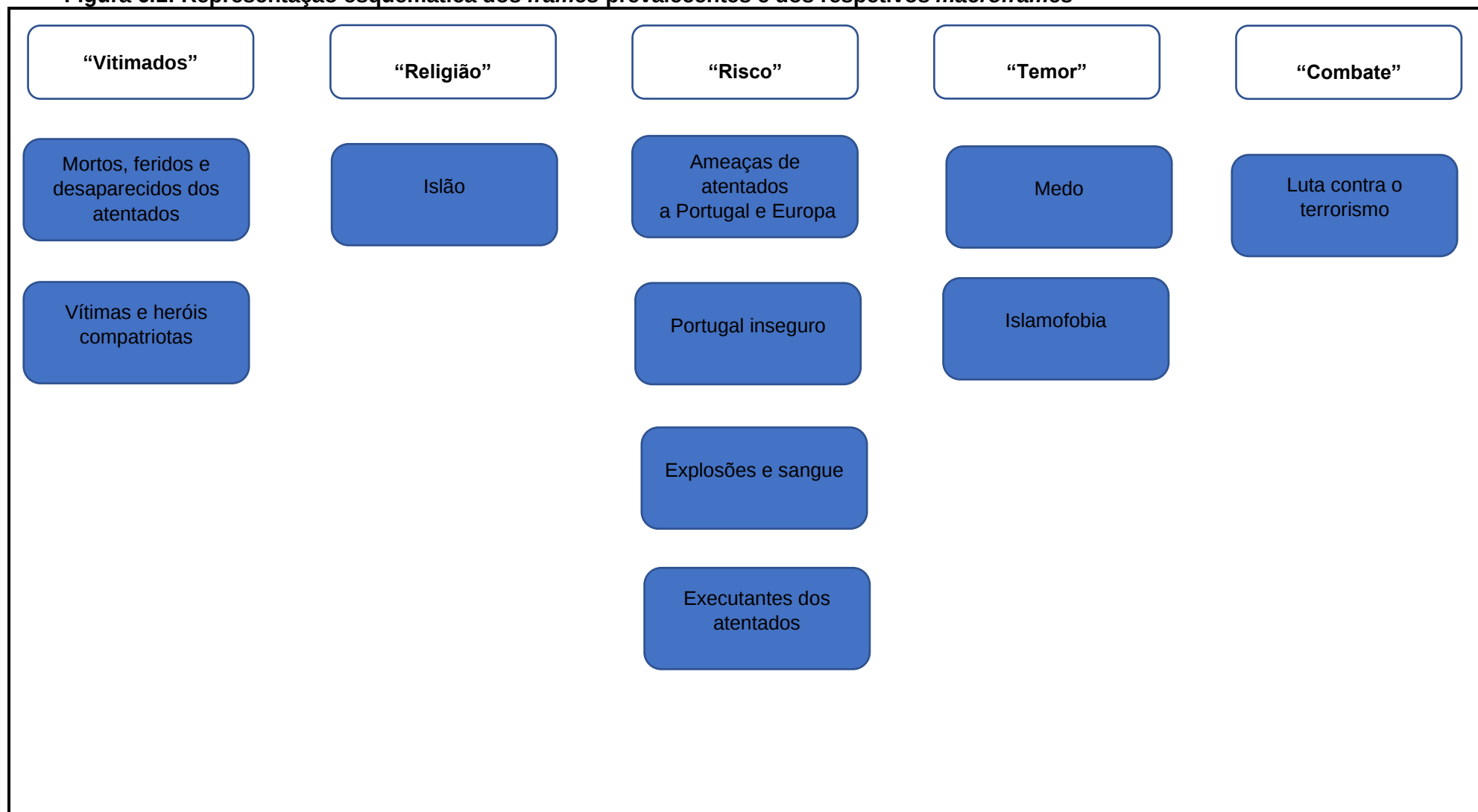
Um terceiro *macroframe* identificado, a que denominámos de “Risco”, abrange os *frames* preponderantes: “Executantes dos atentados”, “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro” e “Explosões e sangue”. Os referidos quatro *frames* possuem características muito particulares, no entanto, todos estão relacionados diretamente ao risco, associado ao terrorismo. Os *frames* apontados, que se inserem no *macroframe* referido, valorizam, essencialmente, a insegurança, o risco de eventuais atentados futuros em Portugal e na Europa, a descritiva ação violência dos atentados realizados e a apresentação dos perpetradores, das mesmas ações, nomeadamente os que se encontram em fuga. Apesar das especificidades identificadas, de cada um dos quatro *frames* mencionados, optámos por agregá-los no *macroframe* “Risco”, por se evidenciar um *framing effect* similar, focalizado na insegurança e no risco.

Um quarto *macroframe*, a que designámos de “Religião”, considera em exclusivo o *frame* prevalecente “Islão”. O referenciado *macroframe*, com o seu único *frame* identificado, destaca o Islão enquanto a segunda religião com mais fiéis no mundo, uma religião que valoriza a paz, desvinculando-se da rotulagem que associa Islão a terrorismo.

Por último, um quinto *macroframe*, a que designámos de “Temor”, considera os *frames* prevalecentes: “Medo” e “Islamofobia”. Os *frames*, compreendidos no quinto *macroframe* (“Temor”), surgem frequentemente associados, enquanto consequência, aos *frames* compreendidos no terceiro *macroframe* (“Risco”), aqui destacado. O quinto *macroframe*, agrega dois *frames* com características singulares, sendo que um, foca, o medo enquanto emoção ou sentimento dominante na população - “Medo” - e o outro, a aversão ou medo ao Islão ou ao que é islâmico - “Islamofobia”. Apesar das especificidades identificadas, de cada um dos dois *frames* mencionados, optámos por agregá-los no *macroframe* “Temor”, por se evidenciar um *framing effect* similar, focalizado no medo.

Uma representação esquemática dos *macroframes* e respetivos *frames* prevalecentes associados, surge na figura 6.1, em baixo.

Figura 6.1: Representação esquemática dos *frames* prevaletentes e dos respetivos *macroframes*



Fonte: Formulação própria

A mencionada representação esquemática (Figura 6.1), organiza e apresenta os dez *frames* prevaletentes, em cinco grupos centrais de *macroframes*. De salientar que, embora os cinco referidos *macroframes*, e respetivos *frames*, estejam intimamente associados, e surjam organizados esquematicamente na figura 6.1, ordená-los sequencialmente revela-se inexequível e pouco relevante. A análise de conteúdo e de *framing* realizada, revelou que, desde o primeiro momento, da transmissão da primeira peça noticiosa televisiva e radiofónica e da publicação do primeiro artigo noticioso para imprensa e diário digital, que os distintos *frames* prevaletentes assomam, quase simultaneamente, pelos *media*. Analisando o *corpus* noticioso considerado, que principia temporalmente com os atentados de Paris (13 de novembro de 2015), atravessa os atentados de Bruxelas (22 de março de 2016) e finda a 31 de julho de 2016, constatamos que os *frames* prevaletentes identificados são adotados pelos meios, invariavelmente, durante todo o período temporal considerado em análise. Atestamos estas afirmações, adiantando que, por exemplo, o *frame* “Executantes dos atentados”, surge a partir do primeiro dia dos atentados de Paris, com a reivindicação da autoria dos mesmos pelo *ISIS*, e a identificação de Salah Abdeslam como principal mentor. A perseguição a Abdeslam decorre durante, aproximadamente, quatro meses, tendo sido capturado a 18 de março de 2016, poucos dias antes dos atentados de Bruxelas. A partir dos atentados de Bruxelas, o *frame* “Executantes dos atentados” continua a incidir em Abdeslam, contudo priorizando os perpetradores dos atentados de Bruxelas. Um outro *frame* prevaletente nos meios analisados, que corrobora as afirmações anteriores, pela longevidade temporal da sua adoção, no período considerado de análise, é o “Luta contra o terrorismo”. O referido *frame* adotado sustentou-se, essencialmente, numa resposta política, dos órgãos governativos de vários países, aos atentados terroristas. O referido *frame* privilegiou a comunicação de medidas de segurança e contraterrorismo a adotar por Portugal, pelos países da União Europeia e restantes aliados. O *frame* prevaletente “Luta contra o terrorismo”, como referido anteriormente, esteve continuamente presente, verificando-se a sua regularidade desde os atentados de Paris, e prolongando-se no tempo, para além dos atentados de Bruxelas. Este *frame*, como já evidenciado, ocupa o lugar cimeiro, como o mais adotado na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas. Por último, e de igual modo em destaque, importa reportar a longevidade temporal da adoção, no período considerado de análise, e pelos meios considerados, do *frame* “Medo”. O *frame* “Medo”, enquanto *frame* central à investigação de tese, encontra expostos nos quadros 6.19 e 6.20, alguns dos exemplos da sua adoção na cobertura noticiosa, dos atentados de Paris e Bruxelas. Através do evidenciado nos dois quadros, que se encontra devidamente datado, torna-se perceptível que o “Medo”, enquanto *frame* prevaletente, surge desde o primeiro momento, dos atentados de Paris, prolongando-se no tempo, para além dos atentados de Bruxelas. O *frame*, comunicado fundamentalmente enquanto emoção vigorante nas populações, assinala a sua presença, essencialmente, associado a veiculadas ameaças de futuros atentados, proferidas pelo *ISIS*.

6.4.5. *Frames* que viabilizam o medo de atentados terroristas – Resultados e discussão

Com a resposta à segunda questão de investigação efetivada, através da identificação dos *frames* prevaletentes nas peças e artigos jornalísticos que compõem o *corpus* de análise, cumpre-nos responder à terceira questão de investigação considerada, e identificar a forma como os dez *frames* prevaletentes, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal.

Procurámos trazer à discussão, na análise de resultados, alguns dos conceitos, das apreciações e das constatações sustentadas por académicos dedicados aos estudos do medo, referenciados no capítulo 1. desta tese.

Assim, a sociedade moderna ocidental debate-se atualmente com um clima de medo constante e generalizado, em distintas dimensões e com um âmbito internacional, relativamente a pandemias, imigração, terrorismo, entre outras (Robin, 2004; Pain & Smith, 2008; Furedi, 2018).

Frank Furedi (2018), incidindo nos estudos do medo, associa os *media* à difusão do medo, questionando: quem são os instigadores do medo? Qual o papel dos *media* na promoção do medo?

Por sua vez, Corey Robin (2004) identifica os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, como o principal fator na fomentação dos estudos associados ao medo, por parte das ciências sociais.

Robin (2004) e Furedi (2005) sustentam ainda que, os referidos atentados de 2001 e o decorrente conflito com organizações que defendem um Islão ultrarradical, como a *Al Qaeda*, são a origem do atual medo, relativamente ao terrorismo.

Após a identificação dos dez *frames* prevaletentes nas peças e artigos analisados, e a exemplificação dos mesmos no subcapítulo 6.4.2.3., realizamos de seguida uma análise aos referidos *frames*, enquanto parte central da narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal.

Encetamos a análise dos dez *frames* prevaletentes, incidindo, primeiramente, a discussão no *frame* “Medo”, compreendido no *macroframe* “Temor”, enquanto abordagem temática central da investigação. Reiteramos o já referenciado, defendendo que o *frame* “Medo” é sustentado e advém, essencialmente, dos *frames* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro”, “Explosões e sangue” e “Executantes dos atentados”, compreendidos no *macroframe* “Risco”.

Os cinco *frames*, acima mencionados, no qual se inclui o “Medo”, estão intimamente ligados, e desta forma serão analisados primeiramente.

O primeiro *frame* prevaletente a analisar, o “Medo”, surge na análise de conteúdo realizada ao *corpus* noticioso considerado, e provém e está associado, essencialmente, a um alegado risco de insegurança na Europa, onde se inclui Portugal. A imprevisibilidade, a coordenação, a amplitude e as consequências dos atentados terroristas verificados, associadas à fuga de alguns dos seus

perpetradores, e a repetidas ameaças de atentados à Europa, realizadas pelo *ISIS*, fomentaram um sentimento de medo generalizado, comunicado pelos *media*. Alguns dos exemplos de conteúdos difundidos, expostos nos quadros 6.19 e 6.20, são reveladores da adoção do *frame* “Medo”, pelos meios analisados. A cobertura noticiosa incide, essencialmente, em Paris e em Bruxelas, reportando experiências e o sentimento prevalecente de medo, através de depoimentos da população.

Como referenciado anteriormente, os distintos meios analisados adotam transversalmente a expressão “medo” na cobertura noticiosa dos atentados em estudo, para caracterizar o sentimento vigorante na população. A análise de conteúdo realizada, aos distintos meios considerados, revela que a terminologia é empregue por jornalistas, políticos, líderes religiosos e população em geral. O medo, referenciado nos relatos e testemunhos de vítimas, feridos e familiares, torna-se vigente na cobertura noticiosa, enquanto sentimento dominante. Como sustentado por Glassner (1999, 2018) e Pain e Smith (2008), o medo é compreendido e apreendido como real para alguns de nós e virtualmente real para a maioria de nós.

David Altheide (2013), teoriza de igual modo acerca do “Discurso do Medo” (abordado no capítulo 1.), realizado pelos *media*, concernente ao terrorismo, evidenciando um conjunto de apreciações. Desta forma, enfatiza que o referido discurso está intimamente associado ao formato de entretenimento nos *media*, nomeadamente à atividade noticiosa (Altheide, 2013). O mesmo autor, indo mais longe, sustenta que os *media* distorcem, intencionalmente, o relato de determinados acontecimentos, com o propósito de influenciar as opiniões e decisões do público (Altheide, 2016). Para tal, segundo o autor, não necessitam de recorrer a uma explícita argumentação sustentada pelo embuste ou falácia, bastando para tal orientar as suas estratégias comunicacionais para um enquadramento (*framing*) específico, noticiando determinados acontecimentos em detrimento de outros, valorizando ora a ocultação, ora a repetição de factos, recorrendo a recursos visuais trágicos, com a finalidade última de suscitar emoções exacerbadas junto ao público (Altheide, 2016).

A análise de conteúdo e de *framing* realizada ao *corpus* noticioso considerado, reconhece e partilha de algumas das opiniões supra identificadas pelo académico David Altheide (2016). Neste sentido, evidenciamos:

(1) O enquadramento noticioso (*framing*) verificado nas peças e artigos analisados, onde se destaca o *frame* “Medo”, adotado e comunicado, amplamente, enquanto sentimento vigorante junto às populações. De igual modo evidenciamos os *frames* prevalecentes “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro” e “Executantes dos atentados”, associados a uma narrativa de risco iminente de atentados em Portugal e no continente europeu. Estes três últimos *frames*, constam da listagem dos dez prevalecentes e serão abordados mais à frente. Altheide (2016), como evidenciado em cima, sustenta a existência de uma estratégia comunicacional dos *media*, para um enquadramento (*framing*) específico associado ao risco e ao medo;

(2) A valorização da cobertura noticiosa de atentados ocorridos na sociedade ocidental. No dia 12 de novembro de 2015, um dia antes dos atentados de Paris, ocorreu um atentado terrorista em Beirute, perpetrado pelo *ISIS*, que contabilizou 43 vítimas mortais. O intervalo temporal considerado, na identificação do *corpus* de análise noticioso para a investigação em tese, principia no dia 13 de novembro de 2015, por ocasião dos atentados terroristas de Paris, um dia após os atentados de Beirute, e finda a 31 de julho de 2016. A análise de conteúdo realizada à totalidade dos meios televisivos e radiofónicos considerados, revela a inexistência de uma única peça noticiosa, reportando os atentados de Beirute, durante o intervalo temporal referenciado. Rita Colistra (2012), propõe o conceito de *agenda cutting*, associado ao de *agenda setting* (agendamento), que compreende a manutenção fora da agenda mediática, de determinado tema ou assunto (Colistra, 2012, p. 100). Por sua vez Rachel Pain (2009), reportando-se a nova geopolítica do medo, referencia Mythen e Walklate (2006), defendendo que os atentados terroristas ocorridos no Ocidente são alvo de atenção contínua e desproporcional, devido à sua utilidade política e sociocultural. Altheide (2016), como evidenciado em cima, evidencia que os *media* noticiam determinados acontecimentos em detrimento de outros, valorizando ora a ocultação, ora a repetição de factos;

(3) Recorrência à repetição de conteúdos visuais trágicos. Ainda referente ao enquadramento noticioso (*framing*) verificado nas peças e artigos analisados, destacamos o *frame* “Explosões e sangue”. O mencionado *frame* consta da listagem dos dez prevaletentes e será abordado mais à frente, no seguimento desta análise. Altheide (2016), como evidenciado em cima, menciona a valorização por parte dos *media*, de recursos visuais trágicos, com a finalidade última de suscitar emoções exacerbadas junto ao público.

O medo, enquanto fenómeno global, qualificado desta forma por Koskela (2010), não vigora por meio de experiências pessoais dos indivíduos, mas sim, através das experiências de terceiros, sustentadas por narrativas promovidas por conversas interpessoais e pelos *media* (Koskela, 2010). A título exemplificativo da apropriação do *frame* “Medo”, reportamos o comentário do jornalista pivô da *Telejornal (RTP 1)*, no dia 18 de novembro de 2015, mencionando: “o medo está instalado por toda a Europa”.

Sustentamos que, as ameaças de atentados terroristas à Europa, nomeadamente a Portugal, e um risco de insegurança, veiculado por vários meios, através de jornalistas e comentadores convidados, viabiliza o surgimento de medo nas populações.

Altheide (2017), evidencia que os *media* exercem uma influência ímpar sobre a vida pública, reportando às audiências ameaças e riscos quotidianos. Por outro lado, afirma, que “os *media* são a mais importante fonte de informação e controlo social, na medida em que tornam o medo a nossa vida, a nossa linguagem e o nosso ponto de vista” (Altheide, 2017, p. 2). Uma vez mais a título exemplificativo, o investigador Felipe Pathé Duarte, em entrevista ao *Diário de Notícias* (14 de novembro de 2015) e referindo-se à população francesa muçulmana (4 milhões de habitantes),

justifica desta forma a incapacidade policial de controlar os atentados: “...numa amostra tão grande de potenciais jihadistas é impossível controlar tudo e todos”. Consideramos que, os referidos argumentos empregues por Felipe Pathé Duarte, investigador e membro do OSCOT⁹⁹, fomentam uma errada perceção de risco e viabilizam, em última instância, um sentimento de medo.

O segundo *frame* prevalente, designado por “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, é adotado pelos *media*, no seguimento da comunicação de ameaças terroristas a vários países europeus, por parte do *ISIS*. As referidas ameaças de atentados, assumem relevância noticiosa, em várias peças e artigos jornalísticos, evidenciando as nações alvo (por exemplo, França), as instalações ou entidades alvo (por exemplo, centrais nucleares), os protagonistas alvo (por exemplo, o presidente francês, François Hollande) e os métodos de atuação (por exemplo, incitamento de atuação aos intitulados “lobos solitários¹⁰⁰”).

O terceiro *frame* prevalente, intitulado de “Portugal inseguro”, enfatiza uma insegurança vigente e um risco de atentado terrorista em Portugal. A combinação de distintos *frames* reconhecidos na análise de conteúdo, viabiliza o surgimento do *frame* “Portugal inseguro”. Destacamos, desta forma: as ameaças de atentados a Portugal por parte do *ISIS*, identificadas no *frame* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”; a existência de um terrorista de origem portuguesa (Ismaël Omar Mostefai), protagonista nos atentados de Paris, identificado no *frame* “Executantes dos atentados”; ou ainda os testemunhos de jihadistas de origem portuguesa a combater pelo *ISIS*, identificados no *frame* “Terroristas portugueses”. Como evidenciado anteriormente, os *frames* associados a uma narrativa de risco, viabilizam uma narrativa de medo de atentados terroristas em Portugal e na Europa.

Referenciados que foram os *frames* “Ameaças de atentados a Portugal e Europa” e “Portugal inseguro” que viabilizam e sustentam o *frame* “Medo”, distinguimos um quarto *frame*, compreendido igualmente no *macroframe* “Risco”, designado por “Explosões e sangue”.

O quarto *frame* prevalente, “Explosões e sangue”, como já mencionado anteriormente, privilegia conteúdos descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, pormenorizando a ação violenta, evidenciando imagens e/ou sons associados a violência, como cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões. Altheide (2020a), alega que os *media*, por um lado, produzem e comunicam conteúdos informativos, de forma rigorosa e ética, por outro, enveredam por uma conduta e abordagem orientada para o entretenimento, valorizando conteúdos e enquadramentos dramáticos (Altheide, 2020a). Os conteúdos informativos evidenciados por último, contribuem, segundo Altheide (2020a), para uma errada perceção de risco e um sentimento generalizado de medo nas audiências (Altheide, 2020a).

⁹⁹ Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo.

¹⁰⁰ Terrorista ou criminoso que atua sozinho e não como parte de uma organização maior.

A adoção por parte dos *media* de determinados *frames* ou enquadramentos noticiosos, na cobertura de atentados terroristas, tem suscitado ocasionalmente participações junto à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que resultaram em deliberações pela mesma entidade (Estêvão & Espanha, 2021). Numa investigação às participações à ERC, referente à cobertura noticiosa de atentados terroristas e suas respetivas deliberações, os autores Estêvão e Espanha (2021) reconhecem um conjunto de *frames* prevaletentes nas notícias visadas. Alguns dos *frames* identificados na investigação mencionada, associados ao risco e ao medo, evidenciam-se na atual investigação aqui em análise. Destacamos o mencionado *frame* “Explosões e sangue”, aquando da investigação associada às participações à ERC (Estêvão & Espanha, 2021), como predominante em todas as peças analisadas da investigação dos dois autores. A adoção do identificado *frame*, nas peças noticiosas visadas, foi alvo de deliberações fundamentadas e condenatórias por parte da ERC, como estando associado a uma narrativa de fomento de medo, com objetivos claros sensacionalistas e de obtenção de audiências (Altheide, 2021; Estêvão & Espanha, 2021).

O quinto *frame* prevaletente a analisar, é o quarto e o último *frame* associado ao *macroframe* “Risco”, e tem como enfoque os perpetradores dos atentados terroristas. O *frame* “Executantes dos atentados” explora o perfil dos terroristas envolvidos, falecidos, capturados e em fuga, com a divulgação de fotografias dos mesmos, descrições físicas e comportamentais, origens familiares e de convivência, educação, registo criminal, entre outros dados.

A análise de conteúdo realizada, aos meios considerados, evidencia o destaque dos *media* nacionais ao terrorista lusodescendente, Ismaél Omar Mostefaï, que se fez explodir no *Le Bataclan*. A par do que se verificou com a cobertura noticiosa às vítimas e “heróis” de origem portuguesa, também neste caso se verifica a existência de várias peças e artigos noticiosos, com depoimentos de vizinhos e conhecidos da mãe do terrorista referido, em Póvoa do Lanhoso.

Ainda concernente ao perfil dos perpetradores dos atentados, os *media* evidenciam frequentemente motivações religiosas para os atos terroristas. Existe uma frequente associação dos executantes à religião islâmica. A análise de conteúdo realizada identificou ainda, uma associação, por parte de alguns dos *media*, dos executantes dos atentados terroristas a refugiados sírios, que chegavam na altura à Europa.

Martini (2018), referencia no seu estudo vários *frames* presentes nos *media*, explicativos das motivações que levam à afiliação de jovens mulheres ao *ISIS*. A análise de conteúdo efetivada em tese, identifica em algumas peças e artigos noticiosos, as mesmas motivações associadas aos perfis dos executantes dos atentados de Paris e Bruxelas. Uma primeira motivação, identificada e partilhada com o estudo da autora referida (Martini, 2018), sustenta o argumento da procura de aventura e libertação, associada à incorporação dos jovens terroristas ao *ISIS*. Uma segunda motivação identificada, partilhada com o estudo de Martini (2018), associa uma afiliação dos jovens ao *ISIS*, fomentada por traumas do foro pessoal, dos mesmos. A título exemplificativo, uma citação

do jornal *Público*, de 28 de novembro de 2015, do artigo intitulado de *Os Neo-Jihadistas ou a “Islamização da Radicalidade”* (Moutot, 2015), adianta:

“Evocam Alá a cada frase, mas para os neo-jihadistas, como aqueles que atacaram Paris no dia 13 de novembro, o islão é sobretudo um pretexto que lhes permite extravasar uma revolta pessoal e uma sede de violência...” (Moutot, 2015, p. 21).

O sexto *frame* prevalecente a abordar, é o designado “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”, associado ao *macroframe* “Vitimados”. Desde o primeiro momento, ainda durante a ocorrência dos atentados de Paris e Bruxelas, e nos dias subsequentes, que os meios televisivos e radiofónicos relatam e transmitem em direto os acontecimentos. Os meios de imprensa, por sua vez, realizam uma cobertura diária dos acontecimentos. A análise de conteúdo realizada aos meios considerados, dos quatro setores, identifica: uma contabilização permanente das vítimas mortais e dos feridos; os testemunhos e os relatos de vítimas e familiares; as imagens de vítimas mortais e feridos; as posteriores homenagens às vítimas mortais dos atentados.

No seguimento da análise aos dez *frames* prevalecentes, e após abordar: os *frames* “Medo”, do *macroframe* “Temor”; os quatro *frames* compreendidos no *macroframe* “Risco” - “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro”, “Explosões e sangue” e “Executantes dos atentados”; assim como, o *frame* “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados”, do *macroframe* “Vitimados”; analisamos o *frame* “Vítimas e heróis compatriotas” (sétimo *frame* prevalecente). O referido inclui-se, igualmente, no *macroframe* “Vitimados”.

Com o começo do reconhecimento, por parte dos *media*, das vítimas mortais e dos feridos, resultantes dos atentados de Paris e Bruxelas, um outro *frame* surge, transversal a todos os setores, contudo com maior ênfase em alguns meios. O *frame* “Vítimas e heróis compatriotas” evidencia-se logo após o início da contabilização e do possível reconhecimento das vítimas mortais e feridos dos atentados, e foca-se no reconhecimento dos portugueses que vivenciaram os atentados, enquanto vítimas diretas, residentes ou turistas nas cidades implicadas. Logo no dia 14 de novembro de 2015, dois casos se evidenciam, concernentes à apropriação deste *frame*. A grande maioria dos meios considerados, dos quatro setores, dão destaque noticioso à porteira portuguesa que acolhe e salva no seu apartamento em Paris, dezenas de feridos do atentado ao *Le Bataclan*. De igual modo, destacam-se a nível noticioso, as duas vítimas mortais, de origem portuguesa, dos atentados de Paris. O emigrante português, motorista de táxi, que é vitimado junto ao *Stade de France* e a luso-francesa que é vitimada dentro do *Le Bataclan*. Em várias das peças e artigos analisados, dedicados a estes dois casos, surgem depoimentos referentes às vítimas mortais, por parte de familiares e amigos em Portugal.

A apropriação por parte dos *media* de *frames* como o referido “Vítimas e heróis compatriotas”, ou ainda do não prevalecente “Terroristas portugueses”, é revelador que o terrorismo, e por sua vez o medo do terrorismo, é um fenómeno global. Koskela (2010) argumenta que os atentados nos EUA (11 de setembro de 2001), e os atentados que se lhes seguiram em Madrid (11 de março de 2004) e em Londres (7 de julho de 2005), assinalaram de forma determinante a definição de medo. As ameaças locais foram substituídas, ou pelo menos combinadas, por ameaças globais (Koskela, 2010).

Furedi (2007) e Koskela (2010) sublinham que a produção social do medo do terrorismo, não ocorre por meio de experiências pessoais de um indivíduo, mas por meio de experiências de outros, proporcionadas e promovidas por conversas interpessoais e através dos *media*.

Como evidenciado pelos dois autores anteriores (Furedi, 2007; Koskela, 2010), o medo do terrorismo, enquanto fenómeno global, resulta em larga escala do papel dos *media*. A adoção de *frames*, como “Vítimas e heróis compatriotas” e “Terroristas portugueses”, fortalece a tese de um terrorismo global, em distintos países, com vítimas de distintas origens, nomeadamente portuguesas, e com terroristas, igualmente de distintas origens, nomeadamente portugueses.

Um oitavo *frame* noticioso prevalecente, identificado na análise de conteúdo e de *framing* considerada, intitula-se “Luta contra o terrorismo”. Este *frame*, adotado pelos *media*, reconhece as medidas de segurança e de contraterrorismo adotadas pelos países da União Europeia (UE) e restantes aliados.

Estas medidas surgem, enquanto resposta governamental aos atentados terroristas e à perceção de risco, provenientes de ameaças de novos atentados, veiculadas pelo *ISIS*. O risco e o medo do terrorismo, evidenciados pelos *media*, viabilizam uma resposta concreta por parte dos governos, no sentido de combater o terrorismo, consolidando a ordem e a estabilidade na sociedade (Hobbes, 1651 (1949)).

A narrativa de combate ao terrorismo, reconhecida no *frame* “Luta contra o terrorismo”, identifica medidas governativas que viabilizam ações policiais nos países da UE e países aliados. Ainda no sentido de combater o terrorismo, a UE fomenta a adoção de políticas internas comunitárias, para dissuadir novos atentados terroristas. Em França, em 2018, a par do que acontece nos EUA, em 2001, é aprovada uma lei antiterrorista que viabiliza o aumento da vigilância, disponibilizando maiores poderes às forças policiais e serviços secretos. A referida lei, contestada e comparada por muitos ao *Patriot Act*¹⁰¹ norte americano, é veiculada pelo presidente francês, Emmanuel Macron, como uma fundamental ferramenta de luta contra o terrorismo.

Furedi (2005), reportando-se ao *Patriot Act*, evidencia as implicações que o mesmo teve sobre os direitos civis, sendo revelador de uma agenda política governativa valorizadora da dominação pelo medo.

¹⁰¹ Lei de 2001 para unir e fortalecer a América, fornecendo instrumentos apropriados para interceder e impedir atos de terrorismo.

Benjamin K. Smith, Michael Stohl e Musa al-Gharbi, em *Discourses on Contering Violent Extremism: The Strategic Interplay Between Fear and Security After 9/11* (2018), analisam o extremismo do discurso jornalístico, referente a atentados terroristas, e as implicações nas políticas antiterroristas adotadas pelos países. O referido estudo evidencia que, após os atentados de Paris (2015) e Bruxelas (2016), foram identificados na população norte americana, os maiores índices de medo e ansiedade desde os atentados de 11 de setembro de 2001.

Altheide (2017) sustenta uma íntima ligação do “Discurso do Medo” (abordado no capítulo 1.), veiculado na cobertura mediática dos atentados terroristas, a uma “Política do Medo” (igualmente abordada no capítulo 1.), com o propósito de definir uma narrativa assente no alastramento de riscos e ameaças, impondo a pronta atuação protetora, por parte dos decisores políticos (Altheide, 2017).

Furedi (2005, 2018) defende que a “Política do Medo” implica a classe política na manipulação consciente das ansiedades das populações, com vista à realização dos seus objetivos governativos e políticos. O autor desenvolve, defendendo que o medo é assumido como um recurso importante de conquista de eleitorado, promovendo agendas políticas (Furedi, 2005, 2018). O *frame* noticioso “Luta contra o terrorismo”, encontra-se associado a uma “Política do Medo”, aplicada pelos governos, que por sua vez é sustentada por um “Discurso do Medo”, difundido, essencialmente, pelos *media*.

Glassner termina a introdução da mais recente edição da obra *The Culture of Fear: Why Americans Are Afraid of Wrong Things* (2018), citando o seguinte título, presente na revista *Time*: “No President Has Spread Fear Like Donald Trump”¹⁰² (Glassner, 2018, p. xviii).

O *frame* “Islamofobia”, surge enquanto nono *frame* prevalecente a abordar, sendo analisado em virtude dos atentados terroristas considerados.

De salientar que, o *frame* “Islamofobia” apresenta-se enquanto prevalecente na análise de conteúdo e de *framing* realizada. O referido distingue-se do *frame* “Nós e os outros”, identificado, mas não prevalecente na análise de conteúdo e de *framing* realizada, pelo facto de o *frame* “Islamofobia” incorporar o *macroframe* “Temor”, dando ênfase a uma subjacente aversão ou medo ao Islão ou ao que é islâmico. Por sua vez, o *frame* “Nós e os outros”, não analisado neste subcapítulo por não ser prevalecente, enfatiza uma argumentação apoiada na teoria *Clash of Civilizations* de Samuel P. Huntington (1996).

Devido à especificidade do *frame* “Islamofobia”, por estar compreendido no *macroframe* “Temor” e por não ter existido um subcapítulo específico, a abordar teoricamente o conceito, optámos por dedicar, nesta fase, espaço para caraterizar sucintamente a islamofobia em Portugal, segundo alguns dos autores estudados.

¹⁰² Revista Time de 9 de fevereiro de 2017.

A islamofobia não assume em Portugal importância mediática (Arêas, *et al.*, 2023). No entanto, é frequentemente invocada, em artigos de opinião sobre o Islão, no contexto de atentados terroristas na Europa (Arêas, *et al.*, 2023).

Salman Sayyid (2014), conceptualiza islamofobia como “uma forma de governamentalidade racializada. É mais do que o preconceito ou a ignorância, é uma série de intervenções e classificações que afetam o bem-estar das populações designadas como muçulmanas” (Sayyid, 2014, p. 19). O mesmo autor sustenta, “mais do que uma expressão de ódio ou medo, a islamofobia deve ser entendida como a neutralização da capacidade dos muçulmanos enquanto muçulmanos se projetarem no futuro” (Sayyid, 2014, p. 14).

Edward Said (1980) sustenta que o Islão é retratado nos *media*, como sendo composto por “uma multidão indiferenciada de fornecedores de petróleo que seguram cimitarras¹⁰³ ou como uma religião irracional e violenta que subjuga as mulheres (Said, 1980). Por sua vez, Polizer e Alcaraz (2023), referem que os “*media* tendem a priorizar uma cobertura que associa Islão e os muçulmanos a conflitos, terrorismo e guerra, o que contribui para uma narrativa de “choque de civilizações” (Polizer & Alcaraz, 2023, p. 357).

José Mapril (2012) define islamofobia como “um conjunto de discursos carregados de pânico morais e simultaneamente um processo global de racialização da figura do muçulmano” (Mapril, 2012, p. 3).

Margarida Carvalho (2008), reportando-se especificamente aos *media*, e em particular ao setor da imprensa, destaca o “tratamento injusto” dos muçulmanos no seguimento do 11 de setembro de 2001.

Abordando as narrativas da islamofobia em Portugal, Marta Araújo (2019, 2021), evidencia o papel dos *media* e do ciberespaço, na sustentação do processo islamofóbico. A autora destaca a existência de uma distinguida linha de discussão académica, das disciplinas da Ciência Política e das Relações Internacionais, centrando os seus estudos nos muçulmanos e não na islamofobia, sobrevalorizando as ameaças de atentados terroristas a Portugal (Araújo, 2019, 2021).

Segundo a autora, estes estudos viabilizam a ideia de que Portugal se encontra sob ameaça, por ter sido parte do *Al Andalus*, um território ambicionado por jihadista (Araújo, 2019). A autora referencia ainda, o Relatório Europeu de Islamofobia, como o exercício mais completo de mapeamento da islamofobia em Portugal. Das conclusões presentes no relatório, citadas por Araújo, distinguimos a seguinte:

“Ódio nos média e ciberespaço: os estereótipos relativos aos muçulmanos abundam no ciberespaço e nos média. Em relação aos média, os imaginários islamofóbicos são

¹⁰³ Espada de lâmina larga e curva.

reproduzidos mesmo quando os média tentam contradizer esses mesmos estereótipos” (Araújo, 2019, p. 12).

Araújo (2019) propôs-se a mapear as expressões de islamofobia em Portugal, através de uma investigação que analisou conteúdos académicos, políticos, mediáticos e do comentário social no ciberespaço, desde o ano 2000 (Araújo, 2019). A análise de discurso efetuada, revelou um conjunto de dez narrativas, caraterizadoras do Islão e dos muçulmanos, no contexto do ciberespaço nacional (Araújo, 2019).

A análise de conteúdo realizada, aos meios considerados, evidencia que o *frame* “Islamofobia” assumiu maior preponderância na cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas. O quadro 6.13 esclarece que, o *frame* “Islamofobia” foi o sétimo mais prevalecente na cobertura dos atentados de Bruxelas, a par do *frame* “Medo”. O mesmo quadro 6.13 esclarece ainda que, o mesmo *frame* “Islamofobia” não se encontra nos primeiros dez *frames* prevalecentes, aquando da cobertura noticiosa dos atentados de Paris.

Uma explicação para uma maior prevalência do *frame* “Islamofobia”, na cobertura dos atentados de Bruxelas, prende-se com a ocorrência de várias manifestações em Bruxelas. Duas das referidas manifestações, foram organizadas por partidos de extrema-direita belga, contra o Islão e uma outra manifestação foi organizada pela comunidade civil, contra a islamofobia.

O décimo e último *frame* noticioso prevalecente, identificado na análise de conteúdo e de *framing* considerada, intitula-se de “Islão” e encontra-se inserido no *macroframe* “Religião”. O *frame* referido compreende o tempo e espaço de antena concedido à comunidade islâmica e muçulmana em Portugal, para interpretar e se posicionar, perante os atentados terroristas em análise. De igual modo este *frame* considera a presença nos *media*, por parte da comunidade portuguesa não islâmica, dos mais distintos quadrantes, nomeadamente, político, religioso, académico e *media*, na desvinculação que associa Islão a terrorismo.

O quadro 6.25 distingue alguns exemplos de conteúdos de peças e artigos analisados, que adotam o *frame* “Islão”. No mesmo, é notória a presença de depoimentos, televisivos e por via de imprensa, por parte de alguns membros da comunidade muçulmana em Portugal. Nomeadamente, do Imã da Mesquita Central de Lisboa, Sheik David Munir e Abdool Vakil, líder da comunidade islâmica em Lisboa. Ambos os depoimentos procuram desvincular o Islão dos atentados terroristas, salvaguardando o Islão enquanto uma religião de paz. No mesmo quadro 6.25, consta ainda um exemplo representativo do posicionamento da Igreja Católica Portuguesa, por via do Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Clemente, dissociando a religião islâmica dos atos terroristas.

A adoção por parte dos *media*, do *frame* “Islão”, revela-se de importância, pelo identificado, enquanto forma de combate a islamofobia. Consideramos, contudo, que o *frame* “Islão”, não se deveria inserir num contexto de cobertura noticiosa episódica, mas de cobertura noticiosa temática.

Como referenciado no subcapítulo 6.3.1.6., a cobertura episódica tem como origem episódios isolados, sem recorrência a uma contextualização. Por sua vez, a cobertura temática considera o evento num contexto amplo, associando-o com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento do mesmo, considerando aspetos sociais, políticos, culturais e económicos (Iyengar, 1991; Iyengar & Simon, 1993; Papacharissi & De Fatima Oliveira, 2008; Olsson & Ihlen, 2018).

6.5. Síntese conclusiva da Análise de Conteúdo e da Análise de *Framing*

A Análise de Conteúdo e a Análise de *Framing*, ao *corpus* noticioso selecionado, considera três questões de investigação. Procuramos neste subcapítulo sintetizar as conclusões/respostas às questões referidas.

Concernente à primeira questão de investigação: *Que métricas comparativas se destacam no corpus noticioso considerado, referentes aos meios e setores em estudo?*, evidenciamos as conclusões em baixo.

O setor televisivo foi o que mais noticiou os atentados terroristas, de Paris e Bruxelas. Sendo que a SIC, com o noticiário *Jornal da Noite*, foi o meio que mais cobertura realizou dos dois atentados terroristas, considerando os dois atentados individualmente e em conjunto.

Referente à cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, evidenciamos que os acontecimentos de Paris foram mais noticiados que os de Bruxelas, entre todos os meios analisados, dos quatro setores (televisivo, imprensa, radiofónico e diário digital).

O género jornalístico predominante foi a notícia, nos setores imprensa, radiofónico e diário digital. Por sua vez, no setor televisivo, o género jornalístico predominante foi a reportagem.

O estilo discursivo predominante foi a interpretativo, nos setores televisivo, imprensa e radiofónico. Por sua vez, no setor diário digital, o estilo discursivo predominante, contudo com uma margem ínfima, foi o estilo descritivo.

A análise das três dimensões: Valência, Desviância e Significância, revela que o conteúdo noticioso estudado, referente aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas é de índole negativa (Dimensão Valência).

A comunicação pelos *media* dos referidos atentados estudados, caracteriza-os como sendo acontecimentos infrequentes e totalmente inesperados (Desviância Estatística), por conferirem uma rutura às leis instituídas no sistema internacional (Desviância Normativa) e por serem uma ameaça séria à coesão social (Desviância Social).

A mesma análise da comunicação dos *media*, é avaliada segundo a dimensão da Significância Social. Assim, são enfatizadas pelos *media*, as políticas governamentais securitárias de antiterrorismo a adotar, pela maioria dos países da União Europeia (Significância Política). Identificamos, ainda, como moderado o grau de impacto que a comunicação dos referidos conteúdos noticiosos, referentes aos atentados terroristas e resultantes medidas securitárias a adotar, tiveram no bem-estar público. Essencialmente, a cobertura noticiosa dos atentados de Paris

e Bruxelas, não evidenciou um risco concreto de atentados terroristas em Portugal, afetando moderadamente o bem-estar da população (Significância Pública).

Igualmente moderado, é grau de impacto que o conteúdo noticioso teve na definição de normas de conduta referentes a religião e etnicidade. A cobertura noticiosa analisada, aos atentados em Paris e Bruxelas, revelou que os *media* não dinamizaram o debate referente à definição de normas de atuação perante a religião islâmica e povo muçulmano, frequentemente associados ao terrorismo (Significância Cultural).

Por sua vez, no *corpus* noticioso analisado, constatamos que os *media* não valorizam a comunicação dos impactos económicos resultantes e decorrentes dos atentados terroristas (Significância Económica).

Uma análise comparativa aos distintos setores analisados, evidencia um conjunto de conclusões.

Como já evidenciado, e em relação ao setor televisivo, destacamos que o *Jornal da Noite* da SIC, foi o noticiário que maior destaque total facultou aos atentados de Paris e de Bruxelas.

O tempo total despendido na cobertura dos atentados de Paris, pelos três noticiários analisados (SIC, RTP 1 e TVI), foi de 953 minutos. Por sua vez, o tempo total despendido na cobertura dos atentados de Bruxelas, pelos mesmos três noticiários, foi de 442 minutos. A cobertura dos atentados de Paris, pelos *media* televisivos considerados, foi mais do dobro de tempo de cobertura, pelos mesmos *media*, dos atentados de Bruxelas.

Em relação ao posicionamento das peças noticiosas nos três noticiários considerados, nos dias de análise, e concernente aos atentados de Paris, evidenciamos que a totalidade da transmissão das peças ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários. Por sua vez, concernente aos atentados de Bruxelas, evidenciamos que a grande maioria das peças noticiosas transmitidas, ocorreu logo a partir da primeira parte dos noticiários.

A mesma análise aos três noticiários televisivos considerados, identifica que predominam os comentadores e especialistas, associados a forças de segurança, militares e policiais, assim como aqueles associados à docência no ensino superior e investigação académica.

Concernente ao setor imprensa, evidenciamos que a totalidade dos artigos analisados se encontram no caderno principal das publicações, e que o tema associado aos atentados terroristas de Paris e Bruxelas, é constantemente destaque de primeira página.

Relativamente ao espaço de página ocupado pelos artigos nos jornais, evidenciamos que o jornal *i*, se destaca por ser o meio de imprensa analisado que disponibiliza maior espaço de página para os artigos escritos. Por sua vez, o jornal *Correio da Manhã*, caracteriza-se por ser o meio de imprensa analisado, que disponibiliza menor espaço de página para os artigos escritos.

No que se refere à presença de imagens nos artigos noticiosos considerados, evidencia-se o *Correio da Manhã* fazendo uso, na maior parte casos analisados, de mais de uma imagem por artigo

jornalístico. Nos restantes quatro meios de imprensa considerados, sobressaem os artigos que utilizam somente uma imagem na composição do artigo jornalístico.

Relativamente às imagens que surgem associadas aos artigos noticiosos analisados, evidencia-se, em larga escala, a fotografia, sendo que predominam aquelas associadas a forças de segurança, policiais e militares.

Relativamente ao setor radiofónico, evidenciamos que a *TSF*, com os noticiários das 18h, foi o meio que maior destaque total deu na cobertura dos atentados de Paris e de Bruxelas.

A par do que aconteceu com os anteriores setores, a cobertura temporal dos atentados de Paris, pelos três meios analisados, foi consideravelmente superior em tempo à cobertura dos atentados de Bruxelas.

Ainda referente à análise dos três noticiários radiofónicos considerados, sublinhamos que predominaram os comentadores e especialistas, associados a matérias de política interna nacional.

Por fim, no que concerne ao setor dos diários digitais, reiteramos que a análise de conteúdo incidiu sobre uma amostragem por conveniência, devido à incapacidade de reunir o universo total de notícias digitais, que abordassem a temática dos atentados às duas capitais europeias.

Salientamos que, em duas das unidades de registo consideradas na análise de conteúdo, nomeadamente, o número de partilhas dos artigos e o número de comentários dos artigos, somente foram considerados na análise, os dados acessíveis nas páginas *online*, ou aqueles disponibilizados pelas redações dos próprios diários digitais. Assim, na primeira unidade de registo referenciada, somente foi considerado o *Público Online*. Na segunda unidade de registo referenciada, somente foi considerado o *Público Online* e o *Sol Online*. Não foram considerados na análise, às referidas duas unidades de registo, os diários digitais, *Expresso Online*, *SIC Notícias Online* e *TVI 24 Online*.

Destacamos que a imagem fotográfica predominou na totalidade dos artigos dos diários digitais analisados. Nos artigos noticiosos referentes aos atentados de Paris, predominam as imagens associadas a forças de segurança, policiais e militares. Nos artigos noticiosos referentes aos atentados de Bruxelas, predominam as imagens associadas aos locais dos atentados.

Com vista a realizar uma análise mais conclusiva, referente aos diários digitais, seria fundamental analisar os dados dos meios que não facultaram o número de partilhas e o número de comentários de artigos, assim como aumentar a amostra dos diários digitais analisados.

Em relação à segunda questão de investigação: *Que frames noticiosos se evidenciam, pela sua prevalência, nas peças e artigos jornalísticos dos media portugueses, que compõem o corpus de análise?*, evidenciamos as conclusões em baixo.

Em conformidade com o reconhecido na análise de conteúdo realizada, podemos reportar que um conjunto de dezanove *frames* foram identificados no *corpus* noticioso adotado, constituído por 1.125 peças e artigos noticiosos, de televisão, imprensa, rádio e diário digital.

Do conjunto de dezanove *frames* mencionados, identificámos dez como os prevalectes, nos quais incidimos a análise de *framing* considerada em tese. O *frame* “Luta contra o terrorismo”,

seguido do *frame* “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” são os dominantes da análise de conteúdo realizada. Para além dos referidos dois *frames*, outros oito se destacaram: “Vítimas e heróis compatriotas”; “Executantes dos atentados”; “Medo”; “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”; “Portugal inseguro”; “Explosões e sangue”; “Islamofobia” e “Islão”.

Por fim, em relação à terceira questão de investigação: *De que forma estes frames, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal?* enumeramos as conclusões em baixo.

Como referenciado anteriormente, a sociedade moderna ocidental debate-se atualmente com um clima de medo generalizado, em distintas dimensões e com um âmbito internacional, relativamente a pandemias, imigração, terrorismo, entre outras (Robin, 2004; Pain & Smith, 2008; Furedi, 2018).

No que concerne ao medo do terrorismo, vários autores sustentam a existência de uma relação simbiótica entre terrorismo e *media*, de onde assoma a emoção medo (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017). Robert Bartholomew, em *The Paris Terror Attacks, Mental Health and the Spectre of Fear* (2016), sustenta que os *media* promovem pânicos morais em relação ao risco de atentados terroristas, associando o Islão aos mesmos. Refere ainda que, a religião islâmica detém mais de 1 bilião de fiéis e que em 2016, existiam, segundo a CIA¹⁰⁴, 31.000 jihadistas no *ISIS*. Bartholomew (2016) argumenta por fim, que o risco de uma pessoa se tornar vítima de um atentado terrorista, é atualmente extremamente baixo.

A análise de conteúdo realizada, ao *corpus* noticioso considerado, evidenciou que a narrativa do medo de atentados terroristas provém e está associada, essencialmente, a um *framing* (enquadramento) que assenta em veiculadas ameaças de atentados terroristas a Portugal e à Europa, e a um risco de insegurança que alegadamente existe em Portugal, transmitido por comentadores e interlocutores em órgãos de comunicação social. Ainda, enfatiza que, a narrativa do medo é disseminada em larga escala pelos *media*, enquanto emoção ou sentimento vigorante junto das populações dos países implicados nos atentados, nomeadamente em França e na Bélgica. A constatada cobertura noticiosa episódica, verificada na totalidade dos artigos e peças considerados, viabiliza um *framing* com foco em episódios isolados, sem recorrência a contextualização. Estêvão e Espanha (2021), citando Olsson e Ihlen (2018), sustentam “a importância de uma cobertura noticiosa temática, considerando o evento num contexto amplo, associando-o com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento do mesmo com aspetos sociais, políticos, culturais e económicos” (Olsson & Ihlen, 2018 como citado em Estêvão & Espanha, 2021, p. 67). Os mesmos Olsson e Ihlen (2018), argumentam que o “*framing* de cobertura noticiosa episódica favorece quem está no Poder, muito devido a uma abordagem pouco

¹⁰⁴ Central Intelligence Agency (CIA)

aprofundada na aferição das explicações e das causas” (Olsson & Ihlen, 2018 como citado em Estêvão & Espanha, 2021, p. 67).

Por outro lado, a mesma narrativa do medo é sustentada, repetidamente, por conteúdos altamente descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, que pormenorizam a ação violenta e as consequências da mesma, sobretudo através da exibição de cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões, entre outros.

David Altheide (2021), defende que os *media* constroem, enquadram e amplificam o medo através de formatos de programação de entretenimento para as suas audiências. O autor adianta que, sendo o mercado noticioso altamente concorrencial, adota formatos e modelos de entretenimento de cultura popular, no sentido de captar telespetadores e leitores. O medo, assim como o sexo e o humor enquadram-se nos referidos formatos (Altheide, 2021). Altheide vai mais além, sustentando que, à medida que estes formatos se tornam mais familiares junto às audiências, as lógicas da publicidade, do entretenimento e da cultura popular, tornam-se aceites e normalizadas, enquanto formas de comunicação. O medo é, pois, uma boa forma de atingir as audiências e desta forma os *media* apostam na sua inclusão, em formatos noticiosos (Altheide, 2021).

Um já referido estudo, protagonizado por Benjamin K. Smith, Michael Stohl e Musa al-Gharbi (2018), associado à análise do extremismo no discurso jornalístico, evidencia que após os atentados de Paris (2015) e Bruxelas (2016), foram identificados na população norte americana, os maiores índices de medo e ansiedade desde os atentados de 11 de setembro de 2001 (Smith *et al.*, 2018).

7. A perspetiva dos intervenientes da cobertura noticiosa dos atentados de Paris e Bruxelas

No sentido de reconhecer algumas das opções de cobertura noticiosa dos atentados de Paris e Bruxelas, procedemos à realização de três entrevistas semiestruturadas a intervenientes diretos na cobertura dos referidos atentados.

Quadro 7.1: Jornalistas entrevistados

Hugo Franco (H.F.)	Jornalista do Expresso	Entrevista realizada a 13 de agosto de 2021, através da plataforma Zoom.
Raquel Lopes (R.L.)	Jornalista da Antena 1 e RTP 1	Entrevista realizada a 8 de junho de 2022, através da plataforma Zoom.
Carlos Rodrigues (C.R.)	Jornalista e Diretor do Correio da Manhã	Entrevista realizada a 10 de abril de 2023, através da plataforma Zoom.

Fonte: Formulação própria

Aquando da seleção dos jornalistas entrevistados, considerou-se os quatro setores analisados: televisivo, radiofónico, imprensa e diário digital. Assim, Hugo Franco (doravante identificado por H.F.) é jornalista do *Expresso* (setores imprensa e diário digital), tendo realizado a cobertura noticiosa dos atentados de Paris, a partir de Lisboa, e dos atentados de Bruxelas, a partir desta cidade, enquanto enviado especial. O jornalista H.F. é coautor da obra *Os Jiadistas Portugueses* (Franco, Moleiro, 2015), que aborda a temática dos cidadãos portugueses, que engrossaram as fileiras do *ISIS*. Por sua vez, Raquel Morão Lopes (doravante identificada por R.L.) é jornalista da *Antena 1*. Aquando dos atentados de Bruxelas, assumiu protagonismo enquanto correspondente no local, realizando a cobertura noticiosa para a *Antena 1* (setor radiofónico) e para a *RTP 1* (setor televisivo). Por último, Carlos Filipe Rodrigues (doravante identificado por C.R.), é atualmente diretor do *Correio da Manhã* e da *CMTV*. Aquando dos atentados de Paris (2015) e Bruxelas (2016), assumia a posição de jornalista e de diretor adjunto do *Correio da Manhã* (setor imprensa).

As entrevistas, semiestruturadas, aos jornalistas intervenientes na cobertura noticiosa dos atentados de Paris e Bruxelas, contaram com guiões diferenciados que se encontram em anexo (Anexos BZ, CA e CB). Algumas das questões realizadas, e analisadas, são comuns e transversais aos entrevistados, outras, por sua vez, são específicas, considerando os setores e os meios onde estes desempenhavam funções de jornalistas. Sempre que se justificar, citaremos os entrevistados na análise. A análise crítica à perspetiva dos intervenientes da cobertura noticiosa será realizada na secção 7.1..

7.1. Análise crítica à perspectiva dos intervenientes da cobertura noticiosa

As entrevistas encetam, todas elas, por questionar se os jornalistas se recordam de serem convocados a realizar a cobertura dos atentados de Paris e de Bruxelas. Todos os três jornalistas se lembram claramente do momento.

O jornalista H.F., identifica a ida para Bruxelas, enquanto enviado especial para a cobertura dos atentados, como um dos pontos altos da sua carreira de jornalista.

A jornalista R.L. pormenoriza o momento, enquanto correspondente em Bruxelas, referindo que lhe ligaram da redação da *RTP* Porto, a comunicar que teria havido um problema no aeroporto de Bruxelas. Raquel Lopes menciona que se deslocou à Rotunda de Schuman, para tentar apanhar um táxi para o aeroporto, quando sentiu a explosão na estação de metro de Maelbeek. Citando a jornalista:

“Lembro-me perfeitamente desta sensação, de sentir um abalo, um solavanco no chão (...) em uma questão de segundos, comecei a ver do acesso à estação de metro de Schuman, pessoas a subirem em sobressalto” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

A jornalista reporta que após a explosão, começaram a surgir pessoas feridas, sujas com cinza e pó, e a acorrer ao local os meios de socorro.

O diretor C.R. esclarece que os acontecimentos foram acompanhados, em permanência e desde o primeiro momento, pelo canal televisivo *CMTV*, igualmente do grupo Cofina. O *Correio da Manhã* acabou por comunicar os acontecimentos de Paris e Bruxelas nos dias seguintes, efetivando uma síntese da cobertura televisiva realizada.

Uma segunda questão colocada aos três jornalistas, prende-se por averiguar se os mesmos já teriam realizado a cobertura jornalística de acontecimentos deste género, nomeadamente de atentados terroristas.

O jornalista H.F. adianta que a cobertura dos atentados de Bruxelas, enquanto enviado especial no local, foi a única vez que realizou a cobertura jornalística de atentados terroristas.

Por sua vez, a jornalista R.L. reporta que o cenário mais “agressivo”, como lhe chama, onde teve de realizar cobertura jornalística no local, foi em Atenas em 2008, aquando da crise financeira da Grécia. Segundo a jornalista, “o ambiente era de guerrilha”, devido sobretudo a “grupos anarquistas que usavam *cocktails molotov* contra a polícia”. A jornalista refere que nunca realizou a cobertura jornalística, enquanto repórter, de atentados terroristas.

Por fim, o diretor C.R. refere que já em 2001, aquando dos atentados de 11 de setembro, nos EUA, esteve associado à cobertura jornalística dos referidos acontecimentos. De igual modo

referencia que, em 2015, esteve envolvido na cobertura noticiosa dos atentados à redação do jornal *Charlie Hebdo*.

Numa análise crítica ao referido anteriormente, verificamos que não existia experiência de cobertura noticiosa de atentados terroristas, por parte dos jornalistas Hugo Franco e Raquel Lopes, que estiveram envolvidos na cobertura dos acontecimentos em Bruxelas, em 2016.

Por sua vez, o jornalista e diretor Carlos Rodrigues, esclarece que detinha experiência na cobertura noticiosa de atentados terroristas, nomeadamente que esteve envolvido na cobertura dos atentados aos EUA, em 2001 e dos atentados ao jornal *Charlie Hebdo*, França, em 2015.

Uma outra questão, transversal aos três jornalistas inquiridos, pretende aferir a existência de algum tipo de pressão editorial, na cobertura jornalística de acontecimentos associados a atentados terroristas.

O jornalista H.F. esclarece que existia na altura uma elevada pressão editorial para obter material pertinente a comunicar, para a edição papel e *online* do *Expresso*. A pressão era de apresentar diariamente material noticioso atualizado. Segundo H.F., nunca existiu uma pressão editorial, definida pela redação, referente à abordagem ao tema do terrorismo.

Por sua vez, a jornalista R.L. refere que não havia qualquer pressão editorial na abordagem aos temas. Nomeadamente, identifica uma dependência total por parte dos meios da *RTP*, que representa, perante os seus testemunhos no local. Citando a entrevistada: “No fundo eu é que tinha o poder, digamos assim, de uma forma muito prosaica...”.

O diretor C.R., reporta que a pressão é somente de fazer jornalismo. Citando o entrevistado: “Há sempre a pressão de ter coisas novas, mas isso é uma obrigação do jornalista”.

As respostas dos jornalistas entrevistados são reveladoras da inexistência de pressão editorial, referente à orientação ou abordagem a adotar, na cobertura noticiosa de atentados terroristas. O jornalista H.F., contudo, revela a elevada e constante pressão editorial, para obter material noticioso atualizado. A jornalista R.L. clarifica que, enquanto enviada especial, detinha autonomia nas opções e abordagens a nível noticioso. O diretor C.R. declara, que existe uma pressão jornalística na obtenção de material a noticiar.

Uma quarta questão, da primeira ronda de questões transversais aos três jornalistas, procura identificar o tipo de fontes utilizadas pelos inquiridos, aquando da cobertura dos atentados terroristas analisados no estudo.

O jornalista H.F. particulariza a sua experiência de cobertura jornalística, no terreno, dos atentados de Bruxelas, destacando as fontes policiais e as fontes informais, nomeadamente alguns membros da comunidade portuguesa em Bruxelas, detentores de informações referentes aos autores dos atentados de Paris e Bruxelas.

Por sua vez, a jornalista R.L. evidencia enquanto fontes, as agências noticiosas, as autoridades policiais locais e as vítimas que testemunharam os acontecimentos, junto à Estação de Maelbeek.

Por fim, o diretor C.R., destaca enquanto fontes as agências de notícias e de informação. De igual modo refere, a importância dos testemunhos da população imigrante e local, dos jornalistas e não jornalistas. Segundo C.R., os jornalistas do *Correio da Manhã* (e CMTV) marcaram presença em Paris, enquanto enviados especiais, logo após os atentados.

Na identificação das fontes utilizadas, os três jornalistas entrevistados revelam opções muito similares. Assim, segundo o revelado, a presença no local dos atentados foi primordial para os meios considerados.

O *Expresso*, para as suas edições de papel e digital, contou com os testemunhos do enviado especial Hugo Franco, entre outros. A *RTP 1* e a *Antena 1*, contaram com os depoimentos da correspondente em Bruxelas, Raquel Lopes. De igual modo, o jornalista e diretor do *Correio da Manhã*, Carlos Rodrigues, revela a presença de enviados especiais nas cidades visadas pelos atentados. As fontes identificadas pelos jornalistas, na cobertura noticiosa dos atentados terroristas, foram entre outras, as agências noticiosas e de informação, forças policiais e de segurança, vítimas e testemunhas no local, população imigrante e local, outros jornalistas.

Após uma primeira ronda de questões comuns e transversais aos três entrevistados, avançamos com perguntas específicas aos mesmos entrevistados, considerando os setores e os meios onde desempenhavam funções de jornalistas.

Ao jornalista Hugo Franco (H.F.) do *Expresso*, apresentámos algumas das constatações da análise de conteúdo realizada. Assim, expusemos o seguinte ao entrevistado:

“O *Expresso*, com o seu formato *online*, a par de todos os outros *media* que analisámos, deu após a ocorrência dos dois atentados referidos, um residual tempo de antena à comunidade islâmica e aos seus líderes, para se posicionarem perante os mesmos atentados, a que muitas vezes estavam associados. Num total de 23 artigos de cobertura noticiosa analisados, presentes no *Expresso Online*, dos atentados de Paris e Bruxelas, somente em um, do Hugo Franco e João Duarte, foi dado um breve tempo de antena a um líder da comunidade muçulmana na Holanda” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Ainda, a título exemplificativo, e no sentido de contextualizar a questão que viria em seguimento, referenciámos a cobertura jornalística dos atentados de Paris, por parte do *Jornal da Noite* da SIC, do mesmo grupo comunicacional (Impresa) que o *Expresso*.

“(…) numa análise realizada ao *Jornal da Noite*, da SIC, em 346 minutos de cobertura noticiosa dos atentados de Paris, foi dado somente um breve tempo de antena a um líder da comunidade muçulmana em Portugal. Numa peça na Mesquita de Lisboa, com

2 minutos, o Sheik David Munir fala durante breves segundos” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Perante as duas exposições anteriores, questionou-se o jornalista H.F. do seguinte:

“Sendo a comunidade islâmica frequentemente associada, por vários quadrantes da sociedade, com os atentados terroristas, pensa que seria importante dar maior tempo de antena aos membros desta comunidade, dando-lhe a possibilidade de comentar o sucedido?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

O jornalista H.F. concorda com a análise referida, admitindo que existe uma discrepância no tempo de antena dado aos “implicados”, onde a comunidade muçulmana sai claramente prejudicada. Referencia ainda que, enquanto jornalista do *Expresso* tem estado envolvido em algumas peças noticiosas junto à comunidade muçulmana.

A análise de conteúdo realizada, sustentou as duas constatações anteriores, que são de certa forma reveladoras das dissimetrias que existiram, aquando da cobertura dos atentados terroristas de Paris e de Bruxelas, concernentes ao tempo de antena cedido aos “implicados”. Antes de mais, torna-se importante prestar um essencial esclarecimento prévio. A comunidade muçulmana, nacional e internacional, não foi implicada (envolvida) de responsabilidades nos atentados de Paris e Bruxelas. Os atentados terroristas foram reivindicados e associados ao *ISIS*. Contudo, embora não tenha existido uma formal responsabilização desta comunidade e da religião islâmica aos atentados terroristas em estudo, a análise de conteúdo realizada evidencia que alguns *media* viabilizaram, em parte, essa associação. Em alguns casos a referida associação pelos *media* é evidente, implicando-se e responsabilizando-se, indistintamente, toda a comunidade muçulmana nos atentados terroristas. A análise de conteúdo efetuada, revelou que a generalidade dos meios comunicacionais estudados, raramente se prestam a uma esclarecida elucidação dos públicos, realizando para isso uma legítima dissociação entre os efetivos implicados nos atentados, o *ISIS*, e a generalidade da comunidade muçulmana. Para além da ausência do efetivo esclarecimento referido, verificou-se pela análise de conteúdo, que os mesmos *media*, apesar das associações implicativas, excecionalmente convocam membros da comunidade muçulmana, a se pronunciarem sobre os atentados terroristas. Nas raras aparições nos *media*, que os líderes de comunidades muçulmanas em Portugal e estrangeiro fizeram, pronunciaram-se no sentido de condenar veemente os atentados de Paris e Bruxelas.

Os dois exemplos identificados, aqui analisados, integram o *frame* denominado de “Islão”, analisado no subcapítulo 6.4.2.3.. No referido *frame*, são considerados determinados conteúdos noticiosos, nomeadamente, se a comunidade islâmica em Portugal, teve a possibilidade de

comentar e se posicionar perante os atentados terroristas. Ou ainda, se a comunidade portuguesa não muçulmana, dos mais distintos quadrantes da sociedade, se pronunciou, desvinculando da rotulagem que associa Islão a terrorismo.

O quadro 6.25, do subcapítulo 6.4.2.3., apresenta alguns exemplos, resultantes da análise de conteúdo realizada, reveladores do *frame* “Islão”, adotado pelos *media*. Em rigor e fazendo alusão ao Artigo 14º, 1, e), do Estatuto do Jornalista¹⁰⁵, evidenciamos o seguinte dever do jornalista:

“Procurar a diversificação das suas fontes de informação e ouvir as partes com interesses atendíveis nos casos de que se ocupem”.

No seguimento do tema da anterior questão, outra é colocada ao jornalista H.F.:

“Ao longo da pesquisa já realizada, aos conteúdos jornalísticos da imprensa nacional, verificámos que na totalidade dos mesmos, se faz uso de uma narrativa que não distingue Islão enquanto religião, associando-a com a prática de terrorismo. Por exemplo com o uso de terminologias como: “radical islâmico” ou “terrorismo islâmico”. Concorda com alguns académicos, que defendem que deveria existir por parte da comunidade jornalística, um maior cuidado com o uso de terminologias associadas à religião, nomeadamente ao Islão, no sentido de não denegrir toda uma religião?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

O entrevistado revê-se, uma vez mais, com a análise realizada. Esclarece que:

“Concordo plenamente. Por vezes com o *stress* e com os prazos de fecho, nem pensamos muito nisso, é verdade. Muitas vezes o tempo é escasso, e não estamos a ser rigorosos. Não estamos a planear. Nós temos o que escrever e há sempre um prazo a cumprir. No entanto, tentamos. Lembro-me de termos tentado ter cuidado com essas terminologias e não usarmos a parte pelo todo. Tentarmos não culpabilizar a comunidade islâmica, por uma coisa que é feita por um nicho muito residual de pessoas, que usam o nome do Islão para fazer estes atentados” (citação de Hugo Franco, presente em entrevista).

A mesma análise de conteúdo revelou a apropriação do *frame* “Radicais islâmicos”, por grande parte dos *media* analisados. Na adoção do *frame* referido, emprega-se a terminologia “islâmico”,

¹⁰⁵ https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

para adjetivar os perpetradores (por exemplo, “radicais islâmicos”), ou para adjetivar o tipo de terrorismo (por exemplo, “terrorismo islâmico”).

O subcapítulo 6.4.3. e o quadro presente no Anexo BQ, apresentam alguns exemplos, resultantes da análise de conteúdo realizada, reveladores do *frame* “Radicais islâmicos”, adotado pelos meios analisados.

Segundo o dicionário Houaiss (Houaiss, 2003), o termo “islâmico” significa relativo a “islamita” e a “islamismo” (Houaiss, 2003). O Livro de Estilo do Público (2005) faz a distinção entre “islamita” e “islamista”. Assim, segundo o mesmo, “islamita” “é um termo com conotação religiosa, define o crente no Islão, o muçulmano” (2005, p. 264). Por sua vez, o mesmo Livro de Estilo, define “islamista” da seguinte forma: “termo que define os que usam o Islão como arma política e de terrorismo, de modo a distingui-los dos fiéis islamitas” (2005, p. 264). Verifica-se, desta forma, que o jornal *Público*, através do seu Livro de Estilo, presta especial atenção ao cuidado a ter, com a adoção de terminologias que possam difamar e ofender os fiéis da religião islâmica. A posição do jornalista H.F, expressa através da sua resposta, identifica a falta de rigor, de planeamento e de tempo, como as principais razões que podem levá-lo a adotar as terminologias em análise.

Em rigor e fazendo alusão ao Artigo 14º, 2, e), do Estatuto do Jornalista¹⁰⁶, evidenciamos o seguinte dever do jornalista:

“Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”.

Ainda referente a esta mesma temática, questionou-se a jornalista Raquel Lopes (R.L.), da *Antena 1* e da *RTP 1*, do seguinte:

“A análise de conteúdo realizada a 9 emissões do *Telejornal*, de 22-03-2016 a 08-04-2016, evidencia que nunca foram emitidos depoimentos por parte da comunidade islâmica nacional ou estrangeira no *Telejornal*, no sentido de comentar e se posicionar perante os atentados. Enquanto jornalista, o que acha desta situação, uma vez que esta comunidade é frequentemente associada, por vários quadrantes da sociedade, aos atentados terroristas? Acha que a mesma deveria ser ouvida?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

¹⁰⁶ https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

A jornalista R.L. refere que este é um debate interessante, contudo não tem uma posição fechada acerca do tema. A jornalista sustenta que “por um lado é evidente essa conotação entre a comunidade islâmica e os atentados terroristas, por outro lado, colocar pessoas representantes dessa comunidade, mas que não têm absolutamente nada a ver, nem remotamente, com os ataques terroristas, de alguma forma prolonga e acentua essa ligação que muitas vezes é injusta”. A jornalista R.L. argumenta ainda: “imaginando que eu falava com um representante da comunidade islâmica ou um líder de uma associação, eventualmente. Pô-lo a falar sobre o atentado com o qual ele não está minimamente nem remotamente ligado, é um bocado estar a provocar um nexo de causalidade que na verdade não existe”.

Perante os referidos argumentos da jornalista R.L., retorquimos que a comunidade islâmica, escassas vezes foi chamada a comentar os acontecimentos, numa altura em que era frequentemente associada, por meios de comunicação social e membros da classe política, a nível internacional, aos atentados de Paris e Bruxelas.

A jornalista R.L. argumenta que, na sua opinião, os primeiros dias após os atentados deveriam ser dedicados, somente, a relatar os factos. As análises deverão vir posteriormente, eventualmente em formato de documentários.

No seguimento desta mesma entrevista, avançámos com a seguinte análise e questões:

“Ainda referente às 9 emissões do *Telejornal* analisadas, evidencio que de um total de 138 minutos de emissão dedicados à cobertura dos atentados de Bruxelas, 3 minutos foram dedicados, por parte de um comentador, a desvincular uma rotulagem que associa Islão a terrorismo. Como interpreta o tempo de antena dedicado a esta desvinculação? Acha importante realizar a mesma (desvinculação)?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Uma vez mais, a jornalista R.L. sustenta que um nexo de causalidade automático não deve ser feito. A mesma defende que: “enquanto as informações oficiais não apontarem exatamente para que tenha havido motivações religiosas para o ataque; se identifique o autor como membro efetivo de uma comunidade; e que essa comunidade invoque princípios associados ao terrorismo, não se deve estabelecer uma relação de forma automática”.

Uma vez mais, analisamos as assimetrias encontradas na análise de conteúdo realizada, referentes ao tempo de antena cedido aos “implicados” nos atentados terroristas de Paris e Bruxelas. Reiteramos, que enquanto “implicados” consideramos a comunidade muçulmana, frequentemente envolvida pelos meios noticiosos analisados, enquanto fomentadora dos atentados terroristas.

A posição da jornalista R.L., expressa através das suas duas respostas anteriores, revela que, na sua opinião, não existe justificação para ceder tempo de antena, para a comunidade muçulmana

se pronunciar acerca dos atentados terroristas. A razão, apontada pela entrevistada, é que tal cedência de tempo de antena, poderia implicar, inadvertidamente, a comunidade muçulmana nos atentados. Suscitando um nexo de casualidade, que na verdade não existe.

Contudo defendemos, e ficou expresso em entrevista, que a referida implicação, da comunidade muçulmana a práticas terroristas, estaria a ser veiculada pela comunicação social, como averiguado pela análise de conteúdo realizada.

A jornalista R.L. argumenta veemente que não se deve realizar o mencionando nexo de casualidade, chamando a comunidade muçulmana a se pronunciar. Contudo, o que verificámos é que a implicação é frequentemente efetuada no meios analisados, sendo escassos os casos em que é dada a possibilidade da comunidade muçulmana comentar as ocorrências.

Por outro lado, a entrevistada sustenta que, logo após os atentados terroristas é dever do jornalista relatar factos, e que somente posteriormente, as matérias noticiosas deverão ser abordadas e analisadas com maior rigor e profundidade. A jornalista propõe, para uma eventual abordagem futura, um formato televisivo de documentário.

Esta última declaração da jornalista, merece-nos o seguinte comentário. A cobertura noticiosa distingue-se em duas categorias: episódica e temática. Como mencionando no subcapítulo 6.3.1.6., a análise de conteúdo realizada categoriza a cobertura noticiosa, da totalidade das peças e artigos considerados na investigação, como cobertura episódica. Relembramos que a cobertura episódica decorre de imediato após o acontecimento, por sua vez a cobertura temática ocorre, geralmente, mais tarde.

A cobertura episódica tem como origem episódios isolados, sem recorrência a uma contextualização. Por sua vez, a cobertura temática considera o evento num contexto amplo, associando-o com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento do mesmo com aspetos sociais, políticos, culturais e económicos (Olsson & Ihlen, 2018).

Como evidenciado anteriormente, a totalidade das peças e artigos considerados na investigação (1.125), tiveram uma cobertura noticiosa episódica.

O intervalo temporal considerado na seleção das peças e artigos noticiosos, que compõem o *corpus* noticioso analisado, é de cerca de oito meses e meio. Principia no dia 13 de novembro de 2015, por ocasião dos atentados de Paris e finda a 31 de julho de 2016, sensivelmente quatro meses após os atentados de Bruxelas, de 22 de março de 2016.

A análise de conteúdo realizada, no intervalo temporal mencionado, demonstra que uma cobertura noticiosa temática, considerando uma análise dos eventos num contexto mais amplo, nunca chegou a acontecer no período considerado, de quase nove meses. Uma cobertura noticiosa temática, por exemplo em formato televisivo de documentário, ou em formato desenvolvido de reportagem de imprensa, seria proveitosa, no sentido de contextualizar e perceber os acontecimentos em análise.

Contrariando os argumentos da jornalista R.L., consideramos que as análises não deverão vir posteriormente no tempo, deverão surgir de imediato, ou logo que possível. Defendemos, que uma análise factual e descontextualizada, frequentemente sustentada na opinião somente de alguns dos “envolvidos”, viabiliza juízos e opiniões pouco rigorosos e indesejáveis.

No que concerne às opções de conteúdos visuais difundidos pelos meios analisados, inquirimos dois dos jornalistas considerados.

Junto à jornalista R.L., da *RTP 1*, avançamos com a seguinte análise e posterior questão:

“Nas imagens televisivas analisadas nesta pesquisa, sobre os atentados de Bruxelas, é possível visualizar dezenas de pessoas em pânico, em fuga e corpos estendidos no chão entre o entulho e a poeira resultante das explosões. De igual modo é audível o som de gritos e choro das vítimas. Grande parte das imagens não estão editadas. De igual modo, na maioria das vezes, não houve aviso prévio dos telespetadores para os conteúdos das imagens difundidas.

Perante o exposto, considera importante que o *Telejornal* acautele devidamente a não difusão de imagens violentas, com eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

A jornalista R.L., reportando-se às referidas imagens violentas, afirma que “há imagens que têm de ser mostradas, mas nunca sem aviso prévio”. A questão da adoção do aviso prévio pelos canais televisivos, é evidenciada pela jornalista como obrigatória, sempre que se exibam eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis. A entrevistada, contudo, argumenta que “o momento é de grande pressão e que as coisas estão em tempo real”. Refere ainda, “há uma urgência que advém da concorrência, de querer ser pertinente, de querer ser o primeiro a informar. Isto são valores bons para o jornalismo, mas que são corrompidos por razões comerciais”. No sentido de sustentar o seu argumento, referente às opções dos conteúdos visuais adotados, destaca que imagens como as dos aviões a irromperem pelos prédios nos EUA, a 11 de setembro de 2001, ou as posteriores imagens de pessoas a saltarem dos referidos prédios, devem sempre ser exibidas. Afirma que as referidas são imagens emblemáticas, assim como as das pessoas a saírem da estação de metro de Maelbeek. Termina afirmando que, as imagens devem ser contextualizadas e sempre sujeitas a aviso prévio, aquando da exibição.

Perante os últimos argumentos da jornalista R.L., avançamos com o seguinte comentário na entrevista:

“A questão aqui é sermos exaustivos no rigor. Eu percebo e entendo a existência da componente comercial, contudo, é prioritário o cuidado pelo telespetador, porque muitas das queixas que levaram a deliberações da ERC, tinham a ver com este tipo de

imagens em particular: a exaustiva exibição de gente a morrer, gente a cair de prédios, aviões a embater em prédios...” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

A questão referente às opções de conteúdos visuais difundidos pela *RTP 1*, relativas aos atentados de Bruxelas, mereceram-nos os seguintes comentários. A jornalista R.L. é perentória em considerar que há imagens que embora chocantes, são de exibição obrigatória. Afirmar ainda, que estas imagens deverão ser devidamente e previamente sinalizadas, como contendo conteúdos capazes de traumatizar públicos sensíveis.

Comentando as afirmações da jornalista, adiantamos que estamos de acordo com a sinalização prévia de conteúdos suscetíveis de traumatizar públicos sensíveis. Contudo, consideramos que existem conteúdos que não são passíveis de ser exibidos pelos *media*, como sustentado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Na já referenciada investigação às participações à ERC, referente à cobertura de acontecimentos terroristas e suas respectivas deliberações (Estêvão & Espanha, 2021), sobressai o designado *frame* “Explosões e sangue”. Neste *frame* são considerados determinados conteúdos, nomeadamente, conteúdos descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, pormenorizando a ação violenta, evidenciando imagens e/ou sons associados a violência, como cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões.

Este *frame* surge como predominante em todas as peças analisadas da investigação dos dois autores (Estêvão & Espanha, 2021) e é alvo de deliberações fundamentadas e condenatórias por parte da ERC, como estando associado a uma narrativa de fomento de medo. As referidas deliberações evidenciam:

“A existência de alguns pontos confluentes nas vinte e sete participações rececionadas. Sobressaem, pois, os seguintes argumentos por parte dos queixosos: (1) a abordagem sensacionalista ao tema pelo órgão visado; (2) difusão de imagens violentas e chocantes, sem censura ou aviso prévio ao telespetador; (3) conteúdos apresentados traumatizantes para públicos sensíveis” (Estêvão & Espanha, 2021, p. 85).

A jornalista R.L. argumenta ainda, fundamentando a sua opinião, que a exibição destes conteúdos provém, em grande medida, de fatores concorrenciais entre meios comunicacionais. Os distintos noticiários, no caso do setor televisivo, “combatem” por ser os primeiros a informar e a chegar aos telespetadores.

Contudo reafirmamos, e ficou expresso em entrevista, que a exibição exaustiva de corpos desmembrados, de gente a morrer, a cair de edifícios e de aviões a embater em prédios, ou ainda de conteúdos sonoros, como de pedidos de assistência, lamentos, gritos e choros, nada tem a ver

com a eternização de momentos emblemáticos. Estas imagens e sons têm como fundamento atrair a atenção dos telespetadores, através do choque, viabilizado em última análise um sentimento generalizado de medo. As abordagens são de diversa ordem, nomeadamente, associando a imagens, composições sonoras não diegéticas, que têm como fundamento trazer maior profundidade e emoção às peças noticiosas. Consideramos que é, como evidencia a ERC nas suas deliberações, uma estratégia de manipulação de públicos, através do sensacionalismo.

Ainda concernente aos conteúdos visuais difundidos pelos meios analisados, avançámos com a seguinte análise e posterior questão, junto ao diretor C.R., do *Correio da Manhã*:

“Nos artigos analisados nesta pesquisa, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas, é possível visualizar fotografias explícitas de corpos estendidos no chão, de mortos e feridos resultantes dos atentados. Grande parte das imagens não estão devidamente editadas. Evidencio o artigo do *Correio da Manhã*, de dia 16-11-2015, intitulado de “Fingi estar morta mais de uma hora”, de Bernardo Esteves. No referido, surge uma imagem do interior do *Le Bataclan*, expondo explicitamente dezenas de corpos de vítimas mortais no chão. As imagens não estão devidamente editadas.

Perante o exposto, considera importante que o *Correio da Manhã* acautele devidamente a não difusão de imagens violentas e chocantes, com eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Perante a análise e a questão, o diretor C.R., afirma que:

“(...) é hora de os estudantes da Universidade e Universidade em geral encararem a vida da democracia com ela é. A democracia implica jornalismo livre. É evidente que num atentado terrorista, as imagens devem retratar a realidade e, portanto, o essencial é não adocicarmos a realidade. O que aconteceu ali foi, houve um conjunto de dezenas de pessoas que morreram. Essa realidade existe” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

O diretor C.R., argumenta ainda:

“(...) claro que os *media* ocidentais, que fazem parte de uma civilização de liberdade, de imprensa livre e de cidadania responsável, têm de mostrar as imagens dos acontecimentos, sejam elas quais forem, porque a verdade dói, certo, mas é verdade” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

O diretor do *Correio da Manhã*, confrontado com uma questão que identifica um artigo da edição em papel do CM, que exhibe explicitamente cadáveres de vítimas dentro do *Le Bataclan* (foto no Anexo CC), começa por fazer uso de um argumento, demonstrador de algum descontentamento pela pergunta realizada. Citando o mesmo: “(...) é hora de os estudantes da Universidade e Universidade em geral encararem a vida da democracia com ela é”.

Avançando em fundamentos mais concretizados, o diretor C.R. sublinha que “é evidente que num atentado terrorista, as imagens devem retratar a realidade e, portanto, o essencial é não adocicarmos a realidade”.

Contrariando o contexto em que este argumento é adotado pelo entrevistado, defendemos que no referido artigo, com a evidenciada fotografia dos cadáveres, sobressai uma vez mais o designado *frame* “Explosões e sangue”. Referenciando a entrevistada jornalista R.L, a “exibição destes conteúdos provém, em grande medida, de fatores concorrenciais entre meios comunicacionais”. Uma vez mais enfatizamos, que imagens como a visada, tem como fundamento atrair a atenção dos leitores, através do choque, viabilizando em última análise um sentimento generalizado de medo.

De destacar um outro argumento do entrevistado: “(...) claro que os *media* ocidentais, que fazem parte de uma civilização de liberdade, de imprensa livre e de cidadania responsável, têm de mostrar as imagens dos acontecimentos (...)”. Sustentamos que este comentário, proferido pelo diretor, assenta numa narrativa de “Nós e os outros”, de onde se pode retirar uma leitura das palavras do entrevistado, de que os países do Ocidente, ao contrário dos países do Oriente, pertencem a uma civilização que valoriza a liberdade, a imprensa isenta e a cidadania consciente.

Estes comentários generalistas, redutores e incorretos, relativamente aos países do Oriente, vindos do diretor do *Correio da Manhã* e da CMTV, são de certa forma reveladores da narrativa valorizada pela direção do grupo Cofina, que dita o enquadramento (*framing*) noticioso adotado pelos meios do grupo comunicacional. Segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), o *Correio da Manhã* deteve em 2022, uma quota de mercado de 60%, no setor da imprensa nacional. Segundo a mesma fonte, o CM vendeu no mesmo ano, uma média de 46.409 exemplares por dia, em banca.

Uma vez mais, referenciamos a investigação focada nas participações à ERC, referente à cobertura de acontecimentos terroristas e suas respetivas deliberações (Estêvão & Espanha, 2021). Duas, de um total de quatro participações, visam a cobertura noticiosa dos atentados terroristas ao jornal *Charlie Hebdo* (2015) e na marginal de Nice (2016). Estas duas participações foram realizadas a peças com a chancela da CMTV, do grupo Cofina, detentor do CM, e tiveram como *frame* prevalecente, o denominado “Explosões e sangue”.

No seguimento desta análise, surge uma segunda ronda de questões comuns e transversais aos três entrevistados, no sentido de abordar a temática da eventual promoção do risco e do medo de atentados terroristas, pelos *media*. A seguinte questão é colocada aos três entrevistados:

“Considerando que Portugal é tido como um país seguro e que os *media* em geral são fiáveis enquanto fontes noticiosas, como interpreta que grande parte da população já inquirida nesta pesquisa refira que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a perceção de que existe risco de atentados terroristas em Portugal?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Perante a identificação dos dados do inquérito realizado na investigação e a questão colocada, o jornalista H.F. refere que são constatações interessantes, contudo alega que “nem toda a comunicação social está no mesmo barco”. O jornalista sustenta que a par do que acontece em outros países, também em Portugal existe uma imprensa sensacionalista, que tende a alarmar um pouco a população. Contudo, defende “que há uma imprensa mais cuidadosa, que procura não exhibir imagens de pessoas decepadas, de locais de terrorismo com imagens de vítimas mortais ou feridos”. Conclui, referindo que “os resultados são interessantes, contudo é importante fazer uma separação. Existe um lado mais sensacionalista e outro lado que procura ter cuidados na produção de conteúdos”.

Em resposta à mesma questão, a jornalista R.L. faz uso igualmente de uma metáfora, mencionando que, “os *media* não devem ser todos colocados no mesmo prato da balança”. Desenvolve, sustentando que “há de facto meios que são mais incautos, ou até que, talvez, do ponto de vista estratégico, promovam esses sentimentos nas pessoas, fazendo as pessoas agarrarem-se mais ao ecrã”. Refere ainda, “há empresas de comunicação que contribuem para isso”. A jornalista finaliza, defendendo o desempenho da empresa onde trabalha, sublinhando que a RTP “é há vários anos considerada marca de confiança ao nível da informação”.

Por último, o diretor C.R., responde à questão referindo que “se os *media* transmitiram essa imagem, essa imagem era correta, porque na verdade havia esse risco. Portanto, eu diria que os *media* estavam a cumprir o seu papel, de alerta social e de informação”.

Analisando as respostas dos três entrevistados, evidenciamos que o jornalista H.F. admite a existência em Portugal de uma imprensa sensacionalista, que tende a alarmar a população.

A jornalista R.L. reconhece, de igual modo, a existência de meios comunicacionais que promovem a perceção de risco iminente de atentados terroristas em Portugal. Segundo a jornalista esta abordagem, por parte dos referidos meios, tem motivações estratégicas, no sentido de atrair audiências e leitores.

Por fim, o diretor C.R. desvaloriza os dados partilhados na pergunta, que evidenciam que grande parte dos inquiridos no estudo, associam diretamente a forma como as notícias são

apresentadas pelos *media*, a uma perceção de risco de atentados terroristas em Portugal. O entrevistado argumenta que se existia um risco, este deveria ser comunicado.

Uma outra questão aos entrevistados, referente ainda ao tema da eventual promoção pelos *media*, do risco e do medo de atentados terroristas, é mencionada em baixo.

“A revisão da literatura e alguns dos avanços desta pesquisa permitem-me avançar com a ideia de que o medo, enquanto emoção, emerge em parte, de narrativas jornalísticas associadas ao risco de atentados terroristas. É essa a opinião de académicos (como Alex Schmid) e são essas as conclusões verificadas, em exemplos estudados, na presente investigação. Partilha desta opinião?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Perante a identificação dos avanços da investigação, realizados na questão precedente, o jornalista H.F. volta a referenciar as ideias defendidas anteriormente. Assim, menciona que “existe alguma comunicação social que incute direta ou indiretamente o medo, associando-o a notícias de muitos crimes, e dando muitos pormenores sobre esses crimes”. Defende, porém, que “boa parte da comunicação social tenta não incutir esse medo, pelo menos em demasia”. Por outro lado, o jornalista evidencia que, “muitas vezes temos de transmitir o que está a acontecer. E o que está a acontecer, de facto, são coisas violentas e conturbadas”. De igual modo refere que, “haver atentados em zonas tão próximas de Portugal, leva a que as pessoas tenham medo e que comecem a especular se estas organizações terroristas podem também um dia atacar Portugal”.

A mesma questão realizada à jornalista R.L., considerou em particular a experiência da correspondente em Bruxelas, aquando dos atentados, procurando aferir se a emoção medo era na altura a prevalecente junto à população. A jornalista R.L. relata que “a recordação que retive é que parte da cidade não abandona os seus afazeres, nunca em tempo nenhum”. A jornalista menciona os períodos de confinamento, associados ao COVID-19, afirmando que os “atentados de Bruxelas não tiveram esse efeito (do confinamento) junto às pessoas, as cidades e as ruas não ficaram desertas”. Sublinha, contudo, que “a partir do momento em há um relacionamento com o dia-a-dia da própria pessoa é inevitável, que se expresse algum medo, que advém logo daquela coisa de, podia ter sido eu ou alguém da minha família”. A jornalista, reportando-se em particular ao seu trabalho de correspondente na altura, menciona que procurou não exacerbar emoções como o risco e o medo. Evidencia que, a “escola da rádio”, que advoga, procura “não chafurdar” emoções, nem “exacerbar sons, nem expor as pessoas frente aos ecrãs”. Em relação ao argumento, dos conteúdos noticiosos fomentarem uma perceção, junto ao telespetador, de riscos associados a eventuais atentados terroristas, a opinião da entrevistada é a seguinte:

“Se existir o risco há o dever de o transmitir. Agora, se esse risco não existir, se a percepção desse risco for infundada, então não. Se o risco for real, não só se deve, mas há o dever absoluto de o transmitir. A partir do momento em que é relevante, é notícia, como se costuma dizer. Agora, se não houver razões fundamentadas para considerar que esse risco existe, se não tiver havido uma autoridade a validar, se não houver um levantamento popular, enfim, se não houver indícios muito fortes de que esse risco pode vir a existir ou existe, não se deve transmitir essa mensagem, nem provocar essa convicção nos espetadores” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

Em relação à mesma questão, o diretor C.R, formula um conjunto de apreciações, referentes às narrativas jornalísticas associadas a atentados terroristas. O entrevistado começa por enfatizar que a verdade dos acontecimentos deve prevalecer sempre, e que essa verdade, por vezes, provoca medo, assim como outras emoções. Progride referindo que, “é nossa obrigação dar notícias, não nos podemos preocupar com reações”. Sustenta esta sua afirmação com a seguinte declaração:

“Uma vez construído um discurso jornalístico, que seja feito com base em princípios sólidos e existentes há décadas no jornalismo livre e independente, rigoroso, digamos, e que escrutina os poderes, a construção da notícia pode provocar inúmeras reações” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

O diretor C.R. acaba por evidenciar que foram as “notícias e os relatos da imprensa internacional em geral, que provocaram um conjunto de reações. Nomeadamente, que fez com que atualmente, esse risco terrorista, pelo menos associado ao Islão, esteja mitigado. Concretiza, referindo que, “as opiniões públicas pressionaram os responsáveis políticos a tomarem um conjunto de medidas e a fazerem um conjunto de ponderações” (face ao terrorismo).

Analisando, uma vez mais, as respostas dos três entrevistados, destacamos que o jornalista H.F. volta a referenciar alguma da comunicação social, como fomentadora do sentimento de medo nas audiências e leitores, pormenorizando muitos dos crimes. Segundo este entrevistado, a proximidade geográfica a Portugal, dos atentados ocorridos, viabiliza uma especulação por parte dos *media*, concernente a eventuais atentados terroristas em Portugal.

A jornalista R.L. reconhece que, aquando dos atentados de Bruxelas, o medo era a emoção prevalecente naquela cidade. Menciona que teve o cuidado de enquanto jornalista correspondente na capital belga, de não exacerbar o risco e o medo, nem expor vítimas nos ecrãs. Afirma ainda que, a comunicação de risco real de atentado terrorista, tem de ser bem fundamentada por autoridades credenciadas, para não criar mal-entendidos junto aos telespetadores.

Por último, o diretor C.R. salvaguarda que a “verdade dos acontecimentos deve prevalecer sempre, e que por vezes essa verdade provoca medo”. A afirmação do entrevistado é acompanhada de uma outra, que define e limita a ação do jornalista a: “é nossa obrigação dar notícias, não nos podemos preocupar com reações”. Perante esta última afirmação, relembramos a referida imagem que compunha o mencionado artigo do *CM*, que explicitamente exhibe cadáveres no *Le Bataclan* (Anexo CC). Consideramos que fotografias como a referida, suscitam reações por parte dos leitores e desencadeiam emoções, nomeadamente de medo.

Na mencionada investigação às participações à ERC, referente à cobertura de acontecimentos terroristas e suas respetivas deliberações (Estêvão & Espanha, 2021), encontram-se descritos os pareceres deliberativos da ERC (Estêvão & Espanha, 2021, p. 73), a determinada participação a uma peça com a chancela da *CMTV*. Embora os pareceres em causa na investigação, aludem exclusivamente a participações referentes a conteúdos televisivos, poderão encontrar-se aqui semelhantes violações a princípios essenciais à atividade jornalística. Em causa na referida participação à ERC, e de igual modo identificado no conteúdo fotográfico do artigo analisado do *CM*, constata-se uma “violação de princípios essenciais à atividade jornalística, em concreto, os que postulam a rejeição do sensacionalismo e o dever de abstenção de recolha – e divulgação – de declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional ou física, conforme o determina o Estatuto do Jornalista¹⁰⁷, no seu artigo 14.º, n.º 1, alínea a), e n.º 2, alínea d), respetivamente” (Estêvão & Espanha, 2021, p. 73). Nas declarações proferidas pelo entrevistado C.R., o mesmo evidencia ainda uma clara convicção de que o risco de atentados terroristas, associados aos Islão, está atualmente mitigado, muito devido ao papel da imprensa internacional. O entrevistado procurou, desta forma, associar diretamente a abordagem e enquadramento noticioso adotado pelo *CM*, na luta contra o terrorismo. Contrariando a opinião do entrevistado, alegamos que nos parece redutora e pouco sustentável, uma teoria que associa diretamente o papel da imprensa internacional à mitigação do risco terrorista.

Após a anterior síntese, de algumas das questões comuns e transversais aos entrevistados, encetamos de seguida um novo momento, relativo a algumas das questões/respostas específicas aos entrevistados.

À jornalista R.L. foram colocadas duas questões, concernentes especificamente à cobertura dos atentados terroristas de Bruxelas, pela *RTP 1*. A primeira questão colocada foi a seguinte:

“Da análise de conteúdo realizada aos já evidenciados noticiários do *Telejornal*, destaco alguns exemplos, referentes aos atentados de Bruxelas:

¹⁰⁷ https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=136&tabela=leis

Entrevista em estúdio a Constança Urbano Sousa, na altura Ministra da Administração Interna.

- Pivô questiona: “A ameaça jihadista estende-se a Portugal?”
- A Ministra responde: “Não estamos imunes à ameaça”.
- Pivô questiona: “Tem consciência que o *ISIS* colocou Portugal nos países a conquistar?”
- A Ministra responde: “Colocou vários estados, é uma batalha que deve ser travada”. (23-03-2016).

Nesse mesmo noticiário, no mesmo dia, é entrevistado em estúdio o General Leonel Carvalho e o pivô volta a focar o eventual risco de atentado em Portugal.

- Pivô questiona: Devemos estar preocupados em Portugal?
- General responde: “Somos europeus, mas não estamos na linha da frente...”
- Pivô questiona: “Contudo estamos na lista de países a conquistar...”
- General responde, a sorrir: “Mas a lista tinha 60 países...!!!”

Perante isto, questiono à Raquel e com base nos dois exemplos referenciados, considera que poderá ter existido um amplificar do risco da ameaça de atentado a Portugal, nestes casos?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

A jornalista R.L. refere que desconhece a existência da referida lista de países. No seu comentário menciona que “Portugal não pode ser obviamente alheio, nem pode ser, desde logo e como dizia o General, por fazer parte do continente europeu e por ser membro da União Europeia”.

A segunda questão colocada à jornalista R.L., começa por destacar pequenas partes de conteúdos dos noticiários, que fizeram a cobertura dos atentados de Bruxelas:

- “Reportagem no *Telejornal* dá conta que o *ISIS* tentou recrutar militantes em Portugal. O aliciamento é realizado através da Internet ou presencialmente, na zona da grande Lisboa (02-04-2016).
- O *Telejornal* inicia com o seguinte oráculo em rodapé – “Ameaça a Portugal”, e onde se refere que o *ISIS* ameaça Portugal como alvo a abater.

No seguimento do *Telejornal*, uma declaração da Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, reportando-se à cobertura dos atentados terroristas, refere, e passo a citar:

“(...) a comunicação social tem um papel a desempenhar, no sentido de não fazer deste tipo de notícias um grande alarmismo pois geram terror entre as pessoas (...)” (01-04-2016).

Fazendo agora referencia às duas últimas peças referidas: uma primeira, reportando-se a eventuais tentativas de recrutamento de militantes por parte do *ISIS* em Lisboa; uma

segunda peça, reportando-se a uma ameaça feita pelo *ISIS* a Portugal e as declarações da MAI face ao papel dos *media*, questiono - considera, como afirma a MAI, estes exemplos “alarmistas”, no sentido de poderem gerar “terror” entre as pessoas? Ainda, existem diretrizes específicas, por parte da sua redação, referentes à cobertura, no sentido de minimizar o efeito do alarmismo?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

A jornalista R.L., evidencia na sua resposta as diretrizes específicas da redação onde trabalha atualmente (*Antena 1*). Neste sentido, menciona que “existem indicações claras e regulares, sempre a propósito dos acontecimentos que vão surgindo. Mais recentemente, sobre a cobertura da guerra na Ucrânia”. Segundo a mesma, as diretrizes são disponibilizadas por parte da Direção e do Conselho de Redação. A entrevistada menciona ainda que a redação dinamiza fóruns e debates, referentes a temáticas como: o alarmismo na comunicação noticiosa e os cuidados a ter nas descrições gráficas. A jornalista esclarece:

“Estou com receio que isto pareça censura, quando não sinto nada que seja. Vejo isto mais como indicações, como um livro de estilo, para que as coisas não sejam comunicadas em excesso, que sejam ditas na medida certa e sem loucuras” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

Ainda em resposta à questão, a entrevistada avança com o seguinte comentário:

“Perante o que sabemos hoje, é muito fácil achar ridículo esse oráculo que citou. Mas é à luz do que sabemos hoje e como lhe disse já numa resposta anterior, no momento a quente, quando as coisas estão a acontecer, toda a gente é um bocadinho acometida por aquele ataque de medo, que falávamos há pouco. Ou seja, é difícil filtrar a informação que chega, porque verdadeiramente nós estamos a lidar com o desconhecido. Agora, quando olhamos para trás seis anos, porque obviamente sabemos que o *ISIS* não atacou Portugal, achamos aquele oráculo ridículo, mas já não achamos ridícula a notícia sobre o *ISIS* angariar pessoas em Portugal porque, entretanto, sabemos que isso aconteceu. Acho que se calhar é um bocadinho ingrato, eu sei que obviamente é a função da academia estudar o que o que passou e analisar, mas a avaliação que foi feita naquele momento, não é feita com todo o conhecimento que nós temos agora, seis anos depois. Enfim, eu acho que isto pode servir para mitigar algumas das críticas que nós naturalmente agora fazemos, quando somos confrontados com isso” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

Este comentário da entrevistada, conduz à seguinte observação, por parte do entrevistador/investigador:

“Eu percebo o que a Raquel me está a querer dizer. Mas, partindo nós do princípio que estamos a lidar com o desconhecido, e considerando o papel importante dos *media*, não deveria haver um cuidado adicional na transmissão da mensagem? Abrir um noticiário com um oráculo destes, indicando uma ameaça a Portugal...” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

Uma vez mais a entrevistada retorque:

“Tem razão, a mim parece-me manifestamente excessivo. Mas isso, é porque a minha visão de como dar a informação é mais conservadora. Essas minhas práticas, tem a ver com a escola da rádio e não com a escola da televisão, que já abordámos. Um noticiário na rádio, muito dificilmente começaria com uma coisa assim, com base na informação que havia” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

Perante as duas questões realizadas, e a apresentação de breves trechos de noticiários da *RTP 1*, a jornalista evidencia que a *RTP* (*RTP 1* e *Antena 1*) dispõem de indicações claras e regulares para a cobertura noticiosa dos acontecimentos que vão surgindo. A cobertura noticiosa de atentados terroristas não é exceção. A entrevistada, numa primeira abordagem, procura de alguma forma justificar o emprego do oráculo que surge em rodapé “Ameaça a Portugal”, minimizando o impacto do mesmo, e defendendo que na altura estavam a lidar com o desconhecido, com o incerto. Procura desculpabilizar a adoção do oráculo, afirmando que atualmente sabemos que não houve atentado terrorista, mas na altura era algo incerto.

Rebatemos, aquando da entrevista, esta opinião da entrevistada, afirmando que a incerteza da situação da altura, relativamente a eventuais atentados terroristas a Portugal, maiores responsabilidades traria aos *media*, pela sua importância na difusão da mensagem. Defendemos que, o referido oráculo em rodapé, a abrir o principal noticiário diário na *RTP 1* (das 20 horas), no canal televisivo estatal, evidenciando um real risco de atentado terrorista em Portugal, cria condições para o fomento do sentimento de medo junto aos telespetadores.

A jornalista R.L., acaba por admitir que a colocação do referido oráculo em rodapé, no noticiário das 20h, foi manifestamente excessiva.

No decorrer da entrevista ao jornalista H.F. surge, uma vez mais, a temática da narrativa jornalística associada ao risco iminente de atentados terroristas. A seguinte questão foi colocada ao referido:

“Muito devido à investigação que conduziu em conjunto com a jornalista Raquel Moleiro, que originou a obra *“Os Jiadistas Portugueses”*, tomou consciência da realidade muito particular de portugueses que lutam ou lutaram no Estado Islâmico. Tem assinado no jornal *Expresso* alguns artigos referenciando a temática referida, nunca conjecturando um risco iminente de atentados em Portugal, por parte de portugueses associados ao Estado Islâmico. Constatámos, contudo, que a referência a este risco é frequentemente salientada por vários *media* nacionais. Considera que a adoção de uma narrativa de risco iminente é instigadora de medo na população?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

O entrevistado responde da seguinte forma:

“Claro, obviamente, ou seja, estarmos a especular, a dizer que um pequeno grupo de portugueses vinham para cá meter bombas no Terreiro do Paço. Estou a dizer isto de uma maneira muito irónica. Mas escrever coisas parecidas com esta, obviamente que instiga o medo. Muito mais nas populações menos informadas, nos mais idosos e fragilizados. Esse tipo de comunicação aumenta o medo dessas pessoas perante estes fenómenos. Não tenho dúvidas mesmo” (citação de Hugo Franco, presente em entrevista).

A resposta do jornalista H.F. esclarece que defende, com convicção, que a adoção de uma narrativa de risco iminente, é estimuladora de medo na população. Sustenta que, os principais visados desta narrativa são as populações menos informadas, como os idosos. Concordamos com os argumentos do entrevistado.

No sentido de analisar o verificado interesse, por parte da generalidade dos *media* estudados, em encontrar associações dos atentados de Paris e Bruxelas, a Portugal e aos portugueses, inquirimos dois dos jornalistas considerados. A questão, na sua essência, resume-se ao exposto:

“A análise de conteúdo aos *media* que temos vindo a realizar, vem demonstrando que existe por parte da generalidade dos *media* analisados, um interesse muito vincado em encontrar associações dos atentados de Paris e Bruxelas, a Portugal e aos portugueses. Seja pelo reconhecimento de vítimas portuguesas e de terroristas de ascendência portuguesa, seja através de depoimentos de portugueses no local, ou de portugueses heróis (como a porteira que albergou dezenas de vítimas em Paris), seja pela recolha dos testemunhos de vizinhos portugueses dos terroristas em Bruxelas que privaram com

estes, num prédio de um português, seja pelos apelidos adotados pelos terroristas, aquando do aluguer do apartamento, que eram de origem portuguesa. É pois notória e transversal à generalidade dos *media* analisados, esta característica de busca de associação a Portugal. Pode-me comentar esta análise?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

O jornalista H.F. concorda com a análise feita. Contudo, refere que a mesma associação pelos *media*, se aplica a distintas temáticas e é transversal aos países. Exemplifica, pelo lado positivo, os heróis portugueses no desporto e pelo lado negativo, os portugueses que cometem crimes. O entrevistado, reportando-se à sua prestação em Bruxelas, enquanto enviado especial, evidencia o seguinte:

“Lembro-me de ter falado com portugueses, quando estive em Bruxelas, e de ter esse ângulo português. É importante tê-lo para identificar o lado dos bons, entre aspas, dos heróis, e o lado dos criminosos ou dos alegados criminosos. Nós jornalistas sabemos, que isso faz despertar muito mais a atenção à notícia, por ter um português ou uma portuguesa, envolvidos. Não tenho dúvidas disso. É uma estratégia” (citação de Hugo Franco, presente em entrevista).

O jornalista H.F. admite que faz parte de uma estratégia jornalística, que se encontra generalizada enquanto prática adotada pelos *media*, o reconhecimento de concidadãos envolvidos, de alguma forma nos acontecimentos. Segundo o mesmo, havendo portugueses envolvidos, a notícia assume maior relevância e interesse junto ao público nacional.

O entrevistado faz uma outra referência, que merece a nossa análise. Assim, segundo H.F., a associação de acontecimentos deste género a Portugal e a portugueses, nomeadamente numa narrativa de heróis e vilões, viabiliza o posicionamento e permite identificar quem está do lado dos “bons” e do lado dos “maus”. O *frame* reconhecido na análise de conteúdo, designado de “Nós e os outros”, assenta na dicotomia que defende que o Ocidente, são os “bons” e o Oriente, os “maus”.

Por sua vez o diretor C.R., face à mesma questão, esclarece que à adoção de narrativas que privilegiam associações dos atentados terroristas a Portugal e aos portugueses, assiste a regra jornalística da proximidade. Segundo o mesmo:

“O que é mais próximo é mais relevante jornalisticamente. Um atentado que mata 10 pessoas na China, apesar de ser o mesmo acontecimento de um outro que mata 10 pessoas em Paris, para nós, cidadãos portugueses têm mais relevância o último, devido à proximidade a Paris. A questão do *Le Bataclan* foi esta. Diz respeito à comunidade

portuguesa, há portugueses envolvidos, é mais próximo, assim tem mais relevância e mais pertinência jornalística” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

O diretor C.R. realiza o mesmo juízo que o anterior entrevistado, assumindo que a regra jornalística da proximidade é amplamente difundida pelos *media*. Segundo o entrevistado, “o que é mais próximo é mais relevante jornalisticamente”. O diretor desenvolve, afirmando, que as vítimas mortais de um atentado em Paris, assumem maior relevância jornalística, que as vítimas mortais de um atentado na China, pela proximidade geográfica.

Rebatemos parcialmente esta afirmação. Por um lado, consideramos que a regra da proximidade é perceptível enquanto prática jornalística, e que um atentado em Paris, para um europeu, tenha maior pertinência a nível noticioso, de que um atentado em Pequim. Consideramos, contudo, que a regra da proximidade, referenciada por ambos, não se prende somente com uma proximidade geográfica, mas também com uma proximidade ideológica e de valores.

A já referenciada autora Rita Colistra (2012), propõe o conceito de *agenda cutting*, que compreende a manutenção fora da agenda mediática, de determinado tema ou assunto. A título exemplificativo, referenciamos o caso da cobertura noticiosa dos atentados de Beirute, ocorridos a 12 de novembro de 2015, um dia antes dos atentados de Paris. A análise de conteúdo realizada à totalidade dos meios televisivos e radiofónicos considerados, revela a inexistência de uma única peça noticiosa, reportando os atentados de Beirute, durante o intervalo temporal compreendido entre 13 de novembro de 2015 e 31 de julho de 2016.

É neste contexto que discordamos, parcialmente, das afirmações do entrevistado, nomeadamente da pertinência, identificada, da cobertura noticiosa de atentados no Ocidente, diferir da pertinência de cobertura noticiosa de atentados no Oriente.

A finalizar a totalidade das três entrevistas, surge uma terceira ronda de questões comuns e transversais aos três entrevistados, no sentido de apurar a relevância da adoção, por parte das redações, de ferramentas de boas práticas para realizar a cobertura noticiosa de atentados terroristas.

A seguinte questão é colocada aos três entrevistados:

“Em 2017, com a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é publicado e disponibilizado em acesso livre o guia *Terrorism and the Media – Handbook for Journalists*.

As Nações Unidas justificam desta forma a pertinência do referido manual:

“Espera-se que este guia, desenvolvido com os contributos de jornalistas, editores e produtores de *media*, atue como um recurso crítico para todos aqueles que noticiam acontecimentos terroristas. (...) irá encorajar à autorreflexão por parte dos profissionais

de *media*, no sentido de evitar contribuir para uma estigmatização e divisão. Pode ser ainda uma base para a criação e revisão de códigos de boas práticas, garantindo que determinados valores sejam consagrados nas operações diárias de organizações de *media*” (Marthoz, 2017, p. 5).

Conhece este guia de boas práticas, relativo à cobertura mediática de atentados terroristas?” (citação do entrevistador, presente em entrevista).

A esta primeira questão, a totalidade dos jornalistas entrevistados, responde que desconhece o referido guia de boas práticas.

Uma segunda questão colocada aos três jornalistas, pretende aferir se estes valorizam este tipo de guias, enquanto ferramentas para profissionais da comunicação social.

O jornalista H.F. refere o seguinte:

“É importante haver informação objetiva e sólida para nos balizarmos e tentar não cometer erros passados, nomeadamente, o de mostrar imagens de vítimas em cenários terroristas, que considero como um dos maiores erros que se pode fazer em jornalismo. Mostrar o horror às pessoas e em bruto, é para mim uma coisa lastimável. (...) É bom haver guias práticos, com *guidelines*, para nos podermos mexer e atuar de uma maneira mais objetiva e menos sensacionalista sobre este fenómeno, onde é fácil resvalar para o sensacionalismo” (citação de Hugo Franco, presente em entrevista).

A esta mesma questão a jornalista R.L. responde:

“(...) Um documento de uma entidade externa, ainda mais da ONU é da maior utilidade. Mas isso não invalida, nem por sombras, que cada órgão de comunicação social tenha o seu próprio livro de estilo, até porque as orientações editoriais são muito diferentes entre os vários órgãos. Chamando os bois pelos nomes, e eu não vou ter pruridos, é muito diferente a orientação editorial usada pela *RTP*, da usada pela *CMTV*. Nenhuma delas é completamente ilegítima. Ou melhor, nenhuma delas é proibida. Mas um livro de estilo numa e noutra serão, em muitos pontos, literalmente opostos. E por isso é que é muito útil que haja um documento como esse da ONU. Contudo, não invalida que cada órgão de comunicação social tenha o seu próprio livro de estilo e o seu manual, com as orientações que acha relevantes para acompanhar as diferentes temáticas” (citação de Raquel Lopes, presente em entrevista).

Por fim, o diretor C.R., esclarece que:

“Vamos lá a ver, as nossas ferramentas são as ferramentas técnicas do jornalismo. É evidente que todos os contributos são válidos, mas era preciso ver quem é que fez estes guias. Foram feitos por jornalistas? são jornalistas de países ocidentais livres? As coisas feitas pelas Nações Unidas, fazem lembrar um bocadinho aquela coisa da Organização Mundial de Saúde. Quer dizer, quem são os cientistas? são cientistas de democracias livres, ocidentais, escrutinadas, de Estados de direito, ou são especialistas de países não democráticos? Depende, portanto, tinha que ver quem os fez, quem é que os validou, se foram ou não aprovados por Estados, por governos, se esses governos são ou não democráticos. Sinceramente, não vejo muita relevância, na adoção destes guias (...)” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

Opiniões dispares evidenciam-se das respostas dos três entrevistados, referentes à adoção de ferramentas de boas práticas para realizar a cobertura noticiosa de atentados terroristas.

Por um lado, os jornalistas H.F. e R.L. valorizam o fomento de adoção de ferramentas ou de linhas orientadoras, que auxiliem uma abordagem ao tema dos atentados terroristas. Na opinião dos dois entrevistados, o referenciado guia da ONU ou outros similares são aconselhados a adotar pelas redações.

Neste sentido, o jornalista H.F. evidencia a importância de aceder a informação objetiva e sólida, no sentido de evitar erros passados e a enveredar no sensacionalismo.

A jornalista R.L. refere que a orientação editorial da *RTP* é antagónica à orientação editorial da *CMTV*. Ainda esclarece, que ambas as redações adotam livros de estilo totalmente distintos, no entanto nenhum deles proibido. Sublinha, para terminar, que o guia orientador redigido pela ONU, reveste-se de importância pela sua proveniência.

O diretor C.R., por outro lado, desvaloriza o guia e coloca em causa a proveniência valorizada pela jornalista R.L. ao mesmo. A questão associada à notoriedade da ONU, não é reconhecida pelo entrevistado, que coloca em consideração quem redigiu o guia. Afirma, perentoriamente, que não existe interesse por parte da redação do *Correio da Manhã*, em adotar o guia em causa. Na sua resposta, o entrevistado volta a evidenciar a dicotomia Ocidente *versus* Oriente, assente no *frame* “Nós e os outros”, mencionando e dando a entender que o guia somente tem credibilidade, se for redigido por ocidentais.

Por fim, uma terceira questão colocada aos jornalistas, pretende aferir se estes viriam como vantajosa a adoção de guias de boas práticas de cobertura mediática de atentados terroristas, nas redações onde trabalham.

O jornalista H.F., reportando-se à sua experiência enquanto enviado especial em Bruxelas, informa:

“Nós tínhamos algumas linhas. Por exemplo, uma coisa que o *Expresso* adotou, e lembro-me do meu editor ter sempre muito cuidado com isso, era noticiar o número de mortos com rigor. Na atualização das notícias, identificar o número de mortos e de feridos, somente após a confirmação oficial. Não ir atrás dos números que os outros órgãos avançam, só avançar após confirmação. Tentámos sempre ser rigorosos com isso. De igual modo, acho que nunca publicámos imagens de pessoas mortas” (citação de Hugo Franco, presente em entrevista).

Por sua vez, o diretor C.R., defende que:

“Nós seguimos o nosso estatuto editorial e toda a legislação referente à prática da imprensa e, portanto, esses são os nossos guias. O nosso compromisso com os leitores é seguir esses princípios, quer do jornalismo quer do nosso estatuto editorial. Um guia específico para tratar atentados terroristas parece-nos que seria injustificável. Tratamos os atentados terroristas com o mesmo código de valores, que tratamos todas as outras notícias. Atualmente, esse problema não se tem colocado” (citação de Carlos Rodrigues, presente em entrevista).

Das afirmações do jornalista H.F., é perceptível que a redação do *Expresso* valoriza a adoção de linhas orientadoras a abordar, na cobertura noticiosa de atentados terroristas. O jornalista menciona, a título exemplificativo, que existiu sempre o cuidado em noticiar o número de vítimas mortais, com o máximo rigor. De igual modo refere, que o *Expresso* nunca publicou fotografias de vítimas mortais.

Por sua vez, o diretor C.R. afirma que adotam, enquanto guias, os estatutos editoriais do *Correio da Manhã* e a legislação em vigor, referente ao exercício de funções da imprensa. O entrevistado argumenta, que não vislumbra qualquer pertinência da redação do *Correio da Manhã*, em adotar um guia de boas práticas de cobertura noticiosa de atentados terroristas.

Considerando a resposta do jornalista H.F., do *Expresso*, contrastante com a abordagem do diretor C.R., do *Correio da Manhã*, referimos que a *Correio da Manhã* adiantou, aquando do atentado de Paris, um número de vítimas mortais, superior ao verificável. A capa do *CM* exibia, no dia seguinte aos atentados de Paris, a 14 de novembro de 2015, um cabeçalho que mencionava que o número de vítimas mortais dos atentados de Paris era superior a 140 indivíduos, contudo a contagem final apresentou-se em 130 vítimas.

7.2. Síntese conclusiva das entrevistas

As entrevistas realizadas a três dos intervenientes diretos na cobertura dos atentados terroristas de Paris (2015) e Bruxelas (2016), os jornalistas Hugo Franco, do *Expresso*, Raquel Lopes, da *RTP* e

o diretor Carlos Rodrigues, do *Correio da Manhã*, evidenciaram um conjunto de pistas, que podem ajudar a compreender algumas das opções de cobertura noticiosa tomadas pelos meios analisados.

A análise de conteúdo e de *framing*, realizada nos subcapítulos precedentes (capítulo 6. e seguintes), viabilizou a concretização das entrevistas aos jornalistas, fundamentando as temáticas a considerar e a constar na recolha de depoimentos. As entrevistas realizadas procuraram confirmar algumas das constatações que surgiram da análise de conteúdo e de *framing*, procurando, sempre que possível, confrontar os entrevistados com as opções de cobertura noticiosa realizada e perceber perspectivas para a criação de uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, mais esclarecedora, factual e isenta.

Prestámos especial atenção, nesta síntese conclusiva, a duas das três questões de investigação da análise de conteúdo e de *framing*, consideradas. As questões referidas orientaram as opções temáticas a considerar nas entrevistas. São elas: “*Que frames noticiosos se evidenciam, pela sua prevalência, nas peças e artigos jornalísticos dos media portugueses, que compõem o corpus de análise?*” e “*De que forma estes frames, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal?*”.

Focámos, a maior parte das questões das entrevistas, na temática dos *frames* noticiosos adotados pelos meios analisados, e a forma como estes viabilizam as narrativas associadas ao risco e ao medo de atentados terroristas. Ainda antes de avançarmos nesta análise, apresentamos alguns dados referentes às entrevistas realizadas.

Verificou-se que não existe, por parte dos entrevistados, experiência específica na cobertura noticiosa de acontecimentos deste género, nomeadamente de atentados terroristas ou enquanto repórteres de guerra, na cobertura de conflitos armados. Esta inexperiência é transversal, à generalidade dos jornalistas em Portugal, segundo o que se apurou pelos depoimentos em entrevistas.

Perante alguns dos problemas identificados em entrevista, e da escassez de experiência na cobertura noticiosa de atentados terroristas, por parte da generalidade dos jornalistas portugueses, o jornalista do *Expresso* e a jornalista da *RTP (Antena 1 e RTP 1)*, reconhecem a relevância da adoção, por parte das redações, de guias de boas práticas, que auxiliem a cobertura dos referidos atentados. Os mencionados jornalistas reconhecem falhas próprias e dos meios que representam, na cobertura noticiosa de atentados terroristas.

O diretor do *Correio da Manhã* (e da *CMTV*), apesar de ter sido confrontado com algumas práticas jornalistas, nomeadamente enquadramentos noticiosos (*framing*) adotados, passíveis de fomentar o risco e o medo de atentados terroristas, sustentou que a redação do *Correio da Manhã* não necessita de guias de boas práticas específicos, que auxiliem a cobertura de atentados terroristas. Relembramos que, o *frame* noticioso “Explosões e sangue”, surge em evidência na generalidade dos meios que realizam a cobertura noticiosa de atentados terroristas, e que o *Correio*

da Manhã não é alheio a esta prática. A imagem exibida pelo *Correio da Manhã*, referenciada em entrevista, dos cadáveres expostos no *Le Bataclan* (em Anexo CC) enquadra-se no designado *frame* “Explosões e sangue”, apesar do diretor C.R. desvalorizar o papel sensacionalista da mesma, assim como da capacidade de esta fomentar o medo. Ainda relembramos, que conteúdos da CMTV (grupo Cofina), enquadrados de igual modo no *frame* “Explosões e sangue”, nomeadamente dos atentados terroristas ao jornal *Charlie Hebdo* (2015) e na marginal de Nice (2016), incorreram em participações por parte da comunidade civil junto à ERC, que resultaram em deliberações condenatórias por parte da mesma (Estêvão & Espanha, 2021).

As entrevistas revelaram ainda a inexistência de pressão editorial, por parte das redações, concernente à abordagem ao tema dos atentados terroristas. É mencionada, pela totalidade dos entrevistados, uma pressão jornalística em encontrar conteúdos a noticiar, no entanto nunca é referida qualquer pressão específica de abordagem ao tema dos atentados terroristas.

Concernente ao tipo das fontes utilizadas pelos entrevistados, aquando da cobertura dos atentados terroristas, esclarecemos que as opções identificadas são essencialmente as mesmas. Todos os três meios considerados (*RTP*, *Expresso* e *Correio da Manhã*), contaram com jornalistas (correspondentes e/ou enviados especiais) nos locais visados, aquando da cobertura dos atentados. As fontes identificadas pelos entrevistados, na cobertura noticiosa dos atentados terroristas foram, entre outras, agências noticiosas e de informação, forças policiais e de segurança, vítimas e testemunhas no local, população imigrante e local, outros jornalistas.

Evidenciamos de seguida algumas das constatações, retiradas das entrevistas, associadas aos *frames* noticiosos adotados pelos meios analisados.

O jornalista H.F. do *Expresso*, sustenta as constatações da análise de conteúdo realizada, admitindo que no meio que representa, existiu um diminuto tempo de antena concedido à comunidade muçulmana, no sentido de se posicionar perante os atentados terroristas analisados. A necessidade e justificação de conceder tempo de antena a esta comunidade muçulmana, prende-se por se verificar que nos meios analisados, frequentemente se adota um enquadramento (*framing*) em que se associa islamismo, enquanto religião, a terrorismo e de islâmico a terrorista. Ao *frame* que caracteriza a situação descrita, designámos de “Radicais islâmicos”, considerando a referida associação e conotação que fazem os *media* da religião islâmica a práticas terroristas. John Tolan (2002), argumenta que grande parte dos *media*, adotam um discurso islamofóbico, que defende que o Islão não é religião e que todos os muçulmanos são extremistas violentos. A narrativa associada ao *frame* “Radicais islâmicos” vigora nos *media*, e acentua-se, nomeadamente, quando não é concedida à comunidade muçulmana, a possibilidade de se pronunciar e desvincular relativamente a atentados terroristas.

Alguns dos exemplos associados ao *frame* “Radicais islâmicos”, encontram-se identificados no Anexo BQ. A associação protagonizada pelos *media*, entre terrorismo e islamismo, assume distintos formatos, nomeadamente, através da adoção de terminologias no discurso jornalístico, que

viabilizam o *frame* “Radicais islâmicos”. Algumas das terminologias ou rótulos adotados são: “radical islâmico”; “terrorismo islâmico”; “fundamentalismo islâmico”; entre outros.

O jornalista H.F. assume a falta de rigor, de planeamento e de tempo, como as principais razões que podem levá-lo a adotar a terminologia em análise. Admite que estas terminologias têm implicações gravosas, associando as ações de um número residual de indivíduos, à totalidade (de centenas de milhões) de crentes da religião islâmica no mundo.

A jornalista R.L. da *RTP (Antena 1 e RTP 1)*, por outro lado, defende que não se deve ceder tempo de antena à comunidade muçulmana. Defende que, ao se convocar esta comunidade a se pronunciar, se está a criar um nexo de casualidade, que na verdade não existe.

Rebatendo esta última opinião, defendemos que a referida implicação, da comunidade muçulmana a práticas terroristas, estaria na altura a ser veiculada, em alguns casos, pela comunicação social, como averiguado pela análise de conteúdo realizada. Kimberly Powell (2011) e Eric Nevalsky (2015) sustentam que, muito do conhecimento que a sociedade ocidental tem da sociedade oriental, nomeadamente do Islão e dos muçulmanos, provém de conteúdos disponibilizados pelos *media*. Powell (2011), argumenta ainda que, a realidade criada pelos *media* resulta em estereótipos duradouros sobre grupos, religiões e povos. As referências à associação entre terrorismo e islamismo surgem em distintos meios analisados, e por via de distintos *frames*, como veremos a seguir.

As implicações da comunidade muçulmana a práticas terroristas foram explicitamente proferidas por membros da classe política internacional, como Marine Le Pen, na altura líder do partido francês Frente Nacional¹⁰⁸ e Donald Trump, na altura candidato a Presidente dos EUA, pelo Partido Republicano¹⁰⁹. As referidas foram divulgadas nos meios de comunicação social, a nível internacional.

A nível nacional, referenciamos alguns artigos noticiosos específicos, alusivos ao *frame* “Radicais islâmicos” (Anexo BQ) e ao *frame* “Nós e os outros” (Anexo BR). O *frame* “Nós e os outros” evidencia-se, de igual modo nesta análise, ao fazer uma associação entre aqueles Estados e nações que fazem parte do “eixo do bem” (Ocidente) e aqueles que fazem parte do “eixo do mal” (Oriente). Um terceiro *frame* identificado, que contribui para a mencionada associação, é o designado “Imigrantes ou refugiados terroristas”, onde se sustenta que, imigrantes ou refugiados provenientes de nações árabes, são terroristas ou de alguma forma implicados com o terrorismo. Algumas peças e artigos noticiosos, alusivos a este último *frame*, encontram-se identificados no Anexo BS.

Em oposição ao três *frames* mencionados, sobressai o *frame* “Islão”. O referido, encontra-se no conjunto dos dez *frames* prevaletentes, evidenciado a partir da análise de conteúdo e de *framing*

¹⁰⁸ <https://rassemblementnational.fr/>

¹⁰⁹ <https://www.gop.com/>

realizada. O *frame* “Islão” compreende a possibilidade concedida à comunidade islâmica em Portugal, de comentar e se posicionar perante os atentados terroristas em análise. De igual modo considera, o posicionamento da comunidade portuguesa não muçulmana, dos mais distintos quadrantes, nomeadamente, político, religioso, académico e comunicação social, entre outros, na desvinculação que associa Islão a terrorismo.

O *frame* “Islamofobia”, adotado pelos meios analisados, e que identifica referências a uma aversão ao Islão e ao que é islâmico, em virtude dos atentados terroristas, é de certa forma demonstrativo de uma narrativa, com expressividade em determinados quadrantes, nomeadamente, político, religioso, académico e comunicação social, que associa terrorismo e islamismo. Algumas peças e artigos noticiosos, alusivos ao *frame* “Islamofobia”, encontram-se identificados no quadro 6.24.

O reconhecimento do *frame* “Islamofobia”, no *corpus* noticioso analisado, é revelador que ao contrário do afirmado pela jornalista R.L., robustece uma narrativa nos *media* que associa terrorismo e islamismo, e que se torna imperativa esta desvinculação. No subcapítulo 6.4.5. aprofundamos uma análise ao *frame* “Islamofobia”, de onde destacamos os pareceres de José Mapril (2012), que associa islamofobia a “um conjunto de discursos carregados de pânico morais e simultaneamente um processo global de racialização da figura do muçulmano” (Mapril, 2012, p. 141). Por sua vez, Roza Tsagarousianou (2016), argumenta que as vozes e opiniões da comunidade muçulmana, surgem em desvantagem nas narrativas dos *media*, que valoriza o discurso islamofóbico e o discurso de uma minoria islamista¹¹⁰. Sustentamos a ideia de que, uma das formas de combater a islamofobia e a associação referenciada, entre islamismo e terrorismo, é através da disponibilização de tempo de antena nos *media*, à comunidade muçulmana, no sentido de esta se pronunciar em relação aos atentados terroristas.

Igualmente para análise, surgem dois depoimentos dos entrevistados, concernentes à exibição, por parte dos meios que representam, de imagens e fotografias, com eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis. Verificámos que as opiniões de ambos os entrevistados, coincidem na não condenação da exibição das imagens e fotografias referenciadas.

A jornalista R.L. evidencia a importância da adoção do aviso prévio, aquando da exibição televisiva, de conteúdos eventualmente traumatizantes para públicos sensíveis. Justifica a exibição das imagens referenciadas, argumentando que há imagens emblemáticas que são de apresentação obrigatória. A entrevistada, admite por fim, que o fator concorrencial está muito presente na escolha deste tipo de conteúdos, nomeadamente, ao mostrar mais e antes de todos os outros meios.

Rebatendo uma vez mais a opinião da jornalista R.L., consideramos que existe uma linha ténue, a considerar, entre uma exibição informativa e formativa, consciente dos públicos e uma exibição sensacionalista, com fundamentos concorrenciais, sustentada na exibição de conteúdos

¹¹⁰ Aqueles que fazem uso do Islão como arma política e de terrorismo.

eventualmente traumatizantes para públicos sensíveis. A exibição televisiva exaustiva, de conteúdos visuais e sonoros, que expõem ações violentas, sem aviso prévio e sem ocultação de identidade das vítimas, incorreu no passado em participações à ERC, que resultaram em deliberações condenatórias, por parte da mesma. Altheide (2021) argumenta que, sendo o mercado noticioso altamente concorrencial, adota formatos e modelos de entretenimento de cultura popular, no sentido de captar audiências (Altheide, 2021).

O diretor C.R., reportando-se ao *Correio da Manhã*, e particularizando as imagens exibidas, referentes ao *Le Bataclan*, defende que as imagens devem retratar a realidade e que não se deve “adocicar” essa mesma realidade.

Em oposição à opinião do entrevistado, defendemos que a referida imagem, enquadra-se no *frame* “Explosões e sangue”, com a explícita exibição de cadáveres, sendo passível de traumatizar públicos sensíveis (em Anexo CC). A CMTV, do grupo Cofina como o *Correio da Manhã*, foi alvo de participações junto à ERC, de onde resultaram duas deliberações condenatórias pela cobertura noticiosa de atentados terroristas (Estêvão & Espanha, 2021). Estas duas peças televisivas, alvo das referenciadas participações, tiveram como *frame* prevalecente, o denominado “Explosões e sangue”, pela exibição de conteúdos descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, pormenorizando a ação violenta. Podemos assegurar, que a imagem em consideração, não apareceu em nenhuma das restantes 1.124 peças e artigos analisados, constantes do *corpus* de análise de tese. Uma vez mais Altheide (2021), sustenta que os formatos noticiosos apostam na inclusão de conteúdos fomentadores de medo, enquanto instrumentos de entretenimento, procurando desta forma garantir audiências, obtendo receitas em publicidade para os meios.

No seguimento da síntese conclusiva, abordamos a temática da promoção do risco de atentados terroristas, realizada pelos *media*. A questão em consideração refere que, segundo dados apurados em investigação, grande parte da população inquirida afirma que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a perceção de que existe risco real de atentados terroristas em Portugal.

Os jornalistas H.F. e R.L. defendem que existem, efetivamente, meios com abordagens mais sensacionalistas, que sustentam este tipo de narrativas. Contudo, evidenciam que existem outros meios, que não enveredam por essa via, e que noticiam os acontecimentos com rigor e isenção. Ambos os jornalistas referenciam que as entidades onde desempenham funções são rigorosas, não são sensacionalistas e não promovem a perceção de risco de atentado terrorista em Portugal.

O diretor C.R. desvaloriza os dados apresentados, resultantes dos inquéritos, argumentando que se existe um risco de atentado, este tem de ser comunicado.

As respostas dos três entrevistados são reveladoras que, nenhum deles assume que os meios onde desempenham funções, adotam abordagens ou enquadramentos noticiosos condenáveis, que

valorizam a promoção do risco de atentados terroristas em Portugal. Os jornalistas H.F. e R.L. mencionam que existem meios com abordagens e fazendo uso de enquadramentos condenáveis, contudo excluem as suas entidades patronais dessas práticas.

Na sequência da questão anterior, analisamos o medo, enquanto emoção, resultante da comunicação de risco de atentados terroristas em Portugal. A questão em consideração menciona que, a revisão da literatura e alguns dos avanços decorrentes da investigação, permitem avançar com a ideia de que o medo, enquanto emoção, emerge em parte, de narrativas jornalísticas associadas ao risco de atentados terroristas. Relembrando uma vez mais, os argumentos de Furedi (2007) e Koskela (2010), evidenciamos os *media*, enquanto instrumentos de produção social do medo do terrorismo, através da adoção de narrativas assentes no risco iminente de atentados, e na repetição de conteúdos explícitos e descritivos de atentados terroristas.

O jornalista H.F., no seguimento dos argumentos por si evidenciados, sublinha que há uma parte da comunicação social que incute, direta ou indiretamente, o medo nas populações. Segundo o entrevistado, este medo está associado à difusão de conteúdos noticiosos que pormenorizam crimes, e a uma proximidade geográfica com países que vivenciaram atentados terroristas. O jornalista defende ainda que, a adoção de uma narrativa de risco iminente, é estimuladora de medo na população. Adianta, que os principais visados desta narrativa são as populações menos informadas, nomeadamente os idosos.

Dos testemunhos da jornalista R.L. evidencia-se o momento em que referencia que procurou não exacerbar o risco, nem emoções como o medo. Segunda a mesma, no desempenho das suas funções enquanto correspondente, procurou sempre evitar expor vítimas frente aos ecrãs. Ainda referente à promoção do risco, pelos *media*, a jornalista reconhece que a *RTP 1* evidenciou o risco de atentado terrorista em Portugal, de forma alarmista. Admite que a adoção do referenciado oráculo em rodapé, na abertura do noticiário *Telejornal*, destacando “Ameaça a Portugal”, é manifestamente excessiva. Defendemos que, o perfilhamento de uma narrativa associada a um risco de atentado terrorista iminente, sem razões concretas para tal, cria condições para o fomento do sentimento de medo junto aos telespetadores.

Por fim, o diretor C.R. realiza um conjunto de considerações relativas ao tema. O referido começa por sustentar que a obrigação dos jornalistas é a de noticiar acontecimentos e que os mesmos não se podem preocupar com as reações dos leitores. A imagem dos cadáveres no *Le Bataclan*, divulgada no *CM*, encontra-se associada ao *frame* “Explosões e sangue”, como já evidenciado nesta síntese conclusiva, fazendo uso de conteúdos visuais que privilegiam a ação violenta. Defendemos que, a exibição deste tipo de conteúdos visuais detém fins sensacionalistas, nomeadamente pela atração dos leitores através do choque, viabilizado em última análise um sentimento generalizado de medo.

Algumas das constatações resultantes das três entrevistas, são reveladoras que os distintos meios, perfilham distintas abordagens.

Os jornalistas Hugo Franco, do *Expresso* e Raquel Lopes, da *RTP*, reconheceram falhas na cobertura jornalística de atentados terroristas, por parte dos próprios, dos meios que representam e da classe jornalística. Evidenciaram ambos, a importância de adotar ferramentas de boas práticas para realizar a cobertura de atentados terroristas.

Contrastante com as opiniões anteriores, o diretor Carlos Rodrigues, do *Correio da Manhã*, não assumiu qualquer falha na cobertura jornalística de atentados terroristas, por parte do próprio, do meio que representa e da classe jornalística. Desvalorizou totalmente a adoção de ferramentas de boas práticas, para realizar a cobertura de atentados terroristas.

Conclusão

“O medo é uma palavra e um significado omnipresentes na vida quotidiana” (Altheide, 2002, p. 122).

Altheide, na sua obra *Creating Fear: News and the Construction of Crisis* (2002), caracteriza desta forma a expansão do discurso do medo, na sociedade ocidental. O autor implica diretamente os *media*, na criação e disseminação do medo (Altheide, 2002). Embora a referida obra seja datada de 2002, não contempla os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, por na altura, segundo o autor, estar em fase final de produção. Altheide, em obras subsequentes, viria a atestar e a reforçar argumentos, que sustentam a omnipresença do medo na vida quotidiana, elegendo o medo do terrorismo como paradigmático, enquanto expressão máxima desta emoção, desde os atentados de 2001 até à atualidade (Altheide, 2006, 2007, 2013, 2016, 2017, 2020a, 2020b, 2021). O mesmo autor, em estudos da sua autoria (Altheide, 2016, 2017), e partilhando da opinião de outros académicos (Beck, 2002; Robin, 2004; Furedi, 2005; Koskela, 2010) nomeia os atentados de 11 de setembro de 2001, como os acontecimentos que alteraram o paradigma da cultura do medo, a nível global, por intermédio dos *media*.

É num contexto, sustentado por distintos autores (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017; Estêvão & Espanha, 2021), que valida uma relação simbiótica entre terrorismo e *media*, de onde emerge a emoção medo, que se desenvolve a presente investigação.

No sentido de estruturar esta conclusão, esclarecemos que a mesma compreende uma discussão dos resultados da análise empírica efetuada, realiza um balanço da investigação, e identifica questões éticas e limitações associadas ao estudo. De igual modo, reportamos de que forma a presente investigação contribui para as ciências sociais, e antecipam-se projetos pessoais de investigação futuros, associados à mesma. Por fim, ainda da conclusão, propomo-nos a responder à seguinte questão, central ao estudo elaborado: *É possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem adotar frames (quadros) associados ao medo?*

Aquando da estruturação do trabalho de investigação, atentámos à realização de específicas sínteses conclusivas, no seguimento de identificados capítulos, no sentido de sumarizar algumas

das matérias e conclusões apuradas, a integrar as conclusões finais da tese. Dos três capítulos da Parte I da tese, de enquadramento teórico, resultam três sínteses conclusivas. Dos três capítulos da Parte II da tese, de abordagem metodológica, resultam três sínteses conclusivas. Sempre que se justificar, associaremos nas presentes conclusões, os resultados empíricos apurados com os contributos teóricos, reconhecidos pela efetuada revisão de literatura.

Cumpre-nos recapitular as três centrais questões de investigação, distinguidas na Introdução. Assim:

- (1) Que quadros noticiosos (*frames*) sobressaem nos *media* nacionais, na cobertura de atentados terroristas na Europa?
- (2) São os *media*, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, promotores de uma comunicação de risco de atentados terroristas em Portugal?
- (3) Contribuem os *media* nacionais, através do enquadramento noticioso (*framing*) adotado, para o fomentando de uma comunicação de medo de atentados terroristas em Portugal?

No seguimento da traçada estrutura, e após a identificação das questões de investigação, avançamos com a síntese dos resultados da análise empírica realizada, apurando de que forma a mesma, respondeu às questões de investigação perfilhadas.

Concernente à primeira questão de investigação: *Que quadros noticiosos (frames) sobressaem nos media nacionais, na cobertura de atentados terroristas na Europa?*, evidenciamos, especificamente, os dados provenientes da análise de conteúdo e *framing*, referentes à cobertura dos atentados de Paris (novembro de 2015) e Bruxelas (março de 2016).

Em conformidade com o reconhecido na análise de conteúdo realizada, podemos reportar que um conjunto de dezanove *frames* foram identificados no *corpus* noticioso adotado, constituído por 1.125 peças e artigos noticiosos, de televisão, imprensa, rádio e diário digital. Do conjunto de dezanove *frames* referidos, identificámos dez como os prevalecentes, nos quais incidimos a análise de *framing* considerada em tese. Os *frames* “Luta contra o terrorismo” e “Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados” ocupam os lugares cimeiros, no que concerne à frequência de adoção pelos meios considerados na análise. Para além dos referidos dois *frames*, outros oito se evidenciam: “Vítimas e heróis compatriotas”; “Executantes dos atentados”; “Medo”; “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro”, “Explosões e sangue”, “Islamofobia” e “Islão”.

Avançando para a segunda questão de investigação: *São os media, através do enquadramento noticioso (framing) adotado, promotores de uma comunicação de risco de atentados terroristas em Portugal?*, evidenciamos as conclusões em baixo.

Dados provenientes da análise aos inquéritos por questionário realizados, sustentam a existência de uma perceção, por parte da população inquirida, de que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado

terrorista em Portugal. Perante a questão, compreendida na auscultação – “considera que a forma como as notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal?”, surgem as seguintes aferições. Os inquiridos de ambos os sexos percecionam, em larga maioria, que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.42).

Uma larga maioria dos inquiridos, na totalidade das faixas etárias consideradas, perceciona que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.43).

Ainda, a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos graus de escolaridade considerados, perceciona que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.44).

De igual modo, a exemplo do verificado no cruzamento com as anteriores variáveis sociodemográficas, mencionamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade das regiões consideradas, perceciona que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.45).

Por fim, evidenciamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos habitats considerados, perceciona igualmente, que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.46).

Na questão do inquérito supra analisada, torna-se esclarecedor que a grande maioria dos inquiridos, considera que os *media* detêm um papel primordial, na promoção da existência de um risco de atentado terrorista em Portugal.

Perante a mesma segunda questão de investigação, cruzámos os dados provenientes da análise de conteúdo e de *framing* efetivada. Optámos, na mencionada análise de conteúdo, por distinguir e adotar específicas questões de investigação, no sentido de otimizar a incidência do estudo. Perfilhou-se a seguinte questão de investigação, na análise de conteúdo, associada à perceção de risco de atentados terroristas – “De que forma estes *frames*, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados terroristas em Portugal?”. A referida questão particulariza o emprego de *frames* (quadros) noticiosos, associados a uma narrativa de risco, que agregamos a esta análise.

A análise de conteúdo realizada reconheceu um conjunto de dez *frames* prevaletentes, no *corpus* noticioso considerado, sendo que quatro deles diretamente associados e integradores de um *macroframe* denominado de “Risco”. Os *frames* que constam do mencionado *macroframe* “Risco”, que valorizam a insegurança e o risco associado ao terrorismo, são: “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, “Portugal inseguro”, “Executantes dos atentados” e “Explosões e

sangue”. Iniciando o périplo pelo primeiro *frame* identificado - “Ameaças de atentados a Portugal e Europa” - adiantamos que o mesmo é adotado pelos *media*, no seguimento da comunicação de ameaças terroristas a vários países europeus, por parte do *ISIS*. As referenciadas ameaças de atentados, assumem relevância noticiosa, em inúmeras peças e artigos jornalísticos, destacando as nações alvo (e.g. França), as instalações ou entidades alvo (e.g. centrais nucleares), os protagonistas alvo (e.g. François Hollande) e os métodos de atuação (e.g. incitamento de atuação aos intitulados “lobos solitários”). Um segundo *frame* reconhecido - “Portugal inseguro” - enfatiza uma insegurança vigente e um risco de atentado terrorista em Portugal. Discriminamos de seguida, alguns conteúdos noticiosos valorizadores e disseminadores de narrativas de risco, identificados na análise de conteúdo: ameaças de atentados a Portugal por parte do *ISIS*; exploração mediática da existência de um terrorista de origem portuguesa (Ismaël Omar Mostefai), protagonista nos atentados de Paris, associando-o a Portugal; exploração mediática dos testemunhos de jihadistas de origem portuguesa a combater pelo *ISIS*. Um terceiro *frame* identificado - “Executantes dos atentados” - explora o perfil dos terroristas envolvidos, falecidos, capturados e em fuga, com a divulgação de fotografias dos mesmos, descrições físicas e comportamentais, origens familiares e de convivência, educação, registo criminal, entre outros dados. Em evidência nos *media* nacionais, o escrupuloso escrutínio das relações familiares, do já mencionado terrorista lusodescendente, que se fez explodir no *Le Bataclan*. A análise de conteúdo realizada, identificou como frequente a associação dos executantes de atentados ao Islão. De igual modo foi constatada, uma associação por parte de alguns dos *media*, dos executantes dos atentados a refugiados sírios, que chegavam na altura ao continente europeu. Um quarto e último *frame*, associado ao *macroframe* “Risco” - “Explosões e sangue” – privilegia os conteúdos descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos dois atentados terroristas analisados, que pormenorizam a ação violenta, evidenciando imagens e/ou sons associados a violência, como cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões. A análise de conteúdo realizada, destaca a predominância deste *frame* no *corpus* noticioso considerado. O reportado *frame* surge mencionado, à semelhança, em investigação protagonizada por Estêvão e Espanha (2021), que incide em participações realizadas junto à ERC, referente à cobertura noticiosa de atentados terroristas e suas respetivas deliberações, pela mesma entidade. As referidas deliberações da ERC, à apropriação deste *frame* pelos *media*, são condenatórias às narrativas associadas ao risco de atentados terroristas, disseminadoras do medo.

Com o reconhecimento em análise de conteúdo e *framing*, de quatro *frames* prevaletentes, associados a um *macroframe* “Risco”, sustentamos que os *media* adotam, recorrentemente, enquadramentos que promovem a existência de um risco de atentado terrorista em Portugal.

Prosseguimos a presente análise, com o cruzamento da segunda questão de investigação, com os dados provenientes das entrevistas realizadas a jornalistas.

Aquando da seleção dos jornalistas entrevistados, considerou-se os quatro setores analisados: televisivo, radiofónico, imprensa e diário digital. Assim, Hugo Franco é jornalista do *Expresso*

(setores imprensa e diário digital), realizou a cobertura noticiosa dos atentados de Paris, a partir de Lisboa, e dos atentados de Bruxelas, a partir desta cidade, enquanto enviado especial. Por sua vez, Raquel Morão Lopes é jornalista da *Antena 1* e assumiu protagonismo, enquanto correspondente em Bruxelas, aquando dos atentados nesta cidade. Realizou a cobertura noticiosa para a *Antena 1* (setor radiofónico) e para a *RTP 1* (setor televisivo). Por último, Carlos Filipe Rodrigues é atualmente diretor do *Correio da Manhã* e da *CMTV*. Aquando dos atentados de Paris (2015) e Bruxelas (2016), assumiu a posição de jornalista e de diretor adjunto do *Correio da Manhã* (setor imprensa).

Existindo o reportado objetivo de nas entrevistas, confrontar os jornalistas com a cobertura noticiosa realizada dos atentados terroristas considerados, pelos mesmos e pelos meios que representam, abordámos alguns dos *frames* adotados, nomeadamente aqueles associados ao risco.

O *frame* “Explosões e sangue”, enquanto *frame* prevalecente evidenciado na análise de conteúdo, associado ao *macroframe* “Risco”, é abordado nas três entrevistas realizadas. O diretor Carlos Rodrigues (*Correio da Manhã*), não assumiu qualquer falha na cobertura jornalística de atentados terroristas, por parte dos meios que dirige (*CM* e *CMTV*), no seguimento de ter sido confrontado com a exibição, em artigo do *Correio da Manhã*, de imagem explícita do *Le Bataclan*, expondo cadáveres após os atentados (Anexo CC). A exibição de conteúdos como o referenciado, é passível de traumatizar públicos sensíveis e enquadra-se no *frame* “Explosões e sangue”. Os jornalistas Hugo Franco (*Expresso*) e Raquel Lopes (*RTP*) mencionam que existem meios com abordagens e fazendo uso de enquadramentos condenáveis, contudo excluem as suas entidades patronais dessas práticas.

Um segundo *frame* adotado, “Ameaças de atentados a Portugal e Europa”, é abordado em entrevista, estando associado ao *macroframe* “Risco”. A jornalista Raquel Lopes, foi confrontada com um episódio, ocorrido após os atentados de Bruxelas, em que a abrir o *Telejornal (RTP1)*, assoma o oráculo em rodapé “Ameaça a Portugal”. A jornalista admite em entrevista que, “a adoção do referido oráculo é excessiva, evidencia o risco e fomenta o medo” (declarações da entrevistada).

Em resumo, os depoimentos dos três entrevistados dão conta que, nenhum dos jornalistas assume que os meios onde desempenham funções, adotam abordagens ou enquadramentos noticiosos condenáveis, ou que valorizam a promoção do risco de atentados terroristas em Portugal.

A revisão de literatura realizada, associada aos estudos do medo e aos estudos de terrorismo, distingue distintos autores, que sustentam que os *media* adotam, recorrentemente, *frames* associados ao risco de atentados terroristas (Koskela, 2010; Altheide, 2016). Destacamos a obra de Altheide, que aborda estreitamente as temáticas do medo e do risco, associados ao terrorismo. O referido autor argumenta que os *media*: valorizam recursos visuais trágicos, com a finalidade última de suscitar emoções exacerbadas junto ao público (Altheide, 2016); exercem uma influência ímpar sobre a vida pública, reportando às audiências ameaças e riscos quotidianos (Altheide, 2017);

enveredam por conteúdos noticiosos orientados para uma abordagem de entretenimento, contribuindo para uma errada percepção de risco e um sentimento generalizado de medo nas audiências (Altheide, 2020a).

Progredindo para a terceira e última questão de investigação: *Contribuem os media nacionais, através do enquadramento noticioso (framing) adotado, para o fomentando de uma comunicação de medo de atentados terroristas em Portugal?*, evidenciamos as conclusões em baixo.

Os dados provenientes da análise aos inquéritos por questionário realizados, são inconclusivos enquanto estudos de receção, no sentido em que: não permitem aferir se os *media* contribuem, através do enquadramento noticioso (*framing*), para o fomento de uma comunicação do medo de atentados terroristas. Por outro lado, não associam o enquadramento noticioso (*framing*) adotado pelos *media*, ao fomento da emoção medo de atentados terroristas, por parte da população exposta aos mencionados enquadramentos noticiosos.

Contudo, os mencionados inquéritos realizados, viabilizam a aferição da existência da emoção do medo na população auscultada, concernente ao terrorismo. A questão do inquérito em análise é a seguinte: “O medo do Sr./Sra. ser vítima de um atentado terrorista em Portugal é...”.

Em relação aos resultados obtidos, destacamos que os inquiridos de ambos os sexos revelam, em larga maioria, possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.37).

De igual modo, uma larga maioria dos inquiridos, na totalidade das faixas etárias consideradas, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.38).

A par do verificado nas análises anteriores, constatamos que a percepção da grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos graus de escolaridade considerados, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.39).

Verificamos ainda que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade das regiões consideradas, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.40).

Para finalizar, constatamos que a grande maioria dos inquiridos, na totalidade dos habitats considerados, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal (Quadro 5.41).

Os dados provenientes dos inquéritos realizados são, pois, inconclusivos, na resposta à terceira questão de investigação, evidenciando exclusivamente que a grande maioria dos inquiridos, revelam possuir pouco medo de ser vítimas de atentado terrorista em Portugal.

Perante a mesma terceira questão de investigação, cruzámos os dados provenientes da análise de conteúdo e de *framing* efetivada. Reiteramos que optámos, na mencionada análise de conteúdo, por distinguir e adotar específicas questões de investigação, no sentido de otimizar a incidência do estudo. Perfilhou-se a seguinte questão de investigação, na análise de conteúdo, associada à percepção de medo de ser vítima de atentados terroristas – “*De que forma estes frames, empregues no discurso jornalístico, viabilizam uma narrativa associada ao risco e ao medo de atentados*

terroristas em Portugal?”. A supracitada questão particulariza o emprego de *frames* noticiosos, associados a uma narrativa de medo, que agregamos a esta análise. De referir que, a presente questão de investigação da análise de conteúdo adotada, é idêntica à considerada anteriormente, na análise ao emprego de *frames* noticiosos, associados a uma narrativa de risco.

Dos anteriormente mencionados, dez *frames* prevalecentes, reconhecidos na análise de conteúdo realizada ao *corpus* noticioso considerado, distinguimos dois *frames* diretamente associados e integradores de um *macroframe* denominado de “Temor”. Os *frames* que constam do mencionado *macroframe*, são: “Medo” e “Islamofobia”.

Iniciando o périplo pelo primeiro *frame* identificado - “Medo” - defendemos que a narrativa do medo de atentados terroristas provém e está associada, essencialmente, a um *framing* (enquadramento) que assenta em veiculadas ameaças de atentados terroristas a Portugal e à Europa, e a um risco de insegurança que alegadamente existe em Portugal, difundido por comentadores e interlocutores em órgãos de comunicação social. Ainda, sustentamos que, a narrativa do medo é disseminada em larga escala pelos *media*, enquanto emoção ou sentimento vigorante junto das populações dos países implicados nos atentados, nomeadamente em França e na Bélgica. A adoção de uma cobertura noticiosa episódica, verificada na totalidade dos artigos e peças considerados, viabiliza um *framing* com foco em episódios isolados, sem recorrência a contextualização. Por outro lado, a mesma narrativa do medo é suportada, reiteradamente, por conteúdos altamente descritivos, visuais, sonoros e textuais, referentes aos atentados terroristas, que pormenorizam a ação violenta e as consequências da mesma, sobretudo através da ostentação de cadáveres, sangue, gritos, tiros e explosões, entre outros. Ainda a destacar, a par do defendido por Altheide e Michalowski (1999), o termo “Medo” é empregue enquanto substantivo, verbo, advérbio ou adjetivo, surgindo como um recurso nos vários formatos noticiosos analisados.

Um segundo *frame* reconhecido - “Islamofobia” – enfatiza a subjacente aversão ou medo ao Islão ou ao que é islâmico. A análise de conteúdo realizada, aos meios considerados, evidencia que o referido *frame* assumiu maior preponderância na cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas. Uma possível explicação, para a mencionada constatação, prende-se com a ocorrência de várias manifestações em Bruxelas, nomeadamente, uma primeira, organizada por partidos de extrema-direita belga, contra o Islão e uma segunda, organizada pela comunidade civil, contra a islamofobia.

Com o reconhecimento, em análise de conteúdo e *framing*, de dois *frames* prevalecentes, associados a um *macroframe* “Temor”, sustentamos que os *media* adotam recorrentemente enquadramentos, associados ao medo de atentados terroristas em Portugal.

Prosseguimos a presente análise, com o cruzamento da terceira questão de investigação, com os dados provenientes das entrevistas realizadas a jornalistas. Reiteramos o anteriormente mencionado, que existindo o objetivo de nas entrevistas, confrontar os jornalistas com a cobertura noticiosa realizada dos atentados terroristas considerados, pelos mesmos e pelos meios que

representam, abordámos alguns dos *frames* adotados, nomeadamente aqueles associados ao medo.

O “Medo”, enquanto *frame* prevalecente evidenciado na análise de conteúdo, associado ao *macroframe* “Temor”, é abordado nas três entrevistas realizadas. Perante uma mesma questão que refere estudos académicos associados ao medo do terrorismo, adianta-se com o argumento que o medo, enquanto emoção, emerge em parte de narrativas jornalísticas associadas ao risco de atentados terroristas. O diretor Carlos Rodrigues (*Correio da Manhã*), argumenta que a verdade dos acontecimentos deve ser comunicada como tal. Ainda, que a “obrigação dos jornalistas é a de noticiar acontecimentos e que não se podem preocupar com as reações dos leitores” (declarações do entrevistado). Por sua vez, o jornalista Hugo Franco (*Expresso*), admite que “há uma parte da comunicação social que incute, direta ou indiretamente, o medo nas populações”. Segundo o entrevistado, este “medo está associado à difusão de conteúdos noticiosos que pormenorizam crimes, e a uma proximidade geográfica com países que vivenciaram atentados terroristas”. O jornalista defende ainda que “a adoção de uma narrativa de risco iminente, é estimuladora de medo na população”. Adianta, que os “principais visados desta narrativa são as populações menos informadas, como os idosos” (declarações do entrevistado). A jornalista Raquel Lopes (*RTP*) particulariza a sua ação enquanto jornalista, correspondente em Bruxelas, esclarecendo que procurou “sempre não exacerbar o risco, nem emoções como o medo” (declarações da entrevistada).

Um segundo *frame* adotado, “Islamofobia”, é abordado em uma das entrevistas realizadas, estando associado ao *macroframe* “Temor”. Perante a questão que evidencia a apropriação por parte dos *media*, de uma narrativa que não distingue Islão enquanto religião, associando-a com a prática de terrorismo, fazendo uso por exemplo, de terminologias como “radical islâmico” ou “terrorismo islâmico”, o jornalista Hugo Franco assume “a falta de rigor, de planeamento e de tempo, como razões para a reprovável prática”. Admite que a “adoção das referidas terminologias tem implicações gravosas, associando as ações de um número residual de indivíduos, à totalidade de crentes da religião islâmica no mundo” (declarações do entrevistado).

A revisão de literatura realizada, associada aos estudos do medo, distingue distintos autores que sustentam que os *media* adotam, recorrentemente, enquadramentos noticiosos associados ao medo de atentados terroristas (Furedi, 1997; Glassner, 1999; Beck, 2002; Koskela, 2010; Altheide, 2006, 2013, 2016, 2017, 2021).

Destacamos as obras de Frank Furedi (1997), de Barry Glassner (1999) e de David Altheide (2017), que evidenciam uma crescente perceção de insegurança e medo, motivada pela ação dos *media*.

Na referida obra de Altheide (2017), o mesmo argumenta que, no seguimento dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001: “os *media* mudaram o terrorismo e o terrorismo mudou os *media*, tornando-os mais instantâneos, pessoais e visuais” (Altheide, 2017, p. 131).

Ulrich Beck, referindo-se aos mesmos acontecimentos sustenta que, os atentados terroristas conduziram a um integral colapso na linguagem conhecida até então, nomeadamente no entendimento de conceitos como – Segurança, Terrorismo ou Guerra (Beck, 2002).

Altheide (2006), defende que o “Discurso do Medo” promove a crença de que as situações estão fora de controlo, onde vigora a desordem e o caos. O mesmo salienta que, o “Discurso do Medo” está intimamente associado ao formato de entretenimento nos *media*, nomeadamente à atividade noticiosa, contribuindo para a difusão do medo (Altheide, 2013). Ainda Altheide (2021), enfatiza que os *media* privilegiam conteúdos sensacionalistas, promovendo o discurso lúdico do medo.

Prosseguimos a análise conclusiva, evidenciando a utilidade e a pertinência da realização de estudos associados às Ciências da Comunicação, tendo como foco o medo do terrorismo, considerando a referenciada relação simbiótica, entre terrorismo e *media*, de onde emerge a emoção medo (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017; Estêvão & Espanha, 2021).

A presente tese integra, pois, os estudos de Ciências da Comunicação, aliando-se aos Estudos do Medo e aos Estudos de Terrorismo.

Os Estudos do Medo, têm vindo a ser alvo de contestação no que diz respeito à pertinência dos seus contributos para a academia. Reiteramos que a relevância da efetuação dos referidos estudos é, na atualidade, plenamente justificável, considerando os disseminados “discursos de medo”, propiciadores de “políticas de medo”, que colocam em risco liberdades civis fundamentais e fazem parte integrante das sociedades contemporâneas. Argumentos de alguns dos mais conceituados académicos, na vertente dos Estudos do Medo, destacam o papel primordial da educação e da literacia do público jovem e adulto, no que concerne à “Política do Medo” (Altheide, 2017; Bude, 2018; Furedi, 2018). As ressonâncias do “Discurso do Medo” e os efeitos da “Política do Medo” podem ser enfrentadas, exclusivamente, por uma população crítica, consciente e esclarecida (Altheide, 2017).

Alguns dos mesmos autores evidenciam, de igual modo, o papel da ética e da responsabilidade da classe jornalística (Altheide, 2017). Altheide destaca, de forma positiva, a recém adotada postura de alguma da classe jornalística, em incrementar o rigor relativamente à obtenção e validação de fontes e à apropriação de narrativas (Altheide, 2017).

Ainda, reiteramos que mais e melhores Estudos do Medo, contribuem para uma comunidade académica mais esclarecida e, conseqüentemente, uma população mais crítica e consciente do discurso mediático dos *media* e da classe governativa.

De igual modo, e concernente aos Estudos de Terrorismo, sustentamos que mais e melhores Estudos de Terrorismo, contribuem para a criação de uma comunidade académica mais esclarecida e, conseqüentemente, uma população mais consciente e crítica das ameaças terroristas e das políticas contraterroristas. O autor da presente investigação, encontra-se alinhado com os princípios ontológicos e epistemológicos que regem os Estudos Críticos de Terrorismo ou *Critical Terrorism*

Studies (CTS), nomeadamente na valorização da interdisciplinaridade, no que concerne às ciências sociais, para os Estudos de Terrorismo (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016). O presente estudo, revê-se igualmente nos compromissos metodológicos defendidos pelos CTS, valorizando a introdução de dados primários sustentáveis nos Estudos de Terrorismo. A referida abordagem difere dos denominados “estudos ortodoxos de terrorismo”, que evidenciam uma dependência de métodos e procedimentos de pesquisa inadequados, com uma sujeição excessiva de dados secundários e uma falha geral na realização de pesquisas empíricas primárias (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016).

Gostaríamos, ainda, de identificar algumas limitações associadas ao estudo realizado, identificando, quando se proporcionaram, as soluções adotadas.

Concernente ao enquadramento teórico, tomámos como conceitos centrais da investigação, o “Medo”, o “Terrorismo” e o “*Framing*” (enquadramento). Qualquer um dos três conceitos identificados, encontram-se envoltos em reconhecidas dificuldades quanto à sua conceptualização (Robin, 2000; Townshend, 2002; Entman, 1993). De igual modo, os mesmos três conceitos, são algo de vasta e dispersa bibliografia associada. No sentido de colmatar as dificuldades identificadas, e realizar uma diversificada e rigorosa revisão de literatura, procedemos à realização de múltiplos contactos exploratórios com académicos, com investigação reconhecida nas áreas de estudo consideradas (Quadro 4.1).

No que se refere à abordagem metodológica, distinguimos as seguintes situações limitadoras, alvo de nota. Em relação à análise de conteúdo e de *framing*, aos meios de diários digitais, esclarecemos que considerámos artigos noticiosos do *Expresso Online*, *Público Online*, *SIC Notícias Online*, *Sol Online* e *TVI 24 Online*. Duas das unidades de registo consideradas, revelaram escassos dados na grande maioria dos diários digitais considerados, inviabilizando uma análise mais consistente. Assim, as unidades de registo - número de partilhas dos artigos e número de comentários dos artigos - consideraram os dados acessíveis nas páginas *online* dos diários, ou aqueles disponibilizados pelas redações dos próprios diários digitais. Concernente à primeira unidade de registo referenciada, o número de partilhas dos artigos, somente foram apreciados na análise os dados do *Público Online*, pela indisponibilidade em aceder aos dados dos restantes meios considerados. Referente à segunda unidade de registo referenciada, o número de comentários dos artigos, somente foram apreciados na análise os dados do *Público Online* e do *Sol Online*, pela indisponibilidade em aceder aos dados dos restantes meios considerados. No sentido de colmatar esta ausência de dados, por parte de alguns dos diários digitais, solicitámos os mesmos às redações dos respetivos, contudo sem sucesso.

Em suma, com vista a realizar uma análise mais conclusiva, referente aos diários digitais, seria necessário analisar os dados dos meios que não facultaram o número de partilhas e o número de comentários de artigos, assim como aumentar a amostra dos diários digitais analisados.

Relativamente ao inquérito por questionário, adiantamos que o mesmo resulta de uma parceria formulada entre o autor da tese e a empresa responsável pelo inquérito, a *Aximage*. Os três

inquéritos realizados, considerados em estudo, são referentes a: fevereiro de 2016, abril de 2016 e dezembro de 2018.

Algumas limitações se evidenciam, nos dados resultantes da aplicabilidade desta metodologia, para a investigação aqui em análise. Sendo uma parceria, com inequívocas vantagens, nomeadamente a obtenção e inclusão em tese, de dados secundários recolhidos e parcialmente trabalhados de inquéritos realizados a nível nacional, traz associadas, porém, algumas limitações, das quais destacamos as duas principais. Por um lado, não existiu por parte do autor da tese, a possibilidade de escolha de data da aplicabilidade dos inquéritos, uma vez que essa decisão coube sempre à *Aximage*. A par de Altheide (2017), defendemos que estudos realizados com maior proximidade temporal aos atentados terroristas, são reveladores de opiniões mais concretas e rigorosas. Por outro lado, apontamos o facto limitador de somente ter tido a possibilidade de incluir a escrutínio, por motivos da formulação de parceria com a *Aximage*, das três questões formuladas expressamente para a tese, na sondagem de dezembro de 2018.

Em resumo, embora sem capacidade de colmatar as limitações evidenciadas anteriormente, constatamos que para a realização de uma análise mais conclusiva, referente aos inquéritos realizados, seria necessário aplicar os mesmos com uma maior proximidade temporal dos atentados terroristas e considerando a totalidade das cinco questões a todos os três inquéritos, que foram implementadas somente no inquérito de 2018.

Por último, referente às entrevistas realizadas, relembramos que um total de três jornalistas foram entrevistados. Procedemos à realização de três entrevistas semiestruturadas, a intervenientes diretos na cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, considerados em estudo.

Evidenciamos enquanto limitação, na aplicabilidade desta metodologia para a investigação em análise, os testemunhos de somente três jornalistas, implicados na cobertura dos atentados considerados. Contudo, houve o cuidado de incluir intervenientes, com desempenhos jornalísticos nos quatro setores considerados (televisivo, imprensa, radiofónico e diário digital), nomeadamente um jornalista e diretor de dois meios (*Correio da Manhã* e *CMTV*). Embora tenham sido realizados esforços para incluir jornalistas pivô no rol de entrevistados, com presença nos noticiários da noite por altura dos estudados atentados, nenhum dos convites avançados teve aceitação.

Em resumo, embora sem poder para colmatar a limitação evidenciada anteriormente, constatamos que para a realização de uma análise mais conclusiva, referente aos depoimentos de jornalistas implicados na cobertura noticiosa dos atentados considerados, seria necessário entrevistar um mais vasto conjunto de intervenientes.

Ainda da análise conclusiva, gostaríamos de salvaguardar que o presente estudo teve em consideração princípios gerais, referentes à ética na investigação, nomeadamente de honestidade, flexibilidade e rigor, objetividade, integridade e responsabilidade, consagrados no Código de Conduta do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. Destacamos que as atividades de investigação

foram planeadas e conduzidas em função das questões de investigação adotadas, no sentido de acrescentar conhecimento relevante, referente ao enquadramento noticioso (*framing*) adotado pelos *media*, na cobertura de atentados terroristas. De igual modo informamos que, todos os participantes na investigação, nomeadamente os três jornalistas entrevistados e os inquiridos que responderam aos três momentos de questionário, deram o seu consentimento de participação no estudo, de forma livre e autodeterminada.

Findada que está a análise às respostas das três questões de investigação centrais de tese, e identificadas que estão as limitações ao estudo, antecipamos enquanto projeto de investigação futuro, a prossecução dos estudos associados ao papel do *media* na difusão do medo, nomeadamente do terrorismo, com maior ênfase aos estudos de receção. O propósito da investigação futura, associada aos estudos de receção, tem como foco o reconhecimento da interpretação e da atribuição de significado às mensagens mediáticas, por parte dos recetores.

No seguimento da presente conclusão, é possível validar a Tese proposta: “*Os media nacionais, através de um enquadramento noticioso (framing), contribuem para a sustentação de narrativas de risco e de medo associadas ao terrorismo*”.

Confrontando as respostas às referidas três questões de investigação de tese, com a Tese perfilhada, fundamentamos que os *media* nacionais adotam na cobertura dos atentados terroristas considerados, um conjunto diversificado de quadros noticiosos (*frames*), que evidenciam um risco de atentado terrorista em Portugal e o medo associado ao terrorismo. Sustentável pela investigação realizada, estão as seguintes constatações:

- Existência de vasta literatura académica de distintos autores, que sustenta uma relação simbiótica entre terrorismo, *media* e medo (Giroux, 2006; Koskela, 2010; Altheide, 2017). A mencionada relação considera, essencialmente, que os *media* ao realizarem a cobertura noticiosa de atentados terroristas, fomentam o medo;
- Dados secundários sustentáveis, resultantes dos inquéritos por questionário realizados à população portuguesa, evidenciam que a maior parte da população inquirida, percebe que os *media* contribuem para a promoção da ideia de que existe um risco de atentado terrorista em Portugal;
- Por outro lado, outros dados, resultantes dos mesmos inquéritos por questionário realizados à população portuguesa, evidenciam que a maior parte da população inquirida, revela possuir pouco medo de ser vítima de atentado terrorista em Portugal;
- Dados primários sustentáveis, resultantes da análise de conteúdo e de *framing* realizada aos *media* portugueses, aquando da cobertura noticiosa dos atentados terroristas de Paris (2015) e Bruxelas (2016), demonstram uma frequente adoção pelos *media* de *frames* associados ao risco e ao medo do terrorismo;

- Ainda, dados primários sustentáveis, resultantes das entrevistas realizadas a dois dos três jornalistas (Hugo Franco e Raquel Lopes), intervenientes diretos na cobertura dos atentados terroristas considerados, revelam opiniões referentes a enquadramentos (*framing*) adotados pelos *media*, que fomentam a perceção de risco de atentado terrorista e o medo.

Sendo que as constatações anteriores evidenciam um conjunto de dados primários, que sustentam que os *media* adotam *frames* associados ao risco e ao medo de atentados terroristas, propomo-nos a responder à seguinte questão, central ao estudo elaborado: *É possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem adotar frames (quadros) associados ao medo?*

Uma desejável e expectável resposta à questão realizada, levaria a que sem hesitação e depois de inúmeras leituras e fundamentações empíricas, se afiançasse, com confiança, que é possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem fazer uso de quadros (ou *frames*) noticiosos associados ao medo. Tal declaração, como certa e segura, parece-nos de questionável natureza, pelas razões que avançamos de seguida.

A par do referenciado na presente investigação, e sobejamente defendido por autores como Furedi (2005) e Altheide (2017), os atentados de 11 de setembro de 2001, alteraram o paradigma da cultura do medo, a nível global. Os *media* tiveram na altura e continuam a ter passados vinte e três anos dos acontecimentos, um papel primordial na sustentação de narrativas de risco e de medo, associadas ao terrorismo. Uma narrativa que sustenta um terrorismo associado à religião islâmica, tem o seu apogeu com os referenciados acontecimentos de 2001, mas conserva-se atual nos dias de hoje. As organizações perpetradoras de atentados terroristas, assomam e assumem relevo por ações um pouco por todo o mundo. O *ISIS*, com os atentados de 2015 e 2016, na Europa, retira protagonismo a uma *Al Qaeda*, responsável pelos atentados de 2001 nos EUA, e de 2004 e 2005 na Europa.

A fórmula dos *media* em comunicar os referidos atentados mantêm-se sensacionalista, mas evolui por intermédio das evoluções tecnológicas, das expectativas dos públicos e da competitividade por audiências entre meios de comunicação social. Como anteriormente referenciado por Altheide, a comunicação de atentados terroristas tornou-se mais instantânea, pessoal e visual (Altheide, 2017). A atestar o mencionado, surge a cobertura noticiosa dos atentados do *ISIS* na Rússia, em março de 2024. A mesma tem como base a divulgação de conteúdos obtidos por via de dispositivos móveis, de quatro terroristas a disparar armas semiautomáticas para uma plateia numa sala de espetáculos em Moscovo. Os conteúdos foram primeiramente partilhados por vítimas no local, em redes sociais digitais e, posteriormente, apropriados e difundidos massivamente pelos *media*.

Ainda Altheide (2013, 2020a, 2021), enfatiza que os *media* adotam um “Discurso do Medo”, enquanto formato de entretenimento, privilegiando os mencionados conteúdos sensacionalistas e promovendo uma comunicação lúdica do medo. Shanahan e Morgan (2010), referenciam o

“Síndrome do Mundo Cruel” (*Mean World Syndrome*), assim designado por Gerbner, (1979, 1998), que defende que a visualização de conteúdos violentos por parte das audiências televisivas, cultiva percepções de que “vivemos num mundo cruel”, evocando o risco e a desconfiança e provocando o medo.

Uma outra questão surge, indissociável à questão analisada presentemente: *por que razão o medo, enquanto emoção, é frequentemente adotado pelos media?*

Esta última questão pretende identificar pistas, que surgem da presente investigação, no sentido de responder à questão inicial - *É possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem adotar frames (quadros) associados ao medo?*

Algumas pistas se evidenciam, quando se indaga os motivos que levam os *media* a adotarem o medo, enquanto uma das privilegiadas emoções, a explorar em conteúdos mediáticos.

Altheide (2020a, 2021), uma vez mais, elege como principal motivo para a adoção do medo pelos *media*, a especificidade de um mercado noticioso altamente concorrencial, onde os meios de comunicação social combatem por audiências. O mesmo autor adianta que, os referidos meios adotam formatos e modelos de entretenimento de cultura popular, tendo o medo como mote, no sentido de captar telespetadores e leitores (Altheide, 2021). Prossegue, sustentando que, à medida que estes formatos se tornam mais familiares junto às audiências, as lógicas da publicidade, do entretenimento e da cultura popular, tornam-se aceites e normalizadas, enquanto formas de comunicação (Altheide, 2021).

Ainda Altheide (2016), argumenta que os *media* distorcem, premeditadamente, o relato de determinados acontecimentos, com o intuito de influenciar as opiniões e decisões do público (Altheide, 2016). O autor desenvolve, referindo que os mesmos *media*, na sua distorção da realidade, não necessitam de recorrer a uma evidente argumentação sustentada pelo embuste ou falácia, bastando para tal orientar as suas estratégias comunicacionais para um enquadramento específico, nomeadamente, noticiando determinados acontecimentos em detrimento de outros. A narrativa associada ao “Discurso do Medo”, empregue pelos *media*, aplica reconhecidos procedimentos, valorizando ora a ocultação, ora a repetição de factos, recorrendo a recursos visuais trágicos, com a finalidade última de suscitar emoções exacerbadas junto ao público (Altheide, 2016). O medo, como o sexo e o humor enquadram-se nos referidos formatos (Altheide, 2020a, 2021).

De igual modo, Estêvão e Espanha (2021) suportam a opinião de Altheide (2020a, 2021), em estudo focado na cobertura noticiosa de atentados terroristas, identificando deliberações fundamentadas e condenatórias por parte da ERC, associando a referida cobertura a uma narrativa de fomento de medo, com objetivos claros sensacionalistas e de obtenção de audiências (Estêvão & Espanha, 2021).

As entrevistas realizadas a jornalistas, intervenientes diretos na cobertura noticiosa de atentados terroristas, evidenciam conclusões similares, que associam uma cobertura sensacionalista de atentados terroristas, ao fomento do medo, com fins de disputa por audiências.

Os jornalistas Raquel Lopes (*RTP*) e Hugo Franco (*Expresso*), reconhecem a existência de meios comunicacionais nacionais, que fazem uso de abordagens sustentadas no medo do terrorismo, com motivações estratégicas de incrementar audiências e leitores.

Para além das identificadas motivações de foro concorrencial, na comunicação do medo, nomeadamente, referente à sustentação do “espetáculo do terrorismo”, como lhe apelida Giroux (2006), os *media* reportam e amplificam uma “Política do Medo”, difundida essencialmente pela ação governativa, no sentido de manipular conscientemente as ansiedades das populações, com vista à realização de objetivos governativos e políticos (Furedi, 2005). O medo é assumido como um recurso importante de conquista de eleitorado, promovendo agendas políticas (Furedi, 2005, Altheide, 2016, 2017), sendo extensamente aproveitado pelos *media*, em agendas mediáticas. Korstanje (2020), referencia o último debate presidencial entre Hilary Clinton e Donald Trump, em 2016, que resume os dois maiores medos da história norte americana. Segundo o autor, Clinton enfatiza o medo de uma tirania republicana e Trump, o medo da imigração em massa e dos muçulmanos (Korstanje, 2020). A narrativa islamofóbica de “Nós e os outros”, ressurge no discurso político de Trump, em período de campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2024, nos EUA, difundida amplamente pelos *media*, fomentando um “discurso de medo” perante os imigrantes e os muçulmanos. Uma mesma narrativa islamofóbica, populista e sensacionalista, surge na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 2024, em Portugal, por André Ventura do partido político *Chega*¹¹¹, tendo sido mediatizada pelos meios de comunicação social. Em suma, as referidas narrativas islamofóbicas, adotadas em distintos países, por distintos partidos políticos, nomeadamente em períodos eleitorais, tem vindo a ser amplamente difundida pelos *media*.

Embora se apresentem por aqui, algumas pistas referentes aos motivos que podem levar os *media* a adotar o medo, enquanto uma das privilegiadas emoções, explorada em conteúdos mediáticos, uma mais profunda e direcionada investigação se exige, no sentido de explicar as motivações de uma verificável realidade.

Avançamos, por fim, com algumas considerações, referentes à questão inicial considerada na conclusão: *É possível realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem adotar frames (quadros) associados ao medo?*

Embora com sérias dúvidas, como evidenciado anteriormente, do interesse da generalidade dos *media* em realizar uma cobertura noticiosa de atentados terroristas, sem recorrer a um enquadramento fomentador do medo, essencialmente por fortes motivações concorrenciais entre os meios comunicacionais, onde prevalece um interesse em divulgar em primeiro lugar e se possível expondo mais, numa abordagem puramente sensacionalista, adiantamos um conjunto de reflexões a promover. As referidas reflexões implicam distintos atores, nomeadamente: os *media*, a academia,

¹¹¹ <https://partidochega.pt/>

as entidades governamentais e organizações internacionais, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), entre outros.

Encetamos as considerações pelos *media*, que assumem um papel central na sociedade contemporânea, na medida que exercem uma influência ímpar sobre a vida pública, reportando às audiências e aos públicos as ameaças e os riscos quotidianos. A considerar e a fomentar: (1) *Valorização da ética e da responsabilidade da classe jornalística e das redações, no incremento do rigor a fontes e a narrativas*. A criação de narrativas de simplificado entendimento e apropriação (Bird & Dardenne, 2009), incita à produção de enquadramentos (*framing*) e projeções do mundo eminentemente convencionais (familiares e próximas), que veiculam e reforçam as ideologias vigorantes (Gradim, 2016). A vigente apropriação de uma visão unilateral dos acontecimentos, privilegia um enredo ocidentalizado pouco contextualizado, raramente se colocando em causa fontes, conexões, implicações e políticas. O predomínio de abordagens como a identificada anteriormente propicia audiências acríticas, que não se questionam nem realizam julgamentos (Estêvão & Espanha, 2021); (2) *Promoção de uma cobertura temática “precisa”, ao invés de uma cobertura episódica “simplista”*, considerando os atentados num contexto amplo, associando-os com outros episódios e protagonistas, procurando um entendimento dos mesmos com aspetos sociais, políticos, culturais e económicos (Iyengar, 1991; Iyengar & Simon, 1993; Papacharissi & De Fatima Oliveira, 2008; Olsson & Ihlen, 2018); (3) *Evitação da adoção recorrente de abordagens sensacionalistas*, com a difusão de conteúdos noticiosos violentos e chocantes, sem censura ou aviso prévio aos telespetadores e leitores (Estêvão & Espanha, 2021).

A par das propostas de revisão à abordagem de cobertura noticiosa de atentados terroristas, assente no identificado anteriormente, também a academia assume um papel preponderante, enquanto ator, concernente à investigação e à educação de públicos. Como referenciado anteriormente, o incremento ao estudo do medo, associado à comunicação mediática de atentados terroristas, revela-se de importância, considerando os difundidos “discursos de medo”, que propiciam “políticas de medo” nas sociedades contemporâneas. As referidas “políticas de medo” podem ser enfrentadas, exclusivamente, por uma população crítica, consciente e esclarecida (Altheide, 2017). Ainda concernente ao estudo do medo, evidenciamos a relevância de uma investigação efetivamente global, considerando que o apelidado “medo global” do terrorismo, recai numa visão deturpada ocidentalizada, onde “os outros” surgem enquanto isentos de medo, contudo como responsáveis pela sua origem (Pain, 2009). Por fim, destacamos a importância evidenciada por Araújo (2019, 2021), da valorização da atual linha de discussão académica assente na islamofobia, que coexiste com uma outra linha, que sobrevaloriza as ameaças de atentados terroristas a Portugal (Araújo, 2019, 2021).

De igual modo, defendemos o incremento do estudo do terrorismo, contribuindo para a criação de uma comunidade académica mais esclarecida e, conseqüentemente, uma população mais consciente e crítica das ameaças terroristas e das políticas contraterroristas. Reiteramos que

perfilhamos dos princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos que regem os *Critical Terrorism Studies* (CTS), desenvolvidos na secção 2.5.. Consideramos de relevância evidenciar e fomentar: (4) *Valorização da interdisciplinaridade na investigação*, no que concerne às ciências sociais, para os Estudos de Terrorismo, contrariando o que se constata nos “estudos ortodoxos”, referentes ao terrorismo (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016); (5) *Promoção de estudos associados ao terrorismo*, fundamentados em dados primários empíricos, contrariando o que se constata nos “estudos ortodoxos”, referentes ao terrorismo (Jackson, 2007a; Jarvis, 2016); (6) *Veiculação de investigação abrangente e inclusiva*, considerando “o outro” (e.g. o muçulmano) de forma intersubjetiva usando métodos interpretativos ou etnográficos; (7) *Rejeição de uma dicotomia que divide o mundo*, distintamente entre: o Ocidente “bom” e o Oriente “mau” ou o Estado “legítimo” e “bom” e o terrorista “ilegítimo” e “mau”, entre outras. Esta dicotomia, volta a estar marcadamente presente, nos atuais conflitos entre a Ucrânia e a Rússia e entre Israel e a Palestina, por via da cobertura noticiosa dos *media* internacionais e pelo discurso da classe política internacional.

De igual modo, consideramos fundamental a implicação de entidades governamentais e de organizações internacionais, no esforço de consciencialização da classe jornalística, referente à ética e às boas práticas, na cobertura de atentados terroristas. Schmid (1989), há precisamente trinta e cinco anos, evidenciava a necessidade da adoção de um novo código de ética na cobertura de atentados terroristas. O foco da ação governamental não deve incidir, exclusivamente, nas vítimas e nos perpetradores dos atentados terroristas, mas também nos *media* que reportam os referidos atentados junto às audiências (Smith, Stohl & al-Gharbi, 2018). Inquirida que foi a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), no sentido de perceber o panorama nacional, concernente à regulação da comunicação social, constatámos da inexistência em Portugal de diretrizes específicas, com limites legais e éticos, para a cobertura mediática de atentados terroristas (Estêvão & Espanha, 2021).

Perante o evidenciado reconhecemos, com o apoio da ERC, alguns exemplos de organismos internacionais, que reconhecem nestas diretrizes uma prioridade (Estêvão & Espanha, 2021). Evidenciamos, pois, o documento assinado em 2016, por Olivier Schrameck, Presidente do Conselho Superior do Audiovisual francês, intitulado *Précautions Relatives à la Couverture Audiovisuelle d'actes Terroristes*¹¹², publicado no *Journal Officiel de la République Française*. O mencionado documento, evidencia precauções aquando da cobertura noticiosa de atentados terroristas, nomeadamente na apresentação dos intervenientes e na fiabilidade das informações divulgadas. Ainda, enquanto exemplo e modelo a fomentar, destacamos o guia de acesso livre *Terrorism and the Media – Handbook for Journalists*¹¹³ (Marthoz, 2017), com a chancela da

¹¹² <https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000033313319>

¹¹³ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247074>

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. As Nações Unidas fundamentam desta forma a pertinência do mencionado guia:

Espera-se que este guia, desenvolvido com os contributos de jornalistas, editores e produtores de *media*, atue como um recurso crítico para todos aqueles que noticiam acontecimentos terroristas. (...) irá encorajar à autorreflexão por parte dos profissionais de *media*, no sentido de evitar contribuir para uma estigmatização e divisão. Pode ser ainda uma base para a criação e revisão de códigos de boas práticas, garantindo que determinados valores sejam consagrados nas operações diárias de organizações de *media* (Marthoz, 2017, p. 5).

Defendemos que é primordial a adoção, por parte dos *media* nacionais, de concretas e específicas diretrizes para a cobertura de atentados terroristas, pautadas por critérios de exigência e rigor jornalístico (Estêvão & Espanha, 2021).

Enquanto ator com um papel preponderante, evidenciamos ainda a anteriormente mencionada Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), enquanto fundamental organismo autónomo, na regulação e supervisão dos meios que desenvolvem atividades de comunicação social em Portugal, nomeadamente dos setores televisivo, radiofónico e imprensa. Como evidenciado em *A Relação Terrorismo e Media: O Papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) na Regulação de Conteúdos de Media* (Estêvão & Espanha, 2021), a ERC tem vindo a desempenhar um crítico papel de regulador, analisando as participações que receciona, relativamente à cobertura noticiosa de atentados terroristas e deliberando convenientemente sobre as mesmas.

Terminamos sustentando, que nos revemos nos argumentos de Giroux (2006) que evidenciam o papel fundamental da pedagogia nas democracias, invocando ao pensamento crítico e ao questionamento face ao fenómeno mediático do terrorismo.

Referências bibliográficas

- Abu-Orf, H. (2012). Fear of difference: Space of risk and anxiety in violent settings. *Planning Theory*, 12, 158-176.
- Altheide, D. L. (2002). *Creating fear: News and the construction of crisis*. Routledge.
- Altheide, D. L. (2006). *Terrorism and the politics of fear*. AltaMira Press.
- Altheide, D. L. (2007). The mass media and terrorism. *Discourse & Communication*, 1, 287-308.
- Altheide, D. L. (2013). Media logic, social control, and fear. *Communication Theory, Special Issue: Conceptualizing Mediatization*, 23(3), 223-238.
- Altheide, D. L. (2016). *The media syndrome*. Routledge.
- Altheide, D. L. (2017). *Terrorism and the politics of fear* (2nd ed.). Rowman and Littlefield.
- Altheide, D. L. (2020a). Media logic and media psychology. In Jan Van den Bulck (editor), *The International Encyclopedia of Media Psychology*, Wiley.
- Altheide, D. L. (2020b). The terrorism enigma. In Maximiliano E. Korstanje (editor), *Allegories of a never-ending war: A sociological debate revolving around the War on Terror and 9/11*. Nova Science Publishers, 83-104.
- Altheide, D. L. (2021). Media logic, fear, and the construction of terrorism. In William Gibson, Natalia Ruiz-Junco, Dirk vom Lehn (editors), *The Routledge International Handbook of Interactionism*. Routledge, 277-287.
- Altheide, D. L., & Michalowski, S. (1999). Fear in the news: A discourse of control. *The Sociological Quarterly*, 40(3), 475-503.
- Anwar, T. (2020). Unfolding the past, proving the present: Social media evidence in terrorism finance court cases. *International Political Sociology*. <https://doi.org/10.1093/ips/olaa006>.
- Appadurai, A. (2006). *Fear of small numbers: An essay on the geography of anger*. Durham: Duke University Press.
- Araújo, M. (2019). *A islamofobia e as suas narrativas em Portugal: Conhecimento, política, média e ciberespaço*. Oficina do CES n.º 447.
- Araújo, M. (2022). Islamophobia in Portugal, beyond the national register. *ReOrient* 7 1, 46-71.
- Arêas, C., Brant, A., Machado, A., Robineau, C., Ventura, H., & Mekki-Berrada, A. (2023). Islamophobia in the portuguese opinion press, In L. D'Haenens & A. Mekki-Berrada (Eds.), *Islamophobia as a form of radicalisation: Perspectives on media, academia and socio-political scapes from europe and Canada*. Leuven University Press, 143-160.
- Arendt, H. (1958). *The origins of totalitarianism*. Meridian Books.
- Arendt, H. (1994). *Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil*. Penguin Books.
- Aron, R. (1968). *Main currents in sociological thought: Montesquieu, Comte, Marx, Tocqueville, the Sociologists of the Revolution of 1848*. Doubleday.

- Barbalet, J. M. (1998). *Emotion, social theory, and social structure: A macrosociological approach*. Cambridge University Press.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bartholomew, R. (2016). The Paris terror attacks, mental health and the spectre of fear. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 109(1), 4–5.
- Bartlett, F. (1932). *Remembering*. Cambridge University Press.
- Bateson, G. (1955). A theory of play and fantasy: A report on theoretical aspects of the project of study of the role of the paradoxes of abstraction in communication. *Psychiatric research reports*, 2, 39-51.
- Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind*. Ballantine.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid fear*. Polity.
- Beck, U. (2002). The terrorist threat: World risk society Rrevisited. *Theory, Culture and Society* 19(4), 39-55.
- Beck, U. (2006). Living in the world risk society. *Economy and Society*, 35(3), 329–345.
- Beck, U. (2007). The cosmopolitan condition: Why methodological nationalism fails. *Theory, Culture & Society*, 24(7–8), 286–290.
- Belo, A., Shoemaker, P., & Silveira, J. (2003). *Codebook e sistemas de codificação de informação - Análise de Telejornais de Horário Nobre - RTP1, SIC, TVI e RTP2/A:2 – para os anos de 2003, 2004 e 2005*. Centro de Investigação Media e Democracia.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. Hafner.
- Berger, A. (2016). *Media and communication research methods: An introduction to qualitative and quantitative approaches*. Sage.
- Bíblia Sagrada. (2002). Difusora Bíblica.
- Bigo, D., & Guild, E. (2019). International law and european migration policy: Where is the terrorism risk? *Laws*, 8,30.
- Bigo, D., & Walker, R. (2007). Political sociology and the problem of the international. *Millennium*, 35(3), 725–739.
- Bigo, D., Brouwer, E., Carrera, S., Guild, E., Guittet, E-P. & Jeandesboz, J. (2015). The EU counter-terrorism policy responses to the attacks in Paris: Towards an EU security and liberty agenda. *CEPS Policy Briefs*, 81.
- Bird, S. E., & Dardenne, R. W. (2009). Rethinking news and myth as storytelling. *The handbook of journalism studies*, 205-217.
- Black, D. (2004). The geometry of terrorism. *Sociological Theory*, 22(1), 14–25.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Celta Editora.

Brinson, M., & Stohl, M. (2010). From 7/7 to 8/10: Media framing of terrorist incidents in the United States and United Kingdom. In D. Canter (Ed.), *The faces of terrorism: Multidisciplinary perspectives*, 227-245.

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Bude, H. (2018). *Society of fear*. Polity Press.

Bullock, A., Trombley, S. & Lawrie, A. (1999). *The new fontana dictionary of modern thought* (3rd ed.). HarperCollins.

Cacciatore, M., Scheufele, D., & Iyengar, S. (2016). The end of framing as we know it ... and the future of media effects, *Mass Communication and Society*, 19(1), 7-23, <https://doi.org/10.1080/15205436.2015.1068811>

Camacho, J. (2011). *Terrorismo em Portugal – A guerra esquecida*. Rui Costa Pinto Edições.

Cantor, J. (1998). *'Mommy, I'm scared': How TV and movies frighten children and what we can do to protect them*. Harvest/Harcourt.

Cantor, J. (2006). Why horror doesn't die: The enduring and paradoxical effects of frightening entertainment', in J. Bryant and P. Vorderer (eds). *Psychology of Entertainment*, 315–327.

Cantor, J. (2011). Fear reactions and the mass media. *The Routledge Handbook of Emotions and Mass Media*, 148-165.

Cappella, J., & Jamieson, K. (1997). *Spiral of cynicism: The press and the public good*. Oxford University Press.

Cardoso, G., & Castells, M. (2005). *A sociedade em rede: Do conhecimento à acção política*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Cardoso, G., Couraceiro, P., Paisana, M., Moreno, J., Telo, D., & Martinho, A. (2018). *Barómetro de notícias. Estado das notícias (2 de junho de 2017 a 31 de maio de 2018)*. OberCom.

Carvalho, M. (2008). A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, 25 a 28 de junho, Universidade Nova de Lisboa.

Chaliand, G., & Blin, A. (2007). *The history of terrorism: From antiquity to al Qaeda*. University of California Press.

Chaliand, G., & Blin, A. (2016). *The history of terrorism: From antiquity to ISIS*. University of California Press.

Chiricos, T., Eschholz, S., & Gertz, M. (1997). Crime, news and fear of crime: Toward an identification of audience effects. *Social Problems*, 44(3), 342-357.

Chiricos, T., Padgett, K., & Gertz, M. (2000). Fear, TV news, and the reality of crime. *Criminology*, 38, 755-785.

Chong, D., & Druckman, J. (2006). Democratic competition and public opinion. In *annual meeting of the American Political Science Association*, Philadelphia.

- Chong, D., & Druckman, J. (2007). Framing theory. *Annual Review of Political Science*, 10, 103-126.
- Chong, D., & Druckman, J. (2014). Counterframing effects. *Journal of Politics*, 75, 1-16.
- Clark, G. (2005). Secondary data. In R. Flowerdew, & D. Martin (Eds.), *Methods in human geography: a guide for students doing a research project*. Pearson Education Limited, 57-74.
- Clark, T., Foster, L., Sloan, L., & Bryman, A. (2021). *Bryman's social research methods*. (6th Ed.). Oxford University Press.
- Colistra, R. (2012). Shaping and cutting the media agenda: Television reporters perceptions of agenda and frame-building and agenda-cutting influences. *Journalism & Communication Monographs*, 14(2), 85–146.
- Constantinides, E., & Fountain, S. J. (2008). Web 2.0.: Conceptual foundations and Marketing Issues. *Journal of direct, data and digital marketing practice*, 9(3), 231-244.
- Creswell, J. (2003). *Research design: Qualitative and quantitative approaches*. Sage.
- D'Angelo, P. (Ed.) (2018). *Doing news framing analysis II*. Routledge, <https://doi.org/10.4324/9781315642239>.
- D'Angelo, P., & Kuypers, J. A. (Eds.). (2010). *Doing news framing analysis: Empirical and Theoretical Perspectives*. Routledge.
- de Hoog, N., Stroebe, W., & de Wit, J.B.F. (2007). The impact of vulnerability to and severity of a health risk on processing and acceptance of fear-arousing communications: A meta-analysis. *Review of General Psychology*, 11, 258–285.
- de Vaus, D. (2002). *Surveys in social research* (5th ed.). Routledge/Taylor & Francis Group.
- de Vreese, C. H. (2004). The effects of frames in political television news on issue interpretation and frame salience. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 81(1), 36-52.
- de Vreese, C. H. (2005). News framing: Theory and typology. *Information design journal & document design*, 13(1).
- Dillard, J. P., Plotnick, C. A., Godbold, L. C., Freimuth, V. S., & Edgar, T. (1996). The multiple affective outcomes of AIDS PSAs: Fear appeals do more than scare people. *Communication Research*, 23(1), 44-72.
- Ekici, N., & Akdogan, H. (2020). Structural equation modeling of terrorism perception: New correlates of perception formation. *Perspectives on Terrorism*, 14(5), 63–76.
- Eller, J., & Eller, A. (2007). Fear. In G. Ritzer (Ed.), *The blackwell encyclopedia of sociology*. Blackwell Pub, 1650-1651.
- Elo, S., & Kyngas, H (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing* 62(1), 107–115.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, 43(4), 51-58.
- Entman, R. M. (2003). Cascading activation: Contesting the White House's frame after 9/11. *Political Communication*, 20(4), 415-443.

- Entman, R. M., Matthes, J., & Pellicano, L. (2009). Nature, sources, and effects of news framing. In *The handbook of journalism studies*, Routledge, 195-210.
- Espanha, R., & Estêvão, T. (2017). A vigilância lateral e participativa na Web 2.0. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 33.
- Estêvão, T. (2014). O novo paradigma da vigilância na sociedade contemporânea – “Who watches the watchers”. *Observatorio (OBS*)*, 8(2).
- Estêvão, T. & Espanha, R. (2021). A relação terrorismo e media: O papel da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) na regulação de conteúdos de media sobre terrorismo em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 33, 57-96.
- Ferree, M. M., Gamson, W. A., Gerhards, J., & Rucht, D. (2002). *Shaping abortion discourse: Democracy and the public sphere in Germany and the United States*. Cambridge University Press.
- Franco, H., & Moleiro, R. (2015). *Os jiadistas portugueses*. Lua de Papel.
- Freud, S. (1959). *Inhibitions, symptoms, and anxiety*. Norton.
- Furedi, F. (1997). *The culture of fear: Risk taking and the morality of low expectations*. Cassell.
- Furedi, F. (2002). *Culture of fear revisited: Risk taking and the morality of low expectation*. Continuum.
- Furedi, F. (2005). *The Politics of fear. Beyond left and right*. Continuum International Publishing Group.
- Furedi, F. (2007). The only thing we have to fear is the culture of fear itself. *Spiked Online*, 4 April 2007; available at <https://www.spiked-online.com/2007/04/04/the-only-thing-we-have-to-fear-is-the-culture-of-fear-itself/> (accessed 20 January 2018).
- Furedi, F. (2018). *How fear works: Culture of fear in the twenty-first century*. Bloomsbury Continuum.
- Gabinete do Secretário-Geral de Segurança Interna. (2015). *Relatório anual de segurança interna 2015*. https://www.otsh.mai.gov.pt/wp-content/uploads/REC-RASI_2015.pdf.
- Gamson, W. A. (1992). *Talking politics*. Cambridge University Press.
- Gamson, W. A. (2001). Foreword. In S. D. Reese, O. H. Gandy, & A. E. Grant (Eds.), *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Erlbaum, ix–xi
- Gamson, W. A. Modigliani, A. (1987). The changing culture of affirmative action. *Research in political sociology*, 3.
- Gamson, W. A., & Modigliani, A. (1989). Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, 95(1), 1–37. <https://doi.org/10.1086/229213>.
- Gerbner, G. (1998). Cultivation analysis: An overview, *Mass Communication and Society*, 1:3-4, 175-194.
- Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1986). Living with television: The dynamics of the cultivation process in J. Bryant & D. Zillman (Eds.), *Perspectives on Media Effects*, 17-40.

- Gerbner, G., Gross, L., Signorielli, N., Morgan, M., & Jackson-Beeck, M. (1979). The demonstration of power. *Violence Profile No. 10. Journal of Communication*, 29(3), 177–196.
- Gibbs, J. P. (1989). Conceptualization of terrorism. *American Sociological Review* 54(3), 329–340.
- Giroux, H. A. (2003). *The abandoned generation: Democracy beyond the culture of fear*. Palgrave Macmillan.
- Giroux, H. A. (2006). *Para além do espectáculo do terrorismo: A incerteza global e o desafio dos novos media*. Colibri.
- Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching: Mass media in the making & unmaking of the New Left*. University of California Press.
- Glascoff, D. (2000). Articles of interest: A meta-analysis of fear appeals: Implications for effective public health campaigns, *Marketing Health Services*, 20(4), 35-36.
- Glassner, B. (1999). *The culture of fear: Why americans are afraid of the wrong things*. Basic Books.
- Glassner, B. (2018). *The culture of fear revisited: Why americans are afraid of the wrong things*. Basic Books.
- Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.
- Gökay, B., & Walker, R. (2003). *11 September 2001: War, terror, and judgement*. Frank Cass.
- Goodwin, R., Willson, M., & Gaines, S., Jr (2005). Terror threat perception and its consequences in contemporary Britain. *British Journal of Psychology*, 96(4), 389–406.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo. Estudos em comunicação*. Universidade da Beira Interior.
- Gradim, A. (2016). *Framing, O enquadramento das notícias*. Livros Horizonte.
- Gregory, D., & Pred, A. (2007). *Violent geographies: Fear, terror and political violence*. Routledge.
- Gross, K., & D'ambrosio, L. (2004). Framing emotional response. *Political Psychology*, 25(1), 1-29.
- Gunning, J. (2007). A case for critical terrorism studies? *Government and Opposition* 42(3), 363–393.
- Guzelian, C. P. (2004). Liability & fear. *Ohio State Law Journal*, 65(4), 713-851.
- Hallahan, K. (1999). Seven models of framing: Implications for public relations. *Journal of Public Relations Research*, 11, 205–242.
- Hankiss, E. (2001). *Fear and symbols: An introduction to the study of Western civilization*. Central European University Press.
- Heath-Kelly, C., & Jarvis, L. (2017). Affecting terrorism: Laughter, lamentation, and detestation as drives to terrorism knowledge. *International Political Sociology*, 11(3), 239–256, <https://doi.org/10.1093/ips/olx007>.
- Hobbes, T., & Lamprecht, S. (1949). *De cive: Or the citizen*, Appleton-Century-Crofts.
- Hoffman, B. (1998). *Inside Terrorism*. Indigo.

- Honig, O., & Yahel, I. (2017). A fifth wave of terrorism? The emergence of terrorist semi-states. *Terrorism and Political Violence*, 1-21.
- Horgan, J., & Boyle, M. J. (2008). A case against Critical Terrorism Studies. *Critical Studies on Terrorism*, 1(1), 51-64.
- Houaiss, A. (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Temas & Debates.
- Hülse, R., & Spencer, A. (2008). The metaphor of terror: Terrorism studies and the constructivist turn. *Security Dialogue*, 39(6), 571-592.
- Huntington, S. P. (1997). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Touchstone.
- Ishengoma, F. (2014). Online social networks and terrorism 2.0 in developing countries. *International Journal of Computer Science and Network Solutions*, 1.
- Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible? How television frames political issues*. University of Chicago Press.
- Iyengar, S., & Kinder, D. R. (1987). *News that matters: Television and american opinion*. University of Chicago Press.
- Iyengar, S., & Simon, A. (1993). News coverage of the gulf crisis and public opinion: A study of agenda-setting, priming and framing. *Communication Research*, 20, 365-383.
- Jabareen, Y. (2006). Space of risk: The contribution of planning policies to conflicts in cities, lessons from Nazareth. *Planning Theory and Practice*, 7(3), 305–323.
- Jackson, R. (2006). *American Counter-Terrorism and the Politics of Fear: Writing the terrorist threat*. Paper presented at the Political Studies Association (PSA) of the United Kingdom Annual Conference, 3-6 April, 2006, University of Reading.
- Jackson, R. (2007a). The core commitments of critical terrorism studies. *European Political Science* 6(3), 244–251.
- Jackson, R. (2007b). Introduction: The case for critical terrorism studies. *European Political Science* 6(3): 225–227.
- Jackson, R. (2008). The ghosts of state terror: knowledge, politics and terrorism studies. *Critical Studies on Terrorism*, 1(3), 377-392.
- Jackson, R. (2013). The politics of terrorism fear. In S. J. Sinclair (Ed.), *The Political Psychology of Terrorism Fears*. Cambridge University Press, 267-282.
- Jackson, R. (2016). To be or not to be policy relevant? Power, emancipation and resistance in CTS research. *Critical Studies on Terrorism*, 9(1), 120-125.
- Jackson, R., Breen-Smyth, M., & Gunning, J. (2009). Critical terrorism studies: Framing a new research agenda. In R. Jackson, M. B. Smyth, & J. Gunning (Eds.), *Critical Terrorism Studies: A New Research Agenda*. Routledge, 216-236.
- Jarvis, L. (2016). Critical terrorism studies after 9/11. In R. Jackson (Ed.), *Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies*. Routledge, 68-91.

- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263-291.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1984). Choices, values, and frames. *American Psychologist*, 39(4), 341–350. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.39.4.341>.
- Kampf, Z. (2014). News-media and terrorism: Changing relationship, changing definitions. *Sociology Compass*, 8, 1-9.
- Kaplan, J. (2008). Terrorism's fifth wave: A theory, a conundrum and a dilemma. *In Perspectives on Terrorism*, 2(2), 12-24.
- Katz, C. (2007) Banal terrorism: Spatial fetishism and everyday insecurity, In *Violent Geographies: Fear, Terror and Political Violence*, Routledge, 347–361.
- Keinan-Boker, L., Kohn, R., Billig, M., & Levav, I. (2011). Smoking behaviour under intense terrorist attacks. *European Journal of Public Health*, 21(3), 355–359.
- Kellner, D. (2004). 9/11, spectacles of terror, and media manipulation. *Critical Discourse Studies*, 1(1), 41-64.
- Kemper, T. D. (1987). How many emotions are there? Wedding the social and autonomic components. *American Journal of Sociology*, 93(2), 263-289.
- Kierkegaard, S. (2006). *Fear and trembling*. Cambridge University Press.
- Korstanje, M. E. (2020). *Allegories of a never-ending war: A sociological debate revolving around the War on Terror and 9/11*. Nova Science Publishers.
- Koskela, H. (1997). 'Bold walk and breakings: Women's spatial confidence versus fear of violence', *Gender, Place and Culture* 4, 301–319.
- Koskela, H. (2010). Fear and its others, In S.J. Smith, R. Pain, S. Marsden & J.P. Jones. (eds.). *Handbook of Social Geography*. Sage, 389-405.
- Koskela, H., & Pain, R. (2000). Revisiting fear and place: Women's fear of attack and the built environment, *Geoforum*, 31, 269–280.
- Kracauer, S. (1952). The challenge of qualitative content analysis. *International Communications Research* 16(4), 631-642.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.). Sage.
- Kuckartz, U. (2019). Qualitative content analysis: From Kracauer's beginnings to today's challenges [46 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 20.
- Kurtulus, E. (2011). The 'new terrorism' and its critics. *Studies in Conflict and Terrorism*, 34(6), 476–500.
- Kuypers, J. A. (2009). Framing analysis. *Rhetorical criticism: Perspectives in action*, Rowman & Littlefield, 181-204.
- Kuypers, J. A. (2010). Framing analysis from a rhetorical perspective. *Doing news framing analysis: Empirical and theoretical perspectives*, Routledge, 286-311.

- Lapa, T. (2015). A infância em rede: Media e quadros de existência infantis na sociedade em rede. Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/12331>.
- Laqueur, W. (1977). Interpretations of terrorism: Fact, fiction and political science. *Journal Of Contemporary History*, 12(1), 1-42.
- Laqueur, W. (1999). *The new terrorism: Fanaticism and the arms of mass destruction*. Oxford University Press.
- Laqueur, W., & Wall, C. (2018). *The future of terrorism: ISIS, Al-Qaeda, and the Alt-Right*. St. Martin's Press.
- Lara, S. (2007). *O terrorismo e a ideologia do ocidente*. Almedina.
- Lenart, S., & Targ, H. (1992). Framing the enemy: New York Times coverage of Cuba in the 1980s. *Peace & Change*, 17(3), 341-362.
- Leventhal, H. (1970). Findings and theory in the study of fear communications. *Advances in Experimental Social Psychology*, 5, 119-186.
- Lewis, S., & Reese, S. (2009a). What is the war on terror? Framing through the eyes of journalists. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 86(1), 85-102. <https://doi.org/10.1177/107769900908600106>.
- Lewis, S., & Reese, S. (2009b). Framing the war on terror: The internalization of policy in the US press. *Journalism*, 10(6), 777-797.
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. Harcourt, Brace.
- Lipschultz, J. (2007). Framing terror: Violence, social conflict, and the "War on Terror". *Electronic News*, 1(1), 21-35. <https://doi.org/10.1080/19312430709336902>.
- Livro de Estilo (2005). Público. <https://static.publico.pt/files/provadosfactos/livro-de-estilo.pdf>.
- Lupton, D. (1999). *Risk*. Routledge.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança: Discursos do medo, imagens do outro*. Editorial Notícias.
- Machiavelli, N. (1981). *The prince*. Penguin Books.
- Malinowski, B. (1959). *Crime and custom in savage societies*. Littlefield.
- Mapril, J. (2012). Será que Deus não precisa de passaporte? Islão imigrante, normatividades seculares e islamofobia, in Bruno P. Dias & Nuno Dias (orgs.), *Imigração e racismo em Portugal: O lugar do outro*. Edições 70/Le Monde Diplomatique, 137-152.
- Marthoz, J. (2017). Terrorism and the media: A handbook for journalists. Corporate author UNESCO, <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247074>.
- Martini, A. (2018). Making women terrorists into "Jihadi brides": An analysis of media narratives on women joining ISIS. *Critical Studies on Terrorism*, 11(3), 458-477.
- Massumi, B. (1993). *Politics of everyday fear*. University of Minnesota Press.

- Mateus, S. (2020). Porous frontiers: Priming as an extension of agenda setting and framing as a complementary approach. *Mediapolis - Revista de Comunicação Jornalismo e Espaço Público*, 10(10), 19-35.
- Mayring, P. (2000). Qualitative content analysis [28 paragraphs]. *Forum QualitativSozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 1(2).
- McCombs, M. (2004). *Setting the agenda: The mass media and public opinion*. Polity Press.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, 36(2), 176-187.
- McCombs, M. E., Shaw, D. L., & Weaver, D. H. (1997). *Communication and democracy: Exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory*. Lawrence Erlbaum Associates.
- McCombs, M., Llamas, J. P., Lopez-Escobar, E., & Rey, F. (1997). Candidate images in Spanish elections: Second-level agenda-setting effects. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 74(4), 703-717.
- Medina, J. (2001). Géneros jornalísticos: Repensando a questão. *Symposium*, 5(1), 45-55.
- Montesquieu, C. S. B. de (1988). *The spirit of the laws*. Translation and edition Anne Gohler et al. Cambridge University Press.
- Moreira, A. (2004). Insegurança sem fronteiras: O martírio dos inocentes. In: A. Moreira (Ed.). *Terrorismo*, 2.^a ed., Almedina, 121-146.
- Morgan, M., & Shanahan, J. (2010). The state of cultivation, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 54(2), 337-355.
- Morin, A. (2016). Framing terror: The strategies newspapers use to frame an act as terror or crime. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 93(4), 986-1005. <https://doi.org/10.1177/1077699016660720>.
- Moutot, M. (2015, novembro 28). Os neo-jihadistas ou a “islamização da radicalidade”. *Público*, 21.
- Mythen, G., & Walklate, S. (2006). Communicating the terrorist risk: Harnessing a culture of fear? *Crime Media Culture* 2, 123–142.
- Nacos, B. (2007). *Mass-mediated Terrorism: The central role of the media in terrorism and counterterrorism*. Rowman & Littlefield.
- Nevalsky, E. (2015) Developing terrorism coverage: Variances in news framing of the January 2015 attacks in Paris and Borno. *Critical Studies on Terrorism*, 8(3), 466-477.
- Norris, P., Kern, M., & Just, M. (2003). Framing terrorism: The news media, the government, and the public. Routledge.
- Olsson, E. K., & Ihlen, Ø. (2018). Framing. *The International Encyclopedia of Strategic Communication*, 1-11.
- Pain, R. (2009). Globalized fear? Towards an emotional geopolitics, *Progress in Human Geography* 33(4), 466–486.
- Pain, R. (2010). The new geopolitics of fear, *Geography Compass*, 4(3), 226-240.

- Pain, R., & Smith, S. (2008). *Fear: Critical geopolitics and everyday life*, Aldershot: Ashgate.
- Pan, Z., & Kosicki, G. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political Communication*, 10, 55-75.
- Papacharissi, Z., & de Fatima Oliveira, M. (2008). News frames terrorism: A comparative analysis of frames employed in terrorism coverage in U.S. and U.K. newspapers. *The International Journal of Press/Politics*, 13(1), 52–74.
- Passetti, E., & Oliveira, S. (2006). *Terrorismos*. Educ.
- Pavlik, J. (2022). The russian war in Ukraine and the implications for the news media, *Athens Journal of Mass Media and Communications*, 8, 1-17.
- Poltzer, M., & Alcaraz, A. (2023). Islam, media framing and Islamophobia in the US press, before and after the Charlie Hebdo terrorist attack. *Critical Studies on Terrorism*, 16(2), 351-369.
- Powell, K. (2011). Framing Islam: An analysis of media coverage of terrorism since 9/11. *Communication Studies*, 62, 90–112.
- Procópio, A. (2001). Terrorismo e relações internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44(2), 62-81.
- Purnell, K. (2018). Grieving, valuing, and viewing differently: The global war on terror's american toll. *International Political Sociology*, 12(2), 156–171.
- Rane, H., Ewart, J., & Martinkus, J. (2014). Media framing of the muslim world: Conflicts, crises and contexts. *Palgrave Macmillan*.
- Rapoport, D. (1984). Fear and trembling: Terrorism in three religious traditions. *American Political Science Review*, 78(3), 658–677.
- Rapoport, D. (2001). The fourth wave: September 11 in the history of terrorism. *Current History*. 100(650), 419-424.
- Rapoport, D. (2002). The four waves of rebel terror and September 11. *Anthropoetics -The Journal of Generative Anthropology*, 8(1).
- Rapoport, D. (2013). The four waves of modern terror: International dimensions and consequences. In B. Blumenau, & J. Hanhimäki (Ed.), *An international history of terrorism: Western and non-western experiences*. Routledge, 282-310.
- Reese, S., Gandy, Jr., O, & Grant, A. (Eds.). (2001). *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Routledge.
- Richards, A. (2014). Conceptualizing terrorism Studies. *Conflict & Terrorism*, 37(3), 213–236.
- Ridout, T. N., Grosse, A. C., & Appleton, A. M. (2008). News media use and americans: Perceptions of global threat. *British Journal of Political Science*, 38(4), 575–593.
- Ritzer, G. (Ed.) (2007). *The blackwell encyclopedia of sociology*. Blackwell.
- Robin, C. (2000). Fear: A genealogy of morals. *Social Research*, 67, 1085-1115.
- Robin, C. (2004). *Fear: The history of a political idea*. Oxford University Press.

- Rogers, E. (2004). Theoretical diversity in political communication. In L. L. Kaid (Ed.), *Handbook of political communication research*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 3–16.
- Rothman, A. J., & Salovey, P. (1997). Shaping perceptions to motivate healthy behavior: The role of message framing. *Psychological Bulletin*, 121(1), 3–19.
- Ruiter, R. A., Kessels, L.T., Peters, G. Y., & Kok, G. (2014). Sixty years of fear appeal research: Current state of the evidence. *International Journal of Psychology*, 49(2), 63–70.
- Sageman, M. (2014). The stagnation in terrorism research. *Terrorism and Political Violence*, 26(4), 565-580.
- Sageman, M. (2017). *Misunderstanding terrorism*. University of Pennsylvania Press.
- Rashid, S., Olofsson, A. (2021). Worried in Sweden: The effects of terrorism abroad and news media at home on terror-related worry, *Journal of Risk Research*, 24(1), 62-77.
- Sayyid, S. (2014). A Measure of islamophobia, *Islamophobia Studies Journal*, 2(1), 10-25.
- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of communication*, 49(1), 103-122.
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political communication. *Mass communication & society*, 3(2-3), 297-316.
- Scheufele, D. A., & Iyengar, S. (2014). The state of framing research: A call for new directions. *The Oxford Handbook of Political Communication Theories*. Oxford University Press, 1-26.
- Scheufele, D., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57, 9-20.
- Schmid, A. (1989). Terrorism and the media: The ethics of publicity. *Terrorism and Political Violence*, 1(4), 539–565.
- Schmid, A., & Jongman A. (1988). *Political terrorism: A new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories, and literature*. North-Holland Pub. Co.
- Schoën, D. A., & Rein, M. (1994). *Frame reflection: Towards the resolution of intractable policy controversies*. Basic Books.
- Severin, W.J., & Tankard, J.W., Jr. (1992). *Communication theories: Origins, methods, and uses in the mass media* (3rd ed.). Longman.
- Shanahan, J., & Morgan, M. (1999). *Television and its viewers: Cultivation theory and research*. Cambridge University Press.
- Shklar, J. (1989). The liberalism of fear. In Nancy L. Rosenblum (ed.), *Liberalism and the Moral Life*.
- Signorielli, N., & Gerbner, G. (1988). *Violence and terror in the mass media: An annotated bibliography*. Greenwood Press.
- Silva, R. & Crilley, R. (2016). Talk about terror in our back gardens: An analysis of online comments about British foreign fighters in Syria, *Critical Studies on Terrorism*, 10:1, 162-186, <https://doi.org/10.1080/17539153.2016.1237011>.
- Silveira, J., & Shoemaker, P. (2010) *Telejornais em exame*. Colibri.

- Smith, B., Stohl, M., & Al-Gharbi, M. (2018). Discourses on countering violent extremism: The strategic interplay between fear and security after 9/11. *Critical Studies on Terrorism*, 12(2), 1-18.
- Snow, D. A., & Benford, R. D (1988). Ideology, frame resonance, and participant mobilization. *International Social Movement Research*, 1, 197–217.
- Snow, D. A., & Benford, R. D. (1992). Master frames and cycles of protest. *Frontiers in social movement theory*, 133-155.
- Soanes, C., & Stevenson, A. (Eds.). (2006). *Oxford English Dictionary*. OUP Oxford.
- Souza, A. De M., & Moraes, R. (2014). A relevância do terrorismo na política internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. In: Souza, A.; Nasser, R.; Moraes, R. (Orgs.). *Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI*. Ipea, 13-43.
- Sparke, M. (2007). Geopolitical fears: Geoeconomic hopes and the responsibilities of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, 97, 338–349.
- Spencer, A. (2016). New versus old terrorism. In R. Jackson (Ed.), *Routledge handbook of critical terrorism studies*. Routledge, 269-290.
- Springer, N., Nygren, G., Widholm, A., Orlova, D., & Taradai, D. (2022). Narrating “Their War” and “Our War”: The patriotic journalism paradigm in the context of swedish and ukrainian conflict coverage. *Central European Journal of Communication*, 15(31), 178-201.
- Stevens, G., Taylor, M., Barr, M., Jorm, L., Giffin, M., Ferguson, R., Agho, K., & Raphael, B. (2009). Public perceptions of the threat of terrorist attack in Australia and anticipated compliance behaviours. *Australian and New Zealand journal of public health*, 33(4), 339–346.
- Stohl, M., Burchill, R., & Englund, S. (Eds.). (2017). *Constructions of terrorism: An interdisciplinary approach to research and policy* (1st ed.). University of California Press.
- Tankard, J. W. (2001). The empirical approach to the study of media framing. In S. D. Reese, O. H. Gandy & A. E. Grant (Eds.), *Framing public life*. Lawrence Erlbaum, 95–106.
- Tannen, D. (1979). What’s in a frame? Surface evidence for underlying expectations, in R.O. Freedle (ed.) *New Directions in Discourse Processing*. Ablex, 137-181.
- Tannenbaum, M. B., Hepler, J., Zimmerman, R. S., Saul, L., Jacobs, S., Wilson, K., & Albarracín, D. (2015). Appealing to fear: A meta-analysis of fear appeal effectiveness and theories. *Psychological Bulletin*, 141(6), 1178-1204.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (1998). *Mixed methodology: Combining qualitative and quantitative approaches*. Sage.
- Tewksbury, D., & Scheufele, D. (2009). News framing theory and research. In J. Bryant, & M. B. Oliver (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research*. Routledge, 17-33.
- Tilly, C. (2004). Terror, terrorism, terrorists. *Sociological Theory*, 22(1) 5–13.
- Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R., & Vetter, E. (2000). *Methods of text and discourse analysis*. Sage.

- Tocqueville, A. de (1969). *Democracy in America*. Translation George Lawrence. Edition, J. P. Mayer. Harper and Row.
- Tolan, J. (2002). *Saracens: Islam in the medieval european imagination*. Columbia University Press.
- Toros, H. (2016). Dialogue, praxis and the state: A response to Richard Jackson. *Critical Studies on Terrorism*, 9(1), 126-130.
- Toros, H. (2017). "9/11 is alive and well" or how critical terrorism studies has sustained the 9/11 narrative. *Critical Studies on Terrorism*, 10(2), 203-219.
- Townshend, C. (2002). *Terrorism: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Tsagarousianou, R. (2016). Muslims in public and media discourse in Western Europe: The reproduction of aporia and exclusion. in: Mertens, S. and de Smaele, H. (ed.) *Representations of Islam in the news: A cross-cultural analysis*. Lexington Books, 3-20.
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. Free Press.
- Tudor, A. (2003). A (macro) sociology of fear? *Sociological Review*, 51(2), 238-256.
- Turk, A. (2004). Sociology of terrorism. *Annual Review of Sociology*, 30, 271-286.
- Van Gorp, B. (2007). The constructionist approach to framing: Bringing culture back in. *Journal of communication*, 57(1), 60-78.
- Van Dijck, J., Poell T. & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.
- Vertigans, S. (2011). *The Sociology of terrorism*. Routledge.
- Wieviorka, M. (2007). From classical terrorism to global terrorism. *International Journal of Conflict and Violence*, 1(2), 92–104.
- Wieviorka, M. (2012) *Evil*. Polity Press.
- Witte, K., & Allen, M. (2000). A meta-analysis of fear appeals: implications for effective public health campaigns. *Health education & behavior: The official publication of the Society for Public Health Education*. 27, 591-615.
- Wolfendale, J. (2016). The narrative of terrorism as an existential threat. In R. Jackson (Ed.), *Routledge handbook of critical terrorism studies*. Routledge, 247-268.
- Woods, J. (2011). Framing terror: An experimental framing effects study of the perceived threat of terrorism. *Critical Studies on Terrorism*, 4(2), 199-217.

ANEXOS

Anexo A: Modelo de análise adotado em investigação

MODELO DE ANÁLISE				
Questões de investigação	Conceitos	Dimensões	Sub-Dimensões	Instrumentos e Indicadores
Q1 + Q2 +	• Terrorismo • <i>Framing</i> • Medo	• Enquadramento (<i>framing</i>) realizado pelos <i>media</i> nacionais, na cobertura noticiosa dos atentados de Paris, em novembro de 2015 e de Bruxelas, em março de 2016.	• Como foram comunicados os atentados terroristas nos noticiários de televisão nacionais: RTP1, SIC e TVI; • Como foram comunicados os atentados terroristas na imprensa nacional: Correio da Manhã, Jornal de Notícias, Público, i e Diário de Notícias; • Como foram comunicados os atentados terroristas nos noticiários de rádio nacionais: Rádio Renascença, Antena 1 e TSF;	• Instrumento: Análise de Conteúdo • Indicadores¹¹⁴: Variáveis relativas ao conteúdo, transversais aos quatro setores: - Foco Geográfico da peça ou artigo; - Enquadramento da peça ou artigo; - Manchete ou abertura; - Tipo de peça ou artigo; - Autoria da peça ou artigo; - Atividade do jornalista; - Origem da peça ou artigo; - Género jornalístico; - Estilo discursivo;

¹¹⁴ Indicadores pertencentes ao *Codebook* elaborado (Anexo J).

Q3			• Como foram comunicados os atentados terroristas nos diários digitais: SICN online, TVI24 online, Expresso online, Sol online e Público online.	- Fontes; - Cobertura; - Valência; - Desviância; - Significância social. Variáveis relativas ao conteúdo, específicas ao setor televisivo: - Duração; - Ordem; - Posicionamento; - Formato; - Apresentação; - Suporte visual; - Som na imagem; - Intervenientes e comentadores. Variáveis relativas ao conteúdo, específicas ao setor imprensa: - Caderno principal ou suplemento; - Destaque de capa; - Página; - Localização na página;
----	--	--	--	---

				- Espaço de página; - Secção; - Presença de imagens; - Tipo de imagens; - Tema ou intervenientes das imagens. Variáveis relativas ao conteúdo, específicas ao setor radiofónico: - Duração; - Ordem; - Som; - Apresentação; - Intervenientes e comentadores. Variáveis relativas ao conteúdo, específicas ao setor diário digital: - Secção; - Nº de partilhas nas redes sociais; - Presença de imagens; - Tipo de imagens; - Tema ou intervenientes das imagens; - Presença de sons; - Presença de comentários; - Número de comentários.
--	--	--	--	--

				- <i>Frame</i> prevalecente identificado na peça ou artigo.
--	--	--	--	---

MODELO DE ANÁLISE				
Questões de Investigação	Conceitos	Dimensões	Sub-Dimensões	Instrumentos e Indicadores
Q1	• Terrorismo • <i>Framing</i> • Medo	• Cobertura noticiosa realizada pelos <i>media</i> nacionais, dos atentados de Paris, em novembro de 2015 e de Bruxelas, em março de 2016.	• Confrontação dos jornalistas e diretores de informação, envolvidos na cobertura noticiosa dos atentados terroristas, com o trabalho jornalístico realizado pelos próprios e pelos meios que representam; • Opiniões dos jornalistas e diretores de informação, referentes a boas	• Instrumento: Entrevista • Indicadores¹¹⁵: - Pressão editorial do meio, referente à cobertura de atentados terroristas; - Tipo de fontes utilizadas; - Experiência na cobertura noticiosa de atentados terroristas;

¹¹⁵ Indicadores resultantes das entrevistas realizadas (Anexos BZ a CB).

+			práticas para cobertura noticiosa de atentados terroristas.	- Tempo de antena disponibilizado aos membros da comunidade islâmica, para se pronunciarem relativamente aos atentados terroristas; - Adoção de terminologias que associam Islão a terrorismo (por exemplo, “Radical islâmico”); - A promoção mediática do risco de atentados terroristas em Portugal; - O medo de atentados terroristas em Portugal, resultante de uma promoção mediática do risco de atentados terroristas (por exemplo, imagens traumatizantes dos atentados); - Guias de boas práticas para cobertura noticiosa de atentados terroristas
Q2				
+				
Q3				

MODELO DE ANÁLISE				
Questões de Investigação	Conceitos	Dimensões	Sub-Dimensões	Instrumentos e Indicadores
	• Terrorismo • <i>Framing</i> • Medo	• Opinião da população portuguesa, relativamente aos atentados terroristas decorridos na Europa, e ao enquadramento (<i>framing</i>) realizado pelos <i>media</i>	• Como são percecionados em Portugal, os atentados terroristas na Europa, relativamente à insegurança e ao risco;	• Instrumento: Inquérito por Questionário • Indicadores¹¹⁶:

¹¹⁶ Indicadores resultantes dos inquéritos realizados (Anexos B a D).

Q2 + Q3		nacionais, na cobertura noticiosa dos mesmos atentados.	• Como são percecionadas as notícias, a nível nacional, referentes à cobertura noticiosa de atentados terroristas na Europa.	- Hipótese de ocorrência de atentado terrorista em Portugal; - Capacidade das forças de segurança nacionais, na prevenção de atentados terroristas; - Mudança de comportamentos após atentados terroristas na Europa; - Medo de ser vítima de atentado terrorista em Portugal; - Papel dos <i>media</i> na promoção da ideia que existe risco de atentado terrorista em Portugal.
-----------------------	--	---	--	---

Fonte: Formulação própria

Anexo B: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de fevereiro de 2016

Questão 1: Tem havido no mundo vários ataques terroristas. Em sua opinião, qual a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um ataque terrorista?

Opções de Resposta: Grande - Média - Pequena - Sem opinião.

Questão 2: Na sua opinião, as forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um ataque terrorista em Portugal?

Opções de Resposta: As forças de segurança estão preparadas - As forças de segurança não estão preparadas.

Fonte: Formulação própria

Anexo C: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de abril de 2016

Questão 1: Tem havido no mundo vários ataques terroristas. Em sua opinião, qual a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um ataque terrorista?

Opções de Resposta: Grande - Média - Pequena - Sem opinião.

Questão 2: Na sua opinião, as forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um ataque terrorista em Portugal?

Opções de Resposta: As forças de segurança estão preparadas - As forças de segurança não estão preparadas.

Fonte: Formulação própria

Anexo D: Questões incluídas e analisadas nos inquéritos de dezembro de 2018

Questão 1: Tem havido no mundo vários ataques terroristas. Em sua opinião, qual a hipótese de em Portugal acontecer, no corrente ano, um ataque terrorista?

Opções de Resposta: Grande - Média - Pequena - Sem opinião.

Questão 2: Na sua opinião, as forças de segurança portuguesas estão preparadas ou não para prevenirem um ataque terrorista em Portugal?

Opções de Resposta: As forças de segurança estão preparadas - As forças de segurança não estão preparadas.

Questão 3: Depois dos ataques terroristas em Espanha, em França e noutros países europeus, alterou alguns dos seus hábitos e comportamentos do dia-a-dia?

Opções de Resposta: Sim - Não - Não sabe/Não responde.

Questão 4: O medo do sr./sra. ser vítima de um ataque terrorista em Portugal é:

Opções de Resposta: Muito grande – Grande – Assim assim – Pequeno - Muito pequeno - Sem opinião.

Questão 5: Os ataques terroristas são habitualmente noticiados por diversos meios da comunicação social portuguesa. Considera que a forma como essas notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que também existe um risco de atentado em Portugal?

Opções de Resposta: Sim - Não - Não sabe/Não responde.

Fonte: Formulação própria

Anexo E: Ficha técnica da Aximage referente aos inquéritos de fevereiro de 2016

FICHA TÉCNICA

Universo: indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidores de telemóvel.

Amostra: aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, atividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub-universo obtido de forma idêntica. A amostra teve 606 entrevistas efetivas: 287 a homens e 319 a mulheres; 56 no Interior Norte Centro, 86 no Litoral Norte, 103 na Área Metropolitana do Porto, 116 no Litoral Centro, 170 na Área Metropolitana de Lisboa e 75 no Sul e Ilhas; 110 em aldeias, 154 em vilas e 342 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilibragem amostral.

Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I., tendo o trabalho de campo decorrido nos dias 30 e 31 de janeiro de 2016, com uma taxa de resposta de 86,4%.

Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples com 606 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma “margem de erro” - a 95% - de 4,00%).

Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem Lda., sob a direção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

Fonte: Formulação própria

Anexo F: Ficha técnica da Aximage referente aos inquéritos de abril de 2016

FICHA TÉCNICA

Universo: indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidor de telemóvel.

Amostra: aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, atividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub-universo obtido de forma idêntica. A amostra teve 601 entrevistas efetivas: 289 a homens e 312 a mulheres; 59 no Interior Norte Centro, 84 no Litoral Norte, 102 na Área Metropolitana do Porto, 121 no Litoral Centro, 163 na Área Metropolitana de Lisboa e 72 no Sul e Ilhas; 104 em aldeias, 158 em vilas e 339 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilibragem amostral.

Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I., tendo o trabalho de campo decorrido nos dias 2 e 3 de Abril de 2016, com uma taxa de resposta de 85,7%.

Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples com 601 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma “margem de erro” - a 95% - de 4,00%).

Responsabilidade do estudo: Aximage Comunicação e Imagem Lda., sob a direção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

Fonte: Formulação própria

Anexo G: Ficha técnica da *Aximage* referente aos inquéritos de dezembro de 2018

FICHA TÉCNICA

Universo: indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal com telefone fixo no lar ou possuidor de telemóvel.

Amostra: aleatória e estratificada (região, habitat, sexo, idade, escolaridade, atividade e voto legislativo) e representativa do universo e foi extraída de um sub-universo obtido de forma idêntica. A amostra teve 602 entrevistas efetivas: 313 a homens e 289 a mulheres; 55 no Interior Norte Centro, 74 no Litoral Norte, 113 na Área Metropolitana do Porto, 118 no Litoral Centro, 165 na Área Metropolitana de Lisboa e 78 no Sul e Ilhas; 101 em aldeias, 134 em vilas e 367 em cidades. A proporcionalidade pelas variáveis de estratificação é obtida após reequilibragem amostral.

Técnica: Entrevista telefónica por C.A.T.I., tendo o trabalho de campo decorrido nos dias 7 a 11 de dezembro de 2018, com uma taxa de resposta de 73,6%.

Erro probabilístico: Para o total de uma amostra aleatória simples com 602 entrevistas, o desvio padrão máximo de uma proporção é 0,020 (ou seja, uma “margem de erro” - a 95% - de 4,00%).

Responsabilidade do estudo: *Aximage Comunicação e Imagem Lda.*, sob a direção técnica de Jorge de Sá e de João Queiroz.

Fonte: Formulação própria

Anexo H: Discriminação das categorias das variáveis sociodemográficas consideradas nos inquéritos

- **Sexo**
 - Masculino;
 - Feminino.

- **Idade**
 - 18 a 34 anos;
 - 35 a 49 anos;
 - 50 a 64 anos;
 - 65 ou mais.

- **Educação**
 - 1 a 4 anos;
 - 5 a 9 anos;
 - 10 a 12 anos;
 - Superior.

- **Região**
 - Interior Norte Centro;
 - Litoral Norte;
 - Área Metropolitana Porto;
 - Litoral Centro;
 - Área Metropolitana Lisboa;
 - Sul e Ilhas.

- **Habitat**
 - Rural;
 - Semi Urbano;
 - Urbano.

Fonte: Formulação própria

Anexo I: Caraterização dos meios analisados

Setor	Meio	Caraterização
Televisão	SIC	- Canal generalista privado; - Pertença do Grupo Impresa; - Fundação a 6 de outubro de 1992.
	RTP1	- Canal generalista estatal; - Pertença da RTP - Rádio e Televisão de Portugal; - Fundação em 1935, com o nome Emissora Nacional.
	TVI	- Canal generalista privado; - Pertença do Grupo Media Capital; - Fundação a 20 de fevereiro de 1993.
Imprensa	Público	- Jornal de periodicidade diária; - Pertença do Grupo Sonae; - Fundação em 1990.
	Diário de Notícias	- Jornal de periodicidade diária; - Pertença do Global Media Group; - Fundação em 1864.
	Jornal de Notícias	- Jornal de periodicidade diária; - Pertença do Global Media Group; - Fundação em 1888.
	i	- Jornal de periodicidade diária até janeiro de 2023. Atualmente periodicidade semanal; - Pertença do Grupo Newsplex; - Fundação em 2009 pela Grupo Newshold.
	Correio da Manhã	- Jornal de periodicidade diária; - Pertença do Grupo Cofina; - Fundação em 1979.
Rádio	Antena 1	- Emissora estatal, de cobertura nacional; - Pertença da RTP - Rádio e Televisão de Portugal; - Fundação em 1935.
	Rádio Renascença	- Emissora de cobertura nacional; - Pertença do Grupo Renascença Multimédia; - Fundação em 1936.
	TSF	- Emissora de cobertura nacional; - Pertença do Global Media Group; - Fundação em 1988.
Diário Digital	Expresso Online	- Website: https://expresso.pt/; - Pertença do Grupo Impresa.
	Público Online	- Website: https://www.publico.pt/; - Pertença do Grupo Impresa.
	SIC Noticias Online	- Website: https://sicnoticias.pt/; - Pertença do Grupo Impresa.
	Sol Online	- Website: https://sol.sapo.pt/; - Pertença do Grupo Newsplex.
	TVI24 Online	- Website: https://tvi.iol.pt/noticias/; - Pertença do Grupo Media Capital.

Anexo J: *Codebook* - Descrição das unidades de registo e categorias de análise

CODEBOOK - DESCRIÇÃO DAS UNIDADES DE REGISTO E CATEGORIAS DE ANÁLISE		
	<u>Variáveis Relativas Forma</u>	
	1. 1. Número de entrada	Identificação numérica da entrada. (1 ao 1.125)
Unidades de Registo comuns aos diferentes meios	1.2. Data	Indicação do dia em que os artigo/peça que compõe a análise foi publicado/emitido. (Dia/Mês/Ano)
	1.3. Noticiário/Jornal	Identificação numérica do noticiário/jornal em análise. (Código)
	1.4. Peça/Artigo	Identificação numérica do artigo/peça em análise. (Código)
	1.5. Setor	Identificação do setor do jornal/programa de televisão, rádio ou site em que o artigo/peça que compõe a análise foi publicado/emitido. (Colocar o código em baixo referente)
		1.5.1 Televisão
		1.5.2 Imprensa
		1.5.3 Rádio
		1.5.4 Web
	1.6. Proprietário	Identificação do proprietário do jornal, canal de televisão, rádio ou site em que o artigo/peça que compõe a análise foi publicado/emitido. (Colocar o código em baixo referente)
		1.6.1 RTP
		1.6.2 Cofina
		1.6.3 Global Media
		1.6.4 Impresa
		1.6.5 Media Capital
		1.6.6 Sonaecom
		1.6.7 Newsplex
		1.6.8 Rádio Renascença Lda.
	1.7. Meio	Identificação do jornal/programa de televisão, rádio ou site em que o artigo/peça que compõe a análise foi publicado/emitido. (Colocar o código em baixo referente)
		1.7.1 Público
		1.7.2 Correio da Manhã
		1.7.3 Jornal de Notícias
		1.7.4 Diário de Notícias
		1.7.5 Jornal i
		1.7.6 RTP1
		1.7.7 SIC
		1.7.8 TVI
		1.7.9 TSF

		1.7.10 Antena 1
		1.7.11 Rádio Renascença
		1.7.12 TVI24 Online
		1.7.13 Expresso Online
		1.7.14 Sol Online
		1.7.15 SIC Online
	<u>Variáveis Relativas ao Conteúdo</u>	
	1.8. Foco Geográfico	Identificação do enfoque geográfico associado à peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.8.1 Local
		1.8.2 Nacional
		1.8.3 Supranacional
	1.9. Origem Geográfica	Identificação da cidade onde decorreu o atentado terrorista, reportado na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.9.1 Paris
		1.9.2 Bruxelas
	1.10. Enquadramento	Identificação do enquadramento da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.10.1 Centrado no indivíduo
		1.10.2 Centrado no acontecimento
		1.10.3 Centrado em ambos
	1.11. Foco	Identificação do foco da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.11.1 Atualidade
		1.11.2 Antecipação
		1.11.3 Memória
	1.12. Manchete/Abertura	Identificação se a peça noticiosa em análise é manchete ou abertura. (Colocar o código em baixo referente)
		1.12.1 Sim
		1.12.2 Não
	1.13. Tipo de Peça/Artigo	Identificação da peça noticiosa em análise em uma de duas categorias: <i>Hard News</i> e <i>Soft News</i>. (Colocar o código em baixo referente)
		1.13.1 Hard
		1.13.2 Soft
	1.14. Autoria da Peça/Artigo	Identificação do(s) autor(es) da peça noticiosa em análise.

	1.15. Atividade do Jornalista	Identificação da atividade profissional do(s) autor(es) da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.15.1 Jornalista
		1.15.2 Correspondente
		1.15.3 Agência
		1.15.4 Jornalista com agência
		1.15.5 Colaborador
		1.15.6 Personalidade
		1.15.7 Várias atividades profissionais do(s) autor(es):
		1.15.8 Não identificada
	1.16. Origem da Peça/Artigo	Identificação da origem da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.16.1 Jornalista
		1.16.2 Agências
		1.16.3 Não identificada
	1.17. Género Jornalístico	Identificação do género jornalístico da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.17.1 Notícia breve
		1.17.2 Reportagem
		1.17.3 Entrevista
		1.17.4 Opinião
		1.17.5 Editorial
		1.17.6 Notícia
		1.17.7 Notícia com desenvolvimento
		1.17.8 Crítica
		1.17.9 Perfil
	1.18. Estilo Discursivo	Identificação do estilo discursivo da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.18.1 Descritivo
		1.18.2 Interpretativo
		1.18.3 Opinativo
	1.19. Referência a Fontes	Identificação da existência de referência a fontes na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.19.1 Sem fontes referidas
		1.19.2 Uma fonte de informação
		1.19.3 Mais que uma fonte de informação
	1.20. Caráter Oficial da Fonte	Identificação do carácter oficial ou não oficial da fonte da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.20.1 Fonte Oficial

	1.21. Cobertura	1.20.2 Fonte não Oficial
		Identificação do tipo de cobertura da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		1.21.1 Temática
		1.21.2 Episódica
	1.22. Valência	1.21.3 Impossível de determinar
		Identificação do tipo de mensagem da peça noticiosa em análise. (Especificação da escala após a tabela)
		1.22.1 Positiva
		1.22.2 Neutra
	1.23. Desviância	1.22.3 Negativa
		Classificação da Desviância perante três indicadores. (Especificação da escala após a tabela)
		1.23.1 Estatística
		1.23.2 Em termos de mudança social
Unidades de Registro para Imprensa	1.24. Significância Social	1.23.3 Normativa
		Classificação das Significância Social perante 4 indicadores. (Especificação da escala após a tabela)
		1.24.1 Política
		1.24.2 Económica
		1.24.3 Cultural
	2.1. Caderno Principal ou Suplemento	1.24.4 Pública
		Identificação da localização no jornal da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		2.1.1 Caderno principal
		2.1.2 Suplemento
	2.2. Destaque de Capa	2.1.3 Caderno principal + 1ª página
		2.1.4 Suplemento + 1ª página
		Identificação se a peça noticiosa em análise é destaque de capa ou não. (Colocar o código em baixo referente)
		2.2.1 Sim
	2.3. Página	2.2.2 Não
		Identificação da localização da peça noticiosa em análise em página par ou ímpar. (Colocar o código em baixo referente)
		2.3.1 Ímpar

		2.3.2 Par
	2.4. Localização na Página	Identificação da localização da peça noticiosa em análise na página. (Colocar o código em baixo referente)
		2.4.1 Metade superior
		2.4.2 Metade inferior
		2.4.3 Canto superior esquerdo
		2.4.4 Canto superior direito
		2.4.5 Canto inferior esquerdo
		2.4.6 Canto inferior direito
	2.5. Espaço na Página	Identificação do espaço na página da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		2.5.1 Uma página
		2.5.2 Mais de uma página
		2.5.3 Meia página
		2.5.4 Um quarto de página
	2.6. Secção	Identificação da peça noticiosa em análise na secção do jornal. (Colocar a designação da secção)
	2.7. Presença de Imagens	Identificação da presença de imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		2.7.1 Sem imagem
		2.7.2 Com imagem
		2.7.3 Mais que uma imagem
	2.8. Tipo de Imagens	Identificação do tipo de imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		2.8.1 Fotografia
		2.8.2 Ilustração
		2.8.3 Infografia
		2.8.4 Fotografia de arquivo
		2.8.5 Cartoon
		2.8.6 Filme de vídeo amador/telemóvel ou CCTV
	2.9. Tema ou Intervenientes das Imagens	Identificação do conteúdo principal das imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		2.9.1 Local dos atentados
		2.9.2 Executantes dos atentados
		2.9.3 Vítimas dos atentados
		2.9.4 Familiares das vítimas dos atentados
		2.9.5 Governantes
		2.9.6 Forças policiais/militares
		2.9.7 Simbologia do Estado Islâmico

Unidades de Registo	3.1. Secção	Identificação da peça noticiosa em análise na secção do jornal <i>online</i> . (Colocar a designação da secção)
	3.2. Nº de Partilhas nas Redes Sociais	Identificação do número de partilhas nas redes sociais da peça noticiosa em análise. (Colocar número)
	3.3. Presença de Imagens	Identificação da presença de imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		3.3.1 Sem imagem
		3.3.2 Com imagem
	3.4. Tipo de Imagens	Identificação do tipo de imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		3.4.1 Fotografia
		3.4.2 Ilustração
		3.4.3 Infografia
		3.4.4 Fotografia de arquivo
		3.4.5 Cartoon
		3.4.6 Filme de vídeo amador/telemóvel ou CCTV
		3.4.7 Vídeo amador/telemóvel ou CCTV
		3.4.8 Vídeo profissional
	3.5. Tema ou Intervenientes das Imagens	Identificação do conteúdo principal das imagens na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		3.5.1 Local dos atentados
		3.5.2 Executantes dos atentados
		3.5.3 Vítimas dos atentados
		3.5.4 Familiares das vítimas dos atentados
		3.5.5 Governantes
		3.5.6 Forças policiais/militares
		3.5.7 Simbologia do Estado Islâmico
	3.6. Presença de Sons	Identificação da presença de som na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		3.6.1 Sem som
		3.6.2 Com som
Diário Digital	3.7. Presença de Comentários	Identificação da presença de comentários na peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		3.7.1 Sem comentários
		3.7.2 Com comentários
	3.8. Número de Comentários	Identificação do número de comentários na peça noticiosa em análise. (Colocar número)

Unidades de Registo para Televisão	4.1. Duração	Identificação da duração da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		4.1.1 30 segundos
		4.1.2 1 minuto
		4.1.3 1:30minutos
		4.1.4 2 minutos
		4.1.5 2:30minutos
		4.1.6 3 minutos
		4.1.7 Mais de 3 minutos
		4.1.8 Até 5 minutos
		4.1.9 Mais de 5 minutos
	4.2. Ordem	Identificação da ordem (alinhamento) da peça noticiosa em análise. (Colocar número)
	4.3. Posicionamento	Identificação posicionamento da peça noticiosa em análise, na primeira ou na segunda metade do noticiário. (Colocar o código em baixo referente)
		4.3.1 1ª parte noticiário
		4.3.2 Após intervalo, 2ª parte noticiário
	4.4. Formato	Identificação do formato da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		4.4.1 Direto
		4.4.2 Diferido
		4.4.3 Misto
	4.5. Apresentação	Identificação do tipo de apresentação da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		4.5.1 Apresentador
		4.5.2 Repórter
		4.5.3 Correspondente
		4.5.4 Enviado especial
	4.6. Suporte Visual	Identificação do tipo de suporte visual da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente)
		4.6.1 Imagem fixa
		4.6.2 Filme
		4.6.3 Filme virtual
		4.6.4 Infogravura
		4.6.5 Filme+Jornalista
		4.6.6 Jornalista
		4.6.7 Vídeo amador/telemóvel ou CCTV
	4.7. Som na imagem	Identificação do som associado às imagens. (Colocar o código em baixo referente)
		4.7.1. Diegético
		4.7.2. Não diegético

	4.8. Intervenientes e Comentadores	Identificação do tipo de interveniente e comentadores da peça noticiosa em análise. (Especificação do código a incluir após a tabela)
Unidades de Registo para Rádio	5.1. Duração	Identificação da duração da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente) 5.1.1 30 segundos 5.1.2 1 minuto 5.1.3 1:30minuto 5.1.4 2 minutos 5.1.5 2:30minutos 5.1.6 3 minutos 5.1.7 Mais de 3 minutos 5.1.8 Até 5 minutos 5.1.9 Mais de 5 minutos
	5.2. Ordem	Identificação da ordem (alinhamento) da peça noticiosa em análise. (Especificação do código a incluir após a tabela)
	5.3. Som	Identificação do tipo de reprodução áudio da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente) 5.3.1 Em direto 5.3.2 Gravado 5.3.3 Só pivot
	5.4. Apresentação	Identificação do tipo de apresentação da peça noticiosa em análise. (Colocar o código em baixo referente) 5.4.1 Apresentador 5.4.2 Repórter 5.4.3 Correspondente 5.4.4 Enviado especial
	5.5. Intervenientes e Comentadores	Identificação do tipo de interveniente e comentadores da peça noticiosa em análise. (Especificação do código a incluir após a tabela)
Frame	6. Frame Prevalente Identificado	Identificação do frame prevalente na peça ou artigo noticioso em análise. (Especificação do código a incluir após a tabela)

Fonte: Formulação própria

Especificações das escalas adotadas na
codificação das unidades de registo
(CODEBOOK)

Como referenciado na tabela do *Anexo 2: Codebook – Descrição das Unidades de Registo e Categorias de Análise*, especificaremos, de seguida, as escalas adotadas na codificação de algumas das unidades de registo consideradas. As referidas unidades, serão identificadas pela designação na tabela e correspondente código (por exemplo: Valência (Código 1.22.)).

Como referenciado em Tese, algumas das unidades de registo adotadas e respetivas escalas de parametrização, foram baseadas e tiveram como referência o *codebook* de Belo, Shoemaker e Silveira (2003). Neste sentido, abordaremos e citaremos o referido *codebook*, no seguimento deste esclarecimento.

Valência (Código 1.22.)

“Esta variável reflete a classificação da notícia por parte dos investigadores como assumindo uma mensagem “positiva”, “neutra” ou “negativa”. Esta classificação, pode colocar algumas questões, como, por exemplo, a notícia de uma guerra. Esta poderá ser “negativa” para a grande maioria dos telespectadores. No entanto pode haver algumas pessoas, ligadas à indústria de armamento, para quem essa notícia constitua uma notícia “positiva”. Assim, e no sentido de contornar esta dificuldade, adotou-se a classificação que seria supostamente considerada pela maioria dos recetores da notícia; notícia de uma guerra será uma notícia “negativa” e a descoberta de um novo medicamento será, naturalmente uma notícia “positiva”” (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 25).

Desviância (Código 1.23.)

“O conceito desviante de uma notícia está ligado ao facto de o seu conteúdo ser pouco usual, diferente ou estranho, apresentando pessoas ou acontecimentos que a maioria da população poderá considerar como não sendo usuais. Ou seja, situações que não são consideradas

“normais” pela sociedade, em geral, tanto em termos de valores, normas ou expectativas socialmente aceites. Este conceito é entendido como sendo independente do facto da notícia ter sido classificada e em termos de valência como positiva ou como negativa. Na desviância da notícia são consideradas três componentes distintas: Desviância Estatística, Desviância em termos de Mudança Social e Desviância Normativa”. (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, pp. 26-27).

Desviância Estatística (Código 1.23.1)

“A desviância estatística procura descrever a probabilidade de ocorrência do acontecimento descrito na notícia: quanto mais improvável mais desviante do ponto de vista estatístico.

Indicadores de Desviância Estatística	Exemplos
<i>Pode ocorrer a qualquer momento</i>	• Exibição de um artista local; • Vitória de equipa que lidera o campeonato.
<i>Pode ocorrer de tempos a tempos</i>	• Cancelamento de concerto por doença do vocalista; • Encerramento de uma fábrica local.
<i>Raramente acontece</i>	• Vitória de uma equipa de futebol de segundo plano sobre uma grande equipa; • Grave acidente com vários mortos.
<i>Infrequente e totalmente inesperada</i>	• O Tsunami na Indonésia em 2004; • Evidência de corrupção de um qualquer ministro.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 26)

Desviância em termos de Mudança Social (Código 1.23.2)

“O potencial de Mudança Social refere-se à possibilidade de ameaça que uma notícia assume perante o “Status Quo”, poder instituído, seja a nível de uma cidade, de uma região, de um país ou do sistema internacional. Este indicador procura avaliar o papel que os Média desempenham enquanto agentes de controle e de coesão social.

Indicadores de desviância em termos de Mudança Social	Exemplos
<i>Não constitui qualquer ameaça</i>	• Jogo de futebol do campeonato sem incidentes; • Inauguração de uma estrada.
<i>Constitui uma ameaça mínima</i>	• Político extremista em campanha eleitoral; • Anúncio de greve por parte de um sindicato importante.
<i>Constitui ameaça moderada</i>	• Crise num grande grupo empresarial; • Demissão do ministro das finanças.
<i>Constitui ameaça séria</i>	• Ataque terrorista ao parlamento; • Crise grave de instituições europeias”.

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 27).

Desviância Normativa (Código 1.23.3)

“A Desviância Normativa refere-se a situações em que verifica uma rutura ao nível das normas ou leis instituídas numa cidade, região, país ou sistema internacional. Em geral, qualquer estória que refira crimes, condenações ou julgamentos terá, pelo menos, algum grau de desviância normativa.

Indicadores de Desviância Normativa	Exemplos
<i>Não apresenta qualquer violação das normas</i>	• Jogo de futebol do campeonato;

	• Retrato de uma estrela de rock.
<i>Apresenta uma violação mínima das normas</i>	• Caso de violência familiar; • Suspeita de irregularidades em eleição local.
<i>Apresenta uma violação moderada das normas</i>	• Fuga aos impostos; • Pequeno roubo.
<i>Apresenta uma violação séria das normas</i>	• Assalto a um banco, rapto ou assassinio; • Financiamento ilegal de um partido político.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, pp. 27-28).

Significância Social (Código 1.24.)

“A Significância Social refere-se ao facto de uma notícia poder ser importante ou ter um impacto no coletivo social. Esta caracterização das notícias não assenta na sua invulgaridade, mas no significado que assume para a sociedade. Para avaliar essas situações são considerados quatro indicadores de significância social: Política, Económica, Cultural e Pública” (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 28).

Significância Política (Código 1.24.1)

“A Significância Política de uma notícia indica o grau de impacto que o seu conteúdo pode ter na relação entre as pessoas e o governo ou entre governantes, incluindo os sistemas judiciais, legislativos e executivos. Igualmente, tem significância a esse nível notícias suscetíveis de gerar expectativas políticas. A significância política depende, ainda, do seu âmbito geográfico. Por exemplo, a nível local a decisão de colocar parquímetros em toda a área de estacionamento poderá adquirir uma grande significância, todavia, dificilmente essa notícia terá significado para o conjunto da sociedade e para o conjunto dos telespectadores.

Indicadores de Significância	Exemplos
------------------------------	----------

Política	
<i>Não apresenta qualquer significância</i>	• Resultado de um jogo de futebol; • Concerto de uma banda Rock.
<i>Apresenta uma significância mínima</i>	• Visita de presidente de uma Câmara; • Adoção de medidas defendidas por uma associação anti tabagística (<i>lobbying</i>).
<i>Apresenta uma significância moderada</i>	• Aumento da contribuição autárquica; • Intervenção de um ministro na área da saúde.
<i>Apresenta uma significância acentuada</i>	• Eleição de um novo primeiro-ministro; • Após vários anos, a polícia apanha um notório criminoso.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 29).

Significância Económica (Código 1.24.2)

“A Significância Económica de uma notícia indica o grau de impacto que o seu conteúdo pode ter nas atividades económicas na situação de economia nacional e nas expectativas dos cidadãos sobre a evolução das suas condições de vida, seja a nível do comércio de bens e serviços, incluindo o sistema monetário, seja a nível empresarial, seja nos impostos, no emprego, nos transportes, nos recursos e infraestruturas.

Indicadores de Significância Económica	Exemplos
<i>Não apresenta qualquer significância</i>	• Resultado de um jogo de futebol; • Concerto de música clássica.
<i>Apresenta uma significância mínima</i>	• Encontro de associação empresarial de dimensão nacional; • Atuação de um do presidente de uma multinacional significativa no país.
<i>Apresenta uma significância moderada</i>	• Greve numa grande empresa;

	• Aumento ou queda dos índices de cotação da bolsa.
<i>Apresenta uma significância acentuada</i>	• Nova fábrica cria postos de trabalho numa cidade; • Grandes alterações na cotação da bolsa.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, pp. 29-30).

Significância Cultural (Código 1.24.3)

“A Significância Cultural de uma notícia indica o grau de impacto que o seu conteúdo pode ter nas tradições do sistema social, nas artes e em instituições e normas de conduta sobre a religião ou etnicidade. Ao determinar-se o grau de significância cultural de uma notícia deverá ter em consideração a relevância geográfica do acontecimento noticiado. Por exemplo, um evento cultural local terá grande importância a nível local, mas dificilmente terá acentuada importância a nível nacional.

Indicadores de Significância Cultural	Exemplos
<i>Não apresenta qualquer significância</i>	• Encontro de associação empresarial; • Entrevista de um presidente de uma multinacional.
<i>Apresenta uma significância mínima</i>	• Concerto de artista pouco conhecido; • Conferência anual de uma associação de apoio à infância.
<i>Apresenta uma significância moderada</i>	• Declínio pronunciado de visitas a um dos principais museus portugueses; • Aumento significativo dos índices de leitura.
<i>Apresenta uma significância acentuada</i>	• Abertura de uma nova universidade; • Diminuição no orçamento de Estado das verbas para as artes.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 30).

Significância Pública (Código 1.24.4)

“A Significância Pública de uma notícia indica o grau de ameaça que o seu conteúdo poderá traduzir para o nível do bem-estar público. Em geral, assume-se que quantas mais pessoas possam ser afetadas pela notícia, maior será a sua significância pública, independente de ser positiva ou negativa. Por exemplo uma notícia sobre uma guerra, nomeadamente em países vizinhos terá sempre uma grande significância pública.

Indicadores de Significância Pública	Exemplos
<i>Não apresenta qualquer significância</i>	• Encontro de uma associação empresarial; • Resultado de um jogo de futebol.
<i>Apresenta uma significância mínima</i>	• Manifestação política acompanhada de alguma violência; • Universidade recebe fundos para investigação na área da saúde.
<i>Apresenta uma significância moderada</i>	• Novo medicamento contra o cancro; • Chefe da polícia relata aumento do número de roubos.
<i>Apresenta uma significância acentuada</i>	• Assassino perigoso apanhado pela polícia; • Início de uma guerra em países que mantém relações estreitas com Portugal.”

(Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 31).

Intervenientes e Comentadores (Códigos 4.8. e 5.5.)

Os códigos referentes aos intervenientes e comentadores dos noticiários dos setores televisivo e radiofónico, foram baseadas e tiveram como referência, de igual modo, o *codebook* de Belo, Shoemaker e Silveira (2003).

Política Interna /Política Nacional

- 0001 - Presidente da República
- 0002 - Presidente da Assembleia da República
- 0003 – Primeiro-Ministro
- 0004– Ministros, Secretários de Estado
- 0005 – Líderes parlamentares, líderes políticos
- 0006 – Deputados, líderes políticos regionais
- 0007 – Dirigentes políticos locais, militantes políticos
- 0008 - Presidentes do Governos Regionais
- 0009 – Membros de Governos regionais
- 0010 – Presidentes de Autarquias das grandes cidades
- 0011 – Presidentes de autarquias de pequenas e médias localidades, e outros dirigentes autárquicos
- 0012– Presidentes de órgão reguladores
- 0013 - Outros, especificar -----

Política Internacional

- 0014 – Chefes de Estado, Ministros de Governos estrangeiros, Líderes de importantes Partidos parlamentares estrangeiros
- 0015– Porta-vozes de Governos
- 0016 – Embaixadores
- 0017 – Funcionários diplomáticos
- 0018 – Responsáveis militares estrangeiros ou de forças internacionais
- 0019 – Oficiais superiores
- 0020 – Oficiais subalternos, militares
- 0021 – Responsáveis de Organizações Internacionais (ONU, NATO, OPEP, etc.)
- 0022 – Funcionários superiores de Organizações Internacionais
- 0023 – Voluntários e funcionários de Organizações Internacionais
- 0024 – Responsáveis de organizações políticas que recorrem à violência fora de um contexto de guerra convencional

0025 – Porta-vozes de organizações políticas que recorrem à violência fora de um contexto de guerra convencional
 0026 – Militantes de organizações políticas que recorrem à violência fora de um contexto de guerra convencional
 0027 – Al Qaeda, independentemente do quem for o protagonista
 0028 – ISIS, independentemente do quem for o protagonista
 0029 – Presidente da Comissão Europeia
 0030 – Comissários Europeus; Responsáveis e Líderes do Parlamento Europeu;
 0031 Presidente e Líderes Parlamentares do Parlamento Europeu;
 0032- Responsáveis por organizações de âmbito europeu (ex: Conselho da Europa) ou respetivos porta-vozes
 0033 – Deputados europeus, funcionários superiores de organismos europeus
 0034 - Responsáveis de organizações militares europeias; Responsáveis de Missões de Paz e/ou Ajuda Humanitária no quadro da União Europeia (ex: Bósnia, Kosovo, Timor, etc.)
 0035 - Jornalistas / Repórteres destacados em áreas de conflito
 0036 - Militares dessas organizações
 0037 - Outros, especificar -----

Militares e Defesa

0038 – Responsáveis Militares
 0039 – Oficiais gerais
 0040 – Outros oficiais e militares
 0041 – Outros, especificar -----

Ordem Interna

0042 - Responsáveis por forças de segurança e proteção; PSP; GNR; Polícia Judiciária; Brigada de Trânsito; Proteção Civil; Serviços de Estrangeiros; Bombeiros
 0043– Oficiais de forças de segurança e proteção
 0044 - Membros de forças de segurança e proteção, incluindo oficiais subalternos
 0045 - Procurador-Geral da República, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
 0046 - Juízes e Delegados do Ministério Público
 0047 - Funcionários do sistema judicial
 0048 - Bastonário da Ordem dos Advogados
 0049– Advogados

0050 – Responsáveis do sistema prisional, incluindo diretores de estabelecimentos penitenciários
0051 – Funcionários e oficiais subalternos do sistema prisional
0052 – Arguidos, réus e reclusos
0053 - Outros, especificar -----

Economia; Negócios; Comércio e Indústria

0054 – Presidentes de Associações Industriais, Associação Industrial Portuguesa e a Associação Industrial do Porto Comerciais, Agrícolas, etc....;
Confederações Económicas
0055 – Grandes empresários; especialistas dessas áreas de reconhecida notoriedade e dirigentes de Associações sectoriais
0056 – Pequenos e médios empresários
0057 – Presidente da Autoridade da Concorrência, da Comissão de Valores, do Banco de Portugal, etc.
0058 – Comentadores e Jornalistas especializados em assuntos económicos
0059 – Outros, especificar -----

Transportes

0060 – Responsáveis por infraestruturas e grandes empresas de transporte (TAP; CP; REFER; Transtejo; Metro, etc.)
0061 – Engenheiros, Arquitetos e técnicos superiores do sector de transporte
0062 – Funcionários do sector de transporte (ex: motoristas, pilotos, etc.), utentes
0063 – Outros, especificar -----

Saúde, Bem-estar e Serviços Sociais

0064 – Responsáveis do sistema de saúde – Diretores Regionais, Diretores Hospitalares, Diretores de Serviço, Especialistas e Cientistas da área da saúde de reconhecido mérito; Bastonários das Ordens dos Médicos, Farmacêuticos, Enfermeiros e Líderes Sindicais do Sector da Saúde
0065 – Médicos
0066 – Pessoal subalterno do sector da saúde, utentes
0067 – Responsáveis de serviços sociais, organizações não lucrativas, organizações de beneficência; Diretores de Lares
0068 – Membros dessas organizações
0069 – Utentes

0070 – Responsáveis por Serviços de Toxicodependência
0071 – Técnicos em Toxicodependência
0072 – Toxicodependentes
0073 – Outros, especificar -----

População

0074 – Responsável do INE, Especialistas em Demografia
0075 – Líderes de comunidades de emigrantes; Responsável do Serviço de Estrangeiros
0076 – Técnicos e especialistas do sector
0077 – Emigrantes, imigrantes
0078 – Outros, especificar -----

Educação

0080 – Dirigentes e especialistas do ensino superior, Presidentes de organismos de educação (Conselho de Avaliação, Conselho Nacional de Educação, etc.); Responsáveis sindicais
0081 – Diretores de escolas, líderes estudantis; responsáveis de associações de pais
0082 – Professores, estudantes, pais, funcionários do sector
0083 – Outros, especificar -----

Comunicação

0084 – Responsáveis do sector dos media: Presidentes de Empresas de Televisão, Grupos media, comentadores residentes
0085 – Responsáveis de órgãos de comunicação, jornalistas
0086 – Presidente da ERC; Presidentes de Associações profissionais do sector
0087 – Outros, especificar -----

Ambiente

0088 – Dirigentes ambientalistas, Responsáveis por Parques Naturais, Dirigentes de Associações de proteção de animais
0089 – Especialistas em ambiente e técnicos

0090 – Ambientalistas
0091 – Outros, especificar -----

Ciência e Tecnologia

0092 – Responsáveis nacionais e estrangeiros de organismos científicos, cientistas de relevo
0093 – Cientistas, técnicos do sector, inventores
0094 – Outros, especificar -----

Relações Sociais

0095 – Especialistas em questões étnicas, sexologia, gerontocracia, líderes religiosos de qualquer confissão
0096 – Técnicos dessas áreas e sacerdotes
0097 - Outros, especificar -----

Desporto

0098 – Dirigentes de grandes clubes desportivos – Benfica, Porto e Sporting e seus equivalentes estrangeiros -, de federações e ligas desportivas
0099 – Presidentes de outros clubes desportivos, outros dirigentes, responsáveis por claques, árbitros
0100 – Sócios, apoiantes
0101 – Atletas / Jogadores, treinadores e árbitros de grande notoriedade
0102 – Atletas / Jogadores, treinadores e árbitros de pequena ou média notoriedade
0103 – Atletas e desportistas amadores
0104 – Outros, especificar -----

Eventos Culturais

0105 – Responsáveis por sectores culturais ou organismos culturais; artistas de grande notoriedade; especialistas de grande notoriedade em assuntos culturais; criadores de moda de grande notoriedade;

0106 – Artistas, jornalistas e críticos, outros criadores de moda e dirigentes e dirigentes de associações recreativas, pequenos teatros, grupos folclóricos

0107 – Outros, especificar -----

Celebridades/Moda/Beleza

0108 – Celebidades de grande notoriedade, modelos de grande notoriedade

0109 – Modelos de moda e figuras médias do jet-set

0110 – Outros, especificar -----

Cidadãos

0111 – Cidadãos comum, indivíduo que presta declarações ou emite opiniões e é explicitamente identificado pelo respetivo nome

0112 – Anónimo, indivíduo que presta declarações ou emite opiniões e cujo nome é omitido

Ordem (Código 5.2.)

“Indicar com dois dígitos a hierarquização de cada notícia no respetivo alinhamento de texto de um mesmo telejornal. Por exemplo, primeira notícia (01), quinta notícia (05), décima segunda notícia (12)”. (Belo, Shoemaker & Silveira, 2003, p. 6).

Frame prevalecente identificado (Código 6.)

Código de <i>Frame</i>	Designação do <i>Frame</i>
<i>F1</i>	Guerra ao terror
<i>F2</i>	Radicais Islâmicos

<i>F3</i>	Nós e os outros
<i>F4</i>	Imigrantes ou refugiados terroristas
<i>F5</i>	Combatentes estrangeiros
<i>F6</i>	Terroristas portugueses
<i>F7</i>	Portugal inseguro
<i>F8</i>	Luta contra o terrorismo
<i>F9</i>	Atentados em Portugal no passado
<i>F10</i>	Islão
<i>F11</i>	Alteração de hábitos e comportamentos
<i>F12</i>	Ataque nuclear e biológico
<i>F13</i>	Explosões e sangue
<i>F14</i>	Ameaças de atentados a Portugal e Europa
<i>F15</i>	Islamofobia
<i>F16</i>	Vítimas e heróis compatriotas
<i>F17</i>	Medo
<i>F18</i>	Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados
<i>F19</i>	Executantes dos atentados

Fonte: Formulação própria

Anexo L: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Número de peças noticiosas (N)
SIC	14 de novembro de 2015	24
	15 de novembro de 2015	21
	16 de novembro de 2015	13
	17 de novembro de 2015	15
	18 de novembro de 2015	17
	19 de novembro de 2015	9
	20 de novembro de 2015	9
	21 de novembro de 2015	10
	22 de novembro de 2015	17
	13 de dezembro de 2015	2
	Total	137
RTP1	14 de novembro de 2015	19
	15 de novembro de 2015	12
	16 de novembro de 2015	14
	17 de novembro de 2015	5
	18 de novembro de 2015	12
	19 de novembro de 2015	11
	20 de novembro de 2015	7
	21 de novembro de 2015	6
	22 de novembro de 2015	15
	30 de novembro de 2015	1
	13 de dezembro de 2015	1
	Total	103
TVI	14 de novembro de 2015	28
	15 de novembro de 2015	16
	16 de novembro de 2015	13
	17 de novembro de 2015	13
	18 de novembro de 2015	12
	19 de novembro de 2015	10
	20 de novembro de 2015	8
	21 de novembro de 2015	8
	22 de novembro de 2015	6
	30 de novembro de 2015	2
	12 de dezembro de 2015	1
	Total	117

Fonte: Formulação própria

Anexo M: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários televisivos investigados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Número de peças noticiosas (N)
SIC	22 de março de 2016	25
	23 de março de 2016	13
	24 de março de 2016	9
	26 de março de 2016	4
	27 de março de 2016	5
	31 de março de 2016	1
	01 de abril de 2016	1
	02 de abril de 2016	2
	08 de abril de 2016	2
	Total	62
RTP1	22 de março de 2016	15
	23 de março de 2016	11
	24 de março de 2016	9
	26 de março de 2016	3
	27 de março de 2016	7
	31 de março de 2016	2
	01 de abril de 2016	2
	02 de abril de 2016	4
	08 de abril de 2016	1
	Total	54
TVI	22 de março de 2016	17
	23 de março de 2016	12
	24 de março de 2016	9
	26 de março de 2016	2
	27 de março de 2016	4
	31 de março de 2016	6
	01 de abril de 2016	3
	02 de abril de 2016	2
	08 de abril de 2016	1
	Total	56

Fonte: Formulação própria

Anexo N: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos Jornais (Atentados de Paris)	Número de artigos noticiosos (N)
<i>Público</i>	14 de novembro de 2015	1
	15 de novembro de 2015	10
	16 de novembro de 2015	5
	17 de novembro de 2015	9
	18 de novembro de 2015	6
	19 de novembro de 2015	8
	20 de novembro de 2015	6
	22 de novembro de 2015	4
	25 de novembro de 2015	1
	28 de dezembro de 2015	3
	Total	53
<i>Diário de Notícias</i>	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	9
	16 de novembro de 2015	13
	17 de novembro de 2015	11
	18 de novembro de 2015	8
	19 de novembro de 2015	7
	20 de novembro de 2015	7
	Total	58
<i>Jornal de Notícias</i>	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	5
	16 de novembro de 2015	7
	17 de novembro de 2015	12
	18 de novembro de 2015	6
	19 de novembro de 2015	4
	20 de novembro de 2015	4
	Total	41
<i>i</i>	14 e 15 de novembro de 2015	1
	16 de novembro de 2015	5
	17 de novembro de 2015	3
	18 de novembro de 2015	2
	19 de novembro de 2015	5
	20 de novembro de 2015	4
	Total	20
<i>Correio da Manhã</i>	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	8
	16 de novembro de 2015	8
	17 de novembro de 2015	7
	18 de novembro de 2015	4
	19 de novembro de 2015	4
	22 de novembro de 2015	3
	26 de novembro de 2015	2
	Total	39

Fonte: Formulação própria

Anexo O: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos jornais diários investigados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos Jornais (Atentados de Bruxelas)	Número de artigos noticiosos (N)
<i>Público</i>	23 de março de 2016	10
	24 de março de 2016	6
	26 de março de 2016	3
	27 de março de 2016	2
	Total	21
<i>Diário de Notícias</i>	23 de março de 2016	15
	24 de março de 2016	11
	26 de março de 2016	3
	28 de março de 2016	3
	Total	32
<i>Jornal de Notícias</i>	23 de março de 2016	10
	24 de março de 2016	10
	25 de março de 2016	5
	26 de março de 2016	3
	28 de março de 2016	2
	Total	30
<i>i</i>	23 de março de 2016	8
	24 de março de 2016	6
	Total	14
<i>Correio da Manhã</i>	23 de março de 2016	5
	24 de março de 2016	8
	28 de março de 2016	2
	Total	15

Fonte: Formulação própria

Anexo P: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofônicos investigados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Número de peças noticiosas (N)
Antena 1	14 de novembro de 2015	8
	15 de novembro de 2015	6
	16 de novembro de 2015	6
	17 de novembro de 2015	2
	19 de novembro de 2015	5
	20 de novembro de 2015	1
	21 de novembro de 2015	2
	22 de novembro de 2015	2
	1 de abril de 2016	1
	Total	33
Rádio Renascença	14 de novembro de 2015	7
	15 de novembro de 2015	5
	16 de novembro de 2015	4
	17 de novembro de 2015	3
	18 de novembro de 2015	1
	19 de novembro de 2015	2
	20 de novembro de 2015	1
	21 de novembro de 2015	2
	1 de abril de 2016	1
	Total	26
TSF	14 de novembro de 2015	7
	15 de novembro de 2015	6
	16 de novembro de 2015	5
	17 de novembro de 2015	4
	18 de novembro de 2015	1
	20 de novembro de 2015	2
	21 de novembro de 2015	2
	1 de abril de 2016	1
	Total	28

Fonte: Formulação própria

Anexo Q: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos noticiários radiofônicos investigados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Número de peças noticiosas (N)
Antena 1	22 de março de 2016	4
	23 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	3
	26 de março de 2016	2
	27 de março de 2016	1
	29 de março de 2016	1
	01 de abril de 2016	2
	09 de abril de 2016	2
	Total	18
Rádio Renascença	22 de março de 2016	5
	23 de março de 2016	5
	24 de março de 2016	3
	01 de abril de 2016	1
	09 de abril de 2016	2
	Total	16
TSF	22 de março de 2016	8
	23 de março de 2016	4
	24 de março de 2016	1
	25 de março de 2016	1
	26 de março de 2016	2
	27 de março de 2016	1
	29 de março de 2016	1
	01 de abril de 2016	1
	03 de abril de 2016	2
	09 de abril de 2016	2
	02 de maio de 2016	1
	Total	24

Fonte: Formulação própria

Anexo R: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Paris)	Número de artigos noticiosos (N)
Expresso Online	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	3
	16 de novembro de 2015	3
	17 de novembro de 2015	2
	19 de novembro de 2015	1
	21 de novembro de 2015	1
	13 de dezembro de 2015	1
	Total	14
Público Online	14 de novembro de 2015	1
	17 de novembro de 2015	2
	18 de novembro de 2015	2
	19 de novembro de 2015	3
	Total	8
SIC Notícias Online	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	3
	16 de novembro de 2015	3
	17 de novembro de 2015	1
	18 de novembro de 2015	3
	19 de novembro de 2015	1
	20 de novembro de 2015	1
	23 de novembro de 2015	1
	27 de novembro de 2015	1
	30 de novembro de 2015	1
	16 de dezembro de 2015	1
	28 de dezembro de 2015	1
	Total	20
Sol Online	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	3
	16 de novembro de 2015	2
	17 de novembro de 2015	1
	18 de novembro de 2015	1
	20 de novembro de 2015	1
	23 de novembro de 2015	1
	27 de novembro de 2015	1
	Total	13
TVI24 Online	14 de novembro de 2015	3
	15 de novembro de 2015	3
	16 de novembro de 2015	3
	17 de novembro de 2015	1
	18 de novembro de 2015	3
	19 de novembro de 2015	2
	20 de novembro de 2015	2
	21 de novembro de 2015	1
	22 de novembro de 2015	1
	23 de novembro de 2015	1
	24 de novembro de 2015	1
	27 de novembro de 2015	1
	12 de janeiro de 2016	1
	Total	23

Fonte: Formulação própria

Anexo S: Número de peças noticiosas analisadas, segundo as datas dos diários digitais investigados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Bruxelas)	Número de artigos noticiosos (N)
Expresso Online	22 de março de 2016	1
	23 de março de 2016	2
	24 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	1
	27 de março de 2016	1
	29 de março de 2016	1
	Total	9
Público Online	24 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	2
	Total	5
SIC Notícias Online	22 de março de 2016	3
	23 de março de 2016	1
	24 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	2
	26 de março de 2016	1
	03 de abril de 2016	1
	04 de abril de 2016	1
	12 de abril de 2016	1
	Total	13
Sol Online	22 de março de 2016	2
	23 de março de 2016	2
	24 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	1
	Total	8
TVI24 Online	22 de março de 2016	3
	23 de março de 2016	3
	24 de março de 2016	3
	25 de março de 2016	1
	27 de março de 2016	1
	01 de abril de 2016	2
	02 de abril de 2016	1
	12 de abril de 2016	1
	Total	15

Fonte: Formulação própria

Anexo T: Duração dos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Duração dos noticiários (em minutos)
SIC	14 de novembro de 2015	72:34
	15 de novembro de 2015	62:10
	16 de novembro de 2015	35:52
	17 de novembro de 2015	32:49
	18 de novembro de 2015	43:10
	19 de novembro de 2015	20:36
	20 de novembro de 2015	23:10
	21 de novembro de 2015	32:34
	22 de novembro de 2015	49:17
	13 de dezembro de 2015	02:30
	Total	374:42
RTP1	14 de novembro de 2015	76:09
	15 de novembro de 2015	39:32
	16 de novembro de 2015	31:20
	17 de novembro de 2015	11:47
	18 de novembro de 2015	28:44
	19 de novembro de 2015	25:35
	20 de novembro de 2015	18:53
	21 de novembro de 2015	13:12
	22 de novembro de 2015	35:44
	30 de novembro de 2015	01:46
	13 de dezembro de 2015	02:49
	Total	285:31
TVI	14 de novembro de 2015	55:39
	15 de novembro de 2015	55:15
	16 de novembro de 2015	51:55
	17 de novembro de 2015	30:03
	18 de novembro de 2015	27:57
	19 de novembro de 2015	18:26
	20 de novembro de 2015	14:49
	21 de novembro de 2015	20:45
	22 de novembro de 2015	14:08
	30 de novembro de 2015	02:57
	12 de dezembro de 2015	01:15
	Total	293:09
Totais		952:82

Fonte: Formulação própria

Anexo U: Duração dos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Duração dos noticiários (em minutos)
SIC	22 de março de 2016	63:06
	23 de março de 2016	28:08
	24 de março de 2016	20:12
	26 de março de 2016	09:31
	27 de março de 2016	17:19
	31 de março de 2016	05:33
	01 de abril de 2016	03:07
	02 de abril de 2016	03:21
	08 de abril de 2016	04:07
	Total	154:19
RTP1	22 de março de 2016	44:51
	23 de março de 2016	30:48
	24 de março de 2016	23:52
	26 de março de 2016	06:51
	27 de março de 2016	14:18
	31 de março de 2016	03:40
	01 de abril de 2016	05:06
	02 de abril de 2016	06:53
	08 de abril de 2016	02:04
	Total	138:23
TVI	22 de março de 2016	52:18
	23 de março de 2016	28:57
	24 de março de 2016	15:51
	26 de março de 2016	06:15
	27 de março de 2016	10:03
	31 de março de 2016	21:01
	01 de abril de 2016	08:26
	02 de abril de 2016	05:06
	08 de abril de 2016	02:09
	Total	150:06
Totais		442:48

Fonte: Formulação própria

Anexo V: Posicionamento das peças nos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Posicionamento peças no noticiário
SIC	14 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	15 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	16 de novembro de 2015	1ª
	17 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	18 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	19 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	20 de novembro de 2015	1ª
	21 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	22 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	13 de dezembro de 2015	1ª
RTP1	14 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	15 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	16 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	17 de novembro de 2015	1ª
	18 de novembro de 2015	1ª
	19 de novembro de 2015	1ª
	20 de novembro de 2015	1ª
	21 de novembro de 2015	1ª
	22 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	30 de novembro de 2015	1ª
	13 de dezembro de 2015	1ª
TVI	14 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	15 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	16 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	17 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	18 de novembro de 2015	1ª e 2ª
	19 de novembro de 2015	1ª
	20 de novembro de 2015	1ª
	21 de novembro de 2015	1ª
	22 de novembro de 2015	1ª
	30 de novembro de 2015	1ª
	12 de dezembro de 2015	1ª

Fonte: Formulação própria

Anexo X: Posicionamento das peças nos noticiários televisivos analisados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Posicionamento das peças no noticiário
SIC	22 de março de 2016	1ª e 2ª
	23 de março de 2016	1ª
	24 de março de 2016	1ª
	26 de março de 2016	1ª
	27 de março de 2016	1ª
	31 de março de 2016	1ª
	01 de abril de 2016	1ª
	02 de abril de 2016	2ª
RTP1	08 de abril de 2016	1ª e 2ª
	22 de março de 2016	1ª e 2ª
	23 de março de 2016	1ª
	24 de março de 2016	1ª
	26 de março de 2016	1ª
	27 de março de 2016	1ª
	31 de março de 2016	2ª
	01 de abril de 2016	2ª
TVI	02 de abril de 2016	1ª
	08 de abril de 2016	1ª
	22 de março de 2016	1ª e 2ª
	23 de março de 2016	1ª e 2ª
	24 de março de 2016	1ª e 2ª
	26 de março de 2016	1ª
	27 de março de 2016	1ª
	31 de março de 2016	1ª
	01 de abril de 2016	1ª
	02 de abril de 2016	1ª
	08 de abril de 2016	1ª

Fonte: Formulação própria

Anexo Z: Tipo de apresentação dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Apresentador	44	25	19
Repórter	65	65	89
Correspondente	6	2	0
Enviado especial	22	11	9

Fonte: Formulação própria

Anexo AA: Tipo de apresentação dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Apresentador	15	14	9
Repórter	36	34	42
Correspondente	11	5	1
Enviado especial	0	1	4

Fonte: Formulação própria

Anexo AB: Modo visual das peças dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Imagem fixa	3	1	3
Filme	87	64	86
Filme virtual	1	3	1
Filme + jornalista	36	26	11
Jornalista	1	9	13
Vídeo amador/Telemóvel/CCTV	0	0	3

Fonte: Formulação própria

Anexo AC: Modo visual das peças dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Imagem fixa	2	0	0
Filme	28	32	26
Filme virtual	1	1	3
Filme + jornalista	23	19	19
Jornalista	6	2	8
Vídeo amador/Telemóvel/CCTV	2	0	0

Fonte: Formulação própria

Anexo AD: Som associado à imagem dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Som diegético	132	99	105
Som não diegético	5	4	12

Fonte: Formulação própria

Anexo AE: Som associado à imagem dos noticiários televisivos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)
Som diegético	57	53	50
Som não diegético	5	1	6

Fonte: Formulação própria

Anexo AF: Comentadores e intervenientes nos noticiários televisivos analisados, referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Comentador/interveniente
SIC	14 de novembro de 2015	(1) Funcionário superior de organização estatal estrangeira; (2) Chefia militar; (3) Jornalista;
	15 de novembro de 2015	(4) Político – comentador residente do <i>Jornal da Noite</i> ;
	16 de novembro de 2015	(5) Professor universitário; (6) Jornalista;
	17 de novembro de 2015	
	18 de novembro de 2015	(7) Forças de segurança; (8) Professor universitário;
	19 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	
	21 de novembro de 2015	
	22 de novembro de 2015	
	13 de dezembro de 2015	
RTP1	14 de novembro de 2015	(9) Embaixador; (10) Professor universitário; (11) Investigador; (12) Jornalista;
	15 e novembro de 2015	(13) Professor universitário;
	16 de novembro de 2015	
	17 de novembro de 2015	
	18 de novembro de 2015	
	19 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	
	21 de novembro de 2015	
	22 de novembro de 2015	
	30 de novembro de 2015	
	13 de dezembro de 2015	
TVI	14 de novembro de 2015	(14) Embaixador;
	15 de novembro de 2015	(15) Funcionário superior de organização estatal estrangeira;
	16 de novembro de 2015	(16) Líder religioso; (17) Professor universitário; (18) Presidente de associação comercial; (19) Chefia militar; (20) Professor universitário.
	17 de novembro de 2015	
	18 de novembro de 2015	
	19 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	
	21 de novembro de 2015	
	22 de novembro de 2015	
	30 de novembro de 2015	
	12 de dezembro de 2015	

Fonte: Formulação própria

- (1) Hermano Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Paris;
- (2) Garcia Leandro, General do Exército Português;
- (3) Cândida Pinto, Jornalista da SIC;
- (4) Luís Marques Mendes, Ex-político, comentador residente da SIC;
- (5) Felipe Pathé Duarte, Professor universitário;
- (6) Cândida Pinto, Jornalista da SIC;

- (7) Carlos Ribeiro, Intendente da Unidade Especial de Polícia;
- (8) Daniel Pinéu, Professor universitário;
- (9) Jean-François Blarel, Embaixador de França em Portugal;
- (10) Nuno Severino Teixeira, Professor catedrático;
- (11) Bernardo Pires de Lima, investigador académico;
- (12) Paulo Dentinho, Jornalista;
- (13) Nuno Severino Teixeira, Professor catedrático;
- (14) Francisco Seixas da Costa, Ex-embaixador de Portugal em França;
- (15) Hermano Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Paris;
- (16) David Munir, Imã da Mesquita Central de Lisboa;
- (17) António Dias Farinha, Professor catedrático e Diretor do Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos da Universidade de Lisboa;
- (18) José Ângelo Correia, Ex-político, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Árabe Portuguesa e cônsul honorário do Reino Hashemita da Jordânia em Portugal;
- (19) Leonel Carvalho, General do Exército Português;
- (20) António Almeida Tomé, Coronel da Força Aérea Portuguesa, Professor catedrático.

Anexo AG: Comentadores e intervenientes nos noticiários televisivos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Comentador/interveniente
SIC	22 de março de 2016	(1) Comissário europeu; (2) Jornalista; (3) Professor universitário; (4) Chefia militar;
	23 de março de 2016	
	24 de março de 2016	
	26 de março de 2016	
	27 de março de 2016	(5) Político – comentador residente do <i>Jornal da Noite</i> ;
	31 de março de 2016	
	1 de abril de 2016	
	2 de abril de 2016	
RTP1	8 de abril de 2016	
	22 de março de 2016	(6) Ministra; (7) Chefia militar; (8) Jornalista;
	23 de março de 2016	
	24 de março de 2016	
	26 de março de 2016	
	27 de março de 2016	
	31 de março de 2016	
	1 de abril de 2016	
TVI	2 de abril de 2016	
	8 de abril de 2016	
	22 de março de 2016	(9) Político; (10) Chefia militar; (11) Professor universitário;
	23 de março de 2016	
	24 de março de 2016	
	26 de março de 2016	
	27 de março de 2016	
	31 de março de 2016	(12) Chefia militar; (13) Chefia de forças de segurança.
	1 de abril de 2016	
	2 de abril de 2016	
	8 de abril de 2016	

Fonte: Formulação própria

- (1) Carlos Moedas, Comissário Europeu;
- (2) Cândida Pinto, Jornalista da SIC;
- (3) Felipe Pathé Duarte, Professor universitário;
- (4) Rodolfo Begonha, Major-General do Exército;
- (5) Luís Marques Mendes, Ex-político, comentador residente da SIC;
- (6) Constança Urbano de Sousa, Ministra da Administração Interna;
- (7) Leonel Carvalho, General do Exército Português;
- (8) Paulo Dantininho, Jornalista;
- (9) José Pacheco Pereira, Professor e ex-político;
- (10) Pedro de Pazarat Correia, General do exército;
- (11) José Manuel Anes, Professor universitário e Cofundador do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT);

- (12) Leonel Carvalho, General do Exército Português;
- (13) Armando Dias Ramos, Inspetor Chefe na Unidade Cibercrime da Polícia Judiciária.

Anexo AH: Espaço de página ocupado segundo os jornais diários analisados, referentes aos atentados de Paris

	Público	%	DN	%	JN	%	i	%	CM	%
Uma página	19	36%	25	43%	7	17%	5	25%	13	33%
+ uma página	20	38%	6	10%	5	12%	7	35%	2	5%
Meia página	12	23%	19	33%	20	49%	6	30%	7	18%
Um quarto página	2	4%	8	14%	9	22%	2	10%	17	44%
Total	53	-	58	-	41	-	20	-	39	-

Fonte: Formulação própria

Anexo AI: Espaço de página ocupado segundo os jornais diários analisados referentes aos atentados de Bruxelas

	Público	%	DN	%	JN	%	i	%	CM	%
Uma página	9	43%	7	22%	5	17%	1	7%	5	33%
+ uma página	4	19%	9	28%	4	13%	6	43%	2	13%
Meia página	6	29%	6	19%	12	40%	5	36%	2	13%
Um quarto página	2	10%	10	31%	9	30%	2	14%	6	40%
Total	21	-	32	-	30	-	14	-	15	-

Fonte: Formulação própria

Anexo AJ: Presença de imagens nos artigos noticiosos analisados, referentes aos atentados de Paris

	Sem Imagem (N)	Com imagem (N)	Com mais de uma imagem (N)
<i>Público</i>	6	37	10
<i>Diário de Notícias</i>	13	32	13
<i>Jornal de Notícias</i>	2	27	12
<i>i</i>	2	13	5
<i>Correio da Manhã</i>	5	14	20

Fonte: Formulação própria

Anexo AL: Presença de imagens nos artigos noticiosos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

	Sem Imagem (N)	Com imagem (N)	Com mais de uma imagem (N)
<i>Público</i>	2	16	3
<i>Diário de Notícias</i>	2	26	4
<i>Jornal de Notícias</i>	6	13	11
<i>I</i>	2	10	2
<i>Correio da Manhã</i>	2	6	7

Fonte: Formulação própria

Anexo AM: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos jornais diários, segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	Público (N)	DN (N)	JN (N)	i (N)	CM (N)
Fotografia	47	41	37	17	34
Ilustração	0	2	0	0	0
Infografia	1	4	7	3	1
Cartoon	0	2	0	0	0

Fonte: Formulação própria

Anexo AN: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos jornais diários, segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	Público (N)	DN (N)	JN (N)	i (N)	CM (N)
Fotografia	19	29	22	12	13
Ilustração	0	0	0	0	0
Infografia	1	2	4	1	1
Cartoon	0	0	0	0	0

Fonte: Formulação própria

Anexo AO: Tema ou interveniente das imagens nos jornais diários analisados, referentes aos atentados de Paris

	Público (N)	DN (N)	JN (N)	I (N)	CM (N)	Total
Local dos atentados	3	5	2	4	5	19
Executantes dos atentados	3	7	6	2	8	26
Vítimas dos atentados	2	1	4	1	8	16
Famíliares das vítimas	1	0	2	0	0	3
Governantes	6	9	5	7	0	27
Forças policiais e militares	19	6	11	2	12	50
Simbologia do Estado Islâmico	1	0	1	1	1	4
Homenagens às vítimas	8	7	2	1	1	19
Muçulmanos	2	2	2	0	1	7
Refugiados	1	0	0	0	0	1
Outros	3	7	10	5	6	31

Fonte: Formulação própria

Anexo AP: Tema ou interveniente das imagens nos jornais diários analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

	Público (N)	DN (N)	JN (N)	I (N)	CM (N)	Total
Local dos atentados	3	2	3	4	3	15
Executantes dos atentados	5	2	9	2	2	20
Vítimas dos atentados	2	2	3	0	4	11
Famíliares das vítimas	0	0	0	0	1	1
Governantes	0	4	2	0	0	6
Forças policiais e militares	5	6	10	4	7	32
Simbologia do Estado Islâmico	0	0	0	0	0	0
Homenagens às vítimas	1	3	1	1	0	6
Muçulmanos	2	0	0	0	0	2
Refugiados	0	0	0	0	0	0
Outros	7	15	3	4	3	32

Fonte: Formulação própria

Anexo AQ: Duração dos noticiários radiofônicos analisados referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Duração dos noticiários (em minutos)
Antena 1	14 de novembro de 2015	08:04
	15 de novembro de 2015	06:08
	16 de novembro de 2015	08:27
	17 de novembro de 2015	02:40
	19 de novembro de 2015	06:21
	20 de novembro de 2015	02:28
	21 de novembro de 2015	02:17
	22 de novembro de 2015	02:37
	01 de abril de 2016	01:13
	Total	40:15
Rádio Renascença	14 de novembro de 2015	09:38
	15 de novembro de 2015	04:12
	16 de novembro de 2015	07:34
	17 de novembro de 2015	03:23
	18 de novembro de 2015	00:52
	19 de novembro de 2015	04:18
	20 de novembro de 2015	01:54
	21 de novembro de 2015	01:57
	01 de abril de 2016	00:15
	Total	34:03
TSF	14 de novembro de 2015	10:50
	15 de novembro de 2015	07:13
	16 de novembro de 2015	07:28
	17 de novembro de 2015	08:38
	18 de novembro de 2015	02:59
	20 de novembro de 2015	05:39
	21 de novembro de 2015	05:46
	01 de abril de 2016	01:22
	Total	49:55
	Totais	124:13

Fonte: Formulação própria

Anexo AR: Duração dos noticiários radiofónicos analisados referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Duração dos noticiários (em minutos)
Antena 1	22 de março de 2016	08:33
	23 de março de 2016	04:55
	25 de março de 2016	03:59
	26 de março de 2016	01:55
	27 de março de 2016	01:53
	29 de março de 2016	02:23
	01 de abril de 2016	01:45
	09 de abril de 2016	01:01
	Total	26:24
Rádio Renascença	22 de março de 2016	09:40
	23 de março de 2016	05:49
	24 de março de 2016	04:26
	01 de abril de 2016	01:01
	09 de abril de 2016	01:10
	Total	22:06
TSF	22 de março de 2016	15:18
	23 de março de 2016	07:49
	24 de março de 2016	01:09
	25 de março de 2016	00:55
	26 de março de 2016	02:31
	27 de março de 2016	02:13
	29 de março de 2016	00:57
	01 de abril de 2016	01:22
	03 de abril de 2016	03:02
	09 de abril de 2016	02:41
	02 de maio de 2016	04:03
	Total	42:00
	Totais	90:30

Fonte: Formulação própria

Anexo AS: Tipo de apresentação dos noticiários radiofônicos segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	Antena1 (N)	RR (N)	TSF (N)
Apresentador	22	15	13
Repórter	4	6	9
Correspondente	1	0	0
Enviado especial	6	5	6

Fonte: Formulação própria

Anexo AT: Tipo de apresentação dos noticiários radiofónicos segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	Antena1 (N)	RR (N)	TSF (N)
Apresentador	8	5	9
Repórter	5	7	14
Correspondente	3	4	1
Enviado especial	2	0	0

Fonte: Formulação própria

Anexo AU: Comentadores e intervenientes nos noticiários radiofónicos analisados, referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Paris)	Comentador/interveniente
Antena 1	14 de novembro de 2015	(1) Investigador;
	15 de novembro de 2015	
	16 de novembro de 2015	(2) Ministro;
	17 de novembro de 2015	
	19 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	(3) Chefia militar; (4) Ministra;
	21 de novembro de 2015	
	22 de novembro de 2015	
	1 de abril de 2016	
Rádio Renascença	14 de novembro de 2015	(5) Secretário de estado; (6) Presidente de autarquia;
	15 de novembro de 2015	
	16 de novembro de 2015	(7) Secretário de estado;
	17 de novembro de 2015	
	18 de novembro de 2015	
	19 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	(8) Político;
	21 de novembro de 2015	
	1 de abril de 2016	
TSF	14 de novembro de 2015	(9) Embaixador; (10) Embaixador; (11) Funcionário superior de organização estatal estrangeira;
	15 de novembro de 2015	
	16 de novembro de 2015	
	17 de novembro de 2015	(12) Chefia militar; (13) Funcionário superior de organização estatal estrangeira; (14) Chefia de força de segurança; (15) Dirigente sindical;
	18 de novembro de 2015	
	20 de novembro de 2015	(16) Político; (17) Chefia militar;
	21 de novembro de 2015	
	1 de abril de 2016	(18) Ministra.

Fonte: Formulação própria

- (1) Bernardo Pires de Lima, Investigador;
- (2) Rui Machete, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- (3) Frederico Galvão da Silva, Tenente Coronel da Guarda Nacional Republicana;
- (4) Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça;
- (5) Mário Mendes, antigo Secretário-geral de Segurança Interna;
- (6) Fernando Medina, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- (7) José Cesário, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas;
- (8) Fernando Negrão, Deputado da Assembleia da República, antigo Diretor da Polícia Judiciária;
- (9) Francisco Seixas da Costa, Ex-Embaixador de Portugal em França;
- (10) Jean-François Blarel, Embaixador de França em Portugal;

- (11) Hermano Sanches, Vereador da Câmara Municipal de Paris;
- (12) José Loureiro dos Santos, General do Exército;
- (13) Pedro Marques, Vereador da Câmara Municipal de Aulnays-sous-Bois, Paris;
- (14) António Beça Pereira, Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- (15) Acácio Pereira, Presidente do Sindicato do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- (16) Fernando Negrão, Deputado da Assembleia da República, antigo Diretor da Polícia Judiciária;
- (17) Frederico Galvão da Silva, Tenente-Coronel da Guarda Nacional Republicana;
- (18) Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça.

Anexo AV: Comentadores e intervenientes nos noticiários radiofónicos analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos noticiários (Atentados de Bruxelas)	Comentador/interveniente
Antena 1	22 de março de 2016	
	23 de março de 2016	
	25 de março de 2016	
	26 de março de 2016	
	27 de março de 2016	
	29 de março de 2016	
	01 de abril de 2016	(1) Comissário europeu; (2) Ministra;
	9 de abril de 2016	
Rádio Renascença	22 de março de 2016	
	23 de março de 2016	
	24 de março de 2016	
	01 de abril de 2016	(3) Ministra;
	09 de abril de 2016	
TSF	22 de março de 2016	(4) Eurodeputado;
	23 de março de 2016	(5) Ministro; (6) Diretor de organismo de educação;
	24 de março de 2016	
	25 de março de 2016	
	26 de março de 2016	
	27 de março de 2016	
	29 de março de 2016	
	1 de abril de 2016	(7) Ministra;
	3 de abril de 2016	
	9 de abril de 2016	
	2 de maio de 2016	(8) Eurodeputado; (9) Eurodeputado;

Fonte: Formulação própria

- (1) Carlos Moedas, Comissário Europeu;
- (2) Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça;
- (3) Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça;
- (4) José Inácio Faria, Eurodeputado pelo Partido da Terra;
- (5) Adalberto Fernandes, Ministro da Saúde;
- (6) Álvaro Vasconcelos, Ex-diretor do Instituto de Estudos de Defesa da União Europeia;
- (7) Francisca Van Dunem, Ministra da Justiça;
- (8) António Marinho e Pinto, Eurodeputado pelo Partido da Terra;
- (9) Fernando Ruas, Eurodeputado pelo Partido Social Democrata.

Anexo AX: Número de partilhas por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Paris)	Número de artigos noticiosos (N)	Número de partilhas (N)
Expresso Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	21 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	13 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	Total	14	-
Público Online	14 de novembro de 2015	1	1.565
	17 de novembro de 2015	1	390
		1	730
	18 de novembro de 2015	1	181
		1	2.859
	19 de novembro de 2015	1	1.811
		1	235
		1	747
	Total	8	-
SIC Notícias Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	18 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	20 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	23 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	27 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	30 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	16 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	28 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	Total	20	-
Sol Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	18 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	20 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	23 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	27 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	Total	13	-
TVI24 Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	18 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	20 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	21 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	22 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	23 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	24 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	27 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	12 de janeiro de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	23	-

Anexo AZ: Número de partilhas por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Bruxelas)	Número de artigos noticiosos (N)	Número de partilhas (N)
Expresso Online	22 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	27 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	29 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	9	-
Público Online	24 de março de 2016	1	375
		1	118
		1	329
	25 de março de 2016	1	412
		1	42
	Total	5	-
SIC Notícias Online	22 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	26 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	03 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	04 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	12 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	13	-
Sol Online	22 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	8	-
TVI24 Online	22 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	27 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	01 de abril de 2016	2	Sem conhecimento
	02 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	12 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	15	-

Fonte: Formulação própria

Anexo BA: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos diários digitais, segundo o meio, referente aos atentados de Paris

	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SIC Noticias Online (N)	Sol Online (N)	TVI24 Online (N)
Fotografia	12	8	13	13	8
Vídeo amador/ Telemóvel ou CCTV	1	0	0	0	0
Vídeo profissional	0	0	7		14

Fonte: Formulação própria

Anexo BB: Tipo de imagens nos artigos noticiosos dos diários digitais, segundo o meio, referente aos atentados de Bruxelas

	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SIC Noticias Online (N)	Sol Online (N)	TVI24 Online (N)
Fotografia	7	5	7	8	5
Vídeo amador/ Telemóvel ou CCTV	1	0	0	0	6
Vídeo profissional	1	0	5	0	4

Fonte: Formulação própria

Anexo BC: Tema ou interveniente das imagens nos diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris

	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SICN Online (N)	Sol Online (N)	TVI24 Online (N)	Total
Local dos atentados	1	2	3	3	4	13
Executantes dos atentados	2	0	1	1	6	10
Vítimas dos atentados	0	1	2	2	4	9
Familiares das vítimas	0	0	0	0	0	0
Governantes	1	2	4	4	9	20
Forças policiais e militares	5	3	13	7	10	38
Simbologia do Estado Islâmico	1	0	0	2	0	3
Homenagens às vítimas	0	0	0	0	0	0
Muçulmanos	0	0	0	0	0	0
Refugiados	0	0	0	0	0	0
Outros	4	1	2	1	3	11

Fonte: Formulação própria

Anexo BD: Tema ou interveniente das imagens nos diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SICN Online (N)	Sol Online (N)	TVI24 Online (N)	Total
Local dos atentados	2	0	4	3	9	18
Executantes dos atentados	2	0	5	3	5	15
Vítimas dos atentados	1	0	2	1	10	14
Familiares das vítimas	0	0	0	0	2	2
Governantes	0	2	0	0	2	4
Forças policiais e militares	2	2	2	1	10	17
Simbologia do Estado Islâmico	0	0	0	0	0	0
Homenagens às vítimas	0	0	0	0	0	0
Muçulmanos	0	0	0	0	0	0
Refugiados	0	0	0	0	0	0
Outros	2	1	1	0	0	4

Fonte: Formulação própria

Anexo BE: Número de comentários por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Paris

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Paris)	Número de artigos noticiosos (N)	Número de comentários (N)
Expresso Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	21 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	13 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	Total	14	-
Público Online	14 de novembro de 2015	1	351
	17 de novembro de 2015	1	80
		1	63
	18 de novembro de 2015	1	1
		1	22
	19 de novembro de 2015	1	98
		1	15
		1	18
	Total	8	-
SIC Notícias Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	18 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	20 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	23 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	27 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	30 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	16 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	28 de dezembro de 2015	1	Sem conhecimento
	Total	20	-
Sol Online	14 de novembro de 2015	1	14
		1	Sem conhecimento
		1	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	1	1
		1	Sem conhecimento
		1	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	1	26
		1	6
	17 de novembro de 2015	1	11

	18 de novembro de 2015	1	6
	20 de novembro de 2015	1	3
	23 de novembro de 2015	1	0
	27 de novembro de 2015	1	2
	Total	13	-
TVI24 Online	14 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	15 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	16 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	17 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	18 de novembro de 2015	3	Sem conhecimento
	19 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	20 de novembro de 2015	2	Sem conhecimento
	21 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	22 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	23 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	24 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	27 de novembro de 2015	1	Sem conhecimento
	12 de janeiro de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	23	-

Fonte: Formulação própria

Anexo BF: Número de comentários por diários digitais analisados, referentes aos atentados de Bruxelas

Meio	Datas dos Jornais digitais (Atentados de Bruxelas)	Número de artigos noticiosos (N)	Número de comentários (N)
Expresso Online	22 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	27 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	29 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	9	-
Público Online	24 de março de 2016	1	4
		1	5
		1	8
	25 de março de 2016	1	6
		1	12
	Total	5	-
SIC Notícias Online	22 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	2	Sem conhecimento
	26 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	03 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	04 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	12 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	13	-
Sol Online	22 de março de 2016	1	17
		1	1
	23 de março de 2016	1	15
		1	8
	24 de março de 2016	1	0
		1	15
		1	9
	25 de março de 2016	1	5
	Total	8	-
TVI24 Online	22 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	23 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	24 de março de 2016	3	Sem conhecimento
	25 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	27 de março de 2016	1	Sem conhecimento
	01 de abril de 2016	2	Sem conhecimento
	02 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	12 de abril de 2016	1	Sem conhecimento
	Total	15	-

Fonte: Formulação própria

Anexo BG: Frames identificados nos noticiários televisivos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris

<i>Frames</i>	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	0	0	0
Radicais Islâmicos	3	2	3	8
Nós e os outros	1	1	1	3
Imigrantes ou refugiados terroristas	5	0	0	5
Combatentes estrangeiros	0	1	0	1
Terroristas portugueses	4	9	7	20
Portugal inseguro	8	3	4	15
Luta contra o terrorismo	52	57	44	153
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0
Islão	3	5	7	15
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	0
Perigo do ataque nuclear e biológico	1	3	1	5
Explosões e sangue	9	8	11	28
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	8	11	8	27
Islamofobia	3	2	1	6
Vítimas e heróis compatriotas	20	12	15	47
Medo	25	17	9	51
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	20	21	34	75
Executantes dos atentados	13	4	7	24

Fonte: Formulação própria

Anexo BH: *Frames* identificados nos noticiários televisivos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas

<i>Frames</i>	SIC (N)	RTP1 (N)	TVI (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	0	0	0
Radicais Islâmicos	0	1	1	2
Nós e os outros	0	0	0	0
Imigrantes ou refugiados terroristas	1	2	0	3
Combatentes estrangeiros	0	0	0	0
Terroristas portugueses	0	2	2	4
Portugal inseguro	2	10	8	20
Luta contra o terrorismo	25	23	10	58
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0
Islão	3	1	3	7
Alteração de hábitos e comportamentos	2	0	2	4
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	3	0	3
Explosões e sangue	6	5	4	15
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	2	7	4	13
Islamofobia	4	4	2	10
Vítimas e heróis compatriotas	3	5	12	20
Medo	3	1	2	6
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	23	10	16	49
Executantes dos atentados	13	4	12	29

Fonte: Formulação própria

Anexo BI: Frames identificados nos jornais diários analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris

Frames	Público (N)	DN (N)	JN (N)	i (N)	CM (N)	Total (N)
Guerra ao terror	3	2	2	1	0	8
Radicais Islâmicos	0	2	3	0	1	6
Nós e os outros	3	3	0	1	3	10
Imigrantes ou refugiados terroristas	5	5	4	4	2	20
Combatentes estrangeiros	3	4	0	0	0	7
Terroristas portugueses	1	5	4	1	7	18
Portugal inseguro	2	5	6	1	2	16
Luta contra o terrorismo	26	25	15	10	11	87
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0	0	0
Islão	2	5	5	0	1	13
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	0	0	0
Perigo do ataque nuclear e biológico	1	1	0	1	0	3
Explosões e sangue	4	1	4	0	1	10
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	5	3	3	2	7	20
Islamofobia	3	8	2	2	1	16
Vítimas e heróis compatriotas	1	4	10	2	7	24
Medo	13	7	3	1	2	26
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	2	5	1	2	4	14
Executantes dos atentados	3	7	4	4	3	21

Fonte: Formulação própria

Anexo BJ: Frames identificados nos jornais diários analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas

Frames	Público (N)	DN (N)	JN (N)	i (N)	CM (N)	Total (N)
Guerra ao terror	2	3	0	1	1	7
Radicais Islâmicos	1	7	0	1	1	10
Nós e os outros	1	2	2	2	0	7
Imigrantes ou refugiados terroristas	2	3	2	1	0	8
Combatentes estrangeiros	2	2	0	0	0	4
Terroristas portugueses	0	1	0	0	0	1
Portugal inseguro	2	3	1	3	1	10
Luta contra o terrorismo	10	11	8	5	7	41
Atentados em Portugal no passado	0	1	0	0	0	1
Islão	3	3	1	0	0	7
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	2	0	2
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	0	1	0	1	2
Explosões e sangue	0	2	0	0	2	4
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	3	2	2	0	1	8
Islamofobia	3	4	4	1	2	14
Vítimas e heróis compatriotas	1	4	6	4	6	21
Medo	3	6	3	1	1	14
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	2	5	5	2	1	15
Executantes dos atentados	6	2	8	1	2	19

Fonte: Formulação própria

Anexo BL: Frames identificados nos noticiários radiofónicos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris

<i>Frames</i>	Antena1 (N)	RR (N)	TSF (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	0	0	0
Radicais Islâmicos	0	0	0	0
Nós e os outros	1	1	0	2
Imigrantes ou refugiados terroristas	0	0	4	4
Combatentes estrangeiros	0	0	0	0
Terroristas portugueses	1	1	2	4
Portugal inseguro	3	1	5	9
Luta contra o terrorismo	20	13	13	46
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0
Islão	1	0	0	1
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	0
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	0	0	0
Explosões e Sangue	0	0	0	0
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	5	3	2	10
Islamofobia	1	0	0	1
Vítimas e heróis compatriotas	4	3	7	14
Medo	3	2	3	8
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	3	9	5	17
Executantes dos atentados	1	1	3	5

Fonte: Formulação própria

Anexo BM: *Frames* identificados nos noticiários radiofónicos analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas

<i>Frames</i>	Antena1 (N)	RR (N)	TSF (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	0	0	0
Radicais Islâmicos	0	0	0	0
Nós e os outros	0	0	0	0
Imigrantes ou refugiados terroristas	2	0	1	3
Combatentes estrangeiros	0	0	0	0
Terroristas portugueses	0	0	0	0
Portugal inseguro	0	1	3	4
Luta contra o terrorismo	13	6	14	33
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0
Islão	2	1	0	3
Alteração de hábitos e comportamentos	0	1	2	3
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	0	0	0
Explosões e sangue	0	0	0	0
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	4	2	3	9
Islamofobia	2	0	2	4
Vítimas e heróis compatriotas	0	4	0	4
Medo	3	0	4	7
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	2	2	2	6
Executantes dos atentados	5	2	2	9

Fonte: Formulação própria

Anexo BN: Frames identificados nos diários digitais analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Paris

<i>Frames</i>	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SIC Notícias Online (N)	SOL Online (N)	TVI 24 Online (N)	Total (N)
Guerra ao terror	2	0	0	0	0	2
Radicais Islâmicos	1	1	1	1	0	4
Nós e os outros	0	1	0	0	0	1
Imigrantes ou refugiados terroristas	2	0	0	0	0	2
Combatentes estrangeiros	2	0	0	0	0	2
Terroristas portugueses	4	0	1	1	0	6
Portugal inseguro	0	0	1	0	0	1
Luta contra o terrorismo	6	6	15	8	13	48
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0	0	0
Islão	0	2	0	0	1	3
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	0	0	0
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	2	0	0	1	3
Explosões e sangue	0	0	1	0	0	1
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	2	0	3	1	2	8

Islamofobia	2	0	0	0	0	2
Vítimas e heróis compatriotas	1	0	2	2	1	6
Medo	3	2	1	0	0	6
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	5	4	8	7	5	29
Executantes dos atentados	2	1	1	1	4	9

Fonte: Formulação própria

Anexo BO: Frames identificados nos diários digitais analisados segundo o meio, referentes à cobertura dos atentados de Bruxelas

<i>Frames</i>	Expresso Online (N)	Público Online (N)	SIC Notícias Online (N)	SOL Online (N)	TVI 24 Online (N)	Total (N)
Guerra ao terror	0	0	0	0	1	1
Radicais Islâmicos	0	0	0	0	1	1
Nós e os outros	0	0	0	0	0	0
Imigrantes ou refugiados terroristas	0	1	0	0	0	1
Combatentes estrangeiros	0	1	0	0	0	1
Terroristas portugueses	0	0	0	0	0	0
Portugal inseguro	0	0	0	0	0	0
Luta contra o terrorismo	5	5	4	4	8	26
Atentados em Portugal no passado	0	0	0	0	0	0
Islão	1	0	0	0	0	1
Alteração de hábitos e comportamentos	0	0	0	0	0	0
Perigo do ataque nuclear e biológico	0	0	0	0	1	1
Explosões e sangue	1	0	0	0	3	4
Ameaças de atentados a Portugal e Europa	0	1	0	0	1	2

Islamofobia	0	1	0	0	0	1
Vítimas e heróis compatriotas	1	0	3	0	7	11
Medo	1	1	0	0	0	2
Mortos, feridos e desaparecidos dos atentados	5	1	5	2	6	19
Executantes dos atentados	3	0	4	1	5	13

Fonte: Formulação própria

Anexo BP: Exemplos de temas referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Guerra ao terror”

Artigo menciona a “guerra ao terrorismo” decretada em 2001, por George W. Bush e por François Hollande, em 2015 (artigo jornalístico intitulado “O regresso da barbárie”, *in* Público, 15-11-2015).

Artigo referencia a predileção dos grupos terroristas pelos atentados em transportes, comparando as opções desencadeadas pela Al-Qaeda, nos atentados nos EUA, em 2001, de Madrid, em 2004 e Londres, em 2005, com a estratégia do ISIS da realização dos atentados em Bruxelas, no metropolitano (artigo jornalístico intitulado “Transportes são alvo com “custo benefício espetacular”, *in* Diário de Notícias, 23-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BQ: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Radicais islâmicos”

Entrevista a Felipe Pathé Duarte, do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT) (artigo jornalístico intitulado “Numa amostra tão grande de potenciais jihadistas é impossível controlar todos”, *in* Diário de Notícias, 14-11-2015).

Artigo associa islamismo a terrorismo. Segundo o artigo três critérios evidenciam um terrorista: (1) filhos de emigrantes sírios, nascidos e criados na Bélgica, (2) serem islâmicos e (3) terem realizado viagens à Síria nos últimos anos. (artigo jornalístico intitulado “Bakraoui. Irmãos delinquentes transformados em terroristas”, *in* i, 24-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BR: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Nós e os outros”

Entrevista a Francisco Seixas da Costa, antigo embaixador de Portugal em Paris, em que o mesmo afirma: “O Ocidente só intervém quando as coisas se tornam muito chocantes. Todos os dias morrem pessoas na Líbia e na Síria, mas só acordamos quando as mortes são no nosso mundo. A morte dos outros também vale (...)” (artigo jornalístico intitulado “O Ocidente só intervém quando os factos são muito chocantes”, *in* Diário de Notícias, 16-11-2015).

Artigo evidencia declarações do Presidente da República, Cavaco Silva, afirmando que “isto é um ataque a toda a Europa Ocidental” (artigo jornalístico intitulado “Passos e Cavaco querem respostas mais eficazes para combater terrorismo”, *in* Público, 17-11-2015).

Entrevista a Loureiro dos Santos, General das Forças Armadas, em que o mesmo realiza um conjunto de considerações acerca dos dois tipos de tipos de civilizações existentes (artigo jornalístico intitulado “Ocupar a Síria com tropas é criar um outro Vietname”, *in* Público, 22-11-2015).

Jornalista refere em artigo “(...) polémica das redes sociais em que alguns se indignaram por se dar mais destaque em Portugal aos atentados de Bruxelas que aos da Turquia. (...) nós fazemos parte da Europa Ocidental e identificamo-nos muito mais com esta forma de vida que com a de outros povos ou continentes”. (Editorial de Vítor Rainho”, *in* i, 24-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BS: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Imigrantes ou refugiados terroristas”

Peça jornalística acerca da comunicação por parte do governo polaco, da não aceitação em seu território de refugiados sírios. A peça noticiosa inclui comentários relativos à posição da Polónia, por parte de Francisco Seixas da Costa, antigo embaixador de Portugal em Paris, em que o mesmo afirma: “não podemos pensar que um refugiado é um terrorista, são pessoas que fogem da guerra (...)” (*in* TSF, 14-11-2015).

Artigo noticioso evidencia as declarações de Jean-Claude Juncker, a favor do acolhimento de refugiados. (artigo jornalístico intitulado “Refugiados. Juncker não quer reações primárias. Vamos conseguir?”, *in* i, 16-11-2015).

Manifestação de homenagem às vítimas dos atentados de Bruxelas, é invadida por um grupo de extrema-direita, que defende a não entrada de refugiados na Bélgica. (*in* RTP1, 17-11-2015).

Artigo noticioso menciona os países que comunicaram a suspensão dos programas de acolhimento de refugiados, por associarem os mesmos a práticas terroristas. Partidos de extrema-direita europeus contra a entrada de refugiados na Europa. (artigo jornalístico intitulado “Refugiados: Países entre o medo e o querer ajudar”, *in* Diário de Notícias, 18-11-2015).

Fonte: Formulação própria

Anexo BT: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Combatentes estrangeiros”

Artigo de opinião de Bernardo Pires de Lima, investigador universitário, argumenta que os europeus jihadistas que lutam no ISIS são um problema para a Europa. (artigo jornalístico intitulado “Made in ISIS”, <i>in</i> DN, 15-11-2015).
Relato da experiência do pai de um dos terroristas envolvidos nos atentados de Paris, que terá viajado até à Síria em busca do seu filho, soldado do ISIS. (artigo jornalístico intitulado “Mohamed desejava vinda do filho, mas não para matar no Bataclan”, <i>in</i> Público, 17-11-2015).
Artigo noticioso identifica o número e o perfil dos jihadistas francófonos que se juntaram ao ISIS. (artigo jornalístico intitulado “A legião francófona do Estado Islâmico”, <i>in</i> Público, 19-11-2015).
Artigo menciona as declarações do diretor da Europol, referindo que cinco mil suspeitos se radicalizaram na Europa e viajaram para a Síria e Iraque para obter experiência de combate. (artigo jornalístico intitulado “Bélgica admite ter subavaliado alerta turco sobre terrorista belga”, <i>in</i> Público Online, 24-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BU: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Terroristas portugueses”

Notícia referencia o terrorista lusodescendente que se suicidou no atentado ao *Le Bataclan*, evidenciando as suas origens portuguesas pela parte da mãe, oriunda de Póvoa do Lanhoso. (artigo jornalístico intitulado “Futebolista padeiro com mãe convertida”, *in* Correio da Manhã, 17-11-2015).

Peça jornalística divulga vídeo promocional do ISIS, com dois irmãos portugueses jihadistas a prestar testemunhos e a proclamar os ideais do Estado Islâmico. (*in* TVI, 18-11-2015).

Artigo divulga o perfil de cinco jihadistas portugueses a combater na Síria, intitulados como a célula de Leyton. (artigo jornalístico intitulado “Confirmada morte de mais um jihadista português na Síria”, *in* Diário de Notícias, 20-11-2015).

Segundo a peça jornalística, o ISIS tentou recrutar apoiantes em Portugal. Na notícia são referidos os casos de tentativa de recrutamento *online*, através das redes sociais e os de aliciamento presencial, na zona da grande Lisboa. (*in* RTP1, 02-04-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BV: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Alteração de hábitos e comportamentos”

Peça jornalística reporta testemunhos de portugueses a viver em Bruxelas e de viagem para Portugal, referindo que tiveram medo de fazer a viagem de avião e consideraram fazer a mesma de automóvel. É referida ainda na peça, uma maior segurança nos aeroportos e um rigoroso controlo de bagagens (*in* TVI, 23-03-2016).

Artigo noticioso menciona que os portugueses mantêm o interesse em viajar após os atentados de Bruxelas (artigo jornalístico intitulado “Portugueses mantêm viagens após atentados”, *in* i, 23-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BX: Exemplos de conteúdos referidos nas peças e artigos analisados, alusivos ao *frame* “Ataque nuclear e biológico”

Peça jornalística com ligação em direto a Paris, onde o jornalista pivô e o enviado especial no local, abordam o tema das declarações do Primeiro-Ministro francês, acerca do perigo de ataques nucleares e biológicos (*in* RTP1, 19-11-2015).

Notícia refere que os EUA e o Iraque asseguram que o ISIS já se encontra a produzir armas químicas e biológicas (artigo jornalístico intitulado “Ameaças. França quer fechar metro de Paris no Natal para evitar chacina”, *in* i, 20-11-2015).

Artigo menciona que existem suspeitas, por parte das autoridades belgas, que o ISIS estaria a planear ataque a centrais nucleares na Bélgica (artigo jornalístico intitulado “Tiroteio e ataque a uma central nuclear poderiam estar nos planos”, *in* Jornal de Notícias, 25-03-2016).

Fonte: Formulação própria

Anexo BZ: Guião de entrevista a Hugo Franco - Jornalista do *Expresso*
(Entrevista realizada a 13 de agosto de 2021, por videoconferência)

1. Realizou a cobertura jornalística dos atentados de Paris e Bruxelas, de 13 de novembro de 2015 e de 22 de março de 2016, respetivamente. Confirma?
2. Começo por lhe perguntar se se recorda de ser chamado para fazer a cobertura noticiosa, enquanto enviado especial, dos atentados de Bruxelas? Consegue recordar-se deste momento?
3. Gostaria de lhe perguntar se existiu ou se existe, no jornal onde trabalha, e no desempenho das suas funções enquanto jornalista, alguma pressão editorial na abordagem deste tipo de temas?
4. Que tipo de fontes utilizou aquando da cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas?

Entrevistador - A investigação que eu estou a realizar a nível de doutoramento tem como tese o seguinte, os *media* nacionais, através de um enquadramento noticioso, contribuem para a sustentação de fenómenos de risco associados ao terrorismo, fomentando o medo. O apuramento do enquadramento noticioso (*framing*) dado pelos *media* aos atentados terroristas, que são estudos de caso da investigação que conduzo, levaram-me a realizar uma análise de conteúdo dos noticiários de vários canais televisivos e estações de rádio, assim como de jornais em formato papel e *online*. O *Expresso Online* surge como um dos formatos analisados e sendo assim, gostaria de lhe colocar um conjunto de questões, enquanto jornalista do *Expresso*. Começo por referir que o *Expresso*, com o seu formato *online*, a par de todos os outros *media* que analisámos, deu após a ocorrência dos dois atentados referidos, um residual tempo de antena à comunidade islâmica e aos seus líderes, para se posicionarem perante os mesmos atentados, a que muitas vezes estavam associados. Num total de 23 artigos de cobertura noticiosa analisados, presentes no *Expresso Online*, dos atentados de Paris e Bruxelas, somente em um, do Hugo Franco e João Duarte, foi dado um breve tempo de antena a um líder da comunidade muçulmana na Holanda. A título exemplificativo, numa análise realizada ao *Jornal da Noite*, da SIC, em 346 minutos de cobertura noticiosa dos atentados de Paris, foi dado somente um breve tempo de antena a um líder da comunidade muçulmana em Portugal. Numa peça na Mesquita de Lisboa, com 2.18 minutos, o Sheik David Munir fala durante breves segundos.

5. Sendo a comunidade islâmica frequentemente associada, por vários quadrantes da sociedade, com os atentados terroristas, pensa que seria importante dar maior tempo de antena aos membros desta comunidade, dando-lhe a possibilidade de comentar o sucedido?

Entrevistador – Ao longo da pesquisa já realizada, aos conteúdos jornalísticos da imprensa nacional, verificámos que na totalidade dos mesmos, se faz uso de uma narrativa que não distingue Islão enquanto religião, associando-a com a prática de terrorismo. Por exemplo com o uso de terminologias

como: “radical islâmico” ou “terrorismo islâmico”. O Expresso distingue-se pela exceção, tendo sido muito escassos os exemplos analisados em que isto acontece.

6. Concorda com alguns académicos, que defendem que deveria existir por parte da comunidade jornalística, um maior cuidado com o uso de terminologias associadas à religião, nomeadamente ao Islão, no sentido de não denegrir toda uma religião?

Entrevistador – Avanço que foi realizado, em parceria com a empresa de estudos *Aximage*, um inquérito a nível nacional, continente e ilhas. No mesmo inquérito, foi realizada a seguinte questão - “*Os ataques terroristas são habitualmente noticiados por diversos meios da comunicação social portuguesa. Considera que a forma como essas notícias são apresentadas pode contribuir para a promoção da ideia de que também existe um risco de atentado em Portugal?*”. Os resultados obtidos a esta questão, foram: 70,3% dos inquiridos respondeu que Sim, 28,6% respondeu que Não e 1% respondeu Sem Opinião.

7. Considerando estes dados e considerando que Portugal é tido como um país seguro e que os *media* em geral são fiáveis enquanto fontes noticiosas, como interpreta que grande parte da população já inquirida nesta pesquisa refira que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção de que existe risco de atentados terroristas em Portugal?
8. A revisão da literatura e alguns dos avanços desta pesquisa permitem-nos avançar com a ideia de que o medo, enquanto emoção, associado ao risco, prevalece nas narrativas relacionadas aos atentados terroristas. É essa a opinião de alguns académicos e são essas as conclusões verificadas em exemplos estudados, nomeadamente no *Expresso Online*. Partilha esta opinião?

Entrevistador - A análise de conteúdo aos *media* que temos vindo a realizar, vem demonstrando que existe por parte da generalidade dos *media* analisados, um interesse muito vincado em encontrar associações dos atentados de Paris e Bruxelas, a Portugal e aos portugueses. Seja pelo reconhecimento de vítimas portuguesas, seja através de depoimentos de portugueses no local, ou de portugueses heróis (como a Porteira que albergou dezenas de vítimas em Paris), seja pela recolha dos testemunhos de vizinhos portugueses dos terroristas em Bruxelas que privaram com estes, num prédio de um português, seja pelos apelidos adotados pelos terroristas, aquando do aluguer do apartamento, que eram de origem portuguesa. É pois notória e transversal à generalidade dos *media* analisados, esta característica de busca de associação a Portugal.

9. Pode-me comentar esta análise?
10. Ainda relacionado ao referido anteriormente, constatámos que dentro das mesmas associações se destacam, junto aos *media* analisados, as ligações relacionadas com os terroristas, nomeadamente se são portugueses ou de ascendência portuguesa. Estas associações, reitero

transversais à generalidade dos media analisados, estão frequentemente relacionadas a uma narrativa de risco iminente de atentados em Portugal. Partilha desta opinião?

11. Muito devido à investigação que conduziu em conjunto com a jornalista Raquel Moleiro, que originou a obra “Os Jihadistas Portugueses”, tomou consciência da realidade muito particular de portugueses que lutam ou lutaram no Estado Islâmico. Tem assinado no jornal Expresso alguns artigos referenciando a temática referida, nunca conjeturando um risco iminente de atentados em Portugal, por parte de portugueses associados ao Estado Islâmico. Constatámos, contudo, que a referência a este risco é frequentemente salientada por vários *media* nacionais. Considera que a adoção de uma narrativa de risco iminente é instigadora de medo na população?

Entrevistador – Em 2017, com a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é publicado e disponibilizado em acesso livre o guia *Terrorism and the Media – Handbook for Journalist*.

As Nações Unidas justificam desta forma a pertinência do referido manual:

“Espera-se que este guia, desenvolvido com os contributos de jornalistas, editores e produtores de *media*, atue como um recurso crítico para todos aqueles que noticiam acontecimentos terroristas. (...) irá encorajar à autorreflexão por parte dos profissionais de media, no sentido de evitar contribuir para uma estigmatização e divisão. Pode ser ainda uma base para a criação e revisão de códigos de boas práticas, garantindo que determinados valores sejam consagrados nas operações diárias de organizações de *media*” (Marthoz, 2017, p. 5).

12. Para terminar, conhece este guia ou outros guias de boas práticas, relativos à cobertura mediática de atentados terroristas?
13. Valoriza este tipo de guias, enquanto ferramentas para profissionais da comunicação social?
14. Por fim, acha possível que o *Expresso* adote este ou outro guia de boas práticas na cobertura mediática de atentados terroristas?

Anexo CA: Guião de entrevista a Raquel Morão Lopes - Jornalista da RTP 1 e Antena 1

(Entrevista realizada a 8 de junho de 2022, por videoconferência)

1. Realizou a cobertura jornalística, enquanto correspondente da *RTP* e *Antena1* em Bruxelas, dos atentados nesta cidade de 22 de março de 2016, Confirma?
2. Começo por lhe perguntar se se recorda de ser chamada para fazer a cobertura noticiosa dos atentados de Bruxelas? Consegue recordar-se deste momento?
3. Enquanto jornalista já tinha realizado a cobertura de acontecimentos deste género, nomeadamente de atentados terroristas ou enquanto repórter de guerra, na cobertura de conflitos armados? ou a situação foi novidade para si?
4. Gostaria de lhe perguntar se existiu ou se existe, no canal televisivo e estação de rádio onde trabalha, e no desempenho das suas funções enquanto jornalista, alguma pressão editorial na abordagem deste tipo de temas?

Entrevistador - Gostaria de fazer aqui um momento de contextualização, antes de continuar. A investigação que eu estou a realizar a nível de doutoramento tem como tese o seguinte, os *media* nacionais, através de um enquadramento noticioso, contribuem para a sustentação de fenómenos de risco associados ao terrorismo, fomentando o medo.

5. Que tipo de fontes utilizou aquando da cobertura dos atentados de Bruxelas?

Entrevistador - A análise de conteúdo realizada a 9 emissões do *Telejornal*, de 22-03-2016 a 08-04-2016, evidencia que nunca foram emitidos depoimentos por parte da comunidade islâmica nacional ou estrangeira no *Telejornal*, no sentido de comentar e se posicionar perante os atentados. Enquanto jornalista, o que acha desta situação, uma vez que esta comunidade é frequentemente associada, por vários quadrantes da sociedade, aos atentados terroristas?

6. Acha que a mesma deveria ser ouvida?

Entrevistador - Ainda referente às 9 emissões do *Telejornal* analisadas, evidencio que de um total de 138 minutos de emissão dedicados à cobertura dos atentados de Bruxelas, 3 minutos foram dedicados, por parte de um comentador, a desvincular uma rotulagem que associa Islão a terrorismo.

7. Como interpreta o tempo de antena dedicado a esta desvinculação? Acha importante realizar a mesma (desvinculação)?

Entrevistador - Nas imagens televisivas analisadas nesta pesquisa, sobre os atentados de Bruxelas, é possível visualizar dezenas de pessoas em pânico, em fuga. Assim como, corpos estendidos no chão entre o entulho e a poeira resultante das explosões. De igual modo é audível o som de gritos e choro das vítimas. Grande parte das imagens não estão editadas. Verificámos que na maioria das vezes não houve aviso prévio dos telespetadores para os conteúdos das imagens difundidas.

8. Perante o exposto, considera importante que o *Telejornal* acautele devidamente a não difusão de imagens violentas, com eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis?
9. Considerando que Portugal é tido como um país seguro e que os *media* em geral são fiáveis enquanto fontes noticiosas, como interpreta que grande parte da população já inquirida nesta pesquisa refira que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a perceção de que existe risco de atentados terroristas em Portugal?
10. A análise de conteúdo realizada aos referidos noticiários do *Telejornal*, evidencia que o medo, enquanto emoção, é referenciado nas narrativas jornalísticas como prevaiente junto à população após os atentados terroristas de Bruxelas. Partilhou desta opinião? Percecionou, enquanto correspondente, esta realidade junto à população belga?
11. Considera que os *media*, através dos seus conteúdos noticiosos, têm um papel importante na perceção, por parte dos telespetadores e ouvintes, do risco associado a eventuais atentados terroristas?

Entrevistador – Da análise de conteúdo realizada aos já evidenciados noticiários do *Telejornal*, destaco alguns exemplos, referentes aos atentados de Bruxelas.

Entrevista em estúdio a Constança Urbano Sousa, na altura Ministra da Administração Interna.

- Pivô questiona: “A ameaça jihadista estende-se a Portugal?”

- A Ministra responde: “Não estamos imunes à ameaça”.

- Pivô questiona: “Tem consciência que o *ISIS* colocou Portugal nos países a conquistar?”

- A Ministra responde: “Colocou vários estados, é uma batalha que deve ser travada”. (23-03-2016).

Nesse mesmo noticiário, no mesmo dia, é entrevistado em estúdio o General Leonel Carvalho e o pivô volta a focar o eventual risco de atentado em Portugal.

- Pivô questiona: Devemos estar preocupados em Portugal?

- General responde: “Somos europeus, mas não estamos na linha da frente...”

- Pivô questiona: “Contudo estamos na lista de países a conquistar...”

- General responde, a sorrir: “Mas a lista tinha 60 países...!!!”

12. Perante isto, questiono à Raquel e com base nos dois exemplos referenciados, considera que poderá ter existido um amplificar do risco da ameaça de atentado a Portugal, nestes casos?

Entrevistador – Para a próxima questão avanço com mais dois exemplos.

- Reportagem no *Telejornal* dá conta que o *ISIS* tentou recrutar militantes em Portugal. O aliciamento é realizado através da Internet ou presencialmente, na zona da grande Lisboa (02-04-2016).
- O *Telejornal* inicia com o seguinte oráculo em rodapé – “Ameaça a Portugal”, e onde se refere que o *ISIS* ameaça Portugal como alvo a abater.

No seguimento do *Telejornal*, uma declaração da Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, reportando-se à cobertura dos atentados terroristas, refere, e passo a citar:

- “(...) a comunicação social tem um papel a desempenhar, no sentido de não fazer deste tipo de notícias um grande alarmismo pois geram terror entre as pessoas (...)” (01-04-2016).

13. Fazendo agora referencia às duas últimas peças referidas: uma primeira, reportando-se a eventuais tentativas de recrutamento de militantes por parte do *ISIS* em Lisboa; uma segunda peça, reportando-se a uma ameaça feita pelo *ISIS* a Portugal e as declarações da MAI face ao papel dos *media*, questiono - considera, como afirma a MAI, estes exemplos “alarmistas”, no sentido de poderem gerar “terror” entre as pessoas? Ainda, existem diretrizes específicas, por parte da sua redação, referentes à cobertura, no sentido de minimizar o efeito do alarmismo?

14. No desempenho das suas funções, enquanto jornalista, tem orientações de boas práticas específicas para a cobertura noticiosa de atentados terroristas?

Entrevistador – Faço a seguinte referência. Em 2017, com a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é publicado e disponibilizado em acesso livre o guia *Terrorism and the Media – Handbook for Journalist*.

As Nações Unidas justificam desta forma a pertinência do referido manual:

“Espera-se que este guia, desenvolvido com os contributos de jornalistas, editores e produtores de *media*, atue como um recurso crítico para todos aqueles que noticiam acontecimentos terroristas. (...) irá encorajar à autorreflexão por parte dos profissionais de media, no sentido de evitar contribuir para uma estigmatização e divisão. Pode ser ainda uma base para a criação e revisão de códigos de boas práticas, garantindo que determinados valores sejam consagrados nas operações diárias de organizações de *media*” (Marthoz, 2017, p. 5).

15. Para terminar, conhece este guia ou outros guias de boas práticas, relativos à cobertura mediática de atentados terroristas?

16. Valoriza este tipo de guias, enquanto ferramentas para profissionais da comunicação social?

17. Por fim, acha possível que a *RTP* adote este ou outro guia de boas práticas na cobertura mediática de atentados terroristas?

Anexo CB: Guião de entrevista a Carlos Filipe Rodrigues - Jornalista e Diretor do *Correio da Manhã*

(Entrevista realizada a 10 de abril de 2023, por videoconferência)

1. Aquando dos atentados terroristas de Paris, em novembro de 2015, e de Bruxelas, em março de 2016, fazia parte da direção do *Correio da Manhã*. Confirma?
2. Começo por lhe perguntar se se recorda de como foi fazer a cobertura noticiosa dos atentados de Paris e Bruxelas? Como chegaram estes momentos à redação e quais as diretrizes imediatas dadas aos jornalistas (nestes casos)?
3. Enquanto jornalista e/ou diretor já tinha realizado a cobertura de acontecimentos deste género, nomeadamente de atentados terroristas? ou as situações foram novidade para si?
4. Gostaria de lhe perguntar se existiu ou se existe, no jornal onde trabalha, e no desempenho das suas funções enquanto jornalista e diretor, alguma pressão editorial na abordagem deste tipo de temas?

Entrevistador – A investigação que realizo em doutoramento tem a seguinte tese: “Os *media* nacionais, através de um enquadramento noticioso (*framing*), contribuem para a sustentação de fenómenos de risco associados ao terrorismo, fomentando o medo”.

O apuramento do enquadramento noticioso (*framing*) dado pelos *media* aos atentados terroristas, que são estudos de caso da investigação que conduzo, levaram-me a realizar uma análise de conteúdo dos noticiários de vários canais televisivos e estações de rádio, assim como de jornais em formato papel e diários digitais. O *Correio da Manhã* encontra-se entre os *media* considerados na análise e assim sendo, gostaria de lhe colocar um conjunto de questões, enquanto jornalista e diretor do *Correio da Manhã*.

5. Que tipo de fontes utilizaram durante a cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas?
6. Aquando da cobertura dos atentados de Paris e Bruxelas, existiam enviados especiais ou correspondentes do *Correio da Manhã* no local?

Entrevistador – Nos artigos analisados nesta pesquisa, referentes aos atentados de Paris e Bruxelas, é possível visualizar fotografias explícitas de corpos estendidos no chão, de mortos e feridos resultantes dos atentados. Grande parte das imagens não estão devidamente editadas. Evidencio o artigo do *Correio da Manhã*, de dia 16-11-2015, intitulado de “*Fingi estar morta mais de uma hora*”, de Bernardo Esteves. No referido, surge uma imagem do interior do *Le Bataclan*, expondo explicitamente dezenas de corpos de vítimas mortais no chão. As imagens não estão devidamente editadas.

7. Perante o exposto, considera importante que o *Correio da Manhã* acautele devidamente a não difusão de imagens violentas e chocantes, com eventuais conteúdos traumatizantes para públicos sensíveis?
8. Considerando que Portugal é tido como um país seguro e que os *media* em geral são fiáveis enquanto fontes noticiosas, como interpreta que grande parte da população já inquirida nesta pesquisa refira que a forma como as notícias são apresentadas pelos *media*, contribui para a promoção de que existe risco de atentados terroristas em Portugal?
9. A revisão da literatura e alguns dos avanços desta pesquisa permitem-me avançar com a ideia de que o medo, enquanto emoção, emerge em parte, de narrativas jornalísticas associadas ao risco de atentados terroristas. É essa a opinião de académicos (como Alex Schmid) e são essas as conclusões verificadas, em exemplos estudados, na presente investigação. Partilha esta opinião?

Entrevistador – A análise de conteúdo aos *media* que temos vindo a realizar, vem demonstrando que existe por parte da generalidade dos *media* analisados, um interesse muito vincado em encontrar associações dos atentados de Paris e Bruxelas, a Portugal e aos portugueses. Seja pelo reconhecimento de terroristas de origem portuguesa, de vítimas portuguesas, seja através de depoimentos de portugueses no local, ou de portugueses heróis (como a Porteira que albergou dezenas de vítimas em Paris), seja pela recolha dos testemunhos de vizinhos portugueses dos terroristas em Bruxelas que privaram com estes, num prédio de um português, ou ainda, pelos apelidos portugueses adotados pelos terroristas, aquando do aluguer do apartamento. É pois notória e transversal, à generalidade dos *media* analisados, esta característica da busca de uma associação a Portugal.

10. Constatou-se que o *Correio da Manhã*, nas suas edições, evidencia a associação de protagonistas terroristas e de vítimas dos atentados, a Portugal. Pode-me comentar esta análise, considerando os seguintes exemplos?

- “Terroristas executam portugueses” (Título de artigo 15-11-2015);
- “Homem bomba filho de portuguesa” (Manchete na capa 16-11-2015);
- “Futebolista padeiro com mãe convertida” (Título de artigo 17-11-2015);
- “Filho de portuguesa decapita refém” (Manchete na capa 26-11-2015);
- “Terrorista bebia com portugueses” (Título de artigo 24-03-2016).

Entrevistador – Em 2017, com a chancela da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é publicado e disponibilizado em acesso livre o guia *Terrorism and the Media – Handbook for Journalists*.

As Nações Unidas justificam desta forma a pertinência do referido manual:

“Espera-se que este guia, desenvolvido com os contributos de jornalistas, editores e produtores de *media*, atue como um recurso crítico para todos aqueles que noticiam acontecimentos terroristas. (...) irá encorajar à autorreflexão por parte dos profissionais de *media*, no sentido de evitar contribuir para uma estigmatização e divisão. Pode ser ainda uma base para a criação e revisão de códigos de boas práticas, garantindo que determinados valores sejam consagrados nas operações diárias de organizações de *media*” (Marthoz, 2017, p. 5).

11. Para terminar, conhece este guia de boas práticas, relativo à cobertura mediática de atentados terroristas?
12. Valoriza este tipo de guias, enquanto ferramentas para profissionais da comunicação social?
13. Por fim, acha possível que o *Correio da Manhã* adote guias de boas práticas de cobertura mediática de atentados terroristas?

Anexo CC: Foto do interior do *Le Bataclan*, publicada no *Correio da Manhã* de 16 de novembro de 2015

